



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 50 TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Ata da 22ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2015.....	4
Ata da 23ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2015.....	7
Ata da 24ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2015.....	56
Ata da 25ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2015	71
Ata da 26ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2015	96
Ata da 27ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2015	124
Ata da 28ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2015	164
Ata da 29ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2015.....	199

1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL E O COMITÊ ORGANIZADOR LOCAL DA COPA DO MUNDO FIFA BRASIL 2014

Ata da 23ª Reunião, realizada em 22 de março de 2016.....	226
---	-----

1.3 – COMISSÃO INTERNA DESTINADA A ELABORAR ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Ata da 17ª Reunião, realizada em 15 de março de 2016.....	230
---	-----

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 22ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 22ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2015, às 10 horas e 42 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Telmário Mota, Lindbergh Farias, José Medeiros, Humberto Costa e Simone Tebet**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Angela Portela, Maria do Carmo Alves e Eduardo Amorim**. Na ocasião, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
41/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com representantes do Viva Rio, Amanhecer Contra a Redução, UNICEF e ANCED.
42/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com Hédio Silva Jr., Hélio Santos, Ivair Augusto dos Santos, Kabengelê Munanga, Luisa Barros, Matilde Ribeiro, Vera Santana, Wania Sant'Anna e Zélia Amador.
43/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com Ivair Augusto dos Santos, Jorge Arruda, Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Estela de Oxossi, Makota Celinha, Marcos Rezende, Silvano Euclênio da Silva e Vera Baroni.
44/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com representantes da SENASP, ANASPRA, ADEPOL, ADPF, ANADEP, OAB e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
45/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com os Secretários de Segurança do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará.
46/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com representantes do Ministério Público, Conselho Nacional do Ministério Público e Associação Nacional dos Defensores Públicos.
47/2015	Senadora Lídice da Mata e outros	Requer a realização de audiência pública com Caco Barcellos, Maria Rita Kehl, Representante da ANDI e Gilberto Dimenstein.
48/2015	Senador Humberto Costa	Adita o Requerimento nº 37/2015-CPIADJ para requerer que a referida Audiência Pública dê-se apenas no âmbito desta Comissão.
49/2015	Senador Lindbergh Farias e outros	Requer a contratação do Professor Dr. Luiz Eduardo Bento de Mello Soares para prestar serviços como consultor da CPIADJ por 4 meses.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

De início, com base no art. 111 do Regimento, coloco em votação as Atas da 19ª, da 20ª e da 21ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. e Srªs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Todos os requerimentos apresentados à Comissão até o momento podem ser apreciados mediante votação pelo processo simbólico.

Temos os seguintes requerimentos pautados:

ITEM 1
Requerimento Nº 41/2015

Requer a realização de audiência pública com representantes do Viva Rio, Amanhecer Contra a Redução, UNICEF e ANCED.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 2
Requerimento Nº 42/2015

Requer a realização de audiência pública com Hédio Silva Jr., Hélio Santos, Ivair Augusto dos Santos, Kabengelê Munanga, Luisa Barros, Matilde Ribeiro, Vera Santana, Wania Sant'Anna e Zélia Amador.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 3
Requerimento Nº 43/2015

Requer a realização de audiência pública com Ivair Augusto dos Santos, Jorge Arruda, Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Estela de Oxossi, Makota Celinha, Marcos Rezende, Silvano Euclênio da Silva e Vera Baroni.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 4
Requerimento Nº 44/2015

Requer a realização de audiência pública com representantes da SENASP, ANASPRA, ADEPOL, ADPF, ANADep, OAB e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 5
Requerimento Nº 45/2015

Requer a realização de audiência pública com os Secretários de Segurança do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Lindbergh Farias

ITEM 6
Requerimento Nº 46/2015

Requer a realização de audiência pública com representantes do Ministério Público, Conselho Nacional do Ministério Público e Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e Lindbergh Farias

ITEM 7
Requerimento Nº 47/2015

Requer a realização de audiência pública com Caco Barcellos, Maria Rita Kehl, Representante da ANDI e Gilberto Dimenstein.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e Lindbergh Farias

A Presidente consulta o Plenário sobre a possibilidade da votação em bloco desses requerimentos. *(Pausa.)*
Não havendo objeções, coloco todos os requerimentos pautados em votação simbólica.
As Sras e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Os requerimentos estão aprovados.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, proponho a inclusão extrapauta dos seguintes requerimentos para que possamos aprová-los:

Requerimento nº 48/2015 requer que a realização de audiência pública, aprovada na reunião do dia 29 de setembro de 2015, por meio do Requerimento nº 37, de 2015, se desse no âmbito apenas desta Comissão, uma vez que o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal expôs as dificuldades de logística também pelo número de componentes daquela Comissão de se fazerem representar na ocasião da audiência em Pernambuco.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2015

Adita o Requerimento nº 37/2015-CPIADJ para requerer que a referida Audiência Pública dê-se apenas no âmbito desta Comissão.

Autoria: Senador Humberto Costa

Assunto: Audiência Pública

Se todos concordarem com a inclusão do requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovamos o Requerimento nº 48/2015, incluído extrapauta.

Agora, o Requerimento nº 49/2015, em que requeiro, nos termos regimentais, a contratação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Bento de Mello Soares, especialista em segurança pública, para prestação de serviços como consultor da CPIADJ, para assessorar a relatoria e a Comissão nas investigações sobre os fatos determinados objeto desse inquérito parlamentar.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2015

Requer a contratação do Professor Dr. Luiz Eduardo Bento de Mello Soares para prestar serviços como consultor da CPIADJ por 4 meses.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

É também um requerimento da Presidência, mas relatoria desta Comissão.

Em votação, o Requerimento nº 49, de 2015.

Não havendo quem queira discutir, aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e o esforço de realizarmos esta reunião, também da nossa equipe.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião, realizada em 06 de novembro de 2015, às 10 horas e 40 minutos, no Plenário da OAB do Rio de Janeiro, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença do Senador **Lindbergh Farias**. Deixaram de comparecer os Senadores **Telmário Mota, José Medeiros, Simone Tebet, Paulo Paim, Angela Portela, Maria do Carmo Alves e Eduardo Amorim**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Pehkx Jones Gomes da Silveira, representante da Secretaria de Segurança Pública do RJ, Coronel Ibis Silva Pereira, Comandante-Geral da Polícia Militar do RJ, Gilbert Stivanello, da Polícia Civil do RJ, Emanuel Queiroz Rangel, Defensor Público do RJ, Alexandre Teixeira de Souza, Juiz da Vara da Infância e Juventude do TJ-RJ, Michel Misse, Professor da UFRJ, Ignacio Cano, Professor da UERJ, Delegado Orlando Zaccone, Sr. Robert Muggah, Diretor do Instituto Igarapé, Alexandre Ciconello, representante da Anistia Internacional, Ronilso Pacheco da Silva, representante da Viva Rio, Deputado Estadual Marcelo Freixo, Deputado Federal Wadih Damous, Ronaldo Cramer, Vice-Presidente da Seccional do Rio de Janeiro da OAB, Deputada Federal Benedita da Silva, André Nicolitt, Juiz de Direito, Ana Paula Lisboa, representante da Agência de Redes para a Juventude, Deputada Estadual Rosangela Zeidan, Vereador Jefferson Moura, André Resende, representante da Amanhecer contra a Redução, Marianna Lopes, representante de Coletivo Enegrecer, Carlos Nicodemos, representante de Movimento Nacional de Direitos Humanos e as Sras Dona Terezinha, Maria de Fátima, Mônica Cunha, Irone Santiago, Márcia Jacintho, Ana Lúcia de Oliveira, Fátima Pinho e Deize de Carvalho, mães de jovens assassinados. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras, amigos e amigas, senhores convidados e convidadas que estão hoje entre nós.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de investigar, no prazo de 180 dias, o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 8, de 2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias, aprovado pelo Plenário deste Colegiado. Esta audiência pública é a quinta de um ciclo de audiências que esta Comissão realiza em diversas cidades do Brasil, a fim de tomar conhecimento, investigar e debater o problema do assassinato de jovens no País.

Estão presentes os seguintes convidados, que desde já peço para compor a Mesa: Dr. Ronaldo Cramer, Vice-Presidente da OAB. (Palmas.)

Está presente.

Sr. Pehkx Jones Gomes da Silveira, Subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção, representando a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. (Palmas.)

D. Terezinha, mãe do garoto Eduardo, assassinado em abril pela PM. (Palmas.)

Deputado Marcelo Freixo. (Palmas.)

Dr. Alexandre Teixeira, titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, da Comarca de Petrópolis, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. (Palmas.)

Como a nossa Mesa, claro, é uma Mesa com limite de tamanho, nós consideramos e queremos registrar a presença, num conceito de Mesa estendida, do Sr. Michel Misse, Professor da UFRJ; do Coronel Ibis Pereira, representante da Polícia Militar do Rio de Janeiro; da Deputada Federal Benedita da Silva, minha querida amiga; do Sr. Alexandre Ciconello, representante da Anistia Internacional; do Dr. Robert Muggah, diretor do Instituto Igarapé; do Dr. Ignacio Cano, Professor da UERJ; do Delegado Gilbert Stivanello, representante da Polícia Civil do Rio de Janeiro; do Deputado Federal Wadih Damous; do Delegado Zaccone; do Sr. Ronilso Pacheco Da Silva, representante do Viva Rio; do Dr. Emanuel Queiroz Rangel, representante da Defensoria Pública do Rio de Janeiro; do Dr. André Nicolitt, Juiz de Direito; da Srª Ana Paula Lisboa, da Agência de Redes para a Juventude; das Deputadas Jandira Feghali e Rosangela Zeidan; da Srª Raquel Willadino, diretora do Observatório de Favelas; do Sr. Raul Santiago, representante do Papo Reto; de Lidiane Malanquini, da Associação Redes da Maré; de André Resende, representante do Amanhecer Contra a Redução; de Marianna Lopes, representante do Coletivo Enegrecer.

Ademais, esclareço que o Procurador-Geral de Justiça do Estado foi convidado a participar do evento ou indicar um representante; contudo, após diversos contatos da Secretaria desta Comissão, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não indicou ninguém para comparecer a esta audiência. Esperaremos, até o fim das nossas atividades aqui no Rio, que o Ministério Público possa comparecer ou enviar alguma representação.

Antes de iniciarmos, gostaria de agradecer ao Presidente da Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Felipe de Santa Cruz, e ao Vice-Presidente, Dr. Ronaldo Cramer, que, gentilmente, cederam o espaço e a estrutura para realizarmos esta audiência pública.

Agradeço também aos colaboradores da OAB, que nos auxiliam na condução deste evento.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela Internet e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em assistir e participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do 0800-612211.

Com o fim de organizar o tempo disponível nesta audiência pública, passo a palavra, inicialmente, aos membros da mesa, com o tempo de 10 minutos, no máximo, para que cada um faça a sua colocação. Peço a gentileza de que todos sejam zelosos com o tempo para que possamos ouvir o máximo de pessoas que participam desta importante audiência.

Passo a palavra, rapidamente, ao nosso Relator e proponente desta audiência pública na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Lídice, na verdade, eu vou falar mais tarde. Eu só queria dizer que vamos ter uma mesa rotativa, ou seja, nós iremos chamar as pessoas para a mesa.

Queria citar a presença do Deputado Estadual Eliomar Coelho e do Vereador Jefferson Moura e queria afirmar que o nosso maior interesse é escutar os familiares das vítimas.

Eu queria pedir à assessoria que colocasse uma mesa ali para a inscrição dos familiares das vítimas que quiserem falar, porque a gente quer intercalar sempre com os familiares.

O primeiro a falar agora é o representante da OAB, o vice-presidente Ronaldo Cramer – não é, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

Com a palavra o Sr. Ronaldo Cramer.

O SR. RONALDO CRAMER – Bom dia. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Presidente da CPI, Senadora Lídice da Mata, o meu querido amigo, Senador Lindbergh.

Para nós, da OAB do Rio de Janeiro, é uma honra receber um evento como este. Ontem, eu estava num evento de campanha – nós estamos em campanha para as eleições do dia 16 de novembro – e foi com muito orgulho que eu disse, naquele esse evento, que a nossa Seccional, a nossa OAB, pela presidência do hoje Deputado Federal Wadih Damous, quando assumimos, em 2007, nós transformamos esta casa numa casa da sociedade. Esta casa deixou de ser uma casa da advocacia, uma casa que discute apenas os problemas da advocacia e passou a ser também uma casa da sociedade, que abriga os eventos que a sociedade quer discutir, quer levar para a discussão, eventos como este, que tratam de temas muito importantes, muito relevantes para nós, muito caros para nós.

Este é um tema com o qual nós já trabalhamos em algumas comissões da nossa Seccional; a nossa Comissão de Direitos Humanos é atenta em relação a este tema. E, como eu disse, a minha palavra aqui será como anfitrião. Eu não pretendo externar uma fala muito grande, porque, como disse o Senador Lindbergh Farias, a audiência pública de hoje é para ouvir os parentes das vítimas, para ouvir esses relatos importantes para a Comissão.

Mais uma vez, eu digo que é uma honra receber esta CPI, Senador Lindbergh. Parabéns pela iniciativa desta audiência pública, que faz com que a sociedade e as suas entidades conheçam o trabalho desta importante Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço ao Presidente.

Desculpem-me, mas antes de chamar o próximo, Vice-Presidente da OAB, Ronaldo Cramer, eu chamo o nosso Deputado Federal Wadih Damous, ex-presidente da OAB, para ocupar o lugar do nosso representante da OAB.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra ao Dr. Pehkx Jones, que aqui representa a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro.

O SR. PEHKX JONES GOMES DA SILVEIRA – Bom dia, Srª Senadora Lídice da Mata, Sr. Senador Lindbergh Farias, por meio de quem cumprimento os demais componentes da mesa e, especialmente, este seletório.

Honra-nos muito estar aqui para discutir e, principalmente, ouvir o debate que, quero crer, será muito produtivo para que possamos continuar avançando na política de segurança pública e na política social do Estado do Rio de Janeiro especialmente.

O Secretário Beltrame, como já anunciei antecipadamente para a mesa, lamenta não estar conosco aqui hoje por uma agenda coincidente, mas ele estará em Brasília semana que vem, na quarta-feira, com esta CPI. Mas ele pede para deixarmos aqui a nossa contribuição e, principalmente, a reflexão que é de suma impor-

tância para a política de pacificação que iniciou lá em 2008, 2009, e que, nós acreditamos, precisa, sim, ser observada com carinho. E, especialmente, o recorte que gostaríamos de deixar aqui, já que estamos falando de assassinatos, é o instrumento que produz a morte, especialmente a arma de fogo.

Então, nós gostaríamos de apresentar – e esta apresentação o Secretário já fez numa comissão especial também em Brasília, que está tratando do Estatuto do Desarmamento – que a polícia, hoje, no Rio de Janeiro, apreende pelo menos fuzil por dia, em média. E é importante que a gente possa fazer essa reflexão dizendo o seguinte: as apreensões de fuzis, entre 2014 e 2015, mais precisamente até junho, julho de 2015 – e isso já aumentou tão consideravelmente, não consegui nem atualizar de ontem para hoje – permanece mais ou menos a mesma. O fenômeno que nos assusta, cada vez mais, é que granadas, armas, instrumentos de guerra – o fuzil também é um instrumento de guerra – têm um volume considerável apreendido. E nós estamos coletando informações de que essas granadas estão sendo utilizadas inclusive para assaltos dentro de coletivos.

Esse é o Fuzil Ponto 50 apreendido recentemente com o pessoal do Comando Vermelho, com o Fu da Mineira. Isso para demonstrar que se trata de um instrumento de guerra, de longo alcance, de alto poder destrutivo da vida, que é o que nos aflige, com certeza.

Essas são as armas que têm entrado no Estado do Rio de Janeiro. São armas de extermínio em massa. Vamos assim dizer.

Essa granada foi apreendida com jovens em Niterói, dentro de um ônibus, para fazer um assalto.

Fizemos aqui apenas um diagrama para mostrar o alcance dessa Ponto 50 que foi apreendida. Ela alcança um raio de dois quilômetros. Num centro urbano, qualquer parede ele transpassa e faz um estrago considerável.

Nós queríamos mostrar quem é o público que está manejando esse armamento. São jovens, e, aí, nós já passamos a CPI a estatística do Instituto de Segurança Pública, mostrando claramente como tem sido essa questão. Diminuiu consideravelmente a mortalidade no Estado do Rio de Janeiro, mas ela ainda é alta. Hoje, o Rio de Janeiro está entre os 15 Estados com Municípios de maior índice de letalidade. E o Instituto de Segurança Pública mostra que a maioria absoluta dos mortos são jovens homens entre... Por exemplo, em 2011, foram 3.697 homens, enquanto, no mesmo ano, foram 335 mulheres. Em 2014, foram 420 mulheres e 4.301 homens mortos por armas de fogo no Rio de Janeiro.

A questão da cor. Em 2011, foram 2.033 pessoas brancas; 806 pessoas negras; e 1.989 pessoas pardas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEHKX JONES GOMES DA SILVEIRA – É a catalogação que temos no Instituto de Segurança Pública, por uma questão metodológica.

Então, em 2014, foram 1.072 brancos; e negros, 1.113; e pardos, 2.263. Então, é a catalogação que o ISP faz ao longo dos últimos dez anos. Isso realmente nos preocupa. E o Secretário Beltrame pediu para que a gente reforçasse a esta CPI e, principalmente, ao Senado que essa questão das armas se torna o fator principal para discussão, para o debate em torno da violência letal.

Então, a sugestão do nosso Secretário é que o Congresso Nacional, o Senado Federal, as comissões especiais que estão tratando disso tratem a posse de armamento de guerra como crime hediondo. E a nossa alegação é que ele é um crime hediondo porque depõe contra o Estado democrático. Apenas as Forças Armadas e as polícias teriam autorização constitucional para manusear esse tipo de armamento. Nós, inclusive, desejamos que as polícias nem tenham esse armamento. Temos que evoluir para isso. Mas para evoluir para isso precisamos considerar isso um crime hediondo, porque depõe contra o Estado democrático e contra as instituições republicanas. Então, essa é a orientação.

E, a partir disso, nós teremos a evolução de que a polícia também se desarme, que o espírito se desarme, que possamos fazer políticas públicas sociais, que o Estado possa entrar nas comunidades, possa entrar em qualquer lugar e garantir à sociedade as políticas públicas efetivas.

Então, nosso agradecimento especialmente à Polícia Civil e à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que têm nos apoiado muito nessa política, mas precisamos, especialmente do Governo Federal, do Município e da sociedade civil organizada, apoiar a política de pacificação e, principalmente, precisamos dar um basta nas armas no Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu queria fazer uma sugestão à Secretaria de Segurança para que ela pudesse, nas estatísticas, computar negros somados a pardos... (Palmas.)

... para que possamos ter, realmente, um dado real daquilo que é o retrato da violência no Brasil. Se somarmos negros e pardos, teremos um retrato fiel daquilo que é a violência no nosso País. As outras estatísticas já demonstram 3 para 1 em relação a negros e brancos. (Palmas.)

O SR. PEHKX JONES GOMES DA SILVEIRA – Está registrado. Nós vamos falar com o Instituto de Segurança Pública. Não tenha dúvida de que vamos fazer esse movimento para atender o pedido de V. Ex^a.

Eu vou pedir licença em razão da rotatividade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agradecemos ao Dr. Pehkx Jones e chamamos aqui o Delegado Orlando Zaccane para tomar assento à mesa.

Estou à espera da lista dos familiares das vítimas também, porque queremos fazer esse rodízio dos familiares das vítimas.

Senadora Lídice.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a palavra o Deputado Marcelo Freixo, a quem quero agradecer a disponibilidade de estar aqui entre nós hoje.

O SR. MARCELO FREIXO – Bom dia a todos e todas. Eu só queria que o Subsecretário ouvisse o que vou dizer, Pehkx. Eu não vou usar dos dez minutos. Eu não ia usar nem um. Eu vou ceder o meu lugar aqui para uma das mães. Eu acho que são elas que devem dizer. Eu havia preparado um monte de números aqui, que são importantes, é evidente, mas eles podem esfriar uma relação que não pode ser feita assim. A fala hoje tem que ser das mães. A fala hoje tem que ser das vítimas, que vão poder falar. A fala delas tem muito mais legitimidade do que a minha. E eu vou ceder. Mas fui muito provocado aqui pelo representante da Secretaria de Segurança e não posso não responder.

Pehkx, eu fui Presidente da CPI que investigou o tráfico de armas e munições. Há tempo que o Secretário Beltrame cria essa cortina de fumaça no Rio de Janeiro, falando das fronteiras e da ameaça dos fuzis. É evidente que isso existe. É evidente que esse é um problema, mas vocês sabem mais do que eu que o que vocês dizem não é verdade. As pessoas não são vitimadas fundamentalmente pelas armas de guerra. As pessoas são vitimadas pelas armas curtas, pelas armas que o Estado não tem o controle, porque não quer controlar. Todos os estudos – todos os estudos! – mostram, categoricamente, que são armas curtas produzidas nacionalmente, que o Estado não tem o controle, que vitimam as pessoas. Até quando vocês vão mentir? Não dá! (Palmas.)

Não dá! Eu não estou dizendo que não existam as armas de guerra, que não exista problema na fronteira, que isso não aconteça, que não existam essas armas. Não estou dizendo isso. Só estou dizendo que mais de 80% das mortes não acontecem por essas armas. Vocês sabem disso. Se não sabem, estudem. São pagos para isso. Sabem disso. Até quando vai se criar essa cortina de fumaça para gerar um medo, essa neblina? Porque aí a gente não tem responsabilidade, a gente não tem nenhuma responsabilidade. É como se o responsável fosse algo distante, que estivesse na fronteira. Não é. Temos responsáveis e sabemos quem eles são. Vocês não fiscalizam as empresas privadas de segurança, que, aliás, boa parte delas tem como donos gente da Secretaria de Segurança Pública, só que usam laranjas. Ou não é verdade?

Quem são os verdadeiros donos das empresas de segurança privada, das quais ninguém controla o armamento? Por que não investigam isso? Porque, talvez, tenham que investigar alguém que esta muito próximo.

A gente precisa romper com a hipocrisia, porque aqui tem muita mãe que perdeu filho, e aí, a gente não tem o direito de continuar criando cortina de fumaça. Não dá! (Palmas.)

O SR. MARCELO FREIXO – Há tempo que eu estou querendo dizer isso para vocês.

Desculpem-me; eu juro que eu não ia falar, mas dessa vez não deu.

E quero dizer que eu acabei de assumir uma CPI, a terceira – uma delas foi a do tráfico de armas e munições –, e eu vou encaminhar para vocês os resultados dos trabalhos da CPI do Tráfico de Armas e Munições, porque lá há muita coisa que, certamente, vai no sentido contrário ao que vocês estão dizendo.

E a gente acabou de assumir a CPI dos Autos de Resistência. É uma CPI das mais importantes, porque, ao contrário do que se vende, ou seja, de que a segurança pública do Rio está melhorando, os autos de resistência vêm aumentando. O índice aumentou no ano passado e está aumentando neste ano. Neste ano nós já estamos com uma média que se aproxima de dois autos de resistência por dia. Qual é a polícia do mundo que acha normal e que não se manifesta sobre isso, que mata duas pessoas por dia oficialmente – oficialmente?

É verdade que a gente tem uma polícia que morre muito também; é verdade. E é a mesma espiral: homens de preto, matando homens pretos, quase todos pretos. Essa é a tragédia que a gente naturaliza; é a mesma espiral dos chamados territórios de guerra, que não interessam à sociedade de mercado, que não interessam à cidade balneário dos grandes eventos. Vocês escolheram que território vigiar e que território jogar para a barbárie.

Tem consequências o que está acontecendo. A gente precisa ser sincero. A segurança pública não pertence a um governo, pertence a todos, enfim.

E eu quero convidar a todos que participem efetivamente da CPI dos autos de resistência. A gente vai se reunir todas as quintas-feiras, pela manhã, na Assembleia Legislativa. As audiências serão abertas e vocês estão absolutamente convidados, para que possam, junto com a gente, fazer essa CPI chegar aonde tem que chegar.

O primeiro depoimento será do Procurador-Geral, o Ministério Público, que a gente quer chamar à responsabilidade de ser um fiscalizador da polícia.

Então, é um recado também. O primeiro depoimento, já na quinta que vem, é do Dr. Marco Faviero, assim como da Presidente do ISP, porque a gente também quer entender melhor esses dados. Então, já estão convidados para a próxima quinta-feira, às 9 horas da manhã.

E, por fim, eu quero chamar a atenção para os nossos mortos-vivos, para os jovens mortos-vivos, porque a tendência da gente... (Palmas.)

O SR. MARCELO FREIXO – A tendência da gente é falar do número de homicídios, que é gravíssimo, que é muito alto, que tem cor, sim, que tem endereço, que tem território, mas eu acabei de fazer uma audiência pública, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, sobre o Degase, e ali a gente tem os nossos zumbis, ali a gente tem os nossos mortos-vivos, que a gente não contabiliza como mortos, mas estão mortos.

Eu quero dizer para vocês que, em 2010, o Degase recebia, por dia, 10 jovens. Hoje, está recebendo 25 jovens por dia – 25 jovens por dia! São 25 jovens por dia!. Isso é inacreditável.

Qual é a escola do Estado ou do Município que está conseguindo dialogar com 25 crianças por dia? Não estão, mas vocês acham que o lugar de determinados jovens não é no banco da escola, é no banco dos réus, e o Degase está de portas abertas para essa juventude que se transforma em zumbis.

É disso que a gente está falando, e o Poder Judiciário tem responsabilidade sobre o que está acontecendo na segurança pública, e eu espero que a gente consiga, com essa CPI, também chegar ao Poder Judiciário, que, repito, tem enorme responsabilidade sobre isso.

Enfim, eu teria outras coisas para dizer, mas eu tenho outros momentos, outras chances.

Eu queria quebrar o protocolo – perdão, Lindbergh – para chamar a Ana Paula para me substituir aqui, porque ela tem muito mais a falar do que eu.

Ana Paula. (Palmas.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem.

Vem para cá, Ana Paula.

Muito obrigado, Marcelo Freixo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós queremos também agradecer a presença grande de muitas mães de vítimas que estão aqui, que vieram ao encontro do nosso convite. Uma parte delas está sentada justamente na primeira fila, ali, da ala à nossa direita, no nosso Plenário, e à esquerda da Mesa, que vai ser ouvida aqui, agora, com a fala da D. Paula e também da D. Teresinha.

Eu vou pedir desculpas à D. Paula, porque já estava acertado passar a palavra à D. Terezinha, mãe de Eduardo, assassinado em abril pela Polícia Militar. Logo depois, eu passo à senhora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só queria anunciar a presença do Vereador Reimont. Eu havia esquecido.

Muito obrigado pela presença.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Por favor, D. Terezinha.

A SRª TEREZINHA MARIA DE JESUS – Bom dia a todos. Sei que todos já sabem quem sou eu. Não preciso nem falar porque todo mundo já sabe. Eu agradeço ao pessoal que me convidou para vir aqui e poder falar da minha dor para vocês. E esse resultado da investigação que foi dado eu não aceito, porque eles disseram que tinha sido em legítima defesa. Eu só pergunto: defesa de que, se meu filho era uma criança que estava na porta de casa. E eles chegaram simplesmente e deram um tiro no meu filho e acabou com tudo.

Eles vêm alegar que foi legítima defesa e que teve troca de tiros com bandido. Não teve troca de tiros. É muita mentira desses policiais.

Quero dizer que não aceito essa investigação. Para mim, essa investigação é podre e eu não aceito. E vou lutar com unhas e dentes... (Palmas.)

... e quero esses policiais punidos porque eles tiraram o meu bem precioso dos braços. E vou lutar até o fim para vê-los atrás das grades, nem que seja um ou dois, porque não sei qual dos dois atirou em meu filho, se foi o Marcos Vinícius ou se foi Rafael Monteiro. Não sei, mas Deus sabe qual dos dois. E vou lutar com unhas e dentes, porque quero vê-los punidos. Se eles devem, vão ter que pagar.

Outra coisa que quero dizer é que vou pedir uma nova investigação, mas espero que não seja esse delegado que faça essa nova investigação, porque não aceito mais ele no meu caso, pois ele mentiu para mim, ele disse para mim... Ele pegou na minha mão e disse: D. Terezinha, eu resolvi o caso Amarildo, coloquei 12 policiais na cadeia, o seu caso não vai ser diferente. Eu vou punir esses policiais." E ele me dá um resultado imundo e podre. Não aceito. Quem foi punida aqui fui eu, que vou ficar o resto da minha vida sem ver meu filho. E eu não aceito.

E o Governador do Estado deu uma nota na televisão falando que o Estado fez tudo o que podia. O Estado não fez tudo o que podia, porque o Estado ainda me deve. O Estado ainda me deve, então ele não fez tudo o que podia. E eu estou no Rio de Janeiro, se for possível eu volto para cá de novo, e vou lutar por justiça para o meu filho.

E o meu filho não vai ficar sem justiça, porque eu prometi a ele que eu ia lutar por justiça e vou lutar até o fim da minha vida. Vou viajar para fora do Brasil, com a Anistia Internacional, vou levar esse caso para fora do Brasil e vou detonar com o Estado do Rio de Janeiro. Esse é o meu foco. Meu nome não é mais Terezinha Maria de Jesus. Meu nome é justiça. E vou lutar, vou lutar até o fim da minha vida... (Palmas.)

... custe o que custar. Esses policiais que tiraram o meu filho dos meus braços vão pagar muito caro. Vou vê-los atrás das grades e não vai demorar muito, com fé em Deus. Tenho muita fé em Deus, em Jesus Cristo, em Nossa Senhora Aparecida.

É isso o que eu tenho que falar. (Palmas.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – D. Terezinha, só quero falar que, antes de começar a reunião, nós estávamos reunidos, o Deputado Marcelo, Deputado Adir, que já está tentando marcar uma reunião com o Procurador-Geral. Esse caso não é um caso qualquer.

Vocês conhecem o Eduardo Jesus, de 10 anos, que, no Complexo do Alemão, em abril, foi morto. Houve uma decisão esta semana da delegacia de homicídios no sentido de arquivar o caso. Então, já estamos tentando ainda para hoje, no mais tardar segunda-feira, para ir uma comissão de parlamentares conversar com o Procurador-Geral e exigir a reabertura dessa investigação. Vamos ficar em contato com a senhora e dando notícias se marcarmos a reunião ainda para hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sua sugestão será acatada certamente pelo nosso Senador Lindbergh.

Vou dar a palavra à Srª Paula para que a gente continue. Depois daremos continuidade com outros convidados.

A SRª ANA PAULA GOMES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Antes de me apresentar aqui e falar de quem sou mãe, quero falar para a Terezinha e para todas as mães que estão aqui, familiares de vítimas, que juntas somos fortes. Temos que nos unir e ir contra esse discurso de que nada vai acontecer. Temos que mostrar que a vida dos nossos filhos tinha sentido, a vida dos nossos também era importante. E estamos juntas, Dona Terezinha.

A SRª TEREZINHA MARIA DE JESUS – Com certeza. (Palmas.)

A SRª ANA PAULA GOMES DE OLIVEIRA – Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos. Sou a mãe do Jonathan. Era um jovem de 19 anos que, no ano passado, no dia 14 de maio do ano passado, meu filho foi assassinado com um tiro nas costas, por policiais da UPP de Manguinhos. Meu filho não foi a primeira vítima em Manguinhos. Sete meses antes, havia sido assassinado Paulo Roberto, espancado até morte, um jovem de 18 anos. Em Manguinhos, já houve cinco vítimas da UPP.

Com certeza, muitos que estão aqui não me conhecem, porque o caso do meu filho, como a maioria dos casos, não teve uma grande repercussão na grande mídia, mas estou aqui em nome do meu filho, em nome do Jonathan. Sou a mãe do Jonathan, sou sim, com muito orgulho! E estou aqui para gritar a minha dor, a minha indignação junto com todas as outras mães, para dizer que não aceitamos que nada aconteça. Não aceitamos não ter resposta da Justiça, não ter resposta do Estado.

Se para uma grande parcela da sociedade a vida na favela não vale nada, estou aqui para dizer o contrário. A vida na favela vale tanto quanto uma vida em um grande condomínio de luxo! A vida de nossos filhos tem valor! (Palmas.)

Estou aqui para dizer, o caso do meu filho teve uma investigação, o caso do meu filho chegou a um tribunal de justiça. Já teve uma audiência adiada, porque o advogado do policial não compareceu. O caso do meu filho, a última audiência... Ele foi morto no ano passado, já houve três audiências. Na última audiência, era para serem ouvidos dois policiais, que são as testemunhas de defesa. Mas um policial não compareceu e, por causa disso, ainda está nesta audiência de audições. E o juiz marcou a próxima audiência para o ano que vem, mas ainda não há uma data marcada.

Geralmente, quando se mata na favela, quando se morre na favela, o morto é investigado, porque o morto é colocado como criminoso. Sempre! E nós, enquanto mães, enquanto familiares, não temos direito a um luto, diferente dos outros lugares. Não podemos, não temos direito a luto, não temos como ficar ali o tempo todo chorando, porque somos obrigadas a correr atrás e procurar, e esfregar na cara do Estado, mostrar para a sociedade que nossos filhos foram vítimas, sim!

E temos que fazer este papel, porque eles matam nossos filhos, tiram um pedaço da gente, é um pedaço da gente que se vai. E temos que fazer este papel de investigar, o papel de provar. Por que temos de provar? Por que, gente?

Convoco aqui todas as outras mães que tiveram filhos mortos, independente se eram bandidos ou não. Há pena de morte no Brasil? (Palmas.)

Nas favelas, há! Para nós que somos negros, mães de favelados, existe pena de morte.

E estou aqui e gostaria que todas as outras mães, mesmo que os filhos tenham sido bandidos, tenham sido criminosos, não há pena de morte! Então, todo mundo tem direito a julgamento! Todo mundo tem direito a um julgamento! Esse extermínio tem que parar. Esse extermínio tem que continuar, a gente está aqui para gritar. Não aceitamos. Quantos criminosos há aí em grandes condomínios de luxo? Fazem investigação de inteligência, não disparam um tiro!

A pessoa representante do Estado que estava aqui, não sei o nome, falou que muitas das mortes estão acontecendo, que este extermínio está acontecendo, porque os armamentos estão nas favelas, os armamentos estão nas mãos dos jovens. Mas como esses armamentos chegam às mãos desses jovens? (Palmas.)

Como?! Esses jovens não vão lá nas fronteiras buscar os armamentos.

Então, a minha visão hoje, a visão que tenho é a de que deixam chegar esses armamentos à favela, deixam chegar as armas e as drogas à favela, para terem a desculpa para matar o nosso povo, para terem a desculpa para matar os nossos filhos. (Palmas.)

Nós não aceitamos. Eu quero o mínimo. Eu quero resposta do Estado. E não é porque o caso do meu filho não teve grande repercussão.

Vou ser a voz do meu filho, enquanto eu viver. Eu vou ser a voz do Jonathan. Eu quero justiça, porque justiça é o mínimo que esse Estado me deve. É o mínimo! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço o depoimento da Srª Ana Paula e reafirmo o compromisso da nossa CPI com a investigação de todos os casos, inclusive do caso do seu filho.

Passo a palavra ao Deputado Federal Wadih Damous.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Bom dia a todos.

Senadora Lídice da Mata, Senador Lindbergh Farias, acho que realizar esta audiência pública aqui, na OAB... É exatamente aqui que ela deveria ser realizada.

Acho que não há local mais simbólico do que este plenário. Tantas vezes presidi reuniões como esta, porque esta aqui é a casa que aprendeu a defender a democracia, a defender a ordem jurídica do Estado democrático de direito.

É por isso que o meu local de trabalho hoje é exatamente o local onde se está produzindo, no plano legislativo, o que há de pior do ponto de vista de atentados ao processo civilizatório, de atentados à democracia.

Lá, na Câmara dos Deputados, se aprovou a redução da maioridade penal; lá se vai aprovar o Estatuto da Família, que é um hino à homofobia; lá se está aprovando o Estatuto do Desarmamento, para dar posse de arma a Parlamentares, por exemplo, e para diminuir a idade mínima de quem pode portar arma de 25 para 21 anos, e outras barbaridades mais.

Então lá, assisto, muitas vezes impotente, com meus colegas de bancada, como a Benedita e diversos outros valorosos companheiros e companheiras, lá estamos assistindo à conformação do estado de exceção.

A violação, que já acontece na vida real, de castração de direitos e garantias fundamentais, está se tornando lei. Aos poucos a exceção vai tomando conta da nossa Constituição, vai tomando conta do nosso ordenamento jurídico.

Outro dia, na Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro, se aprovou um projeto de lei que criminaliza a vítima de estupro, que criminaliza a mulher vítima de estupro.

Então, comandada por um Deputado que não reúne mais a menor condição moral de continuar presidindo a Câmara dos Deputados, vamos ali inaugurando, consolidando uma pauta reacionária, a pauta da barbárie, a pauta do atentado – de atentados aos direitos humanos. E é isso que estamos vendo hoje, na Câmara dos Deputados.

É por isso que, toda vez em que venho aqui, me dá muita saudade, porque aqui é a casa da civilização, e onde estou hoje é a casa da barbárie, é a casa do atentado à democracia.

Então, não conheço ainda o relatório da CPI, mas tenho certeza de que esse relatório vai mostrar, efetivamente, o que significa, em números, em quantidade, a criminalização da pobreza. Esse é outro aspecto do estado de exceção permanente em que nós vivemos: o extermínio de jovens negros, normalmente moradores das nossas favelas, e isso como política de Estado.

Nós, que enfrentamos uma ditadura que tinha como política de Estado a tortura é o assassinato de presos políticos, hoje, em plena democracia, vemos esse mesmo Estado praticar aquilo que se praticava na ditadura; agora, não mais sobre dissidentes políticos, mas sobre a nossa juventude.

Isso é como se disséssemos à nossa juventude: “O que nós temos a oferecer a vocês é a penitenciária, é cadeia, é assassinato, é auto de resistência. É isso o que nós temos para oferecer a vocês”. E isso é inaceitável!

E, por falar em penitenciária, basta visitar uma, basta ver quem são os hóspedes das nossas penitenciárias para saber do que estamos falando. Ou seja, o racismo existe e a criminalização da pobreza opera a vapor aqui no Brasil. Portanto, cabe a nós resistirmos como estamos fazendo aqui hoje.

O resultado de toda a CPI deve servir para a formulação de políticas públicas. Eu traço um quadro muito desfavorável lá da Câmara, do Parlamento em geral, mas há companheiros e companheiras que resistem. Lá temos um grupo de trabalho, coordenado pelo Deputado Paulo Teixeira, que trata exatamente da questão dos autos de extermínio, para nós terminarmos os autos de extermínio.

Então, há vida civilizada lá; porém. infelizmente, hoje, nós somos uma minoria a quem cabe apenas resistir. Mas vamos resistir! Vamos resistir no plano da política, onde uma escalada fascista, hoje, tenta perpetrar um golpe de Estado, agora não mais nas casernas, mas no Parlamento brasileiro. E tudo isso vai integrando o que chamamos da conformação do estado de exceção.

Então, o que nos cabe, hoje, é defender a democracia, é defender a legalidade, é defender políticas públicas calcadas nos direitos e garantias fundamentais, calcadas na defesa do processo civilizatório, porque o que está acontecendo, hoje, é uma regressão a conquistas que foram obtidas a custo de muito sangue, de muito suor e de muitas lágrimas, da perda de muitos militantes políticos que lutaram contra a ditadura até a garotos como Eduardo de Jesus, cuja família não pode ver sequer a possibilidade de se fazer justiça.

Eu vou sair agora daqui e vou tentar um contato com o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Marconi Vieira, para levar não só o nosso inconformismo, mas exigir legalmente que esse inquérito tenha andamento, até porque o delegado, por si só, não pode arquivar inquérito, sobretudo em uma situação como essa, em que houve, efetivamente, o assassinato de um garoto, e isso não pode ser considerado legítima defesa, porque já há... (Palmas.)

... elementos suficientes que mostram que não foi legítima defesa coisa nenhuma. Foi, sim, a política de extermínio que é a conduta em que, infelizmente, as nossas forças de segurança pública ainda pautam a sua atuação.

Então, quero aqui parabenizar o Senador Lindbergh e a Senadora Lídice da Mata. É muito importante o que estamos fazendo aqui hoje, isto é, tentar preservar o processo civilizatório. E eu fico muito orgulho de que esta audiência esteja acontecendo na minha casa, na casa dos advogados, na casa daqueles que sempre defenderam a democracia e a ordem jurídica do Estado democrático de direito.

Parabéns, Lindbergh; parabéns Senadora Lídice da Mata. (Palmas.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Deputado Wadih Damous.

Chamo para se sentar aqui, no lugar do Wadih o Dr. Roberto Muggah, que é representante do Instituto Igarapé. Depois, o próximo a ser chamado aqui para compor a mesa é a Srª Maria de Fátima, que é mãe de Hugo Leonardo, da Rocinha.

Depois, vou chamar aqui, para falar. o Coronel Ibis, o Michel Misse... Quem estiver comprometido é bom avisar porque eu vou colocando aqui.

Depois, o nosso... O representante da Polícia Civil, também.

Por favor, Dr. Robert Muggah.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passar a palavra, enquanto os convidados estão vindo à mesa, para o Sr. Alexandre Teixeira.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA – Bom dia a todos!

Senadora Lídice da Mata, Senador Lindbergh, é com satisfação, não satisfação de estar aqui para discutirmos a questão da violência contra jovens, mas da oportunidade de poder me manifestar. Estou aqui representando o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

Eu também vou me apresentar à plateia e aos componentes da Mesa, eu sou Juiz da Vara da Infância e Juventude de Petrópolis, sou Juiz de Direito há 18 anos, completo em janeiro, e quis o destino ou Deus que eu estivesse nesse período, como Magistrado, sempre lidando com questões da Infância e da Juventude.

Nesse debate que já se iniciou, a própria fala do Deputado Marcelo Freixo, sobre o Judiciário ter responsabilidade, é evidente que tem. Todos temos, todos nós aqui. E talvez, Senadores que compõe a CPI, e terão a palavra final e algum documento para mostrar para a sociedade... O que nós estamos fazendo? O que podemos fazer para reverter esse quadro?

Eu falo isso por experiência. Eu não sou um estudioso do direito; eu sou um operador do direito. O Coronel Ibis, que aqui representa a Polícia Militar, tive a satisfação de trabalhar com ele em Petrópolis quando comandou o 26º Batalhão. Vendo o dia a dia, tenho sempre angústias e frustrações, porque essas famílias que hoje estão aqui com um grito de justiça, muitas, eventualmente, passaram pela Vara da Infância. E eu, Juiz, vi, diariamente, essas famílias em uma situação de risco social e vi o jovem envolvido com o cometimento de atos infracionais.

E é uma verdade, estamos aqui em uma situação que não são só os negros, porque as comunidades não são feitas só de negros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA – Eu sei, como sei também que a maioria quase que absoluta, esmagadora, que a Justiça julga e condena são pobres. Pobres, também!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA – Eu sei; são negros, mas são pobres. Porque, nas comunidades, não há somente negros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA – Eu sei, mas não é isso que eu estou falando. Eu estou querendo dizer a angústia de você ver... Porque o Judiciário julga, primeiro, quem a Polícia Militar prende; o que a Polícia apura; e o que Ministério Público representa, quando menor infrator, ou o que o Ministério Público denuncia, quando maior de idade. É isso que Judiciário julga. Então, o nosso problema está no início.

Quem que a Polícia está prendendo? Porque que é que só prende negro e pobre? Olha só, eu estou do lado de vocês. Eu vou terminar e vou dizer porque eu estou do lado de vocês. Porque nós não temos as políticas públicas efetivas neste País. O Judiciário tem responsabilidade? Tem. E todos nós teríamos que ter a capacidade de sentarmos aqui e criamos uma pauta mínima de atuação. Como tratar a violência? Como combater?

Porque eu sou Juiz esse tempo todo em Petrópolis – em Petrópolis, sou titular desde 2001 –, mas fiz um trabalho na Vara da Infância e Juventude aqui, na Praça XI – a Vara do risco social, não é a Vara do infrator, – durante um ano.

Então, eu pude trabalhar as duas realidades. Qual é a realidade? Estou falando de Petrópolis, que é uma cidade que está a 60km do Grande Rio. E a realidade do Rio de Janeiro? Deparei-me com uma realidade totalmente diferente; totalmente diferente.

O que nós vivemos no Rio de Janeiro é o caos social. É o caos; é uma guerra. E uma sociedade perplexa, as autoridades quase que incapazes de atuar. Talvez o trabalho da CPI seja... Teria de ter, talvez, Senador, na minha humilde opinião, duas frentes de ação – tratar o que são os grandes centros, que é uma realidade diferente das cidades menores –, como fazer com que essa violência não se espalhe e como tratar a causa.

É inconcebível, hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com mais de 20 anos, não ter suas políticas todas implementadas. É inconcebível que uma mãe que precise de uma vaga de creche tenha de recorrer ao Judiciário – alguém que precise de uma escola, um atendimento médico, e o Juiz ter de dar a liminar. A pessoa está lá no Pronto-Socorro, o laudo diz: é grave, precisa de uma UTI neonatal, precisa de uma UTI, e tem de ir ao Judiciário! E nem assim sai. Porque hoje foi isso. No início, dava-se a tutela, ia lá e cumpria. Hoje não tem, porque nem a rede privada comporta. Cadê as políticas?

Agora, cadê a política para fazer – desculpa, Ana Paula, que é a mãe do Jonathan. Eu não sei se o Jonathan tinha ou não envolvimento, e mesmo que tivesse, e mesmo que tivesse, por que o Estado não ofereceu uma oportunidade para o Jonathan? Ou o menino Daniel de Jesus? Por que não tivemos essa capacidade? E não temos, Senadores! Não temos.

Hoje se discute a questão do Senai. Estou aqui falando mais como Juiz da Infância do que como Presidente, então estou falando eu, Alexandre Teixeira, cidadão. Por que o Senai... Quando o garoto está em conflito com a Lei, e tem o diagnóstico – ele precisa de uma qualificação, uma inclusão no mercado de trabalho, mas ele tem baixa escolaridade –, o Senai não tem cursos para essa população que tem escolaridade baixa? O Senac, o Sesc? Por que hoje esses órgãos, que seriam de função social, não fornecem essa ferramenta, para dar uma oportunidade? Porque hoje, a verdade é a seguinte: o tráfico é o maior problema que nós temos de violência no Estado do Rio.

Hoje, fala-se em 25 no Degase por dia. Hoje, na minha Vara – eu tenho o risco social e tenho o infracional –, o problema de 90% dos adolescentes que estão internados é o tráfico. O garoto desce, pega um ônibus, vai aqui no Parque União, compra uma cápsula de cocaína por R\$5; quando ele chega em Petrópolis, ele está vendendo essa cápsula por R\$20. Ele desce com R\$800, como eu peguei um garoto semana passada. Eu falei: “Oitocentos reais. Você ia fazer quanto com isso?” “Quatro mil” “Para quê?” “Para comprar uma moto.” Esse é o fascínio da droga.

Como vamos discutir liberação de droga sem discutir a regulamentação da venda? Vamos empoderar o traficante? Porque a gente faz a venda, autoriza o uso, e vamos deixar o traficante? Estou falando isso, Senador

Lindbergh, sei que o senhor conhece Petrópolis, esteve lá na sua campanha para Senador, e do atual Prefeito. Eu, como Juiz, estou assustado. Hoje não há uma apreensão de pessoas vendendo drogas em Petrópolis que não tenha um adolescente envolvido. E estou falando de coisa que há dois, três anos eu não tinha. Então, é essa violência que estamos vivendo.

Por que a gente não oferece uma oportunidade? Acho que nós teríamos de tratar. Combater a violência; é evidente que nós precisamos combater. Descobrir. Agora, a gente tem de tratar a causa. Temos de oferecer oportunidades para essa juventude. O garoto, hoje, vai para a escola e... Olha, eu vim de família humilde, estudei em escola pública, fiz minha faculdade com o que seria o Fies hoje – era o Crédito Educativo, na minha época. Hoje, a gente tem uma escola pública; você pega um garoto no oitavo ano e ele mal lê.

Que formação estamos oferecendo? Cadê a qualificação? Acho que temos de tratar disso; oferecer oportunidades; lógico, sem se furtar às responsabilidades que o Judiciário possa ter de não dar uma resposta rápida, imediata, para essas questões.

Como a Srª Ana Paula aqui falou, a audiência já está para o ano que vem. Por que a pauta já está para o ano que vem? Está o da senhora e de várias outras pessoas. Por que é que o Congresso está reduzindo a maioria? Está, porque a sociedade também está querendo isso. A violência chegou a um ponto em que ninguém acredita mais na estrutura estatal. Há gente fazendo justiça com as próprias mãos. A gente tem uma polícia que vai para o enfrentamento – eu vou encerrar, Senadora – sem uma qualificação.

Então, se eu pudesse, hoje, deixar alguma coisa aqui, seria um pedido, Senadora Lídice e Deputado Marcelo Freixo: cobrar a efetivação das políticas públicas, porque hoje a gente tem, no Estado... O Degase é ruim. Hoje, um adolescente que tiver envolvimento com droga, em grau de vício, precisando de tratamento, ele consegue no Degase, mas nós não temos clínicas para internação, se isso for detectado num risco social. Isso chega a ser um absurdo.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu agradeço ao Dr. Alexandre Teixeira, titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Petrópolis, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Obrigado pela sua presença e contribuição aqui em nossa discussão.

Como havíamos combinado antes, nós vamos dar uma fala à mesa e a uma mãe. Então, eu queria chamar a Srª Maria de Fátima, mãe de Hugo Leonardo, da Rocinha, para o seu depoimento. Além disso, quero pedir o apoio de todos os que vão falar, para que a gente fique aí entre cinco e dez minutos. Não podemos ultrapassar esse tempo, em função justamente de garantir um maior número de falas entre os presentes.

Muito obrigada.

A senhora pode sentar-se aqui, por favor.

Enquanto ela se prepara para falar, porque ela está um pouquinho emocionada, eu vou passar a palavra ao Dr. Orlando Zaccone e, depois, volto para a senhora, porque a senhora...

Deem um pouquinho de água a ela aí, por favor.

O SR. ORLANDO ZACCONE – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e o Senador Lindbergh Farias – respectivamente Presidente e Relator, na ordem desta CPI –, agradecer o convite e cumprimentar a todos os presentes, nas pessoas da Terezinha, da Ana Paula, da Deise, de todas as mães que estão presentes, familiares de vítimas, e, em nome delas, eu cumprimento a todos também presentes.

Quero dizer que é uma honra para mim, como delegado de política, ter este assento e esta oportunidade de falar sobre o tema da violência do Estado. Eu não chamo mais de violência policial e eu vou dizer por quê.

Em 15 anos, como delegado de polícia, eu consegui pautar, na minha prática, ações que me legitimaram a ter um reconhecimento, muitas vezes, das mães, das vítimas, da sociedade civil, de alguns setores progressistas do meio político e de autoridades também. Eu não estou sozinho. Quando eu vejo o Coronel Ibis Silva, eu vejo que temos policiais que estão comprometidos com a mudança dessa realidade. Então, também não sou só uma ilha. E existem muitos que não têm, talvez, a visibilidade que eu e o Coronel possamos ter.

Quero cumprimentar também o Delegado Gilbert Stivanello e agradecer a presença da Polícia Civil, que é algo importante. Ele é assessor de Relações Institucionais da Polícia Civil. Então, temos que trazer esse debate também para dentro das instituições.

Mas o que eu queria colocar é que aquilo que me credenciou foi um trabalho acadêmico também, e não só a ação prática. Como delegado, estive envolvido em algumas situações de autos de resistência, como no caso do Borel.

A Dalva não está presente... A Dalva está aí? Não.

Bom; trabalhei com as mães das vítimas do Borel em 2003. E, desde lá, também, estive no momento inicial da investigação do caso Amarildo. Mas estive numa pesquisa, em nível de doutorado, na UFF – Universidade Federal Fluminense, estudando os autos de resistência. E eu posso garantir: não é um desvio de conduta de policiais; é uma política, de Estado, de extermínio. (Palmas.)

E isso tem que ficar muito claro. Por quê? Porque nós temos que avançar nos nossos sentimentos de justiça.

Não podemos mais – e acho que os familiares das vítimas têm todo o direito de buscar a reparação, através da responsabilidade penal, dos policiais que vão além daquilo que o ordenamento jurídico autoriza em termos de ação violentas –, temos que chamar o Estado para essa responsabilidade, porque tudo que o Estado quer é individualizar a culpa somente no policial. Estamos cortando na carne, ele agiu errado...

E como se dá essa lógica para o Estado? Primeiro, essa política contempla sentimentos que estão não só nos gabinetes das autoridades jurídicas, do Promotor de Justiça que arquiva o auto de resistência, fundamentando – e foi isso que estudei no doutorado – a legítima defesa pela condição do morto: morava numa favela e tinha uma folha de antecedentes criminais. Isso é legítima defesa para o poder jurídico. E estudei mais de 300 processos em que vi os promotores fundamentando a legítima defesa pela condição de quem morreu.

Mas esse sentimento não está só no gabinete do promotor, porque o promotor não vem de Marte, o delegado de polícia não vem de Marte; viemos dessa sociedade. Esse sentimento está na sociedade. Nenhum de nós levantará a voz ao ver, pela televisão, uma ação de execução de um traficante com algum nome do tipo Gangan, Matemático. Já pensou? Um cara desse é maluco, não é? “Estou aqui para defender o Matemático...” Não vai existir isso, porque essas ações de execução em relação a pessoas identificadas como inimigos do Estado é legitimada, e esse inimigo hoje é o chamado traficante de drogas.

Quando se mata uma criança, se chega ao cúmulo de tentar legitimar essa violência, construindo, na figura de um jovem, que não é nem adolescente, mas uma criança – dez anos –, como inimigo. Hoje se tenta construir, como inimigo, uma criança de dez anos, e o que está em jogo no Brasil hoje não é a violência praticada a partir de ações policiais; o que está em jogo é em relação a quem essa violência é dirigida, porque a questão é a seguinte: se não conseguir provar que o pedreiro era traficante, que o dançarino era traficante, os policiais vão para a cadeia; então, prender policial não pode ser política para resolver isso, porque, se fosse, já estaríamos resolvendo, e não estamos.

Ora, é lógico que não estou aqui defendendo a não punição de policiais; o que estou aqui defendendo é que, como um fórum político, temos que buscar soluções políticas para resolver essa questão. E quais são, na minha humilde opinião – uma contribuição que eu gostaria de deixar a esta CPI – as ações concretas, políticas, que não sejam simplesmente individualizar a culpa e dizer que a culpa foi um desvio de conduta de um policial. Esses policiais são treinados e chamados diariamente não só pelos seus comandantes, não só pelo Estado, mas pela mídia, pelos programas. Essa violência, com esses números assustadores dessa violência do Estado, faz uma espetacularização dessa violência que hoje legitima âncoras de programa policial a serem candidatos a prefeito da maior cidade do Brasil. E vamos controlar ou não vamos controlar o que se fala na mídia? (Palmas.)

Portanto, estamos também que ampliar o debate. E qual é a contribuição? E serei breve dentro do meu tempo de exposição. Bom, duas coisas são importantíssimas para que possamos resolver e dar uma chance para esses jovens que são jogados nessa máquina de moer pessoas, conforme Darcy Ribeiro já nos revelou. Primeiro, vamos acabar com o tráfico. Como se acaba com o tráfico? Legalizando a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas, (Palmas.)

Porque, nesse ponto, realmente, o Dr. Alexandre Teixeira tem razão: só descriminalizar a conduta do usuário e manter um mercado na ilegalidade vai aumentar essa tragédia.

É muito importante que possamos ver a legalização das drogas como um marco de redução dessa violência, porque, se o presidente da Ambev entrar nesse ambiente, será saudado como personalidade, e o é, porque ele é presidente da maior empresa do Brasil antes da Lava Jato – maior do que a Petrobras, antes da Lava Jato, a Ambev. E ele vende drogas! O Estado fomenta políticas para consumo de drogas. Ritalina, droga pesadíssima, ministrada para crianças. Portanto, temos que acabar com essa hipocrisia. Isso é uma hipocrisia, a proibição das drogas. (Palmas.)

A legalização das drogas pode salvar vidas.

E a última coisa que acho que é uma ação imediata política: temos que chamar À responsabilidade civil o Estado para toda ação em que um agente do Estado provoque a morte de alguém. Responsabilidade civil objetiva já prevista na Constituição Federal, que nunca é acionada por conta desse dispositivo da legítima defesa, que veio à tona com o atual relatório da Delegacia de Homicídios, mas que é uma constante. Eu estudei autos de resistência arquivada, no período de 2003 a 2009, e segundo Michel Misse, que está aqui presente e vai falar ainda, em 2005, mais de 99% dos autos de resistência foram arquivados em menos de três anos. Todos

os que foram instaurados em 2005 até 2008 estavam arquivados, e arquivados com um único fundamento: legítima defesa.

Então, isso faz parte de uma política. Agora, quando essa legítima defesa é dirigida àquele inimigo que é construído... E temos que tomar cuidado, principalmente porque a proibição é o vetor de extermínio da juventude negra no Brasil.

A proibição das drogas. Não faço parte do Movimento Negro, mas conclamo todos aqueles que estão na luta do movimento negro a colocar com pauta importantíssima a legalização das drogas, porque isso vai, sim, efetivamente, conter o extermínio da juventude negra.

Então, é isso.

Agradeço a oportunidade. Fico à disposição de vocês.

Um abraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agradeço o nosso amigo, Delegado Orlando Zaccane.

Gostaria de chamar o Professore Michel Misse para assumir o lugar do Zaccane

Passo, imediatamente, a palavra a Maria de Fátima, que é mãe de Hugo Leonardo.

A SRª MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA – Bom dia. Sou Maria de Fátima, sou mãe de Hugo Leonardo, que foi executado na favela da Rocinha.

Meu filho era um negro, estava desempregado. Não teve o direito dele de ir e vir no local aonde foi nascido e criado. Eu moro na favela da Rocinha há 50 anos. Nunca tive problemas com ninguém lá na favela. Meu filho, desde pequeno, ia para a feira, ia para a escola, fazia o dinheiro dele na feira, ia para casa. E assim foi crescendo, mas sempre foi acuado pela polícia, sempre, desde pequeno. E eu só me dei conta agora, depois que executaram ele.

Ele estava desempregado, ele era usuário, usava a maconha dele, era o direito dele, ele gostava, tinha o dinheiro para ele poder, mesmo desempregado, ele trabalha dentro da favela fazendo carreto, subindo e descendo com compras. As pessoas quando chegavam com as mudanças, ele carregava mudança às vezes até de madrugada a fazer o dinheiro dele.

Uma vez ele foi preso, ele pagou. Esse Major Edson, sem-vergonha, racista, sujou o nome do meu filho como traficante.

Mas como ia dizendo, o meu filho sempre foi um menino solto dentro da comunidade aonde ele nasceu.

Ele trabalhava, só que na época que ele foi executado, estava desempregado. Depois que essa UPP entrou lá, todo dia ele apanhava, ele era cortado com gilete. O que tivesse na mão da polícia, a política machucava o meu filho. E eu não entendia, quando ele chegava lá em casa: “mãe, faz um miojo aí para mim”, que ele estava machucado no rosto, eu não entendia. “Eu estava bêbado, estava drogado, eu caí”. Eu falava: “menino, para com isso que essa droga está acabando, vai acabar contigo, vai te matar. “Ah, mãe, não esquenta não”.

E foi indo, foi indo. Isso acontecia todos os dias. Aí, nesse belo dia, 17 de abril de 2012, às 4h20min da tarde, enquanto eu passava a camisa do meu marido, escutei dois tiros. Mas jamais ia pensar que era nele, jamais! Olha... Foi aí, quando o telefone tocou e eu atendi, que veio a notícia.

Meu filho estava na rua, onde um traficante fica zanzando, ou seja, vai ficar de frente com policiais todo o dia. Mas ele sabia que ali era o local dele. Ele podia ficar à vontade. Mas, mesmo quando não estava na rua, meu filho era torturado dentro de casa. Se eles não achavam meu filho na rua, eles iam à casa do meu filho para torturá-lo. Eu me pergunto: por quê? Porque é negro, desempregado, favelado. Ele não tinha o direito de, nem dentro de casa, estar em paz!

Não sei que justiça é essa, não sei que policiais são esses que entram na favela para dizerem que vão melhorar. Vão melhorar o quê? Melhora o salário deles. E prejudicam a nossa saúde, porque matam um filho nosso, matam um negro nosso. Acabam com a nossa família, acabam com a nossa saúde, acabam com a nossa vida. A minha vida virou um tormento, ninguém me ajuda. (Palmas.)

Ninguém me procurou para saber se meu filho era mesmo isto que está escrito aqui. Disseram que era um grupo de traficantes – nunca vi isto – no meio da rua, na frente de um monte de policiais, que entraram para dentro do beco e que aí começou o tiroteio. Onde? Não houve tiroteio! No que está escrito aqui, só há uma verdade; o resto é mentira! Aí vou ter de provar que isso era mentira! Eu é que tenho de provar isso, eu é que tenho de sair de casa para provar isso.

Ninguém me procura para me dar assistência. Estou doente, estou desempregada, estou passando necessidade. Os amigos é que estão me ajudando, por causa dessa Justiça safada, que não presta para nós da favela! Só quer nos afundar, só quer acabar com a gente que mora na favela!

Nós somos seres humanos, como os filhinhos de papai que ficam na porta da PUC nos fins de semana cheirando e fumando as drogas deles. (Palmas.)

Mas eles são jovens da classe média. Eles podem, eles podem tudo! A classe média, a classe rica, a classe branca podem fazer qualquer coisa, mas a gente não. Nós não temos nosso direito de viver. Por que negro não tem direito? Tem! É só lhe dar oportunidade! Mas ninguém vai lá dentro da favela para procurar melhorar. Na parte em que moro, não existe nada para as crianças. Não há nada para os adolescentes na parte da favela em que moro. Moro no 199. Moro na Estrada da Gávea, 199.

Meu filho foi assassinado na porta de uma creche, de joelhos. Ainda perguntou, quando levou o primeiro tiro: por que está fazendo isto comigo? Nem ele mesmo sabia por que ia morrer. Entenderam?

Fico me perguntando: cadê esse Estado que não me procurou, não me deu assistência, não procurou saber direito da vida do meu filho? Nem todos que moram na favela ou que são pretos são bandidos, são traficantes! Isto está aqui! Eu quero a arma! Não fizeram exame no local em que mataram meu filho. Não foi uma troca de tiros. E aí? Como é que fica? Como é que a gente fica? Porque mora na favela não presta? Presta, sim! Presta!

Ajudem, procurem as famílias, deem assistência! Mas esse Estado não quer saber disso. O Estado só quer ir limpando: “Se não está fazendo nada, é bandido. Vamos matar! É mais um, é mais um.” Ainda fica ameaçando a família. Quando vê a família, fala: “Estou de olho! Estou de olho em você!”

Só resolvi sair quando mataram o Amarildo, porque eu estava vendo a injustiça que estava sendo feita. Tomei coragem. Eu me arrependo de, no dia em que fizeram isso, eu não ter saído. Mas eu perdi o chão! Vivi muito tempo só dopada, dopada! Ficava dopada, sem entender por que isso aconteceu, sem entender. Mesmo que ele fosse um bandido, um traficante, se ele estava desarmado... Deste 38 aqui eu nunca soube! Isso ninguém me mostrou. Ninguém me chamou para mostrar isso na delegacia nem em lugar nenhum.

Então, peço a vocês ajuda em tudo. Estou recebendo ajuda dos meus amigos que estão aqui, que estão fazendo vaquinha para pagar meu aluguel, uma cesta básica. Para eu vir para cá, para eu sair, eu tenho de pedir dinheiro dos outros emprestado. E não é todo mundo... Há dias em que dizem: “Ah, não tenho, não!”

Vocês não sabem o que é isso! O meu filho me ajudava com arroz, com feijão; com alguma coisa ele me ajudava e bancava a filha dele, mas ele não pode mais. Hoje seria o aniversário dele. Se eu usasse droga, eu ia comemorar muito, tomando minha cerveja e fumando um baseado. (Palmas.)

Era disso que ele gostava. Ia, ia mesmo! Ia lá na boca comprar e comemorar o aniversário do meu filho, porque o corpo dele se foi, mas ele está aqui comigo. E eu não vou parar de lutar por justiça, por causa dessa injustiça, safada, que fizeram! Enquanto eu tiver forças, eu vou.

Eu quero justiça para os nossos negros, favelados, e pretos, desempregados. São gente. Eles não têm que ser mortos assim, puxados por um lençol e desovados. Ainda bem que deixaram no Miguel Couto, mas também era 4h20 da tarde. Não tinha como eles darem sumiço no corpo, e foi na porta da creche. Não tinha como, porque, se tivesse, pelo beco em que eles levaram meu filho, que foi pelo Umuarama, esse Major Edson, sem-vergonha, que falou que meu filho era um traficante, não levaram o corpo do meu filho por onde era para levar. O pessoal tentou fazer manifestação, e até grávida apanhou; sprays de pimenta, balas de borracha, teve de tudo lá. Não deixaram. Ainda acuaram a minha família. Tudo bem, mesmo se ele fosse bandido, que o levassem preso, mas não matar, porque eu, que sou mãe, seu eu pegar um filho, acorrentar, queimar com um ferro para punir, o que vai acontecer comigo? Eu não vou para trás das grades? E por que ele tirou a vida dele, que nunca fez nada, nunca deu um arroz, nunca deu um lápis para ele ir para a escola? (Palmas.)

Ele tem o direito de dar dois tiros e pronto? Fica por isso mesmo? Não! Eu quero a ajuda de vocês para isso aqui.

Minha filha foi à 15ª, porque foi chamada, há uns quatro meses, e até hoje não me chamaram mais. O delegado suspendeu. Até hoje não acontece mais nada.

Estou doente, estou nervosa, estou tudo, estou uma pilha! Eu preciso de dinheiro para pagar meu aluguel. Quem vai me dar? Vamos fazer vaquinha. Eu trouxe meus artesanatos para vender, para comprar o material que está faltando. Preciso de dinheiro para comprar a cesta básica, para não ficar com fome, e comprar meus remédios também. Vamos fazer uma vaquinha aí para eu pagar minha passagem para voltar. (Palmas.)

Este Estado não faz nada! Então, estou vivendo assim. Até no Facebook eu peço. Pedi no Facebook um celular, peço cesta básica, peço tudo! Peço mesmo, não tenho vergonha. Vergonha é o que esse Major Edson fez, de sujar o nome do meu filho como traficante. Assassinado, não; ele foi executado, executado!

Eu quero prova e quero ajuda.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Esse foi o depoimento emocionante da D. Maria de Fátima, mãe do Hugo Leonardo, da Rocinha.

Eu quero chamara para a Mesa o Coronel Ibis.

Enquanto ele chega à Mesa, passo a palavra novamente à Dona Terezinha. Ela pediu para fazer uma referência que se esqueceu de fazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dona Terezinha, antes, só queria falar algo do Coronel Ibis, que está vindo, porque aqui há tanta crítica à Polícia Militar! Só para dizer que o Coronel Ibis pensa como nós. Vocês vão ver pela fala dele. É um dos que lutam internamente pela mudança na estrutura dessa Polícia. Acho que é importante a fala dele.

Dona Terezinha.

A SRª TEREZINHA MARIA DE JESUS – Eu só esqueci de falar para vocês, porque estou bastante nervosa, depois que recebi a notícia dessa investigação horrorosa, que, no dia do assassinato do meu filho, porque ele foi executado também.

Eu me deparei com os policiais na escada da minha casa, eu agredi o policial da tropa de choque e disse a ele: “Você matou meu filho, seu desgraçado”. E ele respondeu assim: “Assim como eu matei seu filho, eu posso muito bem te matar, porque eu matei um filho de bandido”.

Imediatamente, ele falou com outros policiais: “Vamos colocar logo uma arma na mão da criança para incriminar logo ele e tirar o nosso da reta”. E eu respondi a ele: “Se vocês colocarem essa arma na mão do meu filho e ela tiver bala, eu te mato; e, se não tiver, eu jogo na sua cara; bote pra você ver”. E eu me agarrei com o policial, o amigo do meu filho tentou tirar eu de cima do policial, mas não conseguiu porque, naquela hora, eu me senti uma onça; eu não me senti uma pessoa humana, senti-me uma onça defendendo a minha cria.

Eu quero dizer que esse policial tentou incriminar meu filho de vários jeitos. Ele colocou uma foto na internet de outro garoto, dizendo que era meu filho que estava com fuzil na mão; depois disse que meu filho era filho de bandido, que tinha matado meu filho porque ele era filho de bandido – meu filho não era filho de bandido. Também falou que meu filho estava com uma pistola na mão – meu filho estava com o celular dele na mão; na hora, o celular caiu, e, no outro dia, o vizinho achou e me entregou. Eles tentaram capturar esse telefone e não conseguiram.

E por que o delegado, Dr. Rivaldo Barbosa, não apresentou essa arma que esses policiais estavam? “De quem é essa arma?” – essa pistola que eles carregam para incriminar as vítimas inocentes. É assim que eles fazem: eles carregam uma pistola, eles matam os inocentes e depois colocam para incriminar o inocente, para dizer que o inocente era bandido.

Meu filho não era bandido. Meu filho era uma criança de 10 anos, que estudava; estava no 5º ano e estudava o dia inteiro; entrava no colégio às 7h da manhã e só saía às 5h da tarde, porque eu ia buscar; eu levava e buscava o meu filho no colégio. Eu lutei muito para limpar a imagem do meu filho, mas eles sujaram a imagem do meu filho. E agora vêm dizer que foi legítima defesa. Defesa de quê? Meu filho era uma criança. Meu filho não estava trocando tiro com eles. Meu filho só era uma criança. Ele saiu de dentro de casa, de dentro do quarto, para morrer na porta da minha sala; o cérebro do meu filho ficou espalhado na minha varanda, dentro da sala, e grudado na parede da sala.

É isso que eu queria dizer pra vocês. Eu tinha esquecido de falar, e eu continuo dizendo: eu não aceito essa investigação; eu quero uma nova investigação e não aceito ser feita pelo Dr. Rivaldo Barbosa. Eu não aceito. Eu quero outro delegado investigando a morte do meu filho, porque isso não vai ficar impune, porque eu não vou deixar! (Palmas.)

O Estado disse que já tinha feito tudo por mim, mas ele não fez nada! Ele está me devendo ainda. Devido a investigação da morte do meu filho. E eu quero botar em pratos limpos. Eu não vou deixar isso acontecer. Não vai ser mais uma história.

Era isso que eu queria falar pra vocês.

Muito obrigada, gente. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, D. Terezinha.

Vou passar a palavra ao representante do Instituto Igarapé, Sr. Robert Muggah.

O SR. ROBERT MUGGAH – Bom dia a todos e todas.

Sr. Senador Lindbergh, Senadora Lídice da Mata, demais autoridades, senhoras e senhores, famílias das vítimas, é uma honra poder participar desta audiência pública. Como vocês sabem, não sou brasileiro, mas me casei com brasileira e tenho uma filha brasileira.

Esse é um tema que toca todos nós, e a mim também. Eu acredito que todos aqui concordam em que a garantia do direito à vida é a responsabilidade mais central do Estado. Homicídios são a maior violação e negação desse direito.

Eu gostaria somente de começar, chamando a atenção para o fato de que faz pouquíssimo tempo, apenas uma década, que começamos a entender melhor esse tipo de crime internacionalmente. Ainda que muito países coletassem informações sobre assassinatos, as Nações Unidas, organização internacional que se preocupa com temas relacionados à paz e à segurança internacionais, recusavam-se a divulgá-las. Por quê? Os

governos, incluindo o Brasil, temiam que esses números afetassem sua reputação, afetassem investimentos e que poderiam prejudicar o turismo, por exemplo.

Apesar disso, em 2008, finalmente as Nações Unidas publicaram, pela primeira vez, dados nacionais sobre homicídios. Essa publicação teve grande repercussão e abriu as portas para uma discussão global sobre o tema que antes era um tabu.

Mas, então, o que sabemos hoje? Em 2012, aproximadamente, 437 mil pessoas foram vítimas de homicídios dolosos em todo o mundo. Cerca de 56 mil eram brasileiros ou brasileiras, o que representa 10% do número total de homicídios no mundo. Repito: um em cada dez assassinatos no mundo ocorrem no Brasil. Nenhum outro país chega perto desse número. É um escândalo! Mais de 75% das vítimas de homicídios no Brasil são homens, 50% de todos os homicídios envolvem adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, e a maioria, negros. Mais de 70% são cometidos por armas de fogo. Morte por armas de fogo é a primeira causa de morte de jovens negros no Brasil, na frente de acidentes de carro, câncer e todas as outras causas. Já é uma redução expressiva da expectativa de vida desta população.

Mas o que podemos fazer sobre isso? Eu acho que novas tecnologias nos ajudam um pouco a entender melhor como as pessoas são afetadas pelos homicídios, revelando padrões de vitimização. Ferramentas de visualização de dados, por exemplo, como o Observatório de Homicídios, que mostra a distribuição dos homicídios nos 26 Estados e nas principais cidades brasileiras, são fundamentais. Essa ferramenta aqui, que congrega dados compilados pelas Nações Unidas, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Mapa da Violência, entre outros, revela as diferentes dinâmicas dos homicídios no País. O Observatório também permite fazer comparações com outros países e, assim, ver os mesmos dados por novos ângulos. Por exemplo, 15 das 50 cidades mais violentas do mundo são brasileiras. Algumas delas possuem taxas de homicídios mais elevadas do que o Afeganistão, Iraque, Honduras, El Salvador e outros países com as maiores taxas de homicídio do mundo.

A gente vive, agora, dentro do Brasil, uma guerra não declarada.

Novas tecnologias também podem ajudar a compreender melhor como esses homicídios estão concentrados em determinadas áreas e afetam determinados grupos. No Rio de Janeiro, 80% de todos os quase 4 mil a 5 mil homicídios a cada ano estão concentrados em menos de 5% do território, e são os jovens, como vocês todos sabem, jovens e negros que estão fora do mercado formal de trabalho que são suas principais vítimas.

É importante também ressaltar que não podemos pensar em políticas de prevenção de homicídios sem antes conhecer a fundo as evidências, levantando dados confiáveis sobre sua distribuição. Infelizmente, a disponibilidade e a qualidade dos dados aqui no Rio ainda são muito ruins. Instituições chaves de segurança pública, como a Polícia Militar e a Polícia Civil, não compartilham nem entre si, quem dirá com o público em geral, dados básicos sobre homicídios e apreensões de armas de fogo. E as bases de dados dessas organizações ainda sofrem grandes problemas na entrada dos dados, em suas baixas digitalizações. O Instituto Igarapé está trabalhando com o secretário de segurança pública e outros órgãos não governamentais para desenhar sistemas que possam aprimorar os processos de coleta, digitalização e interpretação de dados em tempo real.

Um dos problemas do Rio de Janeiro é a prevenção de mortes decorrentes de ação policial e os casos de desaparecimentos que envolvem agentes das forças de segurança pública recorrentes no Estado. Estamos trabalhando com diferentes organizações, incluindo a Polícia Militar e outros parceiros, para elaborar tecnologias voltadas à redução de violência policial. Atualmente, estamos testando – agora – um aplicativo de código aberto que está sendo usado no celular dos policiais da CPP da Tijuca, na UPP Santa Marta e da Maré, que permite a gravação e o acompanhamento do policial em tempo real.

Também estamos elaborando outras tecnologias que detectam quando o policial remove a arma do coldre. Esperamos que isso resulte em maior controle do uso da força e crie um melhor senso de responsabilidade. Além disso, a gente trabalha também com outras ONGs como Sou da Paz, em São Paulo, elaborando uma nova ferramenta de visualização de dados que ajudam no rastreamento do tráfico de armas por meio de registros de número de série. Obviamente que a tecnologia não é a solução para todos os males, mas podemos pensar que ela pode contribuir para mudar atitudes, comportamentos, impactando positivamente na redução de homicídios.

Finalizando a minha fala e considerando esse contexto de ameaça ao Estatuto do desarmamento, eu também gostaria de ressaltar que não há como falarmos sobre políticas públicas de combate à violência contra jovens sem falar sobre a regulação responsável de armas e munição.

Uma das formas mais eficientes para reduzir homicídios de jovens é o investimento em uma política de regulação responsável de armas de fogo. A grande maioria da literatura de saúde pública e criminal sobre prevenção da violência na América Latina e na América do Norte reforça a tese de que a maior regulação de armas, não a sua flexibilização, contribui para a redução da violência.

Infelizmente, há um terrível movimento para enfraquecer o Estatuto do Desarmamento, que indico como responsável por salvar mais de cinco mil, vinte mil vidas, muitas delas no Rio. Lembremos quais são as armas envolvidas na maior taxa de crimes no Rio: não são os fuzis, mas os revólveres e pistolas fabricados por companhias brasileiras. Essas mesmas companhias estão publicamente financiando os políticos que tentam ampliar o acesso e a circulação de armas e munição nacionalmente. Também não podemos nos esquecer de que uma grande parte das armas de fogo que hoje são usadas para matar jovens no Rio de Janeiro são armas legais que foram roubados de seus donos, vendidas de maneira ilegal por seus proprietários incluindo o setor de segurança privada ou foram desviadas dos arsenais das polícias.

Precisamos entender como e por que isso aconteceu. Manter armas legais em circulação, sem entender essa dinâmica, contribui com o acirramento desse ciclo. Concluindo, afirmo com Alexandre, Orlando e outros que também precisamos acabar com uma política da guerra às drogas que justificam boa parte dos assassinatos de jovens negros.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Dr. Robert Muggah.

Eu queria chamar, para o lugar do Dr. Robert Muggah, a Mônica Cunha, mãe de Rafael da Silva Cunha, 20 anos que foi morto entre a favela do Rato Molhado e Jacarezinho.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

Antes de passar para o Sr. Michel Misse e depois para o Coronel Ibis, que são especialistas que acho que vão dar importantes contribuições, eu queria falar um pouco sobre a CPI. Primeiramente, a importância dessa audiência porque acho que esta audiência está sendo uma das melhores, principalmente porque estamos dando voz às vítimas, às famílias aqui.

As falas foram sempre muito fortes em termos da consciência da política de segregação de classe e racial. E vou entrar no ponto que o Delegado Zaccone falou aqui: essa política de guerra às drogas, além de tudo é seletiva nos territórios porque temos traficante em Copacabana, em Ipanema, no Leblon. Agora, ninguém nunca viu uma operação policial com caveirão, uma operação policial agressiva e invasiva nessas áreas.

Há um corte de classe e um corte de raça nesse tema. Os números são impressionantes. Temos rodado o Brasil, eu e a Lídice: em 2012 foram 56 mil assassinatos, mais de 50% jovens, mais de 70% jovens negros moradores das periferias. Quando é auto de resistência mais ainda, quando você vai ver mortes por policiais, 79% são jovens negros. Aí é onde vem com mais força ainda tudo isso aqui.

Você veja, o Freixo tem razão quando fala que não é só questão dos homicídios. Fiquei impressionadíssimo – e o pior que você vê uma parcela grande da população apoiando – com o que aconteceu depois dos arrastões: aquela cena em Copacabana de moradores parando o ônibus, entrando no ônibus, e viram um jovem negro, aquele jovem, depois foi visto, não estava nem na praia, não tinha participado de arrastões e nem na praia estava, mas entraram no ônibus e viram o jovem negro, o garoto teve que pular pela janela e foi espancado.

Essa é a realidade. E mais grave ainda, pergunto: que cidade é essa que estamos construindo? Porque a resposta, depois, à sociedade, o que é que foi? A alteração das linhas dos trajetos dos ônibus para impedir que, no final de semana, se chegasse às praias. É reforçar o estigma: jovem, negro, morador da periferia é criminoso, é bandido. É esse clima, é uma regressão porque foi Brizola, Lídice da Mata, que dizia: “Olha, eu estou colocando um ônibus direto para as praias”. E estamos aceitando isso, e há uma parcela da população que aplaude. Então, não é – o Freixo tem toda razão – homicídio, mas é uma discriminação, uma segregação essa coisa de mudar a linha, o trajeto de ônibus. É uma política segregacionista, higienista. É isso que eles estão querendo fazer.

E tem mais: estamos enfrentando um momento, estamos vendo no Congresso Nacional o seguinte: o Senado sempre foi a Casa mais conservadora que existia, mas esta Câmara está tão ruim, não é, Lídice da Mata, que o Senado está virando um espaço mais progressista...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...porque eles aprovaram essa política de redução da maioria penal porque eles estão matando e querem continuar encarcerando em peso a juventude pobre, negra e moradora da periferia e, felizmente, no Senado a gente mudou a correlação de forças, e acho difícil. No Senado, esse projeto não vai passar. (Palmas.)

Agora, eu queria...

Por isso que eu quis falar antes do Michel Misse e do Coronel.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Fora do microfone.) – E tem o desarmamento também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E nem o Estatuto do Desarmamento. Montamos lá um bloco progressista que tem uns 30 Senadores. (Palmas.)

Eles podem ter maioria, mas, para aprovar esse projeto, eles precisam de maioria qualificada.

Agora, eu quis falar antes porque marcamos para o dia 17 de novembro uma reunião, lá em Brasília, com o Ministério Público Federal porque é papel do Ministério Público abrir a investigação em cima das autoridades policiais.

Eu peguei o número do Michel Misse, não sei em que ano, em que ele falava que, dos 220 casos de mortes decorrentes da atividade policial, só um tinha virado denúncia; o resto tinha ficado de lado. Hoje, é muito clara a ausência do Ministério Público. Eles não estão colocando isso como prioridade, não estão colocando isso como prioridade. Então, eu acho o seguinte: essa reunião do dia 17 vai ser com o Ministério Público Federal, e vai ser uma conversa com o Dr. Rodrigo Janot porque ele está concordando em fazer uma campanha nacional para fazer os Ministérios Públicos estaduais mudem seu posicionamento, que é de braços cruzados, com qualquer investigação.

Para essa reunião, que é uma reunião técnica, é importante irmos porque eu e a Senadora Lídice estamos participando, estamos visitando os Estados e conhecendo um pouco o tema, mas não temos a capacidade técnica – por isso estamos convocando vocês – para estar nessa conversa com o Ministério Público. É preciso haver pessoas que digam: “olha, não está acontecendo nada disso, está acontecendo assim, assim, assado” para tirarmos uma linha de ação.

Por fim – não quero me alongar –, estou convencido de que temos que lutar pela reforma da polícia, nós temos que tratar o tema da desmilitarização com seriedade... (Palmas.)

Eu fui o autor da PEC 51. Fiz junto com nosso amigo Luiz Eduardo Soares – foi ele quem fez o projeto e nós apresentamos – essa PEC que trata da desmilitarização da polícia, do ciclo completo, da carreira única. Não dá, essa Polícia que está aí hoje é treinada dentro da estrutura de guerra ao inimigo, de confronto. Não há nenhuma lógica na ação de policiamento de proximidade, de policiamento comunitário. É a polícia pronta para a guerra. Isso é uma loucura.

As nossas Polícias Militares são forças de reserva das Forças Armadas, está assim na Constituição. Então, acho que o problema da guerra às drogas é fundamental. Enquanto não desmontarmos isso, vamos ter que continuar essa máquina. Nós temos no Brasil, vale dizer, a polícia que mais mata e que mais morre também porque morreram 490 em 2013. Então, temos que mudar essa lógica de política de guerra às drogas e entrar fundo nessa defesa da mudança da Polícia Militar, levantando bandeiras, como a desmilitarização.

Eu queria passar imediatamente ao professor Michel Misse. Fiz questão de falar antes para provocar alguns pontos que acho fundamentais.

Prof. Michel Misse, com a palavra.

O SR. MICHEL MISSE – Obrigado, Senador Lindbergh Farias. Bom dia a todos. Bom dia à Senadora Lídice da Mata, Presidente desta CPI, e a todos os presentes.

Eu já estive em uma audiência desta CPI em Brasília e apresentei os dados das inúmeras pesquisas que eu tenho realizado nessa área, há 40 anos. O que eu vou fazer aqui agora é apenas um depoimento, não vou apresentar mais dados. Eles estão disponíveis, acessíveis pela internet para qualquer interessado no site da própria CPI.

A primeira questão que se coloca é: quem é “matável” no Brasil? Você poderia se perguntar: “Eu sou ‘matável’?” Alguém aqui poderia fazer essa pergunta, que eu acho que seria muito importante, pois seria o primeiro ponto de reflexão, a partir do qual nós poderemos desenrolar esse aparente nó que é esse enorme volume de homicídios que ocorrem no Brasil – um dos mais elevados do mundo.

Há pouco tempo, os chefes de polícia dos Estados Unidos se reuniram para tomar uma decisão de política criminal para reduzir o encarceramento em massa nos Estados Unidos. Os Estados Unidos apresenta um dos maiores índices do mundo de encarceramento. Os chefes de polícia estavam preocupados com o volume de encarceramento.

Eu queria saber quantos chefes de polícia no Brasil se reuniram para discutir o enorme volume de assassinatos em massa que ocorrem no País. Qual a preocupação que a sociedade brasileira tem efetivamente com isso? Qual é a preocupação real que os brasileiros têm com o volume de pessoas que são assassinadas por ano no Brasil – muito mais do que qualquer guerra que ocorra neste momento no mundo?

Se nós nos perguntarmos quem é “matável”, nós até podemos chegar a um razoável perfil – e ele já foi apresentado aqui. São, em geral, jovens do sexo masculino, na sua maioria pretos ou pardos, com baixa escolaridade, moradores de áreas de baixa renda. Essas são as pessoas “matáveis” no Brasil.

Agora, nós não sabemos quem é que as mata – ou sabemos muito pouco sobre quem é que as mata. Nós pesquisadores temos alguma ideia. Nós calculamos, por exemplo, que uma parte importante dos autores dessas mortes são policiais. Eu digo importante, porque nós temos que nos basear apenas nos dados oficiais

– e os dados oficiais são aqueles que são registrados pelo próprio policial, que chega e afirma: “Olha, eu matei” ou então que é flagrado matando.

Mas, a partir de um conjunto de informações produzidas pela sociedade, nós sabemos que existem inúmeros grupos de policiais e ex-policiais em atividade ou já fora de atividade que exercem atividades de vigilância privada e participam de grupos de extermínio em todos os Estados brasileiros.

Esses grupos de extermínio têm – ou aparentemente conseguem ter – algum tipo de proteção oficial, porque eles raramente são investigados e incapacitados de atuar. Se nós somarmos o volume desses grupos de extermínio com o volume de mortes oficialmente admitidas pela polícia, nós chegamos a 20% do total de homicídios no Brasil. É claro, isso é uma ilação, é apenas um cálculo. Nós não temos dados suficientes para demonstrar isso.

Como é que nós podemos avançar na produção, na melhoria, na qualidade, desses dados, para que a gente possa efetivamente saber onde atuar?

Nós precisamos saber, por exemplo, quantas pessoas desaparecidas não reapareceram depois de três anos. Quem é que pode nos informar isso? Naturalmente aquela instituição que registra o desaparecimento, que é a Polícia Civil.

Como é que a Polícia Civil atua nessa área? Dado o volume de ocorrências que a Polícia Civil precisa, por lei, investigar e instaurar inquérito, ela alega muitas vezes que não tem capacidade de apurar o que não é ainda um crime, o que é, na verdade, apenas uma informação de que houve um desaparecimento. No entanto, o volume de desaparecidos tem aumentado constantemente, ano a ano, e nós pouco sabemos sobre o seu paradeiro.

Nós queremos saber, por exemplo, a idade das vítimas dos autos de resistência. Essa informação não é prestada. Eu mesmo fui vítima de uma informação falsa, oferecida pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que depois teve que revisá-la e teve que admitir que não se sabia a idade da maioria das vítimas de autos de resistência.

Ora, como é que você não sabe a idade? O Instituto Médico Legal não é capaz de determinar, até do ponto de vista biomédico, a idade do cadáver? Se não se sabe a idade, é porque provavelmente está nessa faixa de 17, 18 anos. Então, o volume de crianças e adolescentes mortos, nos autos de resistência, é muito maior do que o que os dados oficiais indicam.

Nós pesquisadores queremos ter acesso ao sistema penitenciário. O sistema penitenciário está fechado. Nós não temos acesso nenhum a pesquisa dentro do sistema penitenciário. Isso é inadmissível, é incompreensível. O que o sistema penitenciário quer esconder que os pesquisadores não podem ter acesso?

Todas essas questões – e eu já vou encerrando – indicam que o Brasil, as instituições policiais, o Ministério Público, o sistema de Justiça Criminal no Brasil estão imersos naquilo que eu chamo de lógica do flagrante. A única coisa efetivamente apurada no Brasil é aquilo que foi flagrado, aquilo que não exigiu maior apuração.

Por isso mesmo, a maioria dos presos condenados no Brasil são condenados por tráfico e por roubo. E a maior parte deles em flagrante, produzido, em geral, pela Polícia Militar. Quer dizer, é uma situação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vale dizer, Prof. Michel, desculpe a interrupção, que só no Brasil existe isto: não há o ciclo completo. Em todos os lugares, a polícia que está na ponta faz o trabalho de investigação – aqui, não. Investigação é Polícia Civil. O que é que o policial militar pode fazer? Só prender em flagrante.

O SR. MICHEL MISSE – É.

Então, nós temos, enfim, encerrando... A lógica do flagrante é curiosa. No homicídio raramente você consegue fazer um flagrante. Então, o homicídio, basicamente o crime mais grave, é o menos apurado, é aquele que menos produz condenações.

Enfim, o tempo é curto. O Senador Lindbergh já falou um pouco do que eu gostaria de reforçar: a necessidade de se pensar na modernização da polícia brasileira. Não é possível mais... E não é só da polícia, eu digo do sistema criminal todo.

Porque nós não temos um sistema, nós temos um arquipélago. Cada segmento desse sistema tem o seu próprio saber, as suas próprias regras práticas, e a comunicação entre as partes não existe – é muito informal quando existe.

Então, é preciso institucionalizar essas várias partes do sistema e, no caso especificamente da polícia, é preciso uma reforma radical. A proposta de emenda à Constituição apresentada, por exemplo, pelo Senador Lindbergh Farias é uma alternativa importante. Há outras que estão em tramitação no Congresso. É muito relevante que se coloque isso.

É claro que também a legalização das drogas é outro ponto fundamental para que nós saíamos desse poço sem fundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Prof. Michel. Nós já tivemos a oportunidade de tê-lo em Brasília, mas, certamente, teremos que ouvi-lo muito mais vezes.

Quero chamar, para substituir na mesa o Prof. Michel – sem expulsá-lo, mas apenas, para o processo de revezamento – o Delegado Gilbert Stivanello, representante da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Passo a palavra ao Cel. Ibis, que tem sido um grande colaborador desta nossa CPI.

Muito obrigada.

O SR. IBIS SILVA PEREIRA – Obrigada, Senadora Lídice da Mata, Senador Lindbergh, boa tarde às mães que compareceram a esta importante, mas dolorosa audiência, serei muito breve e procurarei ser objetivo. Eu já estive em Brasília e já disse parte do que eu gostaria de dizer, eu ainda estou na ativa, não posso falar tudo o que eu gostaria de dizer.

O Prof. Michel Misse foi muito feliz na sua fala, e quero pegar um pouquinho, a partir do final da fala dele. Os números do Brasil são horrorosos. A polícia brasileira mata uma pessoa a cada três horas. Morre um policial por dia no Brasil, um policial por dia, sem contar os mutilados. A Polícia do Rio de Janeiro tem uma quantidade de mutilados e de cadeirantes que é assustadora. Um brasileiro morre a cada dez minutos. O número de brasileiros mortos, em 2014, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança, que este ano aconteceu aqui no Rio de Janeiro, foi maior do que o número de soldados norte-americanos mortos durante a Guerra do Vietnã. Em um único ano, morreram mais brasileiros do que em 20 anos da Guerra do Vietnã.

Parece-me que temos duas grandes causas de que precisamos tratar: a primeira delas é que não temos no Brasil um sistema de justiça criminal que funcione. O sistema de justiça criminal no Brasil não funciona, porque ele não existe. O Prof. Michel Misse foi muito feliz ao compará-lo com um arquipélago. Nós temos órgãos que funcionam exatamente como arquipélagos, eles não se comunicam.

Não temos um sistema de justiça criminal no Brasil. E não temos porque há 27 anos descumprimos a Constituição. Esta Constituição que aí está é a primeira a ter um capítulo sobre segurança pública, com todas as coisas que precisam ser melhoradas, com a confusão que o Texto constitucional ainda faz em segurança interna e em segurança pública, mas há 27 anos esse capítulo espera regulamentação.

O que foi criado em 1988 foi muito mais herdado do sistema anterior do que propriamente criado, mas há 27 anos que não foi instituído. Há 27 anos de omissão. Como é que podemos formular uma política de segurança, alguma coisa digna desse nome, se não temos sistema de justiça criminal? O resultado prático disso é que não temos políticas de segurança. Temos ações até bem-intencionadas, que chamamos de política de segurança, mas que efetivamente não mereceriam esse nome, porque falta o principal que é um sistema. Se não temos sistema, não podemos formular política.

O outro problema que vejo é que me parece que, por trás dessa matança que se pratica, debaixo desse sol, está a herança da sociedade escravocrata que talvez não tenhamos deixado de ser. (Palmas.)

Nós somos um povo corrompido por séculos dessa violência infame. E o que é pior: se olharmos a Constituição de 1824, a primeira Constituição que tivemos, vamos descobrir uma coisa impressionante: as penas de açoite eram proibidas.

Senador, a primeira Constituição que tivemos proibia a pena de açoite. Estava escrito, como hoje está escrito que deveríamos instituir o sistema que criamos. Permaneceu letra morta. Olha que coisa interessante, pena de açoite era proibida. Isso impediu algum senhor de engenho de açoitar seus negros? Basta ver as gravuras de Debret.

Olha que coisa curiosa: temos a capacidade impressionante de fazer diagnósticos precisos. Positivamos as soluções. Boa parte das soluções desse problema já estão escritas, já são leis que simplesmente não cumprimos. Parte das respostas que esta CPI busca, parte delas já está no Estatuto da Juventude. Já estão lá. É uma lei de 2013. Pega o art. 2º, ele é uma receita para as políticas públicas de juventude neste País, que não temos.

Então, o que está faltando? É política e vontade. Mais de 50% da nossa sociedade acredita que bandido bom é bandido morto. Está na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança. Mais da metade da população aplaude que tenhamos ações militarizadas da segurança pública.

Em 2010, houve a ocupação do Morro do Alemão. Como é que foi a ocupação do Alemão? Colocamos as Forças Armadas dentro do Território brasileiro e assistimos a isso sentados nas nossas poltronas. Passou num domingo. Está dando errado porque começou errado. Nós somos uma República democrática, que se diz Estado democrático de direito, mas que admite que as Forças Armadas do seu País sejam usadas com CLAnf, armamento de guerra, para invadir parte do seu Território nacional. Se contássemos isso para qualquer democracia séria, consolidada, ninguém acreditaria.

Então, quero dizer que comungo desse desejo de fazer uma reforma profunda no sistema de justiça criminal. Podemos pensar na desmilitarização da polícia, não temos nenhum problema em discutir esse assunto.

Agora, não vai adiantar desmilitarizar a polícia, se não desmilitarmos o sistema de justiça criminal e as políticas de segurança ou o que chamamos de política de segurança, senão não vamos sair do lugar.

Uma boa tarde a todos e muito obrigado por essa oportunidade. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Convido para usar a palavra a Srª ...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...morto entre a favela do Rato Molhado e Jacarezinho. Antes, no entanto, de ela usar da palavra, eu convido a substituir, a vir à mesa o Dr. André Nicollit, Juiz de Direito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No outro bloco – estamos alternando familiares – temos o Emanuel, Vereador Jefferson, Nicodemos e André, nessa ordem.

A SRª MÔNICA CUNHA – Boa tarde a todos e a todas, vou pegar uma fala da minha amiga e parceira Ana Paula, que foi brilhante, em dizer: “Eu sou mãe, com muito orgulho e tive muita honra de parir o Rafael da Silva Cunha, que se tornou um adolescente autor de ato infracional. Ele não nasceu autor de ato infracional, e, sim, se tornou. E, em 2006, este Estado me tirou, assassinando o meu filho meu filho, assassinando-o, de joelho e mão para cima, entre as favelas do Rato Molhado e Jacarezinho, que ficam nos bairros de Engenho Novo, enfim, por aquela localidade.

Eu pari, com muito orgulho, três filhos homens. Apesar de o meu filho do meio ter se tornado autor de ato infracional, eu não entendia e não aceitava essa situação para mim. Por mais que a sociedade falasse e o Estado, ao acautelar o meu filho, também me apontasse como mãe de bandido, eu nunca botei esse emblema no meu peito, porque eu não era mãe de bandido. Quando o meu filho nasceu, o médico não disse para mim que eu estava parindo um bandido. Então, aquela placa no peito não me servia.

Por conta disso, eu vi a necessidade de fundar um movimento, chamado Movimento Moleque, no Estado do Rio de Janeiro, que existe há 12 anos – vai completar no dia 10 de dezembro de 2015. Esse movimento foi fundado em 2003 por mim e pela minha parceira, que está ali tirando fotos, Rute Sales. Nós tivemos os nossos filhos acautelados pelo Estado, mas, graças a Deus, fomos parceiras, sim, na luta, na implementação das medidas socioeducativas dentro deste sistema chamado Degase, que é o Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Graças a Deus, o filho dela é um homem e está trabalhando. Nós conseguimos fazer dele, de fato, um cidadão renovado para a sociedade. Agora, meu filho o Estado me tirou. Meu filho não teve a oportunidade de criar seu filho, de estar aqui presente, de se tornar um homem de fato e de ter consciência daqueles atos infracionais que ele cometeu, porque o Estado não lhe deu essa chance.

Depois disso, eu comecei uma luta por querer entender a situação. Eu mergulhei, eu me engajei, porque, se a Constituição de 1988 diz que todos nós temos direitos, que direitos são esses? Que “todos nós” é esse, cara pálida? Não, não somos todos nós. Eu vim a entender que não somos todos nós. Pelo menos nós que moramos dentro de comunidades e favelas e somos negros não temos o mesmo direito do pessoal que mora no asfalto em Ipanema, no Leblon e na Barra da Tijuca. Esses direitos não são iguais.

Então, resolvi lutar e entendi que, só com o empoderamento desses familiares, dessas mulheres, de mães, como nós – poucas estão aqui, mas, infelizmente, há muito mais... O Estado do Rio, como já falaram vários aqui, a todo momento, produz mãe de vítima. Enquanto estamos aqui – a reunião começou às 10h –, com certeza, a esta hora, já deve haver, pelo menos, duas ou três mães que já são mães de vítimas, de filhos mortos, ou mutilados, ou encarcerados. E queremos justiça!

Então, é por isso que estamos lutando e pedindo justiça. O direito que queremos e que, com certeza, temos é o de ser mãe e de poder criar nossos filhos para que se mantenham vivos. Cometer atos infracionais não é normal, não é bonito, e mãe não pare nem cria para isso. Agora, é preciso haver justiça, mas não uma justiça que os mate. Não é porque o meu filho se tornou autor de ato infracional que ele tinha que ser assassinado. Isso está errado. Eles não me deram a chance nem a ele de entender essa situação. Sabemos que esses vínculos, em algum momento, foram rompidos, tanto que ele foi parar lá dentro. Agora, não me deram a chance de recuperá-lo. Não me deram a chance! Isso é triste. Só me deram a chance de me tornar uma mulher doente, depressiva, com síndrome do pânico, como todas que estão ali.

Então, o Estado, além de produzir vítimas, produz mulheres zumbis, porque perdem noites de sono, tomam antidepressivos.

São mulheres novas, que poderiam ainda produzir para o seu Estado, mas ficam incapazes de trabalhar, de produzir o seu sustento. Quando a Fatinha falou daquela situação, pedindo ajuda, isso é real, é fato. Tiram a possibilidade de essa mulher trabalhar, porque ela se torna uma mulher doente. Nas empresas privadas, se

alguém não está servindo, o patrão manda embora – não há conversa fiada. E aí? O que nós vamos fazer? O que o Estado faz?

Então, nós queremos justiça, sim, Senador, de todas as formas: tanto financeira como psicossocial. Queremos a reparação, que já está mais do que atrasada, para todas nós e para as outras que estão aí. Há muitos outros casos.

Neste ano, no dia 5 de dezembro, faz nove anos que o meu filho foi assassinado, e eu não admito. Eu quero justiça, sim! Eu não vou morrer antes de ver justiça. Mas eu não quero só a justiça em relação ao policial civil que matou o meu filho. Eu quero a justiça do Estado, eu quero a justiça do País. (Palmas.)

Porque eu não pari filho para ser assassinado. Eu não admito continuar vivendo sem o meu filho. Eu pari três filhos e tenho que continuar vivendo com dois, porque assim o Estado ordenou, a isso o Estado me obrigou, mas essa situação não é permissível. Nós temos que barrar essa situação de uma vez por todas.

Então, justiça já! Reparação já para todos esses familiares!

Muito obrigada!

Boa tarde.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – E à memória dos nossos filhos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Srª Mônica Cunha. Estou muito agradecida pelo seu depoimento.

Quero chamar a Srª Irone Santiago, mãe de Vitor Santiago, da Maré, para participar da nossa Mesa.

Enquanto isso, eu passo a palavra ao Delegado Gilbert Stivanello, para que se pronuncie por até cinco minutos.

Reforço a todos a ideia de que queremos ouvir o máximo de pessoas que aqui estão.

Muito obrigada.

O SR. GILBERT STIVANELLO – Bom dia a todos.

Bom dia, Senadora Lídice de Mata, Senador Lindbergh, na pessoa quem cumprimento toda a plateia.

Sou Assessor de Relações Institucionais da Polícia Civil e, antes de fazer a colocação que eu trouxe aqui, gostaria de fazer duas pequenas ressalvas a colocações e conteúdos anteriores.

A primeira delas é para dizer ao pesquisador Dr. Misse que a Polícia Civil investiga, sim, desaparecimento. Existe uma delegacia especializada que, antes, era um núcleo da DH e, hoje, é uma delegacia especializada que existe exclusivamente para essa finalidade: a Delegacia de Descobertas de Paradeiro. É lógico que toda a comunicação de desaparecimento pode ser feita em qualquer delegacia, mas migra para essa unidade, que detém, sim, as estatísticas de todos os desaparecimentos. É questão de atualização de informação. A delegacia está sediada na cidade da Polícia. Ela existe, e os dados são acessíveis. Só esclareço que, quanto à questão de estatísticas, o Governo do Estado criou um órgão, que é o ISP. Esse instituto concentra as estatísticas. Então, a Polícia Civil não as fornece diretamente, mas o sistema impõe o registro. Quando nós fazemos qualquer registro que seja sobre uma vítima, os dados dessa vítima têm que compor a qualificação no registro. Pelo que eu entendo, esses registros são acessíveis ao ISP para os levantamentos. Pode caber organizar a apresentação ao público, mas reitero que a delegacia existe e que os dados estão lá. Está tudo inserido no contexto dela.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer... É uma pena a Srª Terezinha não estar aqui, porque eu gostaria que ela ouvisse, mas vou pedir que transmitam também isto a ela.

Nós estamos na casa da OAB, uma casa de conhecimento jurídico, na presença de magistrados, de defensores públicos, de pessoas com elevado conhecimento jurídico que poderiam me corrigir, caso algum equívoco houvesse. Que fique claro para todos que a Polícia Civil não arquiva procedimentos. A Polícia Civil não arquiva investigação, porque ela é proibida por lei de fazê-lo, e os procedimentos, hoje, entram todos num sistema que é auditado e acessível pelo Ministério Público.

O que a lei, hoje, determina é que, quando uma investigação não se entenda por uma culpabilidade de alguém, que não se impute a alguém a autoria, essa investigação, mesmo assim, é encaminhada à Justiça, o Ministério Público vai analisá-la e pode concordar ou não, pode determinar que ela retorne para outras diligências, pode determinar a complementação. Se o Ministério Público entender que deve ser arquivado realmente, o Ministério Público é quem tem que representar por isso, vai demandar isso, e, aí, o magistrado vai se pronunciar. O juiz ainda se pronuncia e, se o juiz não concordar, isso ainda vai ao Procurador de Justiça, ao PGJ, Procurador-Geral de Justiça.

Então, o procedimento não funciona com o arquivamento simples e em delegacia. É importante que as pessoas saibam disso. Há casos em que, como cada investigação é conduzida por um delegado, que tem autonomia para formar a convicção dele, mas esta convicção não vai vincular o promotor, o juiz, todos mais que se manifestem a posteriori. Então, ela segue sim para o Judiciário, pode sim ser revista e está sujeita a controle externo. É importante, então, que saibam aqui, por exemplo, que o procedimento não está arquivado e

não vai ser visto por um promotor. Vai sim! O procedimento é encaminhado à Justiça, é importante as pessoas compreenderem isso.

E vou dizer uma coisa agora, aqui: graças a Deus, que funciona assim, sabem por quê? Porque vários doutrinadores, eu poderia citar Montesquieu, Alexis de Tocqueville, uma série deles, todos eles colocam que o maior inimigo da democracia é a concentração de poder. Quando o poder fica muito concentrado em uma instituição, esta pode atropelar a democracia. Quando o poder é dividido, você permite que uma instituição fiscalize a outra. É um sistema de freios e contrapesos, que se chama, e as instituições se fiscalizam. Por que isso? Por que nenhuma instituição é feita só de acertos, todos são humanos, erros podem acontecer e, para isso, precisamos de um sistema em que uma instituição possa controlar a outra, de maneira que o cidadão, quando se sinta lesado, tenha a quem recorrer sempre.

Então, o que informamos aqui é: não acompanhei a investigação específica do caso da D. Terezinha, como não acompanhei várias outras, não tenho a onipresença, mas, sempre que um cidadão entenda que o direito dele não foi alcançado ali, tem a quem recorrer. E o caso do filho da Srª Terezinha não é um caso que acabou, não é assim, não funciona dessa forma. É importante que a população tenha esse conhecimento e que se compreenda a relevância das instituições terem, sim, o poder fragmentado.

Hoje, temos um sistema em que a polícia militar realiza o trabalho ostensivo, a polícia civil trabalha investigando, o Ministério Público controla a investigação, fiscaliza, denuncia, e o juiz se manifesta, e há tribunais. É importante sabermos isso, para que as pessoas não pensem que o direito delas acabou pelo meio do caminho. Há caminhos, sim, há o que andar.

Vou fazer uma colocação porque já recebi um bilhete de um minuto e ainda estou fazendo um preâmbulo do que antes se falou. E o que eu queria trazer aqui para todos é um pouquinho da experiência pessoal, de fazemos um exercício que se chama alteridade, que é se colocar no lugar do outro. Isso não é porque eu venha aqui fazer a defesa de algo, não. É para os senhores entenderem o que pode, como pode e o caminho que tem que ser tomado muitas vezes para se melhorar.

Bom, estou há 11 anos na Polícia Civil, como delegado. Comecei a trabalhar na Delegacia de Bonsucesso. E, lá, vivíamos ainda num sistema antigo da investigação de homicídios. Os senhores sabem como funcionava na prática? Vou contar para os senhores. Era mais ou menos assim: eu ficava numa delegacia com um milhão de problemas no balcão, confusão, um monte de coisas chegando ao mesmo tempo, imprensa ligando e todo tumulto, tudo acontecendo junto, quando vinha um comunicado: aconteceu um homicídio em tal localidade, o corpo se encontra lá.

Aí, eu tinha que parar, olhar para os policiais que estavam ali registrando as ocorrências e escolher dois: venham comigo. Esses dois, quando paravam de registrar, a população que estava no balcão, já olhava feio. Poxa, estou na fila, ainda vai tirar dois! Eu tinha que ligar para o Instituto de Perícia e falar: preciso de um perito no local. E combinar com ele para me encontrar lá. Aí, eu pegava esses dois policiais e saía sob olhares feios do público que estava lá. Seguíamos, quando chegávamos ao local, o que encontrávamos? Eu olhava ali, está aqui o cadáver. Aí, eu falava: foi aqui que ele morreu? Não, foi lá. Ué, mas por que ele está aqui? Ah, porque já tiraram. Aí, daqui a pouco, um agente do Estado já vinha: Doutor, ele é o João de não sei quê e tal. Mas, como o senhor sabe disso? Ele me entregava a carteira de identidade. Eu falei: onde o senhor encontrou essa carteira? Ah, já procurei no bolso dele. E a população remexendo tudo, o morto fora do lugar, tudo um caos. E cadê o perito? Liga para o perito. Não, o perito está atendendo outra ocorrência, o perito não chegou. Daqui a pouco, vem uma ligação para mim: doutor, tem um flagrante aqui, na delegacia, um flagrante complicado. E outra ligação: olha, está dando confusão no balcão, olha isso, olha aquilo, a delegacia está pegando fogo. E o tempo passava, aquele caos, eu tinha que retornar, o perito não chegou, e eu chegava à unidade de volta. Aí, pergunto aos senhores: como se investigam homicídios dessa maneira? Foi essa polícia que encontrei quando cheguei. A desestruturação completa. E pergunto para os senhores, com toda honestidade: como os senhores também fariam nessa situação, se chegassem e encontrassem um quadro desse?

Olha, lembro-me, há alguns anos, quando um grupo de delegados conversou com o nosso chefe e disse: não podemos tratar o homicídio da forma como é tratada, isso tem que mudar. E houve um movimento interno de delegados pedindo, clamando, para que uma mudança fosse feita. Foi levada a proposta para se criar uma nova DH, que invertesse essa lógica, porque a verdade é que éramos muito cobrados para diminuir o roubo a transeunte que dava aquela sensação ao cidadão de que estou sendo roubado, meu carro, tal, mas o homicídio, ninguém cobrava, ninguém dava importância.

A própria Polícia Civil enxergou isso, e foi cobrado. Quando se criou a nova DH, foi um esforço, e acreditam, houve resistências e muitas, houve muitas. A DH, hoje, tem uma estrutura que, para cada dia, tem uma equipe de plantão. Esta equipe conta com dois inspetores que vão lá para levantar informação, dois oficiais de cartório que vão lá para tomar os termos no local, porque a pessoa, depois, fica com medo, muda de ideia,

arrepende-se; conta com um médico legista, um perito criminal e com um papiloscopista. A equipe vai direto ao local, recolhe tudo lá, a mudança até de preservação acontece, só que isso começou a dar muito resultado, as pessoas veem pela imprensa, há vários casos que foram sendo elucidados, mudou-se de patamar. Só que isso veio para a capital, foi um briga para que chegasse...

Já estou quase finalizando.

...à Baixada, ou a Niterói, ou a São Gonçalo, não chegou ao Estado todo. E uma coisa curiosa que havia nisso era o seguinte: isso valia para o homicídio, mas o auto de resistência continuava do lado de fora. O auto de resistência – hoje, até nome mudou, hoje, é o homicídio decorrente de intervenção policial – ficava de fora disso. Então, onde ele ficava? Ele ficava naquele sistema lá de há dez anos atrás, aquele sistema que não pode funcionar. Ele continuava ali. Recebemos contato da anistia internacional, outras entidades, que clamaram por isso. E há pouco tempo, isso é recente, a atribuição dos homicídios decorrentes de intervenção policial foi migrada para a DH, porque tem uma estrutura totalmente diferenciada para esse tipo de investigação.

Qual é a nossa expectativa em relação a isso? Que a elucidação melhore muito, só que precisamos, e é muito valioso que haja esse tipo de mobilização. Os senhores podem não acreditar o quanto é importante ter esse povo aqui mostrando essa necessidade, porque essa é uma diretriz que o Governo tem que abraçar.

Hoje, o Governo já aceita falar em criar nova DH no norte fluminense, em outros setores, o Governo já está enxergando isso, mas porque o povo está clamando, porque há esse tipo de mobilização. Sem ele, o progresso não vem. Então, a verdade é a seguinte: a Polícia Civil quer se estruturar, quer oferecer o melhor. Erros podem acontecer, mas se olhar o macro, o nível de melhora tem sido consistente.

Com a estruturação das DHs pelo Estado será muito melhor.

Então, nós agradecemos fortemente aos senhores por essa mobilização. E pedimos que ela não cesse porque é fundamental para que nós possamos progredir.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Perdoe-me a contenção do tempo, mas é que é indispensável para que possamos prosseguir.

Ao dizer isso, quero agradecer a todos aqueles que vieram e que acolheram o nosso convite. Peço desculpas para poder passar imediatamente a direção desta Mesa ao Senador Lindbergh porque tenho de sair para viajar. Estou preparando a próxima audiência lá na Bahia. Tenho de viajar e chegar a tempo de tomar as providências necessárias. Peço que me desculpem! Nós, eu e Lindbergh, temos tentado acompanhado todas as audiências que têm acontecido em cada Estado, mas sempre nós revezando, se não fica impossível a nossa presença também em nossos Estados.

Agradeço. Quero dizer que esta foi uma das audiências mais importantes que tivemos. O relato das mães é insubstituível. Dão conta e visibilidade a um drama que não é pessoal, mas uma tragédia da sociedade brasileira que nós estamos permitindo, infelizmente. É como alguém, uma mãe, me disse há muito tempo, quando houve o assassinato de um jovem de classe média na Bahia. Houve uma manifestação de rua. Ela me disse que iria à manifestação, mas que se fosse haver manifestações todas as vezes em que matassem um jovem na periferia, haveria manifestações diariamente porque essa era a realidade do povo pobre e negro do nosso País.

Portanto, a nossa CPI tem responsabilidade com essa realidade, tem compromisso com isso. O nosso Relator, tenham certeza, retratará isso em seu relatório da forma mais fidedigna possível. Quero, juntamente com Lindbergh, estudar outras maneiras para que possamos também levar essa fala dramática das mães do Rio de Janeiro para viabilizar a sua fala em Brasília.

Quero agradecer a todas as mães que estão aqui e dizer-lhes que nós somos absolutamente parceiros nessa dor, solidários com a dor de cada uma de vocês que expõe à sociedade brasileira a dor de todas as mães de nosso País, porque é a dor da maioria das mães desse Estado e do nosso País.

Muito obrigada por terem me dado a oportunidade de compartilhar com vocês este dia de hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quero agradecer à Senadora Lídice. Esta mulher é uma lutadora, pessoal. Foi dela a ideia de criar esta CPI. Entrei depois, para ser o Relator. Mas quem conhece a história de Lídice da Mata...Quero dizer a vocês que de todas as causas progressistas lá no Senado Federal ela está à frente. Tenho o maior orgulho – e isso é verdade – de ser amigo dela e de estar participando com ela desta CPI.

Antes de passar para a Irone, que vai ser a próxima a falar...Já estamos caminhando para o fim. Vamos escutar o resto das mães. Agora, queria chamar, também, o Dr. Emanuel Queiroz, que é representante da Defensoria Pública e Jefferson Moura, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal.

Irone, a palavra está contigo.

A SRª IRONE SANTIAGO – Não sei se é bom dia ou boa tarde! Meu nome é Irone Santiago. Como todos estão vendo aqui. Sou moradora do Complexo de Favelas da Maré.

No dia 12 de fevereiro, lá na Maré, o Exército se fazia presente naquela comunidade porque os nossos governantes acham que precisamos de pacificação. Lá havia vários tanques de guerra, coisas que eu achava desnecessária porque não estamos em guerra.

No dia 12, meu filho foi acometido por esse Exército. Meu filho levou dois tiros de fuzil 762: um perfurou a sua perna, e ele teve a sua perna esquerda amputada; o outro pegou no tórax, lesionando seu pulmão. Perdeu parte do pulmão e lesionou a medula. Meu filho se encontra em cima de uma cama, paraplégico e com muitas necessidades, necessidades para as quais este Governo, os nossos governantes não estão nem aí. Ninguém faz nada.

Esta semana recebi uma notícia. Me ligaram dizendo que não ia ter mais ambulância para pegar o meu filho e levar ele ao médico. Faço o quê? Eu trabalhava. Eu não posso mais trabalhar porque agora meu filho depende de mim. Meu filho tem feridas pela perna, tem uma escara muito grande porque ficou muito tempo internado, 98 dias, no Getúlio Vargas.

Procuró respostas daqui, procuró respostas dali. Em todos os espaços que me chamam, que me convidam, eu vou para denunciar este Governo que, para mim, é um Governo fascista, mentiroso. Entendeu? Além de matar os nossos filhos, nos mata aos poucos porque eu também estou morrendo. Meu filho não está morto, graças a Deus o meu filho não morreu, mas eu me encontro doente, porque fico doente de ver meu filho em cima de uma cama.

Essa corzinha, que é parda...Ah, porque é preto, é branco. Sou preta. Não existe cor parda. Não sou lápis de cor, entendeu? Não sou um lápis de cor. (Palmas.)

Lápis de cor é que tem cores. Então, venho para falar, para expor. Não quero ser mais um. Não quero que meu filho seja mais um na estatística deste País.

Lá no Complexo da Maré estou vendo todo o mundo só falando da Polícia. A polícia fez isso, a polícia, a polícia, a polícia. E do Exército, que ninguém fala da atuação dele? Para mim, na minha opinião, o pior lugar em que ele atuou foi no Complexo da Maré.

Eu venho aqui, vou a qualquer lugar e falo o que eles fizeram no Complexo da Maré, em Imbuí e no Alemão. Lá na Maré, além de pessoas mutiladas, várias pessoas foram mortas. Mas isso não está no relatório, não vejo no relatório de ninguém. Aonde eu vou não vejo. Cadê o relatório do Exército? Só se fala da Polícia Militar. Eles fazem e ainda bombardeiam que o seu filho era um bandido, que era isso, que seu filho era aquilo, mas ninguém foi lá me perguntar o que era o meu filho. Meu filho estava fazendo um curso, lá no Senac, que ia concluir agora. Por quê? Porque sou favelada, moro na favela, sim, mas a gente sabe...Nós sabemos que temos de lutar para mudar as nossas condições. Meu filho estava lutando para isso. Meu filho trabalhava e estava fazendo esse curso, que ia concluir agora em novembro. Teve o seu direito de ir e vir, como a minha amiga a Fatinha já tinha falado, tirado, como também tive o meu. Estou aqui porque deixei minha nora tomando conta do meu filho. Tenho uma neta de três anos.

Não vejo ninguém falando da atuação do Exército. Gostaria que tivesse, no relatório de vocês, a atuação do Exército Brasileiro, que é péssima. Acho que não havia necessidade de termos oito tanques andando dentro do Complexo da Maré. Não moro no Iraque, não moro no Irã.

Outra coisa, alguém perguntou se queríamos pacificação? Alguém perguntou? Ninguém veio me perguntar se eu queria pacificação. O senhor é polícia, é polícia militar. O senhor escolheu a sua profissão. Eles são militares, como falaram do soldado que levou um tiro e morreu. "Ah, o meu marido era policial e morreu no Complexo da Maré."

Eu não tenho culpa. Eles escolheram a profissão. O senhor escolheu ser policial, o meu filho não escolheu levar tiro. Ele não escolheu levar tiro! (Palmas.)

Eu agradeço muito a Deus por o meu filho estar vivo, mas eu quero uma justiça que se faça, porque o meu filho está lá em cima de uma cama, cheio de necessidades, e eu não tenho de onde tirar. Não tenho. O que eu recebi do posto foi um pouquinho de gaze, um soro e um esparadrapo, e eu faço o quê com isso? Meu filho tem uma escara desse tamanho assim nas costas. Tenho as fotos ali. Entendeu?

As pessoas caem de pau matando: "Ah, porque era bandido, era traficante." Não era. O meu filho não era um bandido. E ainda se fosse, como disse a minha companheira Ana Paula, ainda se fosse.

Em nosso País as pessoas falam que não existe pena de morte, mas tem sim. O meu filho só foi assistir ao jogo, Flamengo com Goytacazes, nesse dia e não voltou mais para casa. Por quê? Porque ele teve o carro fuzilado. Fuzilado por esse exército brasileiro. Disseram que eles estavam lá para nós proteger. Nos proteger de quê?

Eu moro no Complexo da Maré há 47 anos. Eu nunca nem tranquei a minha porta para dormir, nunca! Porque eu nunca tive a minha casa invadida por bandido ou por ninguém. Agora, com eles lá, a casa da gente era invadida a toda hora, você tinha os seus direitos desrespeitados. Porque nós, que moramos na favela, não

somos respeitados, porque eles acham que porque somos pretos – porque eu não sou parda –, o meu cabelo é loiro, é pintado, porque eu quero assim, entendeu? (Palmas.)

Porque eu quero assim, mas eu sou negra. Lá na minha certidão está escrito parda, mas eu não sou parda não, porque parda é pardal, um lápis de cor, eu não sou não.

Então, eu exijo justiça! Eu exijo uma justiça, porque não adianta ficar discutindo aqui em uma mesa, em todos os lugares que você vá discutem: “Ah, porque a polícia matou não sei quantos. Ah, porque isso ou ah, porque aquilo.” E o que está se fazendo? Quantos já foram lá na minha casa ver o estado do meu filho?

O Superintendente da Pessoa com Deficiência, o Sr. Marco Castilho, foi lá na minha casa. Ele viu as minhas necessidades, mas cadê? As minhas necessidades estão sendo atendidas? Eu gostaria de saber se as minhas necessidades estão sendo atendidas? E quem é? Onde vai constar, em que relatório vai constar o caso do meu filho? Porque ninguém sabe que o Vitor Santiago existe, ninguém sabe, mas o meu filho existe e eu estou aqui para gritar e para falar por ele.

E eu exijo que a justiça seja feita, porque o meu filho não pediu para levar tiro. Ele não escolheu. Ele só quis sair para assistir a um jogo, como todo jovem e teve o seu direito tirado. E ele encontra-se em cima de uma cama.

Eu preciso de medicamentos, eu preciso de fralda, eu preciso pagar a passagem para estar saindo para os cantos. Cadê? Quem vai me dar isso? O meu filho precisa de uma boa alimentação, porque nós sabemos muito bem que o nosso... O meu filho foi aposentado pelo INSS, mas nós sabemos que é uma miséria o que se paga neste País a uma pessoa com necessidades especiais, como o caso do meu filho agora.

Um jovem bonito, está aqui. Um jovem muito bonito, o meu filho, muito bonito, cheio de planos e projetos e foi tirado por esse governo maldito.

Aí vem esse tal de Pezão: “Ah, porque a família da D. Terezinha foi indenizada.” Vem cá, indenizada? E quem é que vai devolver o filho dela? Ana Paula, o filho levou um tiro pelas costas, como outras mães que estão ali e quem vai fazer o quê?

Não adianta a gente fazer uma CPI, não adianta fazer um blá-blá-blá. Vamos agir, o povo tem que reagir. O povo tem que fazer alguma coisa para mudar a situação do nosso País, porque nós não aguentamos mais.

Eu, mãe de Vitor Santiago, estou revoltada. Eu estou muito revoltada de olhar o meu filho em cima de uma cama.

E ninguém, não tem o que fazer. Eu faço o quê? Eu faço os curativos do meu filho, porque além de mãe eu virei uma enfermeira, tudo isso tive que aprender, porque o Estado mutilou o meu filho, mas ele não botou... Vai uma enfermeira uma vez por semana, isso quando ela vai, quando ela não tem os problemas dela lá e eu que assumo essa parte de enfermagem.

Sou mãe, sou dona de casa, sou eu para tudo. E quem vai responder por isso? Será que consta no relatório de alguém o nome do Vitor Santiago? Essa pergunta eu quero deixar e eu quero resposta para isso, porque eu não vim aqui para ficar enchendo linguiça, não. E vim aqui porque eu quero resposta – só isso que eu tenho para dizer. Eu quero resposta!

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, D. Irone.

E saiba que no relatório da CPI a gente vai tocar nesta questão do Exército, porque...

A SRª IRONE SANTIAGO – Eu acho bom.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... se a gente falava sobre uma polícia militar que age dentro da lógica da guerra, imaginem a presença do Exército, que toda a formação é para a guerra, dentro de uma comunidade.

E eu quero dizer outra coisa também. Da mesma forma, você veja, imagina se... Porque está acontecendo uma coisa no Rio de Janeiro que é muito grave, a existência de mandato de busca e apreensão coletivo.

A SRª IRONE SANTIAGO – Mandato onde? Porque na favela não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, você entra com... Não, ele dá uma mandato só, o juiz, e ele entra com o pé na porta de todas as casas.

A SRª IRONE SANTIAGO – Na favela não existe mandato, eles entram, pronto e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, não este é o mandato individual. É mais grave, eles criaram uma figura nova, na qual o juiz dá um mandato de busca em toda a comunidade da Maré e aquilo dá direito, em tese, de entrar em todas as casas.

E eu volto a perguntar: imagina isso em Copacabana, Ipanema e no Leblon? Se podia existir?

E como se fossem dois territórios aqui.

A SRª IRONE SANTIAGO – É bom também falar, Senador Lindbergh, porque foram tiradas 70 linhas de ônibus por conta de arrastões na praia. Porque para quem é da zona oeste eles querem construir esses piscinões, para você tomar banho de merda, porque é tomar banho de bosta. Entendeu? (Palmas.)

Você vai para lá para você não ir para a Zona Sul.

Agora, põe um caveirão dentro da favela, vai botar um caveirão, bota lá na praia, não estão incomodando? Bota um caveirão na praia já que o povo está incomodando lá, bota um caveirão na praia. Bota um caveirão lá na Barra, dentro de um bairro nobre, bota?

Ah, mas é feio! Estamos entrando em um ano de Olimpíadas. Ah, então tem que aparecer tudo muito bonitinho. Muito bonitinho para o gringo ver. Na favela vamos botar muro, vamos fazer isso, vamos oprimir.

E tem mais, porque me parece o Exército brasileiro está para voltar. Agora, que desgraça que vai ser o Exército brasileiro de novo no Complexo da Maré. Era tiroteio todo dia, todo dia!

Bota lá na Zona Sul, caramba! Pega o caveirão e bota em um condomínio lá na Barra. Bota na beira da praia, se estão incomodados. (Palmas.)

Bota, bota, bota em Miami, mas não bota. Eles querem botar, eles querem acabar com a classe menos favorecida, que somos nós, pobre, preto e favelado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Dona Irone. Muito obrigado e parabéns pela fala.

Queria chamar Márcia Jacinteiro.

A SRª IRONE SANTIAGO (Fora do microfone.) – Jacintho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Já foi? Desculpa, estava escrito aqui Jacinteiro. Jacintho, escreveram errado. Que é mãe de Hanry da Silva Gomes, que é do Lins.

Eu vou passar agora, eu vou chamar depois o pessoal também do Amanhecer contra a Redução. Peço até desculpa, André, porque a gente estava aqui com a lista.

A Ana Paula também, da Agência Redes de Juventude.

E eu quero passar imediatamente para o Dr. André Nicolitt, que é juiz de direito, para fazer uma fala.

Como o tempo está passando, eu sei que todo mundo... se a gente pudesse tentar fazer cinco minutos, no máximo, eu sei que é difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sei, eu sei pessoal, só que...

Olha, a gente está deixando aqui o seguinte, deixa eu te falar. Todas as mães hoje aqui vão falar. Eu já disse isso desde o começo.

A gente está ouvindo todo mundo. O ponto forte disso aqui são as falas das mães. Agora, é lógico que a gente tem que limitar um pouco o tempo, porque senão a gente não sai daqui hoje e vai ter um plenário muito esvaziado. Não é pela minha presença não, porque eu fico aqui até a hora que for, mas eu acho que todo mundo quer falar no momento em que as pessoas estão aqui. Então, é bom a gente ordenar um pouco, porque as coisas têm que ser ordenadas também aqui para funcionar.

Então, eu estou pedindo a todos que tentem falar em determinado tempo, para que a gente consiga acabar com o auditório ainda com uma presença significativa.

Dr. André Nicolitt.

O SR. ANDRÉ NICOLITT – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui participando deste debate importante sobre um tema tão sensível. Eu vou procurar ser breve. Eu não falo como representante do Poder Judiciário, apesar de ser juiz. Acho que um colega já me antecedeu aqui. Eu não participei da fase da manhã porque estava em um compromisso na UFRJ, discutindo exatamente essa questão tão importante que são as violações dos direitos fundamentais.

Então, a minha fala é como integrante de um Poder, de um sistema de justiça criminal, mas também como um professor, crítico desse sistema. E gostaria de aproveitar esse momento em que nós estamos aqui com vários representantes de organizações, movimentos sociais, para apontar uma diretriz um pouco diferente do que, muitas vezes, está na pauta dessas questões. Nós temos as reivindicações dos movimentos das mulheres em razão das violências domésticas; do movimento LGBT em função da homofobia etc. Então, os anseios dos movimentos sociais, dos movimentos de direitos humanos, são muito grandes em relação às graves violações de toda ordem. O movimento negro, que já teve conquistas de criminalizar o racismo lá trás. E nós sabemos muito bem que, apesar da criminalização, não saímos de onde sempre estivemos.

E a primeira mensagem então que eu queria dar – quando eu vejo as pessoas vítimas do sistema clamando por justiça etc. –, é de que não se protege direitos humanos com o Direito Penal. Não se protege direitos

humanos com sistema penal. O sistema penal – no qual eu convivo por dentro, de perto – é uma máquina de produzir sofrimento! Ele é uma máquina de moer vidas!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ANDRÉ NICOLITT – E não é qualquer vida – falávamos hoje lá na UFRJ de manhã. É o que o Agamben – filósofo italiano – diz: “Vida nua! Vida desprotegida!” O sistema penal é feito para moer essa vida. Nós integramos um poder que é formado por apenas 14% de negros e pardos, porque, se formos falar só de negros – e o critério é autodeclaração – é apenas 1,4% de juízes no Brasil que são negros. E que encarceram 68% de negros! Quase 70% da população carcerária brasileira são de negros.

Então, nós vivemos a mesma lógica do sistema penal imperial: em que nós tínhamos brancos privando negros de liberdade! E é esse o sistema penal que se reproduz hoje. Mas isso se reproduz em todos os sentidos, porque são homens que praticam violências domésticas e que vão para a cadeia, mas homens negros e pobres. São policiais que praticam violações de direitos humanos que também, como todos nós, são negros e pobres, mal preparados, mal remunerados, que servem como fiéis cegos de uma seita em um estado de guerra de “nós contra eles”. São pobres coitados que não conhecem o que está por trás, a matriz oculta desse sistema perverso.

Então, eu vim aqui para dizer não de um sistema de leis ou de um sistema penal, mas eu vim aqui para falar de uma ideologia, de uma ideologia que se apoderou de nossos Poderes instituídos e de nossas instituições, e que produz esse massacre. Produz duas coisas: a morte e o encarceramento dos nossos jovens, ou seja, de 18 a 25 anos são jovens pobres, negros, que habitam as nossas cadeias.

Então, o Direito Penal não serve para absolutamente nada! Não serve para aplacar as nossas dores quando nós somos vítimas; não serve para combater o racismo, do qual nós somos vítimas. O Direito Penal não serve para nada!

Então eu, como integrante desse sistema, tenho uma postura de resistência a tudo isso. E a todo o discurso que vise ampliar esse sistema penal: seja para punir PM, seja para punir homens envolvidos em violência doméstica, seja para punir quem agride homossexuais.

Porque eu não acredito nisso! Porque nós temos já a criminalização do racismo. E como é que funciona hoje, para vocês terem ideia, a estatística em relação ao racismo? Nós temos, por exemplo, no Estado do Rio, de 2013 a 2015, aproximadamente 13 mil sentenças condenatórias por furto e 3 mil sentenças absolutórias por furtos, roubos etc. Absolve-se muito menos por esses crimes patrimoniais e se condena muito mais. Por quê? Quem são esses condenados? Negros, pobres etc. E a tutela penal que o direito deu ao negro? Nós temos aproximadamente, nesse período, 40 sentenças condenatórias por crime de racismo contra 60 sentenças absolutórias. Na lógica do racismo absolve-se muito mais do que se condena. Na lógica patrimonial condena-se muito mais do que absolve. Isso demonstra o quê? Que não adianta ter uma lei que criminaliza, que aumenta a pena do racismo, que o torna imprescritível, se o sistema ainda continua desigual, capitalista, racista, de juízes brancos prendendo negros, pobres e favelados!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ANDRÉ NICOLITT – De uma ideologia que se utiliza do Direito Penal e do sistema penal para matar e segregar.

E qual é o hoje, Senador, o maior instrumento da matança e da segregação que nós não queremos discutir e não temos discutido? É a legalização das drogas! A guerra às drogas! Esse argumento de guerra às drogas, porque nós podemos beber uísque – que é uma droga –, nós podemos fumar cigarro – que é uma droga –, mas algumas drogas o sistema capitalista resolveu proibir para atender a interesses da indústria bélica, da indústria de armas, da indústria farmacêutica, do capitalismo internacional e, com isso, para que muita gente lucre com segurança, com arma – que, agora, a pauta conservadora do Congresso está querendo implementar. Olha que loucura! Isso serve a quem? Quem tem interesse em ampliar a indústria bélica?

Eu não quero discutir mais punição para o policial – porque eu estou solidário às dores de todo mundo. Mas a questão é muito mais séria, porque esses caras não sabem o que estão fazendo, estão ali mal treinados. Eu quero saber é quem está ganhando dinheiro colocando armas no mercado para tirar a vida dessas pessoas. É isso que a gente tem que discutir. Quem está alimentando essa guerra às drogas, proibindo as drogas, matando nossas crianças e encarcerando quem não morre!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ANDRÉ NICOLITT – Então, eu queria convidar os movimentos sociais e as lideranças políticas para criar uma discussão de unificar as lutas dos movimentos sociais em torno de um tema que é de maior impor-

tância para nós hoje, que é a legalização do consumo, do comércio, da produção das drogas no Brasil, como única forma de conter as mortes, de conter o grande encarceramento e de evitar tanto sofrimento, porque os males produzidos pela guerra às drogas são muito maiores do que o uso ainda que abusivo das drogas.

Hoje o cigarro é uma droga lícita e o seu uso está freneticamente sendo controlado e diminuído. Então, nós temos outros mecanismos de conter eventual uso abusivo de drogas que não o Direito Penal, que só serve para matar e encarcerar a juventude pobre e negra do nosso País.

Esta era a contribuição que eu queria trazer para essa tarde.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Que maravilha, Dr. André.

Eu queria chamar, agora, para falar o Emanuel Queiroz Rangel, depois vai ser a Márcia Jacintho. E chamar o Nicodemos, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, para sentar no lugar do Dr. André.

Com a palavra o Dr. Emanuel.

O SR. EMANUEL QUEIROZ RANGEL – Boa tarde a todos, Senador Lindbergh, a todos os presentes.

Atuo hoje como Coordenador de Defesa Criminal da Defensoria Pública, represento aqui o Dr. André Castro, Defensor Público-Geral. E tenho a minha vida profissional atuando na defesa criminal. E é muito interessante observar que atuei no Tribunal do Júri, na capital, possivelmente possa até ter feito uma defesa de algum agente estatal que cometeu algum dos delitos de que alguém tenha sido vitimado aqui, de alguma família que tenha sido vitimada.

E o discurso que nós utilizamos na defesa... Observem, não me envergonho do discurso, porque lá sou um instrumento também de garantia do direito de defesa, mas o discurso que nos vem, para exercer esse direito de defesa, pela história contada, pelo nosso assistido nos casos, sempre passa pela questão de afirmar o que foi dito pelas senhoras.

Qual é o discurso que um defensor público vai lá fazer, que é alimentado pelo acusado? “Olha, a vítima estava vinculada ao tráfico de drogas, a vítima tinha uma arma, a vítima atirou em mim.” E, senhores, pasmem, muitas das vezes, os representantes da sociedade carioca aplaudiam e absolviam o cidadão que estava ali sendo acusado.

Para mim, pessoalmente, que tenho – e assumo aqui – o compromisso com o direito de defesa daquele cidadão, saía satisfeito com a realização do meu trabalho, mas era duro dormir em casa, como se fosse um advogado do diabo. Era duro dormir em casa e é muito duro dormir em casa.

Esse depoimento é um depoimento que sempre incomoda, porque sempre vemos a família da vítima. E observo e insisto, mais uma vez, jamais abriremos mão do direito de defesa de quem quer que seja e vamos exercê-lo como defensores públicos da melhor forma, mas é muito duro, como ser humano, como cidadão, colocar a cabeça no travesseiro.

Avanço para os senhores dizendo que, em outubro de 2011, tínhamos aqui, no Estado do Rio de Janeiro, 28 mil pessoas presas. Hoje temos, nos nossos cárceres, quase 44 mil. Em dados precisos do mês passado, 43.897. Aumentamos em 52% o número de pessoas presas, no Estado, em quatro anos. E qual a sensação de segurança que os senhores possuem? Aumentou a sensação de segurança?

Senhores, esse discurso vazio desse “politivismo” é direcionado exatamente, como disse aqui o Dr. Nicolitt, contra os senhores. Ele é exatamente voltado contra os senhores, contra a sociedade. Por quê? Um dado clássico de agora, do primeiro recorte das audiências de custódia do Estado do Rio de Janeiro, do dia 18 de setembro ao dia 14 de outubro. Os senhores sabem, das 186 pessoas que foram levadas à audiência de custódia, na sua autodeclaração de cor, qual a cor da pele dessas pessoas? Dr. Nicolitt, 68% eram o quê? Eram negras.

A Justiça Penal – não acreditem na Justiça Penal – é seletiva, porque ela é um instrumento desse modelo capitalista que domina este mundo. Não acreditem nisso. Essa é a nossa luta, porque a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro fez uma opção muito clara. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro aprendeu com o tempo.

E essa frase recebemos do Júlio Calçada, que foi o representante, no Uruguai, da Agência Reguladora da Cannabis. Ele nos disse que, na sociedade uruguaia, três crimes graves ocorreram ligados às drogas, e o Governo decidiu o que fazer. Se fosse aqui, no Brasil, iria aumentar a pena, iria transformar em crime hediondo, iria fazer... A sociedade uruguaia, o Governo uruguaio parte do seguinte prisma: senhores, a antítese de insegurança não é segurança. A antítese de insegurança é a convivência.

Nós temos que conviver e temos leis, como disse o Coronel Ibis aqui, que amparam uma convivência, que amparam que as pessoas possam se emancipar e seguir num caminho social, num caminho do bem-estar. Não achem mesmo – essa experiência na Defensoria Pública nos diz isso – que insegurança vai se resolver com violência.

A Defensoria Pública também, agora finalizando, meu tempo é curto, está discutindo fortemente a política de drogas. Há um grupo de trabalho discutindo isso. Promoveu um curso de dez aulas sobre isso.

E a Defensoria Pública do Rio de Janeiro se posiciona a favor da regulamentação do comércio das substâncias ditas ilícitas. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro já manifestou isto publicamente: é contra a redução da maioridade penal. A Defensoria Pública já também se manifestou publicamente contrária a uma distensão no controle de armas. É fundamental o controle de armas.

E, para finalizar, já foi dito aqui que há uma necessidade também de influenciarmos, Senador, no Poder Judiciário. O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tem uma súmula – súmula é como o juiz deve interpretar –, a Súmula nº 70, como disse o André, que diz o seguinte: “O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação”. Ou seja, basta que dois policiais compareçam ao juízo e digam: “Olhe, esse cidadão aqui, Lindbergh, estava com uma arma de fogo”. E ele vai ser condenado criminalmente, mesmo que existam outros meio de prova para se amparar e se discutir sobre outra coisa.

Mas é mais grave. Esse exemplo do Judiciário... O que é mais triste e ouvir aqui o Senador falar do mandado coletivo: ontem o Supremo Tribunal Federal jogou no lixo a garantia da inviolabilidade do domicílio de todos nós. O Supremo Tribunal Federal fez uma interpretação do dispositivo constitucional permitindo que se invada a sua casa e, a posteriori, justifique-se o motivo da invasão. Pasmem, o guardião da Constituição da República fez isso ontem. Senhores, infelizmente o Supremo Tribunal Federal autorizou o pé na porta, e todo mundo já sabe aqui onde o pé na porta acontece. É lamentável!

Espero que avance, espero que, daqui a dez anos, não estejamos mais discutindo esse assunto tão triste como estamos discutindo hoje.

Muito obrigado pela paciência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Dr. Emanuel. Muito obrigado mesmo pela fala, pelo conteúdo.

Eu queria, antes de passar para a Márcia Jacintho, chamar aqui o André Resende, que é representante do Amanhecer contra a Redução, essa turma que fez uma mobilização muito grande aqui, no Rio de Janeiro e no País, contra a redução da maioridade penal.

Depois da Mesa, nós vamos ter ainda inscritos os últimos. Depois disso, das famílias, a Ana Lúcia, a Fátima Pinho e a Deize de Carvalho. E vamos ter ainda, fora os que estão aqui, o André e a Ana Paula. Com essas inscrições, fechamos essa audiência pública.

Com a palavra, Márcia Jacintho.

A SRª MÁRCIA JACINTHO – Acredito que já é boa tarde.

Sei que o tempo não cura nossa dor. E, toda vez em que eu me encontro num lugar desse, eu revivo todo aquele momento em que eu procurava meu filho para ir à escola e, lamentavelmente, em tantas buscas, eu o encontrei no IML, com um único tiro no coração à queima-roupa. De quem? Se seu filho é estudante, você sabe a educação que deu, sabe quem é. Como? Aí vêm as perguntas. Como?

Aí veio o confronto, intenso tiroteio, uma arma 38, seis ou sete elementos tratados, então, como traficantes. Eu, assim como a fala da Paula hoje, vou dizer, em primeiro lugar, que eu não tenho nenhum pinga de prazer de estar aqui, mas sinto necessidade de estar, porque eu tenho uma palavra para fortalecer as minhas companheiras, as minhas amigas de dor, já que eu sei da dor de cada uma, para que nunca desistam.

A voz da Paula é a voz de quando eu comecei a gritar. Esta aí a D. Teresa. Eu respeito todas as mães. Eu também, quando vi o meu filho de 16 anos, que tinha um sonho e foi morto covardemente... E o pior de tudo, como a Paula falou, é que nós temos que suportar, passar por cima da dor e fazer o papel que a polícia civil tinha que ter feito e não fez.

Então, para mim teoria aqui não serve para nada, porque quando eu tive acesso ao inquérito...vai-se ao local, ouça-se testemunha, ouçam-se familiares da vítima, mas nada disso aconteceu. Quem era aquela vítima? Não importa se era branco, preto, pobre, veio de onde, favela qual? Morro do Gambá, alto da comunidade, seis ou sete elementos, traficantes. Pronto, acabou! O comandante do 3º Batalhão assinou embaixo, junto com aqueles vermes, o Ministério Público, o Poder Judiciário – como foi dito aqui – já que não serve para nada, está fazendo o que o fórum? Ganhando nosso dinheiro em vão, recebendo salário público, que é do nosso bolso, se não serve para nada!

Um defensor público disse para mim, na minha cara – e não vou dizer o nome dele – que não iria dar em nada, sabe por quê? Porque a bala entrou e saiu. Não tinha como fazer a prova de balística, mas estava lá o traficante morto. Eu tive que descer da favela, largar o meu serviço, largar tudo, desmaiando, passando mal, perguntando por que, caindo, levantando e dizendo que não podia morrer.

Quando li o inquérito escrito traficante, para justificar o álibi forjado daquele bando de bandidos, que eram 11, fardados e aquela bala que eu paguei e que todas nós pagamos e que matou o meu filho.

(Manifestação da plateia.)

Esse Estado homicida, assassino, genocida, racista e preconceituoso, criminalizador da pobreza e muito mais coisas. Para mim aqui não é o liberar maconha que vai resolver. Vai fazer o que com os armamentos que já estão lá? Vão liberar as armas? Libera a maconha, já que todo mundo fuma mesmo, quem fuma, fuma. Não tenho nada contra. Nunca fumei, nem vou fumar, não gosto nem do cheiro e nem de cigarro, mas cada um faz da sua vida o que quiser.

Aí vai fazer o que com aquelas armas, com aqueles fuzis que já estão lá? E os que já estão sendo mortos nas ruas por assalto, vai fazer o que com eles? Eles não estavam fumando maconha, eles estavam assaltando. Vamos deixar de hipocrisia, vamos deixar de procurar história para um Estado homicida e botar todo mundo na cadeia: botar a Dilma, o Pezão, esses canalhas todos na cadeia.

É isso que tem que fazer.

O que acontece? Nós mães ficamos por último a falar, estamos aqui angustiadas, porque isso continua acontecendo. A maioria que deveria ouvir, apesar disso aqui estar gravado, tem 12 anos que estou gritando, colocando na mídia e quem quiser achar o meu nome lá acha a minha causa lá. Eu, de muitas mães, fora o que não foi falado aqui, sete mães que já morreram, definharam tanto, clamando pela tal justiça, que deveria acabar esse fórum. Já que não existe para nada, que não serve para nada, deveria acabar com tudo isso.

Na verdade, o senhor me desculpa, mas até em Brasília, porque quando fico vendo o que o Cunha está fazendo, o Renan Calheiros está fazendo, o Bolsonaro, essa turma toda que deveria estar na cadeia há muitos anos – não tenho rabo preso com ninguém, não devo nada a ninguém, quem paga as minhas contas sou eu, eles nunca colocaram arroz ou feijão na minha casa, não devo nada a essa raça – estão ganhando milhões e milhões e não tem dinheiro na Suíça, mas está tudo lá bloqueado. Eu estou aqui hoje, doente, até trouxe o pedido para fazer eco, ergométrico, coração, desmaiando, parando no hospital, porque ainda tem isso. O que sobra de nós mães depois da perda dos nossos filhos?

Sou hipertensa, ontem estava com a pressão 18 por 10, o médico ficou admirado, porque eu só estava sentindo uma dorzinha na nuca e me perguntou o que aconteceu e falei que deu saudade do meu filho. Eu queria saber como ele seria hoje, aos 29 anos, porque ele tinha 16 anos. É isso, doutor, o que tenho.

Fui parar no hospital Marcílio Dias, desmaiada, carregada por um amigo, que me jogou no carro e não sei, não vi, porque sinto saudade no aniversário dele, no dia das Mães, no Natal. Nós éramos uma família muito unida. Eu nunca dependi do Estado para nada, mas aquela bala que matou o meu filho eu paguei, todas nós pagamos.

Não estou aqui para falar mal da polícia. Estou aqui para falar mal de um sistema chamado corporação militar, que deveria também acabar, junto com o governador e com o secretário de segurança, que é um homicida...

(Manifestação da plateia.)

Era lá que ele deveria estar, porque quando ele fala que não pode fazer omelete sem quebrar os ovos, um secretário de segurança desse deveria estar preso, porque ele deve ter nascido de chocadeira, porque ele não me respeitou como mãe, nenhuma de nós. O meu filho não era um homem que saiu de uma galinha, porque não sou uma galinha, eu sou uma mulher. Sempre trabalhei, estudei, tive que voltar a estudar, comecei até a fazer o primeiro período de Direito, para conhecer bem os trâmites dessa tal chamada justiça, para, então, depois de cinco anos e nove meses – eu iria falar aqui para tantas mães que não conseguiram – eu consegui a tal chamada justiça. Qual a justiça que eu consegui? Limpar o nome do meu filho, que era o meu orgulho.

Para mim, era o orgulho que eu tinha na vida, porque ele eu não tenho mais. Mas falei: vou gritar por você e vou limpar o seu nome e ver escrito cidadão do bem. Tenho esse papel comigo, que o juiz me deu, Dr. Sidney.

(Manifestação da plateia.)

Além de trazerem a dor de uma mãe, fazer a mesma lutar por justiça. Trago de volta memória o nome do cidadão Henry Silva Gomes de Siqueira.

Por isso, estou aqui para falar para todas as mães: não desistam, não esperem só pela polícia civil, ministério público ou defensoria. Façam, porque muitas coisas erradas que estavam no inquérito eu ligava para o promotor dizendo: Doutor tem um aqui que disse que não estava no dia e que ele não fazia parte, que tinha outro, o senhor viu? Ele disse: “D. Márcia, eu não vi.” E eu: realmente, o senhor tem um montão de inquéritos e eu só tenho esse.

Eu chegava lá – aí eu já não era mais uma negra qualquer, mãe de bandido, porque comecei a comprar umas roupinhas de advogada, que nem advogada era, porque estava estudando: “Oi, doutora, sua carteirinha.” Muda o sistema. Já não é mais a negra qualquer, mãe de bandido. Eu falei: ainda não sou doutora e sempre tive acesso para entrar no Ministério Público para falar com o promotor responsável, para mostrar a ele o que ele não tinha tempo de ver. Não era porque ele não queria, mas era muito inquerito – e hoje muito mais.

Doze anos e dez meses eu só estou vendo, cada dia, mais e mais. Sabe o que o meu cardiologista falou para mim: “D. Márcia, para de assistir um pouquinho essas reportagens, porque isso lhe faz mal.” Tive um princípio de infarto quando soube que os dois policiais envolvidos no meu caso, já respondendo processo, tinham sido promovidos.

Eu botei a camisa com a foto do meu filho e entrei dentro do terceiro batalhão e fui falar com o comandante. Ele me ouviu. Eu falei: e aí, comandante? Eles estão suspensos, não estão nas ruas. Mas foram promovidos? Quer dizer que é igual à época do Garotinho, do sistema faroeste: quanto mais matar mais ganhava, né? Quer dizer que é promovido, porque matou meu filho e muitos por aí afora? E ele: “D. Márcia, está na justiça e se eles tiverem que ser condenados vão ser com promoção e tudo.” Em 2008 mesmo, eles foram condenados e expulsos da PM.

(Manifestação da plateia.)

E vou dizer uma coisa. Pasmem vocês. O bandido, tem miliciano trabalhando, ganhando normalmente, qual é o problema? Vai ser miliciano sem eu e você pagarem. Não vejo caveirão onde tem milícia, não vejo atuação de polícia, não vejo helicóptero dando tiros com armas pesadas, que diz que não pode andar na comunidade.

Inclusive eu já perguntei isso para o secretário: por que se são policiais militares, civis e bombeiros que estão na ativa, não sei por que eles ainda são milicianos. E isso é notório para todo mundo aqui. Eu não estou falando nada absurdo. Sei muito bem e respondo pelo que eu estou falando. Todo mundo sabe disso, não é verdade?

E pasmem, todos, que a Delegacia de Homicídios... porque eu não acredito em polícia investigando polícia porque, para mim, existe corporativismo. Porque, senão, não precisava de eu fazer o papel deles, nem a Paula, nem as outras mães. Senão, a gente não precisava ajudar eles, precisava? Não, se não existisse o corporativismo.

Então, o que acontece... Fora que eu ia na delegacia... Eu acordava de manhã, eu tinha que ir em algum lugar. Eu ligava para o delegado, eu tinha que perturbar alguém. Aquela dor, aquela revolta, eu tinha que jogar em cima de alguém.

E o que acontece? O promotor, coerente e não corporativista, ali ele não queria prender o policial ou absolver a vítima, que já estava morta também, não podia responder mais. Ou, então, o que ele fez? Ele, que eu já tinha pedido a Homicídios para levantar a ficha criminal dos policiais porque a do meu filho eles levantaram também. Levantaram.

Aí, o bandido, que na época tinha 15 anos e era office-boy, ele foi assaltado e deu queixa na 1ª DP. Eu falei: engraçado, André, o bandido foi dar parte na polícia, na delegacia, por que não prenderam ele? Ele ficou de boca aberta para mim. E falei assim: e seus colegas? Você levantou a ficha dos seus colegas? “Não, D. Márcia, aqui eu não tenho compromisso com essas coisas. Vai vir a verdade.” Está bom, faz de conta que eu acredito.

No dia da audiência, quem estava lá viu: Marcos Alves da Silva, o primeiro PM, tinha sido condenado em 1998 por 157. Em 2008, ele foi promovido. Nunca deixou de trabalhar, nunca foi preso, então não existe também Poder Judiciário. Acabem com o fórum, por favor, gente! Vamos fazer uma CPI para acabar com o fórum? Pelo amor de Deus! E o outro, bêbado, cheio de cachaça, respondia a um processo de tentativa de homicídio depois de um porre. E o bandido era o meu filho, de 16 anos. Essa é a nossa polícia, esse é o nosso sistema.

E eu estava sempre com... Eu esqueci o nome dele, que na época era o corregedor, dentro do quartel geral da PM, porque eu estava sempre ali. Eu esqueci o nome, acho que era Raul... E ele: “Não, D. Márcia, estou vendo.” Ia lá naquela corregedoria lá do Méier.

Engraçado, nunca me mostraram que eles respondiam a processo e um tinha sido condenado. Já viu policial assaltante? Essa é a missão de um policial? Meu filho nunca tirou nada de ninguém. Então, tudo isso me indignava a cada dia mais e mais a correr atrás e limpar o nome do meu filho.

E, agora, o que sobrou para mim hoje é a minha saúde. Eu tento trabalhar e tenho que parar porque eu não consigo dar seguimento à minha vida, que era muito boa, obrigada, antes de o Estado do Rio de Janeiro fazer isso comigo, porque matou o meu filho e 50% de mim levou com ele.

Então, para mim, tem que pegar o Governo Federal, estadual, municipal. Tem que pegar a Secretaria de Segurança, o Poder Judiciário e tacar fogo, acabar com essa raça toda. Porque, na verdade, eu não confio e não acredito em mais nada nem em ninguém, a não ser em Deus. Só Ele porque foi por Ele que eu consegui

justiça e limpar o nome do meu filho, que está fazendo muita falta para mim. E creio que está fazendo muita falta para as minhas amigas aqui.

E, quando eu saí, vi assim lá na capa do jornaleiro, tive que comprar. Acho que todo mundo viu isso aqui: “PM confunde um skate com um fuzil”. Aí, colocaram aqui: de repente, vai confundir uma maçã com uma grana. Está aqui.

Eu não sei que formação o senhor tem, a polícia tem. Está aqui. O outro morreu por causa de uma fura-deira. A gente sabe, todo mundo, lá no Andaraí. O outro morreu por causa do macaco hidráulico. Esse, graças a Deus, do skate não morreu. E foi na Zona Sul, mas foi de raspão.

Graças a Deus, pelo menos aqui não foi uma vítima fatal.

Cuidado, moradores de favela, quando estiverem comendo uma maçã. Vocês podem ser confundidos e ganhar um tiro de fuzil. É muito triste, para a gente que é mãe, carregar essa dor daqueles que tinham o dever de assegurar a vida do meu filho.

O meu sonho também foi morto porque eu fui para uma faculdade, fiz o primeiro período de Direito, mas me decepcionei. Quanto mais eu lia, mais eu me decepcionava, principalmente quando foi tirado do meu filho o direito de ir e vir.

Então, eu pensei: o que eu vou fazer? Eu vou me formar?. Eu tenho uma causa. Eu soube, li e peguei... Uma professora falava ali da tese, que tinha que fazer o errado virar certo. Eu não posso fazer isso. Eu sei que o cara matou, ele é um assassino. Eu vou ter que dizer que não, coitadinho, coitado. Eu vou ter que fazer uma tese para poder inocentar um assassino? E eu, que perdi um filho executado?

Nunca mais eu voltei àquela sala e nunca mais voltarei. E o sonho do meu filho de ser um jogador de futebol também morreu com ele. E o próprio Luiz Fernando Pezão, Governador do Estado, estive com ele na campanha dele... Porque na campanha eles procuram a gente. Época de campanha, de eleição, meu Deus do céu, beijam até os catarrentos da favela. Beijam aqueles molequinhos todos cheios de ferida e de catarro, ele beijam. É uma hipocrisia só.

Além da reparação, porque o Estado também foi condenado, está ainda em Brasília, engavetado porque não cabe mais recurso do Estado. Porque a própria Justiça que condena é a mesma que dá direito de recorrer. Eu nunca vi isso! O pobre não recorre em liberdade! Mas o assassino, policial, ele recorre em liberdade porque os meus recorreram em liberdade.

E o Estado, até hoje, nada por mim fez. Eu voltei à psiquiatria, voltei ao psicólogo, para poder controlar, cuidar da minha saúde, da minha pressão, pelo SISREG. Depois de nove meses, eu consegui ser chamada e pedindo a Deus para não morrer. É um sistema para morrer mesmo: SISREG. É um sistema para morrer porque pobre tem que morrer, na porta do hospital, na porta da Upa, da Clínica da Família e no sistema e à bala! Porque elimina-se o problema, não cura nem cuida.

O Governo não está aí para cuidar de nós ou para poder resolver problema, não. Porque já começa pela educação, que é de quinta categoria. Então, o nosso sistema foi feito para matar e, realmente, não existe polícia, existe um sistema para matar. E eles são treinados para matar e têm um alvo: somos nós.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agradeço muito a Márcia Jacintho. Queria chamar Ana Lúcia de Oliveira, que é mãe de Michel Antônio de Oliveira, aqui para assumir o lugar da Márcia.

E eu estou deixando com as famílias o tempo mais livre aqui porque é um momento de desabafo. Não, você pode falar à vontade, Márcia. Agora, com o pessoal que não é das famílias, eu vou controlar o tempo mais forte agora porque, de fato...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, foi ótima a sua fala. Eu estou falando aqui que eu vou passar para o nosso grande Vereador Jefferson Moura, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. Pedir desculpa ao Ronilso, do Viva Rio. Ronilso, estava aqui na lista. Vou chamar já, logo depois. Depois que falar aqui, vou chamar você e o André.

Então, Jefferson.

O SR. JEFFERSON MOURA – O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética. O que me preocupa é o silêncio dos bons – Martin Luther King.

Senador Lindbergh, Ana Paula, D. Terezinha, Márcia, que acabou de falar. Vocês, mulheres guerreiras, que fazem da dor da perda dos seus filhos força para lutar, dão voz a uma causa, trazem para este espaço e para além dele, parabéns, força! Vocês são um exemplo para todos nós.

Lindbergh, Senador, companheiro, você, como Relator nesta CPI, eu acho que tem uma tarefa dupla. É uma CPI nacional.

Mas eu estou convencido de que, na cidade maravilhosa, olímpica, de São Sebastião do Rio de Janeiro, nós temos, em especial de 2010 para cá, um laboratório onde o exercício da ação policial – e aqui o Coronel Ibis é exemplo de resistência, é exemplo daqueles que discutem e compreendem exatamente qual é o papel da Polícia – mas, no Rio de Janeiro, quando a Polícia e a política se juntam, eu estou convencido que hoje, de 2010 para cá e hoje na cidade do Rio de Janeiro, nós temos a institucionalização do crime de ódio, nós temos a institucionalização, por parte do Estado do Rio de Janeiro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, do crime de ódio contra a pobreza.

Isso se apresenta na orientação da intervenção policial militar nas favelas do Rio de Janeiro, na pena de morte que existe, se apresenta em como se trata o problema de moradia na cidade do Rio de Janeiro, em como se trata os pobres que lutam por moradia, isso se expressa naqueles que precisam sobreviver com a dignidade do seu trabalho nas esquinas e calçadas da cidade do Rio de Janeiro... Isso se expressa quando o Prefeito dessa cidade diz que menores que estão nas ruas não são da rua, têm que ser tratados como caso de polícia. Ele não diz nada em relação a Eduardo Cunha, seu companheiro, não diz... Isso não é caso de polícia! Ele não diz nada, nada, da ausência de creches para uma mãe trabalhadora deixar o seu filho ou da ausência da educação integral, da educação em horário integral na cidade do Rio de Janeiro. Isso não está colocado.

Foi aqui na cidade do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro que as forças militares entraram no Alemão. Foi aqui na cidade do Rio de Janeiro que elas acabaram de sair da Maré. E nada, nada foi resolvido. Se olharmos as estatísticas agora, primeiro semestre, um aumento de mais de 22% de assassinatos, um aumento de mais de 22% de mortes executadas por policiais em serviço. Então, nos limites do tempo desta audiência, eu gostaria, me permita sugerir a possibilidade de termos um capítulo neste relatório para discutir a institucionalização do crime de ódio contra a pobreza na cidade do Rio de Janeiro.

Isso não é uma questão menor. Às vésperas da Olimpíada, quando se discute um legado de futuro, a gente percebe claramente que no presente dessa cidade não há legado nenhum sendo construído no que diz respeito à vida, no que diz respeito aos direitos humanos, no que diz respeito ao respeito à dor de cada uma das que aqui estão relatando, estão apresentando o seu relato.

Obrigado, D. Terezinha, Ana Paula, obrigado a todas vocês pelo exemplo de coragem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Jefferson Moura, nosso Vereador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Eu queria chamar o André, que é da Comissão de Direitos Humanos da OAB aqui para assumir, depois o Ronilson, a Ana Paula e nós vamos aqui no final deste bloco o Alexandre... Cadê o Alexandre, da Anistia Internacional?

Obrigado Alexandre.

E eu vou passar agora para o Nicodemos, para fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS NICODEMOS – Boa tarde a todos e a todas, Senador Lindbergh, demais militantes, às mães. Com a satisfação de tentar cumprir o dever de trazer um tema no conjunto de capítulos relacionados a esta CPI, a gente comparece aqui em nome do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, que reúne um conjunto de organizações não governamentais que trabalha na defesa dos direitos humanos de maneira ampla.

Muito já foi dito, especialmente na parte que fundamenta esta política institucionalizada de assassinato de crianças e adolescentes no Brasil. Esta é uma CPI federal, do Senado, e certamente o tema assassinato é corolário ao tema do extermínio de crianças e adolescentes. E a gente sabe a repercussão que tem essa palavra, especialmente no campo internacional, mas a gente gostaria de reforçar que é um posicionamento institucional de que o que nós temos hoje, a título de política de Estado brasileiro, de forma secular, é uma ação de extermínio de crianças e adolescentes com números assustadores e que tem implicações numa superestrutura secular que traz muitos desafios para todos nós, não só no campo da segurança pública, mas também no conjunto das políticas públicas de maneira ampla e geral.

Acho que muito já foi dito aqui e o nosso esforço, o esforço da equipe da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal que preparou um dossiê.

E quero entregar em mão agora à CPI, de modo que possa integrar objetivamente o relatório, e ser apreciado e considerado. Nosso pleito é abrir um capítulo relacionado ao objeto da CPI, que é o assassinato de jovens, no que diz respeito ao sistema socioeducativo.

Nós temos, hoje, constatado que aquilo que foi dito anteriormente por muitos que aqui passaram como um processo de criminalização da juventude, esse processo da criminalização da juventude é resultado de uma negativa, de um conjunto de ausência de políticas públicas. Esse processo de criminalização da juventude tem por reflexo levar um número enorme de jovens ao aprisionamento e tem também como resultado a questão

do assassinato desses mesmos jovens que vão sendo levados, por uma condição de vulnerabilidade social, a esse processo de criminalização. Dentro disso é que nós gostaríamos de destacar hoje uma nova conformação que se deu, que é o cruzamento daquilo que se tem como a lógica da criminalização no aprisionamento, da responsabilidade do Estado nesse aprisionamento em que a lei diz que tem como objetivo a ressocialização desses jovens, quando na verdade o que resulta muitas das vezes é o assassinato desses próprios jovens.

Então, se aquele processo de criminalização resultava, de um lado, na questão do aprisionamento e, de outro, na letalidade do assassinato, a gente tem agora uma terceira etapa que é o aprisionamento, o Estado que aprisiona e o Estado que mata nesse processo de aprisionamento. E é sobre isso que nós gostaríamos que destacar.

Queremos dizer, Senador Lindbergh que, no ano de 2013, foi feito um levantamento nacional e se constatou a existência de 29 óbitos de jovens no sistema socioeducativo de todo o Brasil. Isso corresponde à morte de dois jovens por mês no Brasil nesse sistema socioeducativo.

Esse sistema socioeducativo que, pela lei agora aprovada, completando três anos, Lei nº 12.594, que institui o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), aponta um outro caminho a título de política nacional de atendimento socioeducativo a esses jovens. E aquilo que testemunhamos hoje numa votação ilegal do Congresso Nacional, propriamente na Câmara de Deputados, propondo a redução da maioridade penal tende a aprofundar, diante da ausência de implementação dessa lei, um processo de assassinato de jovens dentro do sistema socioeducativo no Brasil. E que pode ser traduzido como um corpo sem alma, um corpo de instituições que não têm um projeto político pedagógico, que não têm uma proposta de ressocialização e integração e que resulta hoje na tortura, no medicamento, na letalidade e na morte contra esses jovens.

Então, esse dossiê que nós entregamos a V. Ex^a, esperamos então que abra um capítulo sobre a questão do assassinato de jovens no sistema socioeducativo, traz como proposta a criação de um programa de proteção para os adolescentes num sistema socioeducativo próprio, traz a responsabilização dos agentes públicos por improbidade administrativa no caso de condutas omissivas que podem vulnerabilizar a vida de jovens, traz a necessidade de criar uma lei que indenize as famílias dos adolescentes que são vítimas de assassinato dentro do sistema socioeducativo. Aí há uma questão objetiva, que não precisa nem ser apurada, que esses jovens estão acautelados, estão tutelados pelo Estado e o Estado tem o dever de zelar pela vida deles. E, no momento que tira, o Estado tem uma responsabilidade objetiva aí. Isso está na lei e isso pode ser assegurado independentemente de processo judicial.

E vou terminando dizendo que, entre outros pontos, há necessidade de varas especializadas, a questão da responsabilização, da notificação compulsória de torturas com a prática de adolescentes.

A gente tem aqui uma mãe, que é a Deize, de um caso emblemático no Rio de Janeiro, que é o caso do Andreu, ela poderá falar melhor sobre isso, que é um dos poucos casos em que a Justiça está conseguindo dar uma resposta e que traduz bem uma prática homicida por parte de um Estado que deveria ressocializar e integrar, quando na verdade está matando essa juventude.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nicodemos, muito obrigado. Eu queria chamar o Ronilso, do Viva Rio, para se sentar no lugar do Nicodemos.

E passo, agora, a palavra à Ana Lúcia de Oliveira, para fazer a sua fala. Ela é mãe de Michel Antônio de Oliveira da Silva.

A SR^a ANA LÚCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Ana Lúcia de Oliveira. Meu filho, Michel Antônio de Oliveira da Silva, morto dia 5 de abril de 2008, na comunidade Piscinão de Ramos. Lá é milícia. Ele foi morto pela milícia. Eles levaram o Michel às 17h. Eu estava em casa, mas eu não sabia. O Michel estava com a filha dele. Nesse dia ele estava de folga. O Michel trabalhava. Ele estava de folga nesse dia e estava com a filha dele. A filha dele tinha três anos de idade. Ele deixou a filha dele na sogra dele, e assim eles levaram o Michel. Deram um tiro no Michel, jogaram o Michel dentro d'água, amarraram. Eu acho que era para ele não subir, né?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA LÚCIA DE OLIVEIRA – Dentro d'água. Dentro d'água, na praia. Ele apareceu lá na Ilha do Governador, depois de nove dias. Eu o achei na Mem de Sá. Michel já estava em estado de decomposição. Quando eu cheguei lá, eles disseram assim: "Mãe, não vai olhar. A senhora é mãe". Eu falei: eu vou olhar, porque eu sou mãe e eu tenho que reconhecer meu filho. Aí eu fui. Quando eu cheguei lá, eu não aguentei. (Pausa.)

(Manifestação da plateia.)

A SRª ANA LÚCIA DE OLIVEIRA – Antes de eu ver, antes de enterrar o Michel, eu fui um dia lá... Eu sempre andava – eu e Deus – para lá e para cá para ver se eu conseguia achar. A primeira vez que eu fui foi na 21ª DP, para dar queixa de que meu filho tinha sumido. Eles falaram que iam procurar, mas falaram que depois que fizesse um mês que não achasse, encerrava o caso. Então, eu, como sou mãe, falei: não, eu tenho que achar meu filho. E só, procurando, procurando, procurando. E todo dia eu ia para a Mem de Sá, todo dia, todo dia. Nesse dia, eu fui. Estava chovendo muito. Aí a moça falou assim: “A senhora hoje não pode ver”. Eu falei: poxa, eu estou aqui de manhã, de tarde e de noite. Deixa eu ver. Fui para o computador. Quando ela abriu o computador, vi o chaveirinho que eu dei ao meu filho, em que estava escrito “Jesus” e falei: é meu filho!. Ela falou: “Como é que você sabe que é seu filho?” Eu falei: esse chaveirinho eu dei ao meu filho no dia do aniversário dele. Aí ela falou: “Então, você corre para os Direitos Humanos, e vai lá para você conseguir fazer o DNA”. Eu fui, procurei o Dr. Leonardo Rosa, e ele mandou eu ir lá de novo, ao IML. Eu fui, andando para um lado e para o outro, para poder resolver as coisas do meu filho. Consegui ir lá, consegui ir à Acadepol, fazer o exame do meu filho, porque o meu filho estava em estado de decomposição. Eu não consegui ver o rosto do meu filho. Eu não consegui ver o rosto do meu filho. Meu filho queria ser um jogador! Meu filho trabalhava, deixou uma filhinha de três anos. O que aconteceu com meu filho eu não desejo para ninguém, nem para o pior inimigo meu. Eu não desejo, porque, quando a pessoa ama, quando a pessoa tem amor, você tem que ter amor pelo ser humano, não importa quem ele seja. Você tem que ter o amor. Então, eu não desejo. Eu não quero que a mãe deles venha a passar o que eu estou passando, o que eu estou sofrendo, porque, desse dia para cá, eu não tive mais saúde, nem eu, nem minha família, os meus filhos.

Até os meus filhos sofrem até hoje. Eu tenho mais dois filhos. Eu não quero também que venha a acontecer com os meus dois filhos, como eu não quero que venha a acontecer com esses que fizeram com o meu filho. A única coisa que eu peço, porque isso pertence a Deus, é a justiça. A justiça eu peço, e vou continuar pedindo, nem só por meu filho, como ainda pelos jovens que estão aí. Por mais que tenha acontecido, ainda continua acontecendo. Há tantos jovens aí por quem a gente tem que lutar. Eu peço também a todos que continuem pedindo por esses jovens. Não venham a desistir, porque a união é a força, e nós precisamos dessa força.

Tantas mães aí também! Eu falo por essas mães. Também quero trazer lembrança da Marilene, quero trazer lembrança de várias mães que já se foram. Marilene foi uma mãe que passou 20 anos e não conseguiu. E outras mães também, que conseguiram o quê? Transmitir uma doença. Isso é o que ela conseguiu, e não conseguiu apoio.

Então, eu não quero que isso venha acontecer mais, e eu peço que vocês realmente possam fazer algo por esses que estão aí, por esses jovens, porque muitos jovens precisam de apoio da gente. Muitos jovens precisam, que chegam a bater... Outros dizem assim: “O jovem não tem trabalho porque ele não quer”. Eu vejo lá na minha comunidade: muitos precisam de um apoio e eles desistem porque muitos não querem dar, porque é negro, porque é pobre. Muitos não dão oportunidade. E sabemos que todos nós somos seres humanos, todos nós temos que estar em uma união só e ter o amor por todos.

Então, que nossos filhos venham a ter nome, e não número. É isso que eu peço a todos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Ana Lúcia. Eu queria chamar Fátima Pinho, que é mãe de Paulo Roberto Pinho, de Manguinhos, para subir no lugar de Ana Lúcia.

Eu acho o seguinte, pessoal: a gente, que está participando disso aqui hoje, tem o dever de entrar com tudo nessa causa, nessa batalha. Tudo que a gente escutou hoje, tudo, está sendo gravado, pessoal. Isso aqui vai entrar na mídia do Senado, vai estar no relatório, mas de fato é um chute no estômago de todo mundo. Eu acho que isso tem que ter consequências práticas. Eu vejo aqui tanta gente militando, que milita em outras causas. De fato, a gente viveu no Brasil uma transição democrática, avançou em tantas áreas, mas nessas áreas nós não avançamos. Nós temos que reconhecer que ainda continuamos com a cultura herdada da ditadura militar, de massacre, de extermínio, da nossa juventude mais pobre. Eu espero, de fato, que esse dia de hoje... Está todo mundo aqui, um bocado de gente sem almoçar, até esta hora, mas é porque, de fato, está sendo uma audiência com uma força muito grande.

Essa juventude que está aí tem feito movimentos, foi fundamental. Organizaram um dia, no Rio de Janeiro, em que foram mais de dez mil jovens. Eu acho que para vocês é muito importante esse depoimento também, do outro lado. Vocês, que estão nessa luta contra a redução da maioridade penal, devem tentar se lincar cada vez mais – não é, André? – com essa juventude da periferia, essa juventude negra, esse cara que está na ponta, sofrendo com essa política de encarceramento e com essa política de extermínio.

Eu passo para o André Resende, do Amanhecer Contra a Redução.

O SR. ANDRÉ RESENDE – Boa tarde a todos!

Como o Lindbergh falou, eu faço parte do movimento Amanhecer Contra a Redução, que foi um movimento que surgiu após a ofensiva, principalmente da Câmara dos Deputados, contra a juventude, pela redução da maioridade penal. A gente, em um primeiro momento, queria... Ouvia-se falar muito pela mídia que a redução da maioridade penal era quase unanimidade entre a sociedade, o que é mentira. O Lindbergh também citou o festival que a gente fez em junho, que levou 25 mil pessoas, no mesmo momento, na Praça 15, que estavam lá pela cultura e contra a redução da maioridade penal.

Então, nesse primeiro momento, queríamos mostrar que tinha muita gente no País, principalmente os jovens, que eram contra a redução da maioridade penal.

A partir do momento em que conseguimos esse espaço, propusemo-nos a debater o futuro dessa juventude. É uma juventude que é muito mais assassinada do que assassina; então, é uma juventude que é muito mais vítima do que criminosa, se formos ver os dados. Infelizmente, é uma juventude que não é levada a sério como deveria, é uma juventude que não tem direito, não tem acesso, em grande parte, à educação, à cultura, ao lazer, ao afeto, ao carinho. Então, é complicado crescer num ambiente como esse e tornar-se uma pessoa que responde e que age de forma “correta” – entre aspas.

Infelizmente, as pessoas que mandam no País tratam a juventude quase como um jogo de futebol, que foi o que vimos no dia 1º de julho deste ano, depois do golpe do Presidente da Câmara dos Deputados. A reação de quem votou a favor da redução da maioridade penal era quase como de um gol. E, naquele momento, depois de um dia histórico, que tinha sido o dia anterior, eles simplesmente rasgaram a Constituição, rasgaram tudo e criaram ali um ambiente, uma atmosfera de vitória, em que, na verdade, estávamos perdendo, e perdemos todos os dias tantos jovens para esse sistema racista, capitalista e tudo isso que já foi falado aqui.

Enfim, acho que é mais ou menos isso sobre a juventude. Achemos importante que se dê o espaço para um jovem, como eu, estar aqui, mas acho que o espaço tem que ser cada vez mais dos jovens. A juventude chegou a um momento em que ela quer propor, em que ela quer protagonizar, em que ela quer ter voz e não quer mais só ouvir falarem por ela. E, quando ela propõe, ela quer propor, ela não quer só se defender. Não dá mais para mantermos; queremos avançar, queremos chegar mais para a frente. Não queremos mais defender um ECA completamente equivocado para não reduzirmos a maioridade penal; queremos propor políticas públicas, queremos propor espaço, queremos propor futuro.

Então, acho que é mais ou menos isso. A prioridade aqui é das mães, é de quem viveu isso na pele. Eu acho, então, como membro do Amanhecer, que é com isso que eu podia contribuir.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu quero chamar aqui Ana Paula Lisboa, da Agência de Redes para a Juventude, para substituir aqui o André, preparar-se para falar.

E passo imediatamente para o André Barros.

O SR. ANDRÉ BARROS – Obrigado, Lindbergh.

Bom, eu quis falar pelo seguinte... Primeiro, era só, na abertura, eu acho que, na realidade, a escravidão e a ditadura militar devem ser ensinadas nas escolas do Brasil. Acho que isso é uma questão fundamental para começarmos a mudar o Brasil.

Falando da ditadura militar, na realidade, naquela época, o auto de resistência, tudo isso que acontecia, eram coisas secretas, eram decisões secretas. E agora as pessoas ainda falam do mal da democracia, mas a democracia é importante, porque o que era secreto tem que aparecer. Por exemplo, eu acho que essa questão do assassinato do Eduardo de Jesus, um menino de 10 anos de idade, apareceu porque estamos em uma democracia, e a polícia tinha que dar uma resolução àquela situação.

Então, acho que esse caso é emblemático, e esse caso tem que ser tomado como uma guerra, inclusive porque é uma vergonha a mídia brasileira, o jornalismo em geral se calar diante disso, dessa decisão. Ela, na realidade, não é uma decisão do delegado; ela representa uma mentalidade que existe, da Polícia, do Ministério Público, do Judiciário, uma mentalidade, em geral, que é perversa.

Por quê? Porque eles estudam o Direito, eles conhecem as instituições e manipulam o Direito e as instituições, propositalmente. Não é ele eles sejam ruins. Obviamente, há maldade nisso, mas uma maldade racionalizada. É uma coisa estruturada.

Então, qual é a decisão? A decisão diz que a polícia agiu em legítima defesa. A legítima defesa realmente... Se uma pessoa vem me atacar com uma faca, e eu pego uma faca e dou uma facada nela e mato essa pessoa, eu não pratiquei um crime, porque eu agi em legítima defesa. Isso não é crime. Certo? Então, isso é um instituto do Direito racional. É cabível.

Então, o que eles alegam? Eles construíram uma situação. Quer dizer, agora, nas favelas, nas comunidades onde eles querem combater, onde eles dizem que combatem o tráfico armado de drogas, a polícia, ao entrar na favela, se houver uma troca de tiros e a polícia errar o tiro, então ela não pratica crime nenhum. Se

ela errar o tiro e matar uma pessoa, ela não pratica crime nenhum. Quer dizer, eles querem, juridicamente, justificar essa situação.

E aí está realmente, juridicamente, no ordenamento de decisões jurídicas, consagrado o quê? A pena de morte nas favelas do Rio de Janeiro. Então, essa decisão do delegado representa várias decisões que já ocorreram mais ou menos assim, dessa forma, só que em autos secretos. Agora, nós estamos numa democracia, onde todo julgamento é público, porque a sociedade tem o direito de julgar se a Justiça está ou não fazendo justiça. Então, nós temos o direito de esculhambar as decisões judiciais, porque ela é pública, exatamente porque nós temos o direito de julgar se a Justiça está ou não fazendo justiça.

Num caso desses, quer dizer... Inclusive, eles usam mais ou menos os instrumentos da ditadura militar. Só que agora, em uma democracia, esses instrumentos aparecem. A perícia desse caso tem que ser questionada! Como é que eles podem, se a polícia vinha de cima e trocava tiros, segundo eles, com traficantes, traficantes de chinelo, que não deixam herança, que estavam na laje, como podem ter acertado uma criança de dez anos que, segundo a mãe, estava sentada? Uma criança de dez anos deve ter... Ela disse até que o filho dela era mais alto, mas uma criança de dez anos tem 1,2m ou 1,3m. Se vinha de cima... Quer dizer, isso tudo é o quê? Nós já sabemos! As perícias realizadas na ditadura militar são altamente questionadas, a perícia não tem autonomia...

Então, eu quero dizer o seguinte: essa decisão é perigosíssima, e nós temos que bater de frente com essa decisão, porque a mídia... Inclusive, a Anistia Internacional disse que é uma aberração jurídica. Não é uma aberração jurídica! Todos nós temos que interpretar. Nós temos o direito de interpretar. Ela é um escândalo, é um absurdo, é uma excrescência! Então, repetindo, a questão é esta: a polícia entra... Olha só que absurda a decisão! A Polícia entra nas favelas, troca tiros com os traficantes armados, erra o tiro, atinge uma pessoa, e isso vai ser considerado o quê? Uma excludente de antijuridicidade. Quer dizer, vai-se considerar que o policial não praticou crime nenhum, porque a legítima defesa é isso. Legítima defesa não é crime. Eu posso matar uma pessoa em legítima defesa, pois eu não vou ter praticado um crime.

Então, essa é a questão: eles querem colocar... Então, essa interpretação é clara, todo mundo tem condições de entender, todos nós temos condições de entender. Agora, terminando, a polícia vai entrar na favela, e, sob a justificativa de que está trocando tiro com bandidos armados, se errar o tiro e matar uma pessoa, não vai ter praticado crime nenhum. Quer dizer, eu não vou mais tomar uma cerveja na favela! Eu não vou tomar nem mais uma cerveja lá!

Eles querem institucionalizar. É um pensamento... É por isso que eu digo, terminando, que é uma coisa perversa, porque são pessoas que estudaram, que dominam os institutos jurídicos e constroem uma decisão completamente absurda. É uma aberração essa decisão! Essa decisão tem que ser denunciada!

E o Ministério Público... Estamos de olho no Ministério Público, porque esse inquérito não pode ser aberto de novo, não. Esse inquérito vai ao Ministério Público, que é o titular da ação penal, e ele, nas denúncias, diz que, na hora de denunciar, rege o princípio do in dubio pro societate: ele está ali em defesa da sociedade e, portanto, tem que denunciar, tem que acusar.

Então, nós estamos de olho no Ministério Público, que vai receber esse inquérito e tem que oferecer a denúncia. Ele tem que denunciar os policiais por homicídio doloso qualificado, e os policiais têm que responder por isso no Tribunal do Júri. E, na minha concepção, o conselho de sentença do Tribunal do Júri deveria ser constituído, inclusive, de moradores das favelas. É óbvio!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ANDRÉ BARROS – (André Barros) Claro! A questão é que eles querem tirar esse julgamento, esse fato, que é claro... Todo mundo conhece o fato, todo mundo pode julgar esse fato. Eles querem que esse fato não seja julgado pelo Tribunal do Júri.

Então, esse caso do Davi de Jesus, aliás, Eduardo de Jesus – eu achei tão bonito ele ser “de Jesus” que coloquei até o Davi –, esse caso do Eduardo de Jesus é um caso, é uma guerra, e nós temos que abraçar e denunciar esse caso e dizer para essa mídia brasileira que é uma vergonha que ela não esteja questionando essa decisão, não esteja... Esse é um caso emblemático. É público esse caso. Todos nós podemos interpretar esse caso; a polícia não é dona da interpretação, muito menos o Judiciário. E nós, a sociedade tem o direito de julgar se a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário estão fazendo justiça. É por isso que a Justiça é pública. E esse é um direito de todos nós.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, André.

Chamo Marianna Lopes, representante do Coletivo Enegrecer, para substituir o André.

Já estamos chegando ao final. Ainda falta a Fátima, ainda falta a Deize... Mas já estamos chegando ao final. Vou passar imediatamente a palavra para a Fátima Pinho. Ela é mãe de Paulo Roberto Pinho, de Manguinhos.

A SRª FÁTIMA PINHO – Boa tarde a todos!

Meu nome é Fátima, como o Presidente acabou de falar, e sou mãe de Paulo Roberto Pinho de Menezes.

Meu filho, no dia 17 de outubro, foi morto pela polícia da UPP de Manguinhos, após ter sido perseguido, por reclamar de abordagem agressiva. Então, eles acharam que o meu filho era o problema da favela e resolveram eliminar o problema. Até que ele cruzou com o meu filho de madrugada e deu um fim no problema, sendo que o problema lá são eles lá dentro da comunidade, não é o meu filho, nem o filho da Ana Paula, nem eram outros meninos que foram mortos pela UPP.

Então, vou resumir um pouco o que aconteceu com o meu filho no dia 17 de outubro, quando eu o perdi.

Era por volta de duas e meia da madrugada, mais ou menos, quando uma vizinha, desesperadamente, bateu no meu portão gritando: “Corre, vizinha! Corre, vizinha, que os policiais estão batendo muito no Nego e vão matar o Nego lá no beco!” Todo mundo conhece meu filho lá como Nego. Aí eu fui correndo pensando que o meu filho estava algemado esperando a viatura para poder levar ele para delegacia. No momento em que eu cheguei lá no beco, tinha muito, muito policial no beco. Empurrou a minha filha dizendo que a minha filha não iria entrar no beco. Aí eu falei: “Eu vou entrar, porque eu sou mãe dele. O meu filho está aí dentro. Eu vou entrar!” Aí eu entro e vejo os amigos dele todos em pé, os policiais todos em pé, e meu filho caído no chão, porque o meu filho foi espancado, com o rosto batido na parede, o rosto ralado. De tanto eles baterem no meu filho e sufocarem o meu filho, meu filho desmaiou. Eu cheguei lá e o meu filho estava caído no chão. Eu abaixei e falei: “Nego, não faz isso comigo! Não faz isso comigo, Nego!” Levantei a cabeça do meu filho, e o meu filho deu dois suspiros e não voltou mais à vida, porque ali mesmo o meu filho perdeu a vida.

Por que eles tiraram a vida do meu filho? Por que o meu filho questionou a abordagem do irmão dele uma hora antes de meu filho ser morto, porque ele viu pegarem o irmão dele, porque ele sabia que o irmão dele iria sofrer a mesma violência que ele sofria no dia a dia na favela, depois que o meu filho foi preso por um policial da UPP aqui na Lapa. Ali começou a perseguição ao meu filho. Onde ele passava, ele era parado, xingado e humilhado.

Então, eu falei: “Meu filho, você vai continuar passando, porque você é morador, você vai passar aqui comigo.” E ele : “Mãe, o policial toda hora me para, toda hora me para!” E eu falei: “Não vai te parar!” Mas ele parou o meu filho, humilhou o meu filho. Meu filho tirou a roupa e disse: “O problema é teu comigo? Então, vamos tirar a diferença, porque eu sou homem! Vamos cair na mão, então!” Ali começou um inferno.

Esse policial saiu da favela, mas mostrou aos amigos dele quem era o meu filho. Então, o meu filho podia passar dez vezes que nas dez vezes ele era parado, era agredido. Quando a gente via um tumulto, a gente podia contar que era o meu filho que estava brigando com eles, porque o meu filho não aceitava tapa na cara, o meu filho não aceitava chute no saco, o meu filho não aceitava chute na canela. Ele dizia: “Mãe, eu sou sujeito homem. Você nunca bateu na minha cara, e eles não vão bater na minha cara também, não. Eu não vou deixar eles baterem na minha cara. Eu não vou ficar oprimido, aceitando as coisas que eles vão fazer comigo, não! Não vou aceitar!”

Então, no dia 17 de outubro, eles eliminaram o meu filho. Foi a maneira que eles fizeram para poder acabar com ele. Entendeu?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA PINHO – Em 2013.

Então, o meu filho foi passar pelo beco... Foi o comentário que os meninos falaram para mim que, no dia 17 de outubro, ele foi passar pelo beco, e o menino falou assim: “Olha, Nego, os policiais estão fazendo abordagem no beco. Beco escuro, sem nenhuma iluminação. Os policiais estão agarrados com um menino aqui no beco. Você precisa tomar cuidado!” E o meu filho: “Não, a gente não está devendo nada a ninguém. A gente não está usando nada. A gente vai passar no beco, sim. A gente vai dormir. A gente vai passar pelo beco.” “Abre o olho, estou avisando você! Abre o olho, porque eles estão danados!” E ele falou: “Não, a gente não está devendo nada, não. A gente não está com nada. A gente vai passar, sim.”

Quando ele passou, cercou os meninos, parou o meu filho, e falou assim: “Você mexeu comigo.” E o meu filho: “Não, senhor. A gente não mexeu com o senhor, não. E sem violência, meu senhor; sem violência!” Quando meu filho falou isso, ele já agarrou no casaco do meu filho. Estava chovendo, meu filho estava de casaco. Agarrou no casaco do meu filho e começou a sessão de espancamento do meu filho, até meu filho vir a óbito, lá no beco de Manguinhos, porque o meu filho questionou. Tanto que o problema deles era mais com o meu filho que os outros meninos que estavam em volta não sofreram nada. Quem sofreu foi o meu filho. Entendeu?

Eu tive o prazer de chegar... Ele me esperou chegar para dar o último suspiro no meu braço. O último suspiro no meu braço.

Hoje eu sou obrigada a conviver lá com eles no dia a dia. Falam que vão dar tiro na janela, porque eu fico mesmo vigiando eles. “Se você continuar na janela, eu vou dar um tiro na janela.” E eu: “Então, você dá, porque é isso que vocês sabem fazer.”

Logo depois, no mesmo dia em que o meu filho foi morto, o meu outro filho foi ameaçado de morte: “Ou você cala a boca ou vai para o saco preto como o seu irmão foi!” E o meu filho nem sabia que o irmão dele tinha morrido.

Eu sabia que ele já estava morto. Ali mesmo veio aqui no meu coração para fazer uma oração para ele, porque aqui ele não volta mais. Então, fiz a oração para o meu filho, e todo mundo já sabia que o meu filho estava morto.

Levamos para a UPA. A UPA não me deixou ficar junto com o meu filho, mesmo sabendo que ele estava falecido. Só quem entrava eram os policiais. A família não podia falar nada, porque só os policiais que ficavam entrando, e a família não podia estar presente. Depois de uma hora e pouco, mais ou menos, disseram que o meu filho veio a óbito. Mas só quem tinha acesso à sala em que o meu filho estava eram os policiais.

Meu filho não sabia que o irmão dele tinha morrido e foi ameaçado duas vezes, tanto lá na Coreia, onde havia uma base, como na porta da UPA, pelos mesmos policiais que ameaçaram ele de madrugada.

É isto que eu tenho para dizer para vocês.

Agradeço muito pela oportunidade. Infelizmente, o dia a dia que a gente passa na favela é esse. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Fátima.

Eu queria chamar a Deize de Carvalho, que é a última mãe, que é a mãe do Andreu.

Eu queria passar imediatamente a palavra para o Ronilso Pacheco da Silva, que representa aqui o Viva Rio.

O SR. RONILSO PACHECO DA SILVA – Boa tarde a todos e todas!

É sempre difícil falar depois dos relatos das mães.

Como muito já foi dito, e eu acho que está todo mundo bem cansado também, acho que há muita coisa para a gente guardar e refletir sobre elas, eu vou tentar ser bem objetivo com três pontos bem básicos que fui coletando a partir das falas. E os três pontos eu acho que tem muito mais a ver com a CPI, na verdade, do que como uma fala para o público geral, a não ser o primeiro, que tem a ver, inclusive, com os relatos das mães, que acho que são sempre relatos difíceis de ouvir e meio que neutralizam grande parte das outras questões que nós ouvimos de dados, de estatísticas e quantidades. Eu acho que cada relato desse meio que neutraliza um pouco do que ouvimos, porque são relatos que envolvem muita dor e envolvem muito afeto, o que, muitas vezes, nós, na pesquisa e nas nossas reflexões, não temos.

Agora, esta CPI tem um mérito que eu considero interessante. Eu acho que a Mônica, que acompanha tantas audiências – eu já ouvi muitos também... Mas eu acho que o mérito dela foi ter ouvido muitas mães. Eu, particularmente, nunca participei de uma em que tivesse ouvido tantos.

No entanto, com essa introdução, e aí acho que vem um recado, para a gente... A gente vem aqui, ouve esses relatos, sente-se impactado, dói muito, mas a gente vai embora e acabou, mas cada mãe dessas vai voltar para sua realidade, para o seu contexto, na maioria das vezes, ou sempre, no mesmo território onde tudo aconteceu e conviver com eles. (Palmas.)

E eu acho que cada relato desses para uma mãe é meio que conviver com essa dor, trazer essa dor de novo. E aí eu acho que a gente pode pensar, e a CPI pode pensar nisto também, no quanto, para cada mãe, ao fazer esse relato de novo, a cada ano, não é reviver essa dor sem nenhum efeito prático diante disso.

A Senadora falou de levar as mães, inclusive, para Brasília, para poderem falar lá também, e eu continuo me perguntando se vale continuar repetindo, revivendo, sentindo a mesma dor, falando do mesmo relato, seja onde for, com o passar dos anos, vendo que absolutamente nada muda.

A Mônica, que é com quem eu tenho mais contato, está nisso há mais tempo, está nisso há... Há quantos anos a Mônica repete o mesmo relato, a mesma coisa? E, olhando para trás, o que mudou efetivamente na vida da Mônica em termos de auxílio, em termos de apoio, em termos de assistência? Absolutamente nada.

Então, eu acho que vale a gente pensar nesses relatos e em quais são os efeitos reais que esses relatos podem trazer para a CPI e, sobretudo, para as mães, porque a gente precisa de uma ação efetiva, prática, na vida dessas mães, porque a luta é muito difícil, a luta é extremamente difícil. Então, o primeiro ponto é esse do quão importantes são esses relatos.

O segundo ponto diz respeito à responsabilização do Estado.

A CPI precisa apontar para uma responsabilização efetiva do Estado, para que ele não seja uma coleção de relatos e depoimentos que, na prática, no fim, no relatório, não vai resultar em nada, para não repetir, Senador, a mesma frustração que grande parte da sociedade, do movimento negro em particular, teve com a CPI sobre o extermínio da juventude negra, que apresentou um relatório extremamente pífio diante de todos os resultados e daquilo que foi ouvido.

Levamos em consideração, por exemplo, um relatório que fala do extermínio de juventude negra em que há mais citações de obras de Fernando Henrique Cardoso do que de Abdias Nascimento, por exemplo, é complicado, é extremamente contraditório.

Então, você tem anos de relatos de depoimentos. Quantas mães falaram? Quantos testemunhos foram dados? E o relatório não é efetivo, não há nenhuma responsabilização.

O Estado se esconde por trás de muitas faces, e a polícia é só uma delas. Mas o Estado se esconde por trás de muitas faces e não é responsabilizado efetivamente por tudo isso que acontece. Então, há de se pensar...

Aliás, há tempos que eu acho que não deveria haver uma CPI sem que ela trouxesse à reboque uma comissão da sociedade civil composta por pessoas que são afetadas pelo tema para fiscalizar e cobrar os resultados e o avanço da CPI. (Palmas.)

Porque é uma coisa sem sentido. É um monte de audiências, um monte de depoimentos, um monte de relatórios, e aquele relatório não faz efetivamente nada. A conclusão a que a gente vai chegar é que muitos jovens negros são mortos no Brasil. Isso a gente já sabe, não é preciso de CPI.

Então, uma responsabilização efetiva do Estado é extremamente necessária.

E, por último, em audiências, eu tenho um hábito estranho de contar palavras. Eu pego umas palavras e foco para ver onde elas estão no núcleo do assunto. E aqui eu contei, antes de sair para carregar meu celular – depois não contei mais, porque eu perdi algumas falas –, que 47 vezes foi dita a palavra “negro” e 38 vezes foi dita a palavra “preto”. Apesar disso – este é o terceiro ponto – o racismo não é uma pauta central dentro deste debate. Isso diz muito sobre a nossa dissimulação de tratar de um assunto onde o racismo tem um efeito central, mas é discutido sempre a reboque, como se ele fosse um coadjuvante e não um protagonista, apesar da nossa história.

Então, uma sugestão também para a CPI é que o racismo entre como uma pauta central, que ele seja levantado como uma pauta central, porque ele é central. (Palmas.)

O SR. RONILSO PACHECO DA SILVA – Ele não é um coadjuvante, não é uma coisa simples, ele é extremamente marcado dentro da nossa sociedade.

E quando penso nisso, há um exemplo que sempre me vem à cabeça. Vocês podem pensar comigo. Eu sempre imagino que, se a Anistia Internacional fizesse uma pesquisa na Alemanha e descobrisse que, em Berlim, dos 30 mil jovens que foram assassinados, 77% eram judeus, a Merkel já estaria na rua há muito tempo. Se fizesse uma pesquisa no sistema carcerário da Alemanha e descobrisse que 70% dos jovens encarcerados eram judeus, a Merkel já estaria na rua há muito tempo, porque os judeus iriam parar aquele País, ela teria que dar um jeito, se virar. Isso não pode ser uma fatalidade. Isso é algo sistemático, e queremos saber por que isso acontece.

Então, como conseguimos silenciar diante do fato de que tantos negros morrem, de que tantos negros são encarcerados e o racismo não é nada? O racismo é só um detalhe? O racismo é essa coisa subjetiva que um tem e o outro não tem? Não existe o racismo do Estado? Não existe o racismo estrutural? Não existe o racismo institucional?

Então, o racismo tem que ser uma pauta extremamente relevante dentro de toda essa discussão.

Eu queria trazer, Senador, tentando ser objetivo e rápido, principalmente estes dois pontos que são extremamente importantes: como esta CPI pode contribuir para uma responsabilização do Estado pelo que acontece? E como o racismo pode sair da periferia do assunto para entrar no centro do assunto? Como ele pode passar a ser um ponto importante a ser discutido? Não para contarmos quantos jovens negros e brancos morreram, porque isso já sabemos. Você pega qualquer estatística, vai lá no Google e vê que qualquer instituição vai apresentar esse relato. A gente até se assusta quando vê os números. Mas, diante disso, como é que, efetivamente, podemos colocar o racismo como pauta central a ser discutida? Como é possível ele estar lá na ponta diante de todo esse extermínio que acontece cotidianamente?

E termino dizendo que, embora eu concorde com o Zaccone – por mim ele legalizava as drogas amanhã; já seria um adiantamento –, não se iludam: onde o racismo está estruturado – porque o racismo não é um fator, mas uma estrutura –, você pode legalizar todas as drogas amanhã e nada mudará. O Estado, se é racista, arruma outra forma de matar. (Palmas.)

O SR. RONILSO PACHECO DA SILVA – Então, não tem a ver com a questão das drogas. Por isso, o racismo é central. Então, decidir pela legalização das drogas é um adiantamento, está muito bom, mas onde o racismo arruma-se outra forma de matar e de deixar morrer, o que é extremamente importante.

Então, é isto, sob a forma de três recados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado. Muito boa a sua fala.

Eu queria até, Ronilso – está ali o Diego, do meu gabinete, com quem estamos trabalhando no relatório –, convidar você para nos ajudar na confecção do relatório nessa fase final. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A sua fala contribui muito.

Nós podemos, Diego, já fazer esse contato.

Nós temos outras pessoas nos ajudando. O Luiz Eduardo está nos ajudando... Há uma turma que está nos ajudando nesse relatório.

Antes de passar para a Ana Paula, quero mencionar outra ideia que eu tive.

Foi muito forte, foi muito impactante o depoimento das mães, dos familiares. Acho que essa é uma peça importante para começarmos a reverter a situação, para denunciar o que está acontecendo. Podemos, se for o caso, conversar com vocês para, com a fala de vocês, tentarmos fazer um livro, uma publicação, que sairia pelo Senado, para divulgar isso.

Hoje, tivemos inúmeras falas aqui, mas as falas contundentes foram as falas das mães. Então, depois, quero conversar com vocês. Isso pode ser feito depois. A gente roda lá no Senado. Há uma gráfica lá que roda um bocado de bobagens. A gente bota para rodar agora uma coisa como essa para divulgar. Sobre isso, podemos conversar depois que sairmos daqui.

Eu queria chamar o Alexandre, da Anistia Internacional, para compor a Mesa.

Estamos na nossa rodada final.

Passo a palavra para esta jovem lutadora aqui, que é da Agência de Redes para Juventude, lá da Favela da Maré também, esta moça bonita, que é Ana Paula Lisboa.

A SRª ANA PAULA LISBOA – Boa tarde!

Agradeço o convite. Para mim, é muito especial estar falando nesta audiência pública desta CPI, que é tão importante neste momento.

Primeiro, eu queria dizer que, para mim, é muito grave estar ali sentada e só ver mulheres pretas sentadas nessas cadeiras. Isso, para mim, é muito grave, porque eu sou de uma geração que tentou estar em outro lugar. Sou da primeira geração a entrar na universidade, sou da primeira geração da minha família que não foi empregada doméstica... Então, só ver mulheres pretas sentadas nessas cadeiras e contando suas histórias, para mim, é muito grave, porque é um problema de representatividade.

Não posso deixar de falar também sobre o meu trabalho.

Eu trabalho na Agência de Redes para Juventude desde 2011, desde o início, sou coordenadora lá. A nossa premissa é trabalhar com o jovem cuja origem social está dentro das favelas. A gente começou em 2011. A primeira UPP foi instalada em 2008. Então, a gente estava ali bem no início.

Trabalhando em favelas que têm a experiência da UPP, a gente nunca chama os territórios onde trabalha de territórios pacificados; a gente sempre chama de territórios que têm a experiência da UPP, porque pacificação é uma coisa muito diferente. Percebemos bem isso.

Além disso, passei grande parte da minha adolescência no Morro São João. Eu vi a instalação de uma UPP acontecer enquanto estava lá. E hoje moro no Complexo da Maré, onde há toda a questão da ocupação do Exército. Aí, dentro da Agência, a nossa relação com a juventude é para tentar mudar a relação da cidade com essa juventude, buscando, basicamente, empreendedorismo, financiamento e projeto de vida.

Comecei esse trabalho em 2011, mas duas coisas que aconteceram neste último ano me fizeram questionar muito meu trabalho dentro da Agência e meu lugar no mundo enquanto mulher preta e tudo mais. A primeira coisa que aconteceu se relaciona muito com o que a gente está dialogando aqui e, por isso, para mim, foi muito difícil... Aliás, a palavra nem é "difícil". Eu pensei muito em aceitar o convite para estar aqui representando a Agência, porque represento a Agência, mas também me represento.

Em 12 de fevereiro de 2014, meu irmão foi assassinado. Foi exatamente no dia do seu aniversário de 19 anos, lá no Morro São João. Toda a minha família passou por esse histórico apresentado aqui. Eu já morava na Maré. Então, eu me desloquei para lá e vi toda aquela situação. A gente teve muita sorte, porque isso aconteceu às 7h da noite, muito perto da casa da minha irmã, e, como eu tenho uma família muito grande nesse território, todo mundo chegou muito rápido e o corpo não foi removido. Meus tios cuidaram para que as cápsulas do chão não fossem removidas, a gente fez questão de esperar a perícia chegar, e ninguém mexeu no corpo antes da perícia. Ainda assim, nada aconteceu. Meu pai está muito nesse lugar, mais do que minha mãe, que sofre muito hoje com todas essas doenças que já foram citadas aqui, com síndrome de pânico, depressão, enfim. Além disso, a gente ainda tinha a minha cunhada, esposa do meu irmão, grávida de oito meses. Então, era todo um contexto trágico, era muita coisa para cuidar, e a gente resolveu, então, focar naquilo de que a gente achava que podia dar conta, que era o nascimento do Éverton, que nasceu um mês depois.

Mas é muito grave – isso também foi muito citado aqui – a relação, no território, da minha família e de todas essas famílias com a polícia, que continua lá, porque os assassinos do meu irmão continuam trabalhando lá. A minha mãe e o meu pai continuam morando lá e, então, veem essas pessoas no dia a dia.

Foi dito aqui mais cedo que “a gente sabe quem morre, mas não sabe quem matou”. Não! Essas famílias sabem quem matou, sabem exatamente quem foi que deu o tiro, mas, no entanto, nada é feito. Acho isso muito grave. (Palmas.)

Um ano depois – a gente estava reconstruindo a vida –, exatamente no dia 12 de fevereiro deste ano, o Vítor, filho da Irone, teve o carro fuzilado na Maré. O Vítor é amigo de infância do meu marido, e meu marido acompanhou tudo. Meu marido reconheceu o corpo do meu irmão no necrotério. Eu, obviamente, não ia deixar isso por conta dos meus pais e nem eu tinha estrutura física para isso. Então, a gente passou todo o dia no IML. Além disso, também foi muito forte para ele o que aconteceu com o Vítor. A gente estava em casa e, às 4h ou 5h da manhã, toca o telefone, e soubemos que o carro do Vítor havia sido fuzilado. E o Vítor era alguém assim... A gente imaginava isso acontecer com muitos amigos, nunca com o Vítor, porque o Vítor era um maluco que nunca tinha colocado um baseado na boca, que nunca tinha olhado para o lado. A gente não conseguia acreditar que isso tinha acontecido com o Vítor, e isso no alto dos seus 29 anos. Este ano, há algumas semanas, comemoramos os 30 anos dele lá na casa deles. Foi muito emocionante estar lá.

A partir disso, desse questionamento do meu trabalho, a partir desses dois fatos, fora todos os outros fatos que já conheço, já vi e já presenciei, eu comecei a entender que não adiantaria a Agência de Redes para Juventude, a Cufa, o AfroReggae ou sei lá que outro projeto do mundo se o jovem não estiver vivo para fazer parte desse projeto. É incoerente pensar num financiamento na área em que a gente trabalha, da educação e da cultura, se não há jovens vivos para fazer parte disso. É maluquice!

Hoje, penso muito, até dentro do que o representante do Viva Rio trouxe também – acho que também é uma fala minha para colaborar para isso tudo – que há três pontos que estão muito além da segurança pública. A gente já sabe que polícia não resolve.

Dentro do trabalho que a gente tem na Agência, há, primeiro, a representatividade. Então, estou lá, enquanto mulher negra, coordenando esse projeto, e a Elaine está aqui, enquanto mulher negra, fazendo parte disso também. Então, é importante ter representatividade em todos os lugares para o jovem ver que é possível estar em outros lugares. Representatividade importa, e a gente sempre tem que trazer isso.

É preciso incentivar o empreendedorismo e, dentro disso, o empreendedorismo num lugar de projeto de vida também, para ele poder, desde a escola, planejar a vida. Eu sempre brinco que aprendi a Fórmula de Báscara e não a usei até hoje, e não vou usá-la. Então, eu tenho que aprender também... Tenho que estar dentro da escola pensando no meu projeto de vida, dentro da universidade ou fora dela. E aí, dentro disso, a gente precisa de cota. Negro, pobre e favelado precisa ter cota para estar em todos os lugares. (Palmas.)

A SRª ANA PAULA LISBOA – Não adianta ele achar que, naturalmente, vai chegar à escola, ao ensino médio e vai, naturalmente, para a universidade ocupar outros lugares. Não, ele precisa de cota desde o Pedro II até a UFRJ. Isso é muito importante.

Para finalizar, eu queria falar também de um assunto que, provavelmente, não vai ser tratado dentro da CPI, mas que é um caso muito grave que acontece nesses territórios, que diz respeito às meninas.

Os que mais morrem são os meninos, mas as meninas estão sendo assediadas, estupradas e coagidas nesses territórios pela polícia. Isso é muito grave. Isso também precisa ser tratado como caso de polícia, porque isto também é uma morte: estar ali naquele território e ter que ouvir coisas ou sentir que você não é dona do seu próprio corpo. São xingamentos... Às vezes, é preciso entrar na porrada mesmo com um policial para fazer valer o seu direito e o lugar onde você está.

Enfim, era esta a minha contribuição, para representar a Ana Paula e também a Agência, para fazer valer esta CPI, para trazer mais contribuições para o trabalho que desenvolvemos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Ana Paula. Que bela fala a sua!

Ela sempre fala assim, pelo menos na vezes em que a ouvi.

Eu queria passar para a Marianna Lopes, do Coletivo Enegrecer.

A SRª MARIANNA LOPES – Boa tarde a todos!

Meu nome é Marianna Lopes e sou do Coletivo Enegrecer.

A primeira coisa que eu queria falar é que eu estou cansada. Eu estou cansada de andar na rua e ter medo, eu estou cansada de, todos os dias, ficar com medo quando meu irmão sai à noite. Eu não tenho medo de o meu irmão ser assaltado e perder o celular dele. Que perca! Melhor! Eu tenho medo é de o meu irmão morrer. É disso que eu tenho medo.

Eu não sou como a maioria das mulheres aqui, pois não perdi um parente. Eu falo que não é uma ação do Estado; para mim, é uma omissão do Estado. Minha... (Palmas.)

A SRª MARIANNA LOPES – Eu não tenho nenhum parente que sofreu isso, mas ver a minha mãe, todos os dias, com medo... Ela tem até mais medo que o meu irmão saia do que eu, porque é aquela coisa: perder a vida. Mas, como você falou, nós, como mulheres negras, sofremos o assédio e, também como mulheres negras, fazemos a luta, muitas vezes, solitária. Aqui, eu vejo vocês, solitárias, como mulheres negras. E aí como se faz? Como podemos mudar isso?

Estou cansada de andar dentro de um mercado, dentro de um shopping, sendo seguida. Dói, dói, muitas vezes. Dói lembrar da escola, que é um lugar repressivo. O primeiro lugar onde se sofre o racismo é dentro da escola. Depois disso, se sofre, constantemente, o medo, o medo de morrer.

Eu vejo que o jovem negro, que a mulher negra é suspeita sempre. No Brasil, há a presunção de inocência, mas, na verdade, há a presunção de culpa. Ninguém pensa que somos inocentes, que talvez não tenhamos culpa nisso, que talvez, realmente, estejamos só passando no local... Não. Nós somos culpados, nós somos esquecidos dentro das cadeias. Somos invisibilizados dentro das cadeias.

Eu, agora, dentro da universidade, vejo que pouca coisa muda, porque eu vejo que estar dentro da universidade é o caminho, realmente, de... Por exemplo, eu sou estudante de Direito da UFF e eu acho que dentro do Judiciário talvez seja o melhor local para estar para eu realmente mudar e ajudar o meu povo, para eu olhar para eles com a justiça que merecemos. Só que a universidade continua, mesmo ali dentro, invisibilizando o povo preto, invisibilizando a produção acadêmica, a produção de textos acadêmicos, invisibilizando até mesmo a capacidade e o potencial dessa juventude que está entrando na universidade.

Eu queria falar para vocês que vocês são mulheres fortes, apesar de tudo que vocês passaram, apesar de entender que a população negra adocece, porque isso é adoecer a população. A saúde da mulher é esquecida, porque as mulheres pretas são as que mais morrem dentro da saúde, são as que mais morrem quando vão dar à luz. E aí eu queria falar para vocês que vocês me inspiram, porque vocês são fortes. E é assim que eu quero ser, como vocês, fortes.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Antes de passar para a Deize, eu queria agradecer a presença do Sorriso, que é o Secretário de Juventude do PT, do Tiago, que é o representante da Benedita, que esteve aqui hoje, no começo, e da Nieli, da CUT, que está aqui também.

Eu passo para Deize de Carvalho, que é mãe do Andreu, do Projeto...

A SRª DEIZE DE CARVALHO – Do Projeto Legal, porque eu estou como mãe e também hoje sou assistida pelo Projeto Legal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está bem.

A SRª DEIZE DE CARVALHO – Boa tarde a todos!

Hoje, eu ser a última me lembrou de uma situação da minha infância. Como eu era a mais gulosa, eu sempre era a última a comer. Eu sempre chegava primeiro, quando minha começava a fazer o doce. Quando eu sentia o cheiro do doce de abóbora, eu sempre era a primeira a chegar, mas eu era a última a comer. A minha avó sempre falava que os últimos serão os primeiros. E o finalzinho era melhor, porque eu comia o resto do tacho todinho e acabava me lambuzando toda. Para mim, o final sempre é mais gostoso.

Eu queria trazer atenção, Senador Lindbergh, para o sistema socioeducativo, como o Deputado Marcelo Freixo trouxe mais cedo, em relação a esses adolescentes que têm sido torturados e mortos dentro do sistema socioeducativo. Eu vou trazer um caso recente, que aconteceu no dia 17 de julho de 2015, em que 16 adolescentes foram espancados por agentes do sistema socioeducativo, que se chamam agentes de disciplina. Além do caso desses 16 jovens, que está sendo investigado como prática de tortura – a Polícia Civil está investigando esse caso –, há casos – eu quero chamar a atenção do Senado para isto – que não têm visibilidade. Esses crimes cometidos dentro do sistema socioeducativo não têm visibilidade.

Conforme foi falado aqui, esse morto... O Secretário de Segurança trouxe um eslaide que chocou, no início, porque isso me trouxe a interpretação de querer legitimar as ações violentas que o Estado pratica, de querer justificar a morte desses jovens dentro da comunidade, porque também há as mortes dentro do sistema, onde esses adolescentes estão sob a tutela do Estado, estão sob a sua proteção. Então, é dever do Estado proteger esses jovens, mas, ao contrário, isso não acontece, eles são mortos, são mortos silenciosamente dentro do sistema socioeducativo.

Eu quero chamar atenção aqui para o fato de que não é só arma de fogo que mata, não é só o fuzil que mata, pois, muitas vezes, também matam a palavra, o estupro, conforme foi falado, e objetos que trazem a morte, como cadeiras, paus, mesas, cocos dentro de um saco, a tortura física e psicológica dentro do sistema. Também é um sistema que mata, são armas que matam.

Eu vou chegar ao caso do meu filho, para que o Senador venha a entender. O meu filho já morreu, não vai voltar, e nada vai reparar a dor que eu sinto, a saudade do meu filho, nada vai me trazê-lo de volta, mas hoje eu

estou nesta mesa não pelo Andreu, mas por outros jovens que estão dentro do sistema e estão morrendo silenciosamente, o que não traz a mídia, porque é muito fácil a mídia divulgar menor infrator, mas ninguém procura saber o que está acontecendo por trás dos bastidores, apesar de saberem, sim. Sabem, só que não fazem nada.

Além desses 16 adolescentes que foram espancados, o que a Polícia Civil está investigando, há um adolescente de 14 anos que ficou em coma durante cinco dias. Alguém ouviu falar desse caso? (Pausa.)

Nem vai ouvir falar, não é? Um menino de 14 anos foi espancado. Independentemente de o adolescente ter cometido ato infracional ou não, esse adolescente estava sob a guarda do Estado. Era dever do Estado proteger esse adolescente de 14 anos, assim como as meninas que estão sendo estupradas dentro do sistema socioeducativo, e não há uma CPI para isso, não é divulgado isso ou nada do que acontece dentro do sistema socioeducativo. Eu rotulo o sistema socioeducativo como “sociotortura”, porque esse sistema não ressocializa ninguém. E aí eu vou entrar no caso do Andreu.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Deize, só um segundo.

Prof. Ignacio Cano, foi aprovado agora, no Senado – eu e a Lídice lideramos um grupo de Senadores que votou contra, mas foi aprovado –, o aumento de internação de três para dez anos, no ECA. Para dez anos! Quem conhece a realidade do sistema sabe que aumentar de três para dez anos é uma coisa bárbara! Isso é tão grave quanto a redução da maioridade!

A SRª DEIZE DE CARVALHO – Infelizmente, são mais jovens que vão para aquele lugar, que vão passar mais tempo, que vão ser abusados sexualmente, porque quem pede a redução da maioridade penal não vai ter os seus filhos mortos, não vai ter os seus filhos torturados. Quem está pedindo a redução da maioridade penal e que aumentou a pena desses adolescentes não vai ter o seu filho com o pescoço quebrado, com a mandíbula deslocada, não vai ter o seu filho com o corpo perfurado por cabo de vassoura, não vai ter o seu filho com a cabeça dentro de um saco plástico, não vai ter o seu filho com a cabeça dentro de uma privada...

Eu estou indo para os Estados Unidos esta semana para denunciar esse sistema socioeducativo, para dizer que o caso do Andreu não é um caso isolado, não, que tem acontecido. Eu, como mãe, tenho de provar que o Estado cometeu esse homicídio. Eu tenho que provar, tenho que pedir exumação do cadáver do meu filho para poder mostrar as lesões que o meu filho sofreu naquele lugar, porque o legista foi corporativista. Nesses casos, deveria haver um legista independente, de fora do Estado, dentro do IML. Quando chega o corpo de um adolescente que cometeu um ato infracional ou de um morador que foi executado dentro da favela, o legista é corporativista, sim. Infelizmente, os legistas omitem os fatos que acontecem com os nossos filhos. Digo “nossos filhos” porque as nossas dores, as dores das mulheres são as mesmas. O legista omitiu que o Andreu teve traumatismo craniano, mas não disse de que foi proveniente o trauma que ele teve no crânio, de uma pancada ou de uma queda. O legista omitiu que o Andreu teve corte contundente, mas não disse de que foram provenientes esses cortes, nem quantos cortes foram. O legista omitiu que o Andreu teve descolamento da retina dos olhos, mas não disse que foi provocado o deslocamento dessa retina, que ele teve hemorragia das meninges. Ele não relata por que ele teve essa hemorragia das meninges.

Hoje, eu estou como estagiária no Projeto Legal – eu estou falando como mãe do Projeto Legal –, porque existe o caso do Cristiano, que, com 17 anos, foi assassinado dentro do sistema socioeducativo no mesmo ano em que morreu o Andreu. O Andreu morreu no dia 1º de janeiro de 2008 e o Cristiano foi assassinado no dia 3 de outubro de 2008. O caso do Cristiano também não foi divulgado.

Eu chamo a atenção deste Senado para poder ver esses adolescentes que estão passando por essa situação, porque o Estado deveria dar lazer, cultura e educação no sistema socioeducativo, mas o Estado não quer ter essa obrigação. Infelizmente, o Estado não quer ter essa obrigação. O Estado quer punir, quer matar e quer destruir a vida dos familiares, porque, quando há um órgão federal, que é a FIA, com um projeto de criança e adolescente que não entra dentro dessas unidades do sistema socioeducativo e não procura promover para esses meninos a primeira vaga de emprego, eles estão, cada dia mais, matando silenciosamente esses jovens. A FIA poderia agir em parceria com o Estado, mas não faz isso.

Quando o meu filho entrou no sistema socioeducativo, foi por causa de um sonho, que se tornou um pesadelo. Como a mãe Ana falou aqui, o meu filho Andreu iria completar 24 anos no dia 3 de novembro. Para mim, novembro, dezembro, janeiro não existem, Dia das Mães não existe mais. Quando eu lembro, no dia 3 de novembro, eu me lembro de uma criança que nasceu com saúde, saudável, de uma criança que foi amada, esperada por mim e pela minha família. Vão passando os dias e, hoje, quando chega o aniversário do meu filho, eu tenho de lembrar do dia em que meu filho foi exumado para poderem ver os restos mortais do meu filho, com a costela quebrada, com o pescoço visivelmente quebrado, com a mandíbula deslocada. Hoje, quando chega o Natal, na minha casa, desde janeiro de 2008, nós arrancamos todos os enfeites de Natal. Na minha casa, na casa da minha mãe, dos meus familiares, não se coloca um enfeite de Natal, porque, hoje, Natal, final de ano, para minha família, lembra dor, lembra sofrimento, lembra tristeza. Eu não tenho motivo para come-

morar Natal. Não tenho. Final de ano? Primeiro dia de janeiro? No dia 1º de janeiro, os seis agentes continuam trabalhando dentro do sistema socioeducativo. Um deles foi promovido, passou num concurso público e está hoje como coordenador do Pedro II, em Realengo.

Isso acontece porque o próprio Estado legitima essas ações violentas. Se esses agentes fossem realmente punidos pelo que fizeram, ele não estaria legitimando que outros agentes hoje... São, no total, 43 envolvidos em prática de tortura e homicídios no sistema socioeducativo. O Estado legitimou essas ações. Quando não se pune um funcionário público...

Eu, como mãe, não tenho vergonha de dizer isso, porque eu fui criticada. Quando o meu filho, desde os sete anos, começou a dizer “eu vou crescer, vou virar bandido e vou matar quem matou meu irmão”, ele já estava anunciando uma tragédia futura. O que aconteceu? Aos dez anos, meu filho começou a praticar furto. E eu, no meu desespero, o que foi que eu falei para o meu filho? “Eu não quero outro Andreu dentro da minha casa, porque eu tenho que chorar e lamentar todos os dias. Olhe o que aconteceu com o seu irmão!” Eu, no meu desespero, fui lá, aqueci a colher e encostei na mão do meu filho. Eu fui punida severamente, respondi e não devo nada ao Estado. Paguei por isso. Mas quem torturou e matou o Andreu continua trabalhando e recebendo salário, enquanto toda a minha família está destruída, enquanto toda a minha família não tem estrutura mais. A minha filha tentou suicídio três vezes, porque o Estado não só matou o Andreu. Eu digo que foi o Estado, porque foi o Estado que matou quando se recusou a acionar o pai dele nos Estados Unidos. Ele queria... Sabe qual era o sonho do meu filho? Um abraço do pai. Foi um abraço que o levou à morte.

Eu perguntei para ele: “Meu filho, por que você fez isso?” Aí você imagina, como mãe ou como pai, ele virar para você e dizer assim: “Mãe, a vontade de conhecer meu pai é maior do que o amor que eu sinto por você”. E eu, como mãe, tive que ouvir do meu filho que a vontade de ele dar um abraço no pai dele era maior do que tudo que eu tinha construído para ele. E, naquele dia, no dia 1º de janeiro... Eu lembro que o meu filho esteve internado 45 dias no hospital, quando era bebê, com um ano de idade. E quando ele saiu de um dreno no pulmão, porque ele teve pneumonia muito forte e, então, teve hemorragia num pulmão. E naquele dia eu vi tudo se repetir. Parece que a coisa voltou para mim, tudo num único ano que foi marcante. Eu pude ver meu filho na maca, estendendo as mãozinhas para mim com um ano de idade. E eu estava ali para segurar a mão do meu filho e dizer assim “eu estou aqui”, como se estivesse ali, dando uma força para ele.

Mas, naquele dia, por trás daquele muro, eu não estava lá. Aqueles homens não pensaram que a mãe do Andreu sofreria durante sete anos, porque, para mim, é como se fosse ontem. Eu conto cada dia. São 2.556 dias de dor, de saudade, de vontade de ouvi-lo falar de novo para mim, mesmo que tenha doído naquele dia, “mãe, a vontade é maior”. Eu sinto falta do cheiro do meu filho, eu sinto falta dos abraços do meu filho, eu sinto falta quando vou arrumar a comida para os meus outros filhos, por saber que o Andreu não está ali. Eu passei três anos da minha vida – três anos! – tentando esperar. A minha realidade de que meu filho estava morto só caiu para mim quando eu vi os restos mortais dele. Eu falei assim: “Agora acabou. Agora acabou”.

E quantas mães estão sendo mutiladas? Quantas mães?

Eu sou solidária, Terezinha, a você, mas não me surpreendeu o que aconteceu com o seu filho. Não me surpreendeu a resposta que o Estado lhe deu, porque foi a mesma coisa com o Maicon, um menino de dois anos. Agora está prescrevendo o crime. Uma criança de dois anos na linha de tiro. Infelizmente, esse pai, o Zé, não teve a resposta, uma coisa que foi a fundo. Está aí a resposta que o Estado deu para ele: “A criança estava na linha de tiro”.

Espero que o Eduardo não seja mais um e que todos também procurem lutar para que o caso do Maicon não venha a prescrever. Eu também vou aos Estados Unidos falar sobre a situação dessa criança, porque não é fácil para uma mãe enterrar um filho. O natural das coisas é os filhos enterrarem os pais, não os pais enterrarem os filhos. Eu falo que os mortos têm voz porque o corpo do Andreu fala por si, daquilo que ele sofreu.

Eu gostaria muito... Hoje, não está aqui a mãe de um policial, a Rose Vieira, que também teve o seu filho assassinado. Eu senti falta dela aqui. Eu pensei que ela houvesse sido convidada. Eu senti falta dela aqui. Porque a dor da mãe da favela é a mesma dor da mãe de um policial que é morto em combate. A dor da mãe desse policial não é diferente. A dor é a mesma. E nós, mães de favela, não queremos também ver essas mães diante da mídia chorando e se lamentando ao dizer que a Comissão de Direitos Humanos não faz nada por elas. Não faz nada, porque o Estado joga esses policiais também dentro da favela para serem exterminados. Quando você vê um policial mutilado, como está o filho da Irone, em cima de uma cadeira de rodas, que assistência esse policial tem? Eles são tão vítimas quanto nós neste Estado, este Estado violento e sangrento.

É hora de vocês, como porta-vozes da polícia, dizerem para esses familiares se juntarem a nós, familiares de comunidades, porque a dor dela é a mesma nossa, porque nós geramos filhos, não geramos marginais e não geramos bandidos. Nenhuma mãe gera um filho para empunhar uma arma, nenhuma mãe gera um filho

para tê-lo, como eu tive, assassinado, para ser marginalizado diante da mídia como menor infrator. Ninguém procura saber a história desses meninos.

Que venham a voltar esses olhos para esses casos dentro do sistema socioeducativo, conforme foi entregue o relatório a V. Exª e que nós, mães, não venhamos a fazer como o Estado faz, se matando, porque é isto que o Estado está fazendo com os policiais ao botá-los dentro da favela: ela os está matando Tiram a vida dos nossos filhos. E tem algo de muito podre atrás dessa redução da maioridade penal.

A cena que eu vi de você, Terezinha, me comoveu muito naquele dia. Se eu estivesse naquele lugar, no setor do Padre Severino, eu faria a mesma coisa. Eu iria voar, sabe? Eu iria voar.

A SRª TEREZINHA MARIA DE JESUS – Eu me arrependo de não ter batido mais nesse policial. Eu me arrependo muito por não ter batido bastante nele, infelizmente.

A SRª DEIZE DE CARVALHO – Eu tenho certeza de que a mãe desse policial não queria que ele se tornasse um assassino. Eu tenho certeza de que, assim como nós não queríamos ver os nossos filhos mortos, a mãe dele tem até vergonha de saber que ele matou uma criança que poderia ser filha dele.

Estas são as minhas palavras.

Eu agradeço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado.

O Alexandre, que representa a Anistia Internacional, vai encerrar, mas, antes, eu queria chamar o Prof. Ignacio Cano rapidamente, Professor, só para dizer que tivemos aqui um debate. O Coronel Ibis ainda está aqui, o Michel Misse esteve aqui, como vários outros... Não dá para citar todos os que estiveram aqui. Nós tivemos depoimentos muito fortes dos familiares.

Estou falando isto porque precisamos muito do Ignacio Cano. Nós marcamos para o dia 17 de novembro, Ignacio, uma reunião com o Conselho Nacional do Ministério Público, com a presença do Dr. Rodrigo Janot e de representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, porque o Ministério Público Federal decidiu entrar firme para começar uma campanha para os Ministérios Públicos estaduais tomarem iniciativa em relação a essas mortes praticadas por autoridades policiais. Pelos números que o Michel Misse trouxe, como você sabe, pouquíssimos viram denúncias e apurações de verdade. Nós estávamos precisando muito...

O Michel Misse vai viajar. Não sei como está a sua agenda, Ignácio. Esse é um debate que vamos fazer, mas precisamos, nesse debate, também de um componente técnico muito forte para explicar a eles o que está acontecendo embaixo, nos Ministérios Públicos estaduais. Foi sintomático não ter vindo um representante do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro a uma audiência como esta. Eu até lamento que o pessoal da Comissão não tenha ligado antes, para eu ter ligado para o Procurador-Geral, o Marfan, para forçar. Seria muito importante que eles tivessem vindo. É atribuição do Ministério Público investigar.

Eu queria que você falasse rapidamente antes de eu passar para o Alexandre.

Vocês não têm noção de como foi impactante esta audiência pública.

O SR. IGNACIO CANO – Boa tarde a todos!

Eu estou meio constrangido, porque vim discretamente e fiquei num canto. Peço desculpas por não ter podido vir antes, mas, brevemente, quero parabenizar esta CPI pela iniciativa, que vai na contramão dessa tradição do descaso que a sociedade brasileira tem para com aqueles que morrem, que, na sua grande maioria, têm um perfil de classe social, de cor e de lugar de habitação muito determinados. Então, como quem morre é pobre em geral, pardo ou preto em geral, morador da periferia em geral, isso não gera comoção pública, apenas quando a vítima é escancaradamente inocente, escandalosamente inocente. Fora esses casos, em geral, a reação social e do aparato do Estado é uma reação de descaso. Então, esta CPI é muito bem-vinda como uma tentativa de se contrapor a esse descaso tradicional das mortes violentas em geral e, especificamente, das mortes cometidas por agentes públicos.

Nesse sentido, farei alguns pequenos comentários.

Em primeiro lugar, já que o Senado está muito próximo do Governo da República, quero frisar a importância de que esse pacto nacional pela redução dos homicídios saia. Sabemos que há muitas questões urgentes em Brasília, sabemos que há uma crise econômica e política muito complicada, mas não há nada mais importante do que a vida dos nossos jovens. Então, apesar das dificuldades políticas, não há justificativa para que esse pacto, com o qual o Governo Federal vem acenando há vários meses, ainda não tenha saído do papel. O Senado, nesse sentido, pode cumprir uma função importante de persuadir, de convencer o Governo Federal da necessidade e da urgência de que recursos federais, estaduais e municipais sejam gastos para tentar diminuir essa sangria que o Brasil vive.

Os dados mostram que, num período de sete anos, mais de 40 mil jovens menores de idade, com entre 12 e 18 anos, são assassinados neste País.

Esse é um processo que não pode continuar. Não podemos aceitar com naturalidade. Se o País conseguiu vencer a hiperinflação, esse problema é mais urgente, mais grave, e o País tem que lhe dar a importância que ele merece.

O segundo ponto que me parece extremamente urgente é a necessidade de se criarem políticas de redução da letalidade policial, das mortes acontecidas na atuação dos próprios aparatos do Estado. Nesse sentido, a ausência do Ministério Público é sintomática.

O Ministério Público do Rio vem manifestando, historicamente, uma posição de omissão em relação a esse problema.

Houve, há alguns anos, uma solicitação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos ao Ministério Público do Rio para que criasse metas de redução da letalidade policial. A resposta do Ministério Público do Rio foi a seguinte: primeiro, essa é uma esfera administrativa que excede a nossa competência. Mas, se não fosse, o Ministério Público do Rio diria “você têm que entender que os policiais estão submetidos a muitos riscos e têm que lutar contra esses marginais”. Portanto, o Ministério Público do Rio, no papel, fazia toda uma defesa dessa política do confronto que tantas mortes vem causando.

Recentemente, o Ministério Público conseguiu um TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, com o Governo do Estado em relação à Polícia Militar no qual coloca a criação de uma comissão de controle externo como uma contrapartida do Ministério Público, uma coisa que deveria ter sido criada há muito tempo pelo próprio Ministério Público e não poderia ser pensada como uma contrapartida.

Então, a criação de medidas de redução da letalidade policial para que esses policiais matem menos e morram menos é urgente para o nosso Estado e para o nosso País.

Nesse sentido, creio que o Senado pode ter um papel muito importante na conscientização da Secretaria de Direitos Humanos e da própria Presidência da República quanto à urgência de que isso venha a ser feito.

No ano passado, morreram nas mãos dos policiais brasileiros mais de três mil pessoas. Essa é uma cifra que excede muito o número total de homicídios de muitos países. Então, é urgente que todas as esferas, com o Poder federal entre elas, deem um passo à frente nesse sentido.

Nós temos hoje, no Rio, uma nova CPI sobre as mortes pela polícia. É um momento ímpar que podemos aproveitar para tentar reduzir o tamanho desse problema que custa tantas vidas em nosso Estado.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Prof. Ignacio Cano. Alexandre, você vai encerrar a nossa audiência pública.

O SR. ALEXANDRE CICONELLO – Vou encerrar seguindo um pouco a fala do Ignácio.

Acho que cada um que está nesta sala tem a responsabilidade de que nenhuma família mais passe pela dor que essas mães aqui relataram no dia de hoje. Cada um de nós, nas suas atribuições institucionais, nas suas famílias, tem de colocar a redução de homicídios no Brasil como prioridade na agenda. Não é possível que, em um país como o nosso, praticamente 60 mil pessoas, todos os anos, sejam assassinadas.

Nesse sentido, é lamentável que até hoje o Governo Federal não tenha lançado devidamente... Houve um lançamento pífio, no Rio de Janeiro, com o Ministro da Justiça, do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Mas, pelas informações que temos hoje, a Presidenta da República Dilma está segurando, não está lançando esse pacto, que era uma coisa que vinha sendo trabalhada desde a primeira gestão da Presidenta.

Ou seja, não é uma prioridade das autoridades. Isso tem a ver com o racismo, que o representante do Viva Rio coloca. É como se esse tema fosse menos importante, porque as vítimas, quem está morrendo, são os jovens, são os jovens negros. É como se essas vidas fossem menos importantes. Por isso, não vira uma prioridade para os políticos e para os gestores estabelecer um pacto pela redução de homicídios e uma política de segurança pública em que o foco seja a preservação de vidas e a redução de homicídios de todos, e não a guerra às drogas.

Como já ouvi o próprio Coronel Ibis falar, numa política de guerra às drogas, não há como preservar vidas. Numa política em que o foco é a guerra, não há como preservar vidas.

Aliado às questões estruturais da sociedade brasileira de racismo e de criminalização da pobreza, a gente vê que é na favela que realmente o cidadão e a cidadã recebem essa política, na verdade, com todas as mortes que foram relatadas aqui.

Quando a gente fala das mortes causadas pela polícia, em termos estatísticos, isso significa que, no Rio de Janeiro, de 15% a 20% do total de homicídios são provocados pela polícia em serviço. É um número altíssimo em termos escala.

E, para uma família, para uma pessoa que perde seu filho pelas mãos de um agente do Estado que deveria estar ali para proteger; que perde o filho na mão daquele policial que tem a missão, a atribuição de preservar a vida, de garantir a segurança, isso é muito revoltante.

A gente está falando – e é o que foi falado aqui, ao longo do dia – da letalidade policial dentro da letalidade em geral, do número de homicídios no Brasil, que é algo muito grave e cuja redução deveria ser priorizada.

E a fala do Subsecretário, hoje, pela manhã – e o Deputado Marcelo Freixo também foi muito enfático –, foi muito lamentável por apresentar um eslaide com vários jovens com armas na mão, com fuzil, e falar como se os jovens fossem responsáveis pela sua própria morte, mais uma vez criminalizando esses jovens pela sua própria morte.

É muito importante o controle de armas, são muito importantes o controle dos fuzis e o trabalho que a polícia tem feito em relação a isso, mas não dá para jogar a responsabilidade nas fronteiras ou para os próprios jovens. Se houvesse vontade política, se a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, se o Secretário tivesse vontade política para acabar ou reduzir o número de mortes provocados pela polícia, haveria condições de fazer isso, com mudança de procedimentos, com vontade política, com uma série de medidas nesse sentido.

Daí, novamente, falas como a do Governador Pezão e do próprio Secretário de Segurança colocando as organizações de direitos humanos, polarizando esse sentimento que há na sociedade com relação à polícia, às organizações de direitos humanos, aos familiares, são muito lamentáveis, como se os direitos humanos não fossem para todos e todas, inclusive para os policiais, que são vítimas. Os policiais, na ponta, também são vítimas dessa política de guerra às drogas, que põe a vida de todos em risco.

E nisso acho que há a responsabilidade de cada um e de cada uma. Pensando no Congresso Nacional, colocando o Senado dentro do Congresso, o próprio Estatuto do Desarmamento, que foi aprovado numa comissão especial, que libera mais armas na sociedade... E mais armas significam mais mortes.

Há, hoje, uma sobrerrepresentação corporativa de policiais no Congresso Nacional – e isso é muito grave –, com visões muito conservadoras e corporativas da segurança pública.

E não é só a questão do Estatuto do Desarmamento, pois há uma proposta de emenda constitucional, de autoria do Deputado Sargento Gonzaga, que permite que a Polícia Militar faça investigação, o que é terrível. Há várias discussões... Mesmo a PEC do Senador Lindbergh, que fala do ciclo completo, da desmilitarização... A gente precisa discutir uma reforma institucional na segurança pública, que tenha como palco a preservação das vidas. O que estamos vendo, hoje, no Congresso, é um risco grave de termos retrocessos importantes, como foi também a prematura extinção da CPI que havia na Câmara com relação ao assassinato de jovens negros.

Há coisas que podem ser feitas também no âmbito de cada instituição. A Polícia Militar, no Rio de Janeiro, tem muito que pode ser feito para controlar o uso da força letal por parte dos policiais, ter protocolos claros, transparentes, de como a polícia pode usar a força letal, em casos excepcionais. As operações policiais em favelas da cidade são uma aberração, com tanques de guerra e fuzis numa comunidade altamente povoada.

Hoje, a polícia tem, sim, poderes de vida e de morte.

Os autos de resistência.

A Anistia Internacional lançou um relatório, em agosto, que teve como uma de suas conclusões que os autos de resistência, esse registro que diz que o policial matou, sim, aquela pessoa, mas em legítima defesa, são uma cortina de fumaça para encobrir execuções extrajudiciais cometidas por policiais.

Analisamos todo um bairro no ano passado. Todas as mortes ocorridas em Acari. Foram dez autos de resistência. Dos nove casos que a Anistia analisou, em nove deles havia indícios de execução. O policial estava escondido na casa de algum morador e atirou contra uma pessoa que passava na rua. Ou o indivíduo estava rendido e falou “perdi”, e o policial falou “perdeu nada; quero sua alma” e o executou.

Então, estamos dizendo que há um registro que, depois, é legitimado na investigação da Polícia Civil, é legitimado pelo Ministério Público, que tem sido muito omissos, e também pelo Poder Judiciário.

Enquanto a Polícia Militar pode, sim, fazer várias coisas no seu âmbito, a Polícia Civil, lamentavelmente, com a decisão agora da Divisão de Homicídios de falar, ampliando esse entendimento de que, também no caso do Eduardo, o policial agiu em legítima defesa, isso significa que qualquer morador de favela pode ser morto pela polícia e que isso vai ser, posteriormente, legitimado tanto pela investigação quanto pelo Ministério Público.

Então, esse poder... Quando se fala que há resistência na polícia, que há um constrangimento hoje na polícia com relação à CPI do Senado ou ao relatório da Anistia, quando o Ignacio lança também uma pesquisa na Academia, mostrando dados e evidências do que está acontecendo, desde a década de 90, de que há indícios de execução, nesses chamados autos de resistência, limitar o que a sociedade precisa. Que o poder hoje de vida e de morte, que o policial detém em razão de todas essas falhas sistêmicas, possa ser limitado.

Qualquer tentativa de limitação de poder gera resistências. E falo, tanto para o Senador, quanto para o Ibis ou aqueles aliados dentro dessas instituições que veem esse absurdo e querem mudar, que não se pode recuar um segundo. Resistências vai haver.

Quando as mulheres agora se colocam contra a violência contra a mulher e fazem todo esse movimento e os homens começam a agir de forma machista, é porque ninguém quer perder o poder. Os homens não querem perder, hoje, o poder que têm sobre as mulheres. E a polícia não quer, parte da polícia, perder o poder que tem hoje de vida e de morte das pessoas, que é o mesmo poder também que permite que o mau policial possa exigir um arrego, porque ele pode matar, que possa ser corrupto. É o mesmo desvio de conduta que deve ser combatido.

O que estamos dizendo aqui é que queremos a legalidade, que o policial aja dentro da legalidade. Não é isso que vem acontecendo, e as instituições estão com diversas falhas e não estão fazendo com que isso realmente ocorra na prática.

Então, é muito necessário que a Polícia Civil tenha sua responsabilidade. O Ministério Público é extremamente omissivo. Acho que, de todos os Poderes, ele é, talvez, o mais invisível. O Ministério Público tem não só o poder da investigação, mas também o de fazer o controle externo da atividade policial. Isso está na Constituição. É preciso que uma força externa controle, exerça o poder sobre a polícia. Não é só a polícia que tem que fazer isso.

Vimos, agora, o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal pedindo exoneração por uma ação extremamente violenta que a polícia fez contra os professores no Distrito Federal, a qual não teve autorização nem do governador, nem do próprio Secretário de Segurança.

Seria muito interessante se todo mundo lesse essa carta de demissão do Secretário Arthur Trindade, que diz que a Polícia Militar se acha autônoma, que a cadeia de comando foi violada e que há uma questão de gestão, que a Polícia Militar não estava se colocando sobre a gestão civil da Secretaria de Segurança Pública. Se isso acontece no Distrito Federal... Talvez, no Rio, hoje, a gente tenha uma cúpula da Polícia Militar mais avançada.

Então, para cada Estado você tem questões muito graves e de falta de controle dessa corporação, e a sociedade precisa, cada vez mais, exigir que a Polícia aja dentro dos seus limites legais.

E, por último, o próprio Judiciário. A gente tem o caso da Edméia, mãe de Acari, uma referência para todas essas mães que estão aqui. Em 1990, 11 jovens foram sequestrados e mortos por grupos de extermínio ligados ao 9º Batalhão da Polícia Militar daqui, do Rio de Janeiro. Um ex-deputado estadual e ex-comandante da PM está sendo acusado pela morte da Edméia, que, pela luta por justiça para seu filho, foi assassinada em 1993. Até hoje – a gente está falando de 1993 – esse caso está no Judiciário e ainda está em primeira instância. Não houve nem o júri. A gente está falando de 22 anos. Quando você tem essa morosidade dentro do Judiciário, você faz com que esses maus policiais continuem na corporação, porque a corporação também não afasta, não exclui... Eles ficam anos na corporação, são promovidos, e, depois de todo esse tempo, é muito difícil fazer justiça. Muitas testemunhas já morreram, já se mudaram, a gente tem um sistema judiciário também com várias falhas... Então, a gente está falando de uma cadeia envolvendo a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e os governos – Secretaria de Segurança Pública e Governo Federal –, que precisa priorizar a redução de homicídios no País e o fim dessa letalidade da polícia.

Que a gente possa ter orgulho da polícia. Que ela possa ser uma corporação da qual tenhamos orgulho e que possamos nos sentir seguros em sua presença, e não ameaçados, sentindo que a polícia vai, na verdade, promover algum tipo de violação ou ameaça, como ocorre especialmente nas favelas e periferias deste País.

Bem, é isto.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Alexandre.

Eu queria agradecer a todos que ficaram, resistentes, até esta hora aqui. Esta audiência pública começou às 10 da manhã. Eu queria agradecer à equipe do Senado, que trabalhou muito bem na construção desta audiência pública, à Tânia, da Liderança, que veio para cá nos ajudar; ao meu amigo Taian, que veio de Nova Iguaçu, e quero agradecer de forma especial pela presença dos familiares das vítimas. A gente queria, depois, até bater um papo aqui para ver como serão os próximos passos. Eu sei que vocês já têm uma luta, que é de vocês, que é autônoma, que está aí, mas a gente queria construir um elo para ver os próximos passos da CPI, o que é que a gente pode fazer em alguns casos. Nós falamos muito hoje, mais cedo, sobre o caso do Eduardo de Jesus e a decisão da Delegacia de Homicídios. A gente está tentando já, com o Adir, marcar com o Procurador-Geral. Seria muito importante que a Anistia Internacional, que a Terezinha estivesse, que a gente fizesse esse movimento em conjunto.

Esta aqui é uma reunião oficial do Senado. Para encerrar, temos que dizer isto toda vez.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, o apoio da equipe da OAB, e os convidamos para a próxima audiência pública da Comissão, que vai ser realizada no dia 9 de novembro, segunda-feira, no Senado Federal, para debatermos o tema da criminalização da juventude, com representantes do Unicef, do Amanhecer contra a Redução, do Viva Rio e do Anced.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 24ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2015, às 19 horas e 48 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora Lídice da Mata e com a presença do Senador Lindbergh Farias. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim e José Medeiros. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sebastião Correia dos Santos - representante da Viva Rio; Wesley Teixeira Silva - representante da Amanhecer Contra a Redução; Vinícius Miguel - representante da ANCED; e Mário Volpi - Coordenador do Programa de Adolescência e Cidadania da UNICEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutirmos o tema: Criminalização da Juventude.

Estão presentes os seguintes convidados, que, desde já, peço para comporem a Mesa: Sebastião Correia dos Santos, representante do Viva Rio; Wesley Teixeira Silva, representante do Amanhecer contra a Redução, que tem feito importantes mobilizações pelo País afora e fez uma mobilização no Rio de Janeiro, gigantesca, contra a redução da maioridade penal; Vinícius Miguel, representante da Anced; e Mário Volpi, Coordenador do Programa de Adolescência e Cidadania da Unicef.

Esclareço que esta audiência será realizada em caráter em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – se a TV puder colocar embaixo; a TV Senado já vai colocar embaixo –, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com o fim de organizar o tempo disponível para a audiência pública, sugiro que cada candidato tenha até dez minutos para a sua exposição. Mas, estamos abertos para mais, se a exposição for maior, não se preocupem.

Lembrando, mais uma vez, o tema desta audiência pública é: Criminalização da Juventude.

Eu só queria comunicar a todos que, na sexta-feira passada, fizemos uma audiência pública desta CPI no Rio de Janeiro, na sede da OAB. Foi uma audiência muito importante, porque tivemos a participação de especialistas, de Parlamentares, mas eu diria que o ponto forte foram as mães das vítimas da violência, dos jovens assassinados. Foi muito forte tudo aquilo que escutamos. Por isso, estamos pensando em fazer uma publicação específica do Senado com a fala das mães. É importante a clareza delas quanto à segregação de classe, de raça, que existe no País e que é vivida no cotidiano.

Depois conversamos com a Terezinha, mãe do Eduardo de Jesus, aquele garoto de 10 anos que foi morto no Complexo do Alemão com um tiro de um policial numa operação. A Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, na investigação, alegou que os policiais agiram em legítima defesa. Isso está, agora, com o Ministério Público. Nós não podemos aceitar a decisão da Polícia Civil de que foi legítima defesa. Do outro lado, havia um garoto de 10 anos que estava com um celular na frente da sua casa, na porta da sua casa.

Então, essa alegação, para nós, não tem sentido. Por isso, liguei, na própria sexta-feira, para o Procurador-Geral de Justiça, Marfan Vieira, do Rio de Janeiro. Está marcada, inclusive, para a próxima sexta-feira, às 11 horas da manhã, uma audiência com o Procurador-Geral. Estamos chamando as entidades, eu queria chamá-lo, Tião, para ir, o pessoal da Anistia Internacional vai participar também, a D. Terezinha não vai participar porque viajou para denunciar esse caso, vai circular por vários países da Europa. É um caso tão importante e tão emblemático que acho que o Ministério Público não vai arquivar, tem tudo para tocá-lo para a frente. Não dá para aceitar isso.

Só para citar os números, somos os campeões, em números absolutos, de homicídios no mundo. Em 2012, tivemos 56 mil assassinatos, mais da metade são de jovens, e mais de 70% destes são negros, têm cor, sim, jovens negros das periferias brasileiras. Eu falava, inclusive, na minha intervenção na CPI do Rio de Janeiro, que há tratamentos diferentes. Essa política de guerra às drogas que existe acontece de forma diferenciada no território. Você tem tráfico em Copacabana, em Ipanema, no Leblon, mas nunca vimos um caveirão entrando numa operação como aquelas nesses bairros da zona sul, mas, nas comunidades mais pobres, o que acontece é justamente isso. Às vezes, entra a polícia com um caveirão, dando tiro para tudo que é lado em confronto, e a quantidade de vítimas inocentes que acabam sendo atingidas é enorme. Então, há, sim, um tratamento diferenciado no território da cidade, há, sim, um tratamento diferenciado, de acordo com a classe social e com a questão racial também. É impressionante o estigma.

Falei também, na audiência do Rio de Janeiro, sobre outro episódio que viveu o Rio de Janeiro depois do arrastão nas praias de Ipanema, a reação que existiu por parte de setores da população. Moradores de Copacabana pararam um ônibus – vale dizer, inclusive, que, neste caso concreto, o garoto não tinha nem ido à praia –, entraram em um ônibus, viram um jovem negro de 17 anos e partiram para agredir. Aquele jovem nem tinha ido à praia, ou seja, não tinha participado de arrastão algum, mas havia uma criminalização já que identificou um jovem negro como suspeito, como criminoso, como bandido.

E o pior é que estamos vendo no Rio de Janeiro uma regressão tamanha! Vocês sabem que foi Brizola que colocou, foi uma decisão política dele, ônibus ligando a zona norte à zona oeste do Rio, aos diversos bairros, às praias, para que o povo pudesse ter acesso à zona sul, ir para a praia, como todo carioca gosta de fazer no final de semana. Estamos vivendo um momento tão esquisito que estamos tendo uma regressão disso. A Prefeitura do Rio de Janeiro, infelizmente, está, agora, fazendo um plano, desviando centenas de rotas para impedir que uma parcela da população chegue à praia nos finais de semana. Que cidade democrática é essa?! Que conceito é esse?! É o tipo de coisa que tem que nos indignar.

Então, acho que esta Comissão tem um trabalho muito importante. Já fizemos várias audiências públicas pelo País afora, estamos construindo um trabalho aqui que considero bem feito, um relatório que, acho, pode ajudar. Sempre digo que a CPI é mais um instrumento aqui, nesta mobilização de vários setores da sociedade pela redução do número de homicídios no País. Não dá para encarar isso como... Avançamos tanto em tantas outras áreas: na erradicação da miséria, na inclusão de uma parcela grande da população na classe média, mas nós não conseguimos avançar nesse ponto.

Existem vários temas correlatos nesse debate que a gente tem feito: a discussão sobre a reforma da segurança pública, a desmilitarização. É preciso construir um outro tipo de polícia, porque vale dizer também que os policiais são vítimas e nós temos a polícia que mais mata, mas a que mais morre também; perdemos 490 policiais em 2013, e isso é um número que não existe em nenhum outro país do mundo ou que chegue perto. Então, nós temos um sistema que está matando a nossa juventude, está matando os policiais.

E quando eu questiono muito essa política de guerra às drogas é porque ela não está obtendo os resultados. O que se obtém, na verdade, são resultados em cima de morte, de perdas de vida.

Então, esta CPI é mais um ato aqui do Parlamento para se associar a essas entidades que fazem essa campanha. Esse pacto tem que sair, esse pacto pela redução do número de homicídios aqui do nosso País.

Então, vamos começar a audiência pública – é quase como se eu tivesse feito já uma fala aqui.

Eu queria perguntar aos senhores: quem quer começar aqui? Fazemos de forma democrática ou eu passo já para o Tião?

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, eu já vou passar para o Tião Santos, que é um conhecido lutador nessa área, nas batalhas, representante do Viva Rio.

Com a palavra, Tião Santos.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – Boa noite ao Senador Lindbergh, boa noite os meus companheiros de Mesa, boa noite aos telespectadores.

É uma honra estar aqui neste plenário, nesta CPI, e dizer que o Viva Rio, quando foi criado, em 1993, foi porque nós vivemos naquele momento na cidade um grande aumento da violência, especialmente retratado por duas grandes chacinas, a de Vigário Geral e a da Candelária. Então, por esse motivo, a cidade, como um todo, as forças vivas da cidade do Rio de Janeiro resolveram se juntar numa união inédita: juntamos pessoas de favela, pessoas do asfalto, juntamos a Firjan com a CUT. Enfim, nenhum sociólogo acreditava que aquele movimento tão plural pudesse dar certo porque era muita gente diferente misturada. Mas a causa era a causa mais importante, que era diminuir a violência no Rio de Janeiro.

Felizmente, os números na cidade do Rio de Janeiro vêm diminuindo. Eu sei que, nas comunidades, essa realidade é outra. E eu queria falar especialmente de um lugar do Rio de Janeiro que o Senador Lindbergh conhece muito bem, que é a Baixada Fluminense. Eu, hoje, Senador, faço parte do Fórum Grita Baixada, um fórum que foi criado em 2005, quando o senhor era prefeito daquela cidade, e onde nós tivemos uma grande chacina, a maior chacina que o Brasil vivenciou em 2005, com 29 pessoas assassinadas numa única noite, um assassinato feito por operadores de segurança, por policiais militares do Rio de Janeiro. Desde aquele momento, a cidade de Nova Iguaçu, onde o senhor era prefeito, e a cidade de Queimados ficaram marcadas no mundo inteiro por essa grande chacina. Então nós, a partir daí, criamos um fórum para lutar pela segurança pública, para tentar diminuir os índices de violência na região da Baixada Fluminense. E, a partir daí, toda a nossa ação tem sido para diminuir essa violência que hoje nós estamos vivendo.

O que acontece especialmente no Rio, na Baixada, é que, com o advento das UPPs na cidade do Rio de Janeiro, na capital, nós vimos, de certo modo, certa mobilização do tráfico de drogas indo para parte da cidade,

parte do nosso Estado que não tinha essa grande massificação e presença do tráfico armado como a gente vê hoje. Na Baixada Fluminense não foi diferente e não está sendo diferente. Nas Unidade de Polícia Pacificadora, as UPPs, quando elas surgiram e foram colocadas em algumas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, logo no início, a gente observou, Senador, que alguns índices apareciam como se houvesse tido aumento da violência naquelas comunidades. Por exemplo, aumentou muito número de...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – De desaparecidos.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – ... de desaparecidos, aumentou muito o número de violência contra a mulher, aumentou muito o número de desacato à autoridade. Por que aumentou? Porque, naquela época, não era comum qualquer pessoa da comunidade enfrentar o chefe do tráfico, enfrentar o traficante para reclamar disso ou daquilo que estava vivendo de violência na sua comunidade. Ninguém era louco de enfrentar o chefe do tráfico; ele mandava, e acabou! Quando entrou a polícia, esse espaço de reivindicação, de discussão e de denúncia pôde acontecer na cidade.

Na Baixada está acontecendo o contrário – é exatamente o contrário! Na Baixada, com esse deslocamento do tráfico para as regiões da Baixada, para a região metropolitana da cidade, o que a gente observa é que, embora os índices venham diminuindo na capital e mesmo no Estado do Rio de Janeiro, nos lugares onde o tráfico e a milícia têm se implantado, o que acontece é que as pessoas não têm coragem de denunciar. Então, aparentemente, parece que o índice diminuiu. Se você pegar todos os índices lá do ISP (Instituto de Segurança Pública) do Estado, você verá que houve uma redução de violência na Baixada, mas, na prática, não houve.

No dia 10 de julho de 2015, nós levamos a CPI da Câmara dos Deputados que está tratando do mesmo tema para fazer uma audiência pública na Baixada Fluminense, lá no Centro de Direitos Humanos, que você conhece muito bem, Senador. E, nessa audiência pública, todos os relatos que nós ouvimos foram extremamente assustadores, porque, embora os índices do ISP dissessem uma coisa, o relato das pessoas era totalmente outro. Relatos de grupo de jovens que foram assassinados de uma única vez em Duque de Caxias – em Belford Roxo, perdão! Entrou o caveirão, como você acabou de dizer aqui, numa comunidade em que estava havendo um baile funk, e esse caveirão cercou a comunidade para poder pegar, possivelmente, traficantes...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tião, explica o que é o caveirão porque muita gente não conhece. É uma coisa muito própria lá do Rio.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – Caveirão é um carro de combate e de defesa que a Polícia Militar e a Polícia Civil usam, blindado, para entrar nas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eles têm poucas aberturas, um espaço pequeno em que ficam o fuzis dos policiais que estão ali dentro.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – É como se fosse um tanque de guerra, só que tem pneu de borracha e não tem aquelas esteiras que têm os tanques de guerra. Mas é igualzinho.

Esse caveirão entrou na cidade de Belford Roxo, nessa comunidade onde estava havendo um baile funk, cercou essa juventude, matou 18 jovens. Colocaram esses jovens dentro do caveirão e foram embora. Eu pergunto: isso foi divulgado em algum lugar? Alguém viu essa notícia circular no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – Não.

Então, além dessa denúncia que foi feita naquele dia, lá no Centro de Direitos Humanos, a pessoa que fez essa denúncia, que é uma pessoa séria, um padre daquela região, disse mais: esses jovens não apareceram porque existe um cemitério clandestino na Baixada Fluminense; existe um cemitério clandestino em Belford Roxo; existe um cemitério clandestino em Nova Iguaçu, no Km 32; existe um cemitério clandestino em Mesquita; e as pessoas são enterradas ali sem ninguém saber.

Por isso tem crescido muito o número de pessoas desaparecidas na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, porque é para onde estão sendo....

(Interrupção do som.)

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – ... e estão sendo jogadas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para complementar: está havendo uma média de 6 mil desaparecimentos por ano.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – Exatamente, exatamente.

Bom. E os relatos continuaram. Esse foi o relato de Belford Roxo.

Em São João de Meriti, cidade que o Senador Lindbergh também conhece, um padre começou a observar que está havendo muitas missas de sétimo dia de jovens que estavam sendo assassinados na comunidade. Aí o padre começou a perguntar para a comunidade quantos jovens tinham sido assassinados e por que estava crescendo tanto esse número de pessoas assassinadas, as missas de sétimo dia. E pediu às mães que

fossem até à paróquia para levar o nome do seu filho que foi assassinado. Somente numa semana, 80 mães apareceram, denunciando que 80 jovens foram assassinados nos últimos anos naquela comunidade – apenas em uma comunidade!

Outra cidade da Baixada, Duque de Caxias, foi alvo de uma das denúncias que houve de enterro de jovens em cemitérios clandestinos.

Em Nova Iguaçu existe um problema seriíssimo, que o nosso Senador conhece muito bem, no Km 42, de milícias. Boa parte da cidade de Nova Iguaçu, hoje, está dominada pelas milícias; as comunidades estão sujeitas a toque de recolher, porque a milícia, certas horas do dia ou da noite, não permite que ninguém saia de casa. Ali, as mortes são todas executadas e silenciadas, e as pessoas têm medo de denunciar, porque a milícia ameaça a quem denunciar – isso em Nova Iguaçu.

Em Seropédica há outro problema com milícia, só que lá é pior. Há uma denúncia de parte dos comerciantes, Senador Lindbergh, de que todos eles têm de pagar uma taxa para a milícia e, se não pagarem, eles são espancados, muitos deles são assassinados e o comércio tem que ser fechado. E a milícia tomou conta não só de parte da comunidade, mas também, em alguns lugares, até dos próprios setores públicos da cidade. E isso é um absurdo! Todo mundo sabe disso, as pessoas denunciam isso, mas esse problema não é, de certo modo, resolvido lá na nossa região.

Queimados é uma das cidades da Baixada Fluminense com o maior índice de violência contra a mulher. Hoje saiu uma pesquisa que mostra que esse índice aumentou em 54%, nos últimos dez anos, apesar da Lei Maria da Penha; mostra que houve um aumento de 20% de mulheres negras violentadas; e uma redução de 12% desse tipo de agressão contra as mulheres brancas. Esse é o retrato da violência contra a mulher hoje. E Queimados é uma das cidades do Estado do Rio de Janeiro com o maior índice de violência contra a mulher, certamente mulheres jovens também.

Bom; depois dessa CPI que nós fizemos – e eu passo aqui à mão do Senador os resultados dessa CPI que a Câmara dos Deputados nos encaminhou, com todos os detalhes que foram colocados nesse dia –, nós tivemos uma conversa com o Deputado Marcelo Freixo, que é o Relator da CPI dos Autos de Resistência na cidade do Rio de Janeiro. Na verdade, nós pedimos ao Deputado para abrir uma CPI sobre a morte de jovens na Baixada Fluminense, mas ele nos disse o seguinte: “Olha, eu já estou Relator de uma CPI sobre os autos de resistência, e pode ser que, com essa CPI, a gente consiga abrir a CPI do assassinato de jovens na Baixada Fluminense”. E ele ouviu todas essas denúncias mais uma vez.

Então, eu acredito que, a partir desses relatos feitos aqui na CPI, aqui em Brasília e nos Estados por onde a CPI tem andado... Vi, pelo Jornal do Senado, que foi agora à Amazônia, onde houve uma grande audiência pública, em decorrência dos 30 jovens que foram assassinados nos últimos dias em Manaus. Enfim, aonde quer que a CPI tenha ido, muito se fala dos números que essa triste realidade vivida pelo nosso País nos mostra.

Eu acho que o papel desta CPI, além de levantar todos esses números – e é óbvio que é preciso ter pesquisa, que é preciso ter dados –, é fazer propostas concretas para mudar e combater essa realidade. E não há como mudar essa realidade, primeiro, se não houver o compromisso do Governo Federal com esse tema. O Estado brasileiro tem que ter compromisso com esse tema!

O Ministro Eduardo Cardozo, da Justiça, há dois meses e meio, foi ao Rio de Janeiro e fez o lançamento do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isso há dois meses e meio, mas eu pergunto: por que se demora tanto para colocar em prática um plano como esse, que foi tão discutido, debatido por diversas entidades, com governadores, com especialistas, depois de centenas de reuniões para ser elaborado? Pessoalmente, eu acho que não vai resolver, mas é um bom e importante caminho para reduzir a violência no Brasil. Mas por que isso ainda não saiu do papel?

Então, eu acho que a CPI tem o dever de cobrar do Governo Federal que tire do papel – eu sei que esse projeto está na Casa Civil – e coloque em prática esse pacto nacional, porque já se levou muito tempo para construir, foram muitas reuniões, muitas conversas, muito diálogos, e, enquanto isso, a gente percebe que, cada dia que passa, mais jovens são assassinados, mais mulheres são violentadas. Então, essa é uma oportunidade de a gente combater tanta violência em nosso País.

Acho que é importante que os resultados dos trabalhos desta CPI sejam encaminhados para os organismos internacionais de direitos humanos. É fundamental que o mundo saiba qual é a nossa realidade em relação à questão da segurança pública e da violência, especialmente contra a juventude, em particular contra a juventude negra. Então, o resultado desta CPI tem que ser encaminhado aos órgãos de direitos humanos de todo o mundo.

Por fim, eu proponho que haja uma investigação pela Polícia Federal, especialmente na Baixada Fluminense, no que diz respeito à questão do tráfico de drogas e à questão dos cemitérios clandestinos. A questão

das drogas, eu creio, é um tema que a CPI não vai ter como não abordar, como não tratar, porque boa parte dessa violência vem da questão das drogas, do tráfico de drogas.

Eu estive, Senador, no Uruguai quando aquele país estava discutindo a questão da regulamentação da maconha. E lá conversei com alguns especialistas e com alguns ministros de estado que me explicaram o porquê de o Uruguai ter resolvido fazer essa lei para regulamentar o uso da maconha.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tião, permita-me interromper. Sabe quantas pessoas morreram, no ano passado, em virtude de conflitos ligados a drogas no Uruguai? Nenhuma! É um dado que, à luz da realidade brasileira, impressiona.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – Sim; enquanto morre uma pessoa por overdose, 30 jovens morrem no Brasil por questões relacionadas ao envolvimento com o tráfico de drogas, por conta dessa guerra insana que a gente vive cotidianamente.

E eu soube que, no Uruguai, na verdade, essa questão da regulamentação das drogas fazia parte de um plano nacional para reduzir a violência; não era apenas uma questão solta ou de alguém que acordou um dia e achou que tinha que regulamentar a maconha naquele país, não. Era um projeto nacional para diminuir a violência no país, entre elas a ligada à questão das drogas.

Nós, do Viva Rio, defendemos – e, publicamente, aqui no Congresso, estamos lutando por isso – a descriminalização do uso de drogas. Não é possível que a nossa juventude seja tratada como criminoso porque está fumando um baseado de maconha. Aliás, a nossa juventude não! Se o jovem é de classe média, de Ipanema, é usuário; se ele é de comunidade, da Baixada Fluminense, de Duque de Caxias, de Belford Roxo, do Complexo do Alemão, ele é traficante. E nós estamos enchendo as nossas cadeias com jovens que são usuários, que poderiam estar se tratando se quisessem, ainda porque muitos nem dependentes são. Ao contrário, são jogados nas prisões brasileiras. Aliás, em 2006, quando foi feita a mudança na Lei de Drogas, nós tínhamos cerca de 46 mil pessoas presas por envolvimento com drogas; hoje, esse número já passa de 126 mil pessoas envolvidas com drogas que são presas. Ou seja, aumentou o número de pessoas presas.

Então, esse é um tema que tem de ser enfrentado. Se a gente não enfrentar esse tema, se o Governo não enfrentar esse tema, se a sociedade brasileira não enfrentar esse tema, certamente, a questão da violência contra os jovens não vai ser resolvida.

Eu acho que é uma questão de educação também, de oportunidade para a juventude, de empregabilidade. Enfim, esses são temas muito importantes, mas, hoje, o que é mais premente é a questão da violência que mata, que tira a vida, que ceifa vidas e que torna o nosso País uma vergonha quando você percebe que esse número cresce cada vez mais. Ainda há pouco, o companheiro dizia aqui, ao meu lado, que os números que ele consegue ver, que ele estava vendo, são assustadores, porque, ao invés de esses números diminuírem, cada vez mais, esses números aumentam.

Então, eu creio que a CPI tem esse papel de levar ao Brasil, de levar ao Governo, de levar à sociedade brasileira alguma solução que possa, de fato, diminuir a violência contra a juventude em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Sebastião Santos.

Eu queria até falar aqui que eu acho que nós temos pouco tempo até encerrarmos os nossos trabalhos aqui na CPI, mas eu, ouvindo você falar sobre a situação da Baixada, queria conversar contigo sobre a possibilidade de a gente realizar também uma audiência lá.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS (Fora do microfone.) – Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Talvez a gente não precise mobilizar aqui todos os Senadores. Eu vou lá com a equipe aqui do Senado, porque, de fato, como o Tião disse, eu conheço aquela realidade. Talvez seja o território, no Brasil, onde mais sejam assassinados jovens.

O SR. SEBASTIÃO CORREIA DOS SANTOS – No Rio, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E, no Brasil, é difícil haver algo como aquilo. Então, eu queria conversar com você, assim que terminarmos aqui, e com os membros da Comissão a respeito, porque eu acho que seria importante a gente escolher uma cidade central lá... Com o trabalho que vocês fazem ali, vocês já têm essas contas todas, e, assim, a gente poderia organizar um evento como esse.

Em relação ao Pacto pela Redução dos Homicídios, penso que esse é o nosso desafio. Nós também estamos nesse trabalho de interlocução com o Governo. Eu acho que essa é a grande conquista que nós podemos ter. Temos que pressionar para sair logo.

Queria dizer, também, que está marcada agora, para o dia 17 de novembro, uma reunião com o Ministério Público Federal, pois é o Ministério Público que tem o poder de controle externo sobre a atividade policial, em particular os Ministérios Públicos estaduais. Ocorre que, infelizmente, essas investigações não acontecem. O Professor Michel Misse revelou que, num dado ano, de 220 casos de autos de resistência, apenas um virou

denúncia. Então, esse é um ponto em relação ao qual a Comissão pode ter resultados, e eu agradeço ao Ministério Público Federal, na pessoa do Conselheiro Fábio George, que é do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo interesse em, a partir dessa reunião do dia 17, fazer com que o Ministério Público Federal inicie uma campanha envolvendo os Ministérios Públicos estaduais para que passem a ser investigados esses assassinatos decorrentes da intervenção policial em algumas áreas. A gente quer a investigação! Ninguém quer a condenação, mas a investigação, que é o que não acontece hoje.

Essa reunião, também, eu reputo muitíssimo importante, porque o envolvimento do Ministério Público Federal, na minha avaliação, pode fazer toda a diferença para que os Ministérios Públicos estaduais entrem em ação nesse papel.

Então, eu agradeço muito a sua fala, que foi muito relevante.

Eu passo, agora, imediatamente, a palavra ao Wesley Teixeira Silva, que é representante do Amanhecer contra a Redução.

O SR. WESLEY TEIXEIRA SILVA – Boa noite a todos da Mesa; boa noite, Senador Lindbergh!

Eu fico muito emocionado ao fazer uma fala, hoje, nesta audiência quando eu penso quantos jovens negros devem ter sido ouvidos por esta Comissão e, sobretudo, por pensar que nós somos sobreviventes. Estou falando aqui como um dos que não morreram.

Eu sou morador do Complexo da Mangueirinha, que é uma comunidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, que é essa região da qual a gente estava falando.

Eu costumo dizer que, na Baixada, agora, em Caxias, estão instalando unidades de polícia permanentes, e aí, as comunidades passam a ser chamadas de “complexos”. Eu morava no Morro do Sapo e, agora, moro em toda uma região chamada de Complexo da Mangueirinha. Mas complexo é tudo aquilo que eu não consigo entender, e, ali, é o que mais existe, porque a gente não consegue entender a ausência do Poder Público.

O Poder Público é ausente na educação; a que existe é uma educação extremamente repressiva. As escolas, hoje, no Estado do Rio de Janeiro, parecem prisões; elas nos formam ou para prisões, ou para ocupar os piores postos de trabalho no mercado. E, aí, quando a gente fala de jovem, a gente consegue identificar a juventude no Brasil: a juventude é aquela que ocupa os piores postos de trabalho e é aquela que mais morre. É muito triste conseguir identificar a juventude por meio desses dados: uma educação que é baseada em grades, uniformes e horários, e não é baseada na emancipação.

Apenas cerca de 20% da juventude que está no Ensino Médio ingressa em uma universidade. Esse é um dado triste. É uma educação que não dialoga com a cultura. A gente fala de criminalização da juventude, mas ela não começa... A criminalização termina com a morte do jovem, mas ela começa, por exemplo, quando a cultura da periferia é criminalizada como fazem com o funk. Os bailes funk, no Estado do Rio de Janeiro, têm sido invadidos e as equipes de som têm tido a sua aparelhagem metralhada no Rio de Janeiro. A gente não pode aceitar isso! E a escola não dialoga com essa cultura; então, há uma ausência.

Dizer que a polícia mata em um território... Então, essa violência de que nós estamos falando não é generalizada. Ela é justamente no território que ninguém vê, no território em que não vai haver Olimpíada, no território que não está na referência do projeto, mas a gente já não está nessa referência há muito tempo. Quem mora nesse território não mora ali porque quis, não foi excluído de morar na frente da praia porque quis, não é? Não tem acesso à praia porque foi jogado para lá, porque passa duas horas no trânsito para ir para o seu local de trabalho, porque são os negros que moram nesses locais, que foram abolidos numa suposta abolição na história, que é vista assim, mas que não nos aboliu, que não nos concedeu terra. É por isso que nós moramos nesses lugares precarizados, e esses lugares não são vistos. Existem as barreiras invisíveis da nossa cidade.

O Poder Público não entra em nada disso, mas a gente o conhece. Dizer que eu não conheço o Poder Público seria desonestidade minha. A gente conhece o Poder Público. O Poder Público entra como política de segurança, ou melhor, política de violência, que é o que a gente tem sofrido.

O jovem, como a gente já viu aqui, dessas comunidades é privado de direitos. A gente começa em casa, aprende a ouvir um “não” da mãe. Chega, na escola, como eu, que militei no movimento estudantil na minha cidade, a descobrir que poderia ter direitos, que a gente tem direitos. E quando você descobre que tem direitos, você quer ir buscá-los. Então você se depara com: “Não, você não tem direitos; você precisa, para ter direitos, ter condições.” Essa é uma resposta muito triste. O “ter”, enquanto a gente viver nessa sociedade baseada nisso... Não é justo o que fazem com os nossos jovens. Eu descobri a saída para o meu “ter direitos”, que é a luta, mas muitos jovens, nesse momento, são disputados pelo tráfico de drogas, esses jovens são exterminados pela milícia, isso é muito triste.

Essa política de segurança, ela é pacificadora agora, não é? Pacificadora como é a que leva o mesmo nome em Duque de Caxias, minha cidade, o pacificador que reprimiu – olha que coisa comparativa engraçada –, que reprimiu revoltas populares, que exterminou muita gente e enxerga o nosso território como inimigo.

Talvez para alguns – aí eu vou falar aqui – nós sejamos inimigos mesmo, porque nesses territórios, falando dessa política de segurança, ela é militarizada.

E aí eu gostaria de dizer que, quando a gente fala aqui, e isso foi bem falado – eu estava na audiência do Rio de Janeiro, depois a gente foi para Duque de Caxias, onde o Fórum Grita Baixada fez uma audiência sobre política pública para a juventude no mesmo dia, à noite –, quando a gente fala que a PM mata dentro das favelas, a gente não está falando que é uma falta de conduta de um policial militar, não. Isso é uma política de extermínio, é uma ideologia baseada no racismo que se apoderou das nossas estruturas e que tem que ser mudada estruturalmente.

A gente precisa desmilitarizar a polícia. Não é razoável a gente olhar o território e as pessoas nele como nossas inimigas. Inclusive, porque nesses territórios é onde estão precisando de proteção e aí não é de uma proteção militarizada. Nesse território, como ele falou, as mulheres estão morrendo; é nesse território que estão acontecendo os casos de homofobia. Graças a Deus, como a gente falou da cultura, os saraus da Baixada esses dias estavam justamente lembrando a morte, o assassinato de um jovem LGBT por homofobia. Esse tipo de proteção não se garante com UPP, esse tipo de proteção não se garante colocando caveirão dentro da favela. Então, mudar a lógica da polícia é importante.

A guerra às drogas é uma justificativa. Então, se nós a queremos, vamos... Eu acho realmente que nós temos que acabar com o tráfico de drogas, como disse o Delegado Zaccone. Nós temos que acabar com o tráfico de drogas. E acabar como? Legalizando a venda, a comercialização da maconha e de todas as drogas, inclusive, para a gente poder tratar aqueles que têm necessidades, fazem uso e precisam de tratamento. Essas pessoas precisam ser vistas pelo olhar da saúde pública e não pelo olhar da militarização.

Nesses locais de conflito, quem morre, morre com alguma coisa. Eles morrem com armamentos e aí são criminalizados. A gente agora vive a rede social. Cada vez que morre alguém...

As mães falaram isto muito: este debate realmente não pode ser um debate feito por números, ele tem que ser um debate aquecido, um debate aquecido com as lutas e com as dores das pessoas. Não consegui ficar até o final, justamente pelo sentimento colocado pelas mães. Como a gente falou, elas disseram isto: “Meu filho não nasceu na criminalidade, não nasceu um jovem fraudulento, ele se tornou assim”. Elas falaram dessa lógica e isso me comoveu muito.

Quando morre um jovem, por um auto de resistência, por exemplo, a primeira coisa que colocam nas redes sociais são fotos de fuzis, de jovens adolescentes portando armas. Não se faz um debate sincero sobre isso. Esse foi o argumento da Secretaria de Segurança, no Rio de Janeiro, quando a gente vê que essas armas estão vindo das empresas de segurança privada, que não são fiscalizadas. Essas armas vieram dos paióis das Forças Armadas, da PM, 18% dessas armas. Desses 18%, 78% vieram da PM, isso tudo comprovado. Esses dados todos estão na CPI, por exemplo, do Armamento, feita no Rio de Janeiro. A CPI das Armas, feita no Rio de Janeiro, já dizia isso. E por que não se fiscalizam as empresas? Porque os donos dessas empresas, muitas vezes, estão no poder. Contra esses, somos inimigos, realmente, como a gente estava falando. A gente começa a identificar quem eles querem matar e quem são os nossos inimigos, a partir daí.

É uma mentira quando se fala desses armamentos, de novo, porque não são armamentos de grande porte, arma pesada, que estão matando a nossa juventude. Oitenta e um por cento dos homicídios foram cometidos com armas de curto calibre, não foram as armas pesadas, as armas fechadas, aquelas que são de uso restrito. O que fazem com essas armas? Estamos agora criminalizando a juventude, sendo que, quem concedeu, quem colocou a arma foi o Estado.

Sempre que a gente começa a fazer esse debate, a gente fala de quem tem que ser condenado. O Estado hoje deve pagar a sua pena, deve estar sob condenação histórica e atual. O caminho é o contrário. A gente vê agora esses inimigos, porque posso dizer que são eles, talvez com a figura política, talvez com outra cara, quando a gente vai, por exemplo, à Câmara dos Deputados e vê a tentativa de aprovação da redução da maioria penal.

Faço parte do Amanhecer, estou aqui representando essa organização, que é uma campanha que surgiu justamente nesse momento, quando, na Câmara, retomam um projeto que não é novo, é antigo, de 1993, sobre a redução da maioria penal. Esse debate vai a público pela mídia, porque a mídia começa a fazer esse debate. Antes, nós, do Movimento Negro, já fazíamos, mas não era um debate geral, e se tornou hoje um debate geral. A mídia vai dizer que é a juventude que está matando. Só que não é; é a juventude que está morrendo. A gente vê que, nos índices, nos números, 10% dos crimes são cometidos pela juventude. Desses 10%, 2% são crimes contra a vida. Desses índices, a gente não fala, são esses os números contrariados. Os números que a gente vê são contrários a nós, juventude: números de aumento de homicídio, números de aumento de estupro, mas os números é que nós somos 2% dos que cometem crimes, que vão para no Degase, que já são punidos.

A mídia faz um discurso de que não há punição; há punição, sim. Inclusive, poderíamos dizer além, como uma mãe na audiência disse: dentro da favela, há, sim, hoje, a pena de morte. Não há pena de morte no estado penal, mas, dentro da favela, que é um estado de exceção, existe, sim, pena de morte. Existe hoje o encarceramento da nossa juventude. Hoje a nossa juventude menor de idade, um adolescente, um humano, porque a outra noção que querem tirar é do outro ser próximo, é algo distante, é o menor, quando a gente diz que ninguém chama assim o seu irmão, o seu filho – o menor –, a gente chama de adolescente. Então, os adolescentes hoje vão parar no sistema socioeducativo, que prevê três anos no interno, três anos no semi-interno e três anos em liberdade assistida. Na sua maioria, vão parar no interno. Então, hoje a juventude já é penalizada. E quando são maiores, vão para as cadeias do Brasil, cadeias que precisam ser revistas.

Então, quando falamos de propostas, quando falamos de juventude, não podemos deixar de falar do sistema carcerário, que precisa ser revisto. Que sistema carcerário é esse que temos? Somos a terceira maior população do mundo, e a mídia reforça um discurso de que não se é punido no Brasil. Não se é punido porque, quando se fala de bandido, olhamos para o jovem negro da periferia. Bandido é quem descumpra a lei? Quem excede a lei? Infelizmente, teríamos que prender a metade dos seus amigos, aqui, não é? A metade dos companheiros, porque eles respondem a processos penais e não são presos. Enfim, o são os jovens negros novamente, e reafirmar isso é muito importante. Somos a terceira maior população carcerária do mundo, já estamos com presídios superlotados, e a solução que querem nos oferecer é prender mais. Fomos para as ruas, dissemos “não”, fizemos festivais, ocupamos espaços com sarais.

Eles estão mexendo com a juventude errada. A juventude deu um lindo recado. A Amanhecer contra a Redução fez um festival no Rio de Janeiro, lotou, com mais de 30 mil pessoas, a Praça XV, foi muito bom. Isso reverberou. Ocupamos 400 praças no Brasil inteiro. Elas eram ocupadas pela juventude que não aceita a redução da maioridade penal como solução.

E aqui vamos dizer que há o problema da violência, nós não negamos isso, bem como não negamos o medo que a população sente. É por isso que estamos aqui. Somos aqueles que querem pensar soluções, mas a solução não pode ser a criminalização. Quando você vê que 70% dos nossos presos voltam a cometer crimes, vê que alguma coisa está errada com o sistema.

O Degase, que é um sistema que visa a recuperação, já tem as suas dificuldades. Quem visita o Degase sabe que aquele espaço tem cheiro e tem uma experiência própria, que fica marcada. Quem visita esse espaço sabe disso. O Degase já é um espaço precarizado, mas, mesmo assim, 20% apenas desses adolescentes voltam a ser reincidentes. Tem que se pensar uma política para esse adolescente. Onde ele fica? Ele vai ficar nesse mesmo local onde mora? Ele vai voltar para lá? Ele vai ser preso? O que vai acontecer com ele?

Essa lei da redução foi vetada, em primeira instância, depois voltou de novo, foi aprovada, e hoje está aqui no Senado. A pressão do nosso movimento deve continuar.

Eu queria fechar, até porque o tempo é uma coisa importante. A cada tempo que estamos aqui, a cada tempo em que estou falando, novas vítimas estão se formando, novas mães estão chorando, ficando doentes, como vimos lá, novas mães estão sendo condenadas a uma pena eterna, que é a perda do seu filho, que não volta mais.

Encerro – trouxe, mas não está aqui – com um poema que eu iria ler, do Solano Trindade, um poeta negro da Baixada, vou tentar lembrar:

Todos os dias
na minha rua
passa um menino pro céu
num caixãozinho todo azul
- de tosse?
- de febre?
- de que foi que ele morreu?
De fome
de necessidade
por todas essas coisas
passa menino pro céu...
O céu é no fim da minha rua
é um buraco
onde se bota o caixãozinho
tão bonitinho todo azul!
Nunca vi nenhum subir
subir subir

de asinhas.
Só se acontece isso
com os meninos
de Copacabana
mas para os de Caxias
o céu é mesmo um buraco...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Wesley, muito boa a sua intervenção, a poesia no final. Depois, se você achar esse poema, passe para mim, eu o quero também.

Quero dizer que vocês fizeram uma luta bonita, mobilizaram muita gente nessa campanha contra a redução da maioria penal. Devo dizer a você, Wesley, que aqui, no Senado Federal – não é, Senadora Lídice? –, nós temos uma correlação de forças que nos faz pensar que esse projeto não passa. Estamos atentos, vigilantes. Esse assunto está parado, o Presidente do Senado Federal deu uma declaração dizendo que não há prioridade na tramitação.

Agora, quero chamar vocês para uma outra discussão. Foi aprovado aqui, no Senado Federal, com a nossa resistência, somos contrários, eu e a Senadora Lídice, nós dois fizemos parte desse embate, um projeto do Senador José Serra, que está na Câmara, e acho que vocês têm que se mobilizar, que aumenta o tempo de internação, no ECA, de três para dez anos. Quem conhece a situação, sem falar do Degase e de todos esses lugares, dessas instituições sabe que é uma loucura.

Então, acho que vocês podem – vocês estão com esse movimento organizado – se mobilizar em cima desse projeto na Câmara. Não dá para deixar isso passar. Ficamos apavorados com uma situação dessas, de aumentar de três para dez anos o tempo de internação nessas casas que, como sabemos, não oferecem recuperação, pelo contrário.

Quero chamar aqui, para assumir a Presidência, a nossa Presidente, Senadora Lídice da Mata.

Lídice, o Tião Santos já fez intervenção, falou muito da Baixada Fluminense, da minha cidade de Nova Iguaçu. Estou me dispondo a organizar – irei lá – uma audiência pública ou uma diligência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Passo aqui a Presidência para a nossa Presidente, Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Fora do microfone.) – Acho importantíssimo você ir lá.

O SR. WESLEY TEIXEIRA SILVA – E sobre esse projeto, aqui, no Senado Federal, a resposta deles é sempre a privatização. Novamente, querem ganhar com a nossa morte, mas não vamos deixar não, Senador, vamos entrar na luta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra agora ao Sr. Vinícius Miguel, representante da Anced. Depois, passo a palavra ao Mário.

Obrigada.

O SR. VINÍCIUS MIGUEL – Boa noite a todas e todos aqui.

Eu gostaria, antes de tudo, de fazer um brevíssimo introito. Meu nome é Vinícius Miguel. Sou um dos coordenadores – temos uma coordenação colegiada – da Anced, que é a Associação Nacional do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. É uma rede, um pool de organizações de centros de defesa, que são as nossas unidades-base, e temos mais de 30 unidades espalhadas por todo País, fazendo as diversas atividades de advocacy e de litigância estratégica, de defesa de crianças e adolescentes com conflito com a lei ou vítimas da criminalidade, da violência nas mais diversas formas.

Feita essa brevíssima introdução e já deixando o indicativo de que, se alguém tiver algum interesse de fazer uma busca sobre a Anced no sistema de busca, facilmente poderá ter acesso a mais informações, eu gostaria de parabenizar a Senadora Lídice e o Senador Lindbergh pela realização desta audiência pública, em particular, mas, de modo muito mais ampliado, pela realização desta CPI, que, não tenho a menor dúvida, é a mais importante CPI em funcionamento nas duas Casas Legislativas no atual momento. Registro que não tenho dúvidas disso porque é uma CPI que se preocupa com grupos vulneráveis, grupos minoritários, grupos em posição absolutamente desfavorável por conta de questões sistêmicas e estruturais e que tampouco são notados e percebidos pelo Parlamento. Acho que esta é uma ocasião muito singular, e todos os elogios e louvores meus seriam insuficientes para descrever a grandeza do trabalho desta Comissão.

Ademais, ela tem ainda mais importância nesse contexto de retração e retirada de direitos, de retrocessos sociais e de avanços conservadores, uma maré agourenta contra pobres, contra minorias, contra indígenas, contra quilombolas, contra um conjunto de oprimidos e explorados não só no Brasil, mas no contexto latino-americano. Nesse sentido, embora pareçamos poucos, eu não poderia deixar de registrar não só pessoalmente como em nome da Anced os elogios à Senadora Lídice e ao Senador Lindbergh, que têm assumido essa posição de frente nesta Comissão. Então, em nome de todos os nosso bravos e bravas combatentes, o nosso muito obrigado.

Bom, tentarei ser breve. Estructurei a minha apresentação, que espero seja minimamente uma contribuição para os trabalhos da CPI, em dois momentos, um de introdução e um de propostas. Como introdução, como o Wesley tão belamente colocou, hoje um estado de exceção surge como regra e como parâmetro de normatividade principalmente para os territórios empobrecidos.

Nessa maré conservadora, não poderíamos deixar de registrar todas essas propostas legislativas de criminalização da liberdade de expressão, de redução da maioria penal, de ampliação do tempo de internação, de mais tipos penais e de todas as ordens, aprovados sistematicamente pelas Casas Legislativas, e de um olhar de pânico institucionalizado, criando uma paranoia e uma histeria coletiva na sociedade, muito distantes de uma conjuntura de ocupação militar estrangeira, como a Palestina, não emersos em trágicas guerras como a Síria e o Iraque, no entanto, não podemos celebrar a distância de um quadro desalentador. Não tão desalentador como os quadros de escassez sistêmica de alimentos, de desastres ambientais, casos de ocupação estrangeira ou guerra civil como mencionados, o Brasil vive sua própria guerra civil, a sua própria tragédia.

Temos um paradoxo, muito bem posto, de como promover a dignidade humana em uma era de extremos. Somos um País que, embora muito tenha avançado, ainda convive com profundas desigualdades e assimetrias sociais. Não podemos perder de vista que a negação de direitos sociais, econômicos e culturais, a pobreza extrema e a miséria também assassinam a juventude. Isso é algo que jamais podemos perder de vista.

Eu não me sentiria bem se não registrasse ainda duas ocasiões, dois elementos muito centrais: primeiro, a falência absoluta do sistema punitivo, como o Senador Lindbergh mencionou. Hoje, neste exato momento, o sistema socioeducativo do Estado do Ceará está em bancarrota: inúmeras rebeliões e assassinatos, denúncias de tortura, e isso é simplesmente algo representativo, significativo do que é o sistema punitivo contra a juventude. O Ceará não é o único caso. Outro caso que também eu não dormiria em paz se deixasse passar esta oportunidade de registrar é o assassinato de outros grupos de crianças e adolescentes também sobejamente desprezados: a juventude quilombola e a juventude indígena. Sou de e moro em Porto Velho, Rondônia, e muitas vezes essas peculiaridades e diversidades sociorregionais são ignoradas quando se discute a temática de um assassinato e o extermínio da juventude.

Bom, nesse caso, temos uma sociedade do espetáculo em que a violência surge como mediadora social. O sofrimento é mais e mais pedido, obviamente, o sofrimento imposto, como o Wesley tão bem anotou, a uma população absolutamente desprezada, excluída de políticas sociais e desassistidas pelo Estado, Estado esse que se apresenta como uma grande estrutura capaz de promover uma nova forma de violência. Além da violência social, a violência de Estado, retroalimentando uma paranoia coletiva e uma síndrome do pânico, não como uma psicopatologia individual e um caso à parte, mas algo generalizado e socialmente enraizado. A hipertrofia do cárcere como instrumento de gestão da miséria nesse quadro de luxúria punitiva parece coarçar todo esse cenário.

Queremos mais e mais prisões, mais e mais cadeias. Queremos mais e mais punições para todos aqueles que acabamos de eleger como inimigos da ocasião, como inimigos do momento.

E aí, já partindo para alguns achados, eu gostaria de encaminhar isso como um breve relato por escrito para esta Comissão. O restante dessa receita da morte é um acesso de armas, uma conjuntura de álcool, privação de direitos e de lazer, ausência de cultura. Nesse cenário, a violência e a morte são, sim, um espetáculo. Há ausência de accountability, de mecanismos de controle das forças de segurança.

O PL 4.471, que versa sobre o fim dos autos de resistência, encontra-se paralisado, estancado.

Há uma incomunicabilidade dos órgãos de segurança, que acarreta um conjunto contraditório de medidas sem uma atuação pautada em inteligência e investigação, mas, sim, em um modelo belicoso, de guerra, que manda jovens pobres, que são policiais, para matar e serem mortos por outros jovens que não são policiais e que caíram nas garras do crime.

Neste exato momento, falamos de um amesquinhamento do direito de defesa quando inexistem estruturas suficientes para o atendimento dos hipossuficientes. Não há Defensoria Pública, não há advocacia pro bono em larga escala, não há nomeação de advogados dativos, e isso estimula uma política de hiperencarceramento e dificulta a responsabilização não só do Estado como de atores individuais que tenham cometido ilícitos contra a juventude. E há, de modo muito mais amplo, impunidade e negativa do acesso à justiça.

Parte final, se me permite, Presidente. Eu rascunhei algumas mudanças, encaminhamentos, como eu chamaria.

No desenho institucional, nós precisamos ampliar o controle de armas de fogo, principalmente, focalizando o tráfico internacional. Sou de uma região de fronteira, Rondônia, o Brasil é um país fronteira, há uma fronteira seca, fronteira molhada, com todos os cantos. Falamos do tráfico de drogas, mas pouco falamos do tráfico de armas, armas de alto poder de fogo que ingressam ilegalmente em nosso País, e não há uma estratégia articulada de enfrentamento e há pouca comunicação entre os órgãos de defesa nacional e de segurança pública sobre isso.

Não temos mecanismos de uma cultura de paz e de não violência, com a promoção de valores do diálogo e de uma educação em direitos humanos, inclusive, com o fomento de organizações da sociedade civil, da imprensa e universidades.

Não temos uma estratégia ou uma política que fomente métodos desencarceradores, como a justiça restaurativa e terapêutica ou formas de responsabilização que não visem, exclusivamente, à inserção do indivíduo no sistema prisional. E aí não podemos deixar de lembrar, sempre e toda vez, que o cárcere é uma caríssima fábrica de tormentos e de degradação do ser humano.

Precisamos pensar ainda mais em canais que permitam a recepção de denúncias, o escoamento de notícias de violações de direitos e avaliações de políticas. E aí, já que falamos do extermínio da juventude, de algo que pense o protagonismo da juventude.

Em termos de segurança pública, é necessário discutir e pensar em diálogo com as estruturas de segurança, com a universidade e com a sociedade, no aumento do tempo preparatório para o ingresso na carreira dos integrantes de segurança, com uma melhor formação, uma melhor capacitação. É necessário, além do tempo preparatório inicial, o investimento em programas de formação continuada, também com ativa participação da sociedade e de universidades.

É necessário assegurar um acompanhamento terapêutico com redes de apoio e medidas de escoamento da tensão decorrentes do trabalho para os agentes de segurança, quiçá por meio da promoção de cultura e lazer para esses mesmos; assegurar a efetividade e transparência nas corregedorias e ouvidorias com permanente acompanhamento e monitoramento social. Quase nenhuma corregedoria ou ouvidoria das estruturas, seja de administração penitenciária, de justiça penal ou de segurança pública fomentam ou estimulam a participação da sociedade e disponibilizam, de modo proativo, dados sobre o que é feito. E, se esses dados não são disponibilizados à sociedade, à imprensa e à universidade, pouco podemos avaliar, monitorar, criticar e pautar esse tema. Precisamos sensibilizar os agentes de segurança, a partir de revisão periódica de procedimentos e táticas. Parece que são elementos que levam à profunda exclusão.

O Parlamento, a sociedade, a universidade não dialogam, não avaliam, não discutem com os agentes de segurança seus procedimentos e táticas. E essa impermeabilização, essa ausência de diálogo tem levado a uma espécie de isolamento e de insulamento dos grupos de segurança e da sociedade.

E aí, em temos finais, precisamos ampliar o acesso à Justiça, aumentando o quadro de defensores públicos, pensando ainda na efetivação da participação da sociedade, via escolha democrática da ouvidoria, dessas defensorias, algo já previsto em lei e que em nenhum lugar do País é efetivado. Fomentar a contratação de defensores dativos com remuneração compatível à honorabilidade da advocacia. Promover a articulação e mobilização da sociedade civil, para a promoção de defesa de direitos, podendo aí contar com o financiamento dos fundos de direitos. Aproximar – e isso é muito importante – os integrantes do parquet, de todos os ministérios públicos e da magistratura dos cidadãos, rompendo esse paradigma do Estado juiz em sua torre, completamente isolada da advocacia, do Parlamento e da sociedade. E aí, finalmente, não perder de qualquer modo, do horizonte, que a questão é completamente distante de soluções fáceis; ao contrário, é dotada de grande complexidade.

A imutabilidade da sociedade é uma patologia e uma ideologia, adoece mentes e obscurece a percepção social, mas que possamos ser contagiados por uma doença incurável – e eu acho que é por isso que estamos aqui nesta CPI hoje –, e essa doença incurável é a esperança, que é capaz de estancar hemorragia de mártires da humanidade e propor uma sociedade melhor.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Vinícius, que fez um levantamento muito importante e analítico de todo o processo que nós estamos vivendo nessa situação de violência a juventude, além de apresentar propostas de encaminhamento que vão no sentido da criação de uma cultura de paz.

Vou passar a palavra para Mário. Antes, porém, vou ressaltar a importância do que Lindbergh falou há pouco. Ele sugeriu um encaminhamento.

Quando eu vinha do aeroporto para cá, pude ouvir uma parcela da fala de Sebastião, que é um velho parceiro – viu, Lindbergh? – de uma mobilização nossa, que vem desde a Câmara até o Senado, de encontros quinzenais, às vezes, mas, principalmente, mensais, comandados pelo Paulo Teixeira, na discussão de toda a legislação da política antidrogas no Brasil.

Eu queria sugerir, em função da importância das colocações de Sebastião, em relação à situação da Baixada, justamente pelo fato de termos um relator que, além de dedicado, é do Rio de Janeiro, que pudéssemos fazer uma diligência com uma audiência, uma oitiva local do Senador Lindbergh, porque a nossa pauta de audiências públicas já está se complicando. Hoje tivemos uma enorme dificuldade de negociação para a mudança das audiências. Por uma circunstância local, tivemos de mudar a audiência do dia 13, em Salvador, para o dia 23, uma segunda-feira, e mudar a audiência de Cuiabá para o dia 27, e, ainda não marcamos a de São Paulo. Então, precisamos chegar a dezembro com esse quadro de audiências, pelo menos, finalizado. Nesse meio tempo, dá para fazer outra oitiva no Rio de Janeiro, até pela circunstância especial do Rio de Janeiro e de São Paulo, em relação ao infeliz laboratório de violência que temos nessa região, uma região que inicia toda essa experiência de política de segurança, de intensidade de violência no Brasil, de envolvimento dos índices de violência contra a juventude e que, mais recentemente, consegue ter um debate também mais aprofundado, que começa a apresentar propostas que podem ser levadas por outros Estados, mas que, em si mesmo, guarda particularidades.

Tivemos a audiência do Rio de Janeiro, como foi destacado aqui pelo representante do Amanhecer contra a Redução, o Wesley, que foi de uma riqueza emocional muito intensa, justamente porque teve a participação das mães das vítimas. O depoimento de cada uma daquelas mulheres que perderam seus filhos leva a uma necessidade de ação mais destacada naquela região. Por isso, o nosso Relator tem toda a legitimidade de aprofundar esse estudo de área na região e apresentar, no seu relatório, uma ênfase sobre um território do Brasil que tem experiência diferenciada em relação à situação de segurança pública, de violência contra a juventude, de organização da sociedade para combater a violência, de organização da juventude também nessa direção, que acho que merece um aprofundamento maior.

Então, vamos encaminhar, Lindbergh, para que a gente encontre, esta semana, a data para marcar essa oitiva lá na Baixada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sem querer tomar tempo, Senadora, ali são territórios que têm uma história de cultura de grupos de extermínio. Não é, Tião Santos? Pouca gente lembra, mas, na década de 80, existia o famoso Mão Branca, que atuava muito fortemente na Baixada Fluminense, e, inclusive, o extermínio de que o Tião falou, mas esse feito por policiais, Senadora Lídice, a morte de 29 pessoas na chacina de 2005.

Eu tinha acabado de ser eleito, não tinha um ano à frente da Prefeitura de Nova Iguaçu, foi dia 31 de março, e, no meu terceiro mês à frente da Prefeitura de Nova Iguaçu, houve o massacre. Mataram 29 pessoas entre Nova Iguaçu e Queimados. Eu era prefeito, e eu fui avisado dos primeiros corpos que apareceram, e eu fui às ruas, e eu achei corpos ali. Fui, inclusive, com o Bispo de Nova Iguaçu, Dom Luciano Bergamin, porque as pessoas estavam apavoradas. Eu fui à Polícia Militar, Senadora Lídice, ao Comando da Polícia Militar, isso de noite, de madrugada, e a Polícia Militar não tinha o que fazer. O que eu fiz ali, naquela noite, foi acordar Dom Luciano, um Bispo que tem um trabalho maravilhoso – a história da Igreja Católica na Baixada Fluminense tem o Dom Adriano Hipólito, que tem uma história muito bonita –, e a gente só teve a fazer uma coisa: percorrer as cidades com Dom Luciano, os vários pontos, a cerâmica, onde morreram seis. Crianças foram mortas naquela chacina, uma chacina covarde, feita por elementos da própria Polícia Militar. O caso foi elucidado e foram condenados, inclusive. Então, falei isso porque sei da realidade, sei que, de fato, é muito importante.

Eu dizia antes que talvez não haja um território que tenha tantas pessoas vitimadas pela violência como a Baixada Fluminense. Então, acho que seria um grande equívoco a gente não fazer isso lá. E eu o farei por determinação da Presidência. Já estamos acertando a data com o Tião Santos.

Muito obrigado, Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

Damos então, finalmente, a palavra ao querido amigo Mário Volpi, coordenador do programa de adolescência da Unicef.

O SR. MÁRIO VOLPI – Obrigado, Senadora Lídice. Quero cumprimentá-la, cumprimentar o Senador Lindbergh, meus colegas aqui, Vinícius, Wesley, Sebastião.

Eu queria lembrar que, em 1991, o Brasil teve, na Câmara dos Deputados, também, uma CPI que investigou, na época, o chamado extermínio de adolescentes. É interessante como esse vocabulário mudou. Hoje a gente está tratando da violência letal contra adolescentes, dando um termo técnico, quase clínico, para um problema político de uma gravidade imensa para a sociedade brasileira.

Naquela ocasião, naquela CPI, eu coordenava o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de rua. É interessante que, naquela época, um educador do movimento no Rio de Janeiro, Volmer do Nascimento, fez uma denúncia de três juízes que estavam envolvidos no extermínio de adolescentes. Esses três juízes nunca foram presos, nunca foram julgados. Dois deles foram presos por pertencerem à tal máfia do INSS, se vocês se lembram daquela época, o que mostra que o roubo de um recurso público, de dinheiro, causou a prisão deles, mas a morte de adolescentes, de jovens não causou a prisão deles. Então, vocês vejam como nós temos, historicamente, no Brasil, um problema sério em identificar responsabilidades e punir os criminosos.

Nesse caso, na época, surgiram quatro grupos que eram responsáveis pelo homicídio, pelo chamado extermínio de adolescentes. Eram os policiais civis e militares, as disputas territoriais, algumas vezes pelo tráfico, algumas vezes por outros tipos de crimes, os grupos que funcionavam com a fachada de segurança privada e os grupos que, na época, nós chamávamos de “justiciamento” e hoje ganhou o nome moderno de milícia. Esses quatro grupos foram identificados a partir de pesquisas, de levantamentos e se fez um grande plano de enfrentamento do extermínio de adolescentes que tinha três pilares: a investigação, a responsabilização do agressor e a reparação às famílias da vítima, um plano que, como vocês sabem, nunca foi executado, um plano que falhou em função de alguns temas que a gente pode retomar agora nessa ideia de ter um pacto.

O que mudou de 1991 para cá? Primeiro, aumentou o número de homicídios. Naquela época se falava de mais de 10 homicídios por dia, hoje nós temos mais do que 24 homicídios por dia. Então, nós tivemos um aumento expressivo, um aumento inaceitável de homicídios contra adolescentes e jovens.

E vulgarizou-se o fenômeno. Hoje o fenômeno não gera a mesma indignação que gerava. Ele entrou para as páginas, nem digo de polícia, como estava na época; ele até, como hoje os jornais quase não têm mais aquela página policial, saiu dos editoriais, é um tema que está fora do debate público. E ele demandou...

Nós tivemos uma mudança total. No começo, se pensava em atacar diretamente o fenômeno, e hoje o grande discurso é o da prevenção da violência, como se cuidar dos adolescentes melhor, se colocar os adolescentes da favela para fazerem oficina, jogar bola fosse resolver o problema do extermínio deles. É como se dissessem assim: “Precisamos cuidar melhor desses meninos, porque eles estão se envolvendo com coisas que não devem”. E nós precisamos considerar que a prevenção do extermínio de adolescentes, do homicídio de adolescentes não se dá pela garantia do direito do adolescente à prática do esporte, à educação. Esse é um direito que ele tem independente de ser ameaçado de morte ou não. Não se pode, pela necessidade, usar o pretexto de que se a gente não fizer alguma coisa esses meninos vão ser mortos. Esse direito é um direito iminente ao fato de serem seres humanos.

Não podemos entrar nesse discurso de que nós vamos fazer a prevenção. Nós precisamos atacar os agressores. O enfrentamento do homicídio contra adolescentes implica uma política que tem como centro a proteção dos direitos humanos e a mudança radical da política de segurança pública. Não é através... É importante dizer que eu não quero aqui fazer um discurso contra as oficinas pedagógicas que a Unicef apoia em todo o Brasil, contra o esporte como forma de proteção. Essas ações todas são importantes, mas nós estamos fazendo isso há mais de 25 anos e os homicídios de adolescentes aumentaram. Por quê? Porque nós não temos a responsabilização do autor do homicídio. E é esse o eixo que nós queremos buscar quando estamos tentando construir algumas respostas.

O outro tema que também mudou é que esse tema não entrou – e aqui o Sebastião, que acompanha mais essa discussão, e o Senador também podem falar claramente sobre isso –, não entrou na agenda de nenhum secretário de segurança pública deste País. Não está na agenda dele combater o homicídio de adolescentes. Ele tem outras preocupações, desculpem a ironia. Então, é muito importante resgatar essa responsabilidade.

É muito interessante como os diferentes atores sociais – a mídia e, às vezes, até nós das organizações de direitos humanos –, quando há um homicídio de adolescentes, vão falar com a Secretaria de Direitos Humanos, com a Comissão de Direitos Humanos, com o Ministro de Direitos Humanos e não vão falar com o Secretário de Segurança. Quem é que tinha que proteger a vida daquele adolescente? Quem é o órgão? Se nós temos um problema de educação, com quem vamos discutir? Com o Ministro da Educação, com o Secretário de Educação, com os gestores públicos responsáveis pela política de educação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quarta-feira, desculpe-me interromper, nossa audiência pública aqui será com secretários de segurança. Com o do Rio – não é, Senadora Lídice? –, com o da Bahia e com o do Ceará.

O SR. MÁRIO VOLPI – Exatamente. Eu acho que é muito importante reposicionar essa temática.

Eu acho que, nesta CPI, se nós conseguirmos, acho que nós vamos conseguir muita coisa com esta CPI, nós precisamos recolocar o foco na política de segurança pública do País. Não dá para resolver o problema do homicídio de adolescentes com as políticas complementares. Elas são importantes, nós não podemos nos privar delas, mas o foco precisa estar recolocado na política de segurança pública. E nós precisamos...

Um quinto item que mudou muito de 1991 para cá é que o racismo está mais evidenciado, embora ainda haja grupos no Brasil que negam o racismo, por serem racistas, obviamente. Mas o País demorou muito tempo para admitir o racismo. O País demorou e está demorando muito tempo para admitir que não é possível enfrentar o racismo sem reparação. E há essa política toda, essa discussão toda sobre as cotas. Cada vez que a gente traz essa discussão dizem que não é solução, que não é assim, não sei o quê, e ninguém fala qual é a solução.

Eu acho que o Brasil tem uma dívida muito grande com o povo negro. O impacto do racismo na infância, além desse impacto mais visível que é o homicídio de adolescente, é o abandono escolar, é a negligência dos programas de saúde, é a exposição das crianças negras à violência. Nós, o País perde primeiro por violar o direito humano dessas crianças e desses adolescentes e, segundo, por não aproveitar o potencial enorme que todas essas crianças têm para o País.

Então, eu diria que esses cinco elementos que mudaram no contexto remetem à necessidade de um novo conjunto de propostas para enfrentar hoje o homicídio de adolescentes. E eu queria aqui colocar alguns desses itens.

O primeiro deles é que nós não vamos avançar no enfrentamento do homicídio de adolescentes porque há um preconceito em relação às vítimas em função do desconhecimento de quem elas são. Nós temos muito poucos estudos, muito pouca divulgação de quem são esses garotos que estão morrendo. Em função do preconceito social, há uma perspectiva de uma parte da sociedade que imagina que, se esse garoto foi assassinado, alguma coisa ele deve ter feito. E como nós não conseguimos responder que ele não fez nada, a não ser em alguns casos isolados, não porque eles tenham feito alguma coisa, mas porque nós não recolhemos essa informação, não sistematizamos e não fazemos um trabalho sério de divulgar para a sociedade, o que nós estamos fazendo é matar vítimas totalmente inocentes. E mesmo que elas não fossem inocentes, não se justifica a morte delas.

Então, um primeiro foco que eu gostaria de trazer é a necessidade de conhecer as vítimas, de dar um rosto, uma identidade, o contexto no qual elas viviam, a escola que frequentavam, o trabalho que elas faziam, a família à qual elas pertenciam. E os depoimentos que me antecederam aqui são muito importantes para resgatar essa dimensão – e me desculpem falar dessa forma –, a dimensão humana dessas vítimas. Nós não podemos esquecer esse fundamento essencial.

Aqui então, baseado nesses temas, eu queria trazer algumas propostas que já estão circulando, mas para efeito de nós organizarmos um pouco as perspectivas de onde se poderia caminhar.

Obviamente que nós temos que caminhar para a desmilitarização da polícia. Não há possibilidade de avançar sem discutir seriamente esse modelo militarizado de polícia, com tribunais específicos, no qual um crime tão grave como o homicídio fica impune.

O outro tema que foi tocado aqui, mas que nós precisamos retomar é o fim dos autos de resistência. O auto de resistência é uma coisa antidemocrática, não permite a transparência. Infelizmente, há um estudo feito no Rio de Janeiro, se não me engano, pelo ex-Secretário de Segurança, Jorge da Silva, um grande estudo que mostra que, por muitas vezes, o próprio Ministério Público, que tinha a obrigação de fiscalizar aquele inquérito, concorda com a conclusão do arquivamento, porque aquele policial defendeu os interesses da sociedade ao eliminar um bandido. Além de não fazer o seu papel de defender a Constituição, justifica um homicídio, trazendo e reforçando uma visão estigmatizada sobre as vítimas que está muito presente na nossa sociedade.

O terceiro ponto é: nenhum homicídio, isso se nós conseguíssemos fazer essa campanha no Brasil, esse é meu sonho desde 1991, nenhum homicídio de adolescente sem inquérito instaurado, sem a designação de um delegado para presidir esse inquérito, para levantar as provas, para juntar, para encaminhar, sem um acompanhamento sistemático desse inquérito. Um estudo, como eu já disse, aprofundado do perfil das vítimas é importante conhecer, mas também do perfil do agressor, do perfil do criminoso.

E uma força-tarefa de alto nível dos secretários de segurança para implementar uma política de zero homicídio sem inquérito, uma política que mobilizasse o País inteiro, que trabalhasse com um sistema atualizado permanentemente para garantir que nós tenhamos o conhecimento hora a hora dos homicídios cometidos e da instauração desse inquérito.

Eu não quero, de forma alguma, minimizar as demais políticas que têm impacto nesse tema. Mas o que nós aprendemos, nesses 25 anos da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, é que não dá para fazer coisas laterais sem atacar o centro do problema. E o País não tomou a decisão política ainda de atacar o centro do problema.

Então, eu queria trazer essa contribuição e queria agradecer à Senadora Lídice da Mata por esta oportunidade.

Acho que temos como aprofundar cada uma dessas propostas. Acho uma iniciativa importante o pacto que foi feito, mas está faltando no pacto uma coisa muito importante: quem é responsável por cada atividade,

que vai colocar o orçamento para que aquela atividade aconteça e quem vai acompanhar a execução daquela atividade para ver se o resultado é satisfatório para aquilo que a sociedade quer, que é uma sociedade de mais paz, de mais respeito à vida.

O SR. VINÍCIUS MIGUEL (Fora do microfone.) – Com prazos e metas.

O SR. MÁRIO VOLPI – Exatamente, com prazos, com metas, esses detalhes. Mas o mais importante é saber: nós vamos enfrentar a questão da inexistência de inquérito para investigar homicídio? Vai haver uma estratégia sobre isso? Vai haver recursos para que esse inquérito seja instaurado?

Eu acho que é esse o tema que eu queria trazer a vocês, como contribuição da Unicef. E dizer também que a Unicef se dispõe a colaborar nesse processo, não apenas com esta Comissão, mas com o próprio plano, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Justiça. Acho que é importante que o País, em algum momento, faça uma declaração clara de vontade política de enfrentar o extermínio de adolescentes, como se dizia em 1991, ou o homicídio de adolescentes, essa morte inaceitável dos nossos adolescentes e jovens.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Acho que realmente a Unicef, por toda experiência que tem no acompanhamento dessa questão no Brasil, nos trouxe uma série de contribuições fundamentais para nortear o nosso trabalho de construção do relatório e até para debater na próxima audiência pública e poderem interagir mais com os secretários de segurança na definição de metas e abordagens dessa questão.

Na outra audiência no Rio de Janeiro, também se levantou em outro formato, essa questão da responsabilização. Termina o Estado reduzindo a questão a identificar um indivíduo só como responsável e não tem uma atuação de ir além do indivíduo, que tem que ser responsabilizado e punido, também da investigação e da adoção de uma política de responsabilização do Estado.

Eu creio que esses elementos todos poderão estar contidos no nosso relatório e permitir que a gente possa sair disso também com um relatório que possa ser debatido com o Governo Federal na adoção de medidas que sejam indicadoras para as secretarias de segurança do Estado de uma pauta, de uma meta.

Eu não acredito que nada disso nós possamos conquistar sem uma política nacional. Enquanto for uma política regionalizada, sem que nós tenhamos mecanismos de acompanhamento e de responsabilização hierárquica de definições que envolvam Estados, Municípios e a sociedade, dificilmente nós poderemos alcançar. Isso só será feito se nós tivermos uma política de cima para baixo e de baixo para cima, se encontrando, com objetivos muito claros.

Quero saudar, pela contribuição e pela fala, o representante da Unicef, companheiro Mário Volpi, e solicitar ao Relator que possa indicar a sua necessidade, se deseja usar da palavra ou se podemos encerrar aqui. (Pausa.)

De forma que, já usando de sua prerrogativa de Relator para abusar um pouco dos nossos expositores, considero que a fala de V. Exª foi no sentido de encerrarmos esta audiência, agradecendo a participação e a contribuição de cada um dos senhores aqui presentes hoje.

Nesse sentido, declaro encerrada a presente reunião, convocando para a próxima quarta-feira, às 14h30, a outra audiência desta semana com os Secretários de Segurança Pública de três Estados: Bahia, Rio de Janeiro e Ceará, quando também trataremos da questão do desarmamento como foco importante deste momento de discussão de uma política de segurança para o nosso País.

Muito obrigada.

(Iniciada às 19 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 17 minutos.)

**Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ**

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2015, às 14 horas e 56 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Paulo Paim, Angela Portela, Lindbergh Farias, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin e Simone Tebet**. Deixaram de comparecer os Senadores **Telmário Mota, José Medeiros e Maria do Carmo Alves**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Maurício Teles Barbosa, Secretário de Segurança Pública da Bahia e Delci Carlos Teixeira, Secretário de Segurança do Ceará. Foram incluídos e aprovados extrapauta os seguintes requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
50/2015	Senador Telmário Mota	Requer a realização de audiência pública com Dr. Átila Roque - Diretor da Anistia Internacional
51/2015	Senador Lindbergh Farias	Requer Audiência Pública, com diligência prévia à Baixada Fluminense
52/2015	Senador Lindbergh Farias	Convida para audiência pública os seguintes nomes: 1. Frei David 2. Pastora Widiceia 3. Cida Bento 4. Sueli Carneiro 5. Eliane Brum
53/2015	Senador Lindbergh Farias	Requer a oficialização de visitas técnicas na cidade do Rio de Janeiro, em três missões, cujas datas ainda serão divulgadas.
54/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de Audiência Externa no Conselho Nacional do Ministério Público com os seguintes nomes: 1. Fábio George Cruz da Nóbrega - Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CNMP). 2. Esdras Dantas de Souza - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (CNMP). 3. Antônio Duarte - Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial. 4. Professor Michel Misse (UFRJ) 5. Professor Ignácio Cano (UERJ) 6. Dr. Luiz Eduardo Soares 7. Representante da Anistia Internacional 8. Representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião se destina à realização de audiência pública com Secretários de Segurança Pública.

Estão presentes os seguintes convidados, aos quais, desde já, agradeço pela aceitação do convite e peço para que componham a Mesa:

- Dr. Delci Carlos Teixeira, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará; e
- Dr. Maurício Teles Barbosa, Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Informo que esta Comissão também enviou convites às Secretarias de Segurança Pública dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Infelizmente, as três informaram, por meio de suas assessorias, que seus titulares não poderiam comparecer na presente data.

Esclareço que, como de praxe, esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários

ou perguntas, poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com o fim de organizar o tempo disponível para a audiência pública, sugiro que cada convidado tenha até 10 minutos para a sua exposição, mas, se for necessário um pouco mais, também estamos abertos a prorrogar esse tempo.

Se os senhores acharem que 15 minutos é um tempo mais razoável, poderemos estender o prazo. Não há nenhuma possibilidade de as suas falas serem cortadas ou impedidas de se realizarem.

Portanto, para acordarmos aqui, começo por qual dos dois?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está certo.

Então, Dr. Delci Carlos Teixeira, com a palavra.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Gostaria, inicialmente, de saudar V. Exª, Senadora Lídice da Mata, o meu colega, Secretário da Bahia, e saudar a todos que se fazem presentes. É uma satisfação muito grande também já poder rever um antigo chefe e colega de muitas batalhas, o Dr. Zulmar Pimentel, que se encontra aqui presente.

É uma satisfação muito grande revê-lo, pois V. Sª é um dos homens que construiu a história da Polícia Federal, e eu acompanhei boa parte dessa trajetória.

Eu diria que o Ceará, hoje, coincidentemente, de quinta-feira para cá, está atravessando uma crise exatamente no sistema socioeducativo, que é onde estão recolhidos os menores. E essa crise tem nos levado a inúmeras reuniões desde quinta-feira. Eu diria mesmo que quase todos os responsáveis pela área, se conseguimos dormir, de quinta-feira para cá, umas quatro horas, foi muito, em razão dos problemas.

E, quando nós temos essa crise no sistema socioeducativo, nós temos de deslocar um grande contingente de policiais, e, nessa situação, nós deslocamos o Choque. Por que o Choque? Porque o Choque tem treinamento e não utiliza arma letal para fazer frente a essas rebeliões que ocorrem nos locais.

Nós temos 16 estabelecimentos socioeducativos, dos quais foram depredados sete. E nós tivemos, neste final de semana, de correr e pedir, inclusive, ajuda à Igreja, que cedeu um colégio, onde colocamos 147 jovens até que as instalações que foram depredadas, essas sete que mencionei, pudessem ser recuperadas. E, para tanto, estamos trabalhando em três turnos. O Governo determinou que se trabalhasse em três turnos para a recuperação dessas unidades. Dessa maneira, até a próxima segunda-feira, serão entregues parte das instalações para o recolhimento dos menores.

Mas, talvez, se a senhora me permitir, para que se entenda como é que nós estamos desenvolvendo o trabalho, eu faria uma exposição de eslaides.

O Ceará, nos últimos 10 anos, teve um crescimento vertiginoso dos índices de criminalidade. E, aí, nós estamos tratando, prioritariamente, dos CVLIs, os crimes violentos, letais e intencionais, ou seja, os homicídios – entre eles o latrocínio ou aquele em que a pessoa é lesionada e depois vem a óbito.

Com a divulgação desses índices, Fortaleza, inclusive, foi colocada como a capital mais violenta do País. O Ceará ficou como o segundo Estado mais violento. Eu tenho algumas restrições a essa avaliação, embora reconheça que os índices são alarmantes e muito altos.

Havia, nos últimos 10 anos, um crescimento de 11%, ano a ano, no nível de criminalidade. No ano passado, conseguiu-se estancar esse processo e se chegou a 1% o crescimento. Quer dizer: podemos olhar por ângulos diferentes: “Ah, mas continua crescendo 1%!” Ou se pode olhar por um ângulo mais condescendente e dizer: “Ah, mas diminuiu 10%. Estava crescendo 11% e, agora, só cresceu 1%”.

De qualquer maneira, hoje, graças ao trabalho que foi realizado e às medidas que o Governo do Estado tem adotado, nós estamos, até hoje, com uma redução de 10,2% no índice de criminalidade. Aparentemente, 10%, num índice tão elevado, não representa tanta coisa, mas, se nós olharmos todo esse contexto e voltarmos a 2002. 2003 e 2004, principalmente, quando foram realmente coletados esses dados, dá para vermos que, realmente, essa subida foi estancada e está em queda.

Nós temos, no Estado, o programa Em Defesa da Vida. Eu, rapidamente, só para que se tenha uma ideia, peço que passe ao próximo, por favor.

Aí é de onde nós coletamos os dados. E o Ceará, hoje, tem sofrido com uma situação, e por quê? É o Estado – e foi assim reconhecido pela CGU – de maior transparência. Então, todos os dados que nós obtivemos na Pefoce, que é a nossa Polícia Forense, no IML, na Polícia Civil, na Polícia Militar, nos Bombeiros, todos esses dados são abertos para consulta. E nós sofremos mais uma situação: ao final do mês, quando fechamos o mês, nós esperamos mais dois ou três dias ainda, por quê? Porque nós repassamos todos os hospitais do Estado para saber, das pessoas que foram lesionadas à bala, quantas vieram a óbito. E isso nos dá uma média mensal

acrescida de mais cerca de 35 a 40 pessoas que foram feridas no dia 1º, por exemplo, e que vieram a falecer no dia 29. Tudo isso entra na nossa estatística do mês.

Sabemos que, em determinadas regiões, não se faz esse cômputo dessa maneira, mas nós procedemos assim e, por isso talvez, o nosso índice seja tão alto.

O próximo, por favor.

Nós dividimos o Estado em quatro regiões: nós temos a Capital, a Região Metropolitana, o Interior Norte e o Interior Sul. E, aí, nós temos, na Capital, seis Áreas Integradas de Segurança, que estão aí divididas em bairros.

O próximo, por favor.

E, aí, nós temos uma atuação totalmente integrada entre Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Pefoce. Nós acompanhamos, dia a dia, os homicídios que ocorrem na Capital, em cada uma dessas Áreas Integradas de Segurança. Nós temos os dias da semana e aqueles horários em que a mancha da criminalidade é mais forte.

E isso, obviamente, permite que nós planejemos a utilização do nosso efetivo, já sabendo que, em determinados dias, em determinados horários, é mais forte a criminalidade e a natureza dos crimes que acontecem.

Nós temos um controle da atividade de todos os policiais. Nós temos, por exemplo, o índice de resolatividade, ou seja, quantos homicídios são resolvidos nessa AIS, e, ali, nós temos... Perdoem-me, mas, como estou sem os óculos, eu vou ler no meu aqui.

Ali, à direita, nessa Área Integrada, foi de 9,2%, E, ali, nós temos os bairros, obviamente, onde ocorrem... Todos os homicídios são georreferenciados; então, nós sabemos onde está ocorrendo cada crime.

Nós só tomamos o cuidado de não divulgar o bairro, porque, daqui a pouco, nós estaremos influenciando até no mercado imobiliário. "O bairro tal é o mais perigoso que existe na cidade!" Por isso, então, nós divulgamos por área, por aquela AIS.

E, ali, nós temos o gráfico dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Há o índice de resolução de homicídios por área?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Sim; por área.

Então, se o senhor olhar ali, à direita, aquela marrom, logo acima, nós temos 19,2% nessa área.

O Estado todo, hoje, alcança o índice de 24% de resolução. Nós sabemos que a média nacional está girando em torno de 8% a 9%. Sabemos, também, que, no Sul, está girando em torno de 50%. Então, a nossa média, embora razoável, tem que ser melhorada. Estamos trabalhando para isso.

O próximo, por favor.

Aí nós temos todas aquelas informações. Essa AIS, por exemplo, tem 582 mil habitantes – a densidade demográfica –, com um efetivo de policiais militares, do Corpo de Bombeiros, de delegados, inspetores da Polícia Civil etc. Então, nós temos esse controle diário de qual o efetivo que nós temos, qual a população a ser atendida por ele e o número de viaturas que estão sendo colocadas lá.

E, aí, vêm os laudos periciais que são realizados – todos são computados –, a quantidade de entorpecentes apreendida e, ainda – um dado que nos chama a atenção –, as armas apreendidas. Nós temos, mensalmente, uma média de 630 armas apreendidas, entre pistolas, revólveres, fuzis, escopetas. Isso nos dá, no final do ano, algo em torno de sete mil armas apreendidas com essas pessoas que as utilizam no crime. É uma quantidade assustadora. Nós estamos trabalhando nesse sentido.

O Governo do Estado já tem o entendimento – e ele implantou o programa Ceará Pacífico – de que o combate à criminalidade não se faz exclusivamente com polícia.

(Soa a campanha.)

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Então, estão envolvidos... Nós teremos, dia 13, agora, a segunda reunião do Ceará Pacífico, envolvendo o Tribunal de Justiça, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Abin, o Exército, a Marinha, a PGE, a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público Federal, bem como todas as secretarias, inclusive as municipais de Fortaleza, enfim, todos participam, porque o entendimento é o de que não se resolve o problema da criminalidade só com a polícia. Então, há de haver ações do Governo de forma a recuperar, por exemplo, uma praça, colocando iluminação, para que a população possa retomar esse espaço; as ruas que estão escuras e são um atrativo para assaltos, a Prefeitura se compromete a iluminar essas ruas. Então, tudo isso está sendo feito.

Nós vamos transformar aquelas seis Áreas Integradas em 10 Áreas Integradas, e todas essas 10 AIS com o conceito de polícia cidadã. Nós vamos colocar 24 Unisegs, Unidades de Segurança, e, aí, nós teremos de ter, além da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Pefoce, a AMC, que é a Autarquia municipal de Trânsito; temos de ter a Guarda Municipal, todos eles participando. É importantíssima a participação da Se-

cretaria de Educação, porque nós temos de colocar esses jovens na escola pela manhã... Tem que ter atividades de manhã e à tarde; temos de recuperar espaços para o lazer, para a prática de esportes à noite; tudo isso tem que ser colocado, e, por isso, estão sendo envolvidas todas as pastas.

A reunião envolve quase 100 pessoas. E quem preside esse comitê é o próprio Governador do Estado. O próximo, por favor.

Passa a próxima, por favor. Aqui, pode passar rápido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É uma espécie de comitê de gestão integrada.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Comitê de gestão integrada. Perfeito.

Então, aqui estão todas as áreas – pode passar –, a mesma situação da anterior.

Aqui temos o Estado. Fazemos o fechamento do Estado.

Passa a próxima.

Na mesma situação, entramos na região metropolitana. A metropolitana é dividida em três áreas integradas. Claro que os Municípios já não são bairros com uma capital; são Municípios que integram a área metropolitana.

Próxima, por favor.

Aqui temos a mesma situação de controle. Todas as terças-feiras nós nos reunimos no centro integrado com todos comandantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Pefoce, e todo o interior do Estado, em quatro cidades-polos: Juazeiro, Sobral, Quixadá e Russas, que também participam via videoconferência. Toda terça-feira é feita uma análise de como foi a semana, o que foi feito, o que se projeta para a próxima semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E a reunião das regiões também, não é?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Todas as regiões.

A última reunião do mês é presidida diretamente pelo governador do Estado. É quando ele vai à imprensa e divulga os resultados do mês. Este ano, neste período agora, o mês dez, outubro, perdemos o mês de janeiro e o mês de agosto. Vamos ver depois.

Próximo por favor. Pode passar até que chegue o mapa de uma região do norte.

Aqui, dividimos o interior norte em quatro: Itapipoca, Sobral, Canindé e Crateús. Fica dividida a região na mesma situação: cada AIS dessas tem a mesma composição da capital, da metropolitana.

Próximo, por favor. Vou deixar aqui com a senhora essa apresentação.

Próximo, por favor. Vamos até o sul, é tudo a mesma coisa, se repete cada AIS, e são discutidos, um a um, os resultados.

Esta é a AIS do interior sul. Pega Juazeiro, Canindé, Tauá, Russas. Quixadá. É a mesma situação.

Pode passar, por favor. Pode ir até o último eslaide.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Reriutaba fica em qual?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Como?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Reriutaba.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Sul.

Estamos com sérios problemas no sul, em razão de brigas de família, diversas situações.

Aqui é o nosso último fechamento. Significa o quê? Fortaleza, de 2014 a 2015, conseguimos uma redução de 17,8 pontos percentuais. Aqui, a metropolitana, interior norte. O nosso grande problema está sendo o interior sul. É a região de Limoeiro, Tabuleiro...

(Soa a campanha.)

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – ...e tudo mais, que é o que causa problemas. E o Estado está nessa aí. Como falei no início...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Há desaparecidos? Quantidade de desaparecidos?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Volte, por favor, naquele eslaide de crimes. É essa última. Três mil...

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – É um número alto, não é? São 3307;

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso dá uma média de quantos por cem mil habitantes?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Por cem mil habitantes, estamos com uma média de 38,7, segundo a última contagem que foi feita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desaparecidos não há?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Não. Aliás, temos um argentino que, em uma praia de Jericoacoara, desapareceu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sim, mas não é uma estatística relevante, no caso? Porque, no Rio de Janeiro, está havendo o seguinte, só para dar o exemplo: uma média de seis mil homicídios por ano e uma média também de seis mil desaparecimentos por ano. Está batendo ali...

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Essa é uma outra situação. Nós não temos mortes a esclarecer. O que temos são achados de cadáveres. É um morto. É um homicídio e pronto, um que morreu. A não ser, é claro, afogamento, acidente de trânsito, suicídio, que são outras situações que serão demonstradas em laudo pericial. Mas não há o problema do desaparecido, não.

Por favor, o eslaide do menor, se a senhora me permitir, porque estou apurando para tentar fechar o contexto da situação.

O nosso grande problema está sendo o menor. Se pudéssemos passar o filme, aquele do menor... Só para entendermos, só um minutinho, segure aí o filme.

Aqui foram três menores apreendidos: um menor, de 17, aquele de rosa; e os dois da direita, de 15 anos. Eles estavam em um carro blindado, cada um com uma arma, tinham acabado de matar um outro menino. Com armas! Eu gostaria que vocês ouvissem a maneira como eles se referem a isso. Som, por favor.

Não está saindo som, não.

Aqui são as armas que estavam com eles.

Ele fala assim: “Essa Glock é minha; a outra não sei; roubei e paguei R\$4,5 mil por essa arma”; Perguntaram: “e o menino que você matou?”. Ele disse: “É pilantra”.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Para fazermos uma avaliação, vemos que um menor com 15 anos e a maneira como ele pensa. Por isso, é que acho que essa ideia do Governador, de um pacto por um Ceará pacífico envolvendo a escola, que tem que ser pelo período da manhã, pelo período da tarde, e, à noite, ainda os envolvendo em alguma atividade. É por isso que ele está envolvendo todas as Secretarias nessa situação.

Agora, temos 16 centros que estão superlotados, e eles estão sistematicamente quebrando, depredando todos os centros. E não há como mantê-los. Neste final de semana, tivemos um problema sério e tivemos que colocá-los em uma escola, que está desativada, da igreja. Mas, obviamente, a população ao redor dessa escola está fazendo pressão muito grande porque não os querem ali. Eu recebi a mensagem.

Com isso, temos um problema também, por quê? Imobilizamos 140 homens do choque. Temos que cuidar desses centros todos que estão em efervescência, em ebulição. Quando tiramos essas tropas especiais das ruas, eles deixam de fazer o patrulhamento, e, aí, o nosso índice de criminalidade vai às alturas. Por quê? Porque estamos com esse problema.

Temos também o problema que envolve os socioeducadores. Não são pessoas capacitadas para o exercício dessa função. Normalmente são terceirizados que são contratados.

E aí temos um problema. Nós nos debruçamos sobre isso neste final de semana. Eu gostaria só de apresentar, por favor, o que o Governo decidiu. Eu faria um adendo de que, no Ceará, para os adultos que cometem crimes e vão para o presídio, temos a Sejus (Secretaria de Justiça e Cidadania). Então, os presídios não fazem parte, não estão subordinados à Secretaria de Segurança. Para os menores infratores, temos a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, que é quem cuida desses menores. Portanto, também não estão vinculados à Secretaria de Segurança.

Mas, por óbvio, em qualquer rebelião em presídio ou em um estabelecimento socioeducacional, temos que colocar a Polícia para evitar que fujam, que ocorra mais alguma situação lá.

Próximo, por favor.

Aqui, para os senhores terem uma ideia: até outubro, o número –peguei essa faixa etária, não sabia exatamente qual seria o interesse – entre 12 e 24 anos, no comparativo de 2015 e 2014, é de 1601 até outubro de 2014 e 1380 agora. Claro que ainda faltam dois meses para computarmos. Lá, os menores de 12 a 17 anos foram vítimas, ou seja, menores que foram assassinados. Estou falando de menores que foram assassinados: de 12 a 17 anos, em 2014: 542; este ano, 374. De 18 a 24 anos, já estamos hoje com 1006.

Situações ocorrem, é claro, há situações pontuais, mas, apenas para que se compreenda a situação, tivemos um menor que foi apreendido com uma arma. Como está tudo superlotado, falamos: “Não, libera ele para ir para casa”. No dia seguinte, ele foi apreendido com uma outra arma que havia comprado. Falamos: “Não, libera, está tudo superlotado, os pais cuidam.” No terceiro dia, ele morreu, porque foi enfrentar alguém que era seu desafeto e esse alguém o matou.

Houve um outro caso. Era um domingo, e eu apreendi o menor com a arma. E ele disse para a Polícia: “Vou matar fulano.” Foi liberado. No outro dia, ele matou fulano.

Próxima, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, só um número ali.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Volte ali, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em 2014, 1926...

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – No total, não é? São 1380 e ainda faltam dois meses.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está incompleto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Qual é o número...?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Cresce um pouco se for mantido na média.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso significa... Qual foi o número total, em 2014, de homicídios?

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Total? Dá uns 4 mil. Na verdade, quatro mil, trezentos e qualquer coisa. Total. Passa dos 4,3 mil, em 2014.

Próximo, por favor. Essas lâminas também vou deixar com a senhora.

Vejam ali, infelizmente – estamos tentando corrigir isso – não era feito no boletim de ocorrência. Quando a Polícia atendia, ela não colocava esses dados que são importantes para pesquisadores e até para que se tenha uma ideia do que está realmente acontecendo.

Então, por raça, o “não informado” é uma quantidade muito grande. E aí, temos da raça negra, parda, indígena, branca e amarela. São os dados dos em relação aos quais estamos conscientizando os policiais no sentido que eles devem nos trazer esses dados. Precisamos saber dessas situações.

Então, temos: feminino, que também é um número elevado; e masculino. Embaixo, por raça.

Próximo, por favor.

Aqui, na realidade é uma consolidação daquelas anteriores.

Próximo, por favor.

A mesma coisa, consolidação por raça.

Vejam: temos, então, unidades prisionais: 16 – aqui se refere aos maiores; detentos em unidades prisionais: 15.167; cadeias públicas: 139, que estão com 7.316 detentos; rebeliões e motins, neste ano, no Estado, tivemos 41. E aqui não estou computando os presos em delegacias. Temos 850 presos em delegacias, que transformamos em minipresídios: um amontoado de pessoas em delegacias. Por que isso? Porque o juiz simplesmente resolve: “O presídio está superlotado, interdita o presídio.” “Mas o senhor não vai me dizer onde coloco os presos?” E ainda chegamos em uma cidade do interior em que ele interditou a cadeia pública. E aí, não satisfeito, interditou a delegacia. Então, diga que não é para prender. O que mais vou fazer nessa situação? Então, tivemos 41 motins e rebeliões. O número de detentos é muito alto.

Próximo, por favor.

Agora, dados dos menores, que é o que interessa: 16 Unidades no Estado (quatro no interior); 2 unidades em construção; essas vagas, as 850, na verdade já estamos com 1015. Aqui, o interior. No interior, sim, o número de vagas é maior. Tivemos 60 rebeliões em pouco mais de um ano.

Nos últimos 30 dias, houve quinze rebeliões e sete centros depredados. Aí nós transferimos para essa escola e lá temos um presídio militar, para abrigar os policiais militares que fossem presos. A própria Sejus, numa crise anterior, não tinha onde colocar seus presos, principalmente, os presos da Lei Maria da Penha. Então, nós transferimos o presídio militar para a Sejus, para que ela colocasse esses presos de menor, não seriam os homicidas lá. O que ocorre? A Sejus começou a fazer uma reforma e, agora, em razão dessa crise, nós tiramos da Sejus e passamos para a Secretaria de Defesa Social.

Claro é um presídio, e a ideia é de colocar menores em presídios já não está compatível com o espírito da legislação toda de proteção à criança e ao adolescente.

Então, num primeiro momento, tivemos reuniões com o Tribunal de Justiça e fizemos ver que não há onde colocá-los. Não há onde colocá-los! Então, colocamos lá. Por incrível que pareça, no presídio não está havendo problema, na escola, já houve tentativas, às 2h e às 5h da manhã de hoje de uma rebelião. Graças a Deus foi contida.

Próximo.

Esse é o plano de estabilização emergencial que estamos colocando: mutirão processual. Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e o Judiciário estão fazendo um mutirão, analisando a situação de cada um desses menores. Se realmente o potencial ofensivo dele justifica que ele permaneça no meio daqueles outros ou não.

Então, a ideia, pelo menos foi a notícia que o juiz nos deu, é que há uma grande possibilidade de se liberar até 350 menores desses que iriam, sob a responsabilidade da família e em liberdade assistida, ou seja, se verifica o que está fazendo. Então, isso numa situação emergencial, esse mutirão processual está envolvendo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública – todos estão envolvidos nisso.

A defesa no tempo certo. É a mesma coisa, não adianta recolher um menor e se esquece dele lá. Ninguém vai a um juiz e vai procurar um julgamento, agilizar a situação do menor para que se dê uma solução mais rápida. Não pode simplesmente amontoá-lo. Para se ter uma ideia, presos, nós temos presos que levam cinco anos para serem julgados. Os presos maiores, então, os menores para evitar isso é que o Governo está com esse mutirão e a defesa em tempo certo.

Rede de apoio aos egressos. Todas as Secretarias, inclusive a Secretaria de Educação, todas as Secretarias estão envolvidas no sentido de procurar os empresários e recolocar esses moleques. Não só para estudar, como para trabalhar num período, de maneira que se retire ele da rua, se retire ele do alcance das drogas e dos traficantes.

A criação de uma central de vagas, porque o juiz do interior simplesmente mandava o menino para a capital, para Fortaleza. E essa central de vagas hoje é o Secretário da STBA é que vai decidir, isso foi tirado do Judiciário. O Judiciário concordou: tirado não, em conversas se repassou isso para a STBA, por quê? Tem que deixar esse menor próximo à mãe, ao pai, aos familiares dele para fazer uma visita. Se tirar ele do interior e botar na capital, muitas das vezes, a família não tem condições de visitá-lo.

Unidade de medicina legal, por quê? Nessas rebeliões muitos meninos saem feridos; por incrível que pareça, nós colocamos ele na escola, eles já estão quebrando, aí vai o marmite, naquela embalagem de alumínio, o sujeito pega um pedaço de concreto embrulha naquele alumínio: é uma arma. E aí grupos começam a se digladiar lá dentro em razão disso.

Então, mesmo quando entra a polícia, se houver uma ação excessiva da polícia, estamos criando essa unidade de medicina, para que esses menores sejam imediatamente submetidos a um exame de corpo de delito.

Próximo, por favor.

O reequipamento das unidades, por óbvio, que foram depredados, tem que ser reequipado, a reforma, há uma mediação de conflito e, o fundamental, a criação de uma controladoria. O Ceará, talvez, tenha sido pioneiro porque, por exemplo, nós temos uma Controladoria Geral de Disciplina, que é fora da Secretaria, é uma outra com status de Secretaria, é uma procuradora do Estado, que já foi Procuradora-Geral por dois anos, já está aposentada como procuradora, ela é que cuida da disciplina da Secretaria de Segurança e dos agentes penitenciários.

Estão fora os agentes socioeducadores, estamos tentando criar essa controladoria para o sistema prisional, sistema socioeducacional, porque o sistema prisional nós já temos junto com a própria controladoria.

Isso é bom por quê? Ela é fora, não é a própria Secretaria, não é o comandante da unidade que vai instaurar um procedimento. É alguém de fora que faz esse procedimento. E vão ser criadas metas e premiações, ou seja, se os agentes socioeducadores atingirem determinadas metas, deverão receber um prêmio. Esse prêmio é a melhoria na escolarização do próprio socioeducador, a capacitação dele e, principalmente, que se consiga uma redução da reincidência. Então, está sendo estudada a implantação de metas e premiação.

Próxima, por favor.

Eu acho que já terminamos. Perdoe-me por ter ultrapassado o tempo concedido pela senhora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, muito obrigada.

Para dar prosseguimento, antes de passar a palavra ao Dr. Maurício, eu quero ler a comunicação da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, dirigida à Secretaria da Comissão:

Prezado Marcelo, conforme nos falamos há pouco pelo telefone, o Secretário Beltrame terá que cancelar sua ida a Brasília para participar da audiência pública na data de hoje.

Peço desculpas aos Exmos Senador Lindbergh Farias e Senadora Lídice da Mata, mas ontem o Secretário Beltrame participou de uma reunião de trabalho aqui no Rio de Janeiro e decidiu permanecer nesta cidade em virtude da instituição, no dia de hoje, do Comitê Executivo de Segurança Integrada dos Jogos de 2016, que ocorrerá no mesmo horário da referida audiência pública.

A reunião de instituição desse Comitê contará com altas autoridades do Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Abin, Secretaria da Defesa Civil desse Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro, onde serão discutidos assuntos que necessitam da participação do Secretário Beltrame.

Contamos com sua compreensão e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente, Mariléa Santiago, assessoria do gabinete.

Então, apenas para deixar registrado na ata da nossa reunião a justificativa do Secretário Beltrame, que havia anteriormente acertado a sua presença aqui hoje entre nós.

Quero também aproveitar para saudar e registrar a presença do Chefe da Representação do Governo do Estado da Bahia, Jonas Paulo, aqui presente no nosso debate.

E, imediatamente, passar a palavra ao Dr. Maurício Teles Barbosa.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Boa tarde a todos.

Inicialmente cumprimento a Senadora Lídice da Mata, o Senador Lindbergh Farias, demais membros desta Comissão, pessoas aqui presentes e as que estão nos assistindo, Dr. Zulmar Pimentel um grande mestre e companheiro também da Polícia Federal, Dr. Jonas Paulo e demais autoridades presentes.

Primeiro, quero parabenizar a Comissão pela iniciativa de chamar profissionais da área de segurança pública, em especial Secretários de Segurança, para falar sobre um tema hoje tão espinhoso e necessário que é a segurança pública no nosso País.

Pelo olhar de quem senta na cadeira de gestor da área de segurança, estou há cinco anos, como Secretário de Segurança Pública na Bahia e trabalhando há dez, os outros anos como Chefe da Inteligência da Secretaria e o restante em minha carreira na Polícia Federal, é importante essa visão que nós estamos tendo de como é coordenar diferentes forças policiais, como é lidar com fatores tão dinâmicos que incidem sobre a criminalidade hoje no País e como estamos tentando resolver, juntamente com outras instituições, esse tipo de problema.

Eu trouxe uma apresentação rápida para falar e até um diagnóstico de como se encontram hoje os índices criminais e o panorama da segurança pública no Estado da Bahia para mostrar um pouco da nossa estratégia e também dos desafios conjuntos que não só eu mas os demais companheiros de segurança pública enfrentam em âmbito nacional.

Durante cinco anos a gente vem trabalhando e vem chegando à conclusão de que sozinhos os Estados não vão ter condições de enfrentar o aumento exponencial de criminalidade que estamos vivendo nos últimos anos.

Vamos mostrar ali que sem uma fonte de financiamento federal ou outras fontes para segurança pública, vai se tornar cada vez mais inviável o trabalho dos Estados, até porque temos por trás do aumento dos índices criminais o tráfico de drogas e, como todos sabemos, essas drogas vêm de outros países em fronteira com o nosso Estado. Até porque nós temos hoje praticamente 90% da responsabilidade em cima da segurança pública.

A título de exemplo, nós atuamos conjuntamente com a Polícia Federal no combate ao tráfico de entorpecentes, até pelo mandamento constitucional. Mas, infelizmente, nós não recebemos um centavo para executar uma atribuição, uma competência que é específica da Polícia Federal e que fazemos todos os dias na labuta diária do trabalho de segurança pública.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dr. Maurício...

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desculpe, mas há um ponto que, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, vem nos números, que é o aumento muito grande da violência no Nordeste como um todo. Em relação à morte de jovens, isso aparece, mas aparece em vários outros índices também. A que os senhores atribuem esse crescimento, em especial no Nordeste, de forma muito mais acelerada do que no resto do País?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Eu vou, se o senhor me permitir, passar alguns dados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Vamos entrar no diagnóstico. Em primeiro lugar, em uma das minhas apresentações, apresento essa pirâmide invertida que, na verdade, retrata o que é hoje a segurança pública no País. Ou seja, o primeiro grande destaque é para a questão da impunidade. Nós temos 223.000 mil ocorrências que são levadas e registradas na polícia, com 2.871 pessoas presas, em cumprimento de pena. Ou seja, de 100% das ocorrências que são levadas, 1,3% somente são devidamente levadas ao Poder Judiciário, que é onde é efetivada a justiça criminal no nosso País. Ou seja, todo esse caminho é de perda de vidas, de tempo, gasto de dinheiro e, com certeza, traz a sensação que faz a violência crescer no nosso País, que é uma coisa chamada prioritariamente de impunidade.

Pode passar, por favor.

Esses são os gráficos referentes ao aumento de homicídios. Aí vem uma das perguntas iniciais do nosso Lindbergh. Muito se fala que o tráfico de drogas esta por trás de praticamente 50% a 60% dos homicídios hoje praticados no País. Vamos mostrar que, pelos homicídios com causas aparentes, ou seja, aquelas causas que são relatadas nos inquéritos policiais, elas aparecem com 55% a 60%, e que houve um aumento exponencial dos índices de homicídio no nosso Estado exatamente na faixa, no período que corresponde ao aumento exponencial de apreensões de drogas também no nosso Estado.

Mas o que se observa é um aumento exponencial especificamente dos derivados de produtos da pasta base de cocaína, ou seja, o crack. Como nós podemos ver, Senadores, de 2004 a 2012, a tabela lá de baixo diz que houve um crescimento de 110% nos laudos expedidos de substâncias como a maconha e de 1.207% de substâncias derivadas da pasta base de cocaína, ou seja, de 2004 a 2012, nós tivemos 1.207% de aumento. Foi exatamente nesse período, eu posso falar pela Bahia, que nós fomos assolados pela entrada do crack em nossas ruas.

Nos anos de 2006 e 2007 nós tivemos uma dispersão do tráfico de drogas das grandes facções para os crimes de quadrilhas de menor potencial, mas que começaram a vender o crack no varejo, posso assim dizer, uma pedra que hoje custa R\$4,00 ou R\$5,00. Isso causou um aumento, uma degradação dos nossos indicadores muito grande.

Diferentemente do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros Estados da Região Sudeste, que já vinham fazendo investimentos em segurança pública há mais de 20 anos, até instados pelas situações que ocorreram nesses Estados nas décadas de 80 a 90 – falo porque sou carioca, morei muito tempo no Rio de Janeiro, comecei a trabalhar na Polícia Federal do Rio e acompanhamos aumentos sucessivos de sequestro e o aparecimento das grandes facções de drogas –, foi aí que os Governos conseguiram, começaram a fazer os investimentos. Diferentemente disso, os Estados da Região Nordeste conviviam muito pouco com essa realidade de grandes facções, de grandes quadrilhas voltadas ao narcotráfico. E foram verdadeiramente atropeladas e assoladas pela entrada do crack em território do Estado da Bahia, do qual eu posso falar com um pouco mais de experiência.

Pode passar, por favor.

Aí nós temos a curva de aumento dos índices de homicídio. Na Bahia, como se pode ver, Senadores, nós tivemos o aumento sucessivo, nos últimos 15 anos.

Nós só conseguimos reverter a curva de homicídios em 2011. Em 2012, voltamos a ter um aumento e, em especial, por conta de uma paralisação da Polícia Militar, que foi muito séria e muito grave no nosso Estado. Voltamos a reduzir, em 2013, e voltamos a ter um aumento, em 2014, quando também nós tivemos novamente uma nova greve da Polícia Militar.

Nós conseguimos tirar a Bahia de um percentual de 41,5 mortes por cem mil habitantes, descemos a 36% e hoje estamos com 37,4%. E, como podemos ver, na linha vermelha, nós temos aqui os indicadores da Região Nordeste, que hoje se encontra com 38,9% e também com aumento sucessivo ao longo desses últimos 15 anos.

Pode passar, por favor.

E aí vem no nosso Estado o aumento dos índices de CVLI, que são os crimes violentos letais intencionais e aí podemos contar os homicídios, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios.

Pode passar.

E é interessante dizer que, na capital, após a inserção de diversas estratégias de política de segurança pública, a exemplo das bases comunitárias, que se assemelham a muitas UPPs do Rio de Janeiro e outras unidades de polícia comunitária, que são conhecidas em outros países, em outros Estados, nós conseguimos trazer Salvador para o quinto ano sucessivo de redução desses indicadores. Este ano, nós estamos também apresentando uma redução de 1,5% a 2%.

Pode passar, por favor.

Um dado que muito se debate a respeito do aumento dos índices de homicídio no País é a respeito da letalidade policial. Li alguns expedientes e até algumas produções de outras Comissões a respeito do foco que se tem dado – lógico que devemos dar – à letalidade policial no cenário geral dos homicídios praticados no País, mas eu trago aqui um dado que, se contarmos as mortes decorrentes de intervenção policial, no nosso Estado, ela chega, no ano de 2014, a 4,4% dos números gerais de homicídios do nosso Estado. Ou seja, nós temos 50% da motivação relacionada ao tráfico de drogas em comparação a 4,4% da morte oriunda de enfrentamento às forças policiais, ou seja, de fato, nós temos que jogar luz em determinados dados e não também nos fechar a outras situações.

Concordamos que temos um dos piores números em termos de letalidade decorrente de enfrentamento às forças policiais, mas nós não podemos incorrer como se essa fosse a maior causa de jovens e de jovens negros e moradores de periferia de nosso País, até porque temos como mostrar à frente que o tráfico drogas está por trás de boa parte das mortes dos nossos jovens.

Pode passar, por favor.

Nós temos aqui também a faixa etária das mortes do nosso Estado em 2014. Se pusermos os jovens de 12 a 17 anos, 8,1%; de 18 a 24, 25,4%; de 25 a 29, 15,4%, ou seja, nós temos quase 60% dos homicídios praticados contra vítimas que vão de 12 a 29 anos. De fato é um número estarrecedor e que merece total atenção e é por isso que estamos desenvolvendo políticas públicas de acompanhamento e de inserção de pessoas nessa faixa etária, como mais tarde poderemos ver.

Pode passar, por favor.

Com relação à cor, nós fazemos a seguinte distinção: segundo as nossas estatísticas, 64,2% parda; cor preta, de 16%; cor branca, 4,2% e um número grande também de “não informado”, de 15,4%.

Também aqui fazendo a referência do número de pessoas pardas da população do Estado da Bahia, que vai a 59%; declaradamente negra, de 17,2%; e branca, 22,2%.

Pode passar, por favor.

Com relação a sexo da população, praticamente igual 50%, mais o número de mortes do sexo masculino vai a 92% e o feminino 7,2%.

Pode passar.

E aí vem a motivação preliminar dos homicídios em Salvador. Por esse dado, nós temos que o tráfico de drogas está por trás de 57%. Temos em média, 23%, 24% de índice de elucidação, de fato, ainda é um número muito baixo.

Temos uma necessidade premente e criamos o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, fazendo a centralização na investigação de todos os homicídios na capital e na região metropolitana, porque antigamente as investigações ficavam dispersas das unidades circunscricionais e fizemos com o que essa investigação passasse a um departamento específico, o que aumentou em 300% a produtividade. Ou seja, nós temos hoje um aumento de produtividade, de produção de mandados de relatórios de conclusão de inquéritos aumentados na ordem de 300%.

Pode passar, por favor.

Esses são os números de 2015. Temos apresentado, a cada ano que passa, uma dificuldade muito grande na redução dos nossos indicadores. Eu digo que, nas grandes cidades da Bahia, como nas grandes cidades brasileiras, os índices de violência têm diminuído, com raras exceções, mas nós temos visto a interiorização da violência, ou seja, a dispersão da violência para os Municípios com 20, 30 e 50 mil habitantes – esse é um fator muito preocupante.

E um dado muito relevante aqui para a Comissão é que, há quatro anos, quando começamos o Pacto pela Vida, nós tínhamos 80% dos homicídios praticados em 20 Municípios somente da Bahia – nós temos 417 Municípios, e, em 20 Municípios da Bahia, nós tínhamos 80% dos nossos homicídios. Hoje, 80% dos nossos homicídios estão concentrados em 40 Municípios, ou seja, houve uma diminuição dos grandes e uma dispersão para esses médios e pequenos Municípios. Esse é fator que traz mais dificuldade para os gestores e os chefes de outros Poderes, porque a violência tem migrado para Municípios em que não há uma infraestrutura de segurança, onde não há uma infraestrutura do Ministério Público e do Poder Judiciário, e muito menos das políticas públicas responsáveis pela retirada dos jovens e de outras pessoas do mundo do crime.

Pode passar, por favor.

Essa é nossa produtividade, e muito se criticam as forças de segurança, ao longo desses últimos anos, por um aumento desses índices criminais, e dizendo o quanto estamos trabalhando e desenvolvendo mais ações, mas infelizmente sozinhos não vamos ter condições de promover a diminuição desses índices para um nível, um patamar aceitável no nosso País.

Nos últimos quatro anos, tivemos praticamente 109 mil pessoas presas em flagrante; 25 mil armas de fogo apreendidas; 44 toneladas de drogas apreendidas em nosso Estado; 195 mil inquéritos remetidos com autoria, são inquéritos gerais, contando-se também os que são praticados contra a vida; e 12.686 mandados de prisão cumpridos.

Pode passar, por favor.

E aí se refere a uma questão sobre a qual o nosso companheiro do Ceará falou, com relação aos institutos e a forma de coleta de dados e divulgação dos dados sobre a violência no País hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Nós fizemos, há bem pouco tempo, através de um ofício expedido pelo nosso Governador ao Ministro da Justiça, algumas ressalvas relacionadas aos estudos que estão sendo divulgados. Como no Estado do Ceará, nós temos uma das políticas mais transparentes de contabilidade dos números de homicídio. Para cada corpo encontrado com sinais exteriores de violência, classificamos imediatamente como homicídio, e não classificamos como morte a esclarecer, não classificamos como remoção de cadáver e muito menos como desaparecido.

Como nós podemos computar ali, nós temos um dos menores índices percentuais do Brasil de mortes a esclarecer. Computamos, assim, ossadas encontrados em locais de crime e outras que demandam uma necessidade maior de investigação, diferentemente de outros Estados que, às vezes, chegam a computar metade dos números de eventos morte como homicídio e outras como morte a esclarecer, e alguns sequer apontam e

colocam os números de registro de morte a esclarecer. Ou seja, nós temos hoje uma discrepância muito grande de contabilidade e da forma como são feitos os registros criminais entre os Estados.

O Ministério da Justiça criou o Sinesp, tentando equalizar essa situação e trazer uma metodologia única de contabilidade para os Estados. Mas, infelizmente, alguns Estados persistem na sua própria contabilidade, o que vem apenas, de forma bastante prejudicial, a imagem dos Estados que têm uma transparência e uma metodologia muito franca de contagem dos números absolutos de homicídios. Ou seja, a Bahia foi colocada como o Estado com o maior número absoluto de homicídio e como possuindo a 7ª ou 8ª capital em números proporcionais por 100 mil habitantes.

E, quando abrimos a tabela, temos até o próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no momento da divulgação dos seus números, fazendo a ressalva, ao final do estudo, dizendo que há discrepância entre os Estados, na contabilidade dessas ocorrências e que não seria possível ranquear esses Estados, por conta dessa diferenciação. Então, é importante que a gente busque, de fato, mecanismos mais transparentes, mais idênticos entre os Estados, para que se promova uma diferenciação das políticas de segurança pública e um ranqueamento acerca de se as políticas estão efetivamente conseguindo atacar essa problemática.

Vamos passar, por favor.

Falo sobre a questão orçamentária, que é outro grande desafio para nós, Secretários de Segurança, e para os Estados. Nós tivemos um aumento considerável do orçamento destinado à segurança pública. Quando eu entrei na Secretaria, em 2011, tivemos o orçamento de R\$2,65 bilhões, e hoje nós estamos em 2015 com R\$4,531 bilhões de orçamento para área de segurança.

Pode passar, por favor.

A execução ficava algo em torno de 90% a 95% de tudo o que nós temos orçamento que é executado.

Pode passar.

Quando nós vamos destrinchar o que nós conseguimos do nosso orçamento, temos o que sobra para projetos em investimento vem na ordem de 2% a 5% do montante geral do orçamento da Secretaria de Segurança Pública. Ou seja, nós temos 87% do orçamento sendo utilizados como gastos de pessoal e outro percentual que é para custeio e atividade finalística, sobrando somente 5% para os investimentos na área de segurança. Ou seja, nós temos uma grande responsabilidade em nossas mãos: um aumento crescente dos índices criminais e o aumento cada vez mais de pessoas no mundo do crime com uma capacidade de investimento da ordem de 5% a 2%. E acredito que a realidade dos Estados não fique diferente dessa. E nós não temos repasses, muito poucos, do Governo Federal através de alguns convênios, como nós vamos mostrar aqui, muito menos de emendas parlamentares, nós não recebemos, nos últimos quatro anos, nenhum real de emenda parlamentar.

Pode passar, por favor.

Esses foram os repasses do Governo Federal, mais por conta dos convênios. Em 2014, teríamos que ter recebido, na linha azul, R\$10 milhões em convênios com o Governo Federal, e recebemos R\$5,160 milhões; e, no ano de 2015, R\$1 milhão somente. Ou seja, com toda essa carga de responsabilidade que nós temos, com toda essa gama de problemas a serem enfrentados, nós temos como um dos maiores empecilhos a melhora da capacidade de enfrentamento à criminalidade, de capacitação dos nossos servidores e de contratação também de novos servidores, que é o custeio em geral da segurança pública no nosso País.

Então, além das discussões relacionadas às melhoras e reformas das nossas instituições policiais, há que se refazer completamente o sistema de segurança pública nacional. Ou colocamos a segurança pública num patamar de prioridade nacional, como fazemos com a educação, como fazemos com a saúde, tendo os limites constitucionais de investimento de gastos nessas áreas, igualando isso à segurança pública e também recebendo repasses obrigatórios do Governo Federal para essa pasta, ou nós vamos continuar assistindo ao mesmo cenário a que estamos assistindo no Brasil inteiro. E não é privilégio do Estado A ou do Estado B.

Quando ligamos as nossas televisões, vemos hoje situações acontecendo em praticamente todos os Estados, do norte a sul, de leste a oeste, e com ocorrências muito semelhantes: jovens entrando, cada vez mais precocemente, no mundo do crime; rebeliões nas unidades prisionais, onde praticamente todas as nossas unidades estão sendo dominadas infelizmente por facções e quadrilhas voltadas ao narcotráfico. Então, de fato, é um problema nacional.

Pode passar, por favor.

E aí vem o nosso modelo de gestão na área de segurança, praticamente nos mesmos moldes do Ceará. E isso faz muito parte de um processo diagnóstico montado através de sistemas de gestão da iniciativa privada. Nós temos um comitê de governança que é feito pelo Governador do Estado, com o chefe do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Assembleia Legislativa. Corresponde a um comitê executivo que tem todos os secretários da área prisional, da área social, como de outras secretarias de educação, de trabalho e de renda, e temos também membros do Poder Judiciário e Ministério Público.

É bom que se diga que temos feito algumas críticas à nova modelagem de segurança pública que tem sido colocada para discussão aqui, no Congresso Nacional, através do Fórum dos Secretários de Segurança Pública, quando vimos a possibilidade de criação de uma lei orgânica da segurança pública, onde se discute quais instituições vão permanecer, sendo inseridas nesse contexto. Mas não podemos esquecer e os nossos Parlamentares têm um papel decisivo nisso: a preponderância do Judiciário e do Ministério Público nesse processo.

Temos algumas situações na Bahia, Senadores, de Municípios da região metropolitana que têm altos índices de violência até 90 por 100 mil habitantes, são índices muito altos, que há 5, 6 anos não faz um tribunal do júri, que não tem um tribunal do júri, e dificilmente pessoas são presas por conta de homicídios praticados. Ou seja, são condenados em 80% por crimes contra o patrimônio, e 15 a 17% por tráfico de drogas. Se não houver uma modificação nas nossas leis processuais, nas leis penais e também uma maior ação do Poder Judiciário, isso se refletirá na impunidade a que estamos assistindo, como foi mostrado pelo nosso companheiro no vídeo, onde mostra um adolescente que já passou 3, 4 vezes pela unidade de medida socioeducativa, voltando a delinquir e que, infelizmente, acaba tendo como único desfecho a morte desses jovens por conta até de uma não possibilidade de reinserção na vida em sociedade.

Pode passar, por favor.

E, aí, temos algumas funções – vamos passar só para ilustrar de maneira muito concreta as ações que adotamos no nosso Estado.

Pode passar, por favor.

A criação e lançamento do Pacto pela Vida, podemos ver ali, foi dia 6 de junho de 2011. Até lá, nós praticamos diversas ações diversas, diversos projetos que foram desencadeados através do programa Pacto pela Vida.

Pode passar.

Ações de prevenção social, cursos técnicos profissionalizantes. Interessante que essas ações foram muito direcionadas, não de forma geral, para a população carente desses locais onde fizemos algumas intervenções, mas para a população que mais mata e que mais morre, que são esses jovens que vão dos 12 aos 25 anos de idade. E uma das falas, tanto do ex-governador Wagner, como do atual Governador Rui, é que temos que fazer uma busca ativa, ou seja, não adianta oferecer programas sociais de forma indistinta para pessoas que, às vezes, não se inserem naquela possibilidade de serem vítimas ou autores de crimes. Praticamos muitas ações, até praticadas por profissionais da área de segurança.

Pode passar, por favor.

Como estas: Universidade para Todos, Qualifica Bahia. Temos ações praticadas pelos próprios policiais militares nas áreas de base comunitária.

Pode passar.

Projetos como Luta Cidadã, há alunos, Senadores, que foram trazidos dos projetos das bases comunitárias que já foram campeões olímpicos, campeões sul-americanos e pan-americanos de caratê, tae-kwon-do e luta. Temos projetos de músicas que são dados pelos nossos policiais a esses jovens, ou seja, fazemos além do que a segurança pública propriamente deveria fazer, que é o papel somente da segurança.

Pode passar.

Outros programas de outras câmaras dentro do Pacto pela Vida, como o programa de enfrentamento às drogas.

Pode passar.

Programas voltados à administração prisional, que estão intrinsecamente ligadas; não há, hoje, uma ação criminosa que não passe pelo mando dentro do sistema prisional, esta é uma realidade hoje enfrentada por, praticamente, todos os Estados, o que também é um grande desafio a ser enfrentado na diminuição dos nossos índices.

Pode passar.

Conseguimos quase R\$150 milhões, diga-se de passagem, para a construção de sete novas unidades, que estarão sendo inauguradas até o final do ano. E, com a inauguração dessas unidades, teremos condições de tirar todos os presos que ainda restam nas nossas delegacias. Tínhamos 12 mil presos em delegacias, quando assumi a Secretaria de Segurança, temos seis e, até o final do ano, se conseguirmos inaugurar essas seis unidades, vamos zerar o número de presos nas delegacias.

Pode passar, por favor.

A criação de câmaras específicas da área de segurança.

Pode ir passando. Como no Ceará, o nosso plano estadual de Segurança Pública com linhas, com diretrizes, ações e projetos bem delineados.

Pode passar.

Algumas diretrizes básicas e os principais...

Pode passar.

Um plano de metas e também um controle muito grande da gestão. Esse é um controle que nós temos a respeito de nossos projetos. Criamos escritórios de projetos para evitar a não execução do nosso orçamento e para o acompanhamento de todos os projetos estão sendo executados pela área de segurança.

Pode passar, por favor.

Também como o Estado do Ceará, criamos indicadores de avaliação por áreas integradas de segurança pública, por regiões integradas de segurança pública, fazendo a cobrança semanal da redução dos índices criminais, e criamos o prêmio por desempenho policial. Pagamos o prêmio já no ano de 2013, pela redução em comparação ao ano de 2012, ou seja, a inclusão da meritocracia e de métodos da iniciativa privada para aquelas pessoas que vierem a reduzir os índices criminais.

Pode passar, por favor.

Aí são as diferentes áreas integradas e regiões do nosso Estado. São dez regiões: três na capital, na região metropolitana, norte, sul, leste, oeste, Chapada Diamantina e a região sudoeste.

Pode passar.

Na capital, região metropolitana.

Pode passar.

O prêmio por desempenho policial, que já pagamos. E vem, também, um investimento maciço – pode passar, por favor – na formação e capacitação dos nossos servidores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quais são aquelas metas dos policiais, do prêmio?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Volta, por favor.

Nós temos uma meta anual, Senador, de 6% de redução dos crimes violentos, letais e intencionais. Não lançamos, ainda, o prêmio por diminuição dos crimes contra o patrimônio, é uma outra etapa do Pacto pela Vida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas tem por redução da violência letal, no caso?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Nós temos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Seis por cento.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Isso é a meta anual de redução, de 6%. A cada ano nós colocamos uma nova meta. Como nós tivemos duas greves num intervalo de menos de três anos, nós ficamos muito prejudicados no batimento dessas metas no ano de 2012, comparado a 2011, e no ano de 2014, comparado a 2013; mas conseguimos diminuir no ano de 2013, comparado a 2012.

Pode passar, por favor.

A capacitação dos nossos profissionais, que é um dos grandes pontos, também: fizemos a contratação de 14 mil novos policiais, e foram 55 mil capacitações.

Pode passar.

Investimentos maciços na perícia forense, no Departamento de Polícia Técnica: foram quase R\$40 milhões investidos.

Pode passar.

Criação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Pode passar.

Investimento de R\$44 milhões na nossa perícia.

Pode passar.

Criamos uma superintendência específica de prevenção à violência. Todos os órgãos da SSP/Bahia eram voltados à repressão policial. Nós não tínhamos nenhum órgão que dialogasse com a sociedade civil organizada, com os grupos vulneráveis, que fosse às audiências públicas e trouxesse as sugestões para formulação de nossas políticas; e aí, através dessa superintendência, nós começamos a criar novas ações. Criamos agora a Ronda Maria da Penha, que foi fruto, também, de um diálogo, através da Superintendência de Prevenção à Violência, com outras secretarias do nosso Governo. Foi um passo importantíssimo na defesa das mulheres e contra a violência doméstica.

Pode passar, por favor.

Reforma, também, da Unidade do Corpo de Bombeiros.

Pode passar.

Criação de novas unidades de comunicação no nosso Estado: investimento maciço em comunicação, inteligência e tecnologia.

Pode passar.

A nossa aviação contava somente com um helicóptero; nós temos, hoje, três aeronaves: dois helicópteros e um avião, o que deu, também, uma forte condição de combate a quadrilhas organizadas no interior do nosso Estado.

Pode passar.

Investimento maciço em equipamentos de proteção individual: foram gastos quase R\$85 milhões nos últimos quatro anos em aquisição de equipamentos.

Pode passar.

O investimento em tecnologia se deu através da criação de um Centro de Comando e Controle Regional, em parceria com as ações do Governo Federal, e o recebimento de equipamentos como Centros de Comando e Controle Móveis e imageadores aéreos acoplados aos nossos helicópteros; melhorou muito a atuação da polícia. Nós temos, hoje, todas as viaturas do Estado monitoradas e controladas por GPS e temos 200 viaturas em que temos um controle através de câmeras e tablets dentro das viaturas.

Pode passar.

Com relação à repressão qualificada – já estou acabando, Senadora –, criamos o Baralho do Crime. Temos, já, 75 indivíduos de prioridade máxima: são pessoas que foram condenadas por homicídios, extermínios, tráfico de drogas.

Fizemos uma divulgação, através do Disque Denúncia com o lançamento do baralho, há quatro anos, para quem tivesse informação ligar para o Disque Denúncia, e já tiramos 75 dos piores criminosos do Estado de circulação.

Pode passar.

Forças-tarefas foram criadas, relacionadas a roubo a bancos, explosão de caixas eletrônicos; 687 pessoas presas; 147 pessoas que resistiram à prisão; 91 quadrilhas desarticuladas; 1.888 unidades de explosivos foram apreendidos e 512 armas.

Pode passar.

Criamos também outras unidades voltadas ao tráfico de drogas.

Pode passar.

E aí está, o que eu acredito ser o ponto máximo da nossa política de segurança, dentro do Pacto pela Vida, que são as Bases Comunitárias de Segurança (BCS). Nós já temos 17 Bases Comunitárias, boa parte delas na capital, algumas na região metropolitana e outras no interior do Estado. Srs. Senadores, V. Ex^{as} podem ver que temos unidades em que houve 100% de redução de crimes violentos, letais e intencionais, como no Calabar, como no Bairro da Paz, em que houve uma redução de 66%.

A Senadora Lídice conhece muito bem o nosso Estado, e ali era praticamente impossível pensar no Bairro da Paz, uma comunidade carente, que, em outros anos, era muito violenta, e hoje nós estamos há um ano e cinco meses sem homicídio nessa localidade. No Complexo do Nordeste de Amaralina, Senadora, nós tivemos a redução de 50% dos índices criminais.

Pode passar.

Essas são as nossas metas e projetos para os próximos meses.

Pode passar.

A redução de 6% do CVLI e 10% de ocorrências de crimes contra estabelecimentos financeiros. Só dizer que nós já estamos com redução de 15% de roubo a banco.

Pode passar.

Esses são os grandes projetos da segurança pública, Senadores, que é a criação do Centro de Gestão de Emergência, ou seja, o grande cérebro da segurança pública. Nós vamos colocar em um mesmo ambiente órgãos municipais e vamos ter condições de monitorar todas as ocorrências do Estado da Bahia através de um centro que terá praticamente mil câmeras monitorando a capital, a região metropolitana e todos os Municípios que tiveram seus sistemas de monitoramento vão poder assinar convênios e colocar suas imagens no nosso centro. Com certeza, vamos dar um grande salto na melhoria da comunicação e na inteligência no combate à criminalidade.

Foram essas ações que, rapidamente, eu quis expor sobre o que estamos fazendo relativo à segurança pública no nosso Estado.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, pela participação dos dois Secretários de Segurança.

Vou passar a palavra ao Relator, para que ele possa falar a respeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dr. Maurício, eu até perguntei, no começo – mas entendi a resposta –, o que estava acontecendo no Nordeste. Porque, de fato, os números cresceram muito

no último período. O Dr. Maurício nos falou sobre a questão dos números relacionados a drogas. No Ceará a sensação é algo parecido também, Secretário, nesse caso? Se puder responder, porque aí eu continuo já na...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quero.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Eu diria que sim. Há um fator fundamental – e no Ceará eu diria que talvez esse percentual seja até um pouco maior, porque ele chega a 70%: as pessoas que vão a óbito são vinculadas ou têm algum tipo de passagem ou envolvimento com o crime.

Eu diria ao senhor que essa violência... Refiro-me àquela pergunta que o senhor fez no início: por que o Nordeste? Tivemos uma reunião lá na Secretaria de Segurança no mês passado, em que participaram diversos representantes de Secretarias de Segurança do Nordeste, e a queixa era uma só: os parâmetros não são os mesmos. Nós estamos com uma transparência, e essa transparência está vindo de encontro, desses Estados que estão divulgando os dados dessa maneira.

Nós temos os dados do Ministério da Justiça e temos o Fórum Nacional de Segurança Pública que também faz essa divulgação. Então, eu acho que os parâmetros, embora sejam altos, isso não é desculpa para mascarar dados nenhum; os dados do Ceará, falando pela Ceará, são muito altos.

Agora, como disse o colega da Bahia, quando nós falamos que os presídios estão superlotados me dá a impressão, de antemão, de que, então, a polícia está trabalhando bastante.

Quando alguém se queixa que os presídios estão superlotados e 60% dos presos são provisórios, quem está falhando nesse momento? Deveriam estar julgando esses presos. Aí já não é um problema de polícia, vamos dizer assim.

Agora, quanto à droga, principalmente a cocaína, como foi dito, eu não coloquei as apreensões, que cresceram muito. Nós temos uma parceria muito grande com a Polícia Federal. Veio o tráfico aéreo, depois veio via aeroporto, pequenos aviões, e depois via aeroporto/passageiros. Está havendo um trabalho em conjunto com a Polícia Federal, com o pessoal da PRF também. E eu diria ao senhor que nós temos produtores de drogas, de cocaína, algo que preocupa, nós temos os países andinos: Bolívia, Peru, Colômbia. Isso num primeiro momento. Antes, tínhamos a cocaína só nesses três países e nos Andes, que, em uma determinada altitude, se plantava isso. E que o Brasil poderia desenvolver o epadu, mas o epadu não seria rentável para transformá-lo no cloridrato.

Eu diria ao senhor que tive a oportunidade de ser o Superintendente da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul. Durante mais de 15 anos trabalhei naquela fronteira com o Paraguai e Bolívia, por onde entra realmente a droga. E sabemos que o Paraguai é o grande produtor de maconha, embora tenhamos no nosso Nordeste também, mas é uma parcela mínima comparada ao que se produz e ao que entra no Brasil, via Paraguai, em uma fronteira porosa. E nós temos o problema... Tive a oportunidade de ser no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Paraná, no Rio de Janeiro, o operacional no Rio Grande do Sul, mas principalmente tive a oportunidade de ser o Adido Policial no Peru, onde nós fizemos operações conjuntas com a polícia peruana na fronteira com o Brasil. E, nas margens do Rio Javari, do lado peruano, por óbvio, porque nós estávamos do lado de lá, grandes plantações de coca foram destruídas. Ora, se ele já está nesse nível na margem peruana, temos que tomar um cuidado muito grande para que não passe para cá. O grande problema que eu vejo, realmente, da criminalidade, é a droga.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dr. Delci e Dr. Maurício, deixe-me fazer uma reflexão aqui, porque quando a gente começou com essa CPI, confesso que esse tema não estava no meu radar. Mas o que a gente está vendo é que, de fato, a questão da droga é uma questão de saúde pública também. Eu acho que falta essa abordagem. É como se o sistema jogasse sobre os senhores, com a repressão, o enfrentamento à questão das drogas.

Eu, sinceramente, chego ao final deste trabalho da CPI, primeiro sabendo que esse não é um debate fácil com a sociedade, mas que nós estamos enxugando gelo, estamos enxugando gelo. Nós estamos tendo uma política de guerra às drogas que mata policiais, mata pequenos varejistas na outra ponta e morrem inocentes também. O senhor conhece a realidade do Rio de Janeiro. E também no Rio de Janeiro grande parte de morte da juventude está vinculada à droga. Briga de facção contra facção, a polícia entra no território, morrem policiais, morrem varejistas, morrem inocentes. E, sinceramente, isso não está funcionando. É difícil perceber isso, mas não está funcionando. Eu sei que é um debate delicadíssimo. Não é fácil, não é tarefa dos senhores. É mais tarefa nossa. Mas eu acho que vai chegar a um ponto em que a discussão sobre o papel das drogas e você, de certa forma, desarmar esse conflito através da discussão da legalização e de uma campanha forte contra o consumo, uma campanha de saúde pública... Porque essa política de guerra às drogas coloca os senhores reféns, completamente, desse sistema que aí está, porque morrem muitas pessoas, e os senhores não conse-

guem fazer o trabalho, que é o de pensar, de forma planejada, na proteção à vida, em um plano de redução coerente no número de homicídios.

Então, esse é um primeiro ponto.

Sei que esse é um debate mais entre a gente. Mas desarmar essa guerra de certa forma, colocar alguns parâmetros dentro da legalidade, para que a gente não fique nesse ciclo de corrida atrás.

O Uruguai é um exemplo, eu fiquei impressionado com o Uruguai – volto a dizer – isso não é assunto meu, mas, a partir desse debate da CPI a gente começa... No Uruguai, ano passado, eles conseguiram não ter uma morte no país – é claro que a situação do Uruguai é diferente da situação de violência nos grandes centros urbanos brasileiros – vinculada à questão do tráfico de drogas.

Porque aquilo é ilegal, você coloca lá na mão de um grupo, depois há outro grupo que disputa território. A polícia às vezes coloca como centro de sua intervenção aquilo. Essa política de guerra às drogas acontece de forma diferenciada no Território. Dou o exemplo novamente do Rio de Janeiro, que você tem traficantes de drogas em Copacabana, em Ipanema, no Leblon, só que você não vê uma operação daquelas policiais como você vê numa comunidade que também tem traficantes. No Rio de Janeiro, você entra até com caveirões às vezes. Você não faz esse tipo de abordagem em outras regiões mais nobres, digamos assim.

Então, esse é um ponto que nós, Senadora Lídice, não temos... Eu sinto que o problema do Nordeste, o aumento da criminalidade do Nordeste talvez esteja ligado à questão das drogas, no estágio posterior. O que aconteceu no Rio de Janeiro na década de 80 é como se estivesse acontecendo agora nesse último período no Nordeste.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Só para responder a um questionamento do senhor, não entrando também em debates, até porque faz parte do nosso Parlamento fazer uma avaliação do que é o melhor do ponto de vista de saúde pública e política criminal, mas mostrando um pouco o panorama do Estado da Bahia, costume dizer que a nossa dificuldade, como força de segurança, é tão grande que digo até aos meus comandados: nós somos vítimas da nossa própria eficiência, porque quanto mais prendemos, quanto mais colocamos líderes de quadrilhas, quanto mais colocamos esses elementos para fora do Estado, acirram-se ainda mais as disputas.

Senador, quando nós efetuamos grandes operações, aquela região, pode ter certeza de que vai ter um aumento dos índices criminais pelos próximos dois, três meses, que é a disputa dos remanescentes da quadrilha que ficou ou de outras quadrilhas que vão querer adentrar esse território.

E a política que adotamos, como as UPPs, são as bases comunitárias de segurança. Só que tem um custo muito alto. Uma base comunitária para atender uma comunidade de 70, 80 mil pessoas, eu tenho 100 policiais militares que, às vezes, é uma unidade da polícia militar que eu tenho para atender 600 mil pessoas em diversos bairros da capital.

E volto de fato a esse problema, a Bahia, o Nordeste vivem hoje a realidade que os Estados da Região Sudeste viveram na década de 80. Nós não temos nenhum grande comando e sim facções médias de tráfico de drogas, como hoje temos os grandes comandos de Rio de Janeiro, as milícias em São Paulo. E volto a dizer que temos que passar também a jogar a responsabilidade um pouco ao enfrentamento de uma grande facção de drogas que hoje virou um grande atacadista de drogas no Brasil, que é a facção que atua no Estado de São Paulo.

Nós não temos hoje uma unidade prisional nossa, que vai desde uma delegacia até uma unidade prisional, onde as siglas dessa facção não estejam pichadas.

Elas estão hoje diretamente nos países produtores de drogas, como Paraguai, Bolívia, entrando no fornecimento direto da droga para os grandes distribuidores. Ou seja, todas as grandes quadrilhas hoje do Estado da Bahia são compradores de droga dessa facção que atua no Estado de São Paulo. Mais uma vez é nítido que o problema não está na sua integralidade com os Estados da Região Nordeste.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas veja, Dr. Maurício, como é interessante. Fazendo uma comparação grosseira com a questão dos Estados Unidos, no período da proibição da bebida. Todos sabem a história de Al Capone e tal. Mas ali era impressionante como grupos criminosos entraram firme no contrabando. Estou falando porque aqui, Senadora Lídice quando entra a discussão sobre o sistema prisional, aqui houve uma nova legislação sobre drogas de 2006, que todos nós achávamos que tinha sido um avanço, a gente está vendo a sua consequência: o Brasil virou a terceira população carcerária do mundo. Nós passamos de quarto para terceiro. E o salto de prisão por porte de drogas é gigantesco. Há um critério muito subjetivo para dizer quem é consumidor, quem é traficante, critério subjetivo, na verdade, com a presença muito grande de uma avaliação de raça e de classe. Geralmente há uma diferença entre um jovem negro, morador da periferia, de uma área pobre, quando é pego com uma pequena quantidade de drogas, geralmente vira traficante. Diferente em algumas regiões mais de classe média.

Mas eu queria entrar no segundo ponto que acho importante.

Aqui há vários projetos sobre mudança na organização do nosso sistema de segurança pública. Eu mesmo sou autor de uma PEC, a PEC nº 51, que fala de desmilitarização, de carreira única. Mas eu queria chamar a atenção para o aspecto do ciclo completo, porque, só aqui no Brasil, temos uma polícia, que é a Polícia Militar, que faz o trabalho ostensivo, preventivo, e temos a Polícia Civil, que faz o trabalho investigativo. O policial que está ali na ponta, policial militar, Dr. Delci, ele só pode fazer uma coisa: prisão em flagrante. Se você só pode fazer aquela prisão em flagrante, você acaba tendo o olhar dirigido para aqueles crimes mais visíveis. E aí entra questão do tráfico de drogas também.

Eu estou falando aqui porque acho que essa jabuticaba, que essa divisão da Polícia Militar, Polícia Civil com a Polícia Militar, não podendo fazer o trabalho investigativo, eu acho que é algo extremamente prejudicial. Eu não sei se os senhores têm opinião sobre isso. Ninguém aqui está falando de unificação das polícias, que são estruturas que já existem.

Essa PEC trata do ciclo completo, a gente inclusive joga para o Estado a tese. Vamos montar a discussão sobre o ciclo completo, mas você joga para o Estado como organizar as suas polícias. Eu diria que, se eu tivesse virado Governador no Rio de Janeiro, em discussão com a Assembleia Legislativa, se fosse aprovada essa PEC do Ciclo Completo, eu não unificaria Polícia Civil com a Militar. Muito pelo contrário, tentaria construir uma lógica, um projeto nosso que fala de desmilitarização também, uma polícia que atuaria na ponta fazendo o trabalho de investigação e nós colocaríamos a Polícia Civil para fazer um trabalho de investigação dirigida aos crimes organizados no Estado. Uma espécie de, dizendo de forma grosseira, uma Polícia Federal estadual, Polícia Civil ligada a esses crimes.

Eu falo isso porque, sinceramente, esses números de 8% de investigações nacionais... Os senhores apresentam índices melhores, eu vi pela apresentação dos senhores o cuidado com a gestão, têm metas, têm centro de controles unificados. Deu para perceber, em ambas as apresentações, que existem esses cuidados, mas eu queria saber a opinião sobre essa organização do nosso sistema de segurança pública, que de fato pouco tem funcionado.

Portanto, a opinião dos senhores sobre isso, em especial sobre o ciclo completo.

Queria também que os senhores falassem sobre o Estatuto do Desarmamento, que é uma preocupação da nossa Presidente, minha aqui também, que isso está vindo ao Senado Federal, e eu acho que do jeito que eles estão flexibilizando essa legislação nós podemos ter impacto para pior nos índices de homicídios no País.

Então queria saber a posição dos senhores sobre isso.

Queria falar sobre ajuste fiscal também e a situação do País. Quando eu converso com o Governador do Rio de Janeiro, há preocupação dele num momento como este, porque é um momento em que a gente está entrando em recessão, um momento de aperto orçamentário na ponta. E, no Rio de Janeiro, a gente tem muita preocupação com retrocesso, que piorem muito os números, até porque, se nós chegarmos de fato, como dizem alguns que trabalham com projeção na área do desemprego, a 11,5%, 12% de desemprego no próximo ano, os senhores podem ficar certos de que isso também vai ter impacto nos números.

Então, é um momento de piora da economia e de aperto do orçamento da segurança pública. Isso nos preocupa, como nós podemos ajudar os senhores, que são os operadores na ponta, para falar da importância de preservarmos pelo menos o que já existe.

O Dr. Maurício falou de fontes novas de financiamento. Eu diria o seguinte: o momento é tão defensivo que se deve tentar segurar o que já existe.

Mas acho que os senhores podem contar aqui com este Senado Federal como aliado, porque seria um grave equívoco neste momento a gente fazer cortes profundos nessas pastas. Eu sei que os Estados estão com dificuldades, a gente sabe disso; as prefeituras estão com dificuldades; o Governo Federal está com dificuldade. Então, esse era um ponto importante.

Por último, quanto à questão dos autos de resistência, de fato, há muito pouca investigação pelo País afora sobre os homicídios que acontecem decorrentes da atividade policial. A gente, inclusive, vai ter uma reunião em dezembro com o Ministério Público Federal, para que o Ministério Público Federal faça uma oficina junto aos Ministérios Públicos estaduais. E a gente queria aqui contar com o apoio dos secretários de segurança nesse sentido, porque os números a que nós temos acesso – eu tenho muito acesso aos números do Rio – são impressionantes: pouca coisa é investigada em relação a mortes decorrentes do conflito com a autoridade policial, e eu sei que esse é um problema nacional.

E a gente está querendo, por meio dessa reunião do Ministério Público Federal, ter essa conversa com os secretários de segurança também, para que exista um esforço neste País, para que haja investigação dessas mortes. Não dá para aceitar a forma como isso tem acontecido. Então, eu queria saber a opinião dos senhores também sobre os autos de resistência e as investigações desses crimes.

Por último, sobre o sistema socioeducativo, o Dr. Delci falou muito acerca da quantidade de rebeliões que existiam. E fiquei pensando que eu não invejo essa função que ele exerce como secretário de segurança. Não deve ser fácil a vida dos senhores que estão ali na ponta, pressionados por resultados, mas a nós muito nos preocupa essa situação do sistema socioeducativo também; à Senadora Lídice, principalmente, que tem um trabalho nessa área.

E foi aprovado aqui um projeto do Senador José Serra que aumenta de três para dez anos o tempo de internação. E, sinceramente, sabemos que a recuperação é muito pouca nesses institutos socioeducativos. Aumentar de três para dez anos? O senhor, sobre essa situação de superlotação nessas instituições... O que seria isto, aumentar de três para dez anos esse tempo de internação do ECA?

E, por fim, Dr. Maurício, gostaria de entender o que houve no caso do Cabula, um caso que teve repercussão nacional, como é que foi. Eu sei que, às vezes, há dificuldades. Nós tivemos um caso concreto aqui, agora, no Distrito Federal. O Secretário de Segurança pediu demissão, porque não conseguiu controlar a Polícia Militar num fato concreto.

A gente sabe que, nessas estruturas das polícias, há todo um processo de uma cultura de guerra que tem que ser combatida, mas acho que seria importante a gente saber aqui sobre esse caso do Cabula, quantos morreram, em que circunstância aconteceu aquilo.

E acabo dizendo o seguinte: o que a gente está querendo mais nesta CPI é forçar que saia logo esse pacto nacional pela redução de homicídios. Isso tem que sair! Há muitas discussões em torno disso.

Aqui falei de droga, falei de organização do sistema de segurança pública, de auto de resistência. É um debate muito complexo, mas nós não podemos aceitar como normal o que está acontecendo no Brasil. Nós somos o País com o maior número absoluto de homicídios – 56 mil homicídios em 2013, e mais de 50% dessas mortes são de jovens, 70% são de jovens negros moradores da periferia.

Isso, porque a abordagem policial é diferente. E não é só a abordagem policial, mas a abordagem policial também é diferente nessas regiões mais pobres. Então, eu acho que os senhores secretários de segurança têm que ser chamados, porque são operadores na ponta para a construção desse pacto. E eu sei que os senhores estão aqui sempre com metas.

Infelizmente existe isto agora já, metas para redução de homicídios. Isso virou uma coisa que é importante, que eu sei que pressiona os senhores no resultado com a equipe. Isso, porque houve um período na História – e o Dr. Maurício deve lembrar, porque era do Rio de Janeiro – em que no Rio de Janeiro tivemos gratificação faroeste. (Risos.)

E era uma gratificação por produtividade que estava ligada, inclusive...

O que existia ali era que aquilo era um incentivo para uma atividade policial mais violenta, mais agressiva. A pessoa recebia gratificação.

Então, são essas questões aqui que eu queria levantar para os senhores.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Senador fez, portanto, o conjunto de perguntas centrais desta tarde.

Eu vou sugerir que nós possamos passar para o Sr. Maurício, para que ele responda em primeiro lugar, em função do horário. Ele, desde o início, comunicou que têm voo às 18 horas. Então, ele falaria primeiro e depois voltaríamos para o Sr. Delci, para que pudéssemos liberá-lo.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Com a devida vênia e também pedindo ao nosso colega esse espaço, até porque tenho alguns outros compromissos, foi perguntado pelo Senador a respeito do ciclo completo de polícia, um debate muito importante e interessante que vem ocorrendo hoje aqui no Congresso Nacional. E eu tenho uma visão, passei por alguns países, Senadora, e vi diferentes realidades, diferentes culturas, diferentes instituições. As polícias nos Estados se formam de acordo com a característica cultural e social desses países.

A nossa veio da formação desde o Império e da criação de instituições voltadas muito mais ao patrulhamento ostensivo e fardado, por conta de sua semelhança às Forças Armadas. Mas também vi, em alguns países, polícias únicas com o ciclo completo, que eram fardadas com suas hierarquias militares, que vêm funcionando muito bem. Ou seja, nós temos realidades distintas em diversos países do mundo, em que cada um tem a sua metodologia de fazer segurança pública, mas o que eu sinto é que, em cada um desses países civilizados, digam-se países de primeiro mundo, o que eles buscaram foi a redução de repetição de atos processuais, que é o que a gente vê hoje no País, seja pelo descrédito das forças policiais, independentemente de ser ciclo completo ou não – é descabido que hoje haja ato investigatório que tenha que necessariamente ser reproduzido em sede judicial, tornando o processo gerencial cada vez mais lento.

E, como nós falamos aqui, o que leva hoje o País a ter um excesso de presos nas unidades carcerárias é exatamente a falta de um rito processualístico e legal que faça com que a lei seja aplicada mais rapidamente. E já respondo, inclusive, a questão do aumento da idade do jovem no cumprimento de medidas socioeducati-

vas. E eu não quero e não posso, como cidadão, dizer que, por que temos excessos de presos hoje nas nossas unidades prisionais, temos que olhar pelo lado da liberação desses presos, como se isso fosse resolver o problema da segurança pública nacional – claro que não!

Temos que fazer ações casadas. Ou seja, nós temos que evitar ao máximo encarceramento, mas, quando for necessário, que essas pessoas fiquem presas o maior tempo possível; que o processo dessas pessoas seja julgado com propriedades; que a aplicação da lei seja feita de forma mais rápida, para evitar que essa pessoa saia com um ano, dois anos, com o cumprimento de uma medida cautelar, ou, então, com penas simplórias por outros crimes, e não pelos crimes graves.

E, voltando ao ciclo completo, eu acho que é um debate que tem que, de fato, ser trazido aqui pelo Congresso Nacional. Eu sou favorável à melhoria da atuação das nossas forças policiais. Eu não acredito que, se colocarmos um policial militar para fazer um termo circunstanciado de ocorrência, vamos ter uma melhora da persecução penal, uma melhora da questão da impunidade.

Se não aumentarmos o nível de escolaridade do nosso policial, colocando-o com um nível de bacharelado em Direito, o que é exigido hoje às autoridades policiais que pertencem à Polícia Civil ou à Polícia Federal... Isso, porque dizer que a análise do fato in concreto é crime de menor potencial ofensivo ou não faz parte de uma análise técnica que é exigida aos profissionais que são os profissionais que possuem exigência de curso de bacharelado em Direito, como ocorre com os delegados de polícia...

Ou vamos avançar neste propósito, aumentando o nível de escolaridade de um soldado da Polícia Militar, que é o primeiro que tem condições de atender ao fato... Se vamos ter condições de fazer com que o nível salarial deste profissional.

Se vamos ter condições de fazer com que o nível salarial deste profissional ou o nível de reconhecimento e ascensão, dentro da carreira policial militar, seja feito da mesma forma, nós também não podemos dizer que, com o nível de escolaridade que nós temos, nós vamos ter condições de ter discernimento de que aquele fato seja ou não um crime de menor potencial ofensivo. Esse é o primeiro ponto que eu observo.

O que nós temos que ter é, de fato, uma integração muito firme entre as forças policiais, a criação da Secretaria de Segurança Pública, como o próprio Ministério da Defesa, foi um fator preponderante para isso. Evitou-se que polícias fossem consideradas como secretarias de Estado e que cada uma tivesse uma atuação não coordenada ou concatenada.

Então, eu sou muito favorável a esta melhoria da atuação das polícias, muito mais pelo lado da gestão, pelo lado da fiscalização e pelo lado da correição. Se criarmos uma polícia de ciclo completo, não achem que nós não vamos ter problemas relacionados a desvio de condutas ou a impunidades relativas a não lavratura de um termo circunstanciado etc.

Fui aos Estados Unidos e lá nós temos 17 mil agências de segurança, ou seja, nós temos agências municipais, nós temos agências estaduais, nós temos agências metropolitanas, nós temos centenas de agências federais, e cada um cuida de um determinado tipo de criminalidade. E todas se falam, lógico, dentro de fórum apropriado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas todas têm ciclo completo. Não é? No caso, todas têm investigação.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Algumas, sim, e outras, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É? Não são todas?

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Outras, não.

Mas é importante, Senador, que a gente melhore muito e azeite muito essa máquina.

E a questão da desmilitarização é outro debate que tem que ser levantado também, sobre a forma como hoje a polícia militar é organizada, principalmente no que se refere aos crimes militares. Eu acho que um grande fator para essa questão dos autos de resistência, Senador, é uma revisão do que nós temos e entendemos por crime militar. Hoje, se eu tenho um policial militar de folga que mata outro policial militar de folga, considera-se pela legislação crime militar. Em nosso Estado mesmo, nós só temos uma vara da Justiça Militar para julgar todos os processos relacionados às infrações militares.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Houve o caso do soldado que matou a mulher que era também militar.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – Sim, foi nesse caso.

Então, Senadora, temos que melhorar muito. Se quisermos trazer aspectos de uma atuação mais social, comunitária, mais humanista às polícias, nós temos que também tirar determinadas situações que nos levaram em anos anteriores em situações específicas como essas que são praticados de folga ou em outras circunstâncias, para que sejam considerados crimes militares e para que haja uma situação, em que, de fato,

as pessoas possam ser julgadas pelos seus semelhantes, e não necessariamente por um tribunal militar – eu sou favorável a esta revisão.

Fui também à Colômbia e vi uma instituição militarizada que tem da patente de soldado a general que funciona muito bem. Pelo menos, foi essa a percepção que tive, quando fiquei na Colômbia, convivendo lá, fazendo dois meses de curso. Vi uma polícia que tem o ciclo completo, mas que também, por ser militarizada, exerce a função com a ampla participação social.

Quanto à questão do Estatuto do Desarmamento, acho que, da forma como está sendo proposta, de fato, é um retrocesso. O que nós precisamos hoje é de leis mais rígidas contra a arma na mão de pessoas que não tenham capacitação nem psicológica, nem capacitação técnica, e muito menos na mão de pessoas que respondem a processos criminais e são investigadas por crimes graves cometidos contra a sociedade, com ameaça e até crimes contra a vida – acredito que o contrário também seja um retrocesso. O que nós temos que ampliar são as operações muito mais voltadas às nossas fronteiras, para evitar que armas e drogas entrem em Território nacional.

Sobre a questão dos números da segurança relacionados a esse panorama econômico que nós estamos vivendo, Senador, isto é uma coisa que a gente já vem apontando há alguns anos, o aumento em praticamente todos os Estados dos crimes contra o patrimônio. Independentemente dos esforços que a gente tem feito em alguns Estados, com a redução dos índices de criminalidade, a redução dos números de homicídios, praticamente todos os Estados estão apresentando uma dificuldade muito grande nos crimes contra o patrimônio. E isso tem a ver também com alguns dados relativos à situação econômica do nosso País.

No nosso Estado, nós temos uma das maiores taxas de desemprego do País e, na capital Salvador, a Senadora conhece muito bem, ocorre a pior taxa de desemprego do País.

Nós estamos vendo jovens, hoje, de 13, 14, 15 anos e jovens de 18 e 19, que tinham carteiras assinadas, que estavam desempregados, migrando para roubos em transportes coletivos, fazendo roubo a veículos e praticando outros crimes contra o patrimônio, como estelionato e outros crimes afins, como forma de terem a sua remuneração.

De fato, isso é um fator que tem que ser melhor estudado pelos próximos anos, mas volto a dizer que a preocupação, também, não só no aumento de crimes contra o patrimônio, mas, também, com relação ao financiamento da Segurança Pública. Como todo Estado que compõe a nossa Federação, nós tivemos esse ano, o ano de 2015, um ano muito difícil no que se refere às finanças do Estado. Ou seja, nós estamos com muita dificuldade de fechar os nossos contratos, de honrar com o pagamento daquilo que nós contratamos e se não for de fato trazida uma nova possibilidade de financiamento a esta ação, que eu considero como prioritária em âmbito nacional, nós vamos ter dificuldades maiores ao longo dos próximos anos.

O Rio de Janeiro está passando por essa situação. Em conversa com o nosso Secretário, desde a questão dos royalties do petróleo, ele vê as fontes de financiamento de segurança diminuindo a cada ano. E isso, com certeza, a médio prazo vai contribuir muito com o aumento dos nossos indicadores criminais.

E, finalizando, a questão do caso Cabula, nós tivemos um evento, em meados de fevereiro, em que as forças policiais foram recebidos a tiro por um grupo de traficantes e esses traficantes estavam dispostos a praticar crimes contra instituições financeiras e, em específico, crimes de explosão de caixas eletrônicos.

Eu estou aqui, Senador, narrando o que ficou apurado em inquéritos policiais. Desde o primeiro momento, tanto o Governador Rui quanto eu, Secretário de Segurança Pública, nós cobramos uma lisura muito grande da Polícia Civil, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, que fizesse a investigação que redundou na morte de doze pessoas naquele dia, para que não houvesse nenhuma colocação de que estávamos ali para encobrir uma ação delituosa por parte dos nossos policiais.

E, diga-se de passagem, em outras ocorrências envolvendo morte de jovens e de outras pessoas, nós fomos e apuramos da mesma forma, prendendo, inclusive, policiais que, em um primeiro momento, disseram que tinham praticado em situação de confronto a esses marginais. Mas pelo que ficou constatado no relatório do inquérito, pelo que ficou constatado na sentença que foi prolatada por uma das varas do júri da capital, que absolveu sumariamente todos esses policiais, de fato houve três confrontos com essas forças policiais em diferentes pontos da comunidade, de uma comunidade lá do bairro Cabula, em que essas pessoas estavam de posse de um grande aparato de material bélico e inclusive um desses policiais foi ferido de raspão na cabeça.

De todas essas circunstâncias nós emitimos, aproximadamente, 81 laudos. Laudos que foram feitos com a participação inclusive do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos advogados também dos policiais militares. Nós fizemos autos de reconhecimento por parte dos policiais e por parte, também, das pessoas que foram testemunhas. E além dos mortos nós tivemos pessoas que foram resgatadas pelos policiais, que foram levadas com vida e sobreviveram após esse confronto, ou seja, essas pessoas mesmas colocaram que os policiais haviam sido recebidos a tiros e que os policiais reagiram a essa investida por parte desses criminosos. E

dentro do que foi encontrado com esses criminosos, nós tínhamos emulsão explosiva, ou seja, artefatos de explosão de caixas eletrônicos, espingardas calibre 12, pistolas submetralhadoras, coletes balísticos e uniformes rajados das Forças Armadas, que estavam sendo utilizados como vestimenta por parte de um grupo criminoso que estava explodindo caixas eletrônicos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Lídice, quero, Dr. Delci, até pedir desculpas agora. Vou ter que...

Estou inscrito para falar nessa Frente Povo sem Medo. Eu vou lá e volto para cá, mas toda a nossa assessoria, tudo o que os senhores estão falando vai estar gravado, nós vamos levar em conta na elaboração do nosso relatório.

Queria tomar a liberdade de depois, se precisarmos de alguma coisa, telefonar também para conversar.

Eu peço só desculpas, Lídice, porque eu vou ter que ir e eu ainda acho que pego o finalzinho. É uma saudação rápida, mas eu sou o próximo inscrito lá.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – No caso da Bahia, nós vamos poder aprofundar a discussão porque, no dia 23...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós vamos lá.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... nós estaremos em audiência pública na cidade de Lauro de Freitas – teremos condição de aprofundar a discussão.

Então, passo a palavra, agora, ao Secretário.

Porém, antes que o Dr. Maurício saia, em função do tempo dele, eu queria, também dizer que hoje foi noticiado nos jornais, na imprensa, principalmente nos blogues da Bahia, um possível confronto entre a polícia e pessoas do crime organizado no bairro de...

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA (Fora do microfone.) – Santa Mônica.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... Santa Mônica, no Pero Vaz. E sempre com o registro de que há um toque de recolher naquele bairro, eu queria que o senhor só, rapidamente, tratasse desse assunto para esclarecer a questão.

O SR. MAURÍCIO TELES BARBOSA – É isto: a guarnição que foi fazer um atendimento a uma ocorrência da população do bairro de Santa Mônica relatava que havia dez elementos armados e que estavam indo confrontar com quadrilhas de bairros vizinhos. E a polícia, atendendo ao chamamento dessa ocorrência, foi recebida a tiros. E nós tivemos, nesse confronto, a morte de uma pessoa e a prisão de outra. E, em decorrência dessa atuação policial, algumas pessoas passaram a circular nas redes sociais que era para fechar os seus estabelecimentos comerciais, como forma de luto a esse traficante morto e ao outro que foi preso. Nós reforçamos, com policiamento especializado, desde policiamento de choque a unidades especializadas, e está tudo transcorrendo na mais absoluta normalidade. E não há, de fato, nada que indique – nenhuma – ação marginal em represália à atuação da atividade cotidiana, do comércio ou das pessoas nesses bairros. Estamos com atenção redobrada nesse sentido e, também, com mandados de prisão, já, para as lideranças do tráfico dessa localidade e de outras que estão rivalizando, para que a gente traga, o mais rápido possível, a tranquilidade aos moradores da Santa Mônica e do Pero Vaz.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Eu passo a palavra ao Dr. Delci, para que ele possa responder às perguntas do Relator.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Bom.

Foram feitas várias colocações e algumas perguntas que o colega da Bahia respondeu. E cabe, agora, a mim, como Secretário do Ceará, responder – a visão do nosso Estado lá do Nordeste.

Eu voltarei, apenas – como ele fez diversos comentários sobre drogas –, eu gostaria de trazer, apenas, de tudo aquilo que ele trouxe à baila, talvez um dado para se pensar: eu tive a oportunidade de ser o Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro e, também, em um outro Estado, Mato Grosso do Sul, que faz, ali, a fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Então, é por onde, pelo menos, passa a maior parte das drogas, tanto a cocaína que vem ali da Bolívia, quanto a maconha que vem do Paraguai. E eu trago este dado novo: Por que o Mato Grosso do Sul, por onde entram essas drogas com tanta facilidade, não tem os problemas que outros Estados e até mesmo o Nordeste e principalmente o Rio de Janeiro têm? Outros Estados do Nordeste têm com a chegada da droga. Isso é um dado a pensar, a ser discutido, inclusive. Tivemos a oportunidade de ficar mais de 15 anos trabalhando naquela região ali e sabemos das dificuldades que é o combate à entrada das drogas.

No Ceará, para evitar a entrada de drogas e de armas, nós estamos criando – já está na segunda fase e são quatro fases – um batalhão de divisas. Esse batalhão de divisas vai trabalhar, exatamente, nas principais vias de acesso dos Estados que nos são circunvizinhos, como o caso de Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Claro que isso tem que ser um trabalho em conjunto com as polícias desses Estados, exatamente naquela região, na divisa, até mesmo para que se evite a entrada de drogas e armamento.

Esses policiais foram treinados, foram colocados na divisa e têm que ter um perfeito conhecimento de todas as vias de acesso, caminhos carroçáveis, vias alternativas e de tudo aquilo que entra na região. Era o que era feito. Temos aqui a presença do Dr. Pimentel, que foi um chefe na região. Sabe-se que, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, se trabalhava dessa maneira. Tinham que conhecer os principais eixos que dão acesso às estradas e vias alternativas.

Então, nós estamos replicando essa situação no Ceará, procurando o auxílio dos colegas da polícia e da segurança pública dos Estados circunvizinhos.

Ao mesmo tempo, o Ceará tem uma coordenadoria de aviação, em que temos sete helicópteros. Desses, estamos interiorizando bases dos helicópteros, levando para a cidade de Juazeiro e Sobral – uma, no norte e, outra, no sul do Estado. E o Governador já determinou que se coloque uma no Sertão central, provavelmente em Quixadá ou Quixeramobim.

Por que isso? Porque nós fizemos um estudo, uma estimativa de que para o helicóptero baseado em Fortaleza – e temos toda a estrutura em Fortaleza – dar uma resposta, por exemplo, a quadrilhas de assalto a banco, que são quadrilhas altamente organizadas e muito bem armadas, quando necessitamos o deslocamento imediato de tropas especiais, para que essa aeronave atinja o ponto extremo do Estado, nós levaríamos cerca de 2 horas e 15 minutos, enquanto que, distribuindo, interiorizando essas bases, nós atingiríamos qualquer ponto do Estado em menos de 30 minutos. Estamos procurando otimizar esse combate.

Ao mesmo tempo, estamos formando novas turmas das tropas operacionais da Polícia Militar e também interiorizando. Estamos fazendo isso por etapas. Por quê? Porque não queremos entregar um pacote pronto. Faremos por etapas porque vamos implementar as etapas. Para a primeira etapa, vamos fazer uma avaliação e, para a segunda etapa, já teremos condições de ver o que acertamos, o que erramos, algo que possa porventura vir a ser corrigido.

De qualquer maneira, nós temos o programa de interiorizar em 10 cidades do interior do Estado. Esse nosso programa vai até julho de 2016, quando iremos implementar a última base de uma tropa especial que temos que se chama RAIO (Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas), que é uma tropa altamente especializada, treinada e respeitada, principalmente pelas quadrilhas que atuam no interior do Estado. Por que motos? Pela facilidade de deslocamento, facilidade de andar em uma cidade com trânsito engarrafado, facilidade às motos que são adquiridas, facilidade para se deslocar, inclusive, em estradas em péssimas condições. Então, são ações que estão sendo tomadas.

Como disse o colega da Bahia, é claro que a droga é o principal fator, porque, se a pessoa está vendendo droga em determinado ponto, alguém está comprando; se alguém está comprando, isso está dando lucro. E, se isso está dando lucro, eu tenho que proteger esse negócio. Aí eu começo a colocar verdadeiros exércitos particulares. Aí entra o armamento. E, se a polícia faz um trabalho de inteligência, desmonta esse grupo e o leva à prisão, certamente, outro grupo vai preencher essas lacunas. E lá de dentro do presídio, se ele tiver realmente cacife para tanto, ele vai determinar que remanescentes do grupo executem esses novos que estão no seu terreno ou, então, quando ele sair, certamente, vai haver um acerto de contas. Aí entramos nesse círculo vicioso da violência que se estabelece, que tem como ponto fundamental a droga.

Agora, o nosso Relator disse que há um projeto de aumentar em três anos a situação do menor apanhado em medidas socioeducativas. Eu diria que teremos que fazer uma análise, talvez, com mais profundidade. Eu assisti a uma palestra de um Promotor de Justiça de Minas Gerais em que ele mostra uma fotografia de um presídio superlotado, das pessoas naquelas condições.

Ele faz uma indagação: É isso que nós queremos? Porque aquela pessoa, mais cedo ou mais tarde, vai sair dali e vai vir para a rua conviver conosco. Então, queremos que essa pessoa fique dois, três, quatro, cinco anos aí dentro, nessas condições? Nós vimos aquela dos meninos que foram presos. Um menino com 15 anos de idade falou: “Ora, meu, eu tô aí pra roubar, matar e destruir.” Foi a expressão que ele usou. Quantos nós temos mais? Nós temos meninos que têm mais de dez homicídios sobre as costas.

Agora se tocou no assunto: será que o menino, pelo porte de pequena quantidade de droga, vai ter que ser jogado no meio desses outros? Eu acho que é algo a pensar. Então, temos que mensurar essas situações, e não colocar todas no mesmo bolo. Está com droga, prende e joga lá dentro, joga lá dentro. Às vezes pelo furto de um celular.

E foi falado aqui que o grande problema da Segurança Pública, além do aumento dos homicídios... E isso se procura corrigir, porque ele é visualizado com muita facilidade e muito cobrado da Segurança Pública. Mas o grande problema, o que traz a sensação de insegurança são os crimes violentos contra o patrimônio, aquele crime em que o sujeito ou coloca uma faca, ou coloca um revólver na cabeça, leva o carro, ou ele leva o celular, leva a bolsa, leva os documentos. Isso é que traz a sensação de insegurança, os senhores podem ter certeza, isso qualquer um pode perceber. A pessoa abre o jornal e vê, na página policial, cinco mortes, cinco

homicídios, tudo envolvido por droga, ele passa, vai para o caderno de esporte. Agora, quando ele vê que mataram um senhor ali, um cidadão que estava saindo com o carro, foram assaltá-lo, ele reagiu e o mataram, aí a comoção é grande.

Então, por que isso? É esse envolvimento do crime que nos dá essa sensação. E nós sabemos também que há uma subnotificação dos crimes contra o patrimônio. Sabemos que se o sujeito passar na rua e roubar o seu celular, o cidadão vai pensar: “Eu vou até uma delegacia registrar essa ocorrência?” Ele sabe que vai ser até mal atendido, possivelmente, numa delegacia. Ou então vai esperar numa fila muito grande. “Sabe de uma coisa, eu vou é comprar outro celular”. Ele deixa para lá. Então, há uma subnotificação desses crimes contra o patrimônio.

Nós estamos fazendo um levantamento. Havia bases de dados que não eram exatas. Nós paramos de divulgar, recomeçamos agora, em julho, no segundo semestre. Estamos divulgando, mas sabemos que aquilo ali nos dá uma falsa sensação de que estamos diminuindo a criminalidade em relação aos furtos.

O que nós estamos fazendo agora? Nós estamos criando aquela polícia cidadã, no bairro. Vamos colocar uma van, uma delegacia móvel, vamos colocar policiais com moto, com viaturas. Tudo isso está sendo adquirido. Nós chamamos de Ronda. É um programa que já havia no Ceará e estamos dando um novo modelo a ele.

Por que isso? Porque nós vamos colocar, dentro da viatura do policial, o que nós chamamos de BOM, que é o Boletim de Ocorrência Móvel. E aí há toda essa discussão: “Não, mas o Boletim de Ocorrência é só na delegacia.” Não. O nosso policial vai estar dentro de uma viatura, com um tablet. A tecnologia já foi desenvolvida. O cidadão vai chegar à viatura e dizer: acabaram de me roubar. Ele vai, registra e já envia para a central.

É claro que nós não podemos pretender dizer que, com isso, amanhã você pode passar lá que eu vou recuperar o seu celular. É claro que não. Mas ele, pelo menos, vai ter o registro dessa sua ocorrência, coisa que antes ele nem faria, porque ele não iria se deslocar até uma delegacia. Então, no seu bairro, vai haver a viatura. Essa viatura vai estar com esse equipamento, para que possa registrar essa ocorrência.

Aí, entramos em outro questionamento sobre o ciclo completo de polícia. Concordo com o colega: Primeiro, temos que pensar na capacitação dos nossos policiais, para podemos entrar nessa discussão.

Segundo, nós estamos pretendendo fazer uma transformação: que em cada companhia da polícia militar haja um cartório, porque ele não vai poder fazer as investigações e deixar em papel avulso. Ele vai ter que coordenar, ordenar isso, ter que fazer um tombamento desse equipamento, como é feito em cartório da polícia civil. Tem que haver um controle. Então, eu acho que devemos ter muito cuidado nesse problema, primeiro, pela capacitação; segundo, porque, ao dar atividades à polícia militar, talvez a desviemos da sua verdadeira função, que a polícia preventiva.

No Peru, por exemplo, havia três polícias. E essas três polícias foram juntadas numa só. Resolveram o problema do ciclo completo? Não, porque eles vão até um determinado momento e jogam para a Fiscalia. Fiscalia é o ministério público de lá. Quer dizer, não é bem um ciclo completo.

O problema é que se tocou também no assunto do ajuste fiscal. Claro que todos os Estados estão sofrendo problemas de caixa, vamos dizer assim. A arrecadação está diminuindo, todos estão sofrendo esses problemas. Com todas essas situações que ocorrem hoje, nós tivemos a oportunidade, no Ceará, pelo menos conseguimos formar e contratar, já tomaram posse, mais de 1.100 policiais militares, 242 bombeiros. Estamos terminando um curso de formação para peritos criminais, médicos legistas...

A senhora quer falar? Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Secretário vai ter que se ausentar. Eu apenas quero registrar a sua saída, mas o senhor pode continuar.

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Então, contratamos esse número razoável de policiais. O nosso grande gargalo – e reconhecemos isso tranquilamente – é a polícia civil, que está com um efetivo muito reduzido. Nós não conseguimos, em razão desse efetivo reduzido, colocar delegados em todas as delegacias.

Então, há situações em que, se a polícia militar de uma determinada cidade do interior fizer uma prisão em flagrante e for à delegacia, a delegacia está fechada, porque não há delegado. Aí, às vezes, ela tem que se deslocar 80km, 100km até outra cidade para formalizar a lavratura desse flagrante. É claro que, chegando lá, ela vai entrar numa fila porque há mais viaturas de outros locais também para fazerem flagrantes. Com isso, ocorre o quê? Essa viatura, que deveria estar fazendo um patrulhamento, fazendo presença na sua localidade, não está, porque ela teve que se deslocar para outra delegacia. Um esforço muito grande!

Nós estamos com uma turma de 956 policiais civis entre delegados, escrivães e inspetores. Começamos com esse curso, que já era para estar pronto. Aí sempre há uma ação ou outra judicial que segura o nosso concurso. E nós conseguimos agora desenrolar a última decisão judicial que mandou suspender o início do curso e vamos ter o início agora dia 7 de janeiro. Isso significa que teremos a formatura desse pessoal lá quase

no final do semestre. Ou seja, teremos a posse desse pessoal para o segundo semestre. Até lá, as dificuldades que nós temos vão continuar, por óbvio.

Sobre esse ciclo completo – ainda voltando –, eu tenho percebido uma discussão muito grande: a polícia militar está fazendo investigação.

(Soa a campainha.)

O SR. DELCI CARLOS TEIXEIRA – Ora, nós temos o serviço reservado da polícia militar e se nós temos tão poucos policiais civis – delegacias estão fechadas inclusive –, por que não esse aporte de conhecimento, de trabalho para nós? Se nós olharmos, o próprio Ministério Público tem feito um trabalho magnífico através dos GAECOs. Se nós olharmos os GAECOs, são policiais militares que estão lá fazendo investigação sob a coordenação do Ministério Público. Então, podemos ter, na minha ótica, o serviço reservado fazendo investigação. A hora que você tiver um relatório completo daqueles casos, você o leva até a polícia civil.

Os autos de resistências.

Nós baixamos uma portaria lá, sobre a morte de pessoas por policiais, no sentido de que não se registra como auto de resistência, e sim como homicídios decorrentes de intervenção policial. A vantagem que digo que temos no Ceará é que a nossa corregedoria, que tem que apurar todo e qualquer desvio de conduta de um policial, militar ou civil, está fora da Secretaria de Segurança, é a Controladoria-Geral de Disciplina, que tem status de secretaria, é vinculada ao gabinete do governador e, portanto, não há nenhuma ingerência da Secretaria de Segurança nas apurações que são feitas lá. Então, todo e qualquer desvio de conduta, seja na área disciplinar ou criminal, de membros da Secretaria de Segurança e do Sistema Penitenciário são apurados por essa Controladoria.

A nossa Senadora já me passou um bilhete sobre o tempo. Então, eu acho que seriam essas as explicações que teríamos que fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada. Agradeço muito a participação do Dr. Maurício Barbosa e do Dr. Delci, que tornaram possível esta audiência hoje, já que os outros dois secretários não puderam aqui comparecer.

Quero registrar e agradecer a colaboração, para com esta CPI e com esta audiência especialmente, do Dr. Zulmar Pimentel, que nos serve aqui no CPI, nos ajuda na equipe da CPI e que foi essencial para que nós pudéssemos ter aqui os senhores debatedores.

Quero agradecer a presença também do representante da Advocacia Garcez, o Sr. Marcelo Jugend, a quem infelizmente não vamos poder abrir a oportunidade para o debate. Estamos em cima do tempo da hora regimental de abertura da Ordem do Dia, o que torna impossível a continuidade desta reunião.

Eu queria, apenas, fazer alguns registros, caro Secretário, que vou também relacioná-los ao Secretário Maurício Teles Barbosa – terei a oportunidade de fazer por escrito ou presencialmente.

Nas estatísticas das duas secretarias, quando se trata do assassinato de jovens, mesmo da população, há um registro por categoria racial, digamos assim, que acho que ainda não está devidamente correto.

Primeiro, se fala em jovens pardos, negros, brancos ou amarelos. É claro que pardo dá muito maior do que negros. É a tradição cultural deste País, onde não se registra a existência dos negros. Nós não vamos chegar a uma estatística clara sobre isso se não somarmos os negros aos pardos, se continuarmos tendo um registro estatístico que não corresponde à realidade da sociedade. A maioria dos jovens assassinados neste País é negra. E a estatística do Mapa da Violência, referenciada e reconhecida pelo Ministério da Justiça, dá conta dessa realidade. Se nós formos somar a população de jovens negros mais pardos de cada secretaria, vamos chegar aos 80% que o Mapa da Violência consegue registrar no País inteiro. Então, é preciso mudar também o conceito das secretarias desses registros estatísticos.

Eu queria também propor que nós, ao tratarmos dessa população de jovens, quando tratássemos de jovens menores de 17 anos, pudéssemos registrá-los como adolescentes e, acima de 18 anos, como jovens efetivamente, para que não déssemos um conteúdo que é, em si, mesmo que não tenhamos consciência disso, discriminatório, um conteúdo que caracteriza um tipo diferente do nosso contexto social, que são os menores. Nossos filhos são crianças, pré-adolescentes, adolescentes, jovens e depois adultos. Então, que essas categorias sejam também assumidas pelas estatísticas das secretarias.

Uma última referência sobre a questão das drogas. A fala do Dr. Delci é pedagógica, a do Dr. Maurício também. A continuidade dessa política de combate às drogas leva a um processo sem fim de realimentação da violência. Nós precisamos encontrar outro caminho, até porque essa lógica não se baseia na vontade ou na bondade de um ou de outro. Ela se baseia nas leis da economia do mercado. Por isso, a droga é uma economia existente num mercado paralelo da economia normal.

Nós precisamos aprofundar os caminhos que levam ao combate às drogas com o controle financeiro, dos bancos, das contas bancárias dos suspeitos, dos grandes traficantes, porque, pelo caminho que já está demonstrado que foi uma distribuição da droga, colocando-a em todos os pontos de uma cidade, nos bairros mais populares, fica quase impossível para a polícia conter a distribuição de drogas em cada local, em cada território que vivemos. É indispensável, se quisermos diminuir a violência na América Latina, adotarmos outra política de enfrentamento das drogas no continente, porque, de outra maneira, nós não conseguiremos.

Se olharmos os dados da violência da juventude no continente europeu, vamos verificar que eles são completamente diferentes dos nossos. Os nossos se vinculam a um mercado paralelo de drogas, a uma economia de um mercado paralelo. A pobreza torna os nossos jovens vulneráveis a serem recrutados para o trabalho do tráfico. Então, é preciso pensar de forma diferente.

Se formos olhar – e quero tratar das mulheres – o sistema prisional, 90% das mulheres presas estão presas em função do tráfico de drogas e, a maioria delas, sequer estava em ações armadas ou coisas semelhantes a isso. Em geral, elas são cúmplices de seus maridos, são as chamadas mulas do tráfico. Nós vamos continuar enchendo os presídios de mulheres nessas circunstâncias cada vez mais degradantes sem nenhuma solução a partir daí.

Finalmente, eu quero dizer que é preciso combater a ideologia da sociedade brasileira reproduzida no Estado brasileiro e pelas polícias: a ideia de que bandido bom é bandido morto. Isso nos acompanha há séculos. Ou nós mexemos nessa cultura ou não seremos capazes de dar uma nova postura ao Estado brasileiro, uma nova prática às polícias e ao Estado brasileiro. É quase como se nós buscássemos essa aprovação da sociedade civil, digamos assim, matamos o “bandido” – entre aspas – e somos aplaudidos. É uma polícia é eficiente porque mata mais. E como há essa vulnerabilidade dos jovens e, em particular, dos jovens negros, resultantes da escravidão e do racismo institucional em nosso País, nós vamos reproduzindo essa situação.

Então, eu quero fazer um apelo aos secretários que aqui nos visitaram: que não deixem de incluir, nos debates de gestão das polícias em seus Estados, as secretarias, onde houver, de promoção da igualdade racial.

Porque não é possível ignorar que, nos territórios de pobreza, os negros são os principais suspeitos e os jovens brancos, nos territórios de classe média, não são tratados com a mesma virulência, com a mesma violência ou com a mesma “eficiência” – entre aspas – da polícia.

O jovem branco numa área de classe média é considerado, se encontrado em flagrante com a droga, usuário e muitas vezes sequer vai preso; o jovem negro de periferia será preso, maltratado, quando não será morto numa circunstância de reação à ação policial. Portanto, seja ele traficante ou não, será tratado dessa forma.

Eu queria apenas colocar isso como uma observação para o nosso trabalho e uma contribuição da nossa CPI e, acima de tudo, agradecer enormemente a presença do Secretário de Segurança do Ceará e do Secretário de Segurança Pública da Bahia.

Na Bahia, vamos ter a oportunidade, no próximo dia 23, de fazer uma audiência pública com a presença da Secretaria de Segurança, das populações e representantes dos grupos sociais organizados do movimento negro, do movimento popular e debater os casos concretos ocorridos naquele Estado.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 20 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2015, às 17 horas e 34 minutos, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Paulo Paim** e com a presença dos Senadores **José Medeiros e Lindbergh Farias**. Deixaram de comparecer os Senadores **Angela Portela, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Eduardo Amorim**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Pastora Waldicéia Silva - Ativista do Movimento Negro e Coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do Distrito Federal; Marcos Fábio Rezende Correia - Historiador e fundador do Coletivo de Entidades Negras na Bahia; Carlos Alberto Ivanir dos Santos (Babalawo Ivanir dos Santos) - Representante do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas; Jorge Bezerra de Arruda - Ativista do Movimento Negro e Gerente de Planejamento e Gestão participativa da Prefeitura da Cidade do Recife - membro do Programa PCRI - Programa de Combate ao Racismo da PCR; David Raimundo dos Santos (Frei David) - Frade franciscano da Ordem dos Frades Menores na Província da Imaculada Conceição do Brasil e fundador do Projeto EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes; Maria Aparecida da Silva Bento (Cida Bento) - Representante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; Hélio Santos - Ativista do Movimento Negro, Professor e Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá; Zélia Amador de Deus - Ativista do Movimento Negro e membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, Sra. Vanda de Souza Vieira - Movimento Negro Unificado do Espírito Santo; Sr. Mario Lisboa Theodoro - Consultor Legislativo do Senado Federal; Sra. Silva de Mendonça - Movimento Negro Unificado do Rio de Janeiro; Sr. Caio Marcelo de Abreu Machado Valente - representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos/DF. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública temática desta Comissão, com a participação de integrantes dos movimentos sociais e pesquisadores, para debater a violência institucional e o racismo contra a juventude negra.

Na audiência de hoje, teremos a participação de oito convidados, os quais já começo a convidar para que venham à mesa principal, a fim de usar a palavra. Começo convidando a Pastora Waldicéia Silva, ativista do Movimento Negro e coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do DF. *(Palmas.)*

Convidamos o Sr. Jorge Bezerra de Arruda, Gerente de Planejamento e Gestão Participativa da prefeitura da cidade do Recife, membro do Programa de Combate ao Racismo da PCR e coordenador regional do Nordeste no Instituto Afro-Origem. *(Palmas.)*

Seja bem-vindo. Convidamos Marcos Fábio Rezende Correia, historiador e fundador do Coletivo de Entidades Negras na Bahia. Nossas palmas também. *(Palmas.)*

Convidamos o Sr. Carlos Alberto Ivanir dos Santos, Babalawo Ivanir dos Santos, representante do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. *(Palmas.)*

Seja bem-vindo, Comandante Ivanir, velho de guerra. Convidamos David Raimundo dos Santos, o nosso querido Frei Davi, frade franciscano. Nossas palmas para ele – da Ordem dos Frades Menores, na Província da Imaculada Conceição do Brasil, em São Paulo, e fundador do Projeto Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes). *(Palmas.)*

Convidamos a Srª Maria Aparecida da Silva Bento, Cida Bento, representante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

São duas Mesas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na próxima Mesa... Hélio Santos está na próxima Mesa. Está certo? E a Srª Zélia também, na próxima Mesa... E Maria Aparecida da Silva Bento. Cida Bento também na próxima Mesa.

Então, a nossa Mesa está completa. Vamos iniciar o nosso debate, dizendo que a Senadora Lídice da Mata, por questão de voo, não se encontra aqui, e o Senador Lindbergh já se encontra a caminho do Senado.

Eu tive a honra de ser convidado para vir aqui substituí-los. Eu vi a relação e disse: “Mas são todos parceiros meus... Estou indo para lá correndo”. (Risos.)

É com alegria que eu presido esta reunião. Eu estava presidindo a sessão do Senado e pedi ao Senador Capiberibe que ficasse lá, para que eu pudesse ter a alegria de presidir esta reunião, pela qualidade de todos os convidados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Não se preocupe, porque eu já faço isso aqui. Eu presido nesta sala, todo dia, a Comissão de Direitos Humanos. É tanta audiência pública, que o pessoal chega a dizer: “Paim, de segunda a sexta há audiência pública?” Então, vai ser nos mesmos moldes que eu adoto na Comissão. São dez minutos para cada um. Quando chegar ao nono minuto, a campainha toca. O.k.?

Então, de imediato: Pastora Waldicéia Silva, ativista do Movimento Negro e coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do DF. Com a palavra.

Aperte o botão, e acenderá uma luzinha verde.

Já acendeu. Ela sabe mais do que eu. Já está prontinho aqui. Vá lá.

A SRª PASTORA WALDICÉIA SILVA – *Auerê, axé, As-Salamu Alaikum, shalom*, a paz do Senhor, a paz de Cristo, e boa noite a todas e a todos.

Eu gostaria de agradecer o honroso convite para estarmos aqui nesta audiência pública, parabenizar pela temática que estaremos debatendo nesta noite. Gostaria de começar falando que nós, do Movimento Social Negro no Brasil, passamos por três fases que foram fundamentais para que nós chegássemos aonde chegamos hoje como negras e negros neste País.

A primeira fase foi a fase em que a nossa preocupação era denunciarmos as manifestações de discriminação, de preconceito e de racismo dos quais éramos vítimas, diariamente, em todos os setores da sociedade civil, inclusive na sociedade eclesial.

Depois passamos por uma fase de luta pela criação de legislações que dessem fundamentação teórica para o que nós reivindicávamos como mulheres negras e homens negros neste País. E foi nessa fase que conseguimos, por exemplo, em 2003, a criação da Lei nº 10.639, que alterou, na verdade, a Lei nº 9.394/95, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, obrigando a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os componentes curriculares da educação básica das escolas públicas e privadas do País.

Conseguimos a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003; conseguimos o Decreto nº 4.887, que normatizou a titulação das terras dos quilombolas e dos quilombolas deste País, e dali para cá nós viemos tendo uma série de legislações, como o Estatuto da Igualdade Racial, que nos dá embasamento teórico para a luta que empreendemos diariamente na sociedade.

Hoje eu digo que nós estamos em um período, como movimento social negro, em que precisamos estar lutando pela operacionalização dessas leis. Por quê? Quanto à Lei nº 10.639, que alterou a LDB, a Ministra Nilma Lino, em 2010, apresentou o resultado da pesquisa dela nas 27 unidades da Federação, e ela comprovou que em nenhuma das 27 a história e cultura africana e dos afro-brasileiros estavam no currículo das escolas públicas. A pesquisa está aí, o MEC nos fornece com a maior facilidade.

O Decreto nº 4.887, que prevê a titulação das terras dos quilombolas, de 2003 para cá, se formos entrar no sítio do Incra e fazermos a conta da quantidade de quilombos – que, segundo o pesquisador Girolamo Domenico, são 3.224 –, a quantidade de quilombos que foram titulados é pífia, isso depois de 12 anos do decreto. E por aí vai, há outras legislações que nós conquistamos, mas cuja operacionalização não aconteceu.

Então nós, hoje, do Movimento Social Negro, estamos na luta pela operacionalização dessas legislações.

Por quê? Porque elas têm tudo a ver com a violência institucional. Enquanto nós não conseguirmos colocar no currículo de todos os componentes curriculares, de todas as escolas públicas e privadas deste País a história e cultura da África e dos afro-brasileiros, teremos diariamente que assistir à violência institucional acontecendo em cada parte deste País.

E vou concluir esta minha fala focando a violência institucional que está acontecendo hoje no Sistema Socioeducativo. Eu vou falar do Distrito Federal, que eu conheço. Fui assessora especial do gabinete do Governo Agnelo, trabalhando na Secretaria de Estado da Criança, e fiquei assustada em ver a violência institucional que vem acontecendo com os nossos adolescentes e jovens que permanecem até 21 anos dentro do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

O Sinase, que é o Sistema Nacional Socioeducativo, que deveria estar em prática principalmente nas unidades de internação, diz que o adolescente e o jovem só perdem o direito de ir e vir quando vão para uma unidade de internação, mas eles precisam ter todos os direitos sociais garantidos: saúde, educação, lazer, cul-

tura, a visita dos familiares sem estar passando pelos vexames que essas mães e esses pais passam para visitarem seus filhos.

No entanto, nós assistimos... As cenas a que a gente assiste dentro das unidades de internação são muito semelhantes às cenas dos quadros do Debret. Atendentes de reintegração social, homens negros em sua grande maioria, conduzindo adolescentes negros – porque a pesquisa da Codeplan diz que a maioria dos adolescentes que estão no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal hoje são negros e negras – de mãos para trás, sem poder olhar nos olhos de ninguém, sem o direito ao que o Sinase preconiza, numa verdadeira violência institucional. E nós vemos poucas pessoas tratando dessa temática. Assim, eu gostaria de trazê-la hoje aqui.

A situação dos adolescentes e dos jovens em relação à violência institucional é terrível hoje? É. O Distrito Federal, por exemplo, está em quarto lugar em assassinato de jovens negros no País. É terrível? É. Mas nós precisamos tratar lá na fonte, lá na origem, colocando a história e a cultura da África, das afro-brasileiras e dos afro-brasileiros no currículo. Precisamos garantir a essas adolescentes e a esses adolescentes que acabam no Sistema Socioeducativo os direitos sociais, e eles serem tratados conforme o Sinase preconiza. E precisamos também estar na luta pela operacionalização de todas as leis que nós conquistamos de 2003 para cá, a partir do Governo do Presidente Lula. A gente precisa deixar isso bem escuro.

Então, se nós não nos atentarmos para esses detalhes como movimento social negro, a nossa luta terá sido vã, porque o que nós estamos percebendo? Estamos num verdadeiro retrocesso. Com todas essas legislações, nós estamos num verdadeiro retrocesso.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª PASTORA WALDICÉIA SILVA – Obrigada.

Num verdadeiro retrocesso em relação às conquistas que nós tivemos. O Distrito Federal hoje juntou, primeiro juntou, acabou com a Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, acabou com a Secretaria de Estado da Mulher, juntou tudo num balaio de gato com direitos humanos e, não satisfeito com esse balaio de gato, agora acabou de juntar também a Sedest, que era Desenvolvimento Social e Trabalho. Então, numa única Secretaria, trabalho, igualdade racial, mulheres, direitos humanos e desenvolvimento social.

Quer dizer, como vamos operacionalizar as legislações que nós conquistamos nesses anos todos com esses retrocessos? Então, eu termino a minha fala deixando essa reflexão e convidando todas e todos que puderem estar conosco na Conferência Livre de Mulheres Negras que nós estamos realizando, vai começar às 19 horas, no Varjão, que é a região administrativa com a terceira maior quantidade de mulheres negras do Distrito Federal, 68,6% de mulheres negras e nós estaremos realizando lá a Conferência Livre de Mulheres Negras das Organizações Religiosas, vamos discutir o papel da mulher negra, discutindo o trabalho da mulher negra nas regiões administrativas do DF, onde o Estado não chega e quem acolhe a mulher negra são essas mulheres das organizações religiosas, vamos discutir a situação das mulheres negras no Distrito Federal e tirando um manifesto no final que vai ser encaminhado à comissão nacional da Marcha das Mulheres Negras e à comissão organizadora da Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pastora Waldicéia Silva do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do DF que ficou dentro do tempo previsto.

Passamos de imediato a Marcos Rezende, historiador e fundador do Coletivo de Entidades Negras da Bahia. Em seguida, o Ivanir.

O SR. MARCOS FÁBIO REZENDE CORREIA – Boa tarde a todas e a todos, agradeço ao Senador Paulo Paim que está presidindo a Mesa desta CPI que faz esse debate tão importante que é sobre o assassinato de jovens negros e também a questão da violência institucional e o racismo contra a nossa juventude.

O Coletivo de Entidades Negras é uma entidade que surge na Bahia e que hoje está em 17 Estados do Brasil. Um dos debates que nós temos como central é essa questão do aqui chamado de extermínio da juventude negra, mas que nós compreendemos numa dimensão de genocídio da juventude negra. Nosso olhar é que o Estado brasileiro, sistematicamente, mata jovens negros e mata com todo um aparato estudado, estruturado para tal. Coloco isso baseado em alguns elementos que vão, desde o final da escravidão e toda política que foi montada pelo Estado brasileiro para que se inclusive justificasse a morte desses jovens.

Eu queria começar inclusive não voltando muito no tempo, mas lembrando algumas das notícias que nós tivemos nos jornais nos últimos tempos. Nós tivemos, no Rio de Janeiro, uma operação chamada Operação Verão em que, antes mesmo de os jovens negros chegarem às praias, somente pelo risco do que poderia

acontecer caso eles chegassem já se prendiam jovens. Então, esse direito constitucional de ir e vir, esse direito de você poder fazer isso já era desrespeitado.

Antes dessa Operação Verão, se nós voltarmos um pouco, nós vamos ver a criação das UPPs também com o mesmo tipo de violência, que é o monitoramento de entrada e saída de pessoas nas comunidades, baseado numa política de segurança pública.

Nós temos, inclusive, que debater para quem é a segurança – porque, para alguns, é uma política de insegurança pública – nessas comunidades denominadas pacificadas.

Quando um País se considera uma Nação que caminha com todos os campos de cultura, línguas, saberes, fazeres – enfim, que fizeram com que esse País fosse o que é ou o que dizem que é – e assume ou ousa dizer que existe uma pacificação em determinado setor dentro dele, significa que há um problema dentro desse País, dando uma ideia de que se vive uma guerra civil – porque uma determinada parcela desse País não tem direito sequer a ir e vir.

Saindo um pouco do Rio de Janeiro, nós vimos uma matéria extensa sobre a corrupção da polícia em Maceió, em que alguns carros da polícia prenderam pessoas, tomaram dinheiro, achincalharam, agrediram, bateram naqueles que eram denominados marginais.

Também vemos na mídia, cotidianamente, em jornais sensacionalistas – jornais que passam diariamente, assistidos por milhões de pessoas –, notícias de jovens negros presos expostos a um julgamento público diário, com todo o tipo de desrespeito à Constituição e aos direitos humanos – e isso sendo tratado como um pormenor, sem o devido cuidado. Nós não vemos isso acontecer com outras personalidades.

Quando nós vemos jovens sendo expostos, e os repórteres dizendo: “Fala o que você fez, fala o que você é”, como se isso fosse um nada, isso demonstra o grau de violência contra essa juventude negra que nós estamos vivendo.

Ultrapassando isso, nós vamos ver opiniões públicas, de âncoras de jornais, com relação à violência que acomete jovens – como foi o caso de uma âncora de um jornal nacional de uma rede de televisão, que se pronunciou quando um jovem negro foi acorrentado a um poste no Rio de Janeiro, lembrando-nos a imagem de Debret, como foi colocado aqui pela pastora.

Ela tratou isso com a maior naturalidade e disse: “Já que não há justiça, pode-se fazer isso com as próprias mãos. Isso faz parte da nossa tradição”. Realmente isso faz parte da tradição brasileira. Nós é que queremos nos enganar, dizendo que não. Porque a tradição brasileira com os negros, homens e mulheres, é uma tradição justamente de aviltamento, desrespeito e genocídio.

Nós pudemos ver isso também através de dados estatísticos, quando nós olhamos, por exemplo, que em 2010, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, morreram, aqui no Brasil, através de homicídio, 49.932 mil pessoas. Esse número é muito maior do que o de muitas guerras que nós vemos no noticiário.

Dessas 49.932 mil pessoas que morreram; 74,6% eram jovens negros; aproximadamente 30 mil tinham idade entre 15 e 19 anos; 91,3% do sexo masculino. Ora, a partir do momento em que esse jovens são assassinados em uma idade em que eles ainda estão estudando ou estão começando a pensar em trabalhar ou em constituir família ou já constituíram família, e não têm como viver mais, porque foram assassinados, nós temos um problema, que é problema do genocídio.

Como é que ficam com essas mulheres – as mães, esposas e filhas? Então, existe uma desestruturação familiar, quando o Estado assume ou deixa de assumir a sua verdadeira função, que é de cuidar dos seus cidadãos.

Nós vamos chegar a 2014 e ver que a quantidade de jovens negros que morreram, se comparada aos brancos, é três vezes maior. Então, nós temos três vezes mais mortes de jovens negros do que de brancos.

Pior do que isso, não estou dizendo que é ruim não, mas é pior do que ter um aumento três vezes o número de mortes de jovens negros. Ah, existe uma redução da morte de jovens brancos, ou seja, o Estado está dizendo que ele sabe cuidar de quem ele quer cuidar, tanto negros quanto brancos. O negro ele sabe como ele quer cuidar, matando; e o branco, ele sabe como ele quer cuidar, deixando vivo. E para não – eu estou aqui olhando o relógio, Senador, porque eu sei que o tempo é curto e o debate é comprido e longo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tempo. A nossa querida pastora estava me informando que ela vai ter que sair depois da sua fala.

O SR. MARCOS FÁBIO REZENDE CORREIA – O.k. E como é que se estrutura no Brasil essa justificativa para o extermínio, o genocídio da juventude negra? Uma das formas de se estruturar isso é através de uma justificativa da guerra às drogas.

Existe uma justificativa que é um senso comum de que as drogas são um prejuízo para a sociedade. Entre isso, aparece a Cracolândia com a quantidade do que seriam os zumbis, as pessoas que perderam as suas vidas para as drogas. Aparece um jovem com um rifle ou com um fuzil em determinada comunidade. Isso vai se fixando no imaginário das pessoas.

O José Murilo de Carvalho até escreve um livro falando sobre a formação das almas e a criação do imaginário do nosso País e isso faz parte desse imaginário hoje que foi se criando do que representa a favela, do que representa uma comunidade periférica, de que é um lugar violento, de que é um lugar onde as pessoas matam as outras e, no intuito de defender a vida dessas pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS FÁBIO REZENDE CORREIA – ... quando você está combatendo as drogas para que as pessoas não morram, você já está matando as pessoas, alegando que você está cuidando justamente de se evitar que se propague a questão das drogas.

Então, nós temos uma questão também, é que pessoas que morrem? Porque um helicóptero carregado de cocaína foi preso com mais de 400 quilos e nós não vimos ninguém morto, ninguém preso e não vimos nada acontecer de forma a dar exemplo ao que deveria ser feito em casos de uma dimensão como essa? Isso demonstra quem se quer prender ou matar e quem se quer deixar livre. Ou nós vamos querer aqui que as drogas cheguem nessas comunidades nas bolsas da mulheres ou dentro do bolso desses jovens? Só se fôssemos ingênuos o suficiente. Ou como chegam ao Brasil? Nós sabemos como isso se dá.

Então, o debate que nós queremos estabelecer aqui – para concluir, Senador e demais ouvintes, tanto da Mesa como da plateia, não plateia, mas plenária –, um dos problemas que nós temos aqui é que, primeiro, há um cientista, um neurocientista Carl Hart, que esteve aqui no Brasil recentemente, ele faz um debate dizendo que esse estrago que se coloca nas drogas é uma mentira, de que as drogas acabam com todas as pessoas, o núcleo familiar, todo mundo que usa *crack* fica viciado na primeira vez é uma mentira. Então, estudos científicos já demonstram que isso é uma farsa, que esse discurso não pode mais ser utilizado como um discurso central para fazer tais atos; segundo, a guerra às drogas tem justificado a morte de milhares de pessoas no nosso País, amparado, inclusive, pelo sistema através dos autos de resistência, que é algo que é altamente questionável e parece, muitas vezes, que é mais importante do que a vida das pessoas.

Os autos de resistência precisam deixar de existir imediatamente. É responsabilidade também desta CPI trazer isso à tona e fazer um debate mais aprofundado de que todas as mortes têm que ser primeiro estudadas, chegar a um grau final do que aconteceu, para aí, sim, inocentar a pessoa ou não. Aqui no Brasil é o contrário, basta alegar o auto de resistência e muda-se um pouco o cenário.

E, por fim, nesse debate sobre a guerra às drogas, o auto de resistência e o tráfico, o que nós percebemos é que são justamente determinados setores da juventude, setores negros de periferia, jovens do sexo masculino, que estão perdendo a sua vida, estão tendo as suas vidas ceifadas sob a alegação de se construir um País livre das drogas. E aí se estabelece um último debate aqui, que eu acho importante nesse tempo de fala, que é o que são drogas?

O que são drogas? Anualmente, o Brasil, através do Sistema Único de Saúde, gasta bilhões de reais com pessoas que usam álcool, cotidianamente, e vidas também são ceifadas por pessoas como essas, que acabam sendo absolvidas nos tribunais. Vejam o caso do filho do Eike Batista, Thor Batista. É bom citar – em locais como este, até para sermos processados – os nomes desses jovens brancos alcoólatras ou assassinos que são absolvidos. Muitas vezes, é um bom motivo. Vemos o uso do álcool e também o uso de cigarro, cotidianamente. Milhões ou milhares de brasileiros estão com câncer. Essas são drogas liberadas.

Então, o que são verdadeiramente drogas? O que não são drogas? Esse é um assunto que eu gostaria de deixar aqui para discutirmos em outro momento.

Agradeço a oportunidade.

Encerro a minha fala. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcos Rezende, historiador e fundador do Coletivo de Entidades Negras, na Bahia, que deu um belo depoimento.

Fique tranquilo, porque se manteve no tempo. Nós somos rígidos, mas nem tanto. Dois ou três minutos a mais, não há problema algum, para todos os nossos convidados.

A pastora quer se despedir, porque ela vai ter que sair.

A SRª PASTORA WALDICÉIA SILVA – Gente, eu gosto muito de um debate, principalmente com uma Mesa qualificada como esta, mas há mulheres negras nos esperando no Varjão para uma conferência livre, preparatória para a Marcha de Mulheres Negras. Vamos escurecer a Esplanada dos Ministérios no dia 18! *(Palmas.)*

Vamos estar lá discutindo a nossa situação e nos posicionando. Eu não gostaria de deixá-las esperando. Queria que vocês me perdoassem. Estamos à disposição para um novo debate, se assim entenderem.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Pastora Waldicéia.

Rapidamente, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial informa que acontece, hoje, às 19h, a abertura da Semana da Consciência Negra e o lançamento da campanha Novembro pela Igualdade Racial, no Museu Nacional, no Setor Cultural Sul, Lote 2, próximo à rodoviária do Plano Piloto.

Vou ler uma pergunta, e quem quiser responder vai ter a oportunidade de fazê-lo nas próximas falas.

Carlos Murilo Santos Carvalho, de São Paulo, pergunta: “Gostaria que fosse discutida a situação dos índios no desastre de Mariana, Minas Gerais, bem como que fosse levantada a hipótese do racismo ambiental nesse caso. Sugiro também que as reuniões da CPI ocorram também nos Municípios de São Paulo.”

Babalaô Ivanir dos Santos, do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas.

O SR. CARLOS ALBERTO IVANIR DOS SANTOS – Primeiro, boa noite a todos.

Quem me conhece sabe que faço uma retrospectiva numa CPI como esta, porque minha vida pessoal sempre esteve ligada... Fui aluno do SAM e da Funabem. É nessas instituições que se conhece a política institucional do racismo. Uma coisa é falar em tese, outra coisa é saber, com a experiência pessoal, o que representa o racismo institucional.

Como agora estou fazendo pós-graduação em História, nós temos que observar, primeiro, o que foi a Lei do Ventre Livre. Na Lei do Ventre Livre, criou-se o primeiro internato para cuidar dos ingênuos – as pessoas se esquecem disso. A política de institucionalização no Brasil começou com isso. Há uma escola chamada João Alfredo, no Rio de Janeiro, que existe até hoje, lá na 28 de Setembro – data da lei –, em Vila Isabel.

Depois, em 1941, é criado o SAM (Serviço de Assistência ao Menor), justamente com o argumento de ou prevenir delinquência, ou cuidar de delinquentes. Uma coisa sempre está ligada a outra, ou seja, um cidadão preto e pobre era considerado, em potencial, perigoso. Essa foi a política nacional construída. Esse órgão era ligado, inclusive, ao Ministério da Justiça.

Lembro que, num debate, isso eu já era aluno do SAM – eu já era aluno do SAM, vivi os últimos dias do SAM, fui aluno do SAM – e observando o grande debate naquele período, acontece um crime de que pouca gente se lembra, que é quando assassinam o filho do Odilo da Costa Filho, que era um grande intelectual cristão, católico, cujo filho foi assassinado num assalto em Santa Teresa, esse debate todo apareceu naquele momento. Diminuir a maioria penal, baixar a maioria penal, todo o debate. Houve o golpe militar, cuja primeira medida foi criar a Funabem, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. E eu, que estava em um colégio em Teresópolis, consegui ser transferido para um colégio no Rio. Então, a institucionalização do racismo deu-se em práticas sociais no País, políticas sociais nacionais.

E lembro que, depois disso, saí da Funabem, em 1973, criei a Associação dos ex-Alunos da Funabem, eu e alguns companheiros, e já levantamos a questão da diferença que existia na sociedade brasileira entre o menor e a criança, porque, naquela época, era o Código de Menores. Então, você tinha uma criança, que é isso um pouco que o Marcos hoje disse, que criança é loirinha dos olhos azuis, esse era o discurso da época, tomava leite ninho, usava fraldas Johnson's e brincava com brinquedo Estrela, e você tinha os menores, que eram uma ameaça social, que eram negros, geralmente, descalços, com o nariz escorrendo, que não eram considerados crianças.

Nessa experiência da Associação dos ex-Alunos, vimos justamente uma coisa que me chamava a atenção: por que, na Funabem, onde fui criado e, depois, na Associação, 99,9% dos alunos eram negros, eu, coincidentemente, em 1979, passei para a universidade e estudei na Notre Dame, que era uma faculdade de elite, e, lá, 99% eram brancos. Alguma coisa estava errada! Alguma coisa estava errada! Essa é minha experiência. Lá, era uma coisa, aqui, é outra, o que estava acontecendo? Lembro que, naquele período, em 1987, ou melhor, antes disso, em 1984, vivi uma experiência que era um grupo de ex-alunos da Funabem, que eu acompanhava, e não eram infratores, as pessoas esqueciam que, na Funabem, a grande maioria dos alunos não eram infratores, 97% não eram infratores, eram filhos de empregada doméstica, mulheres populares, que não tinham onde botar o filho, acabavam internando, para poder trabalhar, iam cuidar dos outros, tirar da rua, não era isso? Somente 3% eram infratores, mas a imagem que se passava para a sociedade era a de que todos eram ou seriam infratores, por causa das escolas de infratores, como Padre Severino, João Luiz Alves, que eram, de fato, de infratores. E, assim, era no Rio Grande do Sul, em São Paulo, a Fameb, na Bahia, o Seam, mas vários. Então, essas instituições são muito claras, há que se entender isso.

Bom, mesmo assim, um grupo de alunos que faziam a chamada descuido, eles desaparecem, e começo, então, a entender, o que era grupo de extermínio, porque eles desaparecem na Baixada Fluminense, e não eram infratores. A partir daí, recebi o mandato da Defesa da Criança Internacional, um órgão internacional, para fazer um relatório. Todo mundo esquece que houve um relatório, o primeiro relatório feito justamente nesse período sobre o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, feito a partir de Volta Redonda, Caxias, Nova Iguaçu e o Rio de Janeiro.

Fiz o relatório, que, quando veio à tona, criou um escândalo, porque mostrava que existia uma política sistemática de extermínio e dizia que 77% eram de negros. Este relatório virou uma revista – eu até ia trazer uma, não deu para trazer –, fizemos uma tradução em inglês, e andamos no mundo todo fazendo uma denúncia sobre isso. Foi a primeira vez que houve uma denúncia contra o Brasil com relação ao extermínio. Quem é do Movimento Negro sabe que, em 1991, então, fizemos uma campanha chamada Não Matem Nossas Crianças. Lembram-se disso? O Movimento Negro fez essa campanha para o Ceap, com o apoio do Unicef, e começou a trazer à tona para a sociedade esse fenômeno. Foi denunciado a partir disso, embora todos os documentos do Movimento Negro, em qualquer momento, sempre falassem da questão da violência contra a juventude negra.

Isso não nasceu agora, isso é anterior. Essa campanha veio por pressão de vários órgãos internacionais. Eu andei o mundo todo falando sobre isso, o mundo todo. Lembro-me de que o Embaixador do Brasil na Suécia passou por um constrangimento em uma atividade em que Bibi Andersson estava. Aí veio o primeiro grupo que foi organizar o Estatuto. As pessoas não sabem disso, até então se tinha um código de menores, que era um código de controle. Aí veio o Estatuto. Fui da primeira comissão que elaborou o Estatuto. Era a Associação dos Ex-Alunos da Funabem, a Pastoral do Menor, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Essa é a história. As pessoas se esquecem. Então, a primeira resposta que houve, naquele momento, com relação à campanha do extermínio foi o Estatuto. Assim que o Collor assumiu teve que ir à ONU apresentar o Estatuto como uma lei. Certo?

Depois disso, se você observar...A discussão era: o Estatuto é bom para a Suécia, para a Suíça, para a Europa e não para o Brasil. Porque não se discutiam os direitos que essa parcela da juventude tinha à escola, à moradia, à saúde, a uma vida decente. Era a maioria negra, tanto que hoje o debate é o mesmo, não é diferente. O fenômeno continua: o assassinato dessa juventude e o debate demagogo que é feito de se baixar a maioria penal. Estou falando porque é história, isso não começou ontem. Essa é uma questão ideológica.

Existe um texto que fala do uso ideológico da criminalidade, há um texto que fala sobre isso. Isso é usado de forma...Inclusive como foi feito pré-64 – e hoje é a mesma coisa –, para você ganhar os setores médios da população. A imagem que você tem de quem ameaça e tal é a dos pobres, dos negros. Na verdade, ao invés de você discutir se são potenciais criminosos...Você não discute a dívida que o Estado e a sociedade têm com essa parcela da população. Esse é um debate ideológico e não é fácil de ser enfrentado publicamente.

Como é muito caro à minha vida pessoal... Porque passei por isso e sei o que é o estigma. Nunca fui infrator, mas o fato de ter passado pela Funabem, para muita gente, é como se você, se não foi, poderá ser um dia. Essa é uma das formas mais eficazes de controle social: é estigma. Isso está em Goffman. Na verdade, em todo esse debate está envolvida uma carga ideológica. Não é só o simbolismo.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ALBERTO IVANIR DOS SANTOS – O simbolismo faz parte, mas faz parte de uma construção que tem a ver com controle social. Então, mais do que você discutir as condições em que vive essa grande parcela da população e os direitos que o Estado e a sociedade não trazem para eles com políticas sociais, é mais fácil você colocá-los numa posição de que ou são ou serão bandidos. Aí é onde entra a questão da suspeição.

Então, a minha contribuição nesse debate tem a ver com isso. Estou vendo de novo... Chamo a atenção, ainda, para que em 1988 houve uma CPI, lá na Câmara dos Deputados – o senhor era Deputado –, justamente baseada nesse relatório sobre o qual falei. Foi um relatório que entregamos à Deputada Benedita, na época, que havia sido recém-eleita Deputada Federal pelo Rio de Janeiro. Ela foi ao Ceap, conversou conosco, pegou o relatório e o apresentou como ato do seu primeiro mandato, que foi uma CPI. Quem presidiu foi Rita Camata. Então, estou dizendo que nós geramos o movimento social, essa preocupação que, na verdade, virou uma CPI.

Espero que esta CPI traga também algumas coisas novas. Não precisa inventar a roda, basta aplicar o Estatuto sem mudar uma vírgula dele – isso é demagogia –, criando as condições econômicas e sociais para essa população. Esse que é o debate. O resto é um debate que, no fundo, para nós da comunidade negra, não é novo, desde o advento da Lei do Ventre Livre. A Lei do Ventre Livre tinha um artigo que falava o quê? Educação para os ingênuos. Então, para encerrar, em... Logo depois da República, 1890, é descoberta uma carta, recentemente, dos libertos de Vassouras, escrita justamente em 1890, a Rui Barbosa. Eles diziam o seguinte, na carta: “Há de se cumprir o artigo da Lei do Ventre Livre que promova a educação dos ingênuos, se essa lei não for cumprida os nossos filhos virarão uma horda de mão assassina no futuro.”

Então, está ligado à questão da educação que não foi dada para essa população. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Babalaô Ivanir dos Santos, do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas.

Eu sei que ele, Ivanir, e o Marcos têm que se retirar por uma questão de voo para a Bahia.

Então, a gente só quer agradecer muito a presença de vocês, o debate continua e uma salva de palmas a ambos, que deram uma grande contribuição.

(Intervenção fora do microfone.)

(Palmas.)

Se não fosse a construção de vocês nós não faríamos nada aqui dentro.

Parabéns a ambos.

Vamos, agora, passar a palavra para o Jorge Arruda, que é do Programa de Combate ao Racismo da cidade de Recife.

Frei David senta aqui do meu lado agora e o Jorge senta aqui.

O SR. JORGE BEZERRA DE ARRUDA – Então, boa noite a todos e a todas.

Senador, representando toda a comissão, eu agradeço o convite aqui que me foi feito. Nós estamos nesta labuta, Senador, desde os anos da implementação da Lei nº 10.639, quando líamos os seus documentos – é importante dizer isto – e ela começou na cidade de Camaragibe, da qual eu sou filho, lá com toda a equipe de Paulo Santana, essa coisa toda.

Então, a lei dez mil começa no Nordeste, com todo o respeito aqui ao Sul, ao Sudeste e ao Brasil todo, mas ela é minutada dentro daquela cidade de 250 mil habitantes.

Então, é honroso dizer isso.

Eu fiz uma fila, eu combinei com a coordenação que nos convidou para que a gente pudesse enviar o texto, que é um texto longo. Nós tivemos só 10 minutos, é importante dizer isso, para que a gente possa enviar para a Comissão a contribuição do texto que eu preparei e até sexta-feira eu mando por *e-mail* para toda a equipe, já falei isso com o Leandro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dez minutos com a tolerância devida.

O SR. JORGE BEZERRA DE ARRUDA – O.k.

Então, pegando pela fala da pastora, ela vem trazer para a gente a questão da denúncia. Todos esses documentos que denunciavam este racismo institucional, esta violência dentro das escolas.

Eu tenho 30 anos de função pública na escola, eu sou de escola, da educação infantil ao terceiro grau. Estou também dando aula em história da África e vejo um policial, aluno meu, reforçando, quando eu falei em mulher negra e em jovens negros ele disse: “É para morrer mesmo, professor.” Ele disse assim, na sala de aula agora. Recentemente eu terminei essa disciplina de História da África, pois eu dou aula em duas disciplinas no curso de História da África e eu fiquei assim parado, cinzento, um negro ficar cinzento é demais, mas fiquei ali preocupado com o meu aluno em um curso de pós-graduação dizendo isto e sendo policial, quer dizer, todo negro é ladrão.

E nós, implementando o Programa de Combate ao Racismo Institucional na cidade do Recife, em 2014, a gente vamos transversalizando em todas as áreas este olhar desde o policial ao guarda de trânsito.

Um exemplo, em 2007 nós formamos 20 mil policiais, que ali, na sala de aula ali, de 20 ou 30, um dizia: “Eu tenho 20 anos de policial e fui racista até hoje.”

Então, quer dizer, você, 20 anos, matando e maltratando o negro, só porque tem ali o seu jeito de ser e de agir diferente. Ele dizia: “Quando eu via um capoeirista na rua, um jovem, eu já abordava, eu abordava, a gente chama, dando um baculejo diferente.” Quer dizer, o olhar é racista. A pastora colocou para a gente.

Então, a criação da lei dez mil... Eu só posso falar desse lugar porque sou da área de educação, eu não sou da área de saúde nem da advocacia, Mas a Lei nº 10.639, tão bem decantada pelo Senador e ex-Deputado Federal, e eu bebi também na fonte dos escritos do Senador Paim... Mas é preciso que neste relatório se diga que não é aula de candomblé. Porque alguns professores...

Porque alguns professores – eu ando o Brasil, Senador, e eu queria que registrasse aí, que eu ando o Brasil todo – não é companheiras aqui – e eles dizem assim: “Não, não pode não, porque é aula de umbanda e de candomblé.” Não é! E eu vou desmistificando e desmitificando que não é aula de candomblé, nem de umbanda e nem de Jurema. Porque eu venho do Nordeste e salve a Jurema Sagrada! Nem é aula de catolicismo: é a aula de história e cultura africana e afro-brasileira.

Então a gente precisa, neste relatório tão rico que será com esta Comissão, adentrar sim – porque temos especialista aqui do meu lado, Senador – que é a questão dos parâmetros curriculares nacionais. Todo mundo viu aqui. Eu venho da área da educação e desde 1996 existe o parâmetro curricular nacional que falava da questão cultural, da sexualidade na sala de aula, e ninguém ali estava se incomodando. Mas quando falou no histórico e cultura africana – inclusive em seu livro que eu leio sempre –, aí mexeu, porque não é questão da religião, é o racismo!

Então, nosso jovem de periferia – porque eu sou de terreiro –, nós temos 1.880 terreiros em Recife, área metropolitana. Convido o Senador a um dia nos visitar. Então essa lei precisa ser operacionalizada. Eu pego pela fala da pastora e ratifico: é preciso que a gente implemente urgentemente. Porque essa violência institucional. É um professor... O senhor manda aqui um pacote de livros, pode mandar para uma escola. Se houver um diretor agnóstico ou muito racista, ou ele, diretor de escola, de outra tradição religiosa, ele joga fora os livros. É preciso que se puna, que o MEC também reveja e veja isso, porque eu já ouvi o diretor dizer: “Aqui eu não quero esse livro, guarda lá.” E nem abriu, porque havia os orixás dentro do livro da Lei nº 10.639.

Falar de defesa social e relações étnico-raciais. Tivemos a oportunidade – inclusive, saudando aqui o companheiro Mário Theodoro – de trabalhar com vários delegados de polícia. E um policial delegado disse, em um curso de 60 horas: “Eu fui racista e homofóbico até hoje neste curso”, na universidade ele disse para a gente. Um curso de 60 horas que nós demos sobre defesa social, relações raciais e enfrentamento ao racismo e juventude negra, junto com a Seppir Brasília.

Então é preciso que a gente foque na formação. Esse relatório saia dizendo: “Olha, precisa focar na formação inicial e continuada”. E o genocídio da juventude negra – que o Marcos aqui tão bem colocou. Que é a questão... Eu venho de um Estado, vocês viram, não é novidade, Cabo de Santo Agostinho tem muito negro morrendo. Saíram as pesquisas e vocês viram. Então o que é que se fez? Imediatamente – eu não estou aqui dando receita, mas assim, nós somos negros em movimento, lemos Mário Theodoro, lemos o senhor, lemos Zélia, lemos todo mundo. Então a gente vai ali e se embasa epistemologicamente e oferecemos ao Cabo um curso de defesa social focada para a juventude negra e genocídio. Porque se você não prepara os 1.500 policiais que o Governador nomeou há 15 dias, não adianta andar na rua esse policial, porque ele vai dar a mesma formação – o inconsciente está ali adentrado, nós somos negros, não prestamos, negro não presta, lugar mais violento onde jovem morre. A questão da violência de 49.932 mortos em 2010, não é diferente, é de 15 a 19 anos.

Quer dizer, e este negro, se for de capoeira – eu estou dizendo porque sou de Olinda também, sou de Recife. Ao capoeirista descendo a Ladeira da Sé, o olhar é diferenciado desse gestor, ele vai abordar! E ele diz mesmo em uma reunião: “Eu abordo diferente.” Porque está ali, no inconsciente coletivo de toda a nossa sociedade que é negro e não pode ser doutor. Ele é negro e ele é marginal. A marginalidade – quando olha para a gente, quando olha para a beleza negra da nossa negra aqui, a minha beleza negra, não se lembra da nossa beleza negra, da tecnologia, do poder do negro, de tudo que a gente construiu no Brasil: lembra-se da senzala! Quando olha para a gente, está lá no subjetivo: recorta a senzala.

Então, é muito difícil mas possível a gente acreditar.

História da África, foi colocado aqui pelo nosso companheiro Ivanir. É preciso que a gente possa justamente tirar essa ideologia do fracasso – que eu quero aqui dizer. Olhar para a gente é ver o fracasso. E por que essa abordagem diferenciada? Por que essa negação da nossa história, da nossa cultura? Por que a gente paga um preço imenso? Até para entrar aqui no Senado também: qual é o olhar que colocaram para o Frade? Não é? O olhar cristocêntrico, me dê agô, meu querido Frade, aqui nosso querido irmão, Educafro. E o olhar que olham para a gente? Entendam o que eu quero dizer aqui: no subjetivo. Enquanto ele não é reconhecido, o Senador é negro primeiro, primeiro é a negritude que chega.

E Paulo Freire vai dizer, nos seus escritos, nos seus achados, que ele comentava com um colega no seu terraço, dizendo da questão de um colega que ia chegando. Então, a pessoa dizia: ele é fulano, é doutorando, é não sei o quê. Quer dizer, ele precisa dar toda a justificativa para que a pessoa seja acolhida. Então, nós, negros e negras que construímos este País, precisamos, sim, desse relatório, que é bem poderoso, para que a gente possa erradicar essa questão da violência contra a juventude negra.

Nós temos, ali, em Recife, Senador, o Programa de Combate ao Racismo Institucional, que foi instituído à luz dos achados de Mário, de todas as ministras que passaram na Seppir Brasília,...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE BEZERRA DE ARRUDA – ... de toda a equipe, porque a gente vai bebendo dessa fonte. E o Estado de Pernambuco, agora, também por conta dessa violência exacerbada, construiu durante oito anos, e o Governador vai instituir, no dia 26, também o Programa de Combate ao Racismo Institucional dentro do Estado.

Acho que é importante dizermos que há também avanços que precisam estar ali registrados, mas solicitar que cada cidade da Federação possa, sim, ter, se não um organismo de igualdade racial, ao menos um lugar de discussão na instituição porque a violência é tamanha, e nós estamos num lugar privilegiado. Eu, gestor, que estou aqui representando a minha cidade, como negro, mas quantos negros há na nossa gestão? Eu sou um funcionário de carreira há 30 anos, e uma colega de trabalho – já estou dentro do meu tempo – dizia: “Você entrou aqui pela cota? O governador não tem racismo. Você é assessor dele.” E passa lá na sala e diz: “E essa turma aí da cota?” É muito terrível dizer isso, mas isso acontece.

Essa violência é cotidiana. Nós pagamos um preço porque viemos da África. Mas salve a África! Salve o Quilombo dos Palmares! Salve o Educafro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Jorge Arruda, do Programa de Combate ao Racismo da cidade de Recife, que falou aqui que leu nossos livros, mas ele que nos deu uma aula aqui. Essa humildade só os grandes têm. O pessoal confunde humildade com fraqueza. Humildade, para mim... Os grandes líderes, para mim, são humildes, fortes e firmes como você foi. Parabéns! Deu um *show* aqui.

Frei David. O Frei David não é novidade. Ele é nosso parceiro, um dos nossos líderes, fala aqui pela Educafro, e já acertamos aqui a outra audiência da...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – ... redução da menoridade penal. Já está definida a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os autos de resistência...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Autos de resistência também é outra audiência que está bem encaminhada com o Senador Paim, ou seja, são audiências que vêm de frente para reforçar a luta do povo negro.

E, nessa linha, Senador Paim, eu já quero antecipar, compartilhando com nossos irmãos duas notícias boas, porque a gente está sempre cheio de notícias ruins. A primeira notícia boa: os 50 universitários da Educafro que tiveram audiência com o presidente da OAB nacional. Ali foi entregue uma carta à OAB nacional, solicitando dez pontos para que a OAB nacional seja mais inclusiva em todos os aspectos. E um deles foi que nós mostramos para a OAB nacional que – por mais que ela seja nossa parceira – nunca indicou um negro para desembargador. E nós criamos uma fórmula, Senador, de como, em cada Estado do Brasil, a OAB possa, para cada três listas quintuplas, indicar uma lista de negros. Essa e outras propostas foram acolhidas e serão votadas em caráter simbólico na próxima reunião da OAB nacional. (*Palmas.*)

Eu pergunto ao Senador se dá para a assessoria tirar cópia para todos que estão aqui presentes. Acho importante partilhar essas boas notícias porque a gente sofre muito com más notícias sempre para o nosso povo negro. E ter uma notícia boa assim, para nós, é motivo de entusiasmo.

Senador, a segunda notícia boa é – confesso que eu mesmo não esperava que fosse ter essa notícia ainda em 2015. Senador, nós estamos trabalhando intensamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Frei David.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o seu prestígio, Frei David; não só o seu prestígio, como também o do Jorge. A próxima Mesa solicitou se não era possível eles virem já, neste momento, à mesa, ficam aqui conosco e continuam na fala. Nunca aconteceu isso. Esse é o prestígio de vocês dois.

Por mim é que não é. Vocês é que são... Então, eu convido a Cida Bento, da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Seja bem-vinda, aqui, Cida. (*Palmas.*)

Hélio Santos, do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá – ele está chegando; e Zélia Amador, da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chamar mais quem? Não há problema nenhum. Chamamos mesmo. Mais alguém?

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Hélio está a caminho. Está bem.

A palavra volta para o Frei David. Vamos marcar novamente o seu tempo.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Isso, obrigado.

A segunda notícia, Senador Paim, é muito forte mesmo. Eu até estou me preparando para dar essa notícia legal. Nós temos um projeto caminhando na Câmara sobre a questão do auto de resistência. Infelizmente, os Deputados contrários ao povo negro apensaram projetos macabros ao projeto do auto de resistência, de modo que o nosso projeto do auto de resistência está condenado para sempre a nunca sair da gaveta. Eu dou meus pêsames a todos nós, negros e negras, porque fomos traídos por Deputados de direita que mataram o projeto do auto de resistência. Só que Deus escreve certo por linhas tortas, e aí vem a boa notícia agora: procurando outros caminhos, conseguimos grandes avanços. O Conselho Nacional do Ministério Público, agora, no dia 22 de setembro, aprovou, na 18ª sessão, uma resolução que é obrigatória para todos os Ministérios Públicos do Brasil, cujo conteúdo é cinco vezes mais qualificado e mais forte do que a lei que seria aprovada do auto de resistência. (*Palmas.*)

Já está em ação. Aqui está a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, que é cinco vezes mais vigorosa do que o projeto de auto de resistência que está engavetado na Câmara. Eu te peço que tire 50

cópias para o pessoal que já chegou e para os que estão vindo para eles terem esse material na mão e fazerem dele ferramenta para a nossa transformação.

Senador, nessa mesma linha, eu peço ao senhor e aos demais membros da Comissão desta CPI que enviem um requerimento para o Conselho Nacional do Ministério Público perguntando como é que está a aplicação dessa resolução, uma vez que foi aprovada no dia 22 de setembro. Com certeza, foi pedido a nós um certo segredo, por quê? E aqui eu vou abrir o jogo. Porque havia uma pressão violenta de policiais militares, associações nacionais, e de delegados das associações nacionais contra a resolução aprovada no Conselho do Ministério Público. Havia uma pressão grande para não deixar isso na prática, mas, agora, já está consolidado. Eu, então, estou no direito de, em primeira mão, anunciar aqui à Nação que há essa resolução. Solicito que seja encaminhado um requerimento para o Conselho Nacional do Ministério Público para dizer como está a aplicação dessa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se você me permitir, nós faremos esse requerimento, mas com dois eixos: primeiro, cumprimentando o Ministério Público.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, segundo, perguntando como está a aplicação, O.k.?

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Senador, o senhor sempre estratégico. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, juntos. Estamos caminhando juntos.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Aí eu peço, então, que coloquem o eslaide, por favor, para sermos bem diretos e focados na nossa explanação.

Agradeço, portanto, a toda a equipe da CPI, àqueles Senadores que não puderam estar presentes, mas dizer que, para nós, negros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Hélio Santos já chegou. Então, nossas palmas. Grande Hélio Santos.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Oba! Cadê o Hélio Santos? (*Palmas.*)

Portanto, já estamos, então, com o Hélio Santos entre nós, grande intelectual da comunidade negra.

CPI, Senado Federal. Extermínio de jovens negros. Todos lembram dessa foto que foi marcante e que mostrou como a polícia trata o negro ao longo da história. Quase nada mudou. Em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil; mais de 30 mil eram jovens com 15 a 29 anos de idade; 77% dos assassinados eram negros; menos de 8% dos casos foram – olhem só – apurados pelo Ministério Público. O que fizeram os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para punir os culpados e para fazer o Ministério Público agir?

Extermínio do dentista negro, Flávio Oliveira, em fevereiro de 2004. Aí está a foto da mãe do dentista dando entrevista, ali está ela junto com a Educafro, buscando indenização para essa situação de violência. Era um jovem que, recém-formado dentista, foi confundido pela polícia, “confundido” entre aspas, e a polícia o assassinou como se fosse ladrão. E o mais grave, como é que foi o fato? A polícia recebeu uma queixa de que houve um roubo. Segundo o assaltado, o ladrão correu pela rua tal, em Santana, bairro de Santana, São Paulo, então, o policial foi correndo para a rua tal e, atrás, vinha o comerciante que foi assaltado, um senhor de idade que não podia correr tanto quanto os policiais. Quando os policiais que correram na frente, veem um jovem fechando um carro e saindo, o policial não pensa duas vezes, atira no jovem. Quando vem o comerciante correndo atrás e fala: não, é engano, não é esse, esse não é o assaltante. Os policiais mandam o cara calar a boca, ir embora, mandam calar a boca. Vão ao carro da Polícia, pegam uma arma raspada, botam na mão do Flávio; vão ao carro da Polícia, pegam droga, botam no carro do Flávio, e, ali, registrou-se o auto de resistência. Então, gente, auto de resistência é isto: a polícia usando o direito de matar. No Brasil, muitos acham que não existe, mas existe, sim, pena de morte, só para alguns.

Como exemplo do cenário de matança de jovens negros no Brasil, analisemos os crimes de maio de 2006, em São Paulo. Quase 500 vítimas foram assassinadas pela polícia e, lógico, além de outras assassinadas por quadrilhas, naquele crime de maio. Novamente, o que o Estado de São Paulo e a Nação fizeram para punir os culpados? Portanto, ontem houve essa realidade. Como é que se deu o crime de maio de 2006? A polícia extorquiu? Quem? O PCC e familiares do PCC. Atenção, estou dando a letra aos bois. A polícia extorquiu o PCC e os familiares do PCC. O PCC revida: 59 policiais são assassinados pelo PCC. O Estado, através da polícia, contra-ataca e, para compensar, palavra pesada e muito estranha, os 59 policiais mortos, os policiais matam, 500 civis são executados sumariamente. Dos mortos, mais de 400 eram negros. Atenção, dos mortos dos crimes de maio do Governo de São Paulo, mais de 400 eram negros. Senador, nem 6% dos mortos tinham ao menos uma passagem pela polícia, Senador, nem 6%. Detalhe: 124 registrados falsamente como auto de resistência, encobrindo o extermínio. Hoje, o que mudou? Mais de 90% dos inquéritos, até hoje, não prosperaram, estão nas gavetas do Ministério Público. Por que o Ministério Público de São Paulo não ofereceu a denúncia? O Mi-

Ministério Público é nosso irmão, lutamos tanto contra a PEC 37. Nós, negros, saímos às ruas, aqui, invadimos a Câmara e o Senado, apanhamos, 50 jovens negros da Educafro apanhamos aqui dentro, em defesa da PEC 37, defendendo o Ministério Público, e este não tem feito o seu papel de defender o povo negro como deveria. Das quase 500 mortes, fora a morte dos policiais, quantas foram investigadas até o fim pelo Ministério Público? Dessas quase 500 mortes, das que chegaram aos tribunais do Estado, quantas foram julgadas? Duas ou três apenas. Inaceitável! O Tribunal de Justiça de São Paulo também muito omisso quando a vítima é o negro. O Tribunal de Justiça, meu irmão Nalini, Presidente do Tribunal, por favor, mude esse Tribunal, para ser mais do povo, e não só da elite.

Como sabemos, nem mesmo na ditadura militar matou-se tanta gente quanta na matança dos crimes de maio de São Paulo de 2006. Barbaridade, sem punição do Estado de São Paulo. O Ministério Público de São Paulo, o Governador, a Procuradoria Geral da República, o que fizeram?

Fizeram lá audiências públicas, mas deu em quê? Até hoje nada. Cobramos do governador, e eu peço mais uma vez a esta CPI que cobre do governador de São Paulo, que cobre do Ministério Público de São Paulo requerimento prestando contas de como está a averiguação desses crimes de maio de 2006, onde mais de 500 irmãos nossos foram assassinados, e a maioria negros.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Queremos mais decisões como a do julgamento do PM de São Paulo, André Pereira da Silva, que foi condenado pelo assassinato de três jovens negros. Por que não foram todos os assassinos dos demais jovens levados a julgamento, o que estamos aqui denunciando?

E o problema continua, para nossa tristeza. Os índices de assassinatos cometidos pelo Estado brasileiro como um todo e em cada unidade da Nação são abusivos por parte dos homens e mulheres que deveriam cuidar de nossa segurança. Como exemplo, podemos citar o assassinato do jovem Kaique. Ele cometeu erros, mas não tão graves como o dos que roubaram o Metrô de São Paulo, desviando grandes somas de dinheiro. Ele, Kaique, cometeu erro não tão grave como os roubos da Petrobras; ele, Kaique, cometeu erro não tão grave como os roubos da CPTM, e assim vai. Por que os ricos que cometem erros maiores têm outro tratamento, mesmo sendo seus roubos mais danosos à sociedade?

Vejam uma cena muito forte – vejam uma cena muito forte – de um auto de resistência forjado – de um auto de resistência que foi forjado. Aconteceu em 2015, agora recentemente, o sangue ainda escorre pelo chão de São Paulo, na PM de São Paulo. A Polícia, após matar o jovem Kaique, posta no WhatsApp uma foto do jovem Kaique morto. Aí está a foto do jovem Kaique. Olhem vocês a posição do braço dele, do jovem morto, do Kaique. Como é que ele foi assassinado? Ele, sabendo que a Polícia estava atrás dele, escondeu-se dentro de um armário de uma vizinha, dentro do armário do quarto da vizinha. A polícia enche o armário de tiros e ele é assassinado dentro do armário. Em seguida, a polícia arrasta o corpo dele, coloca no chão, bate uma foto e manda para o WhatsApp dos policiais.

E entre os policiais há um policial católico, cristão, sério, ético, honesto, que me mandou a foto mostrando o drama que ele está vivendo na Polícia, está vendo coisas que ele não pode denunciar, senão ele é a próxima bola da vez. E aí, de repente, ele observa que um policial comunica ao policial assassino e fotógrafo: olha, você não preparou a cena do crime; no WhatsApp isso. Então, observem vocês o que vai acontecer agora, no WhatsApp, onde os policiais alertam ao autor do crime de que ele não havia preparado a cena do crime. Vamos ver. Urgentemente preparam a cena. Vejam o que é o autêntico auto de resistência. Transformou-se em pena de morte só para negros e pobres, será? Minutos depois o policial assassino posta a nova foto com as cenas montadas. Observem que o braço do Caíque já está para trás, e não estava, e observem que colocam uma arma raspada ao lado de Caíque, e isso é registrado como auto de resistência.

A coisa é grave, muito grave, e nós, cidadãos do Brasil inteiro, do mundo inteiro, que queremos justiça, não podemos nos calar diante desses inúmeros jovens assassinados. Se eles estão fazendo algo errado, com certeza é porque falta oportunidade. Se os ricos roubam a Petrobras, roubam a CPMT, roubam o Metrô, não é por falta de emprego, é por falta de vergonha mesmo.

A sociedade civil aplaude os bons policiais. Temos muitos bons policiais, graças a Deus, como esse jovem católico, sério, não por ser católico, mas por ser uma pessoa ética, que nos mandou as fotos e nos possibilitou fazer esta denúncia aqui no Senado, esta que é uma Casa do povo, Casa que defende os pequenos, e queremos isso. Esta audiência pública vai gerar mais força para que os bons policiais façam como fez o Sargento Marcos Akira, que, em janeiro de 2015, lá em São Paulo, denunciou – denunciou! – os 17 policiais membros do grupo de extermínio que atua na Zona Leste de São Paulo.

A gente até gostaria de pedir ao Senador que fosse dirigida uma mensagem para esse Sargento Marcos Akira e aos demais bons policiais, parabenizando-os pela coragem de fazer a coisa certa.

Os Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, todas as cinco forças precisam rever suas práticas. Precisamos que vocês, Poderes, defendam mais o povo negro. Na condição de sociedade civil, queremos ver indenizadas todas as famílias das vítimas dos crimes de maio de 2006 e dos demais jovens assassinados no Brasil com o mesmo empenho com que foram indenizados os parentes das vítimas da ditadura militar. Eu tinha aqui um texto também falando da questão do assassinato de mulheres negras, mas vou deixar para as mulheres negras falarem sobre esse tema.

Seguindo.

Como apontou a Relatora da CPI da Violência contra a juventude negra, a Deputada Rosângela Gomes, a Comissão já possui dados que indicam uma matança generalizada no Brasil. O que falta para os culpados serem punidos, presos? E que medidas serão tomadas para que essas atrocidades não mais ocorram? Portanto, eu quero parabenizar a Deputada Rosângela pelas conclusões, mas falta ainda que a coisa seja colocada em prática.

Precisamos ver todas as forças vivas do Estado brasileiro na defesa dos jovens negros. A Educafro é a favor da desmilitarização da polícia; entendemos que esse é um dos fatores do mal. Desmilitarização da polícia é o único caminho para uma mudança eficaz, diz o diretor da Educafro, que cita os estudos do britânico Stephen Graham.

Nossas mais profundas condolências aos pais das vítimas dos terríveis crimes de maio e aos demais parentes das vítimas das matanças de jovens negros no Brasil. Queremos, sim, dar a nossa energia, a nossa voz, as nossas oportunidades de estar em um plenário como este para defender vocês, pequenos, quebrados, humilhados, negros irmãos do Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Frei David, que falou pela Educafro, meus cumprimentos pelo trabalho feito com policiais. Como pediu V. Ex^a, eu peço à secretaria que a gente providencie mensagem para os bons policiais.

Vamos agora à Cida Bento, da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

A SR^a MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Uma boa noite a todos e a todas, eu queria destacar primeiro a importância desta CPI, parabenizar os Senadores. Eu queria começar conversando um pouco sobre o racismo institucional, primeiro lembrando que as instituições buscam sempre se repetir, padronizar. Então, o que a gente vem observando nos últimos relatórios que trazem essa questão da violência é um momento de violência, de brutalidade, de mortes dos jovens negros e uma diminuição da de jovens brancos.

O Frei David trouxe dados mostrando a não apuração dos crimes, então, a gente tem algumas coisas a pensar sobre como as instituições do Judiciário, como é que as instituições têm funcionado com relação ao tema racial.

E eu queria provocá-los a pensar um pouco sobre a importância de a gente pensar na condição – espere aí um pouco, eu estou um pouco perdida aqui nas falas, está vindo alguma fala de algum canto aí e aí eu me desorganizo aqui –; eu queria provocá-los a pensar um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Inaudível.

A SR^a MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Ah, está bom, eu espero, Senador, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É o pessoal que quer que eu faça um comentário sobre a audiência...

A SR^a MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Eu queria provocá-los a pensar um pouquinho sobre essa questão do racismo institucional, porque ele não é só para dentro das instituições, mas para fora também. E aí, como vários que me antecederam falaram da institucionalização da Lei nº 10.639, da LDB altera por ela, eu pensei em uma situação vivida recentemente com o programa Juventude Viva, e eu queria destacar que o racismo institucional pode ser dar também entre nós, não só aqueles racistas lá da direita, aqueles racistas do outro lado, mas entre nós.

Temos visto. Eu presenciei. Quer dizer, no Programa Juventude Viva, diretamente ligado a essa questão que estamos trabalhando, vimos uma situação em uma cidade aqui em que um grupo de psicólogos brancos de uma organização não negra reconheceu publicamente que não mexe, não entende nada de preto, mas era quem iria, vamos dizer, receber os recursos do Programa Juventude Viva e tratar dos familiares dos jovens negros, das famílias que tiveram jovens chacinados. Então, ali pudemos observar uma coisa que estava naquele tempo dos racistas, mas que está entre nós, nos espaços mais progressistas, onde temos nossos parceiros, em que, de repente, o recurso governamental para um programa importante como o Juventude Viva pode passar de cá para lá em uma coisa de tráfico de influências e não atender àquilo que precisamos que seja atendido.

Então, eu queria trazer essa dimensão do racismo institucional, onde as relações entre as pessoas, não importa em qual campo, se dão de tal maneira que, depois, o resultado é: a gente não entende por que a política não está funcionando.

Eu quero trazer também a questão da Lei nº 10.639. Os companheiros falaram muito sobre isso. Se a gente fizer hoje um balanço da implementação da Lei nº 10.639, a gente pode observar que os mais vultosos recursos não foram para as organizações do movimento negro, em diferentes partes do País, que criaram essa política.

Por que estou trazendo essa questão? Acho importante a gente pensar sobre a questão do racismo institucional e pensar um balanço das políticas que podem influenciar esse quadro, conforme a gente observou nas falas anteriores.

Então, eu quero já engatar trazendo a questão da branquitude. Eu sou uma pessoa que estudou, que trabalhou com isso, que foca muito isso quando estou trabalhando o racismo institucional.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Não, eu espero. É porque, quando falam do meu lado, tenho dificuldade. Eu me desconcentro.

Então, queria trazer essa questão da branquitude como uma questão importante. Se a equipe que está trabalhando com esse tema são pessoas brancas, que estão, vamos dizer, no protagonismo principal, há a importância de se trazerem especialistas negros não só agora, neste momento, mas, principalmente, na fase de feita, elaboração, concepção dos relatórios.

Eu quero discutir que branquitude não é transparência. Branquitude é um posicionamento político ideológico, assim como negritude, assim como masculinidade. Por mais sensíveis que sejam as pessoas, é de fundamental importância – estou falando para o Leandro, estou falando para a Lídice, estou falando para as pessoas que estão na frente desse processo –, como é fundamental que especialistas negros estejam durante todo o processo, trabalhando até o relatório final.

Eu queria destacar algumas coisas: primeiro, a importância de se reconhecer a violência da brutalidade que a gente está vivendo com jovens negros hoje. E há alguns conceitos como esse de transição da justiça, que diz o seguinte: em algumas situações que sociedades viveram de grande violência, alguns pontos, alguns caminhos têm que ser seguidos em situações como essa. E a gente tem que se perguntar, como o Frei David estava perguntando, o que está acontecendo, quando 6%, 8% dos casos não foram para frente, não foram investigados.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – São 92% arquivados.

A SRª MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Então, esse conceito de justiça em transição para as sociedades que estão vivendo situações de muita violência nos diz o seguinte: que o Estado tem que investigar e punir, tem que revelar a verdade, tem que oferecer reparação, reformar as instituições e afastar os violadores.

Eu entendo que esses quatro pontos o Estado brasileiro tem que seguir e nós temos que exigir isso. Nós temos um Judiciário! Neste caso específico da juventude negra é tão grave a omissão desses 8%! É muito delicado. É algo que, vamos dizer, a sociedade civil precisa pressionar cada vez mais. Pensar a questão das mulheres negras, as mães, os parentes das vítimas, as comunidades, eu acho que tem que ter uma reparação mesmo.

E, trazendo um pouco também, novamente, o que o Frei David trouxe, a gente tem trabalhado, pelo Conselho Federal de Psicologia, em um grande programa chamado Clínica do Testemunho, um programa psicossocial que trabalha com os familiares e as vítimas da ditadura, de tortura. É um sistema que você pode ter no País inteiro, porque não é só o acolhimento da dor, mas, naquele espaço em que as mães se reúnem, muitas coisas são discutidas. E hoje o Conselho Federal de Psicologia está fazendo isso em São Paulo e no Rio de Janeiro, com profissionais e instituições sérias. A gente quer fazer isso com as mães de Maio, mães de Jacaré, mães de Osasco, mães, enfim, dos jovens que foram assassinados. Então, a reparação é parte importante desse processo pelo Estado e pelas instituições da sociedade civil.

Eu queria destacar que São Paulo e cidades do Nordeste são lugares aonde a CPI precisa ir. Há lugares do Nordeste, como Alagoas e Recife, onde jovens negros são oito vezes mais assassinados do que brancos. Em Recife, são onze vezes mais. Então, a gente precisa que a CPI vá a esses lugares. Como a gente encontra força na sociedade civil? São lugares onde há movimento negro vivo. A gente pode articular isso.

Agora, São Paulo, sem dúvida nenhuma, é onde a gente tem tido recorrentes chacinas, onde a gente tem tido denúncias de dados que estão sendo maquiados. Nós tivemos, recentemente, o assassinato, a chacina de uma testemunha. Lembra-se disso, Frei? E é o Estado que, numericamente, tem mais negros no Brasil. Então, a gente precisa que a CPI vá para São Paulo, ouça São Paulo.

Eu gostaria de finalizar dizendo que acho importante que a gente pense como criar um fórum permanente de acompanhamento, de monitoramento. A gente teve tantas CPIs... Eu sei que isso não vai acontecer. Mas, para que uma CPI não se acabe em pizza, como uma CPI pode, até o final, assegurar, vamos dizer, a seriedade que a gente vem observando? Uma Mesa como esta e como a que nos antecedeu que têm pessoas vivenciando a situação – eu espero. Até perguntei para a equipe – acho que para o Leandro –: as mães de Maio, as mães de Jacaré têm sido ouvidas? Quer dizer, se a CPI está ganhando esse grau de seriedade – espero que isso vá

até o final; insisto nisso –, quer dizer, quem faz o relatório, a equipe, precisa ter a presença de pessoas com experiência até o final, com o pé na estrada – não é só experiência, mas experiência de viver essas questões. E um fórum que possa monitorar esse processo durante e depois da CPI, os seus desdobramentos, um fórum da sociedade civil e dos órgãos do Judiciários, que possam acompanhar a implementação e o monitoramento das políticas que a gente entende que, em algum momento, vão ser geradas para mudar essa situação de extermínio da juventude negra.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi Cida Bento, da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Parabéns pela palestra!

Agora, passamos para o Sr. Hélio Santos, do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá.

O SR. HÉLIO SANTOS – Boa tarde!

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, nesta quebra, Senador Paim, da indiferença, da invisibilidade e da inercialidade que este tema sempre teve. É necessário externalizá-lo, mostrá-lo.

Eu queria falar um pouco, acho que não preciso denunciar esse escândalo internacional, eu vou tentar caminhar um pouco no sentido de pensar algumas coisas para esta CPI importante, no sentido de pensar políticas públicas, que ainda não foram implementadas no Brasil em relação a esse tema.

A questão racial no Brasil – V. Exª sabe, Senador Paim – se dá num quadro um pouco sofisticado, mesmo apesar de, já nos anos 70, nós já tínhamos Nelson do Valle Silva e Rosenbaum calculando o preço que um engenheiro pagava por ser negro no Rio ou em São Paulo, nós já quantificávamos o racismo. Apesar disso, apesar de três estudos mais recentes importantes que escancaram isso: um é o Relatório Anual das Desigualdades Raciais, feito pelo Prof. Marcelo Paixão, que trabalha com seis vetores: taxa de morbimortalidade, acesso à saúde, enfim, já é um estudo tradicional. Um outro estudo do Ipea, coordenado pelo Dr. Mário Theodoro, que está presente, quando completou-se 120 anos da Abolição. Esse é um estudo referente que escancara isso e também o PNUD 2005. Ou seja, a Comissão tem nesses três materiais dados de sobra. Todos eles apontam à necessidade de se pensar um modelo de desenvolvimento que considere a questão racial.

Nós temos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ), que é de 2014, e mostra que, dados de 2012, cerca de 23 mil jovens negros morrem por ano. Isso dá um média diária de 63 pessoas. Morreram 63 ontem; hoje, quando fechar meia-noite, 63 terão morrido, e amanhã mais 63, e sempre. Em dez anos, 23 mil por ano, nós temos 230 mil mortes. Não é necessário ser um demógrafo para entender o impacto, homens jovens que não procriaram e que deverão procriar, o impacto disso nas curvas de população. Então, o conceito de genocídio, ele faz sentido sim. Ele é necessário porque é o que acontece.

Celso Furtado, que é uma referência importante na minha geração, diz que todo brasileiro, toda brasileira deveria perguntar a si mesmo, por que o nosso desenvolvimento se deu de uma maneira tão injusta, tão desigual? Ele insiste. E mais adiante, nessa entrevista que ele deu pouco antes de morrer ele disse: “Eu não sei a resposta”. Interessante, instigante, porque Celso Furtado para mim é o precursor das ações afirmativas. Ele foi o primeiro a dizer: “Olha, não pode tratar todas as regiões igualmente”.

Isso é apenas para mostrar que um homem progressista, um dos maiores intelectuais deste País, que este teve, referência da minha geração na Academia, ele próprio não conseguiu ver. Quer dizer, ele cuidou do Nordeste entendendo que o Nordeste tinha que ter um tratamento diferenciado e não viu quem estava dentro, que é a população negra.

Então, eu penso que Celso Furtado, essa referência, diz que o Brasil não experimentou desenvolvimento, mas apenas se modernizou parcialmente. Ele é, sem dúvida alguma, na minha avaliação, o precursor, a pessoa que pensou em tratamento diferenciado.

A preocupação do Governo Federal, Senador Paim, não foi capaz de proporcionar políticas públicas que deem conta de reduzir essa chaga. São políticas heterodoxas, que fogem dos padrões que a Academia gosta tanto: universalismo e focalismo. Universalismo, que se pensam políticas amplas, e Focalismo, políticas focalizadas.

Eu penso que, aqui, nós temos que universalizar com foco. Pensar em políticas que dizem respeito a toda a sociedade, como saúde, educação, habitação, geração de renda, mas com foco em determinadas situações.

Os jovens que morrem precocemente não vêm de Netuno, eles vêm de um tipo específico de família, que eu chamo de família de risco. Diversas são as mazelas que oneram a família negra brasileira: a pobreza endêmica, que grassa sobre ela, é uma das mais severas. Os subprodutos da pobreza: autoestima rebaixada, falta de instrução, saúde precária, violência, uso de droga barata, perspectivas de gravidez precoce, tudo aquilo que degenera o grupo familiar.

Quais são as características dessa família de risco? Uma delas são famílias dirigidas por mulheres. Essa é a principal característica. Outra: parte significativa dessa família é formada por crianças e jovens, o nível de

instrução é baixo, os integrantes dessas famílias estão desempregados ou subempregados e vivem em regiões precárias: submoradias, favelas.

Então, esse universalismo precário que o Brasil sempre adotou foi incapaz de reduzir essas iniquidades. Não é razoável que mulheres precocemente envelhecidas, com proles imensas, tenham que dar conta de famílias carentes de tudo.

E reparem que nós tivemos dois espaços importantes: a Secretaria de Políticas para Mulheres e a SEPPIR.

A mulher negra perdeu duas vezes nessa reforma ministerial terrível, que abalou toda a minha geração e várias pessoas da minha geração. Eu fiquei um mês fora do meu *blog*. Cida, são 30 anos de um grupo lutando. E as mulheres negras, que também são feministas, essas então ainda mais, porque elas perderam duplamente, pois ajudaram nessa construção e se perdeu. Isso também mostra que esse *status* de ministério é muito importante para que se possa pensar políticas. Na verdade, trata-se de proteger o nosso futuro. Então, eu o denomino, na falta de outro nome, Paifar – Programa de Apoio Integral à Família de Risco. Um programa como esse, ele trafega, Senador, na contramão do que sempre foi feito, pensar em política de apoio integral à família de risco.

Eu queria também pensar nos cinco vetores que devem ser trabalhados: saúde física e mental, capacitação profissional, educação, geração de renda, cultura e esporte, e tem que ser também política integrada. O Governo Federal não pode perder de vista os 27 Estados e mais 5.600 Municípios. São políticas de Estado de máxima urgência.

Eu vi, por exemplo, o Senador falando de São Paulo. Eu não posso me esquecer: em 1984, eu visitando o comandante da Polícia Militar... Frei Davi, o problema é institucional. Quer dizer, os Estados que estão numa posição pior, são do Nordeste, como a Paraíba. A Bahia, há mais de 8 anos, é governada pelo PT e isso não mudou nada! Não mudou por que é institucional! É institucional! Portanto, isso mostra... Eu considero a democratização brasileira, Senador Paim, parcial.

Em 1986, na Comissão Arinos, que discutiu um modelo da Constituição, eu instiguei, estimei o jurista Saulo Ramos, que mais tarde foi Ministro da Justiça do Governo Sarney, e nós propusemos, naquele modelo constitucional, as polícias passarem a ser uma coisa una. Hoje, sinceramente, eu não sei se é isso. Eu não sei se é isso. Pede-se que nós somemos a Polícia Civil à Polícia Militar, mas a Álgebra ensina que quando você une duas categorias negativas, você resulta uma coisa pior.

Eu não posso me esquecer que, em 1978, quando se criou o MNU, foi com base no assassinato de um jovem feirante pela Polícia Civil, que foi seviciado numa delegacia em São Paulo.

Então, é lógico que a Polícia Militar por trabalhar com o policiamento ostensivo...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO SANTOS – Eu quero fechar; mais um minuto.

Enfrentar um racista é sempre um problema, mas enfrentar um racista armado, isso torna tudo muito mais difícil.

O Brasil tem que entender que tem que investir.

A juventude masculina negra... O Brasil investe naqueles que têm vocação para o futebol. Quando eu vejo o capitão do Paris Saint-Germain, vou lembrar o nome dele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO SANTOS – ...Thiago Silva. Todos os colegas de infância dele, quase todos morreram. Ele vem de uma região conflagrada do Rio. O que leva um brasileiro da periferia do Rio ser capitão de um dos times de futebol mais sofisticados do mundo? Mas, se ele não tivesse habilitação para o futebol, a mãe dele iria dizer: “Olha, você não vai ser cobrador de ônibus como o seu irmão”. O Brasil investe em homens negros, se eles têm talento para o futebol. O Ronaldo Fenômeno ficou um ano na Toca da Raposa se alimentando, tinha uma nutricionista, comendo e treinando.

Este jovem, com 18 anos, vai para a Holanda e, em cinco anos, fala, além do português, o holandês, o espanhol, o italiano. Volta muito rico e diz – isso pelo menos ele não precisará dizer –: “Eu passei fome, eu sei o que é isso.” Investiu na Cidade de Deus, construiu uma... É lógico que ele não é um ativista. Os jogadores de futebol, os artistas, os negros de projeção no Brasil não são ativistas. Mas a verdade é que o Brasil perde talento de todo tipo. Portanto, uma política de apoio integral à família de risco é importante e outro tipo também de ação afirmativa, Cida, que são políticas afirmativas localizadas.

Como nós sabemos onde os negros estão? Temos que identificar essas regiões. O BNDES permite hoje, por um simples programa, identificar regiões conflagradas, em que se pode dizer que ali só há negro; ali não há negro. É preciso invadir essas regiões não com a polícia, mas com políticas transversalizadas: saúde, educação e muita coisa na área de esporte e também na área da cultura.

O que importa é que nós temos que investir hoje nessas famílias para os jovens que estão na adolescência e na pré-adolescência. A ideia é que nós possamos, daqui a cinco, seis anos, dependendo dos resultados desta CPI, mudar isso. Mas, com a inercialidade dessas mortes, não terminamos: hoje, quando der meia-noite, 63 homens negros terão morrido de forma violenta no Brasil.

O importante é entender que os governos não dão conta, os governadores são reféns das PMs. Quem não se lembra de Antonio Anastasia, Jaques Wagner, Sérgio Cabral acuados pelas suas polícias militares? Portanto, a questão da Polícia Militar é uma delas, mas, sozinha, ela não explica, porque há grande mortalidade de outra forma; só com investimento desse tipo.

Eu corri, porque é necessário correr, mas quero agradecer esta oportunidade.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o grande líder Hélio Santos, que é uma referência para todos nós.

Meus cumprimentos pela palestra.

Agora Zélia Amador, que é da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros.

Vamos lá, Dr^a Zélia.

A SR^a ZÉLIA AMADOR DE DEUS – Boa noite a todas e todos!

Eu queria saudar o Senador e dizer que é de grande importância a gente estar aqui discutindo, a CPI, estar ouvindo quem está no ativismo, quem milita no Movimento Negro, quem está trabalhando há algum tempo nesse processo de democratização da sociedade brasileira. Eu acho que o Movimento Negro, ao longo do tempo, tem sido muito generoso com esta sociedade, que lhe é muito hostil. A sociedade é hostil, mas, apesar da hostilidade, o Movimento Negro tem respondido com grande generosidade, lutando para que esta sociedade deixe de ser hostil e seja, de fato, uma sociedade democrática, em que todos possamos viver bem.

Então, a gente pode começar pensando nessa questão do genocídio da população negra que, para nós do Movimento Negro não é extermínio, é genocídio mesmo; para nós do Movimento Negro isso tem a ver com toda uma história que vem sendo acumulado nesta sociedade. É um território que viveu 400 anos de escravidão; um território que espoliou a população negra sempre, e, nos 127 anos de abolição, não se deu por conta que os males feitos a essa população precisam ser reparados. E esses males, se não reparados, porque os males são tantos, as mazelas são tantas, e esses males, portanto, precisam ser reparados.

Quando a gente luta por políticas de ação afirmativa, as políticas de ação afirmativa são formas de reparação desses males, são estratégias, de fato, de reparação desses males. E uma das estratégias – há outras – são as políticas de ação afirmativa, são essas estratégias.

Ora, há uma sociedade, uma Nação, a Nação brasileira, que nasce sob a égide do racismo e, portanto, as instituições dessa Nação são todas eivadas de racismo; o racismo passa por dentro dessas instituições; a própria formação de nacionalidade brasileira foi uma formação feita por meio do racismo. Basta a gente ver, por exemplo, a literatura, como elemento de formação da nacionalidade.

Esta Nação nasce em 1822, e o movimento literário é o romantismo. E o que acontece no romantismo? Cria-se um herói indianista, que é a representação do Brasil, e o negro, que é a maioria da população na sociedade à época, se esconde-se e é tirado de cena.

Quer violência maior do que essa? Aquele de quem é utilizada a força de trabalho para construir os ciclos econômicos, aquele que é a maioria da população fica de fora do processo de formação da nacionalidade. E, quando é colocado, é colocado como uma degeneração, é colocado como uma aberração, algo que vem para minar, para sujar aquilo que poderia ser limpo, que é a sociedade branca, tanto que, quando você vai pegar a literatura do início de Nação brasileira, você vai ver que a defesa do fim da escravidão não é para redimir os africanos escravizados, não é para isso; a defesa do fim da escravidão é para modernizar a economia do País, é para isso. A defesa do fim da escravidão ocorre, porque a escravidão é um atraso econômico. Não é pela desumanidade que ela traz para aqueles que são escravizados – não é por isso! Então, está lá na raiz.

Por isso a violência contra a população negra e contra a juventude negra é estrutural. Ela faz parte do nosso imaginário. Por isso essa sociedade fica tão quieta quando tantos jovens morrem. Ela acha que é normal, ela tolera. A sociedade tolera. O Estado constituído tolera. Ora, só um exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial. Essa é uma sociedade que acha que os negros não são sujeitos de direitos. Por isso, o Estatuto da Igualdade Racial levou tanto tempo para ser aprovado, e, quando é aprovado, é mutilado e tem que sair conforme as cabeças brancas querem que ele saia. É como se fosse sempre uma dívida do branco conosco, só permito aquilo que eu quero, aquilo que é possível.

Então, na verdade, o que a gente está vendo, essa violência estrutural, essa violência que precisa – e acho que esta CPI tem que apontar para isso – para a necessidade de políticas públicas... O Hélio já apontou, e

eu acho que são muito importantes políticas públicas específicas para resolver essa questão. Mas, ao mesmo tempo, também esta CPI tem que apontar para que, por exemplo, políticas públicas da educação, para que a educação seja descolonizadora, porque a educação neste País não é uma educação para libertar as pessoas da opressão e para libertar os negros da opressão.

Continua sendo uma educação colonizadora, uma educação que embranquece, por isso, a gente tem a LDB alterada pela Lei nº 10.639, de 2003, e pela Lei nº 11.645, de 2008, exatamente, para tentar descolonizar a educação.

O trabalho é muito grande, mas eu acho que esta CPI pode apontar para isso. Esta CPI tem que dizer que todas as políticas que se voltem para a juventude têm que ter uma abordagem racial. A rigor, todas as políticas públicas neste País tem que ter abordagem racial e tem que ter abordagem racial, porque a suposta política universal não tem alcançado, não tem tido eficiência no sentido de alcançar a população negra.

E nessa linha o que está em jogo quando é a juventude que morre para além do genocídio, para além da limpeza étnica? O que está em jogo é o futuro, é o futuro que está em jogo. Para além disso, é o futuro que está em jogo e o futuro desta sociedade e não só o futuro dos negros, o futuro também de quem não é negro.

Essa é uma sociedade patológica, essa é uma sociedade doente, uma sociedade em que mais da metade se pensa, tudo é voltado no cotidiano para fazer com que mais da metade dessa população se sinta inferior e a outra parte se acha, se sinta superior, acha que pode tudo, acha que, inclusive, que está acima da lei.

Então, acho que esta CPI tem que apontar para isto: para a patologia dessa sociedade, dessa sociedade que tolera que a gente jogue talentos no lixo, dessa sociedade que tolera que jovens negros sejam vítimas cotidianas da violência, dessa sociedade que cala quando sabe que as grandes vítimas dessa violência são mulheres negras que sofrem, que sofrem a dor da morte de seus filhos.

Essa sociedade acha normal, sempre foi assim. Essa é a sociedade que eu herdei de meus pais, que eles, por sua vez, herdaram dos seus pais, meus avós, que, por sua vez, herdaram dos meus bisavós.

Então, a gente vai tolerando, a gente vai aguentando, achando que tudo é normal e deixando que essas coisas aconteçam na nossa frente. Essa questão da violência, a violência contra a juventude negra é uma violência estrutural, é uma violência que tem raízes na escravidão, que a gente não conseguiu superar e não conseguiu superar, porque achamos que é normal, porque toleramos, porque não achamos que o negro é sujeito de direito, não achamos que a gente é capaz de chorar essa morte. Então, quem chora são negros, negros que choram a morte. Não mexe com mais ninguém da sociedade.

Então, essa história, por exemplo, da droga, de dizer, de criar todo um imaginário de que matando negro está livrando a sociedade da droga. Ora, a droga é um dos crimes mais lucrativos do mundo e, com certeza, um dos crimes mais lucrativos do mundo não passa pela mão da população negra. A população negra também é vítima desse crime.

Então, esta CPI tem que pensar nessas coisas e tem que pensar em ter políticas públicas que atinjam diretamente o foco. Não podem ser políticas que fiquem longe do foco. Todas as políticas têm que ter uma abordagem racial muito clara, e elas têm que atingir o foco. Só assim a gente pode ter sucesso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Zélia Amador, da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros.

Toda vez que vejo Mário Theodoro no plenário, eu acabo dando a palavra para ele também como convidado. Disse-me o Frei Davi que o Caio também é técnico em políticas públicas do DF. É isso?

Então, se ambos quiserem usar o tempo de cinco minutos.

Naturalmente, vou olhar para as três mulheres à nossa direita, e se uma delas quiser usar da palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então já está escalada.

Por favor, Mário Theodoro. Em seguida...

O SR. MARIO LISBOA THEODORO – Obrigado, Senador.

Fico muito honrado de poder fazer algumas observações sobre essas duas Mesas, que, para mim, são Mesas muito caras. São Mesas que eu escuto sempre com muita parcimônia. Essas Mesas sempre têm alguma coisa para enriquecer o nosso conhecimento com relação à questão racial.

São pessoas, todas elas que aqui falaram, por quem eu tenho um respeito intelectual muito grande. São minhas fontes de consulta. E desse ponto de vista eu estava muito satisfeito de estar ouvindo, e aqui para mim é ser um prazer ouvir Cida, Zélia, Hélio, Frei Davi, Jorge Arruda, Marcos Resende, Ivanir. Enfim, de todos que por aqui passaram eu gosto muito.

Mas eu queria fazer justamente uma observação com relação ao que foi falado de maneira geral. É um ponto recorrente: tratar o tema da violência como um dos subprodutos de uma questão maior que a questão do racismo no Brasil. O racismo como ideologia, que está colocada, que está vivenciada pela sociedade brasileira e que, ao mesmo tempo, o racismo dá a forma e o conteúdo da nossa desigualdade. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. E, mais do que isso: a economia diz que quando a gente crescer acabamos com a desigualdade. Nós conseguimos crescer, e muito, sem acabar com a desigualdade, não é Prof. Hélio? Ao contrário. O nosso crescimento é um crescimento com exclusão. É um crescimento que se dá produzindo desigualdade.

Esse enigma do Brasil, esse paradoxo brasileiro só se explica introduzindo-se a questão racial. Talvez o Prof. Celso Furtado, nosso decano e nosso grande economista, não tenha tido essa percepção, que para nós hoje é muito evidente. Só se explica um País desse tamanho, com uma economia desse tamanho, com uma pujança e um crescimento desse tamanho sem distribuir, ao contrário, gerando pobreza mesmo no momento em que cresce, quando a gente entende a força e a centralidade do racismo no Brasil.

Então, eu até convido meus amigos, fico, às vezes, conversando com colegas na universidade, dizendo que o racismo tinha que ser estudado por todos os setores, por todos os segmentos das ciências sociais, porque estrutura o Brasil. Não levar em consideração racismo no Brasil significa que a gente não está entendendo nada do que está acontecendo ou que estamos entendendo muito pouco.

Então, eu queria com isso só saudar mais uma vez na Mesa, falar da satisfação que é estar aqui ouvindo todos os meus colegas, sorvendo de novo sempre essa grande qualidade de informação e de reflexão que se tem.

É uma satisfação muito grande tê-los aqui.

Muito brigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é Mário Theodoro. Por isso ele é o número um na consultoria do Senado.

Eu vou passar a palavra agora a Vanda de Souza Vieira, do Movimento Negro Unificado do Espírito Santo. Vanda de Souza Vieira.

A SRª VANDA DE SOUZA VIEIRA – Eu sou uma carioca que está há 12 anos no Estado do Espírito Santo.

Quero, primeiro, falar da minha alegria em rever Cida, Hélio, Mário Teodoro, enfim, Ivanir, que já saiu, Frei David, e novamente reafirmar a nossa militância na luta contra o racismo, porque efetivamente é isso que fazemos o tempo inteiro e é isso que, pelo visto, vamos fazer por muito tempo mais. Infelizmente, as boas notícias que Frei David nos traz não são suficientes para que possamos descansar um pouco.

Quero dizer que ouvi aqui algumas situações. Moro em um Estado que mais mata mulher, que mais mata jovem negro, que mais mata o segmento LGBT, que encontrou um helicóptero com quase 500 quilos de cocaína e essas pessoas estão todas soltas. Daqui a pouco, é capaz até de a cocaína ser liberada, para ser vendida.

Também cometeu a mesma coisa que aconteceu no Rio de Janeiro, matou um jovem negro no meio da rua, um jovem doente mental, de periferia, sob a alegação de que ele havia tentado estuprar uma jovem, o que já foi comprovado que... Mas mesmo que tivesse acontecido isso, porque também é este o ponto, todos aqueles que matam dentro de uma situação de violência também devem ser exterminados? Se é isso, para que servem as leis? Se é isso, para que servem as prisões? Se instituímos e se alimentamos, fortalecemos, não nos posicionamos contrários quando acontecem crimes dessa natureza, como militante do Movimento Negro Unificado, como bem lembrado aqui pelo Prof. Hélio Santos, esta é uma entidade que sempre esteve à frente. Fomos, com certeza, das entidades, a primeira a falar sobre genocídio da juventude negra. Atualmente, esta bandeira do extermínio contra a juventude negra é encaminhada por um companheiro da ex-militante do MNU da Bahia. Agora, com a bandeira do feriado nacional de 20 novembro, resgatando a figura de Lélia, sempre, 21 anos sem Lélia Gonzalez, uma grande militante do Movimento Negro, uma grande militante responsável por trabalhar o feminismo negro de forma internacional.

Quero dizer que há uma coisa que me incomoda profundamente como educadora, sou das Letras e da Filosofia, que é o “cumpra-se”. Nós nunca tivemos, nas bandeiras voltadas para o enfrentamento ao racismo, o “cumpra-se”. Tivemos isso na Lei Maria da Penha.

Como se faz a lei pegar? Essa foi uma discussão que as mulheres fizeram em relação à Lei Maria da Penha. E a própria Secretaria de Política para as Mulheres teve uma ação nesse sentido e, mais do que isso, várias outras legislações complementares para dar conta de todas as questões que foram surgindo posteriores à criação da Lei Maria da Penha, até chegar atualmente ao feminicídio.

Não temos isso. Nunca tivemos isso. Não temos uma campanha pelo “cumpra-se”, pelo cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial, pelo cumprimento da Lei do Racismo, pelo cumprimento do ECA, que nos interessa, nós somos responsáveis para que o ECA... Porque é a nossa juventude que é atingida por ele, e nunca tivemos isso. Temos várias outras ações, mas elas estão todas soltas, elas nunca ficam concentradas de uma determinada maneira para que falemos nelas seguidamente, para lembrar às pessoas que elas existem, que

elas precisam ser cumpridas. E estamos findando a década dos afrodescendentes sem efetivamente conseguir mostrar mudanças de número, como houve na década da mulher, de 1975 a 1985. Vamos fechar a década do afrodescendente sem...Vamos fechar não, estamos iniciando, mas, enfim, se não conseguirmos, na verdade, fazer uma cobrança disso, se a nossa preocupação for sempre com as novas leis, eu me pergunto se efetivamente vamos conseguir chegar a algum lugar, principalmente do ponto de vista educacional, porque educação neste País, desde o seu início, uma educação positivista, uma educação que sempre viu os pobres, na verdade, para usos eleitorais, e tem sido assim. Depois, uma educação tecnicista que permanece, uma visão de educação tecnicista de que o pobre tem que trabalhar, tem que ter profissão.

Além de aprendizagem profissional, trabalho com correção de monografia, portanto, esses temas aparecem na minha frente semanalmente, as pessoas estão estudando, querem respostas e não estão conseguindo respostas efetivas para esses temas.

Uma proposta que eu gostaria de deixar aqui, como militante do MNU, é que precisamos, na verdade, nos juntarmos muito rapidamente para o “cumpra-se” de todas as leis que estão relacionadas a nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Antes de encerrarmos, passaremos a palavra a Silva de Mendonça, do Movimento Unificado do Rio de Janeiro, e, depois, para o Caio.

A SRª SILVA DE MENDONÇA – Como o senhor disse, quero externar o meu prazer de estar participando, de uma forma espontânea, desta CPI. Mais recentemente, estive no Rio de Janeiro, na OAB, a convite do Senador Lindbergh, ouvindo as mães dos jovens negros que foram assassinados na cidade do Rio de Janeiro.

Quero tomar a bênção, para mim isso é muito importante, às mais velhas e aos mais velhos, e dar uma boa-noite às mulheres e aos homens, nesta plenária, que deveria estar lotada, mas não cabe a mim aqui fazer essa avaliação.

Nasci e vivo em Duque de Caxias, Senador, com uma história de militância. Duque de Caxias é uma cidade da Baixada Fluminense, o segundo PIB do Estado do Rio de Janeiro, com uma população que não chega a um milhão de habitantes, ficando atrás da cidade do Rio de Janeiro com quase sete milhões de habitantes; o oitavo, décimo PIB deste País, mulher negra que sou com profundo pesar e tristeza. Não é um discurso sofrível, mas com uma realidade que não é diferente das outras mulheres e mães.

Nessa CPI, no Rio, ouvimos as mulheres na cidade do Rio de Janeiro, mas cada uma de nós tem alguma história, neste País, de perda e de distanciamento dos nossos jovens.

Tive o desprazer de, há sete anos, não eu particularmente, mas quem sofre muito é sua mãe, a Vivian, que perdeu o meu sobrinho, com 22 anos, sem o corpo para enterrar. Um menino que tinha passado por uma experiência extremamente negativa de roubo de carros e que aceitou retomar o seu caminho; e nós, familiares, acompanhamos esse processo, mas não sabemos exatamente quem... E acompanhamos até hoje, sem resultado, o corpo desse jovem, Luiz Henrique de Jesus Mendonça, para que fosse, no mínimo, sepultado.

Sou uma privilegiada por estar aqui hoje e até estar na militância, porque me dói profundamente ver os rostos e os sofrimentos e as dores e as angústias das mulheres negras que, quando não perdem os seus filhos, ficam desoladas ao verem os adolescentes negros deste País.

O senhor não tem ideia, Senador, Frei Davi, Cida, Zélia, Hélio, e todos que estão aqui, como me dói olhar um jovem neste País! E o que me vem à cabeça é pedir a Deus, aos ancestrais, aos santos, aos guias, que protejam aqueles jovens, porque o Estado não nos dá essa resposta – é dor mesmo! –, para que cheguem nas suas casas de alguma forma vivos e bem.

Não consigo mais viver numa militância e é isso que venho, sem que o Estado dê resposta quando a nossa companheira Cida fala em reparação, em reformular as instituições e praticar políticas públicas que não incluam, mas que façam com que essa juventude negra, empobrecida, principalmente, seja sujeito transformador da sua história.

Quando falei da cidade onde nasci, eu estava um dia, para finalizar, numa praça onde acontecia um *show* à noite, no mês de junho, um tempo frio, e apareceu um menino que aparentava uns dez anos, vendendo doces, balas, numa caixa e me disse que, na cidade onde ele morava, 52% revelaram-se negros ou pardos e, desses 52%, 49% mulheres eram chefes de família. Aquela criança estava ali vendendo as suas balas. Conversando com ela, entre outras coisas, ela me disse que gostaria de um dia aprender a tocar violino. Pensei e resolvi ajudar. Mas, como é um violino? É um violino pequeno que a gente põe no ombro, disse esse menino. Uma cidade tão rica sem um conservatório, uma escola de música... Eu acredito nesse processo transformador a partir da cultura, das artes, do envolvimento integral com a saúde dessas famílias, do refazer a sua identidade espiritual e afetiva, mas, principalmente, e é por isso que eu não vou desistir de militar, porque quero que essa sociedade negra, principalmente, amplie a sua unidade, refaça o seu conceito de consciência, construa com os Poderes e os Governos políticas públicas e, principalmente, assumam o poder.

Para finalizar, eu acho que a gente sempre precisa ter um momento lúdico. Por favor, dê-me mais dois minutos para que eu possa cantar:

Ave Mulher, cheia de graça, estamos juntas, bendita cada mulher.

Bendito fruto das tuas mãos, do teu trabalho, tua expressão.

Nem santa nem puta, mãe de todos os Deuses que povoam a terra e herdarão o Planeta.

Estamos juntas, transgressoras, hoje, aqui, agora, hora das nossas vidas.

Amém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu cheguei para ouvir a Silva cantar. O Senador Paulo Paim, a quem queremos agradecer muito, tem outro compromisso e precisa sair.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Silva, que surpresa! Você, de Caixias, cantando aqui. Eu não sabia que você estava aqui agora.

A SRª SILVA DE MENDONÇA – Viemos para a marcha.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Para a marcha de quarta-feira.

Passo a palavra ao Dr. Caio Marcelo, que é da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho... Desculpe-me, Caio, a letra está ruim, eu estou sem conseguir enxergar.

Com a palavra o Dr. Caio Marcelo.

O SR. CAIO MARCELO DE ABREU MACHADO VALENTE – Boa noite a todos!

Saúdo os nossos irmãos negros!

Primeiramente, queria dizer que toda a minha história para chegar até aqui, rapidamente falando, foi fazendo um projeto com a população de rua. Com esse projeto, andando por seis anos em locais vulneráveis, viajando pelo Brasil, pude perceber que mais de 70% são negros. Mas, por que será que é assim? Foi aí que comecei a estudar um pouco a história da África, quando tive a oportunidade, o prazer, de conhecer o Frei Davi, tive a oportunidade de me aprofundar nessa temática com ele. Depois, conheci o Dr. Mário, conheci várias pessoas que trazem uma energia que dá para contagiar outros.

Como resumo, essa luta política, que acaba que aquilo ali fica um trabalho de formiguinha, nas ruas, nas noites, nas madrugadas, acaba que a gente começou também a se aproximar um pouco da cultura urbana, se aproximar um pouco da questão da intolerância religiosa. Então, o pacote começou a crescer e, com esse crescimento, eu acabei virando conselheiro de direitos humanos pela população de rua, mas lá eu pude ver mais ainda a diversidade. Com isso, a gente pôde perceber o tanto que as coisas são debatidas, mas não são vocalizadas onde devem ser vocalizadas. Quando a gente tem, por exemplo, essa questão do genocídio da população negra, às vezes parece que são pessoas conversando com elas mesmas, e não tem uma vocalização. Então, a gente precisa fazer isso ressoar em ambientes e locais que realmente sejam lugares de decisão.

Quando a gente fala de cultura urbana – geralmente, a gente sabe que é a aba reta, é o bermudão –, quando a gente tem esse elemento como potencial criminoso, e quando a gente tem, mais ainda, para mostrar que é um jovem negro, isso eu acho que não cabe mais neste momento, em 2015. E esse papel que a gente discute tanto, da polícia... Eu sou nascido e criado no DF. A primeira coisa que a gente tentou fazer aqui no DF foi potencializar os grupos que existem nos locais vulneráveis, para que esses grupos fizessem a prevenção. A gente teve muitos relatos desses grupos estarem juntos e, por acaso, haver uma repressão, e essa repressão ser feita por quê? Porque não há um reconhecimento do comando com aquele grupo, que está ali para prevenção de crime e violência. Então, a gente começou esse trabalho em alguns locais. Já conseguimos algum avanço, mas essa sensibilização também é importante, a gente poder, primeiro, dizer para o Estado que aquele grupo que está ali naquela área vulnerável não está ali como criminoso ou como potencial criminoso. Ele está ali como prevenção. Isso é muito bacana, e a gente acaba aproximando os artistas, geralmente do *rap*, do *hip hop*, da cultura urbana. Essas pessoas conseguem vocalizar, nas áreas vulneráveis, até mesmo o próprio conhecimento, a cultura que lá não tem. É muito fácil eu pegar o carro, pegar uma viatura e passar, e ele já vai ficar em uma posição como se ele fosse o potencial criminoso, mas não é. Então, se a gente estimula o diálogo, o conhecimento, a gente consegue ter um avanço, como a gente está tendo.

Para não estender muito, o que a gente vê mesmo é a falta de oportunidade, é a questão de empoderar as pessoas, os jovens, para a questão do que é a juventude, do que vai ser amanhã o nosso adulto, o nosso idoso, e os que vêm antes também. A gente tem que potencializar esse processo, de descobrir quem somos nós e de dizer que a diferença brasileira não é diferença, é diversidade. Se as pessoas começarem a entender que isso tudo parte da diversidade, e não da diferença, a gente vai acabar com a intolerância, a gente vai acabar discutindo mais as questões fundamentais.

Essa fusão que houve no Distrito Federal... A Secretaria ficou com Desenvolvimento Social, Trabalho, Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Quem conduz essa Secretaria, o Secretário Adjunto, é o Carlos Alberto, que é um negro; o Subsecretário de Direitos Humanos é o Coracy, que é outro negro; Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo é outro negro; e da Mulher também é outro negro. É um espaço que a gente conseguiu construir dialogando, e que tem esse empoderamento. Eles mesmos falam: “A gente não é cota”. A gente está aqui como um comum para dizer que às vezes é muito chato ter esse estigma, de “eu estou ali naquela posição porque eu sou cota”. Esse é outro debate que a gente vai enfrentar, que a gente tem que enfrentar.

Para fechar, como eu sempre falo, falo na rua, falo em todo lugar, a grande frase do Malcolm X: “a criação mais perigosa do mundo é um homem sem nada a perder”.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Antes de encerrar, se alguém quiser fazer alguma complementação, eu queria dizer que, antes da elaboração do nosso relatório, a gente queria tomar a liberdade de fazer consultas aos senhores, que estiveram aqui neste debate de hoje também. Eu confesso, Frei Davi, que a gente começou com esta CPI e a gente sabia o absurdo de o Brasil ser o campeão mundial de homicídios. A gente conhecia as estatísticas que mostravam 2012, 56 mil assassinatos, mais de 50% de jovens, 77%, jovens negros das periferias.

Mas uma coisa é a gente saber dos números, outra coisa é a gente começar a rodar este País, conversar com as pessoas. Tivemos uma audiência no Rio de Janeiro, na sexta-feira, a Silvia estava lá, na audiência – sexta-feira, vão fazer 15 dias agora na próxima sexta –, uma audiência muito forte, porque a gente escutou os especialistas, as pessoas envolvidas, mas quando você coloca para falarem as mães das vítimas, mulheres conscientes de duas segregações que existem neste País com muita força, segregação de classe e de raça, porque aqui, nessa discussão, entram vários temas correlatos.

Essa política de guerra às drogas está matando nossa juventude. Eu digo aqui, nós temos a polícia que mais mata e a que mais morre também. Morreram, em 2013, 490 policiais, uma boa parte também de jovens negros, que estão lá, na polícia. É porque é uma política insana, que não resolve o problema das drogas, que cada vez mais é um problema de saúde pública, do Poder Público de estabelecer políticas de comunicação forte.

Agora, do jeito que está sendo feito, porque essa guerra às drogas também é seletiva no Território, porque, eu digo, tem traficante em Copacabana, tem traficante em Ipanema? Tem traficante, mas ninguém coloca um caveirão nas ruas de Copacabana para prender aqueles traficantes! (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, a política de guerra às drogas acontece de forma seletiva no Território, nas comunidades mais pobres.

Eu tenho visto coisas, por exemplo, a gente vê lá, no Rio de Janeiro agora, e houve uma decisão do Supremo, na semana passada, muito ruim nesse sentido, que é o tal do mandato de busca e apreensão coletivo, que é o seguinte, que é outra coisa. Se você imaginasse isso numa região de classe média alta do Rio de Janeiro, ninguém consegue entender, mas você dar um mandato de busca e apreensão em todo o Complexo da Maré é você oficializar aquela política conhecida como política pé na porta.

Agora, eu estou muito impressionado com os números e eu acho o seguinte, o meu medo no relatório, eu não quero errar, por isso, quero discutir, na questão ligada a esse debate racial, muito com os senhores aqui, para não errarmos nisso aqui, porque nós temos que, cada vez mais, é engraçado, a gente vê até em rodas de pessoas ditas de esquerda, esclarecidas, quando começam a dizer “não, o preconceito no Brasil não é tão... O preconceito racial...”

Eu estive numa roda de pessoas, numa conversa, esse final de semana, em que veio esse debate. Eu disse: “Mas como não?” E citei o caso do Rio de Janeiro, do episódio dos arrastões e, fruto daqueles arrastões, aquele grupo de pessoas que faziam ginástica numa academia de Copacabana, que saíram, numa espécie de justiceiros, pararam um ônibus da Zona Norte, que ia em direção à Zona Norte, entraram no ônibus e disseram assim: “Olha um ali”. O que é que era “um ali”? Era um jovem negro de 17, 18 anos, que teve que pular a janela, e foi pego e foi agredido. O mais grave é que depois foram descobrir, aquele jovem nem na praia tinha passado.

Mas aquilo era um fato de quê? Criminalizar, de cara, o jovem negro. E o mais grave é que a gente vê, infelizmente, uma parte da sociedade apoiar essas coisas.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – É a mídia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Apoiarem esse discurso, compreendem esse tipo de discurso, entendeu?

Eu acho que o nosso relatório aqui, Frei David, não pode errar em ser contundente em cima da questão do racismo. Inclusive estou pensando aqui em algumas medidas e falo, isso não é a Dilma, não é o Governo da Dilma, não é governo A, não é governo B, não é isso, mas eu acho que a gente tem que ter uma medida mais

dura, responsabilizando o Estado brasileiro. Tem que olhar para o mundo. Eu acho que as pessoas têm que sentir vergonha disso. Isso faz vergonha a tudo, isso passa pelos partidos, passa por tudo.

Nós estamos tendo um extermínio no Brasil. Esse é o fato. Nós temos que gritar para as pessoas. Sei que vai ter muita gente que vai achar ruim, mas nós temos que dizer. Só dessa forma, eu acho, que a gente pode aqui... É preciso ações emergenciais.

Então, a gente teve tanto avanço neste País em várias áreas, mas nessa a gente está preso ainda a padrões do passado, a uma polícia militarizada, distante da vida das pessoas, com uma prática de guerra. Essa política, essa lógica da militarização é formado para combater a guerra. Não tem conceito de policiamento comunitário, de policiamento de proximidade não sobrevive a esse tipo de organização policial que nós temos aqui no País.

Então, a reforma da Segurança Pública. Eu sou autor de uma PEC, a PEC 51, que fala de desmilitarização, carreira única, ciclo completo, porque também, Frei Davi, só no Brasil existe uma coisa: você tem uma polícia que faz o trabalho ostensivo e preventivo e uma outra Civil, que faz o trabalho de investigação. Isso só existe no Brasil. Toda polícia tem ciclo completo no mundo inteiro. O cara começa o trabalho e ele faz ali a investigação. Hoje, o que o policial militar pode fazer? Ele não pode fazer investigação. Sabe o que ele pode fazer só? Prisão em flagrante. Como só se pode fazer prisão em flagrante, você só consegue pegar aqueles crimes mais visíveis que estão ali. É o tráfico de drogas, inclusive essa legislação que foi aprovada em 2006 já se mostrou um grande absurdo, porque muita gente achava que essa legislação ia melhorar a situação, no entanto, nós triplicamos a população carcerária em relação aos casos de drogas. Das mulheres em especial. Algo em torno de 90% das mulheres nos presídios estão em cima de tráfico de drogas. Aí é muito difícil você distinguir o pequeno varejista do grande traficante e do consumidor, onde entra novamente o racismo, porque, se você pega um jovem de classe média com maconha, ele é usuário. Se você pega um jovem negro da periferia, ele é traficante. É assim que tem acontecido na prática. E a nossa população carcerária hoje é a terceira do mundo. E nós pegamos esses que estão metidos com drogas nesse estágio inicial e colocamos dentro desse presídio onde eles vão entrar em facções, onde a gente sabe como é grave a situação.

Eu queria, inclusive, alertar aos senhores e ao Frei David, de quem sou um admirador de longa data, que temos um debate sobre a redução da maioridade penal. E aqui no Senado, que sempre foi a Casa mais conservadora, mas a Câmara está tão esquisita que o Senado virou a Casa mais progressista do Brasil. É aqui que a gente tem barrado. Foi aqui que nós barramos o financiamento empresarial. Na Câmara, eles aprovaram. E aqui a gente derrotou. Então, aqui, em relação à maioridade penal, nós temos maioria para impedir que passe. Mas... (*Palmas.*)

Aqui não passará. Agora eu tenho uma preocupação, porque passou no Senado um outro projeto que eu considero... Esse dia eu saí daqui arrasado do Senado, porque nós fizemos, eu e a Senadora Lídice, na verdade, eu e Lídice, começamos o contraponto desse debate, mas aumentaram o tempo de internação no ECA de três para 10 anos, Frei David. Isso vai para a Câmara. E a gente tem que mexer lá, porque isso é absurdo. Quem conhece esses institutos socioeducacionais nos Estados, na sua realidade, sabe que aqui não reabilita ninguém, do jeito que está. Pelo contrário. São máquinas de moer gente, de destruir sonhos e esperanças. Então, estou fazendo um apelo aos senhores, Frei, tem que se movimentar lá na Câmara dos Deputados para que essa loucura não prospere. É uma loucura. Sem uma base, sem nenhum estudo. Daqui veio como se fosse uma alternativa a redução da maioridade penal. Não é.

Para quem chegou atrasado, como eu cheguei, já estou falando até demais.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Devia completar falando isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Frei David está falando aqui de uma audiência pública, no dia 8 de dezembro, às 9 horas, redução da maioridade penal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É verdade. O convidado principal será o Desembargador Paulo Rangel, autor do único livro brasileiro sobre esse tema. Então, está marcado para o próximo dia 8 de dezembro, dia do meu aniversário.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Seu aniversário?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Meu aniversário, 8 de dezembro.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Estará conosco aqui?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Estarei.

Eu pergunto alguém ainda tenha alguma coisa a falar. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO SANTOS – Eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou passar a palavra ao Dr. Hélio Santos e, depois, para o Frei David.

O SR. HÉLIO SANTOS – Prezado Senador Lindbergh Farias, eu, na minha fala, não deixei de cumprimentar e de louvar esta Mesa, uma Mesa com as Dr^{as} Zélia Amador de Deus, Cida Bento e Frei David, representa o que nós temos de melhor no movimento negro brasileiro. Então, estar aqui é realmente privilégio.

O senhor deu o número correto, Senador: 77%. São dados de 2012. E isso representa 23 mil jovens negros mortos por ano. Então, o senhor traz o número certo: são 63, dia sim dia sim, como se diz em Minas. Então, isso é uma coisa que realmente desfalca o Brasil.

Mas, apenas para complementar o que não pude dizer na minha primeira intervenção: nós tivemos eleições gerais no ano passado e esse tema não veio com a força que demanda. A verdade é que o Estado brasileiro, como o senhor também falou e como antes também foi dito, não se esmerou em políticas que zelam pelo seu futuro.

E, aqui, a sua fala Zélia, bem como as das companheiras que se manifestaram, dão conta da ausência desse zelo. Todo esse esforço aqui é para que esse menino de 10 anos, que quer estudar violino, não seja um forte candidato a ser exterminado, porque, hoje, na rua, à noite, vendendo bala, ele é um grande candidato a isso. Então, o nosso esforço é em relação a esse futuro.

Eu havia dito, antes de o senhor chegar, Senador, como o Brasil investe em homens negros com habilitação para o futebol. E quem joga bola, todo mundo que correu atrás de uma bola sabe que, para jogar futebol, é necessário senso de antecipação, velocidade de raciocínio, criatividade, enfim, tudo aquilo que caracteriza um gênio. E, portanto, quem joga bola poderia, também, cuidar de outras coisas.

Então, eu penso que essas políticas públicas... E nós temos de pensar, nesta CPI, Senador, em políticas públicas heterodoxas, diferenciadas do que foi feito até então.

O senhor falou no sentido de envergonhar o Brasil, e é isso mesmo! Eu sou um dos que crê na necessidade de internacionalizar essa denúncia. Eu não tenho muita coisa mais a denunciar, mas é preciso internacionalizar essa denúncia. Os governantes brasileiros têm que sofrer vergonha como na ditadura militar. Quando um general presidente ia ao exterior, ele sofria pressão da sociedade local. Nós temos de fazer isso. Internamente, eu não vejo isso acontecer. A postura de um governador tem sido insuficiente para reduzir a violência da Polícia Militar, porque os governadores são reféns.

Então, nós temos de pensar em políticas heterodoxas, mas internacionalizar esse tema, para que o Brasil tenha, externamente, de dar conta do que acontece aqui.

Foi um prazer ter estado aqui com essas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós é que agradecemos a sua presença, Dr. Hélio Santos.

Passo a palavra, agora, à Dr^a Zélia Amador, que quer também fazer uma consideração.

A SR^a ZÉLIA AMADOR DE DEUS – É bem rápida, Senador.

Eu acho que o Brasil ainda não se envergonhou pelo fato de ser chamado de racista. A gente fez um processo, durante o período da ditadura militar, de envergonhar o Brasil perante a comunidade internacional sobre os atos autoritários que aconteciam aqui dentro. Agora, sobre a questão racial, pelo contrário, a imagem que o Estado brasileiro vende para o exterior é a de que aqui existe uma perfeita democracia racial, tão perfeita que a Unesco ficou interessada em promover uma pesquisa para entender que perfeição de democracia racial era essa.

Ora, um Estado que só assume para a comunidade internacional a existência de racismo e da discriminação racial em 2001, começando portanto nesta década, neste século, ainda não se envergonhou. Assim, eu acho que a gente precisa fazer com que se envergonhem.

Nenhum crime de racismo teve repercussão internacional! Então, não basta a gente dizer que é extermínio. Na verdade, é genocídio! É limpeza étnica! E a gente tem que dizer isso com todas as letras para todo o mundo. E, aí, é vergonha para o Estado brasileiro, mas é vergonha também para esta sociedade que tem sido tolerante e conivente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem, Dr^a Zélia! Muito bem!

Eu vou passar a palavra, agora, à Sr^a Cida Bento; e, depois, ao Frei David, que vai encerrar esta audiência pública.

A SR^a MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Eu só queria lembrar que o massacre de Srebrenica, onde 8,5 mil muçulmanos foram mortos, a Comunidade Internacional entendeu que era um genocídio. Aqui, o Hélio Santos, temos tido 23 mil jovens negros mortos por ano, ou seja, nós temos três vezes mais, em termos de ocorrências, aquilo que levou a Comunidade Internacional a entender que era um genocídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Aqui há um consenso entre todos os senhores de que se trata de um genocídio?

O SR. HÉLIO SANTOS – Sim.

A SRª MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em todo o movimento negro está...

A SRª MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Sim; genocídio. Essa é a conotação de limpeza étnica mesmo!

A segunda coisa que eu queria ressaltar, rapidamente – e esqueci de dizer isso quando da minha intervenção, mas, quando o Senador traz esse tema de maneira tão viva, eu me recordo – são os esforços que nós temos de fazer para mudar a representação da juventude negra na mídia. Hoje, nós temos vários programas, em São Paulo – o Hélio Santos sabe –, a tarde inteira, mostrando a polícia entrando na favela e matando jovens negros, mostrando estes como bandidos e fazendo uma apologia a essa violência.

Então, como é que a gente poderia, de alguma maneira, trazer essa preocupação para a CPI? Como é que o Ministério Público... Como é que a gente interrompe esse processo?

Isso é quase que legitimar a violência da polícia cotidianamente. São tardes inteiras – não é, Hélio? Todas as tardes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO – Ah, não sabia.

E a última coisa: eu nasci em São Paulo, e esta CPI precisa ir a São Paulo. Em São Paulo nós temos tido chacinas recorrentes. Então, a CPI precisa ir até lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós vamos precisar, Cida, em São Paulo, da ajuda de vocês para mobilizar a sociedade. Nós, aqui, estamos tendo dificuldades – eu e a Senadora Lídice – de, sozinhos, montarmos isso. Estamos tentando envolver outros Deputados Federais que atuam nessa causa – Erundina, Paulo Teixeira – para vermos se conseguimos fazer algo de peso em São Paulo.

Então, se vocês puderem nos ajudar também nessa estruturação, eu acho que seria fundamental.

Frei Davi, para encerrar a nossa audiência.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Senador Lindbergh, parabenizo a sua atuação e a sua coragem de falar com palavras destemidas.

Seguindo a linha da Cida Bento, eu proponho que V. Exª, como membro desta Comissão e Relator, convoque todos os presidentes das emissoras de TV brasileiras para uma audiência aqui nesta CPI da matança de jovens negros, até para que eles avaliem o que eles podem fazer para ajudar a acabar com o uso irresponsável da imagem da juventude negra. *(Palmas.)*

Ora, que se use a imagem dos ladrões da classe média alta da mesma maneira! Mas usar só a do negro pobre é injusto!

Então, como Senador comprometido, que V. Exª convoque todos os presidentes das televisões brasileiras para uma audiência pública aqui nesta Casa.

A segunda coisa, Senador, é para solicitar, com alegria – e, no começo da audiência, eu coloquei duas grandes boas notícias –, que esta Comissão dirija um ofício ao presidente da OAB Nacional, parabenizando-a, porque a OAB Nacional está em vias de atender dez reivindicações da comunidade negra, entre elas a respeito do famoso quinto constitucional. A OAB reconhece que tem o poder de fazer desembargadores, mas que ela nunca fez um desembargador negro. E a OAB decidiu assumir isso, determinando que, para cada três listas, uma seja de negros. Então, isso vai ajudar muito a melhorar a imagem do negro na sociedade e, conseqüentemente, o crime do negro vai ter, esperamos nós, o mesmo tratamento que o crime de um branco tem.

Então, fica aqui essa solicitação de que se dirija um ofício desta Comissão para parabenizar a OAB.

Terceira coisa – e é outra boa notícia, Senador... Não só de dores, mas também a comunidade negra tem feito lutas para poder celebrar momentos bons. Tivemos um trabalho intenso no Conselho Nacional do Ministério Público, e por que esse trabalho intenso? Porque, infelizmente, o nosso projeto sobre os autos de resistência, que tramita na Câmara, recebeu, de parte dos Deputados da bancada da bala, o apensamento de vários projetos macabros, de modo que o nosso projeto sobre os autos de resistência está condenado, para sempre, a não sair das gavetas da Câmara. E, aí, então, para tentar furar o bloqueio, um grupo de negros corajosos estivemos no Conselho Nacional do Ministério Público; e, para nossa surpresa, Senador, a resolução que aquele Conselho Nacional já aprovou sobre os autos de resistência é de três a cinco vezes melhor do que o projeto nosso.

E aí já está aprovado. Passo para a sua mão aqui agora e estou solicitando que inclua, que anexe à CPI da matança este relatório.

E aí há duas coisas. Este relatório foi aprovado já faz um tempo, só que alguém do conselho falou: “Frei David, não divulgue ainda, porque a associação dos policiais militares está querendo breicar esse trabalho e a associação dos delegados quer breicar esse trabalho”. Então, depois que estivermos articulados internamente

para que não haja um retrocesso, o senhor pode divulgar. E já há essa segurança jurídica ou segurança social, e esse relatório já pode ser divulgado. Já foi tirada cópia para todos os membros...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A resolução é de 22 de setembro, não é?

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Exatamente isso. Está muito forte, muito bem elaborado, muito bem amarrado, e agora merece um elogio o conselho. Eu solicito, ou melhor, já foi aprovado aqui, pelo Sr. Presidente antecessor, um ofício elogiando o CNMP, e agora eu solicito que esse documento seja anexado ao relatório por que o Senador está responsável.

O outro ponto, Senador, que eu queria partilhar é o seguinte: no eslaide que nós trouxemos, colocamos delineadas duas fotos do jovem Caíque, negro, de periferia. Assim que a polícia matou esse jovem, que estava escondido dentro do armário; a polícia o arrastou do armário, jogou no chão, bateu uma foto e mandou para o WhatsApp da polícia, entre eles. Caiu na mão de um policial ético. Esse policial mandou para mim a foto. Em seguida, me vem outra foto, onde o policial fala: “Frei, infelizmente, um policial do mal comunicou a esse policial do mal que ele não preparou o ambiente. E aí, Frei, olhe a segunda foto.” A segunda foto está aí em exposição. A segunda foto é o jovem morto; o braço dele mudou-se de posição; e colocou-se do lado uma arma raspada. Ou seja, a famosa cena do crime montada do auto de resistência.

Desse modo, a gente pede a esta Comissão, a esta CPI que dirija uma carta ao Governador de São Paulo e ao Ministério Público de São Paulo, o Márcio Rosa. Ali está a foto do jovem, Senador: a primeira foto, ele morto após sair do armário. Em seguida, no WhatsApp, um dos policiais alerta o autor do crime que ele não havia preparado a cena. Aí, o policial prepara a cena, faz outra foto e manda por WhatsApp. Isso é a conotação mais límpida – e é duro falar isso –, que dá o contorno exato do auto de resistência, que é a foto seguinte. Minutos depois, o policial assassino posta nova foto com a cena montada. Observem o braço do cadáver, em outra posição, e ao lado um revólver raspado.

Então, esse caso, eu solicito, encarecidamente, que façam um requerimento ao Governador de São Paulo, bem como ao Ministério Público de São Paulo, que é o Márcio Rosa, solicitando a ele como é que foi encamiñado esse caso e se os autores estão presos ou não por esse caso aí.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Determino já à Secretaria da Comissão que prepare os ofícios para o Governo do Estado de São Paulo.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Concluindo, Senador – vi que o senhor é um homem muito corajoso –, vou fazer um pedido aqui que eu acho um pedido difícil demais, e eu quero que o senhor seja sincero e fale: “Frei, é impossível”.

Veja só, Senador: o senhor acompanhou muito bem que as vítimas da ditadura, todos os seus parentes foram indenizados. As vítimas da ditadura – classe média alta, na maioria absoluta –, foram indenizados os seus parentes. Nossa proposta é que esta CPI determine a imediata indenização dos parentes de todas as vítimas dos policiais na atual democracia brasileira. Entendemos que, dessa maneira, botando a mão no bolso, botando a mão no dinheiro do Governo para devolver ao povo, é uma maneira de o Governo levar mais a sério o trabalho de respeitar o jovem negro, dando a ele todo o trâmite normal, que é ser julgado e ser preso, como é dado aos ricos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Frei David, pela participação.

Eu, além desse requerimento para o Governo do São Paulo, que já determinei à Secretaria da Comissão que prepare, acho muito boa a ideia... A gente estava discutindo o que fazer aqui sobre a mídia e não tinha achado o formato. Eu acho que o Frei David deu aqui um formato, que é chamar institucionalmente as empresas. Virá o presidente ou não, mas vai ter que vir alguém da direção dessas empresas. Agora, nesse dia, seria importante a gente ter a presença aqui dos senhores também.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Eu estou querendo trazer um ônibus. Se V. Ex^a marcar com antecedência, eu trago um ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas um ônibus com alguém que possa falar e cobrar também.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Alguém que viva o problema em si.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que esta é uma Comissão, essa é uma audiência que a gente pode fazer, e resolve aquele problema: nós estávamos querendo marcar uma audiência sobre isso, mas não tínhamos achado... É melhor chamar as TVs de forma institucional, não é?

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Segunda coisa: esse ofício para a OAB também, o Presidente Marcus Vinícius...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Marcus Vinícius...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... que é um grande amigo nosso, inclusive eu vou ligar para ele parabenizando-o.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Estamos tendo eleições da OAB no Brasil inteiro, hoje, amanhã, estamos tendo eleições, inclusive várias nas seccionais da OAB.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – E o candidato mais forte é fortemente comprometido com o tema do negro, para nossa alegria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro, é.

Então o que acontece é o seguinte, inclusive, já entrando nesse último ponto, das indenizações, a OAB do Rio, que eu acho que na época... A OAB do Rio hoje é presidida pelo Felipe Santa Cruz, mas na época, eu acho que era o Wadih, eu não sei... Mas lançaram uma campanha sobre os desaparecidos da democracia. É.

Porque no Estado do Rio de Janeiro, é o seguinte: nós temos uma média de 6 mil homicídios por ano, mas temos uma média também de 6 mil desaparecimentos. Não é só o caso do Amarildo, que é o caso mais conhecido. Seis mil! E a OAB tinha começado uma campanha, porque ela tinha lutado contra a ditadura, os desaparecidos da ditadura, mas os desaparecidos da democracia.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Da democracia! Muito boa...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então eu concordo com essa tese de a gente, no relatório, falar de indenização. Eu volto a dizer que eu queria depois consultá-los com o relatório em mãos. Eu quero entrar também nessa polêmica de extermínio, genocídio. Quero conversar, ter conversas paralelas.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Dizer extermínio mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É. Sobre isso aqui, não é? Quais são os pontos que argumentam, outros para dizer “não”. Esse é um tema em que eu acho que a gente tem que ser muito firme.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ligue o som, porque está sendo transmitido ao vivo pela TV.

O SR. HÉLIO SANTOS – O impacto que acontece nas curvas demográficas é que mostra que realmente é genocídio. Vinte e três mil por ano, Senador, em dez anos, são 230 mil. Homens jovens, que ainda não procriaram, o impacto nas curvas demográficas é... Isso é genocídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então eu queria dos senhores mais subsídios sobre isso. Se pudessem aqui entregar ao Diego e ao James mais subsídios para a gente entrar nesse ponto.

E com certeza o tema das indenizações não é nenhum problema para a gente. O problema é depois materializar, não é, Frei David? Isso, na proporção que tem; mas a gente, na CPI, compra essa briga junto com os senhores com muita felicidade.

Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), eu acho que essa decisão aqui é muito boa. Nós estamos fazendo uma parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público sobre outro tema, porque infelizmente os ministérios públicos estaduais não investigam os tais autos de resistência. Na verdade, nós temos no Brasil, o número de investigações sobre homicídios é... Apenas 8% dos casos são investigados. Eu não falo de resolvidos não. Aqui é um sistema que não funciona.

Por isso que eu volto a dizer, quando falei da PM que não investiga, da Polícia Civil, é um sistema que não funciona. Mas no caso de autos de resistência, o número é alarmante.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – É alarmante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É alarmante. O Prof. Michel Misse, lá do Rio de Janeiro, fez um estudo em cima do caso do Rio de Janeiro, do ano de 2011, e analisou que de 220 autos de resistência, não mais que 10 se transformaram em investigação. Só um, em denúncia.

Então nós estamos fazendo uma reunião aqui, em que talvez fosse importante a presença de um dos senhores também aqui, porque vai ser uma reunião com umas 30 pessoas das entidades da sociedade civil, especialistas, com o Conselho Nacional do Ministério Público. Marcamos com o Conselheiro Fábio George, que está organizando isso lá, que é uma figura que tem boas posições sobre isso.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Fantástico! Corajoso!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E daí tentar surgir, a partir do Conselho Nacional do Ministério Público, um esforço de sensibilizar os Ministérios Públicos Estaduais, que, às vezes, têm uma ligação muito grande com o Governo Estadual e acabam não entrando nisso.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – São independentes, independentes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Aqui, é preciso fazer alguma coisa. Então eu acho essa posição muito boa do Conselho Nacional do Ministério Público, e a gente está colocando fé no Ministério Público Federal, no Conselho Nacional do Ministério Público, para que a gente mude a realidade dos Estados.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Inclusive, estive, na sexta-feira, com o Átila Roque, da Anistia Internacional, conversando com o Procurador-Geral do Rio de Janeiro, o Procurador Marfan Vieira, sobre o caso de um garoto, o garoto Eduardo Jesus, que foi morto no Complexo do Alemão por um tiro policial. O garoto estava em frente à casa dele, com o telefone celular...

A SRª ZÉLIA AMADOR DE DEUS – De dez anos, e a mãe agora foi...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A D. Terezinha, que está viajando. Estive com D. Terezinha na semana passada.

O mais grave é que a Delegacia de Homicídios da Polícia Civil decidiu encaminhar ao Ministério Público a decisão de que foi em legítima defesa.

Fomos lá conversar com o Procurador-Geral e dissemos: “Mas como em legítima defesa, se não houve tiroteio ali perto? Existia uma criança de dez anos, com um telefone celular, no batente de sua casa. Como justificar legítima defesa?”

Na reunião, estava lá outro Promotor, Dr. Homero. Foi uma reunião muito interessante, porque eles disseram que as chances de o Ministério Público arquivar aquilo eram quase nulas, que eles vão tocar o processo para frente.

Ao mesmo tempo, ele me disse que o Ministério Público do Rio de Janeiro, nesta semana, ia publicar uma resolução, obrigando todos os casos ditos nos autos a serem investigados.

Se for isso, se sair isso...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Está em sintonia com isso aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está em sintonia...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Aqui manda isso. Aqui manda isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está em sintonia com a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público. E eu terei o maior prazer em anunciar aqui, quando tivermos essa resolução – ouviu, Diego, disseram que ela ia ser publicada hoje –, para podermos falar sobre isso, para forçar os outros Ministérios Públicos também a tomarem a mesma posição.

Então, senhores, agradeço muito, aqui, este debate. Lamento ter chegado já no final, mas esse trabalho não acabou.

Queremos consultar os senhores nessa definição, e espero os materiais, os textos sobre genocídio. Que cheguem em abundância, para que possamos fazer um bom relatório e definir em que termos vamos fazer essa abordagem.

A SRª ZÉLIA AMADOR DE DEUS – Pode entregar ao Leandro?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Podem entregar direto para o Leandro também.

Vou encerrar, aqui, a reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e os convidamos para a próxima reunião, a ser realizada na próxima segunda-feira, dia 23 de novembro de 2015, às 10h, em Lauro de Freitas, na Bahia, no Cine Teatro.

Declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 17 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 26 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 27ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2015, às 10 horas e 32 minutos, no Cine Teatro de Lauro de Freitas, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias e Humberto Costa**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim e José Medeiros**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Tenente Coronel Jaime Pinto Ramalho Neto - Diretor de Superintendência de Prevenção a Violência da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia; Delegada Cleuba Regina Teles - Delegada do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Estado da Bahia; Coronel Sérgio Luiz Baqueiro dos Santos - Comandante do Policiamento Regional da Baía de Todos os Santos da Polícia Militar do Estado da Bahia; Maria Helena Lordelo de Salles Ribeiro - Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Lauro de Freitas; Márcio Araponga Paiva - Prefeito de Lauro de Freitas; Deputado Estadual Marcelino Galo - Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Jorge Sales - Secretário de Educação do Município de Simões Filho; Deputada Federal Moema Gramacho - Ex-Prefeita de Lauro de Freitas; Márcia Calazans - Psicóloga, consultora da ONU e pós-doutoranda em Violência, Democracia e Segurança Cidadã; Carlos Alberto Silva Júnior - Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Presidência da República; Waldemar Oliveira - Coordenador Executivo do CEDECA do Estado da Bahia; Sílvio Humberto - Vereador de Salvador; Marinho Soares - representante da Fundação Pedro Calmon; Deputada Estadual Fabíola Mansur - Presidente da Comissão de Mulheres da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Ana Lúcia Silva Santos - Presidente da Associação Agrícola Novo Horizonte do Quilombo Quingoma; Fabrício Patury - representante do Ministério Público do Estado da Bahia; Patrick Carvalho - representante da Associação Nacional de Pessoas em Situação de Ruas; Gilmar Bittencourt - Defensor Público de Lauro de Freitas; Ricardo de Andrade - representante do Movimento Hip Hop e do Movimento Negro; Terezinha Barros - Educadora, Ativista do Movimento de Mulheres de Lauro de Freitas; Tom Zé da Bahia - representante do Coletivo de Consciência Ancestral; Sargento Abisolon - Policial Militar do Estado da Bahia; Adailton Agra - representante da Comissão de Direitos Humanos em Proteção à Infância e Juventude de Lauro de Freitas; Joel Castro; Lúcia Silva; e Evani Conceição. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia. Agradeço às senhoras e aos senhores que atenderam o nosso convite para participarem desta audiência pública.

Eu quero iniciar, porque nós estamos, formalmente, em uma audiência do Senado Federal. Portanto, havendo número regimental, eu declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 11, de 2015, de minha autoria, aprovado por esse colegiado.

Esta audiência pública é a sexta de um círculo de audiências que esta Comissão realiza em diversas cidades do Brasil, a fim de tomar conhecimento, investigar e debater o problema do assassinato de jovens no País.

Antes de iniciarmos, gostaria de agradecer a toda a equipe do Cine Teatro Lauro de Freitas, que, gentilmente, cedeu espaço e colabora com a realização desta audiência.

Estão presentes os seguintes convidados, que, desde já, peço para comporem a Mesa. Explico que nós gostaríamos de ter um espaço maior, e, dentre os agradecimentos que faço, quero agradecer o empenho do Vereador Manoel Carlos, mais conhecido como Carlucho, do PSB, que nos ajudou a construir esta audiência aqui no Município.

Lauro de Freitas está, como Simões Filho, entre os Municípios onde mais cresce a violência contra o jovem. Era nossa ideia não a realizarmos em Salvador, justamente, porque tenho recebido muitas correspondências de cidadãos, tanto de Lauro de Freitas quanto de Camaçari e de Simões Filho, reclamando de que as comissões da Câmara e do Senado, quando vêm à Bahia, limitam-se a ficar em Salvador.

Então, achei importante estendê-las aos Municípios. Nós, geralmente, realizamos essas audiências fora de Brasília, na sexta-feira. Esta, portanto, é realmente extraordinária, porque acontece na segunda-feira, pois, sexta-feira passada foi dia 20 de novembro, e nós decidimos não realizá-la em tal data, para não concorrermos com as atividades que todas as cidades realizaram de manifestação e de rememoração do dia 20, Dia da Consciência Negra.

Assim, vou também fazer uma explicação e apresentar a vocês o Senador Humberto Costa, Líder do PT no Senado Federal, parceiro nosso no trabalho desta Comissão. (Palmas.)

A Câmara de Vereadores daqui, Humberto, é muito pequena e não possui um auditório deste tamanho. Nós sabíamos que não comportaria a audiência, por isso, tentamos auditórios particulares até, finalmente, chegarmos a este auditório do Estado, aqui no Município. Eu quero agradecer, portanto, aos responsáveis e ao Governo do Estado da Bahia.

Queria explicar que eu vou chamar pessoas, mas nem todas se sentarão à mesa, porque nós só temos dez cadeiras. Então, nós vamos funcionar como mesa estendida, tendo a primeira fila com os representantes da Mesa, literalmente, porque queremos que essas pessoas também façam uso da palavra.

Registro a chegada do Relator da nossa Comissão, o Senador Lindbergh Farias, a quem peço para compor a Mesa. (Palmas.)

Nós vamos usar a mesma metodologia, Lindbergh, que usamos no Rio de Janeiro. Temos entidades aqui. O Cedeca trouxe duas mãos que nós queremos ouvir, e que estão dispostas a falar. Nós vamos tentar fazer uma fala da Mesa e uma fala da entidade ou de alguém da mesa estendida.

Quero iniciar, portanto, convidando para compor a Mesa o Prefeito da cidade, Sr. Márcio Araponga Paiva, que nos recebe gentilmente em sua cidade. (Palmas.)

Convido o Tenente Coronel Jaime Pinto Ramalho Neto, Diretor de Superintendência de Prevenção à Violência da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. (Palmas.)

Srª Maria Helena Lordelo de Salles Ribeiro, Juíza de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Lauro de Freitas. (Palmas.)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Deputado Marcelino Galo. (Palmas.)

Deputada Federal, ex-Prefeita do Município, Moema Gramacho, também integrante da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

Srª Márcia Calazans, consultora da ONU e pós-doutoranda em Violência, Democracia e Segurança Cidadã. (Palmas.)

Já preenchamos as cadeiras? (Pausa.)

Pedindo que permaneçam na mesa estendida, na primeira fila, vou registrar os nomes e, se alguém da Mesa tiver que sair por alguma razão, os que estão na mesa estendida vão tomando lugar aqui.

Sr. Yulo Oiticica, Ouvidor Geral do Estado, ex-Deputado Estadual, Presidente, por mais de quatro anos, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. (Palmas.)

Coronel Sérgio Luiz Baqueiro dos Santos.

Sr. Waldemar Oliveira, Coordenador Executivo do Cedeca. (Palmas.)

Vereador de Salvador, Sílvio Humberto, Presidente da Comissão de Educação do Município de Salvador. (Palmas.)

Vereador Manoel Carlos dos Santos, Carlucho, de Lauro de Freitas. (Palmas.)

Prof. Jorge Sales, Secretário de Educação do Município de Simões Filho. (Palmas.)

Peço que, se houver outro representante de Simões Filho, também envie o nome aqui para a Mesa.

Waldemar, por favor, há mais uma cadeira aqui, peço que você a ocupe; pela importância do trabalho do Cedeca nessa questão do acompanhamento das mortes de crianças e adolescentes em nossa cidade, peço que você possa integrar a Mesa.

Quero registrar a presença do querido amigo Zulu Araújo, Presidente da Fundação Pedro Calmon. (Palmas.)

Vou fazer o seguinte. Como já estamos começando com certo atraso...

Por favor, vejo ali, na terceira fila, uma delegada representando a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil. Peço que chegue à primeira fila, Delegada Cleuba Regina Teles. Há um lugar reservado ali.

Coronel Sérgio Luiz Baqueiro dos Santos, que está aqui sentado à frente, que é Comandante do Policiamento Regional da Baía de Todos os Santos, representando a Polícia Militar do Estado da Bahia, aqui também presente entre nós. (Palmas.)

Registro ainda que o Ministério Público estadual foi convidado a enviar representante para participar desta audiência. Contudo, após diversos contatos da Secretaria desta CPI, o órgão agradeceu o convite, alegando que os promotores já tinham compromissos previamente agendados. Pela segunda vez, o Ministério Público faz-se ausente numa audiência da CPI, no Rio e na Bahia, assunto que teremos que tratar com o Conselho Nacional.

Com o fim de organizar o tempo disponível desta audiência, sugiro que cada convidado tenha entre cinco a dez minutos para sua exposição. Como não estamos no Senado, temos dificuldade do controle do tempo conforme lá fazemos. Então, vamos ter que usar nossos relógios mesmo, nossos cronômetros dos celulares,

para que possamos garantir a fala de todos. Lembro que, além dos que compõem a Mesa, os convidados da mesa estendida, da primeira fila, também vão falar aqui.

Quero registrar a presença de Luiz Macedo, Presidente da Limpec, a companhia de limpeza da Prefeitura de Camaçari. (Palmas.)

Registro a presença de Rodrigo Hita, coordenador da Defesa Civil estadual. (Palmas.)

Vamos iniciar. Depois, no intervalo, eu vou registrando a presença de outros tantos amigos e conhecidos e de importantes autoridades.

Registro a presença de dois vereadores; não os vejo daqui, mas são eles Naide Brito, nossa Vereadora do PT de Lauro de Freitas, e Santinho, representando o Vereador Lula Maciel. Não vi Lula aqui. (Palmas.)

Registro a presença do Presidente da Câmara, Rosalvo Batista. Muito obrigada por sua participação, Vereador. (Palmas.)

Vamos iniciar, então, a nossa audiência. Vamos ver quem vai falar primeiro. Vamos organizar aqui a Mesa.

Estão me lembrando aqui da presença do Sr. Carlos Alberto Silva Júnior, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Presidência da República. Quero saudar a presença dele, que terá a palavra no momento oportuno. (Palmas.)

Eu vou iniciar passando a palavra ao nosso Prefeito, que é o nosso anfitrião.

O SR. MÁRCIO ARAPONGA PAIVA – Primeiro, eu quero saudar a todos. Por ser uma audiência pública, ficamos aqui mais à vontade para termos os efeitos necessários nesse assunto, que é um assunto que desagrada a todos, não só ao Estado da Bahia, mas ao Brasil todo.

Eu saudarei a todos, primeiro, em nome da nossa Senadora, em nome dos Senadores Humberto Costa e Lindbergh Farias. Sejam todos bem-vindos à cidade de Lauro de Freitas.

Eu dizia ao Senador aqui que, nos últimos dez anos, aumentou muito a densidade demográfica do nosso Município, duplicou a população, que, em praticamente 12 anos, saiu de 80 mil para 180 mil habitantes. E arrumar essa situação, com todos os problemas que já temos de desigualdade social, num Município que cresce cada vez mais, é um desafio.

Nós sabemos que a questão da violência é uma questão que é tratada como estatística, e isso é que nos incomoda. Antigamente, dizíamos: “Ah, faleceu por homicídio”. Hoje, não; nós avaliamos os números por uma sigla do Pacto pela Vida, e criticamos esses números ou, às vezes, parabenizamos pela diminuição dos homicídios, quando são números alarmantes.

Então, a nossa juventude hoje está perdendo, sim; está perdendo uma guerra, e essa guerra Senadora, tem que ser... A senhora traz um assunto importante. Nós precisamos, sim, tirar isso do papel, e nós temos o Relator aqui, o Senador Lindbergh.

Senador, o senhor tem um grande desafio. Os nossos jovens estão sendo mortos, como em um genocídio. Se formos avaliar, a questão é: desigualdade social e políticas públicas. O Governo precisa, sim, entender que é preciso investir não em assistencialismo, mas em oportunidade para os jovens! É preciso dar oportunidades.

A questão racista é uma questão milenar que está intrínseca. Não há como esconder que 95% dos jovens que morrem – ou mais, às vezes – são pretos, pobres e moram nas periferias. (Palmas.)

Tem que se trazer essa discussão sobre o racismo! Podem olhar as estatísticas. As estatísticas estão aí. Nessa hora, é que nós devemos, com o Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura, formatar políticas públicas; valorizar a família; investir na família; mas, acima de tudo, discutir, de forma aberta e olhando nos olhos dos jovens, dizendo que vamos oportunizar.

Chega de genocídio dos nossos jovens! Ficamos muito tristes com essa situação. Eu fico muito triste por estar Prefeito de Lauro de Freitas, que é a quinta cidade em número de homicídios no Brasil. Esse é um título que levamos com muita, muita tristeza.

Quero parabenizar a todos. É bom estar aqui ouvindo, mas precisamos, sim, dar um basta! Só se dá um basta investindo em políticas públicas e trazendo-as para a realidade, o dia a dia. Devemos deixar a discussão, que também é importante, mas principalmente, as ações.

Não podemos achar que a polícia é culpada, porque a questão do sentimento de segurança é importante. A polícia tem o seu papel. Temos que exigir do Judiciário leis mais rígidas para coibir a questão da violência, da impunidade. Precisamos fazer tudo isso, mas precisamos também valorizar a nossa juventude, que é a única questão que hoje nos faz ficar muito preocupados.

No mais, agradeço a todos e parabenizo pela grande festa no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Quero dizer que nós estamos no caminho certo, mas precisamos tirar do papel e efetivar políticas públicas para melhorar o nosso Brasil.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço a palavra do Prefeito.

Eu vou passar a palavra, para iniciar, digamos assim, o debate... Eu vou liberar a quem quiser que tire o pletó, porque esta iluminação esquenta muito o palco, o local onde nós estamos, e dificulta para quem está aqui.

Eu vou passar a palavra a Waldemar Oliveira, Presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, a principal organização, na Bahia, que acompanha e trata a questão dos assassinatos e da violência contra crianças e adolescentes no nosso Estado. Depois, então, passo a palavra ao Coronel Sérgio.

O SR. WALDEMAR OLIVEIRA – Bom dia a todos e todas.

Queria, a princípio, louvar por esta iniciativa a CPI do Senado que investiga os assassinatos de jovens do nosso País, por ter incluído a Bahia, o nosso Estado, nesse rol de Estados a serem visitados. Quero me referir à nossa Senadora Lídice da Mata, no nome de quem eu saúdo todos os componentes da Mesa e os demais companheiros que aqui estão, nesta primeira fileira.

Senadora, creio que a senhora já conhece os dados que envolvem a questão dos assassinatos de jovens aqui no nosso Estado, já conhece a sua gravidade, mas creio que os demais Senadores não os conheçam com tanta nitidez.

Nós estamos falando de um Estado, o Estado da Bahia, que tem 12 dos 30 Municípios com maior número de homicídios. É quase metade, quase 50%. Pernambuco não tem nenhum, Paraíba não tem nenhum, Rio Grande do Norte não tem nenhum, São Paulo não tem nenhum, Rio de Janeiro não tem nenhum. A Bahia tem 12. A Bahia tem o primeiro Município em homicídios no Brasil, tem o quinto, que aqui já foi citado pelo prefeito, lamentando-se por ser o quinto, e está aqui o nosso companheiro Jorge, que também deve lamentar muito, o Município de Simões Filho, por duas vezes, primeiro lugar no Brasil. Isso é muito grave. Isso é muito grave! Isso diz o quanto nós temos mergulhado nessa violência! Não vou dizer aqui, porque o prefeito já se referiu a isso, quem são as vítimas. As vítimas desse genocídio têm cor e classe social. São os nossos jovens negros da periferia. Não vou aqui repetir.

Meus amigos, em dez anos, de 2003 a 2013, nós tivemos um aumento de 232% de homicídios no nosso Estado. Não são 23. Fossem 23, eu já diria ser um número, um percentual muito elevado, que devia ser objeto da nossa preocupação, mas são 232%. Quer dizer, é um percentual assombroso, que exige dos governos ações enérgicas, ações preferenciais. E eu, sinceramente, não identifico isso. Não consigo identificar. O que vejo é a polícia responsabilizar agora... Quero dizer que o Cedeca completa 25 anos agora, no dia 3 fevereiro, e, desde o início, nós tivemos como foco principal o combate aos homicídios. Então, não estamos falando de algo que nós vemos no jornal. Não. Nós estamos acompanhando passo a passo e temos aqui algumas mães que foram vítimas dessa violência, alguns pais que foram vítimas dessa violência. Temos dezenas de pais, o Cedeca acompanha dezenas de processos, uma boa parte deles envolvendo policiais militares.

É bom que se diga que a nossa polícia é responsável por um grande número de homicídios. É preciso dizer que nossa polícia tem sido, ao longo desses anos, profundamente violenta. A polícia hoje, infelizmente, e eu disse isso ao Governador... O Cedeca realiza um trabalho em seis bairros na nossa cidade, Nordeste de Amaralina, Fazenda Grande do Retiro, Sussuarana, Mata Escura, Plataforma e Bairro da Paz. Eu tenho 71 anos de idade, tenho mais de 50 nessa luta. Eu disse ao Governador Rui Costa há uns três ou quatro meses atrás: eu tive contatos com lideranças comunitárias, com professores, e eu nunca vi a nossa população tão amedrontada, tão amedrontada como colhi agora. Nunca vi. Com medo dos marginais e com medo da nossa polícia, infelizmente. Eu acho que essa coisa chamada auto de resistência, Senadores, tem de cair! (Palmas.)

Não é possível se manter essa coisa chamada auto de resistência! Porque é esse famigerado auto de resistência que dá lugar, que justifica os assassinatos, que justifica várias chacinas no nosso Estado, na nossa cidade.

Eu quero destacar aqui uma delas, que foi uma das maiores, a chamada chacina do Cabula, onde doze jovens foram assassinados, foram fuzilados por nove membros da Polícia Militar. Foram assassinados, foram encurralados e assassinados, e até agora, infelizmente... E, do outro lado, diz-se que houve uma troca de tiros. De um lado, doze mortos, quatro feridos, e do lado da polícia, um policial ferido de raspão. Quer dizer, isso é impossível que ocorra... (Palmas.)

É querer nos fazer de bobos! E, para nossa desdita, o Ministério Público faz uma representação, incriminando, justificando, expondo com clareza, com minúcias, como ocorreu, como foi planejada essa chacina; foi planejada muitos dias atrás e foi executada com perfeição, o juiz acolhe e infelizmente uma juíza, para nossa profunda decepção – profunda decepção –, disse que, após os policiais terem sido vítimas de violência física e moral, agiram de forma moderada – está escrito. Meus amigos, matar 12 pessoas, com tiros a curta distância, de cima para baixo, é agir de forma moderada? Infelizmente, a nossa ilustre juíza cometeu esse absurdo.

Então, Senadora, eu sempre digo aqui: quem quiser ter uma pequena noção de como é essa violência vá à Quinta dos Lázaros. Para quem não conhece, é o nosso cemitério mais popular. Vá na segunda-feira, e verá

lá duas dezenas, em alguns casos, três dezenas de jovens mortos, sob a alegação de que é pela droga. Isso é preciso ser desmistificado! Não é a droga só! (Palmas.)

Não é a droga só! Nessa coisa de querer responsabilizar, o juiz diz: “Ah, é a droga; morreu, tinha envolvimento com droga”. É preciso dizer que isso é mentira! Isso é mentira! Não é isso. É também isso. É também o envolvimento com droga, e nós não vamos esconder aqui que nossa juventude, infelizmente, tem esse envolvimento. Nossa juventude, por vezes, torna-se presa fácil dos narcotraficantes porque não tem outra oportunidade.

Essa questão da violência praticada por policiais é combatida há muito tempo. No início, eu ia para as reuniões e só encontrava lá delegados ou comandantes de policiais; felizmente, nos últimos anos, nós temos assistido a uma participação de setores outros do governo. Contudo, evidentemente, é preciso haver ações mais ousadas. É preciso que sejam dadas a esses jovens possibilidades, oportunidades de terem outra vida! É preciso que haja uma alternativa que não o tráfico de drogas! É preciso que isso seja assegurado.

É preciso que nós tenhamos, além dessas ações da polícia, que estabeleceu aquelas coisas regionalizadas, que nós construamos realmente uma polícia cidadã, uma polícia que não use a violência, que não use sua força para torturar, como foram torturados... Infelizmente, não está aqui o pai de um menino que foi sequestrado, junto com mais cinco, assassinado, e até hoje não se tem notícia de quem foi. Nós suspeitamos. Temos todas as razões em dizer que foi a Polícia Militar, porque, dias antes, tinha ocorrido o assassinato de um policial. Infelizmente, a polícia não possibilitou provas.

Quero dizer aos Srs. Senadores e a todos os que aqui estão que é vergonhosa – vergonhosa! – essa questão da impunidade, meus amigos. De cada 100 jovens que são assassinados, apenas 9 autores são identificados! Apenas 9 autores são identificados, 5 vão a júri, e 3 desses são inocentados. Então, o que nós temos? De cada 100 jovens que são assassinados, apenas 2,7% vão pagar pelo seu crime na penitenciária. O resto está aí solto, porque 91% matam e não são nem sequer identificados. Esse é um dado que é preciso que os governos...

E aí creio, estou convencido disto, Senador: o Governo Federal tem de ter uma ação! O Governo Federal tem de ajudar os governos estaduais nisso! Nós não podemos continuar convivendo com este dado, meus amigos, de se ter um parente assassinado. Aqui são dezenas! Eu poderia trazer aqui 50 mães que tiveram seus filhos assassinados e que não sabem nem sequer quem os assassinou. Isso é terrível.

Por isso, nós continuamos nessa luta. Por isso, o Cedeca está lá, enfrentando o problema, sofrendo, por vezes, represália, mas estamos nessa luta e temos a confiança de que, deste trabalho que V. Ex^{as} estão realizando aqui, sairão ações efetivas no sentido de reduzir, se não de acabar – o que é difícil, no sistema capitalista –, essa violência. Reduzir a violência substancialmente e possibilitar às mães que sejam felizes, vendo seus filhos crescerem e dando-lhes netos.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero já anunciar, Waldemar, que, através do Cedeca, dois familiares vão usar da palavra.

Como eu disse antes, eu vou conceder a palavra sempre intercalando os oradores. Então, vou passar a palavra ao representante da Polícia Militar, o Tenente Coronel Jaime Pinto; depois, dou a palavra a um representante da família da vítima. Depois, voltamos para a Mesa, para que possamos continuar mesclando as falas.

Volto a registrar que essa primeira parte da mesa aqui é a mesa estendida, que também vai usar da palavra. Nós tínhamos convidado para fazer a representação da Defensoria aqui, hoje, a Srª Vilma Reis, que foi a Defensora eleita. No entanto, ela não pôde participar, passou aqui rapidamente, mas temos a presença do Defensor Público Gilmar Bittencourt, que peço que permaneça na audiência para que nós possamos dar-lhe a palavra.

Quero passar a palavra agora para o Tenente Coronel Jaime Pinto Ramalho Neto, Diretor da Superintendência de Prevenção à Violência da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

O Waldemar está saindo da mesa. Quero convidar o Vereador Sílvio Humberto para ocupar o seu lugar. (Palmas.)

Assim, a gente vai revezando.

Registro a presença do Vereador Augusto César, Líder do Governo na Câmara Municipal de Lauro de Freitas. (Palmas.)

Ricardo Vieira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro de Freitas, e Wellington Rosário, Secretário de Promoção da Igualdade Racial de Lauro de Freitas.

A pedido da Secretaria da Mesa, informo que o veículo Ônix OVG 2032 está impedindo a saída de outro carro. Se estiver aqui o proprietário deste Ônix OVG 2032, por favor, viabilizar a liberação do carro.

Quero registrar também a presença aqui da socióloga Vanda de Sá Barreto e agradecer toda a colaboração que tem dado ao nosso trabalho na Comissão. (Palmas.)

Depois, vamos ver se conseguimos que Vanda queira nos dar o prazer de ser ouvida aqui por nós.

Com a palavra, o Coronel Jaime Pinto Ramalho Neto.

O SR. JAIME PINTO RAMALHO NETO – Um bom dia a todos e todas. Quero saudar a Senadora Lídice, Presidenta desta Comissão, os Senadores Humberto e Lindbergh e o Deputado Marcelino Galo e, na pessoa deles, saudar a Mesa, mas, com destaque, a colega Vanda, que é socióloga, colega porque eu sou antropólogo, também formado pela UFBA e também estudo violência urbana.

Quero registrar a oportunidade de estar aqui, em nome do Secretário Maurício Barbosa, e salientar que a violência tem tomado, no nosso Brasil, o sentido de uma epidemiologia, o que significa que ela transita na perspectiva da saúde pública, não só pelas pessoas que morrem, mas em virtude dos jovens que são dependentes químicos, que têm reproduzido e sido submetidos a uma série de situações que afetam as suas famílias. Esse é um aspecto para o qual é importante chamar a atenção.

Por outro lado, não podemos dizer que, quanto à violência, haja um fator determinante para a sua solução. Ela tem uma perspectiva multicausal, portanto, é imprescindível que haja políticas públicas estruturantes para que a juventude não seja vitimada da forma como está acontecendo.

E ainda por outro lado, quero chamar a atenção: nessa dimensão da violência, nós temos os policiais de todos os níveis, policiais militares, civis, rodoviários federais, que também são vitimados e executados. A Presidenta da Comissão deve ter tomado conhecimento de que, semana passada, uma policial militar nossa foi executada – executada na realidade – com um tiro na testa e veio a óbito, naturalmente, por conta da gravidade do ato.

Esse cotidiano também dos policiais, Senador Lindbergh, passa pela mesma perspectiva do Rio de Janeiro, dessa violência que nos afeta. E isso modifica também o estado psicológico desses policiais. Então, é preciso também ter essa dimensão para não transformarmos os profissionais de segurança pública em algozes nessa dimensão que a violência tem tomado no País.

É preciso reconhecer também que existem atos ilegítimos praticados por policiais, e nós citamos os atos de resistência. Precisamos repensar uma forma, precisamos assegurar ao policial que ele, no exercício de sua atividade, de seu labor, tenha garantia jurídica, não que ele deixe de responder a processos, mas que ele tenha a garantia jurídica de atuação.

Nesse sentido, quero deixar o meu posicionamento aqui à disposição da CPI, para qualquer encaminhamento ao Sr. Secretário e qualquer outro esclarecimento para debatermos com as pessoas que estão aqui.

Quero saudar o Waldemar, que estava aqui, companheiro representante das ONGs; o Zulu, amigo nosso; o Coronel Baqueiro, que está aqui representando a Polícia Militar; a Dr^a Cleuba.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tenente, só para tentar entender, porque há particularidades, às vezes, de Estado para Estado. O caso do Rio de Janeiro é um caso que nós conhecemos. A juventude tem sido vítima do tráfico, da milícia, às vezes, do confronto com a polícia; mas existe uma disputa grande ali em cima da questão das drogas. Qual é a avaliação da Polícia sobre o crescimento desses números aqui na Bahia?

Eu estou surpreso, Senadora Lídice da Mata, por estes dados: primeira cidade do Brasil em número de homicídios de jovens: Mata de São João, aqui da Bahia; segundo lugar, Simões Filho, também da Bahia; terceiro, Santa Rita (PB); quarto, Ananindeua (PA); quinto, Lauro de Freitas (BA); sexto, Itabuna, também na Bahia; sétimo, Porto Seguro (BA). Eu queria tentar entender esses números. Qual é o diagnóstico dos senhores para essa questão? Por que o número aumentou tanto nesse último período? O que houve?

Eu acho que é importante, Senadora Lídice, nós tentarmos entender o porquê dos números de cada lugar. Se o senhor puder me explicar um pouco sobre isso, eu agradeço.

O SR. JAIME PINTO RAMALHO NETO – Segundo nossa percepção, Senador, nós vivenciamos na Bahia o efeito Rio de Janeiro da década de 90. O que significa isso? A popularização da cocaína que houve no Rio de Janeiro naquela década e, depois, o ingresso do crack ocasionaram esses efeitos que têm ocorrido. Como estudioso de violência urbana, eu tenho a perspectiva... Não estou falando aqui em nome, especificamente, da SSP como um todo; é uma visão minha como estudioso do que temos percebido. A popularização dessas drogas, cuja capilarização chegou inclusive ao interior da Bahia, abriu um mercado de trabalho para a juventude, para pessoas que não têm uma perspectiva, pelo processo de desigualdade social estruturante, e acarretou esses fenômenos.

Por outro lado, o senhor citou a cidade de Simões Filho. Lá existe um fenômeno muito importante, que foi combatido por nós, da segurança pública: os grupos de extermínio. Nós fizemos um trabalho específico e identificamos que havia ações de extermínio. E aí me permitam dizer que, quando fiz minha graduação em Antropologia, falei sobre grupos de extermínio. Isso fez parte inclusive do relatório da ONU; quando a Relatora Asma Jahangir veio aqui, o Prof. Pinheiro, na época, estava articulando isso, e, naquele momento, nós come-

çamos a identificar isso. Começamos a fazer investigações, não só do ponto de vista da inteligência policial, e descobrimos policiais envolvidos, que foram presos.

E o fenômeno da milícia já está chegando à cidade. Assim, nós temos de ter um conjunto de informações para que possamos, aos poucos, fazer um trabalho de inteligência.

Além disso, é preciso destacar que a Polícia Militar, especificamente, tem feito um trabalho social nas bases comunitárias. Elas têm funcionado na perspectiva de evitar, frear o acesso da juventude à droga.

Se nós percebemos que essa violência é multicausal, há uma perspectiva que nós temos de pensar: a do acesso à renda possibilitada a partir do narcotráfico. Não significa que toda morte seja por narcotráfico. Por exemplo, se há um jovem que namora com uma menina que é de outra facção, e, de repente, ela muda de namorado, isso não tem nada que ver com o tráfico de drogas; tem a ver com uma relação interpessoal.

Então, é preciso entender que tipos de crime são instrumentais, são comunitários, para compreender essa questão e, aí, aprofundar os dados qualitativos para termos essa dimensão.

Espero que essas breves informações esclareçam o seu questionamento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O nosso Relator, o Senador Lindbergh, pode e deve interromper qualquer um dos expositores para buscar informação que ajude na construção do seu relatório.

Quero chamar a atenção para o fato de que ouvimos os secretários de segurança em Brasília, e os dois secretários do Nordeste enfatizaram muito a ideia de que o crescimento da violência no Nordeste brasileiro se dá com a migração do tráfico de drogas para o Nordeste do Brasil. São dados que devem ser confirmados ou contestados nos diversos depoimentos aqui.

Eu quero chamar para usar a palavra agora, para fazer seu depoimento aqui o Sr. Joel Castro, pai de um menino assassinado, cujo nome é também Joel, do Nordeste de Amaralina, se não me engano. (Palmas.)

Use a tribuna. Fica melhor.

O SR. JOEL CASTRO – Bom dia a todos e a todas; bom dia à Mesa.

Senadora, muito obrigado por tratar do assunto em Brasília, o caso do garoto Joel.

Bom, pessoal, quem não conhece o caso do menino Joel, por favor, levante a mão, porque acho que todos estão acompanhando. Tenho uma resposta para dar a vocês. Saibam que, até agora, nada! Estou aguardando. Até agora, não deu em nada! Está na causa? Estou pedindo a Deus que um dia saia esse júri, mas, sábado, fez cinco anos o caso do garoto Joel.

Joel queria viver e não teve a oportunidade de viver pela imprudência de um policial que diz que é policial. Até hoje estou aguardando a Justiça.

Joel estava dentro da casa dele – dentro da casa dele – se ajeitando para dormir. Nem assim esses homens o deixaram sossegado.

Vivo no Nordeste. Sou nascido e criado no Nordeste. A gente não tem paz e sossego. A gente não sabe, atualmente, quem dá segurança para a gente. A gente fica no meio.

Peço à Mesa e a todos que têm o poder que tanto para o meu caso quanto para os outros casos venham dar explicações à sociedade, porque o caso Joel foi para o mundo todo, e até hoje a lei não manda resposta para a sociedade. É uma falta de respeito! (Palmas.)

Sabem quanto eu ganhei do Governo do Estado da Bahia? Nada! Nada de nada!

Aviso a vocês que o que estou querendo – e acho que não só eu, mas todos que acompanham – é que a Justiça dê uma resposta. Espero essa resposta. Já se foram cinco anos, vai chegar a seis, ou vai chegar a dez, mas vou aguardar e vou cobrar.

É só isso.

Obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Registro a presença de Wellington Rosário dos Santos, Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Simões Filho; de Antônio Rosalvo, Presidente da Câmara de Lauro de Freitas – não, esse já registrou –; de Claudemir Nonato, representante da APLB e da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, de Salvador; de Cláudio Souza de Araújo, Presidente do Malê Debalê, Salvador.

Vou dar a palavra à Srª Márcia Calazans, passando para o lado de lá da mesa, Psicóloga, Consultora da ONU e pós-doutoranda em Violência, Democracia e Segurança Cidadã.

A SRª MÁRCIA CALAZANS – Bom dia a todas e todos. É um prazer estar aqui nesta manhã e poder compartilhar uma pesquisa que tem sido desenvolvida junto ao núcleo...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sugiro que a senhora use aquele microfone da tribuna ou outro, porque esse está muito baixo. Está ruim.

A SRª MÁRCIA CALAZANS – Melhorou?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Fora do microfone.) – Melhorou.

A SRª MÁRCIA CALAZANS – Certo.

Eu estive, em 2010, 2011, pelo PNUD, aqui e em Salvador, na Bahia, especificamente, fazendo uma pesquisa cuja intenção era propor uma política pública de redução de letalidade policial e vitimização policial. À época, houve uma pressão dos organismos internacionais no que confere aos indicadores na Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro em relação às mortes produzidas pela polícia, especificamente a Polícia Militar, e também à vitimização desses policiais, ou seja, assim como há grandes mortes, um número significativo de mortes produzidas pela polícia, os policiais também morrem – ainda que em proporção infinitamente menor do que os cidadãos, a sociedade civil.

A partir desses resultados, em 2011 – final de 2011 e início de 2012 –, nós começamos a desenhar a proposta de uma pesquisa junto à Universidade Católica de Salvador e ao CNPq no que diz respeito à organização social dos territórios e os homicídios dos jovens negros em Salvador.

Temos um banco de dados sistematizado de 2007 até 2015, metade de 2015. Na verdade, há uma frequência no que diz respeito a esses dados. Nós trabalhamos analisando os boletins de ocorrência. Essas mortes se mostram localizadas, desde 2007, nos mesmos lugares.

Como são identificados esses lugares? A partir da Política Nacional de Segurança Pública, os governos dos Estados criaram as Áreas Integradas de Segurança Pública, onde a Política de Segurança Pública se efetiva.

A Bahia criou um decreto em 2007 definindo quais seriam as Áreas Integradas de Segurança Pública. Nesse decreto está bem claro, num parágrafo, que uma das funções dessas áreas é permitir que ocorra com eficácia e eficiência a ação policial.

Em 2012 há um novo desenho dessas áreas integradas, mas elas, mais ou menos, continuam as mesmas, mudando os números – AISP 1, AISP 2, AISP 3.

As Áreas Integradas onde ocorrem essas mortes estão localizadas em Tancredo Neves e Periperi. Periperi reúne aproximadamente – considerando a circunscrição administrativa – 16 bairros, e Tancredo Neves reúne mais ou menos 21 bairros. A média... O número total bruto de homicídios nesses períodos em Salvador fica em torno de 1.500, com pouquíssimas variações de 2010 até 2014. Quarenta por cento desses homicídios se localizam nessas áreas. O perfil dos mortos é: jovens negros entre 15 e 29 anos, com esse CEP bem definido, pertencente à Área Integrada de Segurança Pública Tancredo Neves ou Periperi. Então, fica muito evidente...

Nós trabalhamos analisando a Política Nacional de Segurança Pública, a questão das criações das bases comunitárias, a política de saúde, a questão da mobilidade de transporte coletivo.

Em se tratando de Salvador, fica muito evidente que, em termos de política, por exemplo, na área da política educacional, leva quem grita mais alto. Por exemplo, como é que as escolas estão distribuídas dentro dessas áreas integradas? Em Tancredo Neves, que é uma área que reúne 21 bairros, existem dois bairros nos quais consideramos que há um conglomerado de escolas públicas, tanto estaduais quanto municipais. Os demais bairros ficam descobertos, ou as crianças e esses jovens têm que se deslocar até esses únicos dois bairros, onde há essa concentração.

Bom, em se tratando da saúde, também conseguimos identificar que não só por causas externas os jovens, sobretudo os jovens negros, morrem por homicídio, e os jovens brancos têm morrido por acidentes de carro, o que também já nos traz uma informação relevante de um recorte de classe, que acaba produzindo mortes externas por causas diferentes, mas, no Nordeste, especificamente na Bahia, há um número relevante de jovens negros que morrem por causas naturais. Isso também é um pouco assustador, porque ninguém consegue associar morte de jovens por causas naturais. Esse é um fato na Bahia.

Há uma série, vamos dizer, de conflitos presentes nessas políticas, e aqui, especificamente falando da política de segurança pública, que é o nosso mote de estudo dentro do núcleo, nós acabamos nomeando de necropolítica racial criminal, ou seja, essas mortes estão sendo distribuídas de forma desigual, e é um tanto assustador também falar em mortes distribuídas de forma desigual, mas, desde 2007, essas mortes se concentram no mesmo local. Ainda que a política de segurança não consiga fazer o enfrentamento, muito menos ter impacto sobre esses números, ela vem corroborando para que esses homicídios aconteçam. Por exemplo, já foi citado aqui o caso do Cabula, o caso do menino Joel, enfim, infinitos casos têm acontecido com frequência na Bahia, sobretudo na cidade de Salvador, onde o produtor dessas mortes são agentes do Estado.

Se pegarmos a morte desses jovens, sobretudo os homicídios dolosos, tratamos esses casos como morte física, mas, em se tratando das mortes simbólicas da juventude negra, nós conseguimos identificar uma frente de avanço em relação a essas mortes desde a morte simbólica, ou seja, a questão das bases comunitárias. Por que um jovem que mora no Calabar tem que pedir autorização para a base comunitária para fazer sua festa

de aniversário e poder tocar um funk, quando, numa boate na Pituba, até as 5h da manhã, tocam funk a todo volume, e é uma classe média, branca, que frequenta aquele local? (Palmas.)

Na verdade, é uma música que não nasce, vamos dizer assim, no meio cultural dessa categoria social, dessa juventude. Então, essa política, além de tudo, é uma política destruidora, que comete mortes simbólicas da juventude negra.

Essa pesquisa não só envolve uma base secundária de dados, mas envolve também grupos focais, entrevistas com mães desses meninos que foram mortos, a própria juventude, como um ator principal e participante ativo na pesquisa e na perspectiva da sociologia da experiência. Eles produzem dentro da pesquisa. Estamos com um documentário produzido por jovens do hip hop e um CD gravado por esses jovens.

Portanto, há uma política que tenta cercear administrativamente, nessa concepção de território administrativo, a mobilidade dessa juventude, inclusive tirando transportes coletivos que ligam a periferia à orla. Isso é muito claro na pesquisa, ou seja, o trem que liga a periferia só funciona até sábado no horário de trabalho. Ele tem a função estrita de trazer e levar o trabalhador. Porém, no final de semana, no domingo, na hora do lazer, ele não funciona. (Palmas.)

Ou seja, a periferia tem que ficar encarcerada na periferia. Ela não pode circular na orla, assim como foi recentemente a alteração das linhas de transporte coletivo que ligam a juventude, vamos dizer assim, no final de semana, à orla para usufruir a praia. Isso aparece muito claro na pesquisa. Porém, ainda que haja toda essa motivação de cerceamento dessa juventude negra na periferia, nós conseguimos identificar que, além de a política tentar isso, esse jovem que, sobretudo, passa dessa faixa etária ou ainda está nessa faixa etária tem se colocado como uma grande frente de resistência de sobrevivência nessas localidades. E aí isso aparece a partir dos pontos culturais.

Nós temos diversos palcos do hip hop espalhados na cidade, quando esses jovens conseguem constituir uma rede de apoio com o jovem de Cajazeiras, o jovem de Itapuã, o jovem que está no Campo Grande, o jovem de Sussuarana, ou seja, eles compartilham os palcos do hip hop.

Então, ao contrário do que a gente identifica, de uma política que tem se tornado uma política genocida – e aí sim, pensando nos encaminhamentos –, podemos pensar em que medida está presente, dentro deste debate, dentro dessa temática, rever a política atual de segurança pública. Porque ela é bem clara no que está prescrito e no que está ocorrendo no campo, vamos dizer assim, nessa questão das distribuições desiguais, desde a política e em relação às mortes.

Em relação aos resultados da pesquisa, neste primeiro momento, é nisso que nós já avançamos. Estamos, agora, para 2016, lançando esse documentário que foi feito, produzido por esses jovens.

Pensar Salvador. A população tem o mesmo número da população da cidade de Buenos Aires. Hoje nós temos, para cada 100 mil habitantes, 33 mortes por homicídio produzidas na cidade de Salvador. Em Buenos Aires, não chega a seis. Não se trabalha com auto de resistência na Argentina tampouco; todas as mortes produzidas como homicídios dolosos são investigadas como homicídios dolosos. Não é o nosso caso aqui. E a taxa de esclarecimento não chega a 5%. Então, há que se avançar muito nesse debate em relação às mortes que vêm sendo produzidas. E aí eu volto a dizer: não somente as mortes do corpo de fato, mas as mortes simbólicas, e na frente que se colocou.

Se nós pegarmos os dados do Sinase, hoje a taxa de encarceramento de jovens negros triplicou, e ainda há uma outra variável que se coloca, bem relevante, que é de meninas: está aumentando a taxa de cumprimento de penas de medida socioeducativa de meninas negras. As taxas de encarceramento de adultos também, que correspondem a uma população eminentemente negra. As mortes por causas naturais no Nordeste estão voltadas para quem? Para a juventude negra. E as mortes por causas externas, sobremaneira, também são de uma população de 15 a 29 anos, homens negros, que têm CEP bem definido.

Então, fica claro que existe uma estratégia de produção de uma morte simbólica e de uma morte de fato, uma morte física. Nesse sentido, nós temos várias publicações. Se vocês tiverem curiosidade, podem acessar. Elas estão todas disponibilizadas na internet, com a produção de um livro, a produção de alguns dossiês e o próprio relatório de pesquisa. O núcleo também tem reuniões abertas, onde ele compartilha, divulgando esses dados, sobretudo para o movimento social, entendendo que, às vezes, por questões de logística, a universidade tem dificuldade de fazer esse enfrentamento. Mas nos colocamos com a possibilidade de parceria com os movimentos para fazer o enfrentamento a essa realidade.

E, sobremaneira, o que vem nos chamando a atenção – e aí, num momento de fala com alguns meios de comunicação – é como os meios de comunicação têm corroborado para a criação de um estigma da juventude que mora nessa localidade. Ou seja, eles são duplamente estigmatizados, a ponto de levar à sua morte física.

O que nos interessa é como essa juventude vem construindo a sua identidade nessas localidades, quando eles é que vêm construindo possibilidades de resistências para fazer um enfrentamento a essas mortes,

muitas produzidas pelo próprio Estado, e os meios de comunicação reproduzem um estigma, como se toda a juventude ou todo morador dessas comunidades fossem bandidos. Não raro, a gente vê essa fala nos programas de televisão ao meio-dia e no final da tarde. Inclusive, o núcleo está com uma reunião estratégica com o Ministério Público e com a Defensoria para entrar com uma ação em relação a isso, entendendo que, enfim, há quase um julgamento antes do processo em si acontecer.

Aqui eu gostaria de voltar a afirmar que não só a questão de podermos identificar onde esses homicídios estão acontecendo, mas nos interessa, sim, poder ver como esses jovens estão construindo suas identidades nessas localidades, e eles é que vêm construindo estratégias de enfrentamento a partir dos pontos culturais, ou seja, o hip hop, a música, a cultura local. Ainda assim, essa cultura, hoje, tem se tornado objeto de uma discriminação, de uma repressão das suas práticas culturais dentro das suas comunidades.

Era isso.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Registro a presença de Sueli Nascimento, Presidente do Conselho de Defesa da Mulher de Lauro de Freitas; de Vera Leonelli, da Juspopuli, escritório de direitos humanos; de Daniel Brito, Superintendente do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Lauro de Freitas; de Carlinhos Miao, da FABS (Federação das Associações de Bairros de Salvador), diretor; do Vereador Nivaldo Doria, do PCdoB de Simões Filho; de Aline Espinheira da Costa, Defensora Pública de Candeias – seja muito bem-vinda à região metropolitana! –; de Pedro Melo, Ouvidor Geral da Polícia Militar em Lauro de Freitas; e também de Valdir Silva, Coordenador da Asprolf (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas).

Vou passar a palavra agora ao Vereador Sílvio Humberto. Enquanto isso, peço que a Secretaria providencie que se aproxime a mãe de uma vítima, a Srª Lúcia Silva Simões, que fará um depoimento em plenário. Teremos mais alguns familiares de vítimas que serão ouvidos de forma sigilosa pelo Senador Lindbergh, que é o Relator da CPI.

Portanto, Vereador Sílvio Humberto, com a palavra.

O SR. SÍLVIO HUMBERTO – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, que preside esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de investigação, e cumprimento os demais presentes nesta audiência.

Para mim não é confortável, Senadora, e acho que para todos que estão aqui, tratar mais uma vez desse tema; para mim, sobretudo, que venho do movimento negro.

Neste mês da consciência negra, nós sabemos que, quando falamos do assassinato de jovens, já começamos perdendo a disputa pela narrativa do problema, porque, na verdade, não são os jovens. Ponto. É jovem, negro, da periferia. Já se falou muito aqui do diagnóstico. Estamos cansados de tantos números. Os números estão aí, infelizmente. São muitos números. A quem cabe resolver isso? Quando nós perdemos, logo de início, e dizemos que é só jovem, o racismo já ganhou mais uma vez. (Palmas.)

Assim como ganhou na CPI da Câmara, que apareceu o que, para nós, era novo: genocídios simbólicos – que diabo é isso? De simbólico não tem absolutamente nada; tem morte da juventude negra, alvo. E mais do que isso: quando ali as pessoas falam da juventude, reconhecem o papel estruturante do racismo, de uma das suas manifestações, e, ao mesmo tempo, alguns daqueles que estão lá defendem a redução da maioria penal. Eu, realmente, não consigo entender. (Palmas.)

Eu fico com a sensação de que nós estamos com a torneira aberta – como bem lembrava o Ministro Thomaz Bastos, na época Ministro da Justiça –, a torneira aberta e, embaixo, nós estamos enxugando a água, sem querer fechar a torneira.

Se sabemos por que a juventude negra morre, precisamos entender por que os jovens brancos vivem. Por quê? (Palmas.)

Por que não acontece, aqui em Lauro de Freitas, ali em Salvador – e quando nós falamos de chacina... Eu tenho 52 anos. Felizmente – vou falar felizmente porque eu sou um defensor da vida, alguém que trabalha diariamente para preservar a vida e, simplesmente, da juventude –, tenho 52 anos e eu nunca ouvi falar, na cidade de Salvador, por exemplo: jovem branco vítima de chacina. Nunca; a não ser na época da ditadura. Tirando a ditadura, ao longo desses anos aí, quando foi que jovens brancos morreram, ao longo desses anos? Tirando acidente automobilístico, o chamado acidente de trânsito, ou acidente aéreo, tirando isso, jovem branco não morre na cidade de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho.

E aí as pessoas dizem pra gente: “Mas vocês são a maioria”. Nos 27 Estados da Federação nós não somos maioria. Apenas no Paraná esse índice supera o da juventude negra; só no Paraná. Nos outros 26 Estados nós somos o alvo preferencial.

Como é que se resolve isso? O que cabe ao Estado nos seus diversos níveis – Governo Federal, governo municipal e governo estadual?

Sabemos que esse modelo de política de segurança pública não tem dado certo. Conseguimos alguma coisa aqui e acolá, mas não tem dado certo, porque não tem resolvido isso aí. (Palmas.)

E vou acrescentar algo que é um agravante: temos, pelo menos nos últimos doze anos, buscado incluir a juventude negra. Os dados que a Profª Márcia traz aí, de 15 a 29 anos, são da faixa etária em que essa juventude tem caído, como se diz na linguagem. É justamente esse o número, é essa faixa etária que agora começa a entrar nas universidades. As pessoas dizem pra gente: “A saída é a educação.” Nunca entraram tantos jovens negros nas universidades, mas continua: nunca morreram tantos jovens negros. (Palmas.)

Por que isso acontece? Porque bastava... Diziam para a gente assim: “Você foi educado, você foi bem comportado, tem o cabelo no lugar, etc., etc., o seu problema está resolvido; você não vai ser nem abordado, nem vai tomar o baculejo da polícia.” Não é verdade. Não é verdade, porque é o racismo que estrutura. Até você provar que é educado, você já virou estatística, e isso independentemente de você ser filho do policial militar, filho do oficial da Polícia Militar, filho do juiz.

Antes falavam para a gente, e era fácil distinguir: “Vocês não sabem com quem vocês estão falando.” Hoje você, de fato, não se sabe com quem se está falando. Porque a gente não sabe. Você pode ser um oficial da Polícia Militar; você tem coronéis que são negros – o que era raro, antes –; você tem advogados negros, que são muitos; procuradores; e a gente continua com esse número aí.

Eu tenho um sobrinho que mora aqui perto, em Piatã. Vou relatar isso porque ele pulou uma poça de água para poder entrar em casa e cinco minutos depois entraram dois policiais no condomínio procurando saber se havia entrado alguém estranho. Aí minha irmã, ouvindo uma conversa, saiu para dizer: “O estranho que entrou foi esse menino com os cabelos assim, espetados, que faz Engenharia Mecânica?” Estou falando isso porque minha irmã, como proteção, disse: “Você vai usar a camisa da UFBA, escrito Engenharia Mecânica, porque ela se transforma numa segunda pele, para evitar que vire estatística”. (Palmas.)

Com isso, individualmente, com as nossas famílias, estamos aprendendo a lidar e vimos lidando, ao longo dos anos, com essa violência institucionalizada a partir do Estado em que o corpo negro não conta absolutamente nada. Toda violência sobre o corpo negro é possível. E quando nós chegamos à eliminação física, a essa contínua eliminação física, ela é uma sucessão de não. Até quando dão um sim estão nos negando.

A gente precisa começar a entender a quem cabe essa responsabilidade, para a gente não ficar mais aqui gastando as palavras. Palavras são importantes – eu sou político agora, partidário, fazendo esse debate, buscando vencer no campo das ideias –, mas como a gente materializa para além do campo das ideias?

Eu acho que a gente deveria, o Estado, começar a potencializar o que as comunidades já fazem. Um exemplo: eu recebi aqui uma reivindicação. A gente estava falando, aqui, do hip hop, mas caberiam, nas diversas cidades, e ajudariam a reduzir, a mitigar os efeitos da violência, por exemplo, casas de hip hop. (Palmas.)

É uma reivindicação que está aí há anos e, às vezes, gente... Eu sou economista de formação. Dinheiro – a gente está falando de inflação, de tudo isso aí, de ajuste fiscal –, dinheiro não vai pra Marte; dinheiro muda de mão. São decisões políticas. Preferem construir uma estrada, e não fazer uma casa de hip hop. (Palmas.)

A gente precisa... São decisões políticas que vão matando a nossa juventude diariamente. A gente precisa dizer: qual é a opção política? Nós queremos cidades – e aí eu estou generalizando –, cidades acolhedoras para a nossa juventude. A gente sabe quando a cidade já não é acolhedora, e nós decretamos isso aí. Isso que está acontecendo aqui, Senadora, é porque as cidades simplesmente não acolhem os nossos jovens. Não acolhem. (Palmas.)

Nossos jovens não contam.

Aí, quando acontece o caso de um jovem estar dando certo, nós fazemos assim, o que deveria ser uma regra é uma exceção: jovem negro da periferia se formou engenheiro. Só para lembrar: nós estamos no século XXI. Isso não poderia ser uma exceção, gente! E ainda estamos tratando como exceções. A gente precisa começar a dar um basta nisso; mas dar um basta com ações concretas.

As pessoas que me conhecem sabem que eu sou alguém otimista por definição. Sempre trago a ideia de que é possível, através do diálogo, eu aposto sempre nisso, convencer o outro. Mas esse convencer o outro não pode estar chamando a pensar a juventude.

Aí o Governo Federal comete um equívoco, quando resolve juntar todas as secretarias e achar que vai fortalecer, transformando num Ministério de Direitos Humanos e Igualdade, com uma sigla impronunciável, um atraso em termos dessas políticas públicas que nós conseguimos ao longo desses doze anos. Isso pode significar um efeito em cadeia em todo Município, para as mulheres, para a igualdade racial, e vai redundar em mais isso aqui. Imagine. Ruim do jeito que está, imagine sem essas políticas públicas!

Então, acho que a gente precisa começar a chamar para um tipo de reflexão pensando no que o Estado tem de fazer, conversando. Eu já fui até mais resistente a conversa com a Polícia Militar. Eu venho de uma formação... Eu sou universitário, ou seja, doutor, desde os 20 anos de idade, numa época em que poucos parecidos comigo chegavam. Então, esse embate de ser abordado pela polícia na cidade de Salvador é algo por que eu passei e que meus amigos brancos, colegas, nunca experimentaram. Dentro de uma postura política, estive sempre dizendo, usando meus cabelos, como eu tinha muitos: “Meus cabelos são enrolados, mas as minhas ideias não são”. (Palmas.)

O SR. SÍLVIO HUMBERTO – E isso vinha também, Senadora, de uma postura como jovem negro que aprendeu como lidar com isso. Para muitos dos meus amigos usavam drogas recreativas, eu sempre dizia: “Eu não vou cair nessa armadilha, porque na hora não sobra nada para vocês. Eu tenho uma responsabilidade com a minha comunidade até de forma inconsciente, com minha família. Não vou nessa viagem, porque essa viagem para vocês é só uma continuidade, uma coisa da juventude, e para mim pode significar o fim de um sonho coletivo”. (Palmas.)

E a gente precisa entender isso, porque, quando a gente está conversando com a nossa juventude, como Presidente da Comissão de Educação em Salvador, com a juventude, com as crianças, e dizemos assim: “Olhe, três coisas vão mudar a sua vida: estudar, estudar e estudar.” Mas não posso falar só estudar, estudar e estudar, Senador Lindbergh, se não ofereço as condições para que isso aconteça. Isso precisa deixar de ser retórica.

A nossa população tem que começar a entender, bem como a sociedade civil, os empresários, sobretudo, que eu não posso achar que, quando um jovem vai lá procurar um bendito de um emprego, alguém olha e diz assim: “Você não preenche o perfil.” E, quando você vai ver o perfil, não é um perfil de jovem, não. Nesse perfil está dito: “Se você é negro da periferia, você fica de fora.” Aí, depois, vocês vêm e dizem: “Sabe qual é a solução que eu vou te dar? Redução da maioria penal.”

Então, eu não posso fazer o debate em relação às drogas, porque não é guerra às drogas, mas contra quem está atrás das drogas. (Palmas.)

Isso, porque há pessoas. E eu não posso fazer esse debate sem discutir a inserção produtiva dessa juventude, gente! É piada!

Os meninos estão lá no movimento e se perguntam: qual é a alternativa que está se oferecendo do ponto de vista econômico?

A gente precisa acabar com uma coisa: as pessoas aprenderam a incluir no discurso, no diagnóstico, a palavra “racismo”, mas, para nós, isso não é só uma palavra, não, gente; para nós, isso é algo que a estrutura determina a quem vive e quem morre. (Palmas.)

É preciso ter essa compreensão, porque, na hora dos diagnósticos, na hora das alternativas, eu não posso dizer: “Olha, determinada empresa vai se instalar em Salvador, vai se instalar em Lauro de Freitas, sem fazer o recorte étnico racial.” E vão dizer: “Não, é para o povo.” Esse povo precisa entender, na hora da inclusão, e dizer: “É para as pessoas negras na sua maioria.” Sem esse recorte racial, eu não vou conseguir resolver isso, eu vou estar, mais uma vez, embaixo, enxugando a água com a torneira aberta.

Então, para sinalizar, em termos de propostas, a gente tem que investir maciçamente em educação e garantir oportunidades. Mas não é o discurso da educação, não. É necessária uma educação que, de fato, valorize essa juventude; que invista em ciência, tecnologia e inovação, aprendendo que, quando eu falo de ciência, tecnologia e inovação, eu não posso achar que todo cientista tem que parecer com o Einstein, botar a língua para fora, soltar o cabelo e ser branco; eu preciso considerar que o cientista pode ser André Rebouças, Milton Santos, Kabengele Munanga e tantos outros. (Palmas.)

Isso faz uma diferença enorme!

E eu estou falando dessas coisinhas, mas tenho que garantir, por exemplo, apoio à rede das bibliotecas comunitárias, porque, se eu achar que política de segurança pública é só um papel da polícia, e eu vou resolver isso com mais armas, o resultado é esse aí.

Já chega! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço o depoimento de Sílvio e quero registrar também a presença do suplente de Deputado Estadual Ângelo Almeida, de Feira de Santana, de delegações do Município de Dias d’Ávila, Camaçari, Simões Filho, São Francisco do Conde e demais entidades de Lauro de Freitas.

Enquanto isso, companheiros, eu vou chamar aqui, para o seu depoimento, a Srª Lúcia Silva Simões, que vai fazer o depoimento como familiar de vítima.

E, logo depois, ouviremos a Deputada Moema Gramacho.

A SRª LÚCIA SILVA SIMÕES – Bom dia! Obrigado a todos.

Estou aqui atrás de justiça pelo que a polícia fez com o meu filho. Meu filho foi buscar uma chuteira na Santa Cruz e foi abordado em frente ao colégio e à igreja. Os homens nem documento pediram; a Polícia Militar nem documento pediu; e deram vários tiros no meu filho. E estou aqui com a minha dor pedindo justiça, porque vai fazer mais de um ano disso.

E eu estou aqui com a minha dor, com a minha tristeza, só tendo apoio do Cedeca. Só é esse o apoio que estou tendo; não estou tendo apoio de ninguém. E não estou tendo resposta, mas eu quero a resposta pela morte do meu filho.

Eu tinha seis filhos. Agora, eu só tenho um, porque o mais velho a polícia levou para ela. E, aí, como é que eu fico? Assim com a minha dor.

Quando a polícia entra no Nordeste, o meu filho de 7 anos diz: “Mainha, Mainha, a polícia, a polícia!” E eu: “Entra, meu filho! Entra meu filho!” Quer dizer, o povo está assustado com a 4011 no Nordeste, porque a 4011 no Nordeste está fazendo terror com as comunidades. (Palmas.)

Eu já não estou aguentando mais. Eu só quero justiça e que a polícia venha dar paz às mães. Ela só faz as mães chorarem. Por que isso? Existe a delegacia para quê? É para pegar os jovens e levar para a delegacia, e não agir com as próprias mãos.

Cadê a justiça agora? O meu filho já foi. Eu estou aqui sentindo a minha dor, a tristeza e a perda do meu filho.

Só isso que eu tenho para falar. (Palmas.)

Obrigada por ter me dado esta oportunidade, Senadora Lídice da Mata e todos os que estão aqui na Mesa, a Cedeca, que está me dando a maior... Só o Cedeca está me dando apoio pelo meu sofrimento; está sofrendo junto comigo. Isso, porque, quando eu chego lá, eu passo toda a situação.

Os meus filhos têm medo agora é da polícia, da Polícia Militar, que chega às comunidades, xingando mãe de família. Não sabe quem está envolvido, e quem não sabe é vagabundo, fala vários palavrões. Como é que a polícia chega à comunidade assim, xingando os idosos, em mãe de família, dando tapa na cara da gente? (Palmas.)

Como é que pode? Eu mesma moro no Nordeste e já levei tapa da Polícia Militar. Como é que pode?

A polícia está lá para trabalhar, para defender a gente ou para matar os nossos filhos, os nossos adolescentes? Como é que pode um negócio desse?

Obrigada pela oportunidade. Agradeço a todos. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Lúcia, pelo seu depoimento. Muito obrigada. Receba o nosso abraço, da nossa CPI. Está certo?

Depois, o nosso Relator vai conversar também um pouco mais com você. E nós vamos acompanhar junto com o Cedeca a situação de cada uma dessas mães de vítimas.

Passo agora a palavra à Deputada Moema Gramacho. (Palmas.)

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Bom dia a todas e a todos!

Eu quero cumprimentar e parabenizar a CPI, e assim cumprimento a nossa Presidenta. Temos muito orgulho de ter uma mulher presidindo esta CPI. Ela que já foi prefeita da Capital; ela de quem também tive o prazer de desfrutar da sua companhia como Deputada estadual por dois mandatos; e, agora, estamos juntas lá no Congresso na Comissão Mista de Violência contra a Mulher. De modo que tenho um orgulho muito grande de vê-la presidindo esta Comissão.

Cumprimento também os Senadores aqui presentes, Lindbergh e Humberto Costa, e parabenizo-os por estarem correndo o País, tratando de uma questão tão importante para a vida dos nossos jovens brasileiros.

Cumprimento o Sr. Prefeito Márcio Araponga Paiva e cumprimento, assim, todos os servidores da Prefeitura de Lauro de Freitas. Quero cumprimentar a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na pessoa do Presidente da Comissão Direitos Humanos, Deputado Marcelino Galo.

E peço desculpas aos demais, mas cumprimento todos os representantes das instituições aqui presentes e o faço na pessoa de Waldemar, nosso grande Waldemar, do Cedeca, um histórico defensor das nossas crianças, dos nossos jovens e adolescentes.

Parabéns, Waldemar! Sempre na luta!

Assim, cumprimentando todos os presentes, queria dizer que começo me solidarizando com todas as vítimas aqui representadas pela família de Joel e de Jonilsson, de Salvador; mas também me solidarizo com as vítimas de Simões Filho, de Lauro de Freitas, de toda a Região Metropolitana de Salvador, da Bahia e do Brasil.

Acho que isso é o mínimo que nós podemos fazer neste momento. As saídas, aparentemente, não são fáceis, mas nós precisamos continuar perseguindo essas saídas para acabar com isso que nós chamamos de um grave crime contra os jovens brasileiros, que são os assassinatos de nossos jovens, de forma precoce, tendo suas vidas ceifadas de forma abruta, precoce e de forma selvagem em muitos momentos.

Quero aqui dizer que, se a situação está ruim – e temos que considerar a realidade de que ela está ruim –, pode ficar muito pior se não fizermos alguma coisa, porque o que se apresenta por aquela Câmara, da qual, infelizmente, neste momento, estamos fazendo parte, sem condições ainda de mudança – e precisamos do apoio da população para fazê-lo –, é uma Câmara extremamente retrógrada, uma Câmara que pauta a redução da maioria penal, mas que não pauta acabar com os autos de resistência, onde a Polícia sentencia e executa sumariamente os nossos jovens.

É a violência chamada “normal” – mas nada deveria ser normal – e uma violência também institucional no País inteiro. Mas nós precisamos acabar com os autos de resistência. E a Câmara não pauta isso.

É a Câmara que pauta fazer um “parlashing” e que também está pautando não aprovar um fundo de enfrentamento à violência contra a mulher, condicionando a aprovação desse fundo à aprovação de uma emenda que diz que esse fundo não pode ser utilizado para as vítimas de aborto por estupro. Quer dizer, querem regredir a uma situação pior do que a do Código Penal de 1940! É uma regressão assustadora!

Então, essa Câmara, que pauta a terceirização, Senadores, é uma Câmara que não pauta o cuidado com as famílias, o cuidado com as pessoas e com jovens vítimas de violência.

Portanto, isso é o que estamos vivendo, e nós precisamos mudar essa realidade.

Eu queria falar um pouco da Bahia. Quero dizer que temos consciência do esforço que tem sido feito nos últimos anos, mas também temos consciência de que precisam ser feitas algumas mudanças, inclusive, no maior e melhor programa, que precisa ter modificações, que é o Pacto pela Vida.

Eu fui Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; acompanhei o Pacto pela Vida por dentro, e nunca vi um governador – na época, o Governador Jaques Vagner e, agora, o Governador Rui Costa – participar de uma reunião do começo ao fim, discutindo os problemas da violência em nosso Estado.

Agora, eu e o Secretário Elias sempre reivindicamos que o Pacto pela Vida, além do assento do Ministério Público, da Assembleia Legislativa, da Defensoria, dos policiais civis e militares, tinha de ter presente também, na mesma sala, a representação da sociedade, a representação do Nordeste de Amaralina, como vimos falar aqui; a representação de Itinga, o maior bairro aqui de Lauro de Freitas; a representação lá dos jovens de Porto Seguro. Essa é a participação social no Pacto pela Vida, que pode efetivamente ajudar na construção das diversas políticas que devem ser integradas.

Eu tive a oportunidade de implantar, Senadora Lídice da Mata, quando fui Secretária, a Orquestra Neojibá para fazer parte do Pacto pela Vida nos bairros mais carentes, levando a cultura, levando a música para os bairros mais carentes.

Enfim, há muitas coisas sendo feitas, mas, mesmo assim, ainda não são suficientes. Aqui, quando fui prefeita, tivemos a oportunidade de, em parceria com outros Municípios, ganhar um prêmio da ONU. Eram 2 milhões para investir em cursos. E investimos em cursos de qualificação, criamos a oficina de reciclagem de computadores, por meio do nosso Secretário de Educação Carlucho, Vereador aqui está presente, e implantamos as escolas abertas nos finais de semana, para a integração comunidade/escola.

Fizemos todo um trabalho com o Segundo Tempo, com o Mais Educação, porque a gente entendia o quanto era importante fazer essa integração entre educação, cultura, esporte, lazer e as políticas sociais.

Ainda também com o Governo do Estado, implantamos em Lauro de Freitas a UNIS, o Programa Vida Melhor, com inclusão socioproductiva, para fazer com que os nossos jovens tivessem oportunidade. Mas, ainda assim, a gente sabe que não é suficiente. Lauro de Freitas caiu do oitavo para o quinto lugar no Brasil, e nós precisamos reverter isso. Precisamos ter mais integração entre Municípios, Estados e Governo Federal.

Nós temos ainda de fazer, efetivamente, com que haja uma política de combate à droga nas fronteiras! Nós precisamos trabalhar com uma política efetiva de combate às drogas. A droga não entra de jegue; a droga entra de avião; a droga entra pelas mãos dos grandes, e nós precisamos deixar de criminalizar os nossos jovens e os nossos negros, os nossos das camadas mais pobres.

É claro – e ouvi aqui o Vereador falar – que nunca se abriu tanta vaga na universidade pública. Na Bahia, passamos 60 anos com uma universidade federal só. Hoje, temos seis novas universidades. Nunca se pôde ter tantos negros nas universidades através das cotas para negros, do Fies, do ProUni e de mais universidades públicas, mas ainda não está sendo suficiente.

Então, precisamos, efetivamente, estudar o que está acontecendo. É bom também lembrar que tem aumentado a violência na Bahia, mas a Bahia nunca deixou de ser antes um Estado violento. Quando fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Assembleia, por duas vezes, dividindo e alternando com o Deputado Yulo, nós víamos que os jovens negros eram enterrados como indigentes, nem a causa mortis era avaliada. Então, havia uma subnotificação dos assassinatos. Os jovens eram assassinados, eram levados para o IML e eram enterrados sem nome! E eram centenas de jovens que eram assassinados.

Então, a Bahia sempre teve esse viés da violência. E eu digo que é uma violência racista, e a gente precisa combater isso, porque estamos no meio da Consciência Negra, mas quantos e quantos jovens não foram assassinados nesse mês da Consciência Negra?

E nós precisamos discutir isso com a Polícia, porque a Polícia, na Bahia, embora também majoritariamente negra, mesmo assim, também mata. E nós precisamos discutir a mudança desse perfil cultural racista. Nós precisamos também discutir que estamos fazendo crescer uma cultura de ódio, e a Câmara também está propondo e se dispondo a aumentar, cada vez mais, essa cultura de ódio quando, inclusive, muitos dentro da Câmara pregam a homofobia, e nós estamos vendo aí os nossos homossexuais sendo assassinados simplesmente pelo ódio que se tem contra os homossexuais, com os jovens homossexuais estão sendo assassinados.

Portanto, nós precisamos, para finalizar, nobre Senadora, também falar da família. A família também precisa acompanhar mais seus filhos. Não adianta ter escola em tempo integral, não adianta a integração entre cultura, esporte e lazer e a família, os pais, depois que o menino ou a menina sai da escola em tempo integral, não sabem aonde eles vão. Então, a família não pode terceirizar os seus filhos; a família tem de acompanhar. É responsabilidade do Estado, sim, mas também é responsabilidade da família. Integrados escola e família, devem estar juntos, para salvar os nossos jovens.

E não podemos deixar de falar da comunicação. Aqui, na Bahia, há programas, no horário de almoço, em que, em vez de nós estar comendo, estamos vendo se dar dinheiro para assistir o programa, vendo arrastar as pessoas como se fossem mercadoria, pagando para ver assassinatos, pagando para ver as fotos. Eu considero que não podemos achar isso normal.

Não podemos deixar de nos indignarmos. Vivemos na era da “coisificação” do homem e da mulher e da humanização do mercado. É comum ouvir falar que o mercado está tenso, que o mercado está nervoso, que o mercado está preocupado, mas na hora em que morrem os jovens é “morreu mais um”, como se fosse uma estatística fria e calculista.

Nós precisamos fazer com que a comunicação... Não sou fã de censura, não! Lutei a minha vida inteira contra a censura! Fui uma das que, na Assembleia Legislativa, buscou federalizar os crimes contra jornalistas, porque, na Bahia, jornalista que falava engolia bala, jornalista que denunciava os donos da Bahia engolia bala! Eu poderia citar aqui inúmeros jornalistas que foram assassinados. Não acho que deve haver censura, mas também não acho que deve haver programas que estimulem e banalizem a violência, como vemos no cotidiano.

A gente precisa trabalhar para que possa haver mais interação entre os entes, os Municípios, os Estados e o Governo Federal. Precisamos humanizar a Polícia. Também não podemos criminalizar somente a Polícia, precisamos discutir as estruturas da Polícia, precisamos discutir a qualificação da Polícia, precisamos discutir como vamos transformar a Polícia efetivamente numa Polícia cidadã e comunitária. Não bastam as bases comunitárias. É preciso haver as bases comunitárias, mas deve haver também integração das bases com as políticas públicas. E, para isso, deve haver parceria entre Municípios, Estados e Governo Federal.

Precisamos garantir mais escolas de tempo integral, precisamos garantir mais políticas públicas culturais e sociais, mas precisamos também, cada vez mais, dar celeridade à investigação e à punição! Não dá para o pai de Joel chegar aqui e falar que há cinco anos aguarda uma posição. Não dá, não dá! A lei tem de ser diferenciada. A lei tem de servir para todos, mas também tem de ser diferenciada. Para determinados casos, tem de haver prioridade, tem de haver celeridade na investigação e na punição! Cada um que fica impune gera espaço para que haja um novo assassinato.

Portanto, eu também queria me somar aqui à nobre pesquisadora, quando fala que, em Lauro de Freitas e em Simões Filho, muitos jovens daqui são assassinados e que também muitos corpos são encontrados aqui, que vêm da capital, pela proximidade com a capital. Na realidade, Lauro de Freitas é uma cidade muito próxima da capital, sem os recursos da capital. Portanto, tem todos os problemas que a capital tem. E ainda trazem problemas da capital para cá. Já estou concluindo. Mas não tem a condição que a capital tem. Mas isso não pode servir de justificativa para que nós não continuemos lutando, cada vez mais, para acabar com essa violência que tem matado nossos jovens.

Finalizo. Acho que a cultura tem a ver com tudo que estamos trabalhando aqui. Finalizo, dizendo que, na Bahia, em Lauro de Freitas, já implantei, quando fui Prefeita, a Lei Antibaixaria. Foi o primeiro Município a implantá-la. O Estado da Bahia já implantou a Lei Antibaixaria. Tenho um projeto de lei no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, para implantar a Lei Antibaixaria. Também precisamos acabar com a cultura de pregar a violência. No caso da Lei Antibaixaria, trata-se de não deixar recursos públicos serem utilizados para macular a imagem da mulher, para pregar a violência ou para depreciar a mulher. (Palmas.)

Em vez de músicas como Gaiola das Popozudas, Um Tapinha Não Dói e outras, a gente podia cantar Gilberto Gil: “A paz invadiu o meu coração, de repente me encheu de paz [...] eu pensei em mim, eu pensei em ti, eu chorei por nós [...]” (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, nossa Deputada Federal Moema Gramacho.

Passo a palavra agora à Drª Maria Helena Lordelo de Salles Ribeiro, Juíza de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Lauro de Freitas.

A SRª MARIA HELENA LORDELO DE SALLES RIBEIRO – Bom dia a todos!

Saúdo a Mesa, na pessoa da Senadora Lídice da Mata; todos os presentes; as autoridades aqui presentes; a população.

Na verdade, eu gostaria de informar que tenho muito pouco tempo aqui, na Comarca. Assumi a titularidade da Vara há um mês somente. Percebo que a violência aqui é crescente, preocupante. Principalmente, jovens são mortos na periferia, em Itinga, em Portão, na região. Essa é uma preocupação constante do Judiciário.

Na Vara da Infância, não temos de ficar só na aplicação das medidas socioeducativas, mas, principalmente, na prevenção. Isso nós queremos fazer junto com o Conselho Tutelar, com o Conselho Municipal de Educação, com as crianças.

Vamos tentar ir às escolas, porque, neste pouco período em que passei na Vara, percebi que os adolescentes não frequentam as escolas. Pelo menos aqueles que estão respondendo a algum processo infracional estão fora da escola. Sempre pergunto o motivo, e alguns deles falam sobre a violência na própria escola, falam da violência praticada pelo colega, falam do grupo que quer pegá-lo. Isso os afasta da escola. Então, temos de ficar próximo a essas escolas, temos chegar a essas famílias. Temos de conversar com esses adolescentes e de buscar entender o motivo dessa violência que os aflige e que vitimiza esses jovens, que têm de estar dentro da escola. Então, temos de buscar alternativas. Eles ficam por muito tempo ociosos. Quando eles saem da escola, eles ficam nas ruas e ficam ociosos, e isso não é bom. Isso não é bom para ninguém, não é bom para a família, não é bom para eles mesmos, pois eles vão ficar sem formação.

Então, precisamos estar atentos. Vamos ficar atentos a isso, trabalhando algumas atividades esportivas, buscando alguns trabalhos de algumas instituições que atuam com jovens, para nós inserirmos esses jovens. Acho que o Vereador falou muito bem sobre inclusão, sobre família. É preciso tirar esses jovens das drogas.

Então, o Judiciário, neste momento, precisa e vai chegar próximo a esses jovens, não só para aplicar medida socioeducativa, mas, principalmente, para impetrar ações de prevenção. Está bom?

Era isso que eu gostaria de falar. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

Quero registrar a presença da Deputada Estadual Fabiola Mansur, a quem agradecemos. (Palmas.)

Agrademos a presença de Clóvis Marques, Capitão da Polícia Militar; de Marinho Soares, Professor de Direito, Pesquisador em Segurança Pública e também Assessor da Fundação Pedro Calmon; de George Félix de Oliveira, Superintendente da Sudics, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

Vamos passar a palavra, dando continuidade à nossa reunião, à Srª Evani Conceição Brito.

Estou colocando os familiares para falarem logo nesta fase, porque estamos aproveitando a presença do nosso Relator e dos Senadores que vão ter de sair da reunião mais cedo, daqui a pouco.

Portanto, passo a palavra à Srª Evani Conceição Brito Dias, mãe de uma vítima.

A SRª EVANI CONCEIÇÃO BRITO DIAS – Bom dia!

Hoje, não estou aqui na condição de mãe de Ângelo e de Damasceno. Estou aqui representando muitas mães que, como eu, perderam seus filhos por causa de policiais truculentos, pessoas que se dizem policiais, mas que, realmente, como creio, não são policiais. Inclusive, eles estão presos. A morte de meu filho não foi relacionada, em momento nenhum, a esses policiais.

Meu filho estava trabalhando em um restaurante por volta de 10h, de 10h50, por aí. Ele estava preparando as quentinhas que ele entregava no aeroporto, quando dois policiais entraram, identificaram-se como policiais e levaram meu filho. Disseram para o outro que trabalhava com ele: “Você fica como contato.” E pediram R\$10 mil em meia hora para a família de Ângelo, porque Ângelo tinha um passado. A família lutou para botar uma portinha para ele vender quentinha. Não era um restaurante. Ele vendia quentinha, para tirar o sustento das duas filhas. Era ótimo pai.

Levaram meu filho. Ligaram, ligaram, ligaram e pediram R\$10 mil. A gente não tinha R\$10 mil. Somos trabalhadores. Eu sou empregada doméstica! Trabalho de dia e trabalho de noite para tirar o sustento da minha família.

Levaram meu filho. A gente conseguiu R\$3,9 mil, pedindo a um, pedindo a outro. O dinheiro do aluguel, o dinheiro da luz, tudo mais que eu tinha juntado deu R\$3,9 mil. Ele estipulou que o rapaz que estava trabalhando com ele levasse o dinheiro, dizendo que ia soltar meu filho. Rodou com meu filho num carro grafite. Quem viu a reportagem viu que eles usavam um Gol grafite e um Gol preto. Levaram meu filho. Por volta de uma hora da tarde, eles pegaram o dinheiro e disseram: “Daqui a meia hora, solto o rapaz.” Pegou o celular do

rapaz que entregou o dinheiro. Disse: “Me dê seu celular aí!” Levou o celular que estava com meu filho e desapareceu com meu filho numa quarta-feira do dia 26 de agosto de 2015.

Aí fomos procurar meu filho, porque ele não apareceu. Fomos à delegacia, fomos ao IML, fomos ao Hospital Geral do Estado e não achamos meu filho nem morto nem vivo. Isso foi em Itapuã, especificamente em Nova Brasília. Fomos à delegacia de Itapuã, e nos mandaram para a DHPP. Disseram para esperarmos 24 horas. Já viram caso de vítima de sequestro em que se tem de esperar por 24 horas para se fazer uma queixa? Foi sequestro! Ele estava desaparecido. Fui à DHPP, e o primeiro policial que me atendeu, quando eu disse que era policial, falou: “Minha senhora, você não pode dizer que é policial! A senhora pode ser presa. Como a senhora sabe que era policial?” “Eles se identificaram como policiais. Até então, eram policiais.” “Policial não usa esse carro.” “Está bom.” Fui chamada lá em cima, em outro setor. Era uma diferença! Parecia que eu tinha mudado de país. A investigadora conversou comigo muito bem. Ela conversou comigo direitinho. À medida que eu ia contando o que tinha acontecido com meu filho, eles falavam: “Esse caso aconteceu tal dia em outro bairro.” Eu estava tão nervosa que não pude gravar os bairros em que aquilo tinha acontecido.

A pessoa foi sequestrada porque tinha um passado! Meu filho foi preso, foi condenado a cinco anos e pegou três anos e dez meses de cadeia! Ele não devia mais nada. O que devia ele estava assinando, de três em três meses, direitinho. Ele estava trabalhando direitinho para sustentar as filhas dele. E é arrancado!

Na sexta-feira à noite, meu filho foi achado no IML com um tiro na cabeça. Vamos ver como foi isso? Como foi isso? A moça do IML disse: “Seu filho foi entregue aqui na quinta-feira, à meia-noite.” Quando meu filho foi achado, no mesmo dia, na quarta-feira, fomos para o jornal local. Ele foi achado onde? Em Camaçari. Meu filho foi pego em Itapuã e foi achado em Camaçari, atrás do Consulado da Bélgica.

Ele foi executado por policiais, esses que a gente paga! Eu os paguei para matarem meu filho! Paguei não só o resgate que eles pediram! Pago quando compro arroz, quando compro feijão, quando compro farinha. Vá ver lá quanto pago de imposto? (Palmas.)

Quem paga esses policiais para matarem meu filho? Eu os paguei para matarem meu filho, como muitos outras mães e muitos outros pais pagaram para eles matarem seus filhos.

E o jogaram lá. Fizeram uma manobra tão grande para eu não achar meu filho, para ele ser enterrado como indigente. Meu filho foi achado sem roupa. Ele foi pego com roupa e com documento! Os documentos não apareceram. Quase não consigo o atestado de óbito do meu filho porque ele não tinha documento. Meu filho quase foi enterrado como indigente, porque eu nunca ia imaginar que ele estava em Camaçari. Como eu ia imaginar, se ele foi pego em Salvador, que ele estava em Camaçari? E como ele foi achado pela Polícia às quatro e meia da tarde e a gente só veio a saber disso na sexta-feira, à noite? Ele foi achado na quarta-feira mesmo, às quatro e meia da tarde, já sem vida. É o que diz o jornalzinho lá de Camaçari.

Por que isso não passou em outros lugares? Meu filho foi apenas uma pessoa que sumiu, que desapareceu; não foi dado como morto. A família sabe que ele morreu, mas para a sociedade ele sumiu, desapareceu. Por que tinha um passado? Por que cometeu alguma coisa no passado? Cumpriu, pagou pena e foi executado. E alguém me diz assim: “Tem que haver pena de morte no Brasil”. Mas pena de morte para pobres e negros? (Palmas.)

Pelo amor de Deus, gente, vamos abrir o olho! Tem que haver projetos, tem que reeducar, o Governo tem que investir na periferia; não é pegar o Pacto pela Vida... Que pacto pela vida? Respondam-me: que pacto pela vida é esse que pega policiais e bota na comunidade para oprimir a comunidade? (Palmas.)

Eu tenho um filho que saiu para trabalhar 5h da manhã, um jovem, com a marmita do lado, e um policial pega a marmita – é baculejo, porque o pobre tem que ser baculejado mesmo indo trabalhar, quem sabe no lugar da comida ele não tem uma arma, – abre, joga a marmita e diz: “Vá pegar”. Pensa na cabeça desse jovem. E, aí, eu tenho que ser uma mão psicóloga para poder convencer o meu filho que ele tem que fazer a diferença; e, depois, ele vê o irmão dele morto dessa forma.

Vai ver o coração desse jovem, a mente desse jovem. A minha família foi destruída. As filhinhas dele ficaram – uma de um ano, nem isso, ia completar um ano, e a outra tinha dois anos. E o que é que eu vou dizer para as filhas dele depois? Seu pai morreu porque era um marginal?

E quantos marginais que há de colarinho branco? Que são presos hoje e soltos amanhã? (Palmas.)

Digam-me aí! Eu trabalho em casa de gente chique. Eu vou à casa de gente chique e vejo dizer assim: “Tem que limpar a sociedade”. Matando os pobres? Que injustiça! É muito lindo isso, é muito fácil – é muito fácil. Dizer assim: “Eles tinham que morrer”. Ele tinha que ser julgado se ele devia. Ele tinha que pagar, porque para isso foi feita cadeia. Então, abre as cadeias, detona. Joga uma bomba nas cadeias e acaba, se é que os pobres têm que morrer, porque as cadeias foram feitas para isso.

“Tem que aumentar a maioria penal.” Tem? Tem. Mas de pretos e pobres, porque rico, filhinho de pai, vai ser sempre menor de idade, vai sair sempre “de boa”, como dizem aí. Sabe por que isso acontece muito? Vou dizer, são três coisas: a primeira, a ganância; a segunda, a certeza da impunidade... (Palmas.)

Porque, se eles tivessem certeza de que iriam pagar, seria diferente, mas eles têm certeza de que até vão ser presos, mas que, de alguma forma, eles irão sair numa boa. E quem morreu foi quem perdeu a vida. E as famílias é que ficaram destruídas. A família é que perdeu mais uma vez.

Eu vim aqui hoje, eu poderia falar lá dentro, porque eu tenho outros filhos, mas eu preferi estar aqui, mostrando a minha cara, pelas outras mães que não puderam estar aqui hoje. Eu estou aqui representando as mães que não puderam estar aqui hoje e que também perderam o seu filho desse mesma forma. (Palmas.)

Eu acho que está na hora do Governo abrir os olhos – governo em geral, desde o Federal, ao Estadual, ao Municipal, desde a Presidente... Porque falam: “Ah, a Presidente, a Presidente...”, mas se esquecem de que Governo é feito com Presidência, Deputados, Vereadores e outras mais cadeiras. Todo mundo ganhando milhões!

Sabe quanto é que eu ganho trabalhando durante o dia e a noite? No máximo, eu tiro R\$1 mil por mês, ficando até oito dias sem ir em casa, sem ver meus filhos, sem ver meus netos. Sabe quantos dias há que eu vi minha neta? Eu não sei. Ela não tem pai, e eu não posso ver minhas netas todos os dias, porque eu tenho que trabalhar para comer.

Vocês sabem como é que a polícia – perdoe-me, mas é assim mesmo – faz com os pobres na hora do baculejo? No dia que eu estava indo para casa, depois do sepultamento do meu filho, houve um baculejo no ônibus. E o policial – porque meu filho olhou para o lado – pegou o pescoço do meu filho e fez assim... E eu disse: “Epa, não faça assim com o meu filho, não”. Precisa ver como ele falou comigo: “Minha senhora!” Não vou nem falar as coisas que ele falou, o policial. É para isso que a gente paga o policial? Não, não é para isso, não. É assim que vai acabar com a violência? Eu tenho certeza que isso só vai aumentar mais e mais a violência.

E eu agradeço por vocês terem me ouvido. Eu não tenho mais nada a falar. (Palmas.)

Eu deixo agora para a sociedade refletir nas minhas palavras. Para o Governo refletir nas minhas palavras; para o Governo refletir que pobre é gente. Os policiais dizem assim – e digo porque ouvi um jovem que atropelou um motoboy na rua comentar: “Vai dar nada não; ele mora em uma comunidade em que todos são ladrões”.

Eu posso ser chamada de ladra? Não posso, porque eu trabalho 24 horas por dia. Como eu posso ser chamada de ladra se há dia em que falta leite na minha casa, mesmo eu trabalhando 24 horas por dia; se há dia em que falta carne na minha casa, mesmo eu trabalhando 24 horas por dia? E eu não vou lá usurpar nem tirar de ninguém, como muitos políticos fazem ganhando milhões – milhões! (Palmas.)

Não são R\$1 mil por mês trabalhando 24 horas. Trabalham algumas horas e ganham milhões!

E estão de cara limpa, não têm vergonha na cara. E a gente tem que votar, é obrigatório votar. “É assim porque todo mundo vota.” Mas não é obrigatório votar? Eu posso não votar? Eu quero que alguém me responda: eu posso não votar? E eu tenho que votar em branco? Por que eu tenho que votar em branco?

Agora, o que eu peço são representantes sérios em todas as áreas do Brasil, não só na política, porque a corrupção também não é só na política, é na polícia, em outras áreas, na medicina.

É bom estar aqui, porque posso até relatar uma coisa. Meu cunhado sofreu um AVC, foi internado no Menandro de Farias e, logo em seguida, mandado para casa. Teria que fazer uma tomografia, mas como no Menandro de Farias não havia tomógrafo, foi mandado para casa doente, com risco de morrer, ficar aleijado.

Eu disse à minha sobrinha: “Leva no Geral do Estado. Mas ela levou no Roberto Santos. Para que serve o Roberto Santos, gente? É para atender, porque a gente paga. Você sabe o que alguém disse a ela lá? “Tudo agora é AVC.” Como é que se diz isso a uma filha vendo o seu pai podendo ter uma crise ali e morrer, ou ficar torto, um pai de família, para o resto da vida, trabalhador. “Tudo agora é AVC. Leva ele à UPA.” Chega na UPA, leva ele para casa.

Quando, em alguns dias, a gente conseguiu arranjar alguém, porque para internar é assim, você tem que conhecer alguém dentro do hospital, para internar o seu paciente. Internou, fez a tomografia. “Sr. Renato, o senhor teve um AVC”. E fica como isso, gente? “O senhor teve um AVC”. Como é que ele estava aguentando um coágulo na cabeça?

Porque é pobre, gente. O médico, a gente paga, se sacrifica, porque, para pagar o INSS, tira-se uma parte do nosso salário. Se alguém não sabe, quando eu recebo o meu salário, já está descontado o dinheiro do médico. Ou não está?

E o médico olha para a cara de quem paga o INSS e diz: “Tudo agora é AVC”. A gente chama Samu, e o cara diz assim: “Tudo agora tem que chamar Samu”.

Isso tudo tem que mudar, nós estamos no século XXI. A país de primeiro mundo, desse jeito a gente nunca vai chegar. Enquanto os políticos em vez de pensarem em governar um país pensarem em encher o bolso, a gente não vai nem engatinhar, nem sair do berço, quanto mais chegar a país de primeiro mundo. Enquanto

políticos só pensarem em se dar bem, como é que a gente vai estar lá na primeira página do The New York Times? (Palmas.)

É. Lauro de Freitas, maioria de jovens na faculdade, maioria de jovens são médicos, advogados, doutores. Não deixam nem nossos jovens estudarem. Jovem não pode nem vestir roupa, tem que comprar um short lá no balaio, que vista hoje, rasga amanhã, porque se a polícia pegar um jovem com uma roupa boa: “É ladrão. Como conseguiu?” Não sabem que a gente paga em oitocentas vezes. Quem é mãe sabe que a gente compra roupa para nossos filhos em oitocentas vezes no cartão.

Eu não vou cair não, não se preocupe, tem uma mão maior que está me segurando aqui. Eu pedi orientação a Deus. Eu disse, ali sentada naquele banco: Deus, me segura com teu Espírito Santo e que eu não venha falar coisas vãs, e que não seja eu, Senhor, falando ali, mas que seja tu, falando da necessidade do povo brasileiro, povo que está cansado de sofrer, povo que está cansado de trabalhar e passar fome.

E principalmente aqui na Bahia, porque a gente ainda houve aquelas brincadeiras que baiano vive deitado numa rede. Esse meu cunhado acorda três horas da manhã para ir para a Ceasa. Cadê a rede dele? Ele nem dorme.

Então, é muito doloroso a gente ver um Brasil desse. Eu quero ver, antes de morrer, um país diferente, um país da igualdade social. O racismo aqui no Brasil não é tão somente de raça, de cor, o racismo aqui é social. Se não tem dinheiro, você não entra em lugar nenhum. (Palmas.)

Se você é preto, mas tem dinheiro... Pelé aí. Pelé é de que cor mesmo? Pois é. O racismo não é totalmente de cor de pele, mas de grana, dinheiro. A ganância.

Não se preocupem que eu não vou cair, sei que tem alguém aqui me segurando.

O racismo é esse aí, a ganância. As pessoas querem mais e mais. E para levar para onde? Para onde vocês vão levar tanto dinheiro? Caixão não tem gaveta não.

O meu filho morreu, mas todo mundo vai morrer. Não vai levar para lugar nenhum.

Então vamos levar o nosso nome. Vamos preservar o nome.

Poxa, aquele político, você viu, lutou pela sociedade. Isso vai ser para a vida toda, como o Nelson Mandela. Ele morreu, mas está lá nas redes sociais o feito dele. É isso que tem que ser política. É ser lembrado pelo feito.

Lula, por exemplo, se ele tivesse feito a diferença, seria diferente. Veio de não sei onde, era pobre, ou era rico, mas ele fez a diferença. Ele chegou lá na Câmara e mudou tudo, mudou leis. Acho que o Brasil não precisa mais de leis. O Brasil só precisa de uma coisa, que a lei seja cumprida para todos.

Precisam se cumprir leis. São tantos juízes fazendo greve. Greve de que, se os processos estão lá acumulados? Me diga aí, greve de que mesmo, se os processos estão lá acumulados?

Tem que ser justo. Justiça, o nome já está dizendo. Que justiça é essa?

Está aqui o meu apelo.

Agradeço a todos e tenham um bom dia. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero registrar a presença do Marv – Movimento de Apoio e Respeito à Vida, de Lauro de Freitas; registrar a presença de Júnior Gonçalves, o presidente. Esse é um movimento educacional de importância nessa cidade; registrar a presença de membros da Posse PCE Hip Hop; registrar a presença de Cláudio Reis, Superintendente da Supir, Superintendência de Promoção da Igualdade Racial, de Lauro de Freitas.

Vou transmitir a vocês as desculpas da Deputada Moema Gramacho, que se retira para pegar o voo dela.

Vou chamar a próxima pessoa que vai falar, o Sr. Carlos Alberto Silva Júnior, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial, da Presidência da República.

Quero avisar ao Cel. Sérgio Luiz Baqueiro dos Santos que depois do Sr. Carlos Alberto ele poderá usar da palavra.

Quero lembrar a você, Carlos Alberto, se possível, que deve manter-se dentro do tempo, em razão do adiantado da hora. O nosso Relator viaja às 14 horas, e eu permaneço com o Senador Humberto Costa.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVA JÚNIOR – Serei muito breve, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – São cinco minutos, no máximo.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVA JÚNIOR – Bom dia a todos e todas!

Inicialmente, quero agradecer a oportunidade, Senadora, de fazer esta fala aqui. Quero transmitir o abraço da Ministra Nilma Lino Gomes, a Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, que não pôde estar presente por compromissos em Brasília, mas pediu que eu viesse representá-la aqui.

Quero saudar esta Mesa em nome de V. Exª e dizer que o Ministério está à disposição da CPI para contribuir com informações e dados que acharem necessário. Eu vou dispensar as saudações formais para ir direto ao assunto.

Muito se fala sobre o fenômeno que acontece hoje. Mas, no Ministério, nós entendemos que o racismo é um fenômeno ambíguo, porque ele nasce a partir da sua negação. E percebemos hoje, cada vez mais, que cada vez que a gente vem negando o racismo, vem visibilizando o racismo, ele vem se sofisticando e vem cada vez mais causando mortes na nossa sociedade. Haja vista os dados já trazidos aqui tanto pelo Mapa da Violência de 2006, no qual se diz que, ser jovem e negro neste País, de 15 a 29 anos, significa ter três vezes mais chance de morrer do que um jovem branco. A mulher negra tem aumentada em 54% as chances de sofrer violência no nosso País, apesar de tantas políticas públicas que este Governo, em 12 anos, implementou.

Já entraram, como o próprio Sílvio Humberto, que me antecedeu, falou – tive a honra de trabalhar na Câmara de Vereadores, no primeiro mandato do Vereador Sílvio Humberto – 150 mil jovens negros na universidade. Ou seja, temos jovens negros na universidade, mas são perceptíveis, e a gente precisa cada vez mais debater e refletir sobre isso, ou seja, os procedimentos operacionais padrões da Polícia do Estado da Bahia, como também das polícias de todo o Brasil.

Eu vou citar apenas um exemplo, e a Comissão deve ter ciência dele, no Município de Guarulhos e no Município de Campinas, em São Paulo, existia uma ordem expressa do comandante de Polícia dessas duas cidades no sentido de que um indivíduo jovem e negro seria preferencialmente abordado naquelas comunidades, sobretudo nos bairros nobres das comunidades. E isso é simplesmente um absurdo e nós não podemos culpar única e exclusivamente o sargento, o cabo ou aquelas pessoas que estão fazendo a rota, se aquela é uma política daquela instituição. E isso acontece no Estado da Bahia.

E eu sou daqui, por isso falo com total tranquilidade. Sou nascido e criado no Cosme de Farias e, ao chegar à adolescência, mudei para Amaralina, para o Nordeste de Amaralina. E é perceptível a forma de tratamento que é dado para as pessoas que transitam no Nordeste de Amaralina para as pessoas que moram no bairro da Pituba. São bairros limítrofes, para quem não conhece.

Em 2013 eu já estava em Brasília, mas eu vi na semana que teve uma operação policial no bairro do Nordeste de Amaralina, onde 12 jovens negros morreram. E o que acontece, Senador Humberto Costa? No outro dia, a imprensa dizia assim: “Traficantes em combate com polícia tombam no Nordeste de Amaralina.”

Eu só quero dizer uma coisa: se eles fossem traficantes, nós não sabemos, porque muitos não tinham nem passagem na polícia, mas, se eles fossem, e quero admitir aqui publicamente, não daria autorização à Polícia Militar do Estado da Bahia executar essas pessoas. (Palmas.)

Porque ser traficante nesse País não muda a nossa Constituição, não muda o nosso Código Penal, para permitir a pena de morte para essas pessoas.

Então, precisamos refletir sobre isso. E cada vez mais, com o próprio racismo institucionalizado na sociedade, eu já caminho para a finalização, Senadora, vem causando um frisson na sociedade, que autoriza a carne mais barata da feira, como já foi cantado em verso e prosa aqui pela Elza Soares, é sempre a mais barata da feira. E é permitido usar do nosso corpo. E o pior, a sociedade aceita isso como um fato corriqueiro. Porque se a gente falar que no bairro da Pituba 12 jovens foram mortos porque estavam fumando o seu baseado, vamos dizer isso, na imprensa no outro dia sai: “Polícia Militar, em abordagem equivocada, fere jovens brancos por estarem se divertindo.”

Porque é assim que é feito. O tratamento dado à juventude negra desse País é um tratamento dado para a morte. Ou você mata esses jovens, ou você encarcera esses jovens. Preferencialmente você mata.

O que percebemos dentro dos mapas? Tem um mapa do encarceramento aqui, 75% das pessoas que estão encarceradas são jovens e são negros.

Então, não é possível que a única política pública para a periferia seja a política da segurança pública. Não é possível mais ter isso. Porque os jovens têm talento e mais de trezentos mil jovens foram mortos nesse País em dez anos. Quantos Milton Santos a gente perdeu, Sílvio Humberto? Quantos cirurgiões que poderiam ter achado a cura da aids, a cura para o câncer nós perdemos? Quantos talentos perdemos para o aparato policial estatal? E precisamos refletir sobre isso.

Enquanto não tivermos uma política que perpassa a cultura, a educação, e que, cada vez mais, possa nos superar esse racismo evidente na nossa sociedade, esses jovens continuarão morrendo. E isso nós não queremos mais.

Para finalizar, o Governo Federal vem trazendo políticas. E disponibilizaremos tanto à Presidenta quanto ao Relator todas as políticas que viemos fazendo para tentar minimizar esse extermínio que foi descrito como simbólico na comissão da Câmara, mas que nós percebemos no nosso cotidiano, a população negra vem percebendo esse racismo no seu cotidiano, para que isso venha ser minimizado cada vez mais, e que isso não possa ocorrer e que esses jovens não passem a ser apenas estatística. Porque é duro ficar ouvindo as três mães que estavam aqui, porque eu percebo, Sílvio Humberto, que poderia ter sido a minha mãe.

Hoje, eu não tenho 52 como o Sílvio Humberto, eu tenho 31, saí da juventude há pouco tempo e vim de um bairro pobre, eu andava de ônibus e tomei baculejo de policial. Então, poderia ter sido eu que por uma abordagem equivocada poderia ter morrido e minha mãe poderia estar aqui nessa audiência pública falando sobre morte.

Então, para finalizar, não podemos reproduzir isso e achar que isso é corriqueiro na nossa sociedade e que essa morte de jovens negros pode ocorrer única e exclusivamente porque eles estão no tráfico ou porque eles ali não tinham perspectiva nenhuma ou porque nos bairros deles têm bandido. Também nas comunidades, na periferia existem pessoas direitas, existem pessoas que vêm contribuindo para o avanço de diversos segmentos da nossa população.

E ser do tráfico ou usufruir do comércio do tráfico não autoriza a Polícia Militar ou o aparato estatal a fazer o extermínio da nossa juventude negra.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para usar a palavra agora, o Cel. Sérgio Luiz Baqueiro dos Santos, Comandante do Policiamento Regional da Bahia de Todos os Santos, também representando a Polícia Militar da Bahia.

O SR. SÉRGIO LUIZ BAQUEIRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Senadora Lídice, em sua pessoa cumprimento todos da Mesa e todos os presentes.

Desde já, agradeço, em nome da Polícia Militar da Bahia, em nome do Exmo Sr. Cel. Anselmo, Comandante-Geral, esse convite para participar deste importante trabalho. Sabemos que ele já vem caminhando há certo tempo e que tem o objetivo muito claro de desmistificar o que realmente está por trás desse número insuportável de vidas ceifadas por ano.

Eu sou o Cel. Sérgio Baqueiro, como foi anunciado, aqui representando o Cel. Anselmo, mas comando uma região que corresponde a um terço da cidade de Salvador, com 1,2 milhão de pessoas vivendo em uma das áreas mais pobres da cidade, uma área que evoluiu de forma totalmente irregular, uma área onde o Estado, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, tem muitas dificuldades para chegar e prestar seus serviços. Trata-se de uma área que, por ter também uma geografia complexa, com muitas encostas, facilita que os traficantes optem por se instalar nesses locais.

Essa área que comando, essa região que comando, a Bahia de Todos os Santos, sai do Campo Grande e vai até São Tomé de Paripe e volta por Valéria, São Caetano e Liberdade. É uma área muito extensa. Aqueles que moram em Salvador e estão aqui sabem do que eu estou falando.

Tenho a honra de, há 35 anos, pertencer à Polícia Militar da Bahia. Sei que os depoimentos citados aqui, muitos deles falavam diretamente de minha corporação. Mas eu não posso deixar de defendê-la, porque se há uma instituição que bem ou mal está por 24 horas nas ruas é a Polícia Militar. E a população sabe disso, a população mais carente sabe disso, sabe porque, quando ela procura um socorro imediato, ela não vai achar de imediato médicos, ela não vai achar de imediato ambulâncias. O único braço do Estado que ela encontra é a Polícia Militar, que muitas vezes faz partos. E os senhores e as senhoras já viram isso em fotografias difundidas pela imprensa. Sei que erramos, mas erramos porque trabalhamos, erramos porque estamos lá.

Os senhores, ao me verem adentrar aqui o recinto, me identificaram facilmente, pois o nosso uniforme nos identifica. E por isso estamos sendo mortos em determinados locais e em determinadas situações, ou seja, nós estamos expostos, como estamos expostos aqui para recebermos as principais críticas, mesmo sabendo que a questão dos crimes contra os jovens tem comprovadamente uma ligação muito, muito e muito superior com o tráfico. Mas as pessoas e muitas vezes as comunidades, por medo, não podem colocar isso, não se sentem à vontade para colocar isso. Peço que aqueles que não têm ainda o número, anotem o número do Disque Denúncia, porque precisamos esclarecer realmente quem é o verdadeiro inimigo. E eu juro para os senhores que não é a Polícia.

A Senadora foi prefeita de Salvador e pode muito bem rememorar o que era Salvador na época em que foi prefeita e o que é hoje. Eu nasci no bairro do Uruguai, morrei no bairro de Roma quase a minha vida toda, morrei durante dois anos em Paripe.

E, para aqueles que são de fora, esse é um dos bairros que compõem a Aisp 5, junto com Periperi, Coutos, Lobato e outros. Eram bairros que, quando tive minha juventude, não eram assim, não sei se porque, na época, se investia mais em esporte e quem participava de esporte não adentrava o mundo da droga. Hoje são bairros completamente transformados pelo tráfico, e, por mais que o problema pessoal das pessoas que aqui relataram de forma muito coerente, muito precisa, por mais que os seus problemas tenham sido relacionados a policiais que falharam por imprudência ou mesmo por não honrarem a farda que vestem e não respeitarem a sociedade que os instituiu, por mais que isso ocorra, peço aos senhores que, para essa CPI, ainda que seja à parte, coloque a realidade do que é o mundo da droga hoje nos seus bairros, porque precisamos enfrentar o

problema e não vamos enfrentá-lo enquanto não entendermos o que o crack representou nesses bairros, em especial nos bairros periféricos.

Falo em especial, porque hoje já está, infelizmente, alcançando da roça até os bairros nobres das nossas cidades, e, se não adotarmos uma postura como sociedade, não teremos a sociedade no futuro como a conhecemos.

Minha corporação adentra todos os dias essas áreas, e temos percebido, ao longo de 2015, já vamos aí para 2.311 jovens mortos, na Bahia, entre janeiro e outubro de 2015. É uma situação complicadíssima!

Senhores, ao adentrarmos esses bairros, estamos vendo acontecer algo que não acontecia antes, e quem mora aqui em bairro periférico sabe disso mais do que eu: estamos vendo facções, vendo quadrilhas armadas enfrentando, e enfrentando forte, não é coisa pequena, não. E os senhores aqui, em Lauro de Freitas, não estão longe disso, não, quando olham determinadas ações, principalmente Itinga, Portão; em Salvador, percebemos muito isso na Aisp, no subúrbio ferroviário, em Valéria, quadrilhas com dez, 15 marginais, armados ao mesmo tempo, diga-se de passagem, bem armados. Só este ano, apreendemos, na Liberdade, duas metralhadoras. Onde, antigamente, víamos tanta arma assim, e com esse tipo de arma?

Vivemos num País que tem fronteiras com diversos outros países, temos uma dificuldade de fiscalização do Governo Federal nessas fronteiras, porque elas são muito grandes. Temos, na Bahia, um espaço de mar muito grande também, isso tudo facilita tráfico de tudo quanto é forma. A Bahia faz divisa com diversos Estados também, não é uma situação fácil.

Sei que o tempo é curto, mas o que eu queria deixar para os senhores era um depoimento de que somos também moradores dessa mesma cidade que os senhores, sofremos também, e gostaria de resumir as minhas palavras numa colocação que o Tenente Coronel Ramalho fez aqui, mas gostaria de complementar. Todo dia 2 de novembro, Dia de Finados, nos reunimos na Vila Militar do Bonfim, para prantear os nossos companheiros que tombaram em defesa da sociedade, e ficamos tristes, porque nenhum órgão desses, quando morre um cidadão, lembra que esse policial também é um cidadão. Isso é muito raro, é uma mágoa que carregamos, porque assistimos em outros países que ao fato de que, quando morre um policial que defende a sociedade, essa sociedade entende isso por mais que não goste das instituições, por mais que não goste da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal, mas, naquele momento, é importante lembrar que aquele cidadão morreu por você.

Gostaria de encerrar minhas colocações, exceto se tiver alguma oposição da Mesa, citando o nome do Soldado Denisson, que morreu este ano na cidade de São José da Vitória. Foi um crime bárbaro, extremamente hediondo, em que ele, percebendo que havia algo errado na agência dos Correios – uma cidade policiada por dois policiais –, avançou e foi fazer uma abordagem. A pessoa que o recebeu, o vigilante, abriu a porta mas não podia dizer nada, não podia nem dar um dica para ele de que os marginais estavam dentro da agência.

Ele ainda colocou a arma na mão, em cima do coldre, mas não chegou a sacá-la. Ao adentrar, o vigilante abriu a porta, sem sinalização, e, quando entrou para ver o que era, já foi recebido a tiros; mesmo caído, mesmo já ferido e perto da morte, ainda foi chutado, foi arrastado de uma forma muito brusca. Sentimos essa perda, porque poderia ter acontecido com qualquer um de nós.

Mais recentemente, todos os senhores acompanharam a soldado Dulcineide, mas conhecida como Dulce, mais conhecida pelo seu sorriso, que hoje faz falta aos companheiros que com ela trabalharam. A soldado Dulce, em Pituaçu, estava trabalhando num posto de saúde, atendendo pessoas, fazendo mais do que o seu trabalho. Ela poderia estar lá encostada numa parede com uma arma em condições de uso, mas não, estava participando do dia a dia do posto, fardada, ostensiva. A última cena que aparece dela, por incrível que pareça, a última cena que a câmara interna pegou dela foi um sorriso, cumprimentando as pessoas que estavam ali sendo atendidos. E, de imediato, quatro marginais atacaram o posto, um deles foi direto para cima dela e efetuou dois tiros, um na cabeça e outro no pescoço, sem nenhuma chance de defesa.

Gostaria, em nome desses dois policiais, Soldado Dulcineide e Soldado Denisson, que os senhores nos ajudassem também com orações para essas pessoas que morreram em prol da sociedade.

Obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço o depoimento do Coronel Sérgio Luiz Baqueiro.

Quero registrar a presença da Agência de Comunicação do Subúrbio, Agência Cipó, projeto da juventude negra e participação política.

Vocês devem ter percebido, falam duas pessoas na Mesa, mudamos a Mesa e vamos trocando com a Mesa estendida. Estava aqui na primeira fila. E também fazendo um revezamento entre as pessoas, tanto familiares de vítimas, também com representações da sociedade.

Quero chamar agora para falar Ricardo Andrade, do movimento hip-hop e do movimento negro de Lauro de Freitas, por cinco minutos. Depois, ouviremos a palavra do nosso Relator, Senador Lindbergh. (Palmas.)

O SR. RICARDO DE ANDRADE – Olá, boa tarde a todos e a todas.

Saúdo a Mesa, na pessoa da Senadora Lídice da Mata e do Prefeito do Município Márcio Paiva. Saúdo a plateia na pessoa da Sr^a Ivone, que já depôs tempos atrás.

Senadora, na verdade, vimos acompanhando a CPI e, quando fomos informados de que ela aconteceria aqui no Município, ficamos na verdade com uma dúvida muito grande no sentido de participar ou não. Quando falo participar ou não, não é não acreditar, não é uma questão de falta de crença, mas é um pouco do acúmulo que vimos acumulando ao longo desse período observando na luta do movimento negro etc e tal.

Fui formado pelo Movimento Negro Unificado. Atualmente, componho o CEN, que é o Coletivo de Entidades Negras. Hoje, estou atuando na Supir, que é a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial.

Falar de segurança pública é muito difícil, porque falamos em nome de Luiz Carlos Sandro Bispo, Nunes Barbosa, Carlos Santos, Moisés Brandão, Ângelo Damasceno, Rogério Muniz, Ricardo Oliveira, Josué Pita, Leandro Santana, Kelly Cyclone, France Tairine. Se eu for ler todos, vou ficar aqui até o final do dia, e não vamos conseguir dar conta da quantidade de jovens que morrem nesta Cidade, neste Município, neste Estado, nesta Nação.

O que me traz aqui, na verdade, para fazer uma reflexão muito rápida, é que, quando discutimos segurança pública, temos de sair desse polo de periferia e Polícia, como se fosse uma guerra unilateral, onde, de um lado, alguém mata; e, de outro, alguém morre.

Isso é apenas uma ponta. Na verdade, existe uma indústria da violência, existe uma indústria do crime. Há organizações que lucram com a morte de jovens negros, e isso precisa estar nesta CPI.

Há gente, ganhando dinheiro com esta violência. Se hoje pegarmos a quantidade de agentes de segurança pública, aqueles pagos com o dinheiro do Estado, é três vezes menor do os que são pagos pelo setor privado. Ou seja, se a segurança pública der certo, alguém vai perder dinheiro no setor privado.

Então, precisamos entender quem são os donos dessas empresas de segurança, que hoje já fazem parte daquelas que mais lucram no Brasil. Existem empresas de segurança aí, que já estão no ramo das que têm os maiores lucros no Brasil.

Essas empresas não têm interesse nenhum de que a segurança pública funcione de verdade, porque, quando a segurança pública funciona, eles deixam de ganhar dinheiro.

Então, isso precisa ser debatido nesta CPI. Talvez, eu não tenha condições aqui de dizer com todo o fundamento, até porque não é a minha área, mas existem muitos agentes de Estado – e aí estou falando na linha de coronéis –, que estão por trás dessas empresas de segurança. É preciso investigar.

Temos de pegar as dez maiores empresas e ver a sua árvore. Quem é o dono dessas empresas? Se o cara que é pago para fazer uma segurança pública também é dono de uma empresa de segurança privada, é óbvio que a segurança pública não vai funcionar, porque vão deixar de ganhar dinheiro do outro lado. (Palmas.)

É importante avaliar isso, porque, senão, vamos ficar aqui, enxugando gelo, enxugando gelo... Nossa mães, todos os dias, enterrando seus filhos, e a gente, debatendo, debatendo... Quando disse, no início, que não sabia se vinha ou não foi por causa disso. Suli insistiu muito: "Ricardo, vá, é importante, leve as famílias!" Mas é sobre esse debate, Suli, que a gente tem de se debruçar, porque a morte dos jovens negros está ligada ao capital.

Existem pessoas, ganhando dinheiro quando os jovens morrem. É isso que precisa ser discutido aqui.

Quanto à questão, Coronel, que o senhor fala, das mortes dos policiais, não temos dúvida, porque até os policiais que morrem são negros também. A maioria dos policiais brancos não estão no enfrentamento das comunidades, até pela própria hierarquia da Polícia.

Ou seja, o racismo consegue colocar um jovem negro da periferia em confronto com um policial negro, que também saiu da periferia. (Palmas.)

É isso que tem de ser debatido aqui. Não é a briga de Polícia contra bandidos, contra traficantes. É o racismo, atuando na sua forma mais perversa, colocando jovens negros contra policiais negros. E isso precisa ser debatido.

É o racismo que está em debate aqui. E precisamos debater o racismo.

Aí, só para finalizar, quero dizer aqui que o Vereador Sílvio Humberto colocou com muita propriedade, e nos sentimos muito contemplados na fala dele, porque faço parte do Movimento Hip Hop. Esse movimento salvou a minha vida. Esse movimento salvou a vida deste MC aqui. Tínhamos tudo para compor o crime. Tínhamos todas as ferramentas à nossa porta. Quando abríamos a porta, a primeira coisa que tinha, quando saíamos de casa, era boca de fumo, que dá um dinheiro imediato, mas foi o Movimento Hip Hop, que chegou e disse que havia coisa para fazer.

Quando dizemos isso, trazemos para este momento a Casa de Hip Hop, de Lauro de Freitas. Temos o espaço, sim, e já solicitamos ao Sr. Prefeito. Já há uma data. Talvez o Jorge tenha mais propriedade para dizer isso, mas já discutimos o Orçamento 2016, que é para equipar aquela Casa.

Aquela Casa vai funcionar, vai trazer vida e alimentar de esperança o coração dessa juventude que está aí.

Mais uma vez, digo: “Êa! É nós! Caveira, escorpião”. É uma realidade sim. Ela está aí. Se não formos capazes de disputar com propriedade essa juventude, eles vão, sim, somar-se a essas facções que estão aí.

Precisamos converter – talvez essa seja a palavra – essa juventude, essa galera mais jovem. Isso se faz com investimento, com dinheiro.

É por isso, Prefeito, que temos insistido com o senhor debater este Orçamento de 2016, porque a Casa do Hip Hop, com certeza, vai ser um referencial de política pública para a juventude deste Município, do Estado e do Brasil.

É isso aí.

Obrigado a todos e a todas. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, que é nosso Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Boa tarde, pessoal.

Vou fazer uma fala agora, porque vou ter de ir ainda ao Rio de Janeiro e à Brasília. Tudo hoje. Primeiro, quero dizer que a existência desta CPI foi iniciativa da Senadora Lídice da Mata. Ela coletou assinaturas, porque a lógica desta CPI é fazer parte de um movimento pela redução dos homicídios no Brasil.

Em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Somos recordistas mundiais. Nenhum outro país chega perto do Brasil nesses números absolutos. Destes 56 mil, mais da metade são jovens; e, destes, 77% são jovens negros, moradores das periferias brasileiras.

O que queremos com esta CPI é despertar o Brasil para este tema. Agora, confesso a vocês que comecei, falando sobre esses números mais gerais, mas, quando viajamos pelos Estados e conversamos principalmente com as mães, com as vítimas dessa violência toda, e vê a força do depoimento dessas mães, que sabem distinguir. Há uma natureza diferente no território, na classe social e na raça. (Palmas.)

É impressionante como essas mulheres sempre fazem depoimentos muito fortes e sabem claramente, Senador Humberto Campos, a diferença de tratamento que existe em determinados territórios, pela cor da pele e pela classe social.

O que estamos vendo é uma política de extermínio e de encarceramento também. Triplicamos a nova de Lei de Drogas, que saiu de 2006, infelizmente, pessoal. O resultado tem sido o encarceramento em massa de setores da nossa juventude. Aí, há uma diferença concreta em cima de estudos, de professores universitários que apresentaram pra gente e de cientistas do tema, mostrando a diferença de abordagem entre um jovem de classe média é pego com uma pequena quantidade de droga e um jovem negro, morador da periferia é pego com uma pequena quantidade de droga.

O jovem negro da periferia vira traficante na hora. É enquadrado. É um tratamento completamente diferente do jovem de classe média.

Aí, são vários pontos conexos. O primeiro deles é o fracasso dessa política de guerra às drogas. Fracasso Absoluto! Temos que desnudar isso para o País, porque não está diminuindo em nada o consumo de drogas, mas o centro da atividade militar, aqui na Bahia e em qualquer lugar do País, é o combate ao tráfico de drogas.

Nessa guerra, todos estão perdendo. A Polícia está morrendo. No ano de 2013, morreram 490 policiais. É o maior número do mundo. Essa juventude está sendo exterminada pelo tráfico, pela milícia e também pela Polícia.

Então, se não entendermos que este modelo de política de guerra às drogas está levando a um extermínio no País... Este era um tema, Senador Humberto, que eu e a Senadora Lídice não dominávamos, até começarmos a ver os fatos.

Isso não está dando certo. Temos de encontrar uma saída para esse debate. Dou o exemplo do Uruguai, que comemorou, no ano passado, um fato que foi o seguinte: nenhuma pessoa foi morta, no Uruguai, no ano passado, relacionada a tráfico de drogas. Nenhuma pessoa! Essa é uma virada muito grande.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sei que este não é um debate fácil, para se fazer na sociedade, mas temos de entender que o que está acontecendo não está dando certo de forma nenhuma.

Droga tem de ser combatida, na minha avaliação, com política de comunicação. É uma questão de saúde pública, que tem de ser enfrentada. Não se resolve o problema do consumo de drogas, utilizando a força policial e o aparato nesta guerra maluca, que está exterminando uma parte grande da nossa juventude.

Agora, é inconcebível – e vamos ter uma reunião com o Conselho Nacional do Ministério Público –, não dá para aceitar mais a lógica dos autos de resistência.

Eu estava com uma senhora, D. Rosane, que quis fazer um depoimento privado. Toda família tem o direito de ter o seu caso investigado, para serem esclarecidas quais foram as circunstâncias, porque, desculpem-me, estamos cheios de exemplos, neste Brasil inteiro. E agora há uma CPI dos autos de resistência, acontecendo

na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, de casos de filmagens, de alteração do cenário do crime, de colocar armas nas mãos de uma vítima, que morreu e foi executado ali, para tentar dizer que houve troca de tiros.

Então, este é um direito de cada família: saber como foram mortas as suas vítimas. Tenho certeza de que, por mais que exista resistência, vamos acabar com essa lógica desses autos de resistência por este Brasil afora, porque isso é um absurdo! (Palmas.)

Aí, há outro problema: a cultura do extermínio. Infelizmente, sei que há policiais bons – e essa guerra, volto a dizer, está vitimizando os policiais –, mas há uma cultura do extermínio, que passa por uma lógica de que bandido bom é bandido morto e de que aqueles têm de ser exterminados.

Existem setores da Polícia que fazem parte desta cultura – cultura do extermínio. E a cultura do extermínio é cruel! Uma mãe, lá no Rio de Janeiro, dizia pra gente: “Que história é essa, que não tem pena de morte? Tem pena de morte sim.” No complexo da Maré, no Rio de Janeiro, diziam: “Tem pena de morte, e sem julgamento!”

Se houver alguma suspeita em cima deles, eles são assassinados! O mais grave desse episódio todo... Vou citar, que é terrível, porque o que temos é extermínio, encarceramento para essa juventude negra e segregação, o que aconteceu no Rio de Janeiro há pouco tempo.

Houve o caso dos arrastões nas praias. Primeiro, sabem qual foi a posição da Prefeitura depois dos extermínios? Retirar os ônibus que iam da Zona Norte e da Zona Oeste para as praias. Cento e tantas linhas de ônibus, Senador Humberto Costa, foram tiveram as suas rotas alteradas, para impedir que aquele jovem, um jovem negro, chegasse à praia, partindo de um pressuposto claro de que era um jovem, no mínimo, suspeito. Se não um criminoso; no mínimo, suspeito!

Mas o que aconteceu de mais grave foi que, depois de um desses arrastões, uma turma de jovens que faziam exercício numa academia de Copacabana decidiu fazer justiça com as próprias mãos. Eles decidiram parar ônibus. E pararam ônibus que não vinha da praia, mas que ia em direção à Zona Norte, a região mais pobre do Rio de Janeiro.

Eles pararam o ônibus e disseram: “Olha ali um!” Quem era esse “um”? Era um jovem de 17 anos, negro, que não tinha ido à praia, que não tinha participado de arrastão algum. Esse garoto pulou pela janela. Aí pegaram e deram uma surra nele!

Depois, esse garoto disse: “Eu não participei. Eu não estava na praia. Não estava em lugar algum!” Mas há uma coisa por parte de uma sociedade, que é encarar aquele jovem negro, morador da periferia, como suspeito, como criminoso.

É um processo... E concordo com o Movimento Negro, que discute algumas coisas, inclusive, temos de nos aprofundar neste relatório, pois há uma discussão sobre se é política de extermínio ou de genocídio nesse caso, mas o fato é que uma parcela importante da sociedade encara esse jovem negro, como criminoso, como suspeito, e as autoridades policiais também compram esse discurso.

Acho que o tema é muito complexo. Queria só encerrar, parabenizando a Senadora Lídice da Mata, não porque ela está aqui na Bahia. A Senadora Lídice da Mata é aquela Parlamentar das causas justas no Congresso Nacional. (Palmas.)

Entramos em todas que a Lídice entra.

Sinceramente, depois de viver esta CPI, ela teve um impacto grande em mim também, porque temos de tirar esses casos da invisibilidade.

Não sei como vamos fazer no relatório, Humberto, mas temos depois de criar algo... E não falo para um governo específico, porque avançamos em tantas coisas, por exemplo, no processo de inclusão, mas nisso aqui não conseguimos avançar.

Temos de fazer um relatório que, de certa forma, envergonhe os governos, um relatório em que todos digam: “Puxa! De fato, não dá para aceitar isso!” Temos de construir um relatório que tenha esse sentido de mostrar que é preciso todos se juntarem, para fazer um pacto pela redução dos homicídios neste País. Isso é possível!

O Ministério Público, por exemplo, não estar aqui é um absurdo! É papel do Ministério Público o controle externo da atividade policial. Ele é que tem de abrir investigação, mas, se ele não abre investigação, não há nada, não tem como prosseguir.

Então, temos de envolver todos esses atores.

Há uma outra discussão, que não quero aprofundar-me aqui, que é sobre a reforma do nosso sistema de segurança pública. Sou autor da PEC nº 51, que fala de desmilitarização, de uma outra polícia dos cinco complexos. Muita gente pensa que, quando se fala de desmilitarização, pensa que se trata de uma polícia fraca. Não é nada disso.

A SWAT norte-americana não é uma polícia militar. Falo da desmilitarização porque a Polícia hoje tem uma preparação voltada para o enfrentamento da guerra. Ela não tem condições, hoje, e não está preparada

para entrar numa comunidade, onde é necessária uma outra lógica de policiamento, um policiamento comunitário, policiamento de proximidade.

Aqui, há um outro problema, existente só no Brasil. Uma Polícia que está nas ruas faz um trabalho de investigação. No Brasil, isso não acontece. No Brasil, a Polícia Militar faz o trabalho em relação ao policiamento ostensivo e preventivo e é a Polícia Civil que faz a investigação, uma outra Polícia. Inclusive, elas não se bicam. E temos este número: somente 8% dos homicídios, no Brasil, são não resolvidos – mas investigados. E o que faz o policial militar na rua? Ele não pode investigar. Ele só pode fazer uma coisa: prender em flagrante.

Aí, fica mais fácil, são os crimes mais simples, como tráfico de drogas, porque eles não podem fazer o trabalho mais importante, que é o de investigação.

Senhores, encerro aqui a minha participação, dizendo que vamos fechar esse trabalho da CPI até março. Sinceramente, acho que dá para avançarmos, porque o temos visto é tão absurdo, tão bárbaro!

E aqui entra também o trabalho da mídia: a invisibilidade. Quando morre um jovem negro da periferia, isso não sai em lugar algum. Ele já é tratado como criminoso. É uma diferença tremenda.

Quando eu falava da política de guerra às drogas – e encerro, dizendo isso – no Rio de Janeiro, em Copacabana, Ipanema e Leblon, existe tráfico em tudo quanto é lugar. Agora, alguém imagina a hipótese de uma incursão violenta da Polícia em Copacabana, Ipanema e Leblon? Ninguém!

Agora, quando se fala nas regiões mais pobres... Lá, no Rio de Janeiro, há uma coisa chamada “caveirão”, que é como um tanque de guerra, só havendo espaço para o fuzil. Aquilo é de uma letalidade gigantesca. Então, olhem como é a diferença por território: nessas regiões mais ricas, é um procedimento; nas regiões e comunidades mais pobres, o procedimento é outro, completamente diferente.

Espero que façamos um bom trabalho nesta CPI. Quero entender – e a Senadora Lídice da Mata vai ajudar-nos muito nisso – por que existem esses números aqui na Bahia, pois, de fato, são números que impressionam. Entre as dez cidades mais violentas, com mais morte de jovens, há seis da Bahia. Temos de entender a particularidade disso aqui.

Agora, vou procurar, depois, também, nosso Governador e todo mundo aqui, porque acho que tem de ser um compromisso único. Essa história de auto de resistência não podemos aceitar. Temos de fazer pressão aqui para que isto, aqui na Bahia, vire uma coisa concreta. Se houver homicídio, tem de haver investigação, seja quem for o autor do mesmo.

Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Não vou poder ficar até o final, mas está tudo gravado. Cada depoimento vai ser levado em conta. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada ao Senador Relator Lindbergh Farias, que tem dado uma grande contribuição ao trabalho da nossa CPI. Lamentamos muito que ele tenha que sair, mas estamos com atividades muito intensas. Lindbergh vai para o Rio, depois para Brasília, ainda hoje. Ele cumpriu toda a função dele aqui, ouvindo, e ainda temos a parte que está sendo gravada e que ele poderá ouvir em Brasília.

Quero passar a palavra agora à Delegada Cleuba Regina Teles, do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil da Bahia. Logo após, o Deputado Marcelino Galo. Depois de Marcelino, outra pessoa que não está na Mesa, mas que seja das organizações.

A SRª CLEUBA REGINA TELES – Bom dia a todos, eu sou Cleuba Teles, conforme disse a Senadora Lídice da Mata, a quem cumprimento em nome de todos da Mesa.

Sou diretora adjunta do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa. Este departamento foi criado em 2011, com o objetivo de apurar crimes de homicídios na região de Salvador e também atingindo a área da RMS, que é Camaçari.

Senhores, no ano de 2011 também foi implementado o programa Pacto pela Vida. Temos percebido, com esse programa, que a redução de ações de forma continuada vem permitindo que esses números venham entrando em declínio. São números baixos, digamos, para a política que se implementou. Mas as ações coordenadas com a sociedade civil organizada e organizações não governamentais e outras entidades ligadas aos direitos humanos vêm permitindo que esses avanços venham sendo conquistados.

Pelo Departamento de Homicídios, vi aqui a fala de algumas mães. Sensibilizo-me, porque também sou mãe. No tocante ao que se ventilou aqui acho que é de suma importância esta CPI, porque é necessário que essa voz seja ouvida.

No que tange ao Departamento, trouxemos alguns dados relativos aos anos de 2012, 2013, 2014. O que percebemos, senhores, é que realmente houve um declínio na morte de jovens no que se refere à área de Salvador. Percebemos que, apesar do que foi citado aqui, ou seja, de que os jovens negros são a sua grande maioria, o que os dados estatísticos coletados pelo Departamento nos levam a outra realidade. Temos aqui

na área da 1ª DH Atlântico, jovens negros, no ano de 2015, o número é menor do que os jovens de cor parda. Então, esse somatório de risco nos faz crer que esse dado levantado aqui não foi coletado de forma fidedigna.

Mas isso nos preocupa? Preocupa-nos, porque, de certa forma, a nossa preocupação não é com a raça, não é com a classe social. O Departamento de Homicídio se preocupa com a apuração de que uma vida foi ceifada. E é este trabalho de polícia judiciária que queremos que seja ventilado aqui. É nosso trabalho importante. Aqui, eu empenho minha palavra em nome do Departamento, como gestora, que independentemente de classe social o Departamento apura o homicídio.

E quando vejo esta mãe falando que não foi bem tratada dentro do Departamento do qual faço parte, entristece-me.

E neste momento aqui eu digo que nos colocamos à disposição para mostrar dados, coleta, qualquer outra informação que seja necessária para a verdade dos fatos.

Então, o Departamento está com um elo entre vocês da sociedade e a busca da verdade. Neste momento, digo, senhores, que é importante que os dados que vamos apresentar sejam vistos por todos, porque, doutora, não queremos que o número de homicídios em Salvador seja velado. O trabalho do Departamento é apurar todo e qualquer homicídio que ocorra em Salvador, chegando à verdade dos fatos.

Quando vejo o pai de Joel dizendo que busca justiça, percebo que falta o Judiciário fazer o seu papel, porque o trabalho de polícia judiciária foi feito, inclusive já com denúncia pelo Ministério Público.

Como o Senador Lindbergh falou, existem policiais ruins e policiais que fazem seu trabalho, assim como em todas as profissões.

Finalizando, gostaria de acrescentar que o Departamento de Homicídios está à disposição desta CPI para coleta, para informação, para qualquer outro dado que seja necessário.

Obrigada a todos e tenham um bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Vamos dar a palavra agora ao Deputado Marcelino Galo, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

O SR. MARCELINO GALO – Boa tarde, já se alongando esta reunião importantíssima, fundamental. Quero aqui cumprimentar a Presidente desta CPI, Senadora Lídice da Mata, comprometida com as causas mais relevantes da sociedade brasileira, uma mulher que nos orgulha e que dignifica a representação do Senado deste Estado. Cumprimento também o Senador Humberto Costa, dou as boas-vindas a ele ao nosso Estado. Enfim, cumprimento toda a Mesa e todos vocês.

Eu diria a vocês que não me sinto feliz por participar, mas é extremamente necessário, urgente, mobilizar a sociedade para discutir um tema tão importante.

A segurança pública se esgotou neste País, chegamos ao limite, poderíamos dizer que faliu. Este sistema precisa ser revisto, precisa ser reestruturado. É necessário que haja um pacto federativo para tratar da segurança pública.

Então, isso precisa ser construído na democracia. Seria quase impossível discutir democracia sem segurança pública ou segurança pública sem democracia, da mesma forma que discutimos na nossa Comissão na Assembleia Legislativa, que é a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Não existe contradição, se os operadores da segurança pública não tiverem consciência, não forem preparados para exercer a sua função no sentido de garantidor dos direitos humanos, isso será muito difícil.

Então, essa mudança é necessária, é muito importante, é fundamental que o Brasil comece a fazer isto, mobilizar a sociedade de fato, para que possamos ter força o suficiente para modificar este sistema. Aqui na Bahia, esta Comissão tem tido várias iniciativas.

Uma delas, fundamental, é que fizemos uma indicação, através da Comissão, ao Governador Rui Costa, para que sejam revistos e implementados os cinco complexos de polícia do nosso Estado, feitas outras modificações, implantadas as audiências de custódia – também muito importantes nesse sentido – e discutidos os termos circunstanciais de ocorrência, para que a Polícia Militar possa, inicialmente, pelo menos, executar nos casos de baixa periculosidade.

Então, é isso o que estão fazendo. Essa discussão está centrada na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. Nós participamos da CPI da Câmara Federal, que aqui esteve, na Bahia, e realizou uma audiência na Assembleia Legislativa.

Estamos à disposição da Comissão do Senado para fazer um trabalho conjunto, no sentido de que a gente possa avançar para resolver uma questão tão crucial e premente da sociedade brasileira.

Então, era isso. Parabéns à Senadora Lídice da Mata. A Comissão Direitos Humanos está à disposição da Comissão da senhora. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço enormemente a participação da Assembleia Legislativa, do Presidente da Comissão Direitos Humanos. Não tenha dúvida de que nós vamos utilizá-la, vamos buscar ajuda para construir o relatório, o mais completo possível, no final deste nosso trabalho.

Quero chamar, para fazer uso da palavra, o Marinho Soares, que é professor de Direito e especialista em segurança pública, e chamar a Deputada Fabíola para sentar aqui à mesa e ficar mais visível.

Peço aos companheiros que estão no corredor para conversarem lá fora, para não interferir aqui na fala. Marinho, com a palavra, por 5 minutos.

O SR. MARINHO SOARES – Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer à Senadora Lídice da Mata a oportunidade. Em nome dela, cumprimento todas as autoridades presentes. Vim aqui para falar um pouco, em cinco minutos, sobre de segurança pública.

Eu me sinto muito confortável, apesar do quadro trágico da segurança pública, de poder falar. Primeiro, pela minha formação militar. Eu sou oficial do Exército. Segundo, não menos importante, por eu me intitular do movimento negro.

Então, vi que o Senador Lindbergh aqui perguntou por que cinco Municípios, dos dez mais violentos, estão na Bahia. Eu vejo aqui o nosso Deputado Marcelino Galo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. A resposta que eu digo é a seguinte: Rio de Janeiro – já que ele falou do Rio. Ele foi Prefeito de Nova Iguaçu, de Anchieta, Mesquita, Queimados, Belford Roxo, cidades superviolentas. Tráfico, Coronel, nós temos em toda cidade.

Uma coisa crítica que temos que discutir – pena que a Deputada Moema não está mais presente –, antes de falar em desmilitarização, é sobre a questão dos direitos humanos dos policiais. Eu, como professor de Direito Penal e Constitucional, sempre que falo dos direitos militares, vejo que o militar pode ser preso sem autoridade competente, sem estar no flagrante delito e pior, não precisa de habeas corpus. Isso fora os direitos políticos e sociais que são cerceados.

Mas voltando aqui, especificamente ao Estado da Bahia, nos termos o CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais). E, Senadora Lídice, eu acho que isso tem que ser revisto pelo seguinte: a questão do auto de resistência não entra no CVLI, porque não se trata de crime, já que estaria em questão de legítima defesa.

Então, são duas coisas que nós temos que questionar – eu sempre faço a analogia: nós estamos em um pacto pela vida, em que nós queremos acabar com todas as mortes todas. E todas as mortes incluem também as mortes do Pacto pela Vida.

Nós temos que entender que fenômeno é esse, em que a nossa polícia mata e também morre. É claro que isso é proporcionalmente e diretamente ligado, ou seja, quanto mais morre gente da sociedade, mais morre policial.

Então, a primeira coisa que tem que ser discutida é isto: por que a questão do auto de resistência não faz parte do pacto pela vida? Se o nosso querido Vereador Sílvio Humberto estivesse aqui, eu sempre falo para ele o seguinte: a sensação que eu tenho é que nós negros não prestamos nem para ser estatística. É mais ou menos assim: eu quero acabar com os homicídios, ou melhor, com o roubo e com o que acontece na minha casa.

Eu sei muitos dos roubos se dão pela questão da entrada do bandido pela porta. E eu vou lá, boto grade na porta do fundo, nas janelas, mas, principalmente, na porta que entra, eu não coloco.

Então, quando fala isso... Eu sou oficial do Exército, formado pela Aman, e sempre digo: o militar está ali para cumprir missão. E a impressão que nós temos – até porque eu participo das reuniões – é que isso não interessa ao Governo do Estado. Então, essa é a questão principal que tem que ser discutida. Tem que ser discutida, porque o auto de resistência não serve nem para o CVLI.

Nós temos que discutir, Deputado Marcelino Galo... E é um governo nosso de esquerda, do qual me intitulo também parte e o qual eu ajudei a construir... Por que nós discutimos? E, principalmente, nós não podemos só dizer que a culpa está no tráfico.

Enquanto a gente não reconhecer as nossas deficiências de segurança pública, nós não vamos a lugar nenhum. Enquanto isso, nós fazemos reuniões e mais reuniões para discutir mais do mesmo e para querer entender uma coisa que todo mundo sabe: por que a juventude negra morre de forma exagerada neste País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Convido para usar da palavra, por cinco minutos, o Patrick Carvalho, do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua.

O SR. PATRICK CARVALHO – Boa tarde a todas e a todos. Que bom que ainda estamos aqui – já estamos entrando pela tarde. Saúdo a Mesa na pessoa da Senadora Lídice. É uma pena que esteja um pouco esvaziada esta sessão. Entendo que os Parlamentares, gestores têm agenda, inclusive muito extensa. Mas é importante também que estejam aqui – ou pelo menos a sua assessoria – para acolher os nossos depoimentos, as nossas críticas.

Já foi muito dito – eu não vou me prolongar muito –, mas eu quero pontuar dois pontos: eu quero reforçar o apelo pelo fim dos autos de resistência. Porque as autoridades militares podem, sim, ser usadas por policiais honestos e dignos, em defesa da sociedade, quando estão no embate e há uma troca de tiro com pessoas que sabemos que não são santas e também não são nenhum demônio, mas que estão lá. Quando há a troca de tiro, a polícia precisa se defender e defender a sociedade.

Porém, os autos de resistência não estão sendo usados com essa destinação. Estão sendo usados, sim, para justificar a morte prematura, o extermínio da juventude negra.

O Congresso, como a Deputada Moema pautou, não leva essa pauta adiante, porque é um Congresso imundo, que está cheio de ratos da extrema direita, dos partidos da direita, homofóbicos, fundamentalistas, evangélicos, que não levam essas pautas adiante, Senadora. Isso é um absurdo!

Eu acompanho a luta da senhora desde o ano passado e me recordo que a senhora recebeu o representante do Conselho Nacional de Juventude, Alessandro Melquior, que agora está na Coordenadoria LGBT da Prefeitura de São Paulo, com o companheiro Haddad.

Essa luta pelo fim dos autos de resistência tem que seguir adiante. Também a luta pela não redução da maioria penal. Outro ponto que ocorre é que se tem tentado pôr a culpa no tráfico de drogas, nas drogas. Não!

A culpa, como o Senador Lindbergh falou, está na guerra às drogas, que está vencida, ultrapassada. Precisamos discutir, mesmo com esse Congresso conservador, a descriminalização e a regulamentação da produção, do cultivo, do comércio, do uso da maconha. Basta de guerra às drogas. Não há como fechar fronteira. A maconha vem de Pernambuco também, do Polígono, do Paraguai. É feita aqui na Bahia. É feita e prensada em qualquer lugar. Temos que pautar esta matéria também.

Eu aqui represento também o MNPR (Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua). Vou fazer um breve recorte. São pessoas vítimas de toda sorte de violência policial da Guarda Municipal, e, como dos jovens negros, essas mortes continuam impunes sem investigação, sem nada.

Enfim, Senadora, quero fazer um apelo – penso que o público não vai se importar, tampouco a Mesa – sobre violência também. Vou precisar de somente 30 segundos. É sobre a violência governamental com a Chapada Diamantina, que queima a 32 dias. O nosso Governador Rui Costa diz que tem agido muito pela Chapada. Não tem agido pela Chapada.

Desde Paulo Souto, César Borges, dois mandatos de nosso Governador Wagner e agora Ministro, e de Rui Costa, que veio da Casa Civil, a Chapada não conta com equipamento de prevenção e combate a queimadas. Os reforços chegaram apenas seis dias. O Vale do Capão, Senadora – seu filho Bruno é meu colega na Faculdade de Ciências Sociais –, queima até hoje, o Morro Branco, o Vale do Pati, a chama está quase chegando ao Vale do Pati. É uma violência absurda! É uma omissão absurda, um descaso!

Por que peço isso aqui? Não tem uma relação direta com a temática, mas é porque é difícil termos acesso a fóruns com a presença de gestores, Senadores, autoridades públicas em geral. Fica meu apelo também pela Chapada Diamantina e pelo fim de toda sorte de violência, principalmente contra os jovens negros, que hoje são o tema principal.

Eu me desviei um pouco do assunto. Mas eu queria muito falar da Chapada, que é algo que está preso aqui no peito. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.! Muito obrigada pelo seu depoimento.

Vou passar a palavra ao Jorge Sales, Secretário de Educação do Município de Simões Filho que está aqui entre nós.

O SR. JORGE SALES – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a Mesa em nome da Senadora Lídice da Mata, agradecendo o convite para participar desta audiência pública. Na pessoa dela, cumprimento todos que compõem esta Mesa.

Durante esta audiência, ouvi atentamente todos, e algumas coisas me inquietaram profundamente.

Desde o início aqui, repetimos reiteradamente o assassinato de jovens negros da periferia. De repente alguém justifica, dizendo que o número de jovens pardos mortos foi menor que o número de jovens negros. Nós precisamos mudar esse discurso e dizer que quem morre são os jovens negros e pardos das periferias, porque os pardos estão também dentro desse contexto da falta de oportunidade, de condições de vida e que essencialmente moram nas periferias das nossas cidades.

Outra questão que aqui foi suscitada é que, no meu Município, a violência advinha de grupos de extermínio. Ali foram presos e desmontados esses grupos. Nós continuamos na mesma posição de violência dentro do Estado, porque mudar de primeiro para segundo não significa absolutamente nada.

Então, tenho a impressão, Senadora, muitas vezes, de que procuramos o culpado, mas acho que precisamos, sobretudo, encontrar as causas dessa violência que extermina tantos jovens negros e pardos da nossa periferia.

Enquanto ficarmos imputando essa responsabilidade ao tráfico de drogas, justificando que há grupos de extermínio, encontrando justificativas, o que sentimos, como negros, é que os negros, quando morrem, vamos encontrar uma justificativa para sua morte, e não vamos encontrar efetivamente a causa que levou à morte desses negros.

Como o Secretário de Educação do Município segundo mais violento do nosso Estado, eu tenho a sensação de impotência porque o Município, por mais que invista em educação, por mais que tente fazer da educação um vetor que tire os nossos jovens da vulnerabilidade, nós precisamos, Senadora, mudar, inverter a lógica do jogo, porque, hoje, de tudo o que o país arrecada para a educação, apenas 18% vêm para o Município. E nós temos como responsabilidade cuidar de 14 anos da educação básica do nosso País, cinco anos da educação infantil, cinco anos de séries iniciais e cinco anos de séries finais da educação básica, com apenas 18%. O restante fica entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Se não mudarmos a lógica dessa distribuição, a educação, que, segundo todos, desde os maiores acadêmicos até as pessoas simples da sociedade, é capaz de mudar a realidade dessa sociedade, nós não conseguiremos, porque não se pode fazer educação sem recursos e os Municípios não têm condições financeiras de bancar 14 anos do ensino básico com apenas 18% repassados pelo Governo Federal.

Essas são as reflexões que nós temos a fazer. Gostaria, Senadora, que isso fosse levado em consideração na hora em que fosse feito o relatório, porque a educação como vetor para minimizar a violência neste País precisa ser melhor distribuída e, da forma vigente, nós temos uma situação praticamente irreversível e a educação não fará diferente.

Muito obrigado. É um grande prazer poder estar aqui neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço ao Sr. Jorge Sales, Secretário do Município de Simões Filho.

Voltar a lembrar e agradecer as presenças dos Vereadores de Lauro de Freitas, destacadamente, Manoel Carlos, o Carlucho, que foi um dos organizadores deste evento; Naide, César, José Augusto, que estiveram aqui. Passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Boa tarde a todos e a todas.

Antes de comentar uma questão, quero fazer aqui um reconhecimento ao trabalho da Senadora Lídice da Mata à frente desta CPI que investiga a morte de jovens negros no Brasil, mas também o reconhecimento do trabalho que ela desenvolve no Senado Federal, sempre identificada com as melhores causas sociais e políticas da população brasileira. É um privilégio para a Bahia ter uma Parlamentar com as qualidades que tem a Senadora Lídice da Mata.

Queria fazer apenas um comentário.

Sou Relator, num primeiro momento, de um projeto de lei que cria e regulamenta a audiência de custódia. É de um Senador do PSB do Estado de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, e é uma das propostas cujo objetivo é reduzirmos o encarceramento no Brasil e eliminarmos as prisões desnecessárias, exatamente para que nós possamos desafogar o próprio sistema prisional brasileiro, que hoje se encontra numa situação de absoluto colapso, e também de tratarmos de forma diferente os crimes, de acordo com a sua gravidade.

Então, por esse projeto, que na verdade já é uma ação que vem sendo implementada pelo Poder Judiciário, juntamente com vários governos estaduais, já são mais de 17 Estados onde há audiência de custódia, aquelas prisões efetuadas em flagrante tenha um prazo para que haja a apresentação do preso ao juiz responsável por aquela jurisdição, que vai definir se aquela prisão realmente tem fundamento ou não, se pode liberar aquele preso, dada a não gravidade do eventual crime praticado, bem como determinar o uso de tornozeleiras eletrônicas para o monitoramento daquele preso. Isso é algo que está dando certo, muito certo, em vários Estados brasileiros, particularmente em São Paulo, onde começou, e tem reduzido muito a prisão desnecessária de pessoas que não teriam necessidade desse apartamento da sociedade.

Nesse projeto, eu, na condição de Relator, também coloquei um fim à prática do auto de resistência. Lá nós colocamos que qualquer que seja a razão, a justificativa, a alegação, nenhum crime, especialmente os praticados por policiais, poderá deixar de ter apuração. Então pode haver a alegação de que houve resistência e houve um tiroteio, mas isso não eliminará a necessidade de uma apuração, de um inquérito policial, para identificar se aquilo de fato aconteceu ou não.

Só para vocês terem uma ideia, no dia de hoje, eu já tentei aqui olhar novamente qual foi o site onde saiu essa informação, por conta da grande quantidade de mortes de pessoas vitimadas por policiais no Estado de São Paulo, inclusive várias vezes com câmeras de segurança identificando, os fatos que foram relatados aqui,

um indivíduo sendo executado, outro executado e depois uma arma colocada nas suas mãos. Então o Governo de São Paulo estabeleceu que nenhuma morte em que se alegue auto de resistência deixará de ser investigada. E exigiu a presença do delegado da Polícia Civil, a exigência da presença da Polícia Civil e do Ministério Público.

Pois bem, hoje, essa matéria mostra uma redução drástica no número de mortes em que há envolvimento de policiais, porque como foi dito aqui, é óbvio que há situações em que tem que ser dado o enfrentamento, a legítima defesa, de si próprio e da sociedade; mas nós sabemos que, do mesmo jeito que há policiais que cumprem fielmente a sua tarefa, a sua responsabilidade, há outros que se aproveitam dessa condição para produzir opressão sobre as pessoas ou até mesmo para praticar livremente crimes que a sociedade rejeita.

Então acho que é interessante nós depositarmos os nossos olhos sobre essa experiência de São Paulo, até para que nós possamos reduzir as resistências que possa haver, no que diz respeito ao fim do chamado auto de resistência.

Então eu queria só dar esse testemunho, pedir esse apoio, porque esse projeto vai ser votado no Senado em breve, houve já um pedido de urgência, e vai para a Câmara. E sem dúvida é preciso o apoio de todos aqueles segmentos da área de direitos humanos, os segmentos da própria área de segurança pública, porque esses fatos – e muitos foram aqui relatados – terminam minando a legitimidade dos órgãos de segurança pública diante da própria população. Tudo que não deveria acontecer numa sociedade era as pessoas terem receio do policial que em tese está ali para garantir a sua própria segurança.

Então, era isso que eu queria colocar.

Obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada ao Senador Humberto Costa, que tem sido um grande parceiro desta audiência pública. Nós realizamos a audiência em Recife e mais uma cidade do interior de Pernambuco, onde ele está conduzindo pessoalmente o trabalho de organização da CPI lá.

E eu queria fazer um registro: nós estamos ainda com um grande número de pessoas inscritas. É claro que, a partir de determinado momento, as falas diminuíram; mas quero voltar a registrar que o tempo é importante, porque nós precisamos terminar a CPI, o Senador vai viajar, e nós precisamos tomar providências para o desenvolvimento do nosso trabalho, levar isso para Brasília etc.

Estamos à disposição de ouvir as pessoas todas que estavam inscritas, mas nós não vamos abrir novas inscrições. Nós já reduzimos a quase um terço as pessoas que estavam participando desde o início e gostaríamos de poder terminar esta reunião ainda com a maioria das pessoas que até agora estão aqui presentes. Vamos avançando para o horário de almoço. Há gente que veio de Salvador para a audiência. Portanto, vamos dar seguimento.

Eu queria chamar o Dr. Gilmar Bittencourt, Defensor Público de Lauro de Freitas que representa a Defensoria. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Estamos todas inscritas, Terezinha. Nós estamos seguindo uma metodologia desde o início, certo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k. Pode falar.

O SR. GILMAR BITTENCOURT – Saúdo a Mesa, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Humberto Costa, o Deputado Estadual Marcelino, o Coronel Baqueiro, o Coronel Ramalho, de muitas discussões e muitos trabalhos em conjunto. As demais pessoas presentes, saúdo todas as mulheres e todos os homens aqui presentes, todas as pessoas que compareceram neste momento importante.

Vou falar muito brevemente, até porque, secundando um pouco a Drª Maria Helena, que aqui estava, eu também tenho pouco tempo aqui em Lauro de Freitas. Vou falar muito rapidamente de um tema sobre o qual na verdade tenho muito o que dizer. Em primeiro lugar, quero discutir que a gente vai ter que passar por cima do fato de que nós herdamos uma discussão sobre segurança pública da ditadura militar, que legou, por exemplo, não termos sequer respostas sobre as pessoas que desapareceram durante a ditadura militar. E até então os governos que secundaram essa ditadura não conseguiram dar respostas minimamente razoáveis, Senadora Lídice, do que aconteceu.

Em segundo lugar, realmente a gente reconhece realmente, como Defensoria Pública, as possibilidades de avanço, aquilo que aconteceu, mas não posso deixar de exteriorizar a minha profunda frustração, e é algo muito pessoal, não é institucional, porque sou oriundo do Bairro de Pernambués, em Salvador, onde fiz Faculdade de Direito, passava por problemas, que continuam e só agravam, aprofundam, naquele bairro.

O terceiro ponto, e é o ponto no qual pretendo me estender um pouquinho mais, naquilo que não é proposta da Defensoria, mas que a Defensoria Pública tem vários fóruns apresentados. Nós saímos, recentemente, da proposta de uma lei básica da Polícia Militar. A Defensoria, através da Defensora Geral, apresentou propostas à Assembleia, Deputado Marcelino, inclusive de alteração da estrutura da Polícia, propondo, inclusive, Ouvidoria externa, como nós temos, na Defensoria Pública do Estado da Bahia. Acho que se poderia criar possibilidades, não resolveria todos os problemas, mas, sem dúvida nenhuma, teríamos possibilidades interessantes. Propusemos também a ideia da carreira única, junto com outras. Infelizmente, nenhuma dessas propostas sequer chegou a ser discutida.

O quarto ponto, e é o ponto que entendo um pouco mais, infelizmente, a gente discute muitos nesses espaços, mas alguns fatos parecem continuar sendo reincidentes em relação a isso. Falo com muita tranquilidade, com muita propriedade, como alguém que fez defesa de policial militar dentro da Corregedoria da Polícia, Coronel Baqueiro, por anos. Não foram dois meses, cinco meses, sete meses, como aqui em Lauro de Freitas, onde estou há oito meses, foram anos, de alguém que é filho de policial militar. Portanto, estou falando de dentro. Cansei de tomar café no antigo 6º Batalhão, conheço com propriedade o que está acontecendo hoje.

Infelizmente, nós temos uma estrutura que foi montada e esse discurso de que nós temos bons policiais, nós estamos individualizando. Na verdade, é a estrutura que está montada, que está consolidada. A prática reflete o que acontece hoje em Lauro de Freitas, com muita clareza. Existe um projeto de Governo criado para fazer a via metropolitana, cantada em verso e prosa, que vai resolver o problema da Cidade de Lauro de Freitas, que vai resolver o problema da região metropolitana. Desculpe-me, Governo do Estado, pois estão contando uma grande mentira para todos nós em Lauro de Freitas! O projeto é péssimo, estruturalmente é malfeito, vai dar péssimos resultados! Nós já denunciávamos isso em vários espaços, tentamos negociar com a Bahia Norte/Norberto Odebrecht, que tem hoje, seu presidente preso na Polícia Federal. Não estou fazendo nenhuma difamação contra ninguém, todo mundo sabe disso, a estrutura é essa. Essa empresa roda todos os lugares para dizer que estamos impedindo a construção.

O projeto, estruturalmente, é ruim, o projeto é caro, está orçado em R\$ 200 milhões, e não vai ficar em menos de R\$ 400 milhões no final – isso está evidente! O Governo do Estado mantém esse projeto, inclusive contra a vontade de todos os bairros de Lauro de Freitas, ninguém quer mais essa via metropolitana naquela região, e o Governo do Estado a mantém.

Por último, entra a polícia. Eu falei de tudo isso, parece que saí do foco, mas não, eu estou dentro do foco. Falou-se muito em Polícia Militar, mas a comunidade vai à delegacia e diz das invasões que está sofrendo, as agressões. A delegacia não abre uma ocorrência. Uma liderança da comunidade, na quinta-feira, foi convidada a prestar esclarecimentos, porque a Bahia Norte foi lá e prestou queixa. Então, estruturalmente, como essa polícia está organizada? Coronel, a Defensoria Pública é um parceiro institucional da Polícia Militar, o senhor sabe muito bem disso. Eu mandei um ofício, e digo isso com vergonha, para a Polícia Militar sobre a Conferência da Juventude, de que participei, a que assisti. Inclusive, estava lá com o Coronel Ramalho, nós estávamos lá. Eu mandei um ofício com sugestões que não foram minhas, foram tiradas na Conferência. Está lá no envelope que não foi encontrado o Comandante daqui. Está no envelope.

Os Correios e Telégrafos do Brasil não encontraram o comandante daqui. Eu vou mandar de novo esta semana, deve ter sido um erro. Então, é difícil ficar falando, individualizando as coisas.

Eu vou concluir dizendo que confesso que, em relação a esse tema, espero, até porque, realmente, ter uma CPI com V. Ex^a, ter uma CPI com o Senador Humberto... Aliás, nós temos aqui uma Defensora que é do seu Estado, que é, inclusive, sua eleitora, que admira muito V. Ex^a. Uma CPI com o Senador Lindbergh Farias é algo que nos dá alguma esperança, mas confesso que estou extremamente decepcionado com o que está acontecendo hoje, com a forma como está sendo trabalhado, com as discussões, com o nível de conservadorismo, inclusive aqui no Estado da Bahia. Estou extremamente preocupado também quando termina, na esfera federal, com o mínimo de esperança que nós tínhamos em relação ao Judiciário, que é a Secretaria de Reforma do Judiciário.

E esse nome que nos trazia esperança e que se está apagando.

É só isso. Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada. Falará agora Ana Lúcia Santos, Presidente da Associação Quilombo Quingoma.

A SR^a ANA LÚCIA SILVA SANTOS – Boa tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa em nome da Senadora Lídice da Mata.

Eu venho aqui com o coração muito triste, muito preocupada, porque essa questão da violência contra a juventude é terrível! A gente vê hoje diagnósticos, mas nada de resultados. A gente está cansado de ser notícia, manchete em jornal, de dar ibope às emissoras sensacionalistas, que ganham dinheiro às custas da

miséria e da morte de jovens negros. Eu sou uma mulher negra, eu não sou parda, e defendo o povo negro, que é o que mais sofre neste País.

Eu venho denunciar a violência que está acontecendo no Quilombo Quingoma, um dos primeiros quilombos do Brasil, se vocês não sabem, porque foi para cá que foram trazidos os primeiros escravos que chegaram nessas terras. Foi para o Quingoma, o primeiro quilombo de resistência. Em 1893, eles foram massacrados por fazendeiros que não se conformaram com a abolição – ninguém sabe disso, porque as histórias contam outras versões. São nossos ancestrais, nossos mais velhos, que sabem disso. Até hoje o nosso povo vem sofrendo.

Eu venho falar em nome de Rejane, uma jovem quilombola que não pôde estar aqui hoje porque está trabalhando, defendendo o pão de cada dia de sua filha, que foi intimada pela Concessionária Bahia Norte, dizendo-se ameaçada por nós. Quem são os violentos? São eles, que estão invadindo o nosso território, são eles, que estão ameaçando os nossos jovens. São eles, que querem fazer uma rodovia dentro do nosso quilombo, do nosso território, dos nossos ancestrais. Eu venho defender aqui a nossa ancestralidade. Respeitem o nosso povo! Já chega de tanto massacre! Continuam massacrando até hoje! Pelo amor de Deus! Já chega disso! A gente só serve para ser morto? Obrigados a trabalhar como escravos, pois até hoje os jovens quilombolas estão sendo escravos nos sítios, nas fazendas. Só nos são relegados os trabalhos mais terríveis! O que é isso, minha gente? Fala-se muito, eu já escutei absurdos de representantes nossos que estão lá nas Câmaras!

Já escutei absurdos de governantes, já escutei absurdos de quem está lá para defender, para nos proteger. No entanto, eu me sinto extremamente insegura. Minha residência foi invadida no dia 13 de setembro de 2013 por 10 homens armados, com o intuito de me amedrontar, de me tirar da minha terra, de me tirar da minha identidade, de me tirar do meu quilombo. Até hoje ninguém sabe quem foi. Foi crime de mando. Quem mandou? Quem mandou pessoas lá, bandidos para me tirar do meu lugar? Quem mandou? Alguém grande mandou. Quem foi? Porque ninguém ia lá de graça, entrar numa casa tão humilde, tão simples como a minha. Moro só eu, meu esposo e meu filho especial. E nós fomos ameaçados de ter a cabeça cortada com machado para não fazer zoada. E às 6h da manhã, chegou a viatura lá. E quando eu cheguei para relatar, desesperada, o que tinha acontecido, eu vejo um sorriso irônico nos lábios de um policial, que estava lá para me defender, para ouvir a minha queixa e para ser solidário comigo. E, no entanto, ele deu risada. Entraram lá! “Ah, não tenho o que fazer.” Quer dizer, então, como é que estão as nossas famílias?

Eu fiquei muito feliz de ver a fala daquela senhora, porque a gente não precisa ser doutor para falar bonito, não. E ela falou bem. Ela deu um show aqui. E eu me senti representada, porque essa mulher é uma mulher de fibra, inteligente, corajosa, sendo empregada doméstica. Nós temos notório saber. Nós somos mulheres sérias. Nós defendemos nossas famílias. Nós damos educação aos nossos filhos. Quem deseduca é o Estado.

Quem deseduca é o Estado. Não é a gente, não. A culpa de tudo é da família? Não é da família, não. A culpa de tudo é de quem não dá educação de qualidade, é que não dá saúde de qualidade, é que não dá segurança, porque hoje a gente sai de casa e não sabe se volta, porque é abordado por policiais incapacitados, que ameaçam. Eu já fui ameaçada por um policial porque estava defendendo o meu território. Fui ameaçada porque eu queria registrar aquele ato. Ele tomou o celular da minha mão e apagou. Então, isso é terrível, gente.

E eu venho aqui dizer também do aliciamento das meninas do quilombo, da violência sexual que acontece. Porque nossas meninas são vistas como coisas que eles querem usar. Hoje em dia, as famílias lá do quilombo têm que tirar suas meninas de lá, têm que mandar para o interior, para a casa da vó, porque, quando começam a ficar mocinhas, os sitiantes, os que vão lá só passear com os seus cavalos mangas-largas ficam tomando conta, querendo pegar nossas meninas. Eles só vão lá final de semana, passear com seus cavalos e usar os nossos jovens. E ainda ameaçar de morte porque nós somos famílias que vivemos lá acuadas, acuadas pela Concessionária Bahia Norte. Eu falo mesmo. Podem me intimidar, podem me intimidar, como intimidaram Rejane. Eu vou e digo na cara porque eu não tenho medo.

Me pediram para fazer um depoimento restrito, mas eu venho cá e vou falar, porque já chega disso. Eu estou cansada. Estou cansada desse sofrimento. Estou cansada de ver Rejane chorar.

Outro dia eles, eles iam atropelar Rejane, Raquel e a filhinha de um ano. Quando a gente foi para o Ministério Público, o Ministério Público disse para a gente que não era competência deles, não. Que eles não defendem nem fazem nada para quilombola. O que é isso? Então, para que diabo está lá esse Ministério Público se não defendem a gente? E a gente fica vulnerável aí o tempo todo.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada pela colaboração, pela contribuição à nossa CPI, com a fala emocionante da D. Ana Lúcia.

Usará da palavra Tom Zé, do Coletivo Consciência Ancestral.

Por cinco minutos, rapidinho. Vamos lá, companheiro. Tem muita gente para falar ainda.

O SR. TOM ZÉ DA BAHIA – Boa tarde. Eu não preciso de cinco minutos. Serei tão rápido. Queria somente saudar a nossa Senadora, o nosso Presidente do PSB, Manoel Carlos dos Santos. Somente para registrar que eu mandei, através da nossa Deputada Moema Gramacho, um projeto para a juventude chamado Coletivo Consciência Ancestral. Fico feliz que essa moça traz um assunto sobre Quingoma, em Lauro de Freitas, e Rejane, essa jovem que trabalha nesse sentido lá.

Então, a questão da ancestralidade. Sou um dos fundadores do Movimento Negro. Falo aqui, na presença Arigilson e esse assessor de Lídice estava aqui agora, cujo nome esqueci.

Então, nós sempre defendemos a questão do Movimento Negro. Então, eu queria trocar essa expressão para Movimento Ancestral. Este é o nosso maior problema, a questão da ancestralidade. Nós temos que saber qual é a nossa ancestralidade. Veja só aqui quanta gente falando, querendo se expor, de repente ninguém traz a essência da necessidade do que queremos ouvir, como ouvimos essa moça, como ouvimos Ricardo Andrade e ouvimos aquela senhora falando sobre o seu clamor.

Então, nós temos, gente, que ver, conhecer, tirar essa expressão “negro”. O Movimento Ancestral, porque, quando lá nos campos de futebol, certo, questionarem sobre se você é macaco, tudo bem, você está criticando a África. Mas, quando disserem que você é macaco, estão criticando a ancestralidade afro-brasileira, essa civilização que é nossa, que é do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Tom Zé, que é um grande lutador aqui de Lauro de Freitas, uma liderança política importante do nosso Município.

Passo a palavra à Deputada Fabíola Mansur, que, juntamente com Marcelino, já está com a ameaça da perda de...

A SRª FABÍOLA MANSUR – Quero rapidamente saudar a nossa Senadora Lídice da Mata por trazer, no mês da Consciência Negra, uma importante CPI, que foi requerida e é presidida por ela. Eu quero aproveitar e saudar o nosso Senador Humberto Costa, estendendo a todos os Parlamentares que tiveram aqui. E quero saudar sobretudo o Legislativo de Lauro de Freitas, na pessoa do Vereador Carlucho, saudando também os movimentos sociais, o Movimento Negro, que aqui esteve, a Polícia Militar do Estado da Bahia.

Eu quero dizer que o primeiro sucesso desta CPI é visibilizar e a gente entender que há segregação racial, que há extermínio da juventude e que há uma necessidade de a gente apurar a política de segurança pública e como se combate a violência no nosso Estado, no nosso País.

Quando a gente tem um aumento dos homicídios entre jovens, e aí eu estou falando muito claramente, Senador Relator desta CPI, Senador Lindbergh, que já nos colocou que ocorreram 56 mil homicídios ao ano, entre os quais 46% de jovens. E desses 46%, 77% de juventude negra. Contra fato não há argumento. Nós estamos exterminando a nossa juventude. Nós precisamos modificar a política de segurança pública. Nós precisamos fazer mais inclusão para esses jovens através da educação, através da cultura, que é libertária. Mas nós precisamos – e aí eu acho que é foco desta CPI também – discutir os modelos que estamos utilizando e que são gerando esses homicídios.

A violência assola a sociedade brasileira. E é um desafio para todos nós. Também nos envergonha nós sermos, além do maior país em número de homicídios, Senadores, sermos também o maior em número de homicídios de policiais. Não está funcionando. E é claro, é complexo. Há várias soluções, que aqui já foram colocadas, desde a fiscalização das nossas fronteiras até o fim do auto de resistência, como foi mencionado pelo Senador Humberto Costa.

Quero dizer que no auto de resistência a vítima é que é julgada, não há uma investigação das cenas do crime, que não são periciadas, que não são investigadas. Isso realmente é uma violência aos direitos humanos, à cidadania, é uma violência à vida, ao futuro dos jovens, que está incerto.

Temos projetos que estão tramitando naquela Casa, nas duas Casas. E quero cumprimentar o Senado que também, Senadora Lídice da Mata, orgulha as mulheres deste País, orgulha os políticos sérios deste País, pelas suas causas, pelas causas justas, sobretudo pela causa em defesa da justiça social, pelo combate ao racismo, em defesa da igualdade, que orgulha as mulheres, pois também nos envergonha no mapa da violência – e aí quero saudar a Ana Lúcia, que colocou isso muito bem, do Quingoma – onde nós somos vítimas. E a Bahia está entre os Estados que mais vitima as suas mulheres.

Precisamos, com esta CPI e o trabalho que se finda em março, tentar pautar no Senado Federal e a Câmara para votar dois projetos importantes, Senador Humberto Costa, Senadora Lídice da Mata: a desmilitarização da polícia. Precisamos capacitar os nossos policiais, como já foi descrito aqui. Precisamos entender que não é uma tática de guerra, que temos inimigos, que vamos matar. A política de combate às drogas passa também por essa compreensão. E temos também o projeto tramitando pelo fim do auto de resistência.

Esses dois projetos poderiam, se o Presidente daquela Casa, Deputado Eduardo Cunha, que hoje é investigado por corrupção e de lá não sai, e que nós mulheres estaremos fazendo, na quarta-feira, na Assembleia, um ato para retirada de Eduardo Cunha, que vitima por várias coisas, não só pelos projetos que ele pauta, projetos-bomba, como também pelo que ele deixa de pautar. Há projetos que tramitam naquela Casa, naquela Câmara Federal, que poderiam, sim, colaborar para os índices de violência se reduzirem. Mas, em vez disso, ele pauta projetos conservadores que são um retrocesso na vida dos cidadãos brasileiros. E ele não tem na sua ficha nenhuma credibilidade e nenhuma legitimidade para pautar a sociedade brasileira. Ele precisa sair de lá, claro, se houver provas, e me parece que já foi aceito. Isso não é objeto desta CPI, mas é importante que se diga.

Esta CPI, Senadora, trouxe mais visibilidade. Essa situação de homicídios que assola a nossa juventude negra, negando-lhe o seu futuro. E assola a nossa juventude, e eu digo juventude negra porque 77% estatisticamente é maioria absoluta – isso é inquestionável. Ao visibilizar, Senadora, ao trazer para o debate, trazer para uma cidade como Lauro de Freitas, que, infelizmente, junto com Simões Filho, junto com Mata de São João, Porto Seguro e Itabuna, está entre as mais violentas do nosso País, trazer soluções debatidas com os movimentos sociais, soluções debatidas e ouvidas com o movimento negro, com o movimento de mulheres, com a defensoria, com as várias instituições.

Mas nós também sabemos, Senadora e Senadores, que, com o seu jeito peculiar de fazer política com seriedade, com honestidade, saberá também concretizar os resultados, diminuindo a violência, diminuindo esses índices e podendo sugerir mais inclusão através da educação, da qual a senhora é uma defensora, através da cultura, da qual a senhora também é uma defensora. E a gente vai poder estar aqui depois de março com esses projetos votados, com mais orçamento para a juventude e, quem sabe, com projetos de 5% do fundo partidário para elegermos afrodescendentes para todas as casas legislativas.

Enfim, tenho certeza e confio, ao parabenizar esta iniciativa, ao parabenizar esta CPI, saberemos que esta primeira de várias CPIs, de várias reuniões que já tivemos, mas a primeira reunião na Bahia saberá levar para o Senado, saberá pautar e dar celeridade as soluções que foram aqui encaminhadas.

Eu queria, junto com o Deputado Marcelino Galo, que integra a Comissão de Direitos Humanos, dizer que, na Assembleia Legislativa, existe mais uma voz para combater essa violência contra a nossa juventude e mais uma voz para tentar incluir, através de políticas para a nossa juventude, todos os jovens baianos.

Obrigada pela oportunidade de estar aqui com vocês. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Deputada.

Passo a palavra à Terezinha Barros. Depois da Terezinha, teremos mais dois inscritos e encerramos a nossa audiência. O nosso Senador, inclusive, já está se retirando porque vai viajar.

Terezinha, sei que abusamos da paciência de todos aqui e da sua também, porque o número de pessoas para falar é muito grande. Mas ainda assim vou lhe pedir a garantia dos cinco minutos.

Obrigada.

A SRª TEREZINHA BARROS – Com certeza e com respeito.

Quero cumprimentar a Srª Senadora e elogiá-la pelo belíssimo trabalho que está fazendo e que já fez na Comissão Parlamentar de Inquérito com relação à morte e violência contra as mulheres. Quero afirmar, Senadora, que o diagnóstico está pronto, esse diagnóstico que está sendo evidenciado em cada reunião de comissão, em cada espaço de discussão.

Ontem mesmo, a 1h da manhã, eu estava ouvindo no Senado a discussão que veio ainda este mês sob a Presidência do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, porque a Senadora está em outra atividade. Então, é uma Comissão que está intensa.

Mas quando eu digo que o diagnóstico está pronto é porque, no dia 18, dez mil mulheres estiveram em Brasília declarando o que está acontecendo. Veja que mensagem de declaração. E as providências dessa marcha continuam, porque nós queremos providências, e providências que foram colocadas em uma reunião entre o Senado e essas mulheres. Nós tivemos em reunião com a Presidenta Dilma. Ela nos recebeu juntamente com as mulheres da Irmandade Boa Norte. Foi realmente muito emocionante quando a Presidenta Dilma disse: “Nós estamos fazendo, mas queremos também a colaboração da sociedade civil.”

Nós empretecemos a universidade, mudamos de cor, mas é preciso qualidade, e qualidade em todos os aspectos. E focar isso de maneira sistêmica. Não adianta focar a defesa pública, ou seja, tanto a civil quanto a militar. Por quê? Embora exista minha resistência à forma que ela atua, ela não é a única responsável. É preciso que nesta Comissão, Senadora, saiam indicações de uma resposta sistêmica, onde haja um tripé que avance e com tempo determinado, tal qual esta Comissão, que tem 180 dias para dar conta. E que o Governo vote, mas não tem focado no racismo institucional. Se cada instituição em educação, cultura, saúde e segurança pública não atuarem e também o sistema produtivo, a burguesia está cada vez mais rica e não contribui para isso. Então, se não envolver todos esses elementos nas indicações, não vamos ter respostas e respostas imediatas.

A minha esperança nessa marcha, onde havia 40% de mulheres velhas estiveram presentes brigando pelos seus filhos mortos. Parem de matar os nossos filhos! Tinha um percentual de 50% mais ou menos de juventude, alguns homens também nos apoiaram.

Então, a minha esperança é que essa indicação seja uma indicação do resultado do relatório, que faça uma abordagem sistêmica de atuação, com prazo determinado, com metas e com foco no racismo institucional que comanda toda essa bandalheira que está aí.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Terezinha, que foi nossa Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, a primeira Secretária deste Município. Eu me lembro muito bem, acompanhei bem o trabalho dela, quando era Deputada estadual aqui na Bahia e Deputada Federal também.

O Abisolon ainda está aí?

Rapidamente, companheiro, dois minutinhos, porque temos mais uma pessoa do Ministério Público que vai fazer um... Sempre quando vai chegando ao fim, a gente vai diminuindo o tempo, precisamos que realmente seja... É claro que eu tinha que puxar um pouco a sardinha, tratava-se de uma mulher, eu não ia deixar falar menos do que você.

O SR. ABISOLON – Quero abraçar todos, dizer que sou sargento da Polícia, estou na reserva. Minha especialidade é trabalhar fardado e desarmado. Moro há 19 anos no Bairro do Beiru. A senhora já saiu daqui. Então, quando ela falou do meu bairro, da minha família, dos meus netos, ela não sabe que está aqui presente também o coronel, todo o pessoal... Só peço o seguinte, que saia uma proposta em que a Polícia Militar da Bahia e do Brasil sejam proibidas de entrar armadas nas escolas. Na época de 1964, o Exército invadiu as universidades. Agora, na Bahia e no Brasil, a Polícia Militar tem uma ronda escolar armada.

Rapidinho aqui. Eu fiz um relatório para o Governador, mostrando a violência sobre a criança e o adolescente. Solicitei que o bairro onde moro, Beiru Tancredo Neves, o Colégio Zumbi dos Palmares voltasse a abrir, como antigamente, para a os policiais militares trabalhassem, sábado e domingo, com a juventude. Sabem o que aconteceu? Um relatório da Secretaria do Governador proibiu que entrassem.

Quero passar aqui, para a Senadora levar para Brasília: será que toda criança negra, parda ou branca da periferia merece o Proerd, só porque é americano? Isso é uma vergonha! A minha Polícia Militar tem 190 anos. A partir de mim, temos condições e capacidade de criar um programa baiano de segurança humana e social. Isso daqui é uma denúncia. O Senador do Rio de Janeiro pediu propostas diferentes. Com todo o respeito ao PSB, é possível um Estado ficar parasita do Governo de Pernambuco, copiando o Pacto pela Vida? É possível que a polícia da Bahia tenha que ir a São Paulo copiar as bases de polícia comunitária, pegar policiais de 200, 300 mil habitantes, colocar no bairro com 20 mil pessoas e depois fazer propaganda que o Estado da Bahia tem um ponto de referência, que é o Bairro da Paz.

Agora, está gravado no Senado, que eu assisti, o Secretário de Segurança Pública falou que o Bairro da Paz é mais ou menos assim: pegou policiais de 600 mil habitantes, colocou para 70 mil habitantes. Dia de sábado, na Assembleia Legislativa, mostrou o Bairro da Paz. Que lógica é essa?

Está aqui, vou ler, um manifesto da Ouvidoria: o cidadão Abisolon questiona a criação das bases comunitárias e, ainda mais, que o Estado da Bahia é o segundo Estado mais violento com as crianças negras. Sabem por que estou aqui com esses dois minutos? Porque estou representando os negros, a referência da maioria da Polícia Militar. Quando cheguei aqui, há 20 anos, eu disse para a comunidade: gente, vocês que são da periferia, lideranças comunitárias, escutem o soldado que mora perto de vocês, escutem o sargento. Aqui, sou o único representante da Polícia Militar, em 2009, já estou na reserva há cinco anos, na Conferência Nacional de Segurança Pública.

A Deputada Fabíola falou nos movimentos sociais. Os movimentos sociais não têm esse material, aí fica tudo de goela abaixo, tudo que vem de lá para cá.

Senadora, o nosso pedido é em nome dos praças da Polícia Militar do Estado da Bahia: deixem de nos fazer de bucha de canhão, nós da Bahia e de todo o Brasil.

Um convite. O Colégio Edvaldo Fernandes vai abrir todos os sábados de dezembro, janeiro e fevereiro, vamos dar um curso de formação de polícia humanitária. Até quando vamos ser parasitas dos Estados Unidos com polícia comunitária?

Minha continência. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Abisolon, que tem sido sempre presente em todas as nossas reuniões e movimentos que dizem respeito à luta pelos direitos humanos na Bahia, velho companheiro de batalha.

Muito obrigada.

Quero passar a palavra para justificar, até pela forma como tratamos a questão, a um representante do Ministério Público, que chegou há pouco para justificar a ausência.

O SR. FABRÍCIO PATURY – Boa tarde a todos. A gente tem que justificar qualquer incorrência, qualquer equívoco do Ministério Público, porque a nossa obrigação é sempre estar ao lado e ombreado com a sociedade, em todos os casos, mormente num caso extremamente sensível como esse. Quem viria era o Procurador-Geral, que teve que ir às pressas para Brasília, comunicou ao Procurador de Assuntos Jurídicos para vir, que foi chamado, por obrigação legal, a compor o Conselho da Magistratura e pensou que viria alguém do terceiro substituto. Então, nós ficamos acreditando que o Dr. Geder estava, e o Dr. Geder acreditando que teria vindo uma terceira pessoa. Foi um ruído de comunicação. Na mesma hora em que tivemos o conhecimento viemos apresentar.

Quero deixar que, para todos nós, é fundamental esse assunto, é fundamental a temática. O Ministério Público estará sempre ombreado à sociedade, em todos os cantos que dela precisar, porque nós representamos exatamente essa demanda social. Peço desculpas reiteradas pela ausência, pelo ruído, mas quero deixar claro que o Ministério Público se fará sempre presente, não só pelo clamor da CPI, mas pelo clamor social, no que for necessário e pertinente.

Depois, doutora, se fosse possível, até em nível de contribuição com a temática, eu trabalhei 12 anos na área criminal, hoje estou na área dos crimes cibernéticos – eu estava, inclusive, na CPI passada –, é inacreditável que, em todos os crimes, o nosso País, seja da área cibernética, seja da área do tráfico, seja em qualquer área, o negro e o jovem é majoritariamente a vítima. Isso não pode ser nunca uma mera coincidência. Fiquei sete anos trabalhando à frente da vara de tóxicos. O que a gente denota é a convocação do jovem negro como soldado do tráfico, não porque ele acha que deve, mas pela falta de oportunidade, de condições, da devida educação, falta do Estado prover aquelas pessoas que estão ali, em lugares mais carentes que o Estado não abraça adequadamente. A Teoria Broken Windows, a Teoria das Janelas Partidas diz o seguinte, uma tese muito simples: se você tem um lugar em que as janelas dos carros não estão partidas, ninguém depredará esse carro; mas, se essas janelas estão partidas, ninguém tem respeito a esse veículo e a depredação acontecerá. Como esperar dos jovens negros pobres demanda outra que não os mesmos desejos e anseios de todos que têm condições e alguma questão financeira. O jovem quer o tênis, o jovem quer namorar, o jovem quer ter condições de fazer o que qualquer outro jovem faz. Onde vai buscar esse dinheiro? Ele vai ser um soldado do tráfico não porque é predestinado a isso, mas porque o Estado brasileiro tem um débito incomensurável com essa sociedade, majoritariamente pobres e negros. Aí, esse jovem negro, pobre, de 19 anos, querendo namorar, vendo todos os colegas tendo tudo, vai também se aliar à criminalidade para obter financeiramente essas condições. Claro, não é o único fator. O fator é multifacetário. São milhões de causas que levam à criminalidade, mas, para o jovem negro, é porque o jovem é jovem, ele quer as mesmas coisas do que qualquer jovem de sua idade.

Ele precisa, na sociedade consumista, na sociedade que impõe certas condições, correr atrás dele, e ele se joga, e acaba sendo impelido, então.

O Estado é o responsável; o Estado coloca na mão do jovem o revólver; o Estado coloca na mão do jovem o crime; e o Estado tem que assumir também isto: a responsabilidade de dar a devida condição para que esses jovens possam também se desenvolver como jovens, sem que caiam nos braços dessa marginalidade, principalmente no tráfico, no qual 70% não têm a mínima condição de descortinar o autor. Isso, porque são soldados que são – vou falar da minha experiência no interior... Geralmente são advogados jovens de outras cidades, para que não sejam reconhecidos na cidade na qual vai matar, porque, por ordem superior, na disputa de boca pelo débito do tráfico ou pelo dinheiro, ele é obrigado a ter que cometer um ilícito e um crime em outro lugar, onde o pagamento é com a vida.

Não é possível cobrar débito de tráfico ou débito de drogas no juizado especial. E como é que se faz para cobrar esse débito? Cobrando com a vida, com o custo vida.

E aí os assassinatos proliferam, as mortes ficam sem condições, porque a sociedade é temerosa, e não testemunha. E quem é que, ao fim e ao cabo, está aí? O negro, o pobre que está lá na sua condição de hipossuficiente. Então, é mais ou menos para enriquecer o debate.

E gostaria de dizer que nós estamos atentos também aos autos de resistência, sim. Queríamos muito que houvesse uma troca dessa nomenclatura, porque auto de resistência juridicamente não existe. É um termo sofisticado para explicar o inexplicável em algumas situações, porque simplesmente, se há uma necessidade de o policial matar, porque está efetivamente sob um excludente de ilicitude, uma legítima defesa, um estado de necessidade ou até mesmo um excludente de culpabilidade, temos um homicídio justificado, e isso ajudaria bastante a colocar o que efetivamente é. Um homicídio será justificado se for justificado.

E criamos os autos de resistência como um guarda-chuva a algo que é homicídio. E parece que é menos, mas não é menos. Foi um homicídio.

E por que esse homicídio aconteceu? Aconteceu, porque o policial foi atacado. Se foi, está justificado. Mas quem, então, fez aquele jovem atacar o policial?

Então, se a gente mudasse a nomenclatura e dissesse: “Foi um homicídio justificado para o policial, que também quer voltar para a sua casa, que também é negro e também tem direito de ter a sua vida.” Mas o Estado é corresponsável, porque colocou aquele menor no confronto com policial também.

Então, facilitaria bastante colocar os devidos pingos no is. Então, é apenas a contribuição.

Também nos crimes cibernéticos, não é diferente. As injúrias raciais são diárias, os crimes de preconceito e ódio são diários. E essa é nossa luta diária, porque sempre e sempre abraçaremos ciclicamente a questão da educação, da pobreza, da história e do preconceito.

Então, é a contribuição Ministério Público. Estamos atentos, sim. E, de novo, peço desculpas pela nossa mora, estaremos sempre, Deputada, aqui à frente, Senadora, à frente e ao lado do que for necessário pelo Senado, pelo Congresso e por toda a sociedade.

Obrigado pelo tempo de fala. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada. Foi importante para esclarecer a ausência que nós tínhamos do Ministério Público.

E eu quero aproveitar para, com a presença do Ministério Público e de um representante da Polícia Militar, acrescentar questões que, em outras audiências públicas, nós já detectamos, e são importantes que essas instituições possam levar em conta. Nas apresentações feitas pelas Secretarias de Segurança Pública, incluindo a do Estado da Bahia, na CPI, nós constatamos que nas pesquisas feitas, dentro dessas Secretarias, a respeito das mortes, dos homicídios, é respondido raça ou cor, preta, parda ou branca. E, quando se dá o resultado final, a Secretaria sempre divulga que pardo é maior do que o negro.

Nós consideramos que isso é um erro grave, porque não existe cor parda. Na verdade, na referência de cor parda existente no Brasil, inclusive no IBGE, havia uma subnotificação, uma intenção de não registrar a presença dos negros na sociedade. Isso é um debate que já ocorreu, que já está superado. Se tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil continuarem usando esse tipo de referência, isso levará a um confronto com pesquisadores que hoje já fazem isso com um nível de metodologia muito mais avançado, que deixa muito clara a presença majoritária dos negros como vítimas dos homicídios no Brasil.

Já fiz essa recomendação em outra reunião. Quero refazer isso aqui, porque acho fundamental que até o Ministério Público também possa acompanhar, nas suas próprias investigações e pesquisas, que há um movimento, no País, para fazer com que as pessoas assumam a sua cor. E o Poder Público tem que estar comprometido com isso. Não dá para revelar de outra maneira essa questão.

A nossa CPI, claro, tem o mérito, e muitos dizem isso, de dar voz, de tornar visível parcela da população que permanece invisível em nosso País – os pobres, os negros. Esse é um mérito que ela tem, mas ela não se limita a isso. Nessa discussão da CPI do Assassinato de Jovens, é importante que nós não tenhamos uma caracterização de que a CPI está contra a Polícia Militar, está contra a Polícia Civil, porque houve denúncia de confrontos ou mesmo de mortes cometidas por policiais.

A discussão em si da violência, do grande número de assassinatos no Brasil, 56 mil em 2013, demonstra que nós precisamos debater a política de segurança pública no Brasil. E isso envolve nós enfrentarmos – e estamos enfrentando neste debate – as relações que isso tem com a política de enfrentamento às drogas, como ela se dá em nosso País, se ela vem acontecendo e sendo eficiente naquilo que pretendia, que era diminuir o consumo de drogas no Brasil.

Podemos constatar que isso está acontecendo? Nem no Brasil, nem no mundo essa resposta foi positiva. Foi negativa. Envolver a reformulação da política de segurança pública e das polícias, não porque é a CPI ou porque o Congresso Nacional tirou das nossas cabeças essa discussão, mas porque, dentro da Polícia Militar, dentro da Polícia Civil, hoje há um grande questionamento sobre o formato e o nível de organização dessas polícias.

O debate sobre a reestruturação e a desmilitarização da Polícia Militar nasceu, dentro da Polícia Militar, por aqueles que refletem sobre sua própria prática, sobre sua própria existência. São intelectuais da Polícia Militar, são pessoas, são coronéis, são tenentes que estudam a sua própria organização que colocaram para o Brasil, através de Deputados, essa proposição. Ela não nasceu da cabeça de nenhum Deputado que quisesse estar contra a Polícia Militar, mas sim da própria reflexão da Polícia Militar.

Também a ideia de modificação da Polícia Civil nasce dentro da Polícia Civil. Não há modelo, pelo que nós temos debatido na polícia, que nos garanta uma eficiência maior. Há polícias eficientes que são militarizadas na América Latina, como há polícias que são eficientes e são desmilitarizadas, como acontece nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo.

No entanto, não é difícil constatar que, nos locais onde há um rigor maior em relação ao armamento, como é o caso da Polícia no Reino Unido, há um número menor de mortes. Portanto, em relação ao uso da

arma, ao uso do armamento, ao enfrentamento dessa discussão dentro das polícias e fora delas, na sociedade brasileira, a nossa CPI e outras que tratam da questão da violência contra a mulher demonstram a necessidade de nós tratarmos com mais rigor e com maior profundidade essas questões.

É preciso cobrar das polícias e do Estado brasileiro, já que se fala no enfrentamento do tráfico de armas, não apenas discutir-se o tráfico de drogas.

Aliás, quem estiver atrás de comprar uma pistola e for ao centro da cidade de Salvador consegue – eu posso garantir que consegue – num preço razoável. Eu nunca tentei, porque não sou de armamento, mas conheço a movimentação. A polícia sabe, mas tem que ser capaz de coibir.

É mais importante ainda nós refletirmos sobre o fato de que o Brasil é um grande fabricante de armas. Muitas das mortes se dizem serem feitas com armamento pesado – é verdade, pois, dentro das comunidades, nós estamos vendo jovens, adolescentes armados com armamento pesado –, mas há também grande parte de armas pequenas, todas fabricadas no Brasil. E o Brasil não só fabrica como exporta armas para outras partes do mundo. É preciso debater essa questão no momento em que o Congresso Nacional tenta flexibilizar o porte de armas no Brasil, no momento em que recebemos dezenas de categorias do funcionalismo público federal e estadual que consideram pauta de reivindicação sindical o armamento.

Essas questões dizem respeito à nossa CPI. Nós estamos buscando com que esse relatório reflita isso, mas eu quero deixar claro que, mesmo que o essencial do nosso trabalho seja sugerir proposições que estão colocadas no âmbito do debate da violência no Brasil, a questão essencial que a CPI deve deixar registrada para a sociedade brasileira é a existência do racismo no Brasil, e um racismo institucional que permite que se defina que há territórios suspeitos e não suspeitos. Eu vi o relato do Coronel da Polícia Militar, com todo o respeito. As comunidades não são invadidas apenas por haver traficantes na comunidade, uma vez que há traficante também dentro de edifícios em grande parte de cidades no nosso País, como no Rio de Janeiro, em Salvador, em São Paulo. Quem é que disse que não há traficantes em bairros de classe alta? Aliás, se se investiga como se compra imóvel no Brasil, pode-se analisar se aquela pessoa que está comprando imóvel tem realmente renda, se não está apenas fazendo uma lavagem de dinheiro em nome do tráfico de droga, para ali estar registrado o alto traficante. Isso já foi referenciado aqui. O território que é atacado da forma violenta como é ocupado é ocupado, porque é onde moram os negros pobres deste País. E o suspeito é sempre um jovem negro. Ele é um suspeito, porque é jovem, negro e pobre. E é contra isso que esta CPI se coloca. Nós precisamos não só revelar isso à sociedade, mas às polícias. A Polícia Militar precisa discutir essa questão do racismo dentro da Polícia Militar. A Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário, essas estruturas do Estado brasileiro precisam identificar as manifestações de racismo institucional existentes dentro dela, ou então nós não vamos conseguir avançar numa relação diferenciada na sociedade que possa modificar esse quadro.

Eu queria deixar essa observação final, que são os pontos que nós estamos trabalhando. O Senador Lindbergh aqui colocou, e há um grande debate no movimento negro, se são ações de extermínio da juventude negra, ou se se trata de um genocídio tecnicamente caracterizado. Esse debate nós também vamos travar na CPI, assim como temos audiências já programadas para debater o papel da Imprensa brasileira na discussão do racismo na sociedade brasileira e também o tema da violência sobre os jovens.

Eu compreendo que há muitos companheiros que gostariam de falar ainda, mas nós temos um tempo. Por favor, companheiro, você deseja falar? É porque nós estamos encerrando. Eu vou lhe dar a palavra por dois minutos, caso contrário não tenho como encerrar a sessão, e eu preciso encerrá-la, pois se trata de uma sessão formal do Senado Federal que acontece aqui hoje, já sem a presença dos Senadores.

O SR. ADAÍLTON AGRA – Obrigado pelo direito que a senhora está me dando. Estamos falando aqui muito do assassinato de jovens.

Meu nome é Adailton Agra, sou gerente da Secretaria de Desenvolvimento Social de São Francisco do Conde. Nós estamos trabalhando com a valorização do agente de proteção da criança e do adolescente. Estamos trabalhando a prevenção. Nós precisamos trabalhar a prevenção.

As prefeituras do nosso Estado precisam criar o Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária. Não há fiscalização e nós precisamos – o Ministério público está aqui – demandar essa situação. Nós estamos muito preocupados com o programa Municipal Socioeducativo, que pune, mas precisamos ter o plano Municipal de Convivência Familiar, de prevenção. Nós temos escolas sem professores no Estado. Nós precisamos dar o direito à educação à criança e ao adolescente, que nós não temos. Então, nós precisamos investir em educação. Nós precisamos alertar o Poder Judiciário de que existe uma lei de organização judiciária, inclusive lá no art. 260, da vigilância de crianças em logradouros públicos. Nós estamos fazendo aqui, no Juizado da Infância e Juventude, onde atendemos 2 mil pessoas no ano de 2014. Isso tem que ser levado em conta, para servir de parâmetro para o Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária.

Nós estamos aqui falando de assassinato de negros. Nós não temos espaços de lazer, mas temos um lazer que é sexo, luxúria e bebida alcoólica. Nós temos uma lei federal que proíbe a venda de bebida alcoólica. A venda é criminalizada, mas nós não temos fiscalizações nos bares por ninguém. Então, como é que criamos leis para conter a criminalidade?

A juventude negra vem cerceada do direito de se expressar, ela vem ser cerceada do direito de liberdade. Estou falando de crianças e adolescentes. O art. 16 do Estatuto já demanda o direito de expressão. Os grêmios estudantis não existem. Precisamos urgentemente trazer o Estatuto à baila, para que toda a sociedade conheça o Estatuto da Criança e do Adolescente. A sociedade não conhece, as escolas não conhecem, o Poder Público não conhece. A família de crianças e adolescentes desaparecidos vão à delegacia registrar, e mandam esperar 24 horas.

Gostaria de pedir aqui ao Ministério Público aqui que largue uma circular na Segurança de Segurança Pública, para dizer aos delegados do interior, aos agentes públicos, aos agentes de polícia do interior que registrem o desaparecimento de crianças e adolescente imediatamente, atendendo a Lei 11.529, de 2007.

Nós temos um trabalho, Senadora. Nós somos do tempo da panela vazia da época. Estive com a senhora nessa militância e digo à senhora: nós não temos uma política séria de prevenção no Estado. O estatuto é rasgado e jogado no lixo. O Estatuto da Criança é jogado na lata do lixo, como se fosse qualquer coisa.

Eu quero encerrar minhas palavras dizendo à senhora que nós temos aqui, em Lauro de Freitas, projetos do Juizado da Infância e da Juventude, mas não temos estrutura, como estrutura não tem o CMDCA do Estado. Nós precisamos valorizar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não botando lá presidentes que trabalham a favor da política do prefeito, e sim da sociedade, da comunidade.

Na Bahia, nós precisamos dizer isso ao Ministério Público, há conselhos tutelares que não têm nem sede, não têm respeito. Precisamos estruturar o Juizado da Infância e da Juventude.

E ao Ministério Público, eu quero fazer aqui uma reivindicação: que os juízes de todas as comarcas criem um quadro de agentes de proteção, não aquele policialesco, mas o protetivo que está previsto na Lei de Organização Judiciária, para cumprir o primeiro artigo, investigar a conduta dos pais. Precisamos chamar os pais à responsabilidade – art. 260 da Lei nº 10.845, de 2007.

Gostaria de me expressar mais, porém o político tem mais vez, porque está no mandato. Mas eu sou povo e o povo... Eu quero agradecer a condição que a senhora me deu, que a Constituição me deu de me expressar e de valorizar o trabalho do Juizado da Infância e da Juventude de Lauro de Freitas.

Deus abençoe!

E precisamos de espaço de lazer. Na escola parque, acabou o campo de futebol e nós não temos lazer. O negro não tem lazer, porque levantaram os espigões e ele ficou imprensado na favela. Só chega lá arma letal. A política pública do Estado não chega.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada pela sua contribuição e colaboração.

É fundamental. Alguns companheiros já mencionaram antes a necessidade de políticas preventivas. Isso é fundamental.

Gostaria de reafirmar que, no caso das mortes de jovens, agradecendo a sua parceira, não basta política preventiva. A política preventiva atua para que novas mortes não ocorram. Nós precisamos que sejam investigadas as que já aconteceram. Não podemos conciliá-las com a impunidade.

A ideia de que vamos prevenir, vamos justificar com política de tempo integral na escola, com tudo isso, é fundamental para criar uma nova realidade no Brasil, mas, independente disso, nós temos que punir aqueles que mataram e assassinaram jovens, adolescentes. Sem a política de punição, a impunidade indicará o caminho da continuidade do crime sobre jovens negros em nosso País.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e o apoio da equipe do Cine Teatro, convidando-os para a próxima audiência pública da Comissão, a ser realizada nessa sexta-feira, dia 27 de novembro, às 10h, na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, em Cuiabá.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

**Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ**

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2015, às 9 horas e 53 minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença do Senador **José Medeiros**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves e Eduardo Amorim**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Zilbo Bertoli Júnior - Secretário Estadual Adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso; Mauro Zaque de Jesus - Secretário Estadual de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso;

Major Jean Klébber - representante do Grupo Especial de Fronteira – GEFRON; Anna Marcia Barbosa Cunha - representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Mato Grosso; Leila Francisca de Souza - representante do Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII; Odilza Sória Sampaio - Fundadora da Associação de Familiares de Vítimas de Violência do Estado do Mato Grosso; Deputado Estadual Emanuel Pinheiro; Túlio Dualibi Alves - Juiz de Direito da 2ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso; Paulo Ávila - Rapper e membro da Rede de Empreendedores Comunitários; Aírton Reis - Embaixador Universal da Paz, Professor e Poeta; Gleide Bispo Santos - Juíza da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá; Maria Lorena Maciel; Leonildo Severo; Soely Francio Severo; José Pereira - representante do UNEGRO; Diego Souza; Manoel Motta - 1º Suplente do Senador Wellington Fagundes; Kellen Artur Preza Nogueira - Superintendente da Polícia Rodoviária Federal; Valdevino Alves; Vinícius Brasilino - representante da União Estadual dos Estudantes; Jahari - representante do Coletivo de Negros da Universidade Federal do Mato Grosso; Vanderlan Leite Ribeiro - Presidente de Bairro; Fábio Vialla - representante da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Brasil (Fenatrocoop); Antonio Vargas - representante da Central de Sindicatos Brasileiros; Heitor Reis - representante da Associação de Parentes de Vítimas de Violência do Estado do Mato Grosso; Prado - Diretor de Instrução e Ensino da Guarda Municipal de Várzea Grande; Susana Weyl Pereira - Professora do Instituto IVEST de Cuiabá; Marcelo Barros - Aluno de Direito da Faculdade UniRondon. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia.

Agradeço a presença de todos os senhores e senhoras que compareceram atendendo ao nosso chamado.

Vejo aqui um grande grupo de jovens de camisa azul com a sigla VPC, que eu não sei o que é...

É um colégio?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ah, que bom! São jovens estudantes que estão aqui presentes conosco.

Eu vou, portanto, dar início a nossa audiência pública, que é uma audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o assassinato de jovens, especialmente jovens negros, no Brasil. E, portanto, nós temos que cumprir o rito próprio de audiência como cumpriríamos se estivéssemos no Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 36, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, aprovado por este Colegiado.

Esta audiência pública é a sétima de um ciclo de audiências que esta Comissão realiza em diversas cidades do Brasil, a fim de tomar conhecimento, investigar e debater o problema do assassinato de jovens do País.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de agradecer a toda a equipe da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, em especial ao seu Presidente, o Deputado Guilherme Maluf, que gentilmente cedeu este espaço e colabora com a realização desta audiência pública – aliás, uma das dependências com melhores instalações e equipe de infraestrutura para realização que nós já tivemos nas nossas audiências, nos Estados. Volto a agradecer ao Deputado Guilherme e a toda a Assembleia Legislativa.

Em virtude da ausência justificada do Senador Lindbergh Farias, designo o Senador José Medeiros para assumir a função de Relator da CPI na reunião de hoje.

E vamos chamar para compor a mesa aqueles que foram convidados para integrarem essa discussão conosco hoje.

Assim, convidamos o Dr. Mauro Zaque de Jesus, Secretário Estadual de Segurança Pública. *(Palmas.)*

O Dr. Zilbo Bertoli Júnior, Secretário Estadual Adjunto de Justiça e Direitos Humanos. *(Palmas.)*

O Sr. Túlio Duailibi Alves, Juiz de Direito da 2ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá, representando o Presidente do TJMT, Desembargador Paulo da Cunha. *(Palmas.)*

A Sra Gleide Bispo Santos, Juíza da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá. *(Palmas.)*

O Dr. Marcos Faleiros, Juiz da Justiça Militar e Audiência de Custódia. *(Palmas.)*

O Major Jean Klébber, representante de Grupo Especial de Fronteira (GEFRON). *(Palmas.)*

O Sr. Kellen Arthur Preza Nogueira, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal. *(Palmas.)*

A Sra Anna Márcia Barbosa Cunha, representante de Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Mato Grosso. *(Palmas.)*

O Sr. Aírton Reis, Embaixador Universal da Paz, Professor e Poeta. *(Palmas.)*

A Sra Leila Francisca de Souza, do Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII. *(Palmas.)*

Quero esclarecer que terão voz na audiência pública, terão a palavra não apenas aqueles que estão na mesa. Nós inscrevemos entidades e personalidades ligadas a essa questão que desejam falar. Nas nossas últimas audiências públicas, por exemplo, mães e parentes de vítimas de assassinato, familiares de jovens assassinados tiveram a palavra. Então, a equipe do Senador já está verificando isso para que nós possamos garantir que essas pessoas se manifestem aqui. Já temos três mães inscritas.

E quero propor também que nós possamos usar da mesma metodologia que usamos em outras cidades, em outros Estados, de modo que nós façamos com que essas intervenções sejam feitas intercaladamente: dois daqueles que estão na mesa, um inscrito do plenário, depois, mais dois da mesa, um inscrito no plenário e assim por diante, para que a gente não fique com uma dificuldade que, muitas vezes, esse tipo de audiência revela. Falam os componentes da mesa toda, acaba o tempo e aqueles que estão no plenário ficam sem condição ou, quando vão falar, já não são ouvidos pela maior parte das autoridades. Então, eu queria ver se nós conduzíamos dessa maneira, se o Senador concordar e os outros senhores que compõem a mesa.

Vou ficar aqui do lado, para que o senhor fique mais à vontade.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está compondo aqui a mesa, neste momento, o Deputado Emanuel Pinheiro, representante da Assembleia Legislativa do Mato Grosso.

Eu informo também que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela internet e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, via internet, além da participação direta aqui. Por isso, as pessoas que tenham interesse em assistir e participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço, www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com o fim de organizar justamente esta audiência e o tempo que nós temos para realizá-la, eu vou propor um tempo para cada intervenção, mas quero que vocês fiquem absolutamente à vontade para dizer se há condição de realizar a exposição que cada um pretendeu nesse modelo. Se não houver, nós modificamos e ampliarmos o tempo. Pensávamos em cinco minutos mas, se houver necessidade de alguma apresentação, os senhores podem dizer que eu aumento o tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto. O Secretário está propondo de cinco a 10 minutos para quem vai fazer a exposição. Eu acato a sugestão. É claro que, se houver necessidade de utilização de um tempo maior por aqueles que trouxeram uma exposição de dados de suas representações e instituições, nós estamos aberto obviamente a viabilizar.

É apenas um balizamento do tempo para que a gente consiga administrar a realização desta audiência pública.

Eu vou propor que a gente possa iniciar, aqui por esse lado, já que próximo de mim, pelo Sr. Secretário de Segurança Pública.

Eu quero esclarecer a todos os que estão nesta reunião e também aos que nos acompanham pela internet, pelos meios de comunicação da própria Assembleia Legislativa, da TV Assembleia, de que a nossa expectativa, quando estamos numa cidade, é principalmente conhecer a realidade daquele Estado.

Nós não estamos aqui porque Mato Grosso tem os piores índices de violência do País – não é um Estado que tenha esse índice.

Na justificativa do seu requerimento, o Senador José Medeiros diz justamente que, apesar de não ter os piores índices, vem crescendo o índice de mortes por armas de fogo e que há, portanto, a necessidade de acender uma luz vermelha.

Acho que esse é um movimento extremamente positivo, porque permite que a CPI possa atuar de forma preventiva. Nós estivemos, por exemplo, em Boa Vista, capital de Roraima, que tem um dos menores índices de violência do País, mas que vem crescendo em relação ao conjunto do País.

Registramos lá situação diferente daquela existente na maioria dos Estados brasileiros. Estivemos em Roraima com o Senador Telmário e com a Senadora Ângela Portela, que estariam aqui, mas não estão presentes porque estão com a Presidente da República em seu Estado.

Naquele Estado, o que nós identificamos, Secretário, é que o maior índice de morte, de assassinatos de jovens não se dava na população negra, mas, sim, na população indígena. Então, cada Estado vai acrescentando a sua realidade ao desenho que o Relator vai ter condição de apresentar no final do relatório em relação a essa situação do assassinato de jovens em nosso País, geralmente naquelas populações que são mais vulneráveis socialmente em cada região.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Mauro Zaque, Secretário, para que ele possa iniciar a sua fala.

Recebo aqui a querida amiga Thelma de Oliveira. É um prazer estar neste lugar, que leva o nome do nosso querido Dante de Oliveira.

O SR. MAURO ZAQUE DE JESUS – Bom dia a todos.

Na pessoa da Senadora Lídice, gostaria de cumprimentar todos os demais integrantes da Mesa. Como há uma limitação do tempo, vou me abster de fazer um cumprimento personalizado a todos.

Senadora, acho que a senhora está de parabéns, assim como o Senador José Medeiros, pela iniciativa de estarmos hoje aqui reunidos discutindo um tema da maior relevância, da maior importância.

O que nós teríamos de mais importante a fazer neste momento senão discutir a vida dos nossos jovens? Senão discutir por que o Brasil, ainda hoje, em pleno século XXI, permite que os seus jovens sejam massacrados diariamente, anualmente, deixando para trás um rastro de dor em toda a família, em todos os amigos, demonstrando – esta é a realidade – que o Estado brasileiro não tem condições de cuidar dos seus jovens?

Se o nosso Estado, Senadora, não tem condições de cuidar dos nossos jovens, nós não teremos condições de cuidar de mais nada, nós não teremos segurança pública, não teremos educação, não teremos tecnologia, não teremos desenvolvimento.

Causou-me espécie, conversando há pouco com o Senador José Medeiros, antes de sentar aqui, a sua frase: “Doutor, que bom que o senhor veio, porque, em regra, nos Estados, os secretários de segurança não gostam muito de participar dessas audiências públicas.” Não é isso, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É verdade.

O SR. MAURO ZAQUE DE JESUS – E eu dizia ao Senador que não adianta nós taparmos o sol com a peneira. Nós temos um problema sério, nós temos um problema gravíssimo, e é nosso dever, é nossa obrigação enfrentar esse problema. Enfrentar esse problema com o peito aberto, assumindo as nossas responsabilidades, para que nós possamos, a partir daí, construir algo novo para o futuro; para que nós possamos, a partir daí, construir um futuro diferente, em que possamos proteger os nossos jovens.

O passado, infelizmente, nós não vamos poder mudar. Nós não vamos poder trazer à vida todos aqueles que sucumbiram ante a violência pela inoperância de um Estado brasileiro que há muito não se preocupa com o seu povo, com a sua segurança, com os seus jovens. Esses nós não poderemos esquecer. Nós temos que lembrá-los sempre, porque quem não conhece a sua história está condenado a repeti-la. Então, nós temos que ter esses jovens como mártires, que são, de uma guerra, de uma luta que nós não podemos evitar. Uma luta, Senadora Lídice – e por isso a cumprimento mais uma vez –, que nós temos que enfrentar, sim; que nós temos que discutir, sim. Nós temos que ouvir a população, saber o que a população pensa. Nós não podemos tomar atitudes de gabinete e de ar condicionado, pensando que somos os donos da razão e do conhecimento, quando, na verdade, quem tem que dar o rumo e a direção para nós é a sociedade, é a população, que está sentindo na pele os efeitos tão nefastos da violência.

Eu sei que o meu tempo deve estar se encerrando...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. MAURO ZAQUE DE JESUS – Ainda não?

Como não temos um tempo muito alongado para falar, eu gostaria de dizer duas coisas. Uma: segurança pública, as pessoas confundem com polícia. Segurança pública não se resume a polícia. Quando um evento de segurança pública chega à porta de uma delegacia, ou a uma viatura da PM, da PRF, é porque tudo mais já falhou.

Mato Grosso começa a viver um novo momento. Hoje, nós estamos trabalhando segurança pública com o apoio e com o comprometimento do Poder Judiciário, que está aqui ao nosso lado, através do Dr. Túlio, do

Dr. Marcos Faleiros, que estão aqui; da Dr^a Gleide Bispo, que é uma lutadora – trabalhamos juntos em Pontes de Lacerda, não foi, Dr^a Gleide? Não faz muito tempo porque nós não temos idade para isso, mas trabalhamos, há pouquíssimo tempo, em Pontes de Lacerda.

A segurança pública que se faz em Mato Grosso inova porque vem com o comprometimento do Poder Judiciário de participar das decisões de segurança pública e trabalhar junto com a segurança pública. Nós temos também o comprometimento do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, que vem participando junto. Isso faz a diferença, isso vai fazer a diferença.

Não obstante, eu gostaria, mais uma vez... Tenho falado para a nossa Bancada federal, para os Deputados, e quero pedir aqui, encarecidamente, à Senadora Lídice, ao Senador José Medeiros: nós não faremos segurança pública se não enfrentarmos a questão legislativa. Não é só lei, mas a lei é um passo importantíssimo.

Eu sou um defensor do Estado de direito, do Estado democrático de direito; sou um defensor dos direitos humanos. Nós não faremos segurança pública massacrando nem pisando em cima de ninguém. Mas nós não faremos segurança pública enquanto aquele ofensor, aquele que tira a vida do seu semelhante, do seu irmão não for punido com rigor. (*Palmas.*)

Enquanto não houver punição, nós não teremos o respeito. Infelizmente, ainda hoje, o Brasil é um país que não respeita a vida do seu povo.

Então, Sr^a Senadora Lídice, Senador José Medeiros, é importantíssimo que enfrentemos a Lei de Execução Penal, enfrentemos com responsabilidade, não sob o calor de quaisquer acontecimentos, mas com responsabilidade, tendo em vista que cada dia que passa sem alterarmos a Lei de Execução Penal, o nosso povo está perecendo nas ruas, os nossos jovens estão sendo assassinados, estão sendo abatidos sem piedade.

Aqui, em Mato Grosso, infelizmente – e não são poucos os casos –, a ordem para tirar a vida, para roubar, para matar sai de dentro das unidades prisionais. Temos que mudar esse cenário. Enquanto não protegemos a nossa sociedade, enquanto não fizermos com que aquele agressor seja, efetivamente, retirado do convívio social, estaremos deixando a nossa sociedade refém. Não podemos permitir que alguém que está cumprindo pena passe o dia inteiro dentro de uma unidade prisional falando ao telefone, encomendando crimes, tramando outros crimes e aterrorizando a vida do cidadão de bem que está aqui fora, não bastasse a vida que ele já tirou para estar lá, ainda fica encomendando outros crimes. Temos, sim, que enfrentar essa questão.

Para finalizar, quero trazer um dado importante, pedir para o nosso pessoal da inteligência fechar a estatística: em 2015, estamos com uma redução, Senadora, do índice de mortes de jovens da ordem de aproximadamente 20%. Estou com os dados aqui, posso passar à Comissão. Aproximadamente 20%! Isso é importante porque vínhamos em uma curva acentuada ascendente, e a dificuldade, quando a gente vem numa curva ascendente, é, primeiro, fazer parar essa tendência e, depois, diminuir. Em 2011, registramos 134 homicídios de jovens; em 2012, 178; em 2013, 197; em 2014, 286 – de 197, foi para 286 em 2014 –; em 2015, 239. É um número bom? Não; é um número vergonhoso; é uma vergonha 239 homicídios de jovens em um ano.

O pesado disso aqui é o tráfico de entorpecentes. Não justifica – explica, mas não justifica. É uma imoralidade para o Estado brasileiro como um todo, para as estruturas de segurança pública, para as estruturas de defesa social, para as estruturas de educação, enfim, é uma vergonha para o Estado brasileiro permitir uma mortandade, uma chacina dessa magnitude.

Mas estamos comprometidos; contem com a segurança pública. O Governador Pedro Taques está comprometido com a segurança pública, está comprometido com a sua gente e vem cumprindo com a sua promessa nesse sentido.

Não vou repetir aqui tudo que já foi investido, o que já foi feito em segurança pública durante este ano no Estado, porque temos um tempo precioso para discutir o assunto específico da pauta, mas tenham a certeza de que a segurança pública do Estado de Mato Grosso está preocupada, está comprometida com essa questão. Não podemos mais permitir em nosso Estado, Senadora Lídice, que possamos vir para este tipo de audiência com tantas famílias destroçadas pela dor, pela tragédia.

Contem conosco, estamos comprometidos e vamos fazer de tudo para mudar esse quadro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero agradecer a presença e a fala do Dr. Mauro, que se diferencia de muitos Secretários, quero dar este testemunho, primeiro, na presença, segundo, no reconhecimento das dificuldades, terceiro, na afirmação de que o tráfico de drogas explica, mas não justifica.

Isso é fundamental, porque temos ouvido muito a área de segurança pública no Brasil, e a afirmação de que a origem está no tráfico de drogas quase encerra a questão, como se disséssemos: não temos mais nada a fazer, é o tráfico de drogas, que vira uma personagem humanizada, dominando o nosso medo. Além disso,

justifica uma ação policial. Quando há a morte de um jovem, basta sair na manchete: “envolvido com tráfico de drogas”. E está justificado o assassinato, como se estivéssemos definindo uma pena de morte no Brasil.

Acho que a sua fala, portanto, foi muito importante para a nossa CPI, pelo que agradeço muito a participação.

Como havia combinado antes, vou, registrando presenças, passar a palavra a mais um da mesa e, depois, a terceira palavra será das organizações que foram inscritas.

Então, quero registrar a presença de Manoel Mota, Suplente de Senador, aqui, representando o nosso colega, o Senador Wellington Fagundes. (*Palmas.*)

E quero também registrar que esteve, até há pouco, aqui conosco, meu querido amigo e ex-Senador por Mato Grosso, Márcio Lacerda. (*Palmas.*)

Vocês não sabem, mas tenho alguns amigos em Mato Grosso, pois, já frequentei muito esta área aqui, em Cuiabá, no tempo do Prefeito Dante de Oliveira, quando fui Prefeita, no mesmo período, da minha cidade, Salvador, Éramos muito amigos e participamos da Frente Nacional de Prefeitos de Capital, além de ter em Telma uma grande Deputada na sua ação. Estive presente à inauguração do monumento a Ulysses Guimarães, feito na gestão de Dante, e também quando foi Governador do Estado também e tinha uma relação bem amiga com diversos políticos do Mato Grosso.

Tenho a satisfação, agora, de ter novos amigos no Senado Federal, como os Senadores Pedro Taques, José Medeiros, Blairo e Wellington, todos que juntos atuamos em defesa da representação dos nossos Estados, no meu caso, da Bahia.

Vamos ouvir, agora, a palavra do Dr. Zilbo Bertoli Júnior, Secretário Estadual Adjunto de Justiça e Direitos Humanos.

O SR. ZILBO BERTOLI JÚNIOR – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar todos em nome do nosso Senador José Medeiros, dizer que é um momento muito importante esta discussão. Temos que parar para refletir e, realmente, averiguar tudo o que está acontecendo no nosso País.

Em nome do Secretário Márcio, que não pôde estar aqui, deixo também o cumprimento dele, dizendo a todos que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos também vem trabalhando muito forte com relação a este tema. Temos que nos preocupar, sim, com nossos jovens, com tudo o que está ocorrendo, zelar por esses jovens. Temos que levar a todos as políticas públicas necessárias, para que esse jovem tenha condição de ter uma vida cada vez melhor; levar a saúde, levar a informação, levar a educação.

O Governador Pedro Taques vem trabalhando fortemente, para que tudo isso ocorra. Então, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos busca efetivar as políticas públicas encaminhadas.

Temos nossos Conselhos – e, aqui, cumprimento o Conselho Tutelar presente –, bem como cumprimento nossos estudantes presentes. E é muito importante que todos nós caminhemos juntos para um bem maior, para que esses índices, num futuro próximo, sejam bem diminutos mesmo, quiça sejam zerados. Porque o jovem tem uma função primordial em nosso País: o futuro é deles. Se eles estão tendo as suas vidas ceifadas, cumpre ao Poder Público trabalhar de forma veemente, de forma forte, para que isso não ocorra mais.

Então, trago meus cumprimentos aos nobres Senadores, à Senadora Lídice da Mata, por esta iniciativa brilhante de formar esta CPI e caminhar por este Brasil colhendo dados. A informação é muito importante. Nós temos de ter elementos para que possamos desenhar o quadro e, depois, combatê-lo.

Então, Senador Medeiros, parabéns pela iniciativa. Conte com o nosso Governo, com a nossa Secretaria. Nós estamos de portas abertas para qualquer informação que V. Ex^{as} julguem necessária no Estado do Mato Grosso. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Como havia anunciado – volto a dizer – vou ler os nomes de mais três pessoas, porque a lista de personalidades, de entidades está grande. Depois, passo a palavra a uma organização que já se inscreveu.

Peço a ajuda da Secretaria da Mesa.

Registro a presença da Sr^a Ruth Medeiros, esposa do Senador José Medeiros, que faz parte da nossa comitiva de trabalho; de Anderson Vidal, chefe de gabinete, neste ato representando o Deputado Federal Adilton Sachetti, do meu Partido, a quem quero agradecer, porque mobilizou verdadeira comitiva para me receber e para dar apoio ao nosso trabalho no dia de hoje. Agradeço ao Deputado, que não pôde estar presente aqui, mas me ligou justificando. Quero registrar, ainda, a presença de Anete Cristina Correia Santana, Conselheira Tutelar da 4^a Região do Município de Cuiabá.

Muito obrigada.

Vou passar a palavra à Odilza Sírnia Sampaio, fundadora da Associação de Familiares de Vítimas de Violência do Estado de Mato Grosso.

Quero dizer que essa é uma tendência. Em todos os Estados está se formando, Secretário, uma organização de mães de vítimas de violência. Já há uma articulação para uma associação nacional. Na minha opinião, infelizmente, porque nós não gostaríamos de termos a necessidade de as mães se organizarem para esse fim.

Por cinco minutos, a senhora tem a palavra.

Muito obrigada.

A SRª ODILZA SÍRIA SAMPAIO – Bom dia a todos os presentes.

Cinco minutos é muito pouco para a gente falar da vida dos nossos filhos. Mas gostaria de falar que, em 1996, tive meus filhos sequestrados – e vou dizer assim – pelo Estado, porque era a polícia. Na época, fiz até uma carta para Dante, que eu tenho aqui. Aqui está um pouco do retrato do que a gente chama Caso Tijucal.

Até hoje, o Poder Judiciário de Cuiabá não me devolveu os filhos. Até hoje, eu os procuro. São 19 anos. E o meu amigo Ailton Reis fez para mim: *Os Olhos de Odilza*.

O que é a Justiça para nós? Nada! O que representa o Poder Judiciário? Nada! (*Palmas.*)

A SRª ODILZA SÍRIA SAMPAIO – Continuando:

São 29 testemunhas assassinadas e ninguém paga por esses crimes.

Odilza Sampaio foi ameaçada de morte.

Nós não tivemos o acompanhamento de psicólogos, mas os assassinos, os sequestradores tiveram.

Quem nos deu moradia? Quem nos deu a dignidade? Nós mesmos.

A Associação dos Familiares Vítimas de Violência de Mato Grosso foi fundada no dia 23 de outubro de 1998 por três casos: Caso Tijucal, Beco do Candeeiro e os Cadetes.

Quem do Poder Judiciário procura essas famílias? Se nós queremos saber como anda o processo nós temos que correr atrás, porque a justiça não corre. Ela permanece sentada e nós corremos. Perdemos tudo que nós tínhamos em busca de justiça. O que ela nos deu? Nada! Continua sempre nada.

Então, eu espero que, um dia, essas mães tenham uma resposta sobre qual é o paradeiro desses jovens, porque, para nós, até hoje, não disseram onde eles estão.

Nem eu, nem a justiça – e o Dr. Mauro Zaque acompanhou – sabemos dizer o que é o Caso Tijucal. Qual o motivo? O que levou esses 29 jovens, de 16 anos a 20 anos, a serem assassinados?

E no departamento, Dr. Mauro Zaque, naquela época, era o Delegado Luiz Carlos Lopes e, infelizmente, o secretário colocou – esqueci até o nome do infeliz, e chamo de infeliz, esse secretário – esse delegado para acompanhar o caso. E o que ele fez? Ele nos processou. Nós fomos processadas por esse delegado! É o cúmulo do absurdo: um delegado acompanha um caso de sequestro e morte e, depois, entra com um processo crime contra nós.

Por tudo isso nós passamos. Para nós podermos ter um trabalho feito aqui, em Cuiabá, nós tivemos de fundar a Associação dos Familiares Vítimas de Violência do Mato Grosso e também, em associação com outras entidades, nós fundamos a Defensoria Pública. Aqui, em Cuiabá, se existe uma Defensoria Pública foi por nosso intermédio e do de muitas ONGs, que nos acompanharam para fazer um seminário para termos a Defensoria Pública aqui em Cuiabá.

E a gente agradece, sempre vai agradecer, Telma, o Dante Martins de Oliveira, porque foi ele quem assinou o nosso projeto para fundar a Defensoria Pública aqui em Cuiabá, porque nós não tínhamos advogados.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – D. Odilza, a senhora tem o número do processo?

A SRª ODILZA SÍRIA SAMPAIO – Senadora, são muitos processos, mas, se procurar...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas, depois, a senhora poderia nos enviar o número?

A SRª ODILZA SÍRIA SAMPAIO – Sim; posso sim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

A SRª ODILZA SÍRIA SAMPAIO – São vários processos que nós temos e que foram desmembrados.

Muitos processos foram julgados, muitos sequestradores foram acusados, outros foram inocentados. Então, existe todo esse lado.

A única coisa que eu peço aqui, para esta Comissão, para os componentes desta mesa, é que devolvam os meus filhos.

É só isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Receba o nosso abraço, a nossa solidariedade.

Nós temos sido testemunhas de depoimentos muito fortes, desse tipo de depoimento de mães, que precisam alcançar a imprensa brasileira para que os seus filhos não fiquem no anonimato e sejam transformados em números estatísticos.

Vou passar a palavra ao Deputado Emanuel Pinheiro, que aqui representa toda a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o Presidente da Assembleia Legislativa.

Eu lhe dei a palavra logo que se iniciou, mas ele próprio pediu para ver um pouco como era.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Bom dia a todos; bom dia a esta seleta e notória mesa.

Cumprimento a Senadora Lídice da Mata que preside esta audiência pública de uma CPI que, com certeza, tem tudo para fazer história no Senado Federal, que é a CPI do Assassinato de Jovens.

A Senadora Lídice da Mata é uma das mais notórias políticas nordestinas da nossa geração. Eu me lembro de quando eu era um jovem vereador de Cuiabá, em 1990, quando Lídice da Mata, com a sua audácia e sua coragem histórica, montou uma chapa na Bahia para peitar ninguém mais, ninguém menos do que Antônio Carlos Magalhães. Ela era do PCdoB e montou uma chapa majoritária exclusivamente socialista e feminina. Era Lídice, Salete e Beth, conhecidas como “As Três Marias”. Ficaram em terceiro lugar, se eu não me engano, segundo ou terceiro lugar, mas entraram para a história. Tanto entraram para a história que, dois anos depois, Lídice da Mata foi eleita Prefeita de Salvador.

Então, é uma história política que eu guardo. (*Palmas.*)

A senhora foi sempre uma das inspiradoras da nossa geração política. De modo que é uma honra tê-la aqui.. Seja bem-vinda ao nosso Estado!

E ao nosso político emergente, Senador José Medeiros, que teve a responsabilidade de substituir um grande Senador, o Senador Pedro Taques, e começa, já em seu primeiro ano, a se destacar, a ser homenageado e a ser destacado como um dos mais produtivos Senadores na Legislativa de 2015. (*Palmas.*)

Então, parabéns ao Senador José Medeiros.

Seriam palavras de boas-vindas à CPI, mas após a palavra da Odilza, nós não poderíamos deixar de adentrar um pouco, em rápidas palavras, no problema da violência e, em especial, do assassinato de jovens. A nossa região – o nosso Estado, mas em especial a nossa região – não fica muito à margem da realidade nacional.

Senadora, uma posição que eu quero colocar à CPI é que fui, durante três anos, na legislatura passada, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso da Assembleia Legislativa. A Associação dos Familiares Vítimas da Violência trabalhou em conjunto conosco, inclusive tinham um assento *ad hoc* naquela comissão. E fizemos um trabalho muito grande com relação à violência e ao combate à violência. As questões social, cultural, educacional, estrutural e familiar, não podem ser deixadas de lado. Especialmente a social, quando vemos que os vulneráveis – negros, índios e homossexuais –, indiscutivelmente, aumentam de forma vergonhosa o índice de vítimas da violência e de mortes bárbaras resultados de crimes hediondos.

No final do ano passado, tivemos, aqui em Mato Grosso, o “Caso Eric” – a família dele está aqui – que consternou o Estado e o País inteiro, fazendo com que um Deputado Federal de São Paulo, Deputado Major Olímpio, se sensibilizasse com o drama de Mato Grosso e pudesse propor um projeto de lei no combate claro à impunidade, que é uma das células-mãe do aumento, do estímulo, do combustível à onda de violência desmedida.

Mas nós, aqui do Centro-Oeste, especialmente de Mato Grosso, não podemos deixar de analisar, de uma forma muito acurada, Senadora e nossa querida Presidente, a questão da faixa de Fronteira. É uma realidade! Nós temos aqui, há pouco mais de 200km de Cuiabá, 700km de fronteira seca com a Bolívia, mais 300km de fronteira alagada. São 1000km de fronteira com um Estado notadamente maior produtor e exportador de cocaína. O pano de fundo – e concordo com a senhora que não encerremos o caso no tráfico, concordo – para muitos dos motivos das violências que envolvem os nossos jovens, que dilaceram as nossas famílias, que tentam construir a partir de Mato Grosso – pelo corredor extenso – o Estado paralelo é, indiscutivelmente, o narcotráfico.

Se a senhora conhecesse – e o Senador José Medeiros conhece bem a nossa região, assim como o Secretário Mauro Zaque –, saberia que a senhora, indo a Cárcere, de Cárceres e de lá subindo para Rondônia, vai ter Porto Esperidião, Conquista d’Oeste, Pontes e Lacerda, Nova Lacerda e Comodoro na fronteira com a Bolívia. Senadora, é de dar dó. Eu, por exemplo, não sei mais o que fazer, porque o tal do mula, que passa a fronteira para trazer droga para cá, está dominando a região. Não há geração de emprego que atraia mais os jovens, por exemplo, em Porto Esperidião, do que o mula. Temos inúmeros casos que é dão conta da pura realidade: jovens estão se perdendo. Tem um caso claro – e não quero aqui dizer nomes – de um vereador jovem, de 22 anos, que foi para o chamado mundo fácil, onde ganharia muito mais do que o salário de um vereador, e hoje está com a sua vida completamente comprometida.

Para mim, indiscutivelmente, o mal do século, que corrói o tecido social, que dilacera as nossas famílias, que compromete o futuro dos nossos jovens, que tira o sossego dos nossos velhos. É a droga, é o narcotráfico:

a desgraça do século XXI. E Mato Grosso é o grande corredor. A droga sai da Bolívia, entra por Mato Grosso e domina o Brasil e vai pelo mundo afora, deixando um rastro de desgraça, que não há segurança pública que dê jeito.

Recentemente, o Secretário Mauro Zaque – e quero até parabenizá-lo de público – está enfrentando uma realidade, e ele está tendo muita habilidade no enfrentamento a essa realidade. Refiro-me ao tal toque de recolher no bairro Pedregal, fruto do narcotráfico, fruto do tráfico. Ali existem bocas de fumo que, desde que eu era vereador, aos 22, 23 anos, são conhecidas na nossa cidade, no nosso Estado. Não há um policial que não saiba apontar as bocas de fumo, naquela região e em outras não só de lá. Estou dizendo de lá, porque agora tomou conta da mídia.

Não tenho dúvida em dizer a V. Exª que o pano de fundo que estimula demais essa onda de violência, que envolve e vitimiza nossos jovens e acaba por vitimizar novos jovens indiretamente, como o Caso Eric e tantos outros, é fruto do tráfico de drogas, é fruto do narcotráfico, a ponto, Senadora, já partindo para o encerramento das minhas palavras, autoridades aqui presentes, público aqui presente, de, na legislatura passada, eu ter dedicado boa parte do meu mandato, juntamente com Associação dos Familiares das Vítimas da Violência, ao combate à Lei nº 133 do governo boliviano.

Essa lei, Senadora – é importante que a senhora ouça –, a de nº 133 do governo boliviano, que ocupou boa parte do meu mandato na legislatura passada, simplesmente legalizava os veículos roubados aqui e que entravam na Bolívia.

Como combater a violência e o tráfico de drogas se o país vizinho coirmão baixa uma lei como essa? Não adianta cobrar depois de Mauro Zaque, de Pedro Taques, de Deputados, Senadores, juízes, se não começarmos a combater essas iniciativas, inclusive formando uma grande rede protetiva de comunhão internacional no combate às drogas.

Passei boa parte do meu mandato, Senadora, dedicado a isso.

Uniram-se a Mato Grosso o Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, e fui convidado a ir ao Senado Federal expor o drama de Mato Grosso. Fomos eu, representando a Assembleia, a Associação de Familiares de Vítimas da Violência, Heitor Reis, o seu presidente, e o Ministério Público do Estado, na época Paulo Prado, hoje Procurador-Geral de Justiça, que era coordenador do Gaeco.

Fomos ouvidos, o Senado intercedeu junto ao Itamaraty e ao Ministério da Justiça, que, por sua vez, intercederam junto à embaixada boliviana. E, para encurtar a história, graças a Mato Grosso, ao movimento liderado por Mato Grosso, esta lei, que vinha sendo reeditada por nove anos consecutivos, deixou de ser reeditada no compromisso público com o Governo brasileiro, a partir de 2013.

Então, pelo menos, esse tapa na cara dos brasileiros nós não seremos mais obrigados a tomar.

Então, Senadora, gostaria de passar essa realidade que angustia a nossa região, que destrói famílias e que tem sido motivo de uma luta incessante de organizações não governamentais, da sociedade civil organizada, de políticos, de lideranças políticas de forma geral.

Então, seja muito bem-vinda à terra de Dante de Oliveira, de Dom Aquino Corrêa, de Marechal Rondon e de tantos cuiabanos e brasileiros que se notabilizaram na luta pelos direitos civis e pela democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Deputado Emanuel. Obrigada pelas generosas referências à minha atividade política. Um pouco exageradas, mas que eu exatamente possa contabilizar pelas razões da sua generosidade. E deu um depoimento importante para o nosso relatório, tenha certeza.

Enquanto V. Exª falava, o Secretário da Comissão me trouxe aqui, para conhecimento, para me lembrar, que o caso do jovem Eric foi o primeiro requerimento que nós recebemos na nossa Comissão, o primeiro documento, feito pelo Senador Ronaldo Caiado, que nos contava, nos historiava essa situação do Eric Francio Severo com uma carta de seus familiares. Eu quero lhe agradecer, porque essa é uma questão que nós também estamos acompanhando. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra de volta ao nosso Secretário de Segurança, que pediu para fazer um complemento, ao tempo em que registro também a presença do Vereador Thiago Silva, de Rondonópolis. (*Palmas.*)

O SR. MAURO ZAQUE DE JESUS – Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Emanuel Pinheiro, sempre combativo, sempre presente. Já estivemos juntos em algumas oportunidades, né, deputado? Agora que estou fazendo parte do Governo. E o deputado sempre preocupado com a questão da segurança pública, dos encaminhamentos. O que faz do senhor, deputado, uma referência nesta Casa, uma referência histórica. E é muito bom poder compartilhar e poder tê-lo como um parceiro aqui dentro, porque tenho certeza de que posso contar com a sua parceria.

Só pedi esse porém para esclarecer. O deputado foi muito feliz em lembrar essa questão do Pedregal. Eu até estava dando uma entrevista agora. E dizer a todos que não existe e não existiu e garanto que, aqui dentro de Mato Grosso, o toque de recolher dado por bandidos nunca terá espaço.

O que acontece ali é que a população, e o Pedregal é uma região que sempre foi reconhecida como uma região violenta em Cuiabá. E este ano, de janeiro a outubro, Deputado Emanuel Pinheiro, nós registramos dois homicídios no Pedregal, dois. E agora em novembro, domingo e agora, nós tivemos mais dois, infelizmente.

Agora, isso não quer dizer que exista qualquer clima de terror ou qualquer toque de recolher ou qualquer ameaça de bandidos. O que acontece, sim, são pessoas que são maldosas e aproveitam os WhatsApps da vida, redes sociais para incutir medo.

A imprensa vem comprando isso como uma realidade. Aí, passa e as pessoas amedrontam. Estive lá ontem, sem qualquer aparato policial, de manhã. Estive à tarde. E à noite, por volta das oito horas da noite, a hora que eu saí do palácio do governo porque eu tive uma reunião com o governador, ainda fui comer um “baguncinha” no Pedregal, lá no bar da Dona Bia. “Baguncinha” que eu recomendo a todos, muito bom, por sinal. Entendeu? Sem problema algum.

Nós não podemos permitir que uma população fique refém de mentiras, de conversas... Tem vídeo no WhatsApp que é do Rio de Janeiro, Deputado Emanuel Pinheiro. Do Rio de Janeiro, estão falando que é no Pedregal. Daqui a pouco, vai aparecer alguém do Estado Islâmico, de burca, não sei do que ali e vão falar que é no Pedregal.

É importante e tenho falado muito com a imprensa e a imprensa tem uma responsabilidade muito grande nessa questão, de não reproduzir o medo. Isso é uma brincadeira de mau gosto que estão fazendo. Não quero dizer aqui que a segurança está perfeita. Nós estamos longe da perfeição, Senadora.

Nós ainda temos um trabalho árduo pela frente em segurança pública no Estado de Mato Grosso. E não vamos caminhar em segurança pública só com estatísticas. Nós somente faremos segurança pública quando a sociedade experimentar verdadeiramente a sensação de segurança, quando nós pudermos, Senadora, garantir a vida, como a desses jovens que estão aqui na frente, garantir que eles possam ter um futuro e que eles não sejam assassinados, não sejam vitimados por criminosos como a gente infelizmente vê acontecendo.

Só queria fazer esse esclarecimento à sociedade. Não tem nada. Podem ir hoje à Dona Bia, comer um “baguncinha”, que é muito bom e não temos nenhum clima de terror, e não admitiremos esse tipo de coisa, seja em Cuiabá ou qualquer cidade do nosso Estado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra ao Dr. Túlio Duailibi. E quero anunciar logo quem do público falará depois dele para que já vá se preparando para a gente dar uma dinâmica maior: será Paulo Ávila, membro da Rede de Empreendedores Comunitários.

Antes porém, quero agradecer a presença dos acadêmicos de psicologia da Fauc; a presença dos professores e alunos da Escola Estadual Professor Vasti Pereira da Conceição, do Município de Várzea Grande; de Leo Figueiró, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Quilombo; e de Volney Albano, Assessor Legislativo, neste ato representando o Deputado Federal por Mato Grosso Ságuas Moraes. (*Palmas.*)

Achei interessante o Pereirada, porque a minha família é Pereira. E nós nos organizamos sempre, de tempos em tempos nos reunimos, e chamamos essa reunião de Pereirada. (*Risos.*)

Com a palavra o Dr. Túlio Duailibi.

O SR. TÚLIO DUAILIBI ALVES – Bom dia a todos. Gostaria de pedir permissão a esta Mesa, Senadora, bem como a esta plateia, para cumprimentar a todos, já que nós estamos aqui no Parlamento, cumprimentar a todos, em nome de V. Exª, Senadora Lídice da Mata, do nosso Senador pelo Estado de Mato Grosso, Senador José Medeiros, e do Deputado Estadual Emanuel Pinheiro em deferência à atividade parlamentar da República Brasileira. Cumprimento a todos em nome dos senhores.

Eu começo, Senadora, justificando a ausência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Desembargador Paulo da Cunha, que pediu que eu explicasse que hoje ele está em um compromisso institucional no interior do Estado de Mato Grosso, precisamente Senador José Medeiros, na comarca de Rondonópolis.

Hoje tem um encontro institucional lá na comarca e ele teve que se fazer ausente aqui desta sessão, mas pediu que eu transmitisse aos senhores sucesso neste trabalho e que esta CPI alcance os resultados e o objetivo almejado desde a sua criação. Então ele pediu para eu transmitir essas palavras e o agradecimento pelo convite ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Observando a fala, Senadora, a gente verifica várias vertentes que implique aí nesse assunto, nessa temática que inspirou a criação da CPI do Assassinato de Jovens.

E como juiz da Vara da Infância e da Juventude de Cuiabá, da segunda Vara, especificamente, que tem competência para os atos infracionais, e aqui também a justiça da infância e da juventude está representada

pela colega magistrada da primeira Vara, Dr^a Gleide, esse tema assassinato de jovens tem uma vertente que a gente se omite na hora de discutir, que é a escalada da delinquência juvenil. Essa é uma vertente que desemboca no assassinato de jovens.

Grande parte do assassinato de jovens está associado à delinquência juvenil e quando o Secretário Dr. Mauro Zaque, que é nosso amigo também, comenta sobre o tráfico de drogas, que explica mas não justifica, nós temos que conhecer, Senadora, como representantes de instituições públicas, que se essa escalada acontece é porque nós falhamos. Quando digo nós eu falo que nós, enquanto representantes de instituições públicas, falhamos. Nós do Poder Judiciário, nós do Poder Legislativo e nós do Poder Executivo.

Quando há a dominação do tráfico de drogas em determinada comunidade, é porque aquela comunidade está com um vazio que está sendo preenchido pela escalada criminoso. E esse vazio se dá, ou pela ausência de política pública, ou pela falta de execução de política pública existente.

E, quando digo que nós falhamos, é porque nós, enquanto representantes de instituições públicas, Senador José Medeiros, temos uma dificuldade tremenda de nos comunicarmos. Nós não sabemos o que faz o Legislativo, que não sabe o que faz o Executivo, que não sabe o que o Poder Judiciário faz. E nós temos aquilo que é mais preciso, que é a informação, e essa informação não é socializada.

Então, esse preenchimento, só tem um jeito de ocuparmos esse espaço, ou trazermos esse espaço de volta para a forma oficial do Estado: é o fortalecimento de uma rede de proteção. Sem essa rede de proteção, Secretário, nós continuaremos na mesma, e a escalda da delinquência juvenil na mesma.

Tive a oportunidade de passar um whatsapp, esses dias, para o Secretário Mauro Zaque. É certo que essa facilidade da vida moderna, através das redes sociais, divulga coisas erradas, coisas inexistentes, mas divulga também coisas que têm que despertar a atenção do poder constituído, do Poder Público, associando os atentados de Paris a uma facilidade de não entrar em determinado bairro daqui, de Cuiabá.

Então, Senador – e falo isso pela Vara da Infância e Juventude, que diz respeito aos atos infracionais, onde, diuturnamente, envolvemo-nos nessa questão da maioridade, penal –, discute-se a forma, mas não se discute a essência, o porquê dessa escalada da delinquência juvenil. (*Palmas.*)

E ontem, num evento, no fórum, que também dizia respeito ao Sepi, ao Sinase, sobre a qualidade das informações da delinquência juvenil para traçar políticas públicas, macros e estratégicas, nosso colega, que é juiz auxiliar da corregedoria, Dr. Saboia, fez uma evolução histórica da questão da maioridade penal no Brasil, e, pasmem, nós já tivemos responsabilidade, imputabilidade penal com 12 anos de idade.

Então, eu acho que é tempo de a sociedade brasileira... E aí está a grandeza desse evento, Senador, e nós temos que cumprimentar o Senado da República por isso, de trazer um debate para a sociedade, um debate que foi muito caloroso na época da Constituinte. Eu tinha apenas 13 anos de idade naquela época, mas pude ver pela televisão, e após a consagração da Constituição, esse debate social teve uma escalada para baixo, ao invés de ter uma subida, já que princípios democráticos foram consagrados na Constituição da República – não é, Deputada Thelma –, que tinham o Sr. Dante Martins de Oliveira como um líder do movimento democrático. E, após a consagração de princípios democráticos, nós vemos um esvaziamento da sociedade brasileira na discussão de temas tão relevantes para trazer a cultura de paz na nossa sociedade.

E, falando em cultura de paz, Senador, se tem uma proposta talvez que possamos apresentar, é que se tracem políticas públicas voltadas para a cultura de paz na comunidade, nas escolas. Eu escuto a audiência hoje, escutando pais e mães, Senador, e aí eu pergunto se o filho está estudando. Tem muita mãe que fala para mim que prefere que o filho fique fora da escola. Se eu estiver falando alguma mentira aqui, eu gostaria de que os senhores me reprimissem na mentira. Em bairros que não estão sendo assistidos, eu escuto isso todo dia, que preferem que filho não fique na escola, em determinados bairros de Cuiabá, para evitar o círculo vicioso da violência.

E, hoje, é difícil – eu reconheço que é difícil – falarmos de paz, porque vivemos em uma sociedade conflituosa, em uma sociedade belicosa, que vive na função de conflitos. E vive no círculo do conflito porque o nosso sistema é esse. Eu sou de uma época de faculdade – e o Secretário é, como a nossa colega Dr^a Gleide é – em que o sistema processual brasileiro tem base em conflito. E, hoje, com a nova sistemática processual brasileira, que deve entrar em vigor, agora, no próximo ano, que se caminhe para formas diferentes de se resolver aquele conflito, para tratar o conflito, para tratar as pessoas, e não tratar apenas o processo. Porque a gente, muitas vezes, resolve o processo e não resolve o conflito. E o processo, muitas vezes, é um indutor para que esse conflito receba um pouco mais de energia, porque às vezes o juiz, que tem que estar retraído aqui na imparcialidade, ao invés de resolver o conflito, ele provoca mais conflito porque o processo com a sentença não quer dizer necessariamente que aquele conflito está resolvido.

E o Código de Processo Civil que vai entrar em vigor no ano que vem facilita a resolução adequada de conflito, na esperança de que a sociedade volta a dialogar, de que a sociedade volta a se comunicar. E, uma

vez restaurado esse diálogo dentro da própria comunidade, a gente pode ter, então, a esperança de que uma vida melhor, uma comunidade melhor, pode ser estabelecida. E acredito que sim: eu vim de Porto Alegre (RS) antes de ontem, Senadora e Senador, e lá eu vi, no Município de Caxias, um programa, uma política pública municipal chamada Caxias da Paz. Eu não sei se existe alguém da plateia que conhece ou já viu dessa política pública, mas é uma política pública que integra, que articula as instituições. Articula o Poder Executivo municipal, o Poder Legislativo municipal e o Poder Judiciário local através de centros instalados dentro da própria comunidade que visam preencher esse vazio que nós deixamos e que permite que organizações criminosas ocupem esse espaço.

É difícil falar de paz neste momento, mas nós, como sociedade, temos que reagir. Temos que reagir e mudar esse cenário de conflituosidade que vive e que impera hoje na sociedade moderna.

E, aqui, em conversa com o secretário, recebi uma notícia muito boa dele: que uma das metas da secretaria é o fortalecimento da rede cidadã. E o Poder Judiciário do Mato Grosso, Senadora, firmou parcerias com o Poder Executivo, nessa mentalidade de articulação institucional, para fazer, com a Sejudh e com a Secretaria de Segurança – nós que temos uma certa experiência como Poder Judiciário em solução adequada de conflito –, cursos de capacitação dentro do sistema socioeducativo, com posterior ingresso no sistema prisional, para que até a abordagem dentro do próprio sistema seja mais humanizada.

Então, dentro dessas várias vertentes, Senadora, eu gostaria de registrar que políticas públicas de construção da paz sejam o foco na estratégia de desenvolvimento de política pública.

E, nesse sentido, Deputado Emanuel Pinheiro, o titular da Setas, Secretário Valdinei, tem um projeto muito importante chamado Emprega Rede, que visa dar condições para que adolescentes em conflito com a lei possam fazer curso de qualificação profissional e fazer uma inserção qualificada no mercado de trabalho. Com o apoio financeiro, porque a gente sabe que esses adolescentes têm que decidir por uma mão de obra desqualificada porque têm que agregar renda para sua família. Nós temos aqui na Assembleia Legislativa pedido feito pelo Deputado Guilherme Maluf para apoiar esse Programa Emprega Rede. E eu gostaria de pedir, de público, esse apoio da Assembleia Legislativa para nos ajudar nessa construção entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e a participação do Poder Legislativo.

Encerrando minha fala, porque eu sei que já passou o meu tempo, Senadora, eu gostaria de dizer para a Srª Odilza que o caso da senhora, talvez, não tenha sido exclusividade do Poder Judiciário alguma falha. Se houve falha, a falha foi do sistema de Justiça, de todos que atuam no sistema de Justiça.

Cabe a mim aqui – pedi que a senhora fizesse o registro do número do processo – já que estou em função de representação do Presidente do Tribunal de Justiça, de levar ao conhecimento do Presidente e dos órgãos de controle do Poder Judiciário, no caso a nossa Corregedoria-Geral de Justiça, para que análise e veja o que de fato está acontecendo nesse processo.

No mais, agradeço a oportunidade, Senadores e Deputados, e coloco desde já a 2ª Vara da Infância, especializada em infância e juventude, da comarca da capital, à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Eu vou ler aqui a inscrição das pessoas e representações que estão aqui, para que elas tenham ideia também – alguns estão perguntando, na Mesa, quando falariam – para que elas tenham ideia e pensem. Serão sempre dois, três na Mesa, uma pessoa da plateia, e volta para a Mesa.

Inscritos como pais e mães de vítima nós temos: Srª Maria Lorena Maciel; Soely Francio Severo e Leonildo Severo; Diego Souza, cuja esposa gestante foi assassinada; Valdevino Alves, cujo sobrinho foi assassinado. E como entidades: José Pereira, da Unegro; Vinícius Brasilino, da União Estadual dos Estudantes; Jahari, Coletivo Negro da UFMT; Jaqueline Oliveira, estudante da UFMT; Manoel Araújo, Juventude do PT; Vanderlan Leite Ribeiro; Fábio Viana, da Fenetracoop; Antonio Vargas, da Central dos Sindicatos Brasileiros; além de Heitor Reis, da Associação dos Familiares Vítimas de Violência; Walter Arruda, que é quem está escrevendo, tem uma letreirinha –, Presidente da Federação Mato-grossense de Associações de Bairro; e o Diretor de Instrução e Ensino da Guarda Municipal de Várzea Grande, o Diretor Prado. Então, todos esses estão inscritos.

Nós já tivemos aqui, como vocês perceberam, cerca de sete pessoas que falaram. Eu vou passar a palavra agora, dentro da inscrição dos que estão na Mesa, ao Sr. Airton, Reis, que é Embaixador Universal da Paz, professor e poeta. Antes do Dr. Airton, peço licença, porque já tinha anunciado a inscrição do público, porque são dois da Mesa e um do público, falará Paulo Ávila, *rapper*, membro da Rede de Empreendedores Comunitários (REC). Está presente? (*Pausa.*)

Paulo, como recomendo sempre, é para lembrar o público, são cinco minutos no máximo. Logo depois, o Sr. Airton.

O SR. PAULO ÁVILA – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Secretário Mauro Zaque. Quero cumprimentar o público, na pessoa do meu parceiro Wellington, o Espinha, do Programa Representa.

Eu vou aqui trazer uma visão que acho que as pessoas que estão nessa Mesa não têm condição de explicar. Para quem não me conhece, sou *rapper*, sou do movimento *hip hop*, canto *rap* há 20 anos, fundei a Central Única das Favelas no Mato Grosso, em 2004. Expandimos para o Estado, e, por decisão do coletivo, mudamos, e hoje se chama Rede de Empreendedores Comunitários (REC), vai continuar no mesmo foco.

E eu vou dizer o seguinte: eu sou um cara rueiro, gosto da rua, estou sempre na rua, estou sempre envolvido em várias quebradas, vários lugares, conheço o sistema da rua, do mundo das drogas, do tráfico, das gangues. Estou rodando o País já há um tempo também. E a conclusão a que acho que as pessoas vão chegar nesta CPI sobre o assassinato é que, pelo menos na realidade de hoje, quem está provocando essa chacina é o próprio Poder Público através do braço armado que é a Polícia. (*Palmas.*)

Essa é uma conclusão que existe para quem está realmente sintonizado na rua e está entendendo como é que a rua está se comportando.

Vamos ver que todos aqui estão falando da mesma questão: preservação da vida. Todos querem preservar a vida.

Eu vou contar agora que hoje a gente tem... Vou pegar, como exemplo, em São Paulo, o partido do crime, o PCC, que realmente organizou as ruas, organizou o inferno. Eu costumo dizer que mesmo o inferno tem que estar organizado.

Na década de 90, quem puxava cadeia e não tinha uma sintonia na rua era trocado por qualquer coisa dentro da cadeia, virava mulher de bandido mais perigoso. E o Poder Público, desde sempre, nunca conseguiu melhorar isso. Vou pegar, por exemplo, a história de um cara que é vândalo e estragou um orelhão. Se a polícia o pegasse e o colocasse num carumbé e ele não tivesse contato nenhum com o crime organizado ou o vandalismo, vinha outro cara e o trocava por um cigarro. Esse cara virava mulher desses caras dentro da cadeia. Se alguém fosse visitar alguma dessas pessoas – uma irmã, uma mãe, sei lá quem fosse – e se algum detento quisesse pegar essa irmã ou esse parente, ele extorquia o preso até que essa mulher o fosse visitar e virasse mulher dessas pessoas.

Existia muita pilantragem no sistema prisional e, se nós da comunidade não tomássemos uma providência, uma organização... Com certeza, o Estado tem, como premissa, a punição. Eu acho que a cultura da punição não resolveu nada até agora. Punir e punir não está resolvendo. A coisa que está aí é lógica.

Eu acho que o nosso maior bem é a liberdade. Se qualquer um de nós ficar preso nesta sala, não vai aguentar ficar uma semana preso aqui. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Comando Vermelho pune algumas das pessoas da comunidade ou punia as pessoas da comunidade que davam mancada na comunidade. Eles falavam: “Se sair da sua casa, nós vamos te matar”. Então, o cara ficava dentro de casa e não aguentava. Ele ficava preso dentro da casa dele. Realmente a maior punição é perder a liberdade. A liberdade é um bem que a pessoa que a coloca como premissa vai falar: “(*Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal.*)”, eu não vou para cadeia, porque ficar preso é ruim para (*Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal.*)”.

O crime começou a se organizar e melhorou o convívio dentro das cadeias. Hoje, por exemplo, eu ando mais tranquilo em São Paulo do que aqui em Mato Grosso. As ruas de Mato Grosso estão totalmente desorganizadas. Alguns bairros de Cuiabá têm uma certa organização, como o caso do Pedregal, um bairro que é tido como violento, sim, mas há inúmeros líderes do próprio crime lá que trazem um certo equilíbrio social dentro da comunidade. No Pedregal, neste momento, por exemplo, estão colocando como rixas de gangue, sai na mídia como várias coisas de treta entre pessoas que estão envolvidas no tráfico, mas quem está realmente dentro da parada fala que quem está fazendo essa matança lá é a própria polícia. Ficam várias versões entre o que o Estado diz e o que a comunidade está vivenciando.

Eu acho que a gente chega a uma solução se realmente houver um diálogo permanente com a comunidade. É preciso ter uma mudança na visão também da segurança pública, entendendo que a repressão até agora não funcionou. Acho que a segurança pública pode ser combatida de várias outras formas. Inclusive, a simples iluminação de uma rua que está mal iluminada é um tipo de segurança pública que preserva o caminhar das pessoas.

O que eu quero dizer, na verdade, é que existem muitas mentiras em relação a vários temas em que hoje a gente precisa ter outro tipo de olhar. Por exemplo, mataram um líder do Pedregal, do tráfico, um cara muito respeitado, como já foi dito na mesa.

Qualquer policial sabe onde está qualquer boca, as bocas dos bairros. Isso não tem uma solução.

E essa solução... Eu vejo que a gente tem que entrar nas comunidades com outros tipos de políticas públicas. Por exemplo, no Osmar Cabral, que é a região onde eu moro, são 200 abordagens diárias – eu ouvi isso

do próprio Comandante de lá – que eles fazem na comunidade, sendo que 3 jovens dessas abordagens estão numa situação suspeita. Então, eles erram 197 vezes, ou seja, 197 pessoas estão passando por constrangimentos diários, tomando tapa da polícia por nada. Eu mesmo já tomei tapa da polícia, porque acordei 8 da manhã, fui comprar pão na padaria e tomei um tapa da polícia numa abordagem que não faz sentido. Isso está gerando uma cultura de ódio.

Hoje, a própria bandidagem está também fazendo esta peneira, para ver onde está a sociedade, que não tem nada a ver com essa guerra, e quem são os verdadeiros inimigos. Então, por exemplo, o partido do crime, que está se expandindo no Brasil inteiro, diz hoje claramente quem são os inimigos deles: o inimigo é o Estado. É uma guerra que tem de ficar clara. Quem está a fim de entrar no crime tem de ficar ciente que seu inimigo não é a comunidade, não é o morador. Já que você está no crime e quer ir para uma vida de assalto a banco, com dinheiro mais rápido, com esse tipo de coisa... Tem de deixar claro que essa guerra aí... E nós que estamos sendo punidos, o tal cidadão do bem... Hoje, está cada vez ficando mais claro quem é do crime e quem é da polícia. Então, a guerra é entre esses dois. Só que a polícia não consegue identificar, aí muitos inocentes que não têm nada a ver com a história estão sendo mortos. Eu acho que é por aí, é isso que está acontecendo.

Aqui, em Mato Grosso, de certa maneira, está tendo uma certa disputa de espaço entre as organizações, porque a marginalidade de Cuiabá, Mato Grosso...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Paulo, por favor.

O SR. PAULO ÁVILA – Trinta segundos.

A marginalidade de Cuiabá não aceita, de certa maneira, uma organização. Eu costumo dizer que Mato Grosso precisa desenvolver muito até nessa questão. Aqui, está tão desorganizado que, até no trânsito, se você for passar, você tem de passar pela direita, você não passa pela esquerda. É só vocês repararem. Eu acho que Mato Grosso ainda está aquém na organização de todos os setores. É mais ou menos por aí.

Cinco minutos para um tema muito complexo – você não sabe nem por onde começar – é meio complicado, mas é isso aí que eu tenho para dizer.

Muito obrigado pela oportunidade.

Valeu. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Paulo.

Nós compreendemos as limitações do tempo, mas não há outra forma de ouvirmos o máximo de pessoas.

Eu quero registrar, agradecendo, a presença de Márcia Oliveira, Presidente da Associação de Defesa da Mulher. Agradecemos a presença dos Conselheiros Tutelares de Cuiabá e região; a presença de Jacy Proença neste ato, representando o Vereador Oséas Machado, da Câmara Municipal de Cuiabá; a presença das Faculdades Evangélicas Integradas Cantares de Salomão (FEICS); a presença de Diego Souza, Diretor do Conselho de Segurança Central de Várzea Grande; a presença de alunos da Unirondon, Luiz, Marcelo, Alessandro e Pimenta. Muito obrigada pelo interesse e pela participação de vocês.

Vou passar a palavra agora, voltando à Mesa, também por cinco minutos, ao Sr. Airton Reis, Embaixador Universal da Paz, Professor e Poeta.

O SR. AIRTON REIS – Senhoras, senhores, estudantes, acadêmicos, bom dia.

Ex^{ma} Senadora Lídice da Mata, na pessoa de quem cumprimos os integrantes da Mesa, aqui estamos convidados por duas mães que perderam seus filhos para a violência: Odilza Sírío Sampaio e Lorena Maciel.

Ex^{ma} Senadora Lídice da Mata, nossa anfitriã, solicitamos um minuto de silêncio em memória aos jovens desaparecidos e assassinados em todos os recantos do Brasil. (*Pausa.*)

Começamos com as lágrimas da mãe Odilza Sampaio. As lágrimas de Odilza, um dia, serão avistadas. As lágrimas de Odilza em cidadanias alvejadas. Lágrimas cristalizadas em poesias compartilhadas. Lágrimas cálidas em sentimento maternal. Lágrimas irmanadas em pavimento fraternal. Lágrimas em vazão cordial. Choramos contigo, Odilza Sampaio. Em sua dor, a nossa infância e juventude desaparecida e assassinada. Em sua vida, as nossas mãos entrelaçadas. Que a paz e a justiça estejam conosco em prismas e em alvoradas iluminadas. Assim seja.

Ex^{mo} Juiz Túlio Duailibi, finalizaremos com a esperança da mãe Lorena Maciel: políticas públicas pela paz em ação; paz, cultura, ensino e educação.

Enquanto Embaixador Universal da Paz, nomeado no ano de 2013 pelo Círculo Universal dos Embaixadores em Genebra, Suíça, temos a missão de levar a palavra “paz” além do nosso Estado Federado. O nosso alvo, principalmente, são as escolas tanto públicas como privadas.

Da autoria de uma outra Embaixadora Universal da Paz, Srª Delasnievesdaspespet, compartilhamos e apresentamos, em diversos Municípios desse Estado, o projeto de lei intitulado “Dia da Paz pela Cultura”. Infelizmente, Sr. Juiz, recebemos não só o “não”, mas principalmente a indiferença dos Parlamentares municipais em vários Municípios. Desses 18 Municípios apresentados de 2013 até hoje, apenas e tão somente o Município de

Diamantino, graças à força da mãe Lorena Maciel, hoje aqui presente – foi ela que nos convidou e nos informou desta audiência – é lei municipal. Diante disso, dessa inoperância do Poder Legislativo municipal, tivemos a orientação que o fizéssemos, para que fosse um projeto de lei estadual.

Em que se resume o projeto do dia da cultura da paz? Como disse, é extremamente voltado às escolas públicas e privadas, para que, numa data ainda em aberto, seja celebrado esse dia da cultura da paz. Cada escola, cada organização que abraçasse a data, faria, a seu critério, movimentos relacionados à paz: concursos de poesia, de literatura, passeatas. Enfim, o projeto não entrou na área de delimitar quais seriam essas ações.

Assim sendo, mais uma vez, nesta Casa, o projeto de lei adormeceu na gaveta de um Deputado. Reclamamos, e nos disseram: passem para a mão de outro Deputado. Por uma questão de ética, nos limitaremos a não citar o nome desses Deputados, mas que aqui fique registrado em ata que nós, estudantes, professores, poetas, engajados com a causa da paz, solicitamos uma resposta – que não nos vem por *e-mail*, não nos vem por comunicação, não nos vem por nada – de um projeto de extrema importância e relevância social, nacional e mundial.

Era o que tínhamos a dizer.

Agradecemos, mais uma vez, à Senadora Lídice da Mata pela brilhante audiência e pelas deferências dadas a nossa fala. Muito obrigado. Bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço enormemente a contribuição, Dr. Airton. E passo a palavra agora à Drª Gleide Bispo Santos, Juíza da 1ª Vara Especializada da Infância.

A SRª GLEIDE BISPO SANTOS – Senadora Lídice da Mata, gostaria de cumprimentá-la e também ao Senador Medeiros por trazer à discussão, nesta cidade, um tema de tamanha relevância que, na realidade, fica adormecido.

Aqui, em Cuiabá, na grande Cuiabá, nós perdemos um adolescente por dia, Senadora. Cerca de 30 adolescentes morrem todos os meses, de 30 a 40 adolescentes. Diariamente nos deparamos com essa triste estatística.

Os crimes nem sequer são investigados na sua grande maioria, porque são atribuídos ao tráfico de drogas. Também a polícia não tem condições de investigar, porque não está aparelhada para tal volume.

Então, pergunta-se: diante dessa realidade, os nossos jovens morrendo, na sua grande maioria, pobres, negros que morrem diariamente, o que o Estado está fazendo? Essa é a grande pergunta que temos que tirar daqui, desta audiência.

No ano de 1988, o legislador constituinte inseriu no art. 227 da Constituição Federal o princípio da prioridade absoluta. Isso veio em razão de movimentos internacionais em defesa da criança e do adolescente. Dois anos depois, tivemos a entrada em vigor do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, reproduzindo exatamente o mesmo princípio, o princípio da prioridade absoluta, ou seja, o gestor público, municipal, estadual e até da União, deve investir prioritariamente nas causas da infância e da juventude, nas suas necessidades.

Passados 27 anos, até hoje temos alguns gestores que sequer conhecem o art. 227. Essa é a realidade.

Portanto, se o nosso País tivesse dado voz ao que o legislador constituinte inseriu em 1988, a nossa realidade seria completamente diferente.

O que eu gostaria de dizer é que precisamos fazer alguma coisa. Não podemos simplesmente atribuir ao tráfico a morte dos adolescentes e sequer investigá-la.

A obrigatoriedade do art. 227 da Constituição, Senadora, tem que ser fiscalizada, os gestores têm que investir na população infantojuvenil em todas as suas necessidades: saúde, educação, cultura, esporte, lazer. (*Palmas.*)

Este é o caminho.

Não existe um aparelho repressor capaz de conter a criminalidade. O nosso País precisa de políticas públicas voltadas para o público infantojuvenil, que hoje representa 60% da população de zero a 19 anos. Sessenta por cento da população do nosso Estado e do nosso País é composta por jovens, sendo que 20%, de zero a 12 anos. E eles estão esquecidos, jogados à própria sorte. Nos bairros periféricos não existe uma política de acolhimento para essas crianças e para esses adolescentes. Então eles são obrigados a permanecer na rua. E na rua eles se deparam com toda a sorte de crimes e de oportunidades relacionadas à droga.

Então, não sei qual seria o mecanismo, mas fica a sugestão de que nós devemos obrigatoriamente fiscalizar os gestores públicos e coibi-los, fazer com que eles cumpram o dispositivo constitucional, porque lei nós já temos. E muitas.

Sempre ouvimos dizer para aumentar a pena de determinado crime, etc. O problema do nosso País não é de legislação.

Nós temos muita legislação, e boa, a exemplo do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que sequer é conhecido totalmente.

Nós temos, sim, que obrigar o gestor – não sei através de qual mecanismo, mas o dispositivo já se encontra lá – a investir, com prioridade absoluta, na população infantojuvenil. Enquanto o País não der atenção aos seus filhos menores, nada vai mudar, e não adianta investir em segurança pública, porque nós não seremos capazes. *(Palmas.)*

Agradeço a oportunidade.

Acho que devemos tirar algo efetivo das audiências. Essa é a minha recomendação, o meu pedido, na verdade.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada por sua fala, que retoma a nossa discussão em torno do Estatuto e das circunstâncias em que vive a nossa juventude.

Vamos ouvir, agora, mais um da Mesa para depois voltarmos ao Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Senadora, estamos aqui angustiados. Há mais pessoas da Mesa e menos entidades para falar. Se invertermos a ordem – menos pessoas da Mesa, e mais entidades –, garantiremos mais participação social. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está certo. Desculpe-me.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Não sei se as outras entidades sociais concordam, mas creio que não haveria problema se falássemos por três ou quatro minutos para garantir...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Diminuir o tempo é o que você propõe. Está certo.

Se o Senador concordar, vamos dar outra dinâmica à audiência. Vamos ouvir mais pessoas – peço licença aos companheiros da Mesa –, porque a audiência pública necessita sentir o pulsar da sociedade local.

Então, em vez de passar a palavra novamente a uma pessoa da Mesa, vou reduzir o tempo, como foi proposto pelo nosso representante com a camiseta da UNE, e fazer com que mais pessoas possam usar da palavra por três minutos. Ressalto que precisamos cumprir o tempo.

Quero dizer a vocês que, para mim, está sendo muito rica essa atividade, mas vou ter que sair daqui a pouco para pegar o avião – o Senador Medeiros vai assumir a continuidade dos nossos trabalhos. Por isso, também estou interessada nessa proposta.

Vou passar a palavra, agora, por três minutos, à Srª Maria Lorena Maciel, que é familiar. Ela ainda está presente? Sei que é pouco tempo, mas, se não fizermos isso, não teremos condições de ouvir as pessoas.

Antes de sair, eu também me pronunciarei e tentarei falar por três minutos.

A SRª MARIA LORENA MACIEL – Bom dia a todos.

Realmente, três minutos para uma mãe que perdeu um filho assassinado não é nada. Mas, diante de cada situação que ouvi até agora, posso dizer que sou privilegiada, porque, felizmente, o assassino do meu filho está na cadeia, pois foi condenado a 39 anos e 4 meses.

Infelizmente, faço parte da quantia de mães que perdem filhos. Como venho dizendo desde que perdi meu filho, de dentro das tragédias das nossas vidas, nós temos que tirar sementes do bem. É o que eu venho fazendo. Tenho ajudado a juventude, conscientizando, principalmente quanto à doação de sangue, e vários jovens, ex-alunos meus, são hoje doadores de sangue. Nós vamos em caravanas de Diamantino a Cuiabá para essas doações, porque, infelizmente, não há como fazer a coleta de sangue em Diamantino. Esta é uma das nossas buscas: poder fazer isso em Diamantino.

Vou usar um pouquinho do tempo para que conheçam meu filho Luis Fernando Maciel Dalla Favera. Ele faleceu assassinado na saída de um *show* de música sertaneja, que ele amava. Um desvairado, infelizmente, saiu atirando, e ele foi uma das vítimas; ele e mais dois jovens. Dois morreram, e um se salvou.

Desde esse momento, desde esse instante em que eu soube o que aconteceu e da notícia, dois dias depois, de que ele faleceu aqui em Cuiabá, tenho procurado levantar a bandeira da paz, porque, infelizmente, com violência, com mais violência, só famílias sofreriam. *(Palmas.)*

Com muita fé, venho conseguindo. Deus tem sido muito bom na minha vida, colocando muitos anjos para que me ajudem, e um deles é o Embaixador da Paz, Airton Reis, que chegou até nós, até nossa cidade e até nossos alunos, através de um concurso de poesia, em que os nossos alunos participaram, no Egito, com o tema “Paz”. Foi em um momento em que eu não queria fazer mais nada, muito menos continuar dando aula. Esse convite chegou até nossas mãos, nós participamos, e o projeto chegou até Diamantino. E, graças a Deus

e também aos Vereadores, que votaram por unanimidade, em Diamantino, hoje é lei. Estamos a passos de formiguinha, mas conseguiremos.

Vou deixar o finalzinho de um trabalho que meu outro filho, o mais novo, fez em uma das atividades que os professores pediram. Ele conta a história do irmão, que se formaria em seis meses, a partir do dia em que faleceu, em Educação Física. Infelizmente, o canudo, que era para ele receber, quem recebeu fomos eu e o pai dele, com o certificado *in memoriam*. Isso é uma coisa que nenhuma família gostaria, mas infelizmente aconteceu, e a partir disso as sementes do bem têm que brotar.

O que meu filho mais jovem escreveu, eu vou ler só o finalzinho:

Até quando os inocentes morrerão vítimas da violência, por falta de segurança, nesta cidade e neste País? Meu irmão era um menino feliz, tinha um futuro brilhante pela frente. Para que fatos como este não aconteçam mais, a sociedade precisa cobrar dos governantes mais segurança.

Ele era um atleta. [Então, ele diz:] Os atletas também gostam de se divertir, também gostam de baladas, mas eles precisam voltar com vida para as suas famílias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço, imensamente, à voz dessa mãe sofrida e consciente. Pedimos desculpas pelo pouco tempo, mas peço também a compreensão para que possamos ouvir a todos. Receba a nossa solidariedade.

Vou registrar aqui, rapidamente, esta lista de registros que terminei deixando para trás: Srª Sara Gomes e Ályssen Andressa, psicólogas do Sistema Socioeducativo do polo Cuiabá; Drª Susana Weyl Pereira, professora universitária, neste ato representando o Instituto Invest, de pós-graduação em Educação; Osvir Henrique Leite Filho, conselheiro do Conselho Tutelar do bairro CPA; Ivanir Severino, representando o grupo A Força da Mulher, do Estado de Mato Grosso; Antônio Wagner Oliveira, coordenador-geral da Central dos Sindicatos Brasileiros; Juarez França, presidente da Associação Mato-Grossense dos Estudantes Secundaristas; e Rita de Cássia França, psicóloga do Juizado de Infância e Juventude de Cuiabá.

Continuaremos, posteriormente, a ler essa lista de participantes, agradecendo a todos.

Cheguei à minha hora de saída, quero pedir licença a vocês para fazer a minha fala, me retirar e passar a direção dos trabalhos ao nosso querido propositor desta audiência pública, que é o Senador José Medeiros.

É um jovem Senador, no entanto, não menos, por sua idade, competente. S. Exª vem surpreendendo o Senado Federal por sua coerência, por sua busca de colaboração permanente e por seu dedicado trabalho no Senado da República.

Minha fala é para dizer a vocês que vamos buscar ouvir todos, o máximo de pessoas que estão aqui. Ao mesmo tempo, queremos chamar a atenção para alguns pontos que são universais, digamos assim, em termos de Brasil e das palavras aqui ditas.

O Dr. Túlio teve de se afastar, infelizmente. Fiquei de fazer contato com ele porque se refere ao aumento da delinquência juvenil. Usando essa expressão, disse que estamos nos recusando um pouco a ver essa realidade. Quero, sem a intenção de contestá-lo, dizer que, para as entidades que trabalham com a infância e a juventude – os institutos, as instituições não governamentais que atuam nessa área, a própria ação parlamentar da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do que conheço das assembleias legislativas –, não tem passado despercebido o aumento de casos da delinquência juvenil. O que mais passa despercebido, como a própria Dr. Gleide colocou, é justamente a situação da infância e da juventude em nosso País, para as autoridades.

É claro que estamos notando que há um aumento da delinquência, mas, ao mesmo tempo em que há um aumento dos infratores jovens, há uma clara constatação do abandono dos jovens. Eu estava olhando, como uma pessoa interessada no mundo em que vivemos e nos fatos relevantes pelos quais passa a humanidade – tenho alguns anos trabalhados nessa área de proteção da infância e da adolescência, da juventude –, quem são os recrutáveis para o crime organizado, para as organizações internacionais de terror no mundo, neste momento. É o perfil do jovem brasileiro. São jovens, fora do seu País, em geral, que não têm grande oportunidade. Uma parte deles são saídos das escolas e sofrem forte discriminação racial por sua origem, vindos de outro país, naquele país em que são residentes. São assim os jovens de nacionalidade francesa, de nacionalidade belga, que têm origem árabe e que são “aderentes” do terror ou das organizações terroristas no mundo. É o mesmo perfil do jovem brasileiro.

Nessa questão, os políticos, a política pública, se esquecem o que é um adolescente. Um adolescente é alguém em processo de formação que se depara com um mundo que, em geral, lhe é estranho e agressivo. A autoridade policial, a autoridade pública, governamental, quer tratá-lo como se fosse alguém já constituído de personalidade. E mais, como se o próprio Estado lhe tivesse dado todas as chances, o que é um absurdo e uma mentira.

Quando tratamos de políticas públicas...E alguns me dizem assim, alguns companheiros: "Mas nós não fizemos, não vivemos em um período de inclusão social nunca visto em nosso País?" É verdade, mas absolutamente insuficiente para dar conta de 60% da população brasileira, de jovens. Esses jovens, em sua maioria, não estão nas classes abonadas ou nas classes médias do nosso País, mas na maioria da população pobre. A maioria da população deste País é pobre. *(Palmas.)*

E quero chegar a um ponto, doutora, que é mais difícil ainda de as pessoas perceberem e entenderem: a maioria desses jovens, deste País, são jovens negros. E o Brasil não quer assumir que tem racismo institucional. *(Palmas.)*

Esse é um problema objetivo.

Como é que você reconhece, admite, inclui na escola pública ou na escola privada, principalmente na escola pública, crianças negras, de cabelos crespos, que são considerados pelos seus próprios colegas diferentes, feias?

Eu sou de um Estado, e falo muito à vontade, porque eu sou de um Estado negro, de maioria negra. A minha cidade, a cidade em que nasci, é uma cidade de absoluta maioria de negros. A região metropolitana de Salvador tem cidades inteiramente negras, onde é difícil encontrar uma pessoa de pele clara, e eu me caracterizo como negra de pele clara, como diz o povo na Bahia, de tinta fraca.

Vejam bem, é diferente a vida desses jovens.

Temos um vereador negro na Bahia – nós, o nosso partido – que faz parte do movimento de negros, que, através da educação, busca a sua organização. Criou lá o Instituto Steve Biko, que é voltado para preparar jovens negros para o vestibular, para o Enem, para terem acesso à universidade. E ele recentemente – são jovens de classe média negros, estudaram, alguns deles, em escola particular, fizeram o segundo grau em escola particular e ele é um desses – dizia em seu depoimento, na semana passada, na CPI, que "a minha família é de negros, de classe média, a minha irmã mora em um condomínio de classe média na cidade; seu filho esqueceu a chave de casa recentemente, e, no condomínio, ele começou a rondar a casa para ver como é que ele encontraria uma forma de chamar a atenção dos que estavam dentro de casa para a sua presença. Logo, após, alguém do condomínio que não o reconheceu chamou a polícia e a polícia o abordou imediatamente de forma agressiva. Ele teve que ligar para a mãe, que, quando soube que estava com a polícia, correu desesperada – porque nós já sabemos o resultado dessa história –, identificou-se, reafirmou a história do filho, levou-o para casa e disse a ele: 'a partir de hoje você vai comprar uma camiseta do diretório da sua escola na qual está escrito estudante de Engenharia da Universidade Federal da Bahia, que é o curso dele, e você não sairá de casa mais sem essa camisa, porque até que você demonstre, sendo negro, jovem, de cabelo crespo, rasta, que você é um rapaz que estuda em uma universidade e que além disso trabalha, que não é um sujeito suspeito, já foi a sua vida.'"

Essa é a realidade dos jovens negros em nosso País. *(Palmas.)*

E eu digo sempre lá, a questão não é só o tráfico de drogas. O tráfico de droga é um elemento extremamente aprofundador desta situação de vulnerabilidade porque esses jovens estão expostos à vulnerabilidade social, são fáceis de serem recrutados, com a sua revolta, com a sua indignação diante de uma sociedade que não lhe vê, que não lhe reconhece como cidadão, que não sabe nem seu nome, vê apenas e lhe identifica como um jovem negro, suspeito de todos os crimes cometidos na sociedade. E sem pegarmos, botarmos o dedo nesta ferida, nós vamos continuar reprodutores da violência, uma violência que está crescendo, na qual a juventude negra está se organizando, não aceita mais esse tipo de comportamento da sociedade com ela, mas que vão levar a conflitos inevitáveis na sociedade, em nosso País.

Então, eu quero deixar a minha palavra final dizendo que tivemos dificuldades para criar esta CPI, para que ela pudesse se caracterizar como CPI de jovens negros, ... *(Palmas.)*

... porque algumas lideranças do Senado não apoiavam, achavam que era justamente para criar uma dificuldade, uma caracterização que levaria a uma questão a uma questão racial no Brasil.

Mesmo esta CPI sendo uma CPI para investigar o assassinato de jovens, as estatísticas, a expressão, a conversa, a fala de todas as comunidades de que participamos, até então, declara sem discussão: quem está sendo assassinado neste País são jovens negros e pobres! *(Palmas.)*

É nisto que temos que pensar: política de inclusão social, sem dúvida nenhuma, como prevenção; política de paz; formação de uma política de segurança pública – difícil neste País – que não tenha a máxima na cabeça de que "bandido bom é bandido morto!". *(Palmas.)*

Essa que é a questão. A sociedade e o *status quo* dominante exige a morte. E polícia é preparada para a morte, para o confronto e para a guerra, e não para julgar o pequeno traficante que está nos bairros populares. Não há nenhum grande traficante em bairro popular. O que tem são as mulas, como aqui foi dito. *(Palmas.)*

Então, precisamos mudar essa política. A política e a justiça têm que ter capacidade para julgar. Eu não falei aqui a tempo, mas nós trouxemos em nossa audiência pública especialistas. Portanto, não são os políticos

que estão dizendo isso; são os operadores do Direito, são os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, que estiveram em nossa audiência pública e que demonstram, inclusive, que, em muitos Estados o Ministério Público não apura, não encaminha investigação àqueles que vêm com o registro de auto de resistência. Morte justificada! (*Palmas.*)

Então, é preciso uma força-tarefa da sociedade brasileira para mudar essa realidade. E queremos que a CPI contribua com a discussão dessa situação em nosso País e faça avançar o debate sobre essas questões e sobre a questão racial no Brasil.

A senhora quer falar?

A SRª GLEIDE BISPO SANTOS – Senadora, gostaria de parabenizá-la. São brilhantes suas palavras e, realmente, como a senhora disse, colocou o dedo na ferida.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao dois Senadores presentes, porque temos o art. 227 da Constituição Federal que obriga que o gestor público tenha o dever de investir prioritariamente em políticas públicas para a infância e juventude. De que maneira, efetiva ou prática, o Congresso Nacional poderia forçá-los, buscar uma maneira de forçar o gestor municipal, estadual e até a própria União, a dar cumprimento ao art. 227?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Olha, o que estamos discutindo é o marco legal do cumprimento disso. A sua contribuição vai ser muito importante nisso. É o debate que vamos estabelecer a partir do relatório da organização final de relatório. E acho que podemos também definir, por exemplo, que a prefeitura que não cumprir esta função perde direito a receber x% do Fundo de Participação, ou x% do Fundeb. Enfim, são políticas, são propostas que estamos discutindo dentro da CPI para propor ao final.

Eu quero agradecer a presença de vocês. Lamento muito que eu não possa continuar, é que eu tenho uma viagem para o interior do Estado da Bahia, em uma cidade distante da capital. E aí, se eu não chegar até hoje, não terei condições de cumprir a agenda.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecendo muito a presença da Senadora Lídice da Mata, que veio aqui nos trazer suas belas palavras e também conduzir os trabalhos, como Presidente da CPI.

Nós vamos, imediatamente, passar a palavra para a Soely Francio Severo e seu esposo Leonildo Severo.

O Sr. Leonildo esteve no Senado, conversando com todos os Parlamentares, com toda a Bancada, foi recebido e tem feito uma verdadeira luta em prol de uma legislação mais rigorosa.

Registro a todos os presentes que a sessão está sendo transmitida pela TV Senado, em conjunto com a TV Assembleia, à qual agradecemos, e também pela internet. Todas as pessoas que queiram participar podem fazê-lo através do canal e-Cidadania.

Com a palavra ao Sr. Leonildo.

O SR. LEONILDO SEVERO – Muito obrigado, Senador. Obrigado a todos, obrigado, Heitor pelo convite. Não sabíamos dessa audiência, Heitor, ficamos sabendo pelo seu aviso, mas agradecemos.

Ouvindo aqui, há horas em que nos empolgamos, Sr. Senador, demais autoridades, porque temos a impressão de que a legislação vai mudar. Mas, ouvindo a Mesa e outras pessoas, de repente, parece que não, parece que vai ficar nessa discussão. Temos levado nossa vida na questão da legislação em prol da segurança.

Antes da Soely falar, gostaria de falar do Eric. Eric tinha 21 anos, era estudante de medicina em Santa Catarina, veio de férias, saiu com os amigos e foi abordado na saída de um estabelecimento. Seguiu todos os procedimentos, estacionou em local iluminado, não reagiu, mas foi abordado por uma pessoa de 25 anos e outra de 31 anos, que tinham a encomenda de um veículo de um presidiário de Guarulhos. Então, a origem é droga. O Eric nunca teve nenhum envolvimento com droga, só foi dirigir depois dos 18 anos, era um menino focado e estudioso, que infelizmente foi vítima.

Escrevemos aos Deputados, aos Senadores, estivemos lá, fomos recebidos por V. Exª, a quem agradecemos pela Bancada de Mato Grosso. Iniciamos essa luta, porque entendemos que é preciso haver uma legislação que possibilite segurança. Sem segurança perderemos todas as nossas conquistas.

Sei, doutora, que precisamos investir realmente na juventude. A senhora está certa. É preciso haver uma legislação que obrigue as prefeituras a investir na juventude, mas me parece que se ficar só para as prefeituras isso não vai acontecer.

Então, Senador e Senadora, não sei o que o Senado pode fazer, o que o Congresso pode fazer, mas alguma precisa ser feita. Mas, enquanto isso não é feito, entendemos que é preciso dar ao Judiciário, dar à execução penal, essa possibilidade de mostrar para o criminoso que ele não vai sair com no máximo 12 anos, como no caso do Eric. Por isso, encaminhamos esse projeto de lei, nessa busca da legislação.

Esse projeto é um dos que está no Senado, mas o próprio Código Penal está no Senado. Então, não é uma questão só de aumentar a pena, é que aumentar a pena nos parece a primeira providência para dizer para a sociedade: não faça isso, porque vai haver uma punição. É claro que são precisos outros avanços.

Doutora Gleide, não sei se as prefeituras terão condições de fazer isso se não for uma legislação dura, se não ficar um valor reservado, como fica reservado para os órgãos, perderemos as esperanças.

Estão falando, mas na verdade caiu. Caímos, porque fica a discussão, a sugestão, mas se o Congresso Nacional, Senador, não priorizar segurança, ainda teremos muitas tragédias. O Eric não merecia, nenhuma vítima merece, porque para os bandidos é vida e liberdade e para a vítima é pena de morte.

A Soely quer falar algumas palavras.

Obrigado.

A SRª SOELY FRANCIO SEVERO – Depois do ocorrido com o meu filho, como mãe, é difícil. Faz 11 meses hoje que o Eric foi assassinado, mas quero deixar uma coisa aqui. Só acredito em lei. Tem tanta lei que favorece tudo, mas tudo que favorece, eu penso depois do ocorrido com o Eric, favorece só bandido porque os caras que mataram o Eric eram pais de famílias.

Meu filho eu eduquei. Todos vocês aqui educam os filhos dentro de casa. E eu falei: “se vocês não tiverem dinheiro para comer, vocês passem fome, mas vocês não roubem”. E eu educo.

Essas leis que estão hoje são brandas para bandido. E isso eu ouvi dentro da delegacia, não sou eu que estou falando. Porque hoje o menor, que não é o caso dos que fizeram com o nosso Eric, comete o crime, vive impune. E eu ouvi de uma mãe de uma vítima lá em Brasília.... nós fomos com a Deputada Keiko Ota, cujo filho foi assassinado por um amigo, degolado. E hoje ele é maior e tem a ficha limpa.

Nós precisamos de leis que deem dignidade ao ser humano. O Eric não fumava, obediente, educado. Não é porque é meu filho, ele realmente era isso. Eu morri trabalhando, consegui o Fies e ele me beijou e falou: “mãe, consegui o Fies”. Chegou em casa, depois de dois anos de estudo, e aí, depois de oito dias, ele foi assassinado.

Eu falo e repito e contrário. Peço desculpas porque eu não sou estudiosa em Direito, não tenho essa cultura, mas peço lei. Porque, daqui oito anos, quem matou meu filho vai estar na rua. E tenho certeza de que a minha família poderá ser a próxima vítima, como vocês que estão aqui.

E é duro. Olha, eu falo. É duro dormir, abrir os olhos e ter que pensar: onde está meu filho? Onde? Pensam vocês, o Senador que está aqui, pena que a Senadora não me ouviu. Vocês, que cumprem a lei, pelo amor de Deus, vocês precisam mudar essa legislação. Esse Código Penal está pior do que não sei o quê! Meu Deus do céu, uma pessoa cometer um crime e não ser punida.

Eu sei que tem o lado bom da vida, mas tem que proteger. E meu filho foi assassinado, amarrado no mato e ainda foi violentamente assassinado. E eu tive que receber ele sabe como? Dentro de um caixão lacrado, sem poder nem dar um beijo de despedida. E tenho que ainda erguer a cabeça e lutar. Lutar por uma sociedade que eu quero bem. Quero porque ainda tenho um filho que me restou.

Mas eu falo aqui. Eu luto por lei que tem que coibir. O filho tem que nascer e dizer: “olha, isso vai acontecer com você. Se você matar, você vai viver na cadeia”. Aí, ele vai ter medo. Eu tenho certeza de que, quando você pune, você vai ter certeza de que ele vai ter medo. E tem que ser de criança, não adianta de velho.

Desculpe, eu peguei o espaço e gostaria de falar muito mais.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado. Depoimento muito impactante. Isso tem sido um pouco a tônica nos outros Estados onde a gente tem passado.

Quero passar imediatamente a palavra ao Zé Pereira, do Movimento Unegro, Central Única das Favelas de Mato Grosso. Não, Movimento Unegro, estou confundindo aqui... Zé Pereira tem três minutos para suas palavras.

O SR. JOSÉ PEREIRA – Bom dia a todos. Em nome do Senador, cumprimentar a Mesa. E, em nome do Vinícius, cumprimentar o público aqui presente.

Eu só queria fazer uma ressalva, Senador, que nas audiências fosse convocada a Secretaria de Educação porque faltou a Secretaria de Educação. Eu não consigo ver a eliminação da violência sem a educação.

O que nós precisamos é de escolas públicas de tempo integral, que essa juventude não fique a esmo na rua.

Precisamos de esporte e de políticas públicas como um todo, mas o principal é que não vamos resolver o problema com polícia. Nós vamos aumentar o efetivo policial, mas, se não houver investimento em educação, não teremos a eliminação ou pelo menos o abrandamento da violência. (Palmas.)

Por isso, estou pedindo que, nas audiências que continuarão por este País afora, que se faça presente, porque não é fechando escola, não é eliminando cursos. Temos uma população carente de educação, e você vai para a periferia e vê que as escolas são fechadas na periferia.

Era isso que eu gostaria de abordar. E quero dizer uma coisa interessante que ouvi aqui nas falas. Infelizmente, muitos já saíram, mas só houve duas abordagens que se referiram à questão da educação, que foi a da juíza, e já tive o prazer de estar num trabalho junto com ela, e a da Senadora Lídice.

O restante só foi no foco do problema, não foi na causa. E a grande causa de tudo isso passa pela educação. E não é polícia que vai resolver. Não vai ser repressão, nunca. Colocaram a culpa na droga. Há uma série de causas que isso provoca se não houver a educação como ponto primordial nessa eliminação ou pelo menos no abrandamento da violência.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado José Pereira pelas suas palavras.

Só esclarecendo, para fazer justiça ao pessoal do Senado Federal, que faz os convites, em todas as localidades que a CPI vai são convidados tanto o Governo do Estado quanto as suas Secretarias. Então, foi convidada a Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Assistência Social. Foram convidadas. A CPI convida, mas, obviamente, a vinda é deliberação de cada uma. Por isso, até ressaltamos hoje que tantas vieram, porque, em outros Estados, não vem ninguém. Aqui nós tivemos o Poder Judiciário maciçamente, a Polícia, o Secretário de Segurança e foi uma vitória.

Eu vou passar a palavra para o Diego Souza, cuja esposa gestante foi assassinada. Tem três minutos.

O SR. DIEGO SOUZA – Bom dia a todos. Senhores e Senhoras, como foi dito, fui vítima de tamanha violência contra jovens, na cidade de Várzea Grande. Estávamos fazendo uma compra no supermercado, houve um assalto no qual a minha esposa veio a ser atingida numa troca de tiros entre um guarda municipal que fazia bico ilegal e o bandido. Como foi dito pelos pais em relação à lei branda, realmente é muito branda.

O bandido que assaltou o supermercado hoje já está solto. Dia 24 de outubro fez um ano que a minha esposa faleceu, juntamente com o meu filho. O bandido já está solto, e com o guarda municipal despreparado que matou a minha esposa a 80 centímetros — foi tiro encostado, segundo a perícia —, até hoje não houve nada. Sumiu o processo dentro da 4ª Vara Criminal de Várzea Grande. Fui atrás, fiz a denúncia ao Ministério Público, fui com reportagem, até que reapareceu novamente o processo, mas nada foi feito até agora.

Nós sabemos que esse sujeito é usuário de entorpecente, está atuando ainda nas ruas de nossa cidade, e é uma pena que o Secretário Mauro Zaque não se encontra.

Eu peço que haja mais preparo nas polícias militares, civis, guarda municipal, porque, infelizmente, eles são despreparados, como a própria Senadora comentou a respeito de um caso na Bahia, de um jovem negro, que até a mãe agora quer que ele use uma identificação de que ele é do bem.

Acontece isso na nossa cidade, e não é somente com o negro. As mulheres também, hoje, são, em grande parte mulheres jovens, vítimas de violência. Esse bandido que assaltou o supermercado só foi encontrado porque ele deu um tiro na face da esposa dele, que foi à polícia depor contra ele.

Eu espero realmente que a justiça aconteça, que as leis se reforcem e, como o amigo disse, em relação à educação, eu concordo também, porque isso é a base. Primeiro a prevenção, com educação, realmente, se todos estudassem em colégios integrais, tivessem uma boa formação, não estariam na rua, causando esses delitos.

Eu peço justiça, eu peço ao Poder Público que aja, faça com que as leis sejam cumpridas e que reforcem as leis, que realmente estão brandas para os bandidos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado.

Vou passar a palavra para a Srª Leila, do Instituto de Promoção Humana.

A SRª LEILA FRANCISCA DE SOUZA – Bom dia! Cumprimento a Mesa, em nome do Senador Medeiros.

Resolvi falar em pé para que eu tenha mais abrangência da sala e para dizer, olhando todos, eu sou a mais velha aqui, do grupo, eu tenho 76 anos de idade. E eu gostaria muito de que o Secretário de Segurança estivesse presente, para dizer a ele que, no dia 8 de maio de 1972, eu adentrei a Secretaria de Segurança Pública, para ser assessora jurídica, e fiquei naquele estabelecimento 28 anos.

E vemos falar do trabalho da segurança, do que foi feito. Para mim, foi uma luta, uma juvenzinha com aqueles delegados, que ainda não eram concursados, com aqueles policiais. Como fazer, na época em que o Ato Institucional estava em vigor? Como fazer? Como resolver as coisas? E eu tentei fazer, e fiz. Fui a São Félix do Araguaia fazer procedimentos e outras coisas mais.

Então, em síntese do que nós ouvimos aqui, há um verbo da primeira conjugação, que diz, lutar! Então, tudo é luta para nós. Nós estamos aqui para passar para o verbo da terceira conjugação: ouvir. Nós estamos aqui, na luta, e ouvindo a todos. Aí vem a pergunta: o que fazer?

Então, nós acabamos de ouvir o que a juíza disse: vamos dar cumprimento ao art. 227. Como ela fez a pergunta para a Senadora, para os Senadores aqui presentes. Está na lei, na Constituição. Nós, que trabalhamos com crianças, temos tantos... Não é problemas. Como resolver a questão? Eis a questão, o Estatuto está aí. E, nesses 28 anos que eu passei na segurança, eu lutei. Nós não tínhamos escola de polícia; passamos a ter. E fomos dando cursos, fazendo funcionar a academia de polícia. A Polícia era uma: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros. Formamos, então, uma associação, e, lá dentro, nós tentamos fazer alguma coisa.

Não tínhamos o concurso para delegado; não tínhamos para carreira da polícia. Então, nessa época, eu estava à disposição do gabinete do governador. E, lá dentro, eu pude também somar esforços para a realização disso.

Então, gente, apesar de tudo que acontece, a gente vê que sempre houve um esforço também de pessoas. As coisas não ficaram tão paradas. Precisamos nos esforçarmos. Eu vejo a juventude aqui: a juventude que trabalha vibrante pelo seu valor jamais desiste da batalha, é força, é vida, é amor. (*Palmas.*)

Porque eu renunciei a muitas coisas na vida para fazer alguma coisa em prol da minha cidade Cuiabá e de Mato Grosso. Deixei emprego na Alemanha para servir ao meu Estado, para fazer alguma coisa de útil e de bom para ajudar as crianças.

Bom. Passou a segurança pública, hoje eu me dedico a um trabalho do Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII, que é oriundo da associação das ex-alunas do Colégio Coração de Jesus. E, lá, no Bairro Novo Paraíso, onde existe uma maioria de pessoas que usa drogas, nós temos a nossa creche. Estamos lá dedicando, cuidando daquelas crianças, pensando no melhor delas. Outro dia, um menino falou para mim assim quando eu cheguei: “Tia Leila, Tia Leila me carrega.” Eu falei: eu estou com um problema no olho. E pedi para a menina colocá-lo no meu colo. Ele me abraçou e disse assim: “Tia Leila, papai bateu na mamãe. Papai esmurrou a minha mãe. O que eu faço, Tia Leila?” Eu falei: o que você gostaria de fazer? E ele: “Eu queria dar um chute na perna dele.” Eu falei: você deu? Ele respondeu: “Não, Tia Leila, não tive coragem porque ele é mais alto que eu.” Falei: quando o seu pai fizer uma coisa, você dê um abraço nele, abrace seu pai, demonstre o amor, porque ele também tem amor dentro dele para distribuir a você.

Então, gente, a nossa vida é passageira, mas, enquanto nós estamos vivos, enquanto nós temos força, nós temos que fazer alguma coisa de útil e de bom para ser justo. Amai a criança para compreendê-la, e compreendê-la para educá-la é o que Ele falou. (*Palmas.*)

Quando eu cheguei aqui – eu fui a primeira que cheguei, porque, com o pé meio quebrado, eu vim devagarzinho –, vi aqui os jovens. Quando eu vi os jovens com a camiseta escrito o nome da professora, eu fui falar com elas: Que bonito vocês estão na camiseta! Vocês conhecem a professora que tem o nome da escola? Nenhum sabia quem era a professora que dava nome à escola.

Então, eu aprendi quanto eu tinha 8 anos:

A escola é nosso ninho,
Regaço feito de amor,
Tem a graça de um carinho,
A pureza de uma flor.
A escola ensina a verdade,
Da verdade, o arrebol,
Tem a grande claridade
Da luz risonha do sol.

Isso eu aprendi quando eu tinha 8 anos de idade.

E, também, outra coisa que eu sempre pautei é ter a grandiosidade da nossa Pátria, de ter reconhecimento às coisas nossas, da nossa bandeira.

Então, gente, nós que somos adultos – eu que já estou na terceira idade, porque agora é terceira idade, sou idosa –, nós temos também que fazer alguma coisa, temos de somar esforços. Então, quando eu iniciei a fala, eu disse do verbo lutar. Então, vamos lutar com audácia, Senador. O senhor, que é nosso representante de Mato Grosso e que está lá no Senado Federal, ajude-nos para que não haja mais tanto sofrimento. Olhe como me penalizo de ver a mãe falar aqui.

Tinha uma coisa que é minha, pessoal, e não gostaria de falar, mas vou falar, porque, às vezes, falando é bom: eu criei um menino, e esse menino deu-me muito trabalho.

Ele foi para o mundo das drogas, mas eu sempre estive perto dele. Ele foi preso. Então, este menino morreu no presídio, com 18 chutes. Fui a única pessoa que esteve presente lá. Como eu trabalhava na segurança, ninguém sabia que o problema era meu. A televisão estava lá, e todo mundo falava: “Ela foi solidarizar-se com um problema da segurança”. Mas é isso. A gente tem que assumir a responsabilidade e fazer alguma coisa.

Desculpem-me o adiantado do tempo, mas é isso. A gente veio aqui com o pé meio quebrado, mas para dizer que nós devemos deixar as coisas de lado e fazer alguma coisa. Quero dizer a vocês, que estão no Senado, que são lutadores por nosso Estado: Mato Grosso tem que sair desse *ranking*, Mato Grosso tem que ser o melhor, e só poderá ser melhor se houver um somatório de esforços de pessoas que saem à luta.

Aqui há o exemplo de uma juíza que vem e fala. Não tem medo. Mulher corajosa, mulher invicta. Lutadora. (*Palmas.*)

Então, doutora, como eu já estou mais para lá, passo todas essas coisas que eu quero para você, para que nos ajude. E aqui também há muita gente que me conhece, do Conselho Tutelar, do Conselho da Criança. Frequentem o fórum. Vão à reunião. Vamos fazer alguma coisa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras da Dr^a Leila. Fui condescendente com o tempo dela, porque ela ficou aqui deste o primeiro momento. E também foi uma história muito bonita a que ela nos contou aqui. Vai contribuir com certeza para os trabalhos.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Manoel Motta, que tem que sair também, mas já peço a ele que seja rápido.

O SR. MANOEL MOTTA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar o Senador José Medeiros e agradecer o convite que S. Ex^a me fez. O Senador, assim como eu, também tem uma história na cidade de Rondonópolis. Nós somos “paus rodados”, nordestinos que vieram para Rondonópolis e que vivem lá até hoje. Quero cumprimentar também a Mesa, na pessoa da D. Leila, pela sua trajetória, pela sua luta, pela sua solidariedade para com a juventude de nosso Estado e para com as juventudes de várias gerações, como ela aqui observou.

Mas, rapidamente, eu sempre, em ocasiões como esta, gosto muito de me referir à minha atividade acadêmica e às razões de eu ter me interessado por este tema aqui. Durante alguns anos, mais de 15 anos, nós ajudamos a coordenar um grupo de pesquisa na universidade, chamado Educação, Jovens e Democracia. Na época, quando nós começamos a pesquisar esse tema – a questão da juventude –, eu fiz a opção de ir na contramão do que se estava discutindo na época e quis tratar daquilo que ainda hoje é o nosso foco principal, e é o foco desta CPI, que é a questão daqueles jovens que são vítimas da violência, principalmente da violência do Estado, como é o caso dos jovens que têm enfrentamentos. Conforme a Senadora narrou aqui, são aqueles jovens que sofrem violência pelo Estado, seja do ponto de vista da opressão mesmo – e aí há até a suspeita, principalmente, de que são aqueles jovens que têm a sua pertença étnica na afrodescendência.

Então, eu fiz um pouco o avesso disso aí. Eu procurei saber, a minha questão passou a ser o contrário, de ver que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, nas questões econômicas, sociais, políticas, como os jovens, principalmente aqueles que vinham das chamadas camadas populares, conseguiam, apesar de todas as dificuldades, superar essas dificuldades e terem êxito na sua vida profissional, social, econômica, política etc.

Então, qual foi a surpresa quando eu comecei a trabalhar isso? Eu comecei a verificar que esse era um número muito maior, apesar de todas as oposições, de todas as dificuldades, do que daqueles que transgrediam. Você vai a uma sala de aula de 40 alunos, você vai ter dois ou três jovens transgressores e você vai ter 20, 25, 35 que superaram as dificuldades, apesar de, historicamente, a escola ter uma dimensão muito forte de exclusão. O acesso é difícil, e a permanência é muito difícil. Nós somos uma sociedade em que a escolarização é tardia.

Então, eu acho que, apesar de todas as dificuldades, todas as tragédias, felizmente, para a cidadania, o número de jovens que consegue superar as dificuldades, apesar da ausência de políticas públicas... Quando essas políticas públicas existem, esses jovens aproveitam tanto essas oportunidades que você chega a ficar emocionado com a adesão desses jovens a essas políticas de inclusão. É impressionante isto: quando você abre um programa de educação profissional em que há 20 vagas e uma demanda de 60.

Nós ficamos, às vezes, preocupados, e eu acho que essa preocupação é legítima, esse cuidado tem que ser sempre levado em conta. Eu acho que, mesmo com toda essa preocupação que nós temos com a violência contra o jovem, com essa opressão do Estado, através das forças policiais, contra o jovem, eu sou muito esperançoso e acredito que, apesar de todas as dificuldades, nós tenhamos ainda, ao contrário do que se possa imaginar, um saldo muito positivo e que a juventude brasileira, apesar de todas as dificuldades, principalmente aquelas que têm origem nas camadas populares, consegue superar suas dificuldades e fazer avançar um processo de inclusão.

Então, eu quero encerrar dizendo que, para mim, essa dimensão de esperança é muito mais forte e deixar a minha solidariedade e o meu abraço a todos aqueles, principalmente às mães e aos pais que perderam os seus jovens, seja pela violência do Estado, seja pela violência da sociedade.

Eu acho que, além de educação, tem que haver processo de inclusão, principalmente no mundo do trabalho. Sobre essa questão, o tempo não vai dar para falar, mas eu acho que essa é uma dimensão que eu vi pouco ser colocada aqui. Para mim, até junto com a questão da educação – estou encerrando já –, eu acho que é preciso discutir-se o processo de inclusão dos jovens no mundo do trabalho, principalmente nesse momento de crise econômica.

Eu deixo um abraço a todas e a todos.

Peço desculpas por ter me estendido mais do que devia.

Parabéns, mais uma vez, Medeiros, por esta audiência pública.

Um grande abraço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Prof. Dr. Manoel Motta.

Nós temos ainda sete pessoas do público para serem ouvidas e três da Mesa.

Passo a palavra, imediatamente, ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Kellen Artur Nogueira, já avisando que temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Será ouvido.

Nós vamos ficar roucos de ouvir aqui.

Com a palavra, o Superintendente.

O SR. KELLEN ARTUR PREZA NOGUEIRA – Bom dia a todos, senhoras e senhores.

Senador Medeiros, cumprimento a Mesa.

Realmente, essa questão imediatista do tempo – eu, que tenho participado de diversas audiências no interior do Estado, principalmente com movimentos sociais como Sem-Terra, Caminhoneiros, Produtores Rurais, é algo cultural no Brasil, jovens. É algo muito cultural no Brasil isso que vocês estão reclamando neste momento. As pessoas querem que as coisas ocorram imediatamente; querem que o aparelho do Estado responda as suas demandas, as suas aflições de maneira imediata, mas não se preocupam em sentar para planejar; não se preocupam em sentar para debater; para ouvir as pessoas; para saber quem representa o que; como são constituídos os nossos poderes.

Eu gostaria de que aqui estivesse lotado, doutora, principalmente de jovens estudantes para perguntar a eles se algum dia sentaram para ler a Constituição e para ler o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque é muito simples apontar os erros. E o brasileiro tem o costume de apontar esses erros quando aperta o seu sapato e aparece o calo, porque, senão, as pessoas ficam indiferentes. Nada está acontecendo comigo; eu tenho conforto; eu tenho alimento; eu tenho moradia; eu consigo exercer o meu direito de ir e vir. Por que estou preocupado com o próximo, com o Estado brasileiro, com o que está acontecendo em nosso País?

Nós precisamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KELLEN ARTUR PREZA NOGUEIRA – Eu não sou...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vou garantir a palavra a quem está falando. Vai ter oportunidade de falar.

O SR. KELLEN ARTUR PREZA NOGUEIRA – Não estamos aqui para debater e discutir. Há o respeito à opinião de cada um, certo?

Eu cheguei aqui, Senador, no meu horário, conforme convite. Estou aqui até o momento e não estou preocupado com o horário de almoço, porque acho que é um assunto que trata de vida, e vida é algo que a Polícia Rodoviária Federal preserva nas rodovias, porque, se morrem jovens em homicídios, morrem muito mais em acidentes de trânsito. E é uma culpa de todos nós por uma cultura muito simples: pequenos atos infracionais como não utilizar o cinto de segurança são desconsiderados no momento em que se entra no veículo, seja você passageiro ou não. E isso vai acostumando o brasileiro a fazer coisas que ferem o ordenamento jurídico. Eu não uso cinto de segurança; eu utilizo o celular; eu atravesso fora da faixa, entre outros comportamentos dos mais simples que nos levam a grandes tragédias. E é só quando a tragédia assola a nossa casa ou a nossa vizinhança que nós acordamos para o que está acontecendo no mundo, que é a desvalorização da vida e a nossa indiferença diante do próximo.

Portanto, discussões como esta não podem se limitar apenas a uma audiência pública ou pequenos momentos de palavras, e sairmos todos daqui, e a vida segue. Não, a vida não pode seguir. Nós precisamos nos conscientizar – e aí incluem-se todos os brasileiros – de que cada um tem que fazer a sua parte como cidadão, respeitando o ordenamento jurídico, que, como colocado por muitos dos que me antecederam, existe. Não precisamos mais inflacionar o ordenamento jurídico. Precisamos, sim, fazer com que se cumpra esse ordenamento jurídico.

E dizer que o problema é de polícia é um ledor engano. A polícia, ela só pega a ferida sangrando. Ela enxuga gelo e vai no momento da aflição de todo cidadão.

Nós precisamos trabalhar a educação como base da sociedade brasileira. E é por isso que nós já atendemos mais de 90 mil pessoas só em 2015, levando educação de trânsito e noções com relação à utilização de entorpecentes, para que a gente possa conscientizar – primeiro, o jovem, porque o adulto já formado é muito mais difícil de se conscientizar, ele só aprende com a dor, quando a dor assola a sua vida –, para que a gente possa somar esforços no sentido de diminuir os reflexos que chegam cada vez mais próximos de todas as clas-

ses sociais. Ninguém está isento de ser atingido pela violência. E tratar de assassinato de jovens é se preocupar com o futuro do nosso País. Mas é necessário que essa criança, que esses adolescentes, também se preocupem com o futuro de cada um, não sendo imediatistas, deixando um pouquinho o materialismo de lado e respeitando os direitos humanos, que são de todos nós.

Então, Dr^a Leila, a senhora, como eu, cuiabana, que viu este Cuiabá, que fomos criados no Campo d'Ourique, o Centro Geodésico da América Latina, onde nós podíamos circular tranquilamente naquelas calçadas, hoje não podemos mais após o escurecer. E até durante o dia nós corremos esse risco.

Que possamos juntos trazer a paz, Senador Medeiros, para a nossa cidade, para o nosso Estado, para o nosso País. Parabéns por essa iniciativa, V. Ex^a tem uma experiência vasta em segurança pública como policial rodoviário federal que é há 20 anos e terá propriedade para a relatoria desta CPI.

Muito obrigado pela oportunidade e um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos ao Superintendente Nogueira pelas suas palavras.

Vamos passar a palavra imediatamente ao Sr. Valdevino Alves, cujo sobrinho foi assassinado...

O SR. VALDEVINO ALVES – Boa tarde a todos. Em nome do Senador cumprimento a Mesa e do nosso Presidente da Associação das Famílias Vítimas de Violência, o Heitor Reis, eu cumprimento a plateia.

Eu quero aqui resumir 30 minutos em três minutos: Fabrício Alves Farias, meu sobrinho, morto, com 16 anos de idade, foi baleado, morto por um policial militar ali – eu moro próximo a Santo Antônio do Leverger. O mesmo trabalhou no dia 2 de novembro até às 13h e, ao ir para uma pescaria juntamente com um primo meu e outro irmão da Igreja – somos todos evangélicos, graças a Deus – músico da Igreja, sempre músico da Igreja o rapaz, criado na santa doutrina do Sr. Jesus, jamais ele ia se tornar bandido dentro de um período de uma hora ou duas horas de relógio, não ia não.

Um policial militar – nada contra a ronda ostensiva; sim, eu parabenizo a ronda ostensiva –, numa ronda ostensiva ali na região, numa abordagem truculenta, acabou vitimando com meu sobrinho, ceifando a vida dele. Um guri que tinha noivado, poucos dias de noivado, porque nós, a doutrina da Igreja permite que aos 16 anos de idade pode não cometer nenhum ato de adultério, ele noivar para casar logo; o guri tinha acabado de noivar, um mês antes tinha noivado, ia casar no mês de janeiro ou fevereiro de 2013. Um policial matou ele com um tiro nas costas. E plantou uma arma no meu sobrinho, falou que o meu sobrinho tinha alvejado contra a viatura. Porém não tinha, a 20 metros de distância, com uma mão esquerda o policial atingiu as costas do meu sobrinho. O guri não era... Só porque fugiu da abordagem, porque é de menor da região de chácara. E o policial tirou a vida dele. E que justiça nós queremos?

Achei apoio primeiramente em Deus, em minha família, em minha irmã e, através do nosso amigo Heitor Reis, na Associação das Famílias Vítimas de Violência. É justiça que nós queremos.

E onde já se viu, Sr^s e Srs. Senadores, a uma distância de 20 metros de distância um guri abordar, que nem sabia pilotar direito uma moto, sacar de um arma, atirar numa viatura e não acertar um tiro em uma viatura?

Isso é inadmissível, nós não concordamos com isso. Eu agradeço a todos, que Deus os abençoe, orem em favor da minha família e da minha irmã que ficou muito traumatizada. Que Deus abençoe vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado pelas suas palavras.

Passamos, imediatamente, para Vinícius Brasilino, da União Estadual dos Estudantes.

O SR. VINÍCIUS BRASILINO – Boa tarde, senhoras e senhores, saúdo aqui a Mesa na pessoa do Senador José Medeiros. Queria muito que as diversas autoridades, Secretário de Estado, a Senadora Lídice ainda estivessem aqui para ouvir o pronunciamento, mas quero dizer a dificuldade para instalar esta CPI é por causa da dificuldade que se tem no debate da violência contra a juventude brasileira.

Falo isso porque nós estamos num Estado em que a Polícia Militar é a que mais mata no mundo. Nós estamos num Estado que tem a quarta maior população carcerária do mundo. O mesmo Estado que ainda não cumpriu o Estatuto da Criança e do Adolescente e que está debatendo a redução da maioridade penal; o mesmo Estado que não investiu o orçamento impositivo para que a gente garantisse o funcionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dói muito falar de violência contra jovens e dizer aqui não só da tristeza, porque morrem muitos jovens, jovens negros, 70% dos 60 mil que morreram no ano passado foram jovens negros; da nossa dor, principalmente, porque o nosso Estado legitima a violência contra a nossa juventude.

É o nosso Estado, via auto de resistência, que garante, como aconteceu em Salvador – eu sou baiano, de Conceição do Almeida, há três anos moro aqui em Cuiabá, estudo na Universidade Federal de Mato Grosso – e que há alguns meses matou 18 e todos os policiais estão na rua hoje. Aqueles que mataram também em São Paulo 18 e a testemunha da chacina já foi morta também.

A nossa preocupação com a violência contra os jovens é porque, de fato, não há cumprimento nem investimento em políticas públicas, porque, se hoje, a gente tivesse garantia de educação e aqui queria a presença do Secretário Mauro Zaque porque ele falou que não se faz segurança pública com polícia na rua e eu concordo com isso. Concordo com isso, mas eu queria saber quantos policiais foram contratados nesta gestão e quantos professores foram contratados. Quanto de investimento foi feito na educação? E quanto foi feito de investimento na segurança pública? (*Palmas.*)

Na segurança pública sobrou dinheiro, sobraram R\$50 milhões e foram investidos R\$50 milhões para comprar arma, viatura e para botar polícia na rua. Quero saber quanto que foi investido na educação?

Sou membro do Fórum Estadual de Educação deste Estado e brevemente vou tomar posse no Conselho de Políticas sobre Drogas. E por falar da política sobre drogas, quero dizer que nós temos uma política sobre drogas que não combate o narcotráfico, porque, se combatesse o narcotráfico, o helicóptero que tinha 450kg de cocaína, ele não estaria no ar hoje de novo.

Se combatesse o narcotráfico, de fato, não estaríamos com problema que está acontecendo no Pedregal, porque o problema do Pedregal não está com o grande traficante não, ali estão os pequenos: jovens, negros, que não têm acesso à Universidade Federal de Mato Grosso, que está ali do lado, e que a gente está lá e está vendo notícia todo dia que está morrendo gente.

Está morrendo a juventude e a gente parece que está fazendo... não sei se a justiça está colocando venda nos olhos, porque a Frente Parlamentar de Segurança Pública está tendo o fim do desarmamento.

Que cultura de paz é essa que nós queremos promover no nosso País, que a polícia mata, ela é morta? Porque a guerra às drogas mata jovem, mas também mata policial trabalhador e isso a gente precisa colocar na mesa. E, mais que isso, nós queremos a desmilitarização da Polícia Militar. Não dá pra aceitar no século XXI uma polícia militar que tem resquício da ditadura militar e não quero falar sobre, porque nós sabemos quais são os dados referente à ditadura militar.

Então, quero dizer que a juventude está disposta a se mobilizar, a lutar, a cobrar do Poder Público mais investimentos. Mais investimentos em educação, em segurança pública, em saúde, emprego para a juventude, porque a gente está cansado. Sim, eu estou cansado de, diariamente, ver notícias de não sei quantos jovens que são mortos pela violência, são mortos por acidentes de trânsito, porque falta ao Estado cumprir com seu papel.

E aí não dá para criminalizar a juventude, que é quem mais morre. Não dá para criminalizar a juventude, que é quem mais é criminalizada.

Deixo aqui a saudação da União Estadual dos Estudantes. Quero dizer que nós estamos à disposição para contribuir nesse debate e fazer muita luta em defesa da vida da juventude, em defesa da nossa vida. Quero aqui também prestar solidariedade às vítimas, às famílias das vítimas. Sabemos que, além do jovem que morreu, da jovem que morreu, há a família que permanece, mas que também deve estar na luta para garantir a vida das outras pessoas.

E quero dizer, sim, que nós temos uma pena de morte estabelecida no nosso País. Com os dados da violência, não há como dizer que não há pena de morte para a juventude negra, não há como dizer que não há pena de morte para a juventude pobre. Nós precisamos reverter isso, seja com legislação clara, seja com políticas públicas que cumpram o seu papel na garantia do bem-estar social e da vida pública da sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Vinícius.

Chamamos agora para fazer sua fala, Jahari, do Coletivo de Negros da UFMT.

O SR. JAHARI – Axé a todos. Bom dia.

Jahari significa jovem guerreiro e forte em iorubá. E eu gosto muito desse nome porque a gente tem que lembrar... Inclusive, no discurso do Sr. Manoel, na verdade, ele fez a pergunta para a gente sobre os jovens que, mesmo sob diversas adversidades, conseguem atingir o sucesso profissional, educacional, etc, mesmo em meio a um meio que não contribua para essa formação.

Só que eu acho que, em nenhum momento, ele parou para se perguntar por que para alguns jovens o sucesso tem que ser tão árduo, tão difícil e tão doloroso e outros jovens têm tantas oportunidades. Eu acho extremamente complicado e difícil. É difícil para mim ficar comparando dores, a dor da mãe que perdeu o filho que fazia Medicina, a dor do pai que perdeu o filho que foi assassinado por um policial militar, mas, mesmo de forma delicada, eu tenho que dizer que os jovens negros, que neste Estado são 80% da população que é assassinada, que foi assassinada neste ano... Se vocês forem olhar os dados, isso está diretamente associado ao abandono das escolas no ensino fundamental e ao abandono das escolas no ensino médio

Quando você vai propor um projeto social que trabalha poesia com os jovens nas escolas de periferia, você passa por uma série de burocracias que até te fazem desistir. Ontem, eu estava conversando com um amigo meu que é poeta e que queria ensinar os jovens do bairro Pedra 90, se não me engano, a recitar poesia, mas

para ele conseguir verba do Poder Público para isso, porque ele não conseguia tirar do seu próprio dinheiro para fazer esse projeto, era uma luta tamanha que infelizmente... Ele não desistiu. Ele vai continuar fazendo, mas vai atender um número muito restrito de jovens e vai fazer por conta própria, vai tirar do seu bolso. O Governo não investe em educação. Ele prefere investir em discutir redução da maioridade penal, em encarcerar os nossos jovens negros, que são os mesmos jovens que estão morrendo e que estão matando.

Muita gente recitou poesia, eu vou dizer uma poesia aqui para vocês. Vocês sabem como a gente é abordado pela polícia? É mais ou menos assim: você está na sua roda de amigos, num bar, bebendo, conversando, às vezes saindo da balada, e chega, muito discretamente, como sempre, com aquela luz vermelha piscando, um carro da polícia. Esse é o primeiro passo. No segundo passo, o policial desce com uma arma enorme na mão e diz gentilmente: “Mão para cima, vagabundo”. Então, você fica de costas... Aliás, ele também pede para você ficar de costas e erguer as mãos para cima. O policial que já te chamou de vagabundo, que já te julgou como vagabundo vai fazer a revista. Ele passa as mãos pelas suas pernas, passa as mãos no seu órgão genital para saber se lá não há droga, se não há arma.

Depois de toda essa situação, após ele constatar que você não possuía drogas, que você não possuía arma, ele libera você, depois de ele ter julgado você e chamado você de vagabundo, isso quando os jovens não passam por uma agressão. Se eles contestarem a abordagem feita pelo policial, geralmente, eles são agredidos com uma coronhada, com soco no estômago, com chutes.

No País, de cada quatro jovens que são abordados pela polícia, três são negros. Então, é muito importante que a gente trate, sim, do perfil desses jovens, que são negros, pobres, sem acesso à educação e a políticas públicas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do Jahari.

Agradecemos também a presença e a paciência do Major Jean Klébber, a quem passamos a palavra, imediatamente, para que ele faça sua intervenção.

O SR. JEAN KLÉBBER – Eu quero cumprimentar a todos os presentes, na pessoa do Senador José Medeiros.

Falar sobre violência é sempre algo muito marcante e sempre algo que nos deixa com a alma aflita, porque não só a população civil sofre violência, mas a polícia também sofre violência. As instituições sofrem violência. Em um estado de caos, muitas vezes, a violência impera em diversas circunstâncias.

Ouvindo os jovens falando sobre violência, policiais que chegam de uma maneira errada, que chegam de uma maneira não funcional e que praticam excessos, eu condeno realmente. Isso não está certo, como também não está certo quando policiais são recebidos à bala em muitos locais aqui, de nossa Cuiabá e de nossa Várzea Grande, quando policiais são assassinados dentro de suas casas com suas famílias. Há policial que está junto com a sua esposa e seus filhos e, por ser um policial, por ser uma autoridade pública que defende a sociedade, é alvejado, é tratado como alguém insignificante, ou melhor, como um alvo da ira daqueles que deveriam observá-lo como uma autoridade protetora.

Eu fico também muito sentido com a morte, o falecimento de seu sobrinho numa atividade... Eu não sei o caso ao certo, mas eu sinto essa dor também, porque a nossa instituição, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Segurança Pública como um todo tem por objetivo trazer a paz pública. E, quando isso é inalcançado, nós nos sentimos também condoídos com a situação, nós nos sentimos impotentes diante de diversas realidades. Eu já conheço a Odilza, já participamos de eventos no passado, quando eu ainda tinha cabelo, que agora caiu um pouco. Quando eu era capitão ainda, nós participamos de eventos. Como isso me dói!

Nós precisamos, sim, tomar providências, que passam por políticas públicas, sim, políticas públicas de educação, mas também passam, como a mãe do jovem Eric falou, por um fortalecimento de uma legislação. Eu tomo por exemplo as escrituras bíblicas, no primeiro exemplo em que havia um ambiente perfeito. Deus fez um ambiente perfeito para Adão e Eva e talvez para outros que ali conviviam. Nesse ambiente perfeito, chamado como Paraíso, nós tínhamos todas as políticas públicas. Deus oferecia todas as benevolências, a Bíblia diz que Deus andava no jardim com Adão e batia papo constantemente com ele. Mesmo assim, alguém ouviu a voz da contradição, da transgressão, do erro. E, ao ouvir a voz do erro, Deus não passou simplesmente a mão na cabeça dessa pessoa. Houve uma sentença. E, a partir dessa sentença, houve consequências de atos. Os moradores do Paraíso foram expulsos do Paraíso e, a partir daí, tiveram que derramar o suor do seu rosto e sofrer as consequências de uma vida dura em razão de uma decisão que tomou lá atrás, que contrariava a legislação que foi colocada naquele lugar.

Aqueles que contrariam a legislação devem sofrer, sim, as consequências de seus atos. É inadmissível que uma pessoa que mata, seja um agente público ou não, seja alguém que esteja amparado pela chancela do Estado ou não, é inadmissível que mate, ceife vidas, e não sofra as consequências legais e definitivas, de forma peremptória, pelo que fez as outras pessoas sofrerem. É inadmissível!

Por mais que tenhamos educação – e eu primo por isso –, acho que sim, tenho plena certeza de que segurança pública não é só polícia, muito pelo contrário, segurança pública diz respeito à educação, segurança pública diz respeito ao trabalho, segurança pública diz respeito a uma cultura que atrai os jovens a refletir. Tivemos hoje tantos jovens aqui presentes, estudantes de uma escola de Várzea Grande, e talvez até pela mobilidade um tanto quanto inadequada de discussão, esses jovens foram embora. E a gente pensa assim: como é que a gente está discutindo com os jovens hoje? Com uma abordagem antiga? Nós estamos discutindo segurança, educação, as viabilidades públicas, com um discurso arcaico, um discurso que a juventude ouve e pensa: vai ficar no vácuo. A juventude hoje diz assim: “Está no vácuo, perdeu”. Por quê? Porque a gente começa com um blá-blá-blá e não interage com a juventude.

A segurança, a educação, escolas interativas, a arte dentro da escola, não há interação, e aí fica a polícia tendo que abordar e, como disse o jovem ali, mandar colocar a mão na cabeça, fazer simplesmente o ato de abordagem. Não, nós precisamos mudar, temos de entender que nós precisamos evoluir nas discussões e muito mais nas ações, nas práticas.

A Polícia Militar tem buscado isso. Conversando aqui com a doutora, elas é professora da Academia de Polícia Militar, e ela nos disse: “Olha como está melhorando.” Nós precisamos de ajuda, sim, da comunidade, para apontar os erros, e colocarmos muitas vezes o chapéu que nos caiba e tomar as providências necessárias, sendo militar ou não.

Hoje, nós não temos mais a Polícia Militar com esse conceito – isso é antigo falar – de regimento militar. A Polícia Militar tem evoluído muito em razão de muitos discursos como este feito aqui, em que ouvimos e falamos: precisamos mudar e a sociedade interagir mais com os órgãos públicos, fazer mais a sua parte, para que também façamos a nossa parte e todos nós tenhamos êxito em nosso papel funcional.

Parabéns ao nosso Senador José Medeiros e a todos que até agora estão presentes. Estão presentes ainda por quê? Porque acreditam em uma vida melhor.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Major.

Esta semana, já é a segunda vez que estamos numa audiência.

Vou passar a palavra para a Jaqueline Oliveira, estudante da UFMT. Já foi!

Manoel de Araújo. *(Pausa.)*

Vanderlan Leite Ribeiro. *(Pausa.)*

Vou inscrever você aqui. Marcelo. Estão encerradas as inscrições, mas vou inscrevê-lo. Falei que nós vamos ficar roucos de ouvir aqui hoje! Não tem problema.

Passo a palavra ao Fábio Viana, da Fenetracoop.

O Vanderlan está aqui. Desculpe.

O SR. VANDERLAN LEITE RIBEIRO – Eu não vou nem falar muito, para ser mais rápido. Está bem vazio, todo mundo já foi embora.

O que eu tinha para falar era direto para o...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Mas deixa eu te avisar: o Brasil inteiro está te ouvindo. Nesse momento, do Oiapoque ao Chuí, está sendo transmitido em parceria da TV Assembleia com a TV Senado e pela internet também. Então, em que pese o pequeno público, esta é uma audiência que será passada, reprisada, e você pode de repente... registrada em ata, enfim.

A Senadora Lídice, por exemplo, vai pegar esse vídeo, bem como o Senador Lindbergh. Então, pode ficar tranquilo que tem muito brasileiro ouvindo você.

O SR. VANDERLAN LEITE RIBEIRO – O.k.

É que eu sou líder comunitário. Sou presidente de bairro, do Residencial São Mateus. Eu tenho um projeto que é voltado só para crianças. Eu acredito muito, mas muito mesmo não é nem... Tanto é que eu gasto quase todo o meu dinheiro nisso, porque eu não tenho nada, você entendeu? É o quê? Caratê. Entro dentro dos colégios, o colégio fecha a porta. Projeto social, aberto. Futebol, também faço. Hoje é sexta. Amanhã de noite... A semana inteira, as crianças em volta dos nossos bairros ficam lá: “E aí, Farofa, vamos fazer o quê? Vai ter, sábado?” Você entendeu? É até gostoso, é interessante a criança cobrar. Chega em você e fala: “Ó, vai ter, sábado?” Não, não vai ter.

Às vezes ele passa dez vezes por mim, dez vezes ele me pergunta: “Vai ter, sábado?” “E aí, o que vai ter amanhã?” Eu fico envergonhado? Sim, dos nossos políticos. A cada R\$10 que eles roubam é um ladrão que eles criam. Por que eu falo isso? É dinheiro que sai e poderia estar sendo investido no futuro das nossas crianças. Quem mais paga são aqueles lá da periferia, porque os que têm dinheiro estão dentro do condomínio, só são

assaltados quando saem de lá de dentro, não são assaltados lá dentro. Então, é o lado humano. Gente, vamos enxergar! Vamos olhar!

Quarta-feira... Eu simplesmente faço o quê? Toda semana a gente junta alimento para ser doado. Conseguimos juntar uma tonelada. Quem quiser ver, está até aberto. Entrem em Vanderlan Leite Ribeiro. Vejam no Facebook. Eu consegui juntar uma tonelada de alimento. Doei essa uma tonelada. Senti tanta dor na coluna e não tinha na hora a farmácia aberta, fui até a casa do meu amigo. Chegando lá, várias vezes um veículo e uma moto rodando a rua. Aí, um rapaz virou e falou assim: “Olha, aquele carro ali vai fazer alguma coisa de errado”. O que eles fizeram? Eu estava lá conversando com ele, não estava tão atento no assunto. Eles pararam na esquina, antes, e vieram encapuzados abordando todo mundo que estava na rua. Colocaram todo mundo deitado, deram uns tiros. Tipo assim, acho que eles foram em busca de alguém, sim. Não encontraram esse alguém. Mas onde estava esse alguém tinha pai de família, tinha mãe de família; tinham pessoas em volta, em casa, que já estavam até deitadas, que poderia muito bem uma bala perdida pegar e matar.

Eu mesmo falo que tenho três filhos, vou para o quarto. Eu lá, se tivesse levado um tiro, quem iria sustentar minha família? O Governo iria? Não. Quer dizer o quê? Poderiam ser mais quatro ladrões de amanhã. Eu simplesmente ralo para conseguir sustentar meus filhos. Não fico brincando. Não brinco com a situação de ninguém.

Voltando sempre, gente, o que a gente consegue salvar? Vidas. Desde pequeninhos, não depois de velhos. Se você chegar ali e quiser me colocar alguma coisa, se eu achar que não está, não vai, não vai funcionar. Mas, agora, se você chegar no pequeninho, lá no berço, começar a ensinar, tudo anda, tudo muda. Não adianta nada nossos políticos ficarem lá pensando só neles, em ficar cada vez mais ricos, sempre mais ricos. E nós? Vamos ficar onde? Vamos viver do quê? Brisa? Não vivemos de brisa.

Não é toda vez que vai ter alguém lá sempre me doando para eu estar sempre repassando. Nunca. Vai acabar, uma hora. Por que vai acabar? Porque não tem mais de onde tirar! Se ficar só sugando, é isso aí que acontece. É ladrão, é traficante, é dinheiro que poderia estar investindo em mais colégio, porque falta muito investimento principalmente na nossa região. São muito fracos os nossos colégios.

Por que não se investe mais dinheiro em professores? No Japão, um professor ganha mais do que um leitor. Aqui, não. Aqui é invertido. Eles ganham mais e, assim mesmo, não têm a vergonha na cara de fazer. Eles fazem o quê? Limpar. Não vou dizer todos, mas simplesmente limpar os cofres públicos. O que eles podem fazer é tirar, colocar no bolso e sair. Não sentem que é o suficiente o que eles recebem ainda. Não acham suficiente.

Se eu tivesse morrido na quarta, hoje eu não estaria aqui. Eu só vim aqui, porque... Na mesma hora, se tivesse o telefone de qualquer um de vocês aqui, eu ligaria. Eu tenho o telefone do Coronel Tadorelli. Na mesma hora eu liguei para ele e falei: Coronel, vamos dar um jeito. Vamos mudar alguma coisa. Ele se virou para mim e falou: “Vanderlan, calma. Vamos resolver o seu problema”. E ontem ele me ligou de volta: “Venha amanhã para a sessão e dê o seu depoimento. Fale tudo o que você sente”. Até agradeço a vocês e a todos.

Eu tenho que sair, mas vou ficar mais um pouco ainda. E espero contar com o Senador Medeiros, com um projeto, Senador. Nós estamos precisando de bastante força, mas bastante força mesmo!

A TV Centro América elogiou o nosso projeto como um projeto modelo do Estado de Mato Grosso, porque Várzea Grande, no ano passado, era a cidade mais violenta do Estado de Mato Grosso.

Não é patrocinado por prefeitura, governo, nada! Simplesmente é voluntariado. E assim mesmo nós levamos.

Se você chega à porta da Prefeitura e bate lá, ela só fala que está quebrada. Nada mais.

Obrigado.

Se continuar falando, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Vanderlan. Imediatamente, passo a palavra para o Fábio Viana, da Fenatracoop.

Peço aos nossos debatedores que sejam breves, porque nós temos ainda sete pessoas.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO VIANA PEREIRA – Boa tarde, companheiros, companheiras. Boa tarde, meu Senador, grande amigo Medeiros, obrigado por abrir esta audiência para que todos pudessem manifestar os seus pensamentos e as suas ponderações sobre a criminalidade no Brasil.

Corrigindo, o meu nome é Fábio Viana Pereira. Sou Presidente do Sintracoop e Diretor da Fenatracoop.

A minha pergunta hoje não é só para o Senador, mas para nós: até quando nós ficaremos desarmados enquanto o outro lado tem armas de uma proporção que nem a nossa defesa civil tem? Até que ponto nós deixaremos que o nosso Executivo remunere mal e porcamente a nossa defesa para ser facilmente corrompida pelos piores inimigos das nossas famílias?

Sou pai de um menino de 9 anos que me pergunta o que é impunidade. E eu temo dizer que não sei, com a minha idade, com os amigos que me rodeiam, responder para ele o que é a falta de punição em nosso País, em todas as esferas.

Devemos, sim, pensar que, quando uma arma de fogo tira a vida de nossos filhos, ela não acaba com a vida de uma pessoa só; ela acaba com uma família. E é com isso que nós não devemos, de forma alguma, pactuar.

Uma política séria! Parar de falácias no momento em que nós vemos jovens morrendo! São o futuro da nossa Nação!

Pela TV Senado, por todos os veículos de comunicação que nos assistem neste momento, devemos, sim, de uma forma eficaz, pensar em agir.

Como nós podemos, num Estado com as particularidades do Mato Grosso, que tem as nossas defesas e nossas fronteiras enfraquecidas por um Estado ou vizinhos, porque nós temos, sim, no Estado do Mato Grosso, boas vagas de trabalho, nós temos mão de obra, precisamos de mão de obra. E, com isso, nós sempre recebemos do Estado do Pará, do Maranhão várias pessoas de vários centros culturais do Brasil. Hoje nós podemos abraçar todos, mas temos que lembrar que com isso nós enchemos o nosso Estado de várias formas culturais, com pessoas que talvez não tenham a mesma ideologia que a nossa e que trazem, sim, nós importamos, sim, esses bandidos de outros Estados para cá, querendo mão de obra barata de outro tipo de visão, que nós não admitimos.

Nós temos que pensar como gente, como pessoas, porque nós somos pais. Eu falo isso em nome do meu filho, que, com certeza, está me assistindo neste momento e pensando o que o pai dele está fazendo aqui. E eu respondo não somente a ele, mas a todos que nos veem neste momento: nós estamos participando de um filme de Hollywood, onde estamos perdendo! O bem nem sempre vence o mal. E nós estamos perdendo na nossa realidade.

E esse filme de Hollywood está a ponto de fecharmos. E estamos fartos de levar os nossos filhos para o caixão ou de ver as nossas mães derramarem lágrimas em cima do caixão de seus filhos.

Senador José Medeiros, obrigado, por toda a oportunidade de dar voz para os nossos companheiros. Agradeço a toda a Mesa, que aqui está. E deixo uma palavra para todos pensarem: por que que nós não usamos o Exército brasileiro? Temos medo dele?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Fábio Viana.

Passo a palavra imediatamente a Antonio Wagner, da Central dos Sindicatos Brasileiros, também ressaltando que pedimos a brevidade devido ao adiantado da hora e também pelo número de debatedores que ainda há para falar.

O SR. ANTONIO WAGNER OLIVEIRA – Boa tarde, senhores e senhoras!

Boa tarde, Senador José Medeiros! Nesta semana, é a segunda oportunidade em que estamos nos reunindo. Na primeira, foi com cerca de 60 dirigentes sindicais no Hotel Fazenda Mato Grosso.

Meu nome é Antonio Wagner, sou servidor de carreira do Estado de Mato Grosso, represento a Central dos Sindicatos Brasileiros do Estado de Mato Grosso, sou Diretor Jurídico do Sindicato dos Profissionais da Área Meio do Poder Executivo. A minha fala vai tentar fugir um pouco do senso comum e vai buscar um pouco do gancho do que falou Dr. Manoel Motta.

No primeiro momento, eu quero tentar entender por que todas as falas aqui se basearam na repressão. É muito estranho a gente tratar os nossos jovens, pensando única e exclusivamente em prendê-los. Quando a gente os prende, o que eles fazem dentro dos centros de ressocialização? Minha mãe sempre dizia que cabeça vazia é oficina do diabo. E o que essas crianças e jovens fazem dentro do centro de ressocialização? Faço aqui uma sugestão, Senador Medeiros, de que se implantem cursos de qualificação profissional dentro dos centros de ressocialização; que se coloquem psicólogos, psiquiatras, para entender um pouco da mentalidade desses jovens.

Enfim, tudo que aqui se falou se baseou na culpa do tráfico. Eu discordo um pouco dessa visão simplista. Primeiro, porque a gente está falando de morte dos jovens. E os jovens são o futuro deste País, e nós simplesmente estamos matando o futuro do nosso País, estamos matando grande parcela da juventude negra e pobre desse País.

Parafraseando Vinícius de Moraes, eu sou mestiço, mas eu me entendo como o mestiço mais negro do Brasil. E um dos motivos de os jovens negros estarem morrendo e os jovens de famílias que têm um pouco mais de recursos financeiros também estarem morrendo, Senador Medeiros e companheiros aqui presentes, é a desigualdade social. Vivemos neste País, e aí a gente entra no senso comum: ouvi vários companheiros falarem aqui da corrupção na política – da corrupção na política!

E esse é um senso comum sendo pregado pela imprensa, do qual eu discordo muito. A nossa grande corrupção está nos nossos valores. Os nossos empresários só pensam na mais-valia e no rentismo. E eu, como representante da classe trabalhadora, penso que temos de dar oportunidades de trabalho, de socialização para os nossos jovens. A gente não vê políticas públicas de inserção.

Aqui o Dr. Manoel Motta buscou essa fala e não teve o tempo necessário para tal. Nós precisamos de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho. Não estou fazendo aqui uma defesa do PT porque este Governo é indefensável, mas foi no período do Governo Lula que mais se criaram escolas técnico-profissionalizantes. Colocando as crianças e os jovens no mercado de trabalho se tiram as crianças e os jovens da rua. Colocando-os para fazerem cursos, arte, computação, esporte, lazer, ampliando os espaços de esporte e lazer, as crianças saem das ruas.

Eu faço aqui um apelo à Mesa. É uma pena não estar presente nenhum representante da assembleia legislativa. Nós temos um terço das receitas públicas desse Estado em políticas de incentivo e renúncia fiscal. Eu queria muito saber se está sendo cobrado, dentro dessas empresas que têm políticas de incentivo fiscal, espaço para o jovem aprendiz, espaço para estagiários, espaço para o jovem ser inserido no mercado de trabalho? Temos que sair do discurso do senso comum da criminalização do jovem. Temos de colocar o jovem no mercado de trabalho, inseri-lo no mercado consumidor. E não só no mercado consumidor, mas dar condições de essa criança, o jovem, o adolescente refletirem o mundo a sua volta.

Temos de parar de pensar na educação como mercado. Educação é um direito constitucional e devemos avançar nesse direito constitucional!

Muito obrigado.

Faço, sim, uma homenagem ao Senador. Nessa semana, tivemos duas oportunidades juntos e duas pautas extremamente importantes: uma relativa à classe trabalhadora e outra relativa aos jovens, futuro da classe trabalhadora.

Então, Senador Medeiros, parabéns pela iniciativa, parabéns pela discussão que o senhor está trazendo à baila. É importantíssimo. Discordando um pouco do companheiro Fábio Vialla, menos armas nas ruas e mais políticas de inserção no mercado de trabalho.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado pelas palavras, Antonio Wagner.

Passamos a palavra ao... Heitor Reis já falou, não é? Da Associação das Famílias Vítimas de Violência?

(Intervenção fora do microfone.)

Heitor?

Então, com a palavra Heitor Reis, da Associação das Famílias Vítimas de Violência.

Eu confundi com outro Heitor.

O SR. HEITOR REIS – Senador José Medeiros, em seu nome eu cumprimento o público expositivo, em nome da nossa querida Odilza Sampaio, do Divino, do pai e da mãe do Eric e de todas as famílias vítimas de violência. Eu queria agradecer a oportunidade de estar presente nesta audiência pública e discordar de algumas coisas que foram faladas por aqui.

Eu poderia começar a minha fala dizendo que o meu filho também foi assassinado por uma arma de fogo comprada ilegalmente, por um problema do trânsito, mas não quero que o meu problema pessoal seja transmitido para todos. Nós, da associação, queremos... Na nossa dor, só nós sabemos o que a gente passa. Então, a gente luta, eu, o Divino, a dona Odilza, o pai do Eric, para tentar mudar um pouquinho essa situação.

O que acontece e todas as pessoas que são um pouquinho estudiosas dos cuidados com a violência sabem que o problema principal não é a educação, não é o problema socioeconômico, não é o problema de trabalho, o problema social, porque nos últimos 12 anos, parece que os índices sociais aumentaram muito.

Nunca tivemos tanta gente nas escolas, e a violência aumenta a cada dia. Então, não é isso que justifica. Nós tivemos pessoas em melhores condições sociais, pessoas em melhores condições culturais e a violência continua aumentando. Se isso fosse uma verdade, a violência diminuiria. Logicamente, as causas sociais são uma das causas de violência, mas a causa principal que a gente verifica quando vai a fundo é que as famílias estão desestruturadas. No Brasil, hoje, o pai e a mãe saem para trabalhar e deixam seu filho numa escola que não estava preparada para recebê-lo nem orientá-lo. Essa criança não vai receber valores que são passados pela família por uma professora que tem 30, 40, 50 alunos. Ela não tem condição de fazer isso. Então, o pai sai cedo para trabalhar, a mãe sai cedo para trabalhar, chegam em casa à noite e, muitas vezes, nem desejam uma boa noite para seu filho. Estão todos cansados e vão descansar.

Essas crianças, adolescentes e jovens estão sendo criados pela televisão, pela rua ou por um traficante. Justamente esse é o quê da questão. O que fazer? A gente tem que estruturar as famílias e pensar horários para a família estar junta. Porque a segurança pública não é responsabilidade só do Estado, é responsabilidade de todos. Todos somos responsáveis pela segurança pública.

E aqui vai um pedido, Senador José Medeiros. O senhor é um novo Parlamentar, mas estamos vendo a sua grande participação e temos a grata satisfação de vê-lo substituindo o nosso Governador Pedro Taques, que muito nos honrou e muito discutiu sobre o Código Penal. Vemos no Senado o Código Penal parado. Nas discussões, não foi levado à frente o relatório do Senador Pedro Taques. Ele está parado no Senado. Estão sendo discutidas algumas coisas sem importância. A coisa mais importante para nós, que seria a vida, não está sendo discutida, Senador!

Então, a gente gostaria de pedir, em nome de todos aqui presentes – eu acho é a unanimidade –, que seja apreciado com urgência urgentíssima no Senado o novo Código Penal. *(Palmas.)*

Esse Código Penal é arcaico, está desatualizado, a maioria dos crimes, principalmente de informática, não está incluída. Sabemos que, hoje em dia, a comunicação acontece através da informática, mas não temos nenhuma iniciativa de isso acontecer.

Pedimos, Senador, que se tome muito cuidado. Parece que há uma iniciativa, na Câmara dos Deputados, para liberação das armas. Ficamos muito preocupados. Eu também discordo do nosso amigo que falou que a população tem que se armar. Muito pelo contrário, eu sou a favor de todos se desarmarem. A arma tem que ser uma exceção para os órgãos de segurança, que só devem usá-la em último caso.

Parece que há uma iniciativa para liberação do porte de armas no Brasil. Sou contrário a isso porque, quando se implantou o Estatuto do Desarmamento, os índices de violência diminuíram muito. Agora – não sei se foi de propósito que isso aconteceu –, o Estatuto se perdeu no tempo. Parece que não houve mais investimento público na sua divulgação, as taxas de reembolso dessas armas também passaram a ter um valor muito baixo. Hoje, você compra um revólver por R\$2 mil em qualquer esquina em Cuiabá, mas a recompensa, se a Polícia Federal pagar, depois de três ou quatro meses, é de R\$300,00. É até uma coisa inexpressiva.

Então, a gente pede, Senador, que o senhor leve esse pedido ao Senado e que, em relação a esses dois itens, tome muito cuidado.

Mas a gente o parabeniza, em nome de toda a sociedade cuiabana.

Espero que esta seja a primeira de muitas audiências públicas. Todos estão aqui, desde as 9h, esperando para falar. Todos nós temos alguma coisa para falar. E as lágrimas que caem dos olhos das mães e dos pais que perderam seus filhos mostram uma angústia muito grande, e a esperança de que essa violência acabe no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Heitor.

Passamos a palavra a Walter Arruda, Presidente da Femab.

Ele está aí? *(Pausa.)*

Ele já foi embora.

Então, concedemos, imediatamente, a palavra ao Prado, Diretor de Instrução e de Ensino da Guarda Municipal de Várzea Grande.

O SR. EVERSON SOARES DO PRADO – Boa tarde a todos aqui presentes!

São 13 horas.

Boa tarde, Senador!

Ouvimos vários relatos sobre violência. O tema principal é a violência contra os jovens, o assassinato de jovens. O que tenho para dizer é breve, mas resume muita coisa.

Sou formado em Física pela UFMT e sou professor em escola estadual. Passei boa parte da minha vida em sala de aula. Hoje, há uma evasão de jovens da escola muito grande, muito grande. Agora mesmo, no final do ano, nas escolas, chega a faltar até merenda escolar. Então, esses jovens acabam se evadindo da escola por incentivo da escola. Se falta alguma coisa na escola hoje... Desde que eu era aluno da UFMT que eu ouço falar de escola integral, mas, até hoje, não conheço nenhuma na prática. Então, se esse jovem hoje deixa de estudar para entrar no mundo do crime, se ele falta à escola, o motivo é um só: a corrupção. A palavra é “corrupção”. Eu ouvi a juíza falar de como fazer para o gestor cumprir o que está na lei que trata de investimento na área de educação. Não se cumpre isso por quê? Por causa da corrupção! Tudo passa pela corrupção.

Sou de Várzea Grande e tive a oportunidade de deter um menor de 13 anos. Joeliton era o nome dele. Gravei o nome, ficou na minha cabeça. Com 13 anos, ele tinha oito passagens pela Polícia. As três primeiras passagens se deram por causa de furtos. Da quinta em diante, a causa passou a ser roubo à mão armada. No último, tive a oportunidade de detê-lo. Ele e mais dois invadiram um consultório odontológico na avenida principal do Parque do Lago e fizeram a dentista e a secretária de reféns. Foram salvas as imagens do consultório.

Por pouco, ele não amputou o dedo da dentista porque ele não conseguia tirar a aliança do dedo dela. Foi por pouco! Quando lá cheguei com minha viatura e consegui detê-lo, o pessoal do Parque do Lago queria linchar esse menor. Várias pessoas diziam: “Mata! Mata! Mata!” Foi difícil! Mas conseguimos levá-lo para a delegacia. Então, com 13 anos, oito passagens, e as três primeiras se deram apenas por furto. Pergunto: por que o Estado não tomou providência no começo, na primeira passagem desse jovem pela Polícia?

Eu o detive nesse roubo à mão armada e confesso que, em outro serviço, encontrei com ele na rua.

Não existe acompanhamento nenhum por parte do Estado!

Eu ouvi o depoimento daquele rapaz *rapper*. Talvez ele tenha querido dizer, se alguém não entendeu, que o crime organizado é mais organizado que o Estado, porque um menino de 13 anos, uma criança, que pegou uma faca e por pouco não amputou o dedo de uma dentista, por causa da aliança que ele queria tomar... Eu falo para você que o Estado é corrupto, porque não tomou providência. As três primeiras passagens foram por furtos simples, até chegar a roubo qualificado à mão armada. Então, a meu ver, tudo esbarra na corrupção.

E o policial que está ali, na ponta de lança, na rua, no dia a dia, sofre todas as penalidades. A própria população queria linchar esse menor. “Mata! Mata!” Oito passagens, com 13 anos. Bom, se acontecer algo pior, aí condena o policial, que cansou de prender esse menor?

Até hoje eu vejo esse menor no Parque do Lago, andando por lá, usuário. O Estado não toma as devidas providências quanto ao acompanhamento desse jovem. Tudo o que a gente vê na rua, quando a gente conduz para a delegacia, falta isso, falta aquilo na delegacia. Lá, existe o acompanhamento do Conselho Tutelar. Nós, da Guarda Municipal, às vezes, temos que usar a nossa viatura, porque falta combustível para eles acompanharem esse menor. Várias psicólogas ligam para a gente perguntando se tem uma viatura que pode fazer a condução, porque falta tudo. Se falta, é devido à corrupção. A corrupção impera. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos pela palavra ao Prado, Diretor de Instrução e Ensino da Guarda Municipal de Várzea Grande.

Passamos a palavra à Prof. Susana Weyl Pereira, do Instituto Invest de Cuiabá.

Agradecemos a presença da Prefeita Divina, da cidade de Pontal do Araguaia, professora resiliente, que espera até agora, pacientemente, para falar.

A SRª SUSANA WEYL PEREIRA – Boa tarde a todos!

É com muito prazer que cumprimento todos neste momento na pessoa do nosso Senador José Medeiros.

Confesso que toda a minha fala, que foi preparada, tinha muitos desses pontos que foram apresentados, mas eu gostaria de fazer uma reflexão sobre para onde vão os nossos jovens.

Antes de esse jovem ser assassinado, antes de esse jovem estar na criminalidade, existe um antes, uma história, e é isso que tem que ser pesquisado por nós, educadores. Na condição de pesquisadores, atuando na educação do nosso País, atuando na educação do nosso Estado, do nosso Município, nós precisamos elencar onde está essa doença. Essa doença está em três grandes pontos que eu gostaria de apresentar aos senhores e às senhoras nesta tarde.

Primeiro, desestruturação familiar.

Com a família sendo dizimada, o que será de nós? O que será de mim, Susana, como ser humano e como educadora, dentro das salas de aula, dentro das universidades?

Outro processo para o qual nós temos que atentar: existe algo muito importante que, em muitos momentos, é esquecido. Se não há, Senador, educação, se não há investimento na educação, nós não temos solução, que parte de valorização aos profissionais da educação e parte de uma visão humanitária das crianças do nosso País. Trazendo para Mato Grosso, essas crianças necessitam ser atendidas em horário integral porque esses pais precisam trabalhar. E eles estão à mercê.

Eu preparei algo muito grande, mas, infelizmente, nós não temos mais tempo para isso.

Temos projetos? Temos. Temos ideias? Temos. E há pessoas que estão querendo fazer a mudança e querendo fazer a diferença. Estamos aqui neste momento e acreditamos nessa mudança. E essa mudança parte da educação. Educação é o princípio para a transformação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Profª Susana. Passo a palavra ao Marcelo Barros, da Faculdade UniRondon.

O SR. MARCELO BARROS – Primeiramente, quero cumprimentar todos da Mesa.

É uma honra e um prazer estar aqui, Senador, podendo falar com o senhor, até porque eu sou conhecedor dessa equipe fenomenal que trabalha com o senhor, composta pelo Rubens, pelo Benedito, pelo Josenilson... É uma equipe esplêndida que desenvolve um trabalho maravilhoso aqui em Cuiabá.

Eu acho que todo mundo é louvável. Vocês falam, todo mundo fala de educação, fala da questão de que tem que haver leis neste País, que tem que haver a mudança de uma série de coisas neste País. Realmente tem

que haver. Mas, Senador, a minha preocupação primordial, que eu acho... Aproveitando o fato de o senhor ser Senador hoje – daqui a pouco acaba o mandato do senhor –, quero dizer que nós precisamos de ações mais rápidas e que espero que o senhor possa chegar ao seu último dia de Senado, quando o senhor terminar o seu mandato, e possa olhar para trás e dizer: “Eu fiz algo para os jovens daqui, de Cuiabá”.

Eu quero pedir ao senhor – o Vidal, assessor do Deputado Adilton Sachetti, também estava aqui – que sejamos mais práticos.

Eu quero aqui citar um pequeno exemplo de algo que aconteceu comigo há dois anos,

Eu sou conselheiro... Sou cuiabano. Sou da família Lima Barros. Meu primo, o Gilson de Barros, foi Deputado Estadual e Deputado Federal, o Gilson de Barros. Eu sou conselheiro da equipe do Mixto Esporte Clube. Há dois anos, entregaram a mim a missão de desenvolver um trabalho junto à categoria de base do Mixto. E eu quero aqui, agora, defender a bandeira do esporte. O jovem, naquela faixa etária de 10 a 16 anos de idade, tem um vácuo em sua vida – ele começa a se descobrir, há as questões hormonais e uma série de coisas –, e nós precisamos ocupar esse jovem nesse período. E não me refiro aos jovens homens, em se tratando de esporte e de futebol, pois as meninas também precisam praticar esporte para ocupar o tempo. Então, eu acho que se deveria criar um conselho voltado para Cuiabá, usando Cuiabá, como capital, como projeto piloto, para trabalhar com os jovens nessa faixa etária. Seria criado um conselho para discutir e debater isso, mas voltado para o esporte amador.

Vejo que muitas pessoas aqui também, às vezes, falam da Polícia, mas a Polícia tem alguns cursos interessantes para os jovens, como o Proerd, e tem o Bombeiros do Futuro, do qual meu filho já fez parte, que trazem vários ensinamentos.

Nós temos que ocupar o jovem nesse período, porque esse é um período de vácuo nas suas vidas, um período em que eles estão se descobrindo, e peço que o senhor crie uma emenda, um seminário, um conselho, uma discussão, para que, a partir de fevereiro do ano que vem, a gente comece a discutir isso mais a fundo, para irmos para a prática.

Digo isto, Senador, porque quero que a figura do Senador Medeiros apareça nisso, assim como a figura também daqueles que são voltados para a política no nosso Estado, como os Deputados Federais, e que, no último dia de mandato, possam olhar para trás, possam sentar-se junto com a Polícia Militar e ter dados estatísticos que vão mostrar menos boletins de ocorrência, menos jovens dentro das delegacias, menos problemas para os policiais rodoviários federais, menos problemas de alcoolismo no volante... Eu acho que, se ocuparmos os jovens nesse período, vai ser valioso para o crescimento deles como pessoa, como cidadão.

Eu sou grato porque, hoje, em determinados locais por onde eu passo, em Cuiabá...

Outro dia, indo para Goiânia, eu estava no aeroporto e encontrei um ex-aluno que trabalhou comigo lá. Quando ele me olhou, ele falou: “Professor, hoje eu trabalho aqui na GOL e quero apresentar o senhor para a minha família. Esta aqui é a minha esposa e este é meu filho. Se eu cheguei onde cheguei, foi graças ao senhor ter me ensinado e me orientado em várias coisas.”

Então, fica aqui a minha opinião. Espero que, no próximo ano, o mais rapidamente possível, o senhor possa levar esse debate para dentro das faculdades, onde estão os operadores do Direito, para que nós possamos ter maior participação dos alunos de Direito, seja na UniRondon, seja na UFMT, seja na Unic, seja em qualquer das faculdades que temos aqui, em Cuiabá.

Muito obrigado a todos.

Essa foi a minha palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos ao Marcelo pelas palavras.

Quero dizer que esta audiência faz parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está caminhando por todo o Brasil. É uma CPI que tem na sua presidência a Senadora Lídice da Mata, que tem na relatoria o Senador Lindbergh e que tem como membros os Senadores Telmário Mota, Angela Portela e este Senador que lhes fala.

Na verdade, o que se busca é encontrar subsídios nos Estados para que encontremos soluções, para que possamos fazer um relatório propositivo.

Eu queria agradecer ao assessor do Deputado Tadorelli, o Joilson, que ajudou a formatar esta audiência, o que não é fácil. Às vezes, quem está nos assistindo vê tudo acontecer, mas não sabe que há toda uma equipe por trás.

Quero agradecer a toda a equipe do Senado Federal e da Assembleia Legislativa, que esteve aqui.

Quero agradecer aos pais que vieram contribuir trazendo sua dor.

Agradeço a todos os profissionais que estiveram aqui.

Agradeço ao Presidente da Assembleia, Guilherme Maluf, representado pelo Deputado Emanuel Pinheiro.

O Deputado Taborelli justificou a ausência e disse que gostaria muito de ter vindo, assim como o Deputado Zeca Viana.

O nosso objetivo, não tenho dúvida, foi alcançado. Mato Grosso é um dos lugares onde mais se ouviram pessoas da comunidade. Nos outros Estados, vinham os agentes do Estado, os formuladores de políticas públicas, que eram ouvidos, eram chamadas apenas duas ou três pessoas da plateia para falar, mas logo se encerrava a audiência. Aqui, nós ouvimos todos que se inscreveram.

A CPI busca fazer este debate para que não saia do relatório uma verdade única do Relator. Aqui, tratou-se dos temas da segurança, da educação, da saúde... Como eu disse, alguns reclamaram que não estavam presentes o Secretário de Educação e o Secretário de Saúde. Na verdade, todos foram convidados, mas a liberdade cabe a cada um.

Eu achei muito interessante um dos assuntos que foram trazidos hoje à Mesa. Esta foi a primeira audiência pública que tratou desse tema. Alguém, inclusive, se preocupou e propôs projetos sobre ele. Foi a juíza que esteve aqui e fez a sua fala. Eu achei muito interessante, porque uma das saídas que têm sido propostas por estudiosos do mundo inteiro é justamente começarmos a investir na primeira infância. Há várias saídas, várias soluções – a educação, obviamente, é uma delas –, e preocupar-se justamente com a primeira infância tem sido uma das saídas propostas.

Recentemente, eu estive na Universidade Harvard e, posteriormente, na Universidade de São Paulo, no Instituto Insper, onde foi feito um trabalho conjunto dessas instituições. Fui fazer um curso proposto para os Senadores e para alguns Governadores.

Enfim, a Universidade Harvard tem um curso para o qual ela chama os formuladores de políticas públicas do mundo inteiro justamente para passar o resultado de um estudo que eles fizeram e no qual vêm trabalhando há 30 anos.

Estudiosos e cientistas chegaram à conclusão de que, durante a formação do cérebro humano, há uma janela de oportunidade, e a principal fase em que se forma o cérebro humano é de zero a seis anos. Eles chamam essa fase de primeiríssima infância. Nesse estágio, existe uma janela de oportunidade muito importante para se colocarem alguns conceitos. Mas, para que isso aconteça, é imprescindível que esse ser em formação não sofra estresse crônico, não sofra nenhum obstáculo para sua formação. Estresse crônico não significa a criança chorar, ser estressada ou ganhar uma palmada da mãe. Não é isso. Criança com estresse crônico é aquela criança que sofre abuso constantemente, que sofre violência em casa, que vive num lar de violência. É isso que os estudiosos tomam por estresse crônico.

Foi feito um estudo, chamado, tecnicamente, de duplo cego, que os cientistas apresentaram para os formuladores que estavam ali, para os secretários de saúde, para os secretários de educação dos Estados, que eles fizeram com uma comunidade em situação de extrema vulnerabilidade, porque muito se coloca que, às vezes, o problema está na vulnerabilidade, na questão do dinheiro. Eles provaram, por A mais B, que não se trata de dinheiro. Trata-se, simplesmente, de se levar essa criança de uma forma que ela não tenha nenhum obstáculo ao seu desenvolvimento.

No estudo, num espaço amostral de uma comunidade, eles observaram dois grupos. Eles direcionaram para um grupo todas as políticas públicas desde o nascimento dessa criança, aliás, desde o pré-natal, para que a criança pudesse se desenvolver com o máximo de tranquilidade possível, mas sem investimentos, sem dar dinheiro, simplesmente com as políticas públicas para que o estudo pudesse ter o seu objetivo alcançado, e simplesmente observaram o outro grupo.

Após 18 anos, eles chegaram à conclusão de o grupo das crianças que eles acompanharam tinha índices muito menores de drogadição, baixo índice de criminalidade, um índice de aprendizagem muito bom, e de que o outro grupo, que eles simplesmente observaram, na verdade, era uma catástrofe: muitos morreram assassinados, outros entraram para o crime, para a drogadição, se tornaram alcoólatras, lares foram desfeitos. Enfim, o gráfico que eles fizeram após 18 anos parecia uma boca de jacaré: um grupo acima e o outro totalmente abaixo.

Esses profissionais, a partir daí, começaram a pensar: mas como mudar a situação, se é no mundo inteiro que isso acontece? E aí eles pensaram em como fazer com que as políticas públicas... Eles viram que as políticas públicas que eles usaram no estudo não inventaram nada, nem acarretaram mais dispêndio, mais gasto para o Estado. Eles simplesmente utilizaram e condensaram as políticas públicas já existentes. E aí, então, eles tiveram a ideia de começar a chamar governadores, prefeitos, secretários de segurança para passar aquela mensagem. E o Brasil começou – houve uma parceria da Universidade de Harvard com o Insper, com a Fundação Maria Cecília –, então, a fazer esse trabalho, que já é de muito sucesso no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, começou a partir desse curso, agora. É uma coisa maravilhosa porque, no curso, fazem-se, inclusive, visitas aos institutos norte-americanos que já obtiveram índice de sucesso com isso.

Então, é uma saída, porque os estudiosos dizem que, após certo período, o Estado gasta muito e o resultado é pouco. Tanto é que, nesse estudo, eles chegaram à conclusão de que, para cada dólar que eles gastaram com aquele primeiro grupo, que teve sucesso, eles tiveram que gastar sete dólares com aquele grupo com que eles não gastaram nada na primeira infância. Ou seja, os estudiosos, os cientistas chegaram à conclusão de que, se o Estado não faz por uma questão humanitária, que faça por uma questão econômica, porque a grande verdade... E eu tenho procurado, a partir daí, trazer isso também. Eu já conversei com o Governador Pedro Taques – e, provavelmente, já vai algum representante do Estado para esse curso em março do ano que vem – que nós precisamos fazer algo diferente.

Eu ouvi os depoimentos impactantes das mães e das vítimas aqui. Ouvi também o outro lado. Mas uma coisa é certa: todos são unânimes em uma coisa. Embora eu tenha visto pontos de vista totalmente conflitantes, todos nos passam a seguinte mensagem: do jeito que está não pode ficar. Leva-me àquele pensamento de que é impossível conseguirmos resultados diferentes se fazemos sempre a mesma coisa.

Não se pode dizer que é por falta de dinheiro, porque a gente sabe que dinheiro... O que a gente precisa é fazer algo diferente para condensar esses recursos. Pode até ser que seja necessário mais dinheiro – pode até ser –, agora, do outro lado, também o contribuinte já não aguenta pagar mais. O Estado precisa se diminuir, mas precisa ser mais eficaz ao mesmo tempo. É um desafio muito grande. Agora, esse desafio é o que nos espera.

Eu creio que este debate aqui foi muito rico, que Mato Grosso contribuiu muito, com a fala das vítimas, com a fala dos estudiosos, com a fala dos profissionais que aqui estiveram. Foi uma audiência muito significativa.

Parabenizo o Judiciário mato-grossense, extremamente representativo – estiveram aqui três juízes aqui –, que leva o assunto a sério, parabenizo o Governo do Estado, que mandou o Secretário de Segurança, parabenizo a Polícia Rodoviária Federal, que mandou o seu superintendente, a Polícia Militar, que mandou o seu major para vir aqui falar, a Guarda Municipal de Várzea Grande, todos os professores e todos que estiveram aqui.

É um assunto que, infelizmente, não se esgota aqui, porque eu sei, como muitos profissionais falaram, como a Profª Weyl acabou de falar, que é impossível você esgotar, às vezes, tanto assunto, tanto que há para ser dito, mas, pelo menos, lançamos uma semente e vamos levar essa pequena amostra para o Senado Federal para que nós possamos fazer um relatório e apontar saídas.

Eu sei que é difícil para quem já sofreu tanto dizer “olha eu não aguento mais essa conversa”, mas é conversando, é ouvindo que nós vamos poder fazer. Eu não tenho como representar o Senado. Eu não tenho como representar o Estado de Mato Grosso se não for fazendo assim, se não for vindo aqui para ouvir, porque eu não sei de tudo. Eu preciso ouvir as demandas justamente para representar bem este Estado, principalmente a segurança pública.

Recentemente, estivemos na cidade de Cáceres, na segunda-feira, com algumas pessoas que, inclusive, estão aqui. Estivemos com o Superintendente Nogueira, o major que está aqui, mais uma vez, nos acompanhando. E falamos justamente sobre segurança de fronteira. Hoje, falamos aqui que o principal pano de fundo sobre essa questão está nas drogas. Isso é uma verdade. E isso também nós não nos acomoda para dizer “bom, é droga; acabou”. Não, mas é uma realidade. No caso de Mato Grosso principalmente, nós temos uma fronteira seca extensa, e hoje, com o asfxiamento financeiro das entidades criminosas... Principalmente após os atentados de 11 de setembro, as entidades terroristas, como a Al-Qaeda, passaram a ser asfxiadas na sua parte financeira. Com isso, os paraísos fiscais que protegiam os dinheiros já não o fazem mais. E eles têm dificuldade de transitar com esse dinheiro sujo. Isso atingiu também os traficantes, que passaram a fazer uma coisa que antes não faziam. Antes, eles pagavam às “mulas” em dinheiro; hoje, eles pagam em produto. Então, esse menino, esse jovem que era aliciado para fazer o transporte da droga, de, por exemplo, 20 ou 30 quilos até São Paulo ou o Rio, recebia o dinheiro e ia gastar seu dinheiro. Agora, ele recebe em droga. O que ele faz? Assim que ele entra no Estado de Mato Grosso, ele quer transformar isso em dinheiro. Aí ele começa desovar a sua droga em Cáceres, em Campo Novo do Parecis, em Tangará, em Nova Olímpia, em todos os lugares por onde vão passando. Com isso, aumenta ainda mais o problema de segurança pública, porque os Municípios que não estavam preparados para lidar com essas mazelas que aconteciam, geralmente, nos grandes centros agora têm uma horda de zumbis andando pelas ruas a procura do produto.

Isso é um problema sério, que nosso Estado, até bem pouco tempo atrás, não tinha. Então, é uma realidade muito doída que se impõe. Aí, o resultado, com certeza, as vítimas já disseram quais são aqui, e isso nos emociona, nos impacta. Agora, não podemos ficar impotentes.

No mais, quero agradecer a todos pela presença e pela fala.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada presente reunião da CPI do Senado Federal em Mato Grosso.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 29ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2015, às 13 horas e 34 minutos, no Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença do Senador **Lindbergh Farias**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim e José Medeiros**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Fábio George Cruz da Nóbrega - Conselheiro do CNMP e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Esdras Dantas de Souza - Conselheiro do CNMP e Presidente da Comissão de Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública; Antônio Duarte - Conselheiro do CNMP e Presidente da Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial; Ignácio Cano - Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Luiz Eduardo Soares - Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Renata Neder - Assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional; Olaya Hanashiro - Coordenadora de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Gustavo do Vale Rocha - Conselheiro do CNMP; Valter Shuenquener de Araújo - Conselheiro do CNMP; Marcelo Weitzel - Procurador-Geral de Justiça Militar. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Boa tarde. Quero agradecer toda a receptividade do Conselho Nacional do Ministério Público.

Havendo número legal, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela internet e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 54, de 2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias, aprovado por este Colegiado. O requerimento propõe o debate do papel desenvolvido pelo Ministério Público para o processo e julgamento dos homicídios contra jovens e como órgão de controle externo da atividade policial, em especial relativamente à apuração dos autos de resistência e registros de desaparecimentos.

Antes de iniciarmos, gostaria de agradecer a toda a equipe do Conselho Nacional do Ministério Público, que, gentilmente, cedeu este espaço e colabora com a realização desta audiência.

Estão presentes os seguintes convidados, que, desde já, peço comporem a Mesa, além do nosso Senador Lindbergh Farias, Relator da CPI: Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Esdras Dantas de Souza, Conselheiro do CNMP e Presidente da Comissão de Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública; Antônio Duarte, Conselheiro do CNMP e Presidente da Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial; Gustavo do Vale Rocha, Conselheiro do CNMP; Ignácio Cano, Prof. da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que já colabora com esta nossa CPI; Luiz Eduardo Soares, Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, também grande colaborador desta CPI; Olaya Hanashiro, Coordenadora de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Informo ainda que foi convidado o Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr. Michel Misse, que, devido a problemas de saúde, infelizmente, não pôde comparecer.

Com o fim de organizar o tempo disponível desta audiência, sugiro que cada convidado tenha dez minutos para sua exposição. Se achar que o tempo não é suficiente, certamente pedirá apoio, e nós não teremos nenhuma dificuldade em ceder. Se também considerar que o tempo é demasiado, pode, de moto próprio, reduzir sua intervenção.

Portanto, desde já, concedo a palavra, inicialmente, ao Dr. Ignácio Cano, Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O SR. IGNACIO CANO – Muito obrigado, Senadora. Boa tarde a todos e todas. Queria agradecer a oportunidade de vir aqui hoje e falar sobre um tema de extrema importância.

Formalizando um pouco o que estávamos dizendo informalmente lá dentro, naquela sala, o que nós gostaríamos de solicitar do Ministério Público é uma ajuda no sentido de intensificar a pressão sobre os Mi-

nistérios Públicos estaduais para que sejam mais incisivos na investigação das mortes em decorrência de intervenção policial.

Não temos dados de muitos países, mas de todos os países de que temos dados, o Brasil é, com diferença, o Estado onde há o maior número de mortes por intervenção policial. E as taxas são tão elevadas, que são superiores às taxas globais de homicídio em muitos países. Então, quanto ao Rio de Janeiro, que é o campeão, nós temos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2014: há uma taxa de mais de três mortes para cada cem mil habitantes, por intervenção da polícia.

Justamente nos Estados onde o problema é mais grave – Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio –, muitas vezes nós observamos uma atuação do Ministério Público que é mais fraca. A constatação de que é possível ir muito além se baseia no que acontece quando os promotores têm um compromisso claro. Temos, como exemplo, o que ocorreu no Rio com o Promotor Paulo Roberto Júnior. Ele, sozinho, processou mais de 40 policiais por homicídio doloso, em São Gonçalo, pertencentes a um grupo que acabou finalmente vitimando a Juíza Patrícia Acioli.

Nós temos observado muitos problemas nas investigações desses fatos, entre eles, por exemplo, em primeiro lugar, problema de registro: muitos casos não são registrados. Quanto aos casos da folga, quando o policial age na folga, mas supostamente age como policial, esse caso não é registrado como homicídio decorrente de intervenção policial. E mais preocupante ainda: no Rio de Janeiro, pelo menos, quando a polícia considera que o homicídio não foi justificado, foi ilegal, ela registra o fato simplesmente como homicídio doloso, como se fosse um homicídio privado, e não como homicídio decorrente de intervenção policial. O caso recente de Costa Barros, onde cinco jovens foram vitimados pela polícia, de fato foi registrado simplesmente como homicídio doloso, sem alusão à intervenção policial. Então, o primeiro problema que nós temos é um problema de sub-registro e a necessidade de melhorar esse registro.

Outro problema que temos observado é o seguinte: quando há duas pessoas num incidente, e uma delas sobrevive, e a outra não, o inquérito é tipificado pelos crimes atribuídos à vítima que sobrevive. E a morte do opositor acaba sendo absolutamente invisível para o sistema de justiça criminal. Então, já temos casos onde o inquérito registra “roubo”, na acusação feita contra um dos meninos que sobreviveu. E a morte do outro não aparece. Nem sequer vai a júri. Então, não segue o seu percurso legal.

Observamos também, por exemplo, apreensões virtuais das armas. A arma é teoricamente apreendida, mas na verdade é devolvida ao policial no momento. E, semanas depois, a Polícia Militar é oficiada para entregar a arma para a perícia, sendo que a arma ficou em funcionamento nesse tempo. Depoimentos de vários policiais são “copiados e colados”. Evidentemente, não foram ouvidos de forma separada.

Então, há um quadro de falência nas investigações desses homicídios por intervenção policial.

A Anistia Internacional, que deve vir aqui, talvez, em algum momento, fez um relatório recente de 11 casos no Acari, que é um ponto crítico. Os 11 tinham indícios de execução sumária. Nenhum havia resultado em acusação.

Nós sabemos que o CNMP vem fazendo um esforço na estratégia de combate ao auto de resistência, e nós queremos perguntar também sobre isso. Primeiro: que dados esse banco nacional de registro contém? Nós queríamos dar uma olhada nesses dados, para ver em que medida os Ministérios Públicos estaduais, de fato, estão informando o CNMP das ocorrências. Temos uma pergunta também sobre essa comunicação, no prazo de 24 horas, como está estipulado nos documentos do CNMP. Queremos saber se de fato ela está acontecendo e onde ela está acontecendo. No Rio de Janeiro, por exemplo, há um TAC recente entre a Polícia Militar, o Governo do Estado e o Ministério Público, e o Ministério Público ofereceu a criação de um grupo de controle externo como uma contrapartida, como se não fosse uma obrigação legal e constitucional do Ministério Público exercer esse controle externo. Então, ele aparece como uma contrapartida, como uma coisa a mais que o Ministério Público está fazendo em relação ao controle externo, e não como uma missão constitucional.

Então, basicamente, a ideia é refletirmos juntos sobre que medidas poderiam ser tomadas no nível administrativo, político, inclusive penal, para tentar fazer com que esse controle externo seja exercido especificamente nos casos de morte em decorrência de intervenção policial, além de encorajar os Ministérios Públicos dos Estados a criar grupos, não só sobre controle externo, mas que tenham competência específica nos casos de morte por intervenção policial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que nós poderíamos fazer algo mais informal aqui. Há inscrições, mas se alguém quiser fazer perguntas também... Os Conselheiros fiquem à vontade para intervir.

Quero passar a palavra imediatamente ao Prof. Luiz Eduardo Soares.

O SR. LUIZ EDUARDO SOARES – Muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de participar, pelo privilégio de compartilhar nossas preocupações, ouvi-los e aprender com as experiências dos senhores e das senhoras.

Eu saúdo o Senador Lindbergh e a Senadora Lídice, em “inabsência” – ela teve que se afastar neste momento, mas esteve aqui na abertura –, pela iniciativa.

Nós vivemos uma tragédia, todos nós sabemos disso. Eu quero, portanto, registrar enfaticamente a importância dessa atitude do Ministério Público de abrir-se, envolver-se, engajar-se nesse esforço, que é de todos nós.

Eu considero a participação do Ministério Público *sine qua non* para a eventualidade de algum avanço, de algum sucesso, até porque os avanços que são necessários vão requerer muito tempo de maturação, debates, transformações e mudanças legislativas, inclusive constitucionais, mas o Ministério Público já dispõe de instrumentos, de recursos e de autoridade para intervir imediatamente, reduzindo esse processo que eu julgo, sem exagero, e qualifico como um genocídio de jovens, particularmente jovens negros, nas periferias e favelas brasileiras, perpetrado frequentemente com a participação de instituições públicas, no caso, as polícias.

Isso tem consequências imensas, nós todos sabemos disso, mas acho que não custa reiterar, consequências terríveis, inclusive para a credibilidade do sistema de justiça criminal e para a institucionalidade política.

Diante do que se vê, diante da experiência imediata, compreende-se o ceticismo, até cáustico, de boa parte da população relativamente às instituições da Justiça é à própria ideia de justiça, que aparece sob um véu de hipocrisia, por sua aplicação assimétrica, frequentemente iníqua.

Eu costumo dizer que o policial militar fardado é a face mais tangível do Estado para a maior parte da população, portanto representa a institucionalidade, e a ação policial, quando não respeitosa da legalidade, do Estado democrático de direito, dos direitos humanos, acaba comprometendo, portanto, a legitimidade das instituições.

Não me parece que seja possível qualificar nossa situação como efetivamente democrática, não me parece que seja razoável supor que a nossa Constituição esteja sendo, de fato, aplicada, enquanto nós não revertermos esse quadro.

Talvez mais estarrecedor do que o próprio processo tão dramático de tantas tragédias seja o fato de que nós, como sociedade, como Nação, tenhamos-nos habituado a conviver com a tragédia. Essa naturalização do processo é parte do problema.

O Ministério Público tem muitas virtudes, e eu diria que talvez a fundamental seja a independência, a liberdade e a autonomia de seus membros. Por outro lado, eu costumo dizer aos amigos e às amigas do Ministério Público que, como toda instituição, tem os seus problemas. Talvez o principal seja a autonomia, a independência e a liberdade de seus membros. Em nenhum momento, eu suponho que seja razoável propor a redução dessa liberdade e dessa autonomia. De fato, são fundamentais. Por outro lado, nós temos que reconhecer que há efeitos perversos que derivam de decisões ou de normas virtuosas, e isso gera uma complexidade e algumas contradições. Talvez por isso tenha sido tão difícil ao Ministério Público reunir aqueles que se sensibilizam com o drama que nós vivemos, e tem sido tão difícil, para isso – mais diretamente sensibilizados e engajados no processo de reversão desse quadro –, a afirmação de políticas, de movimentos, de dinâmicas agregadoras, convergentes, confluentes no interior da instituição, para fazer face a esse desafio, a esse lema. É compreensível isso.

Por isso, para nós, esse é um momento tão importante. Parece que há, espontaneamente, no interior do Ministério Público, não mais alguns profissionais sensibilizados, mas segmentos consideráveis, relevantes e com representação superior, agora, de fato, dispondo-se a mudar esse quadro. O Ministério Público não tem cumprido adequadamente a sua missão constitucional, e nós temos de reconhecê-lo até para que, analisando as razões pelas quais isso acontece e antecipando as possibilidades que advenham da reversão desse quadro, nós possamos, juntos, caminhar na nova direção.

O Ministério Público é absolutamente decisivo e tem sido muito importante no resgate da legitimidade das instituições públicas brasileiras e das instituições políticas. O Ministério Público e a Justiça, nesse momento de corrosão da legitimidade da representação política, têm representado para a sociedade um horizonte de esperança, valorizando a própria ideia de justiça e revertendo aquelas expectativas tradicionais que afastavam a população da polícia.

O que acontece no campo da segurança pública? E eu tomo a liberdade de uma breve digressão, eu acho que me parece relevante para que depois focalize o ponto mais específico da contribuição do Ministério Público. Eu concordo inteiramente com a intervenção do Ignacio, que foi preciosa, foi sintética, breve, mas extremamente densa e relevante, ali estão pontos absolutamente cruciais. Mas eu me permito, então, alargar a abrangência dessa primeira abordagem. Nós temos 56 mil homicídios dolosos por ano no Brasil. Esses dados

nós sabemos que são imprecisos, os dados em geral são rudimentares, são precários na nossa área, mas são aqueles de que dispomos e já são suficientes para que identifiquemos a magnitude do problema.

Desses, também dados de novo problemáticos, mas que, de qualquer forma, servem de balizamento, 8% são investigados, o que significa que 92% dos homicídios dolosos, que são os crimes mais graves no Brasil, permanecem impunes – 92% dos crimes mais graves.

Dir-se-ia, a partir daí, e é comum que muitas vezes na mídia nós encontremos expressões desse tipo, como uma espécie de derivação, de corolário da primeira afirmação, que o Brasil é o País da impunidade. Não é verdade, nós temos a quarta população penitenciária do mundo, segundo alguns critérios de comparação a terceira, e a que mais cresce, ou a segunda que cresce mais velozmente no mundo nos últimos 13 anos.

Segundo os dados já ultrapassados, do final do ano passado, 640 mil; então, como é possível que nós sejamos campeões da omissão, da impunidade relativamente ao crime mais grave, e disponhamos da terceira ou quarta população penitenciária e aquela que mais velozmente cresce?

Há muitas teorias, e os meus colegas têm se empenhado em refletir a partir do contexto, inclusive, internacional, aplicando modelos teóricos, sociológicos, antropológicos, etc. Eu prefiro ficar com a empiria mais rudimentar, a mais rústica, a observação direta mais simplória. Talvez nesse caso ela baste e até evite desvios e digressões.

Nós temos um modelo policial fraturado, com uma divisão do ciclo de trabalho, cabendo à Polícia Militar o trabalho ostensivo preventivo, como diz o art. 144 da Constituição. Isso significa que a polícia mais numerosa e aquela que atua na rua, que está presente 24 horas, está proibida de investigar. Ela só pode prender em flagrante, salvo naquelas circunstâncias em que cumpre mandados, etc., articulada com a Polícia Civil ou com outras instituições. Mas, via de regra, a Polícia Militar prende em flagrante, por isso a desproporção do flagrante como a condição na qual é capturado o perpetrador do crime, ou o suspeito, ou o acusado, etc.

Isso significa que, quando a sociedade conclama os governantes e os pressiona demandando segurança pública e intervenção efetiva, o recado que se envia é o recado dirigido à Polícia Militar por produtividade. O governo, a secretaria, a sociedade e a mídia pressionam, a instituição está presente, faz o trabalho ostensivo.

O que é a produtividade para a Polícia Militar? A apreensão de armas e drogas, mas, sobretudo, prisão em flagrante. Isso significa.... Eu não vou ensinar o Pai Nosso ao vigário porque os senhores e as senhoras do Ministério Público são mestres nesse assunto; eu sou aprendiz e observador. Mas nós sabemos que os crimes passíveis de identificação em flagrante são aqueles passíveis de apreensão pelos cinco sentidos e compõem, portanto, um segmento, um subconjunto, um universo muito limitado de delitos.

Portanto, nós submetemos a aplicação da lei à refração que gera uma seleção, um subuniverso muito limitado. Há um crivo seletivo que é ditado pelo ciclo fraturado da nossa institucionalidade policial.

O desenho ditado pelo 144 se manifesta lá na ponta pela ênfase no flagrante, gerando um crivo seletivo que seleciona determinados crimes como objetos preferenciais de ação. Selecionar determinados crimes significa selecionar determinados criminosos, e o resultado é que nós temos um sistema penitenciário superlotado de jovens de baixa escolaridade, negros, pobres, envolvidos em crimes contra a propriedade e, cada vez mais, delitos na área de drogas, no comércio de drogas.

As informações mais recentes são de que tem crescido muito o grupo daqueles que não apresentavam vinculação com organizações criminosas, não estavam armados e não agiram com violência no momento da prisão. Como eles não são objeto de investigação, cabe o momento da prisão como o registro e a definição do caso. Portanto, há aí também uma limitação da informação, mas o fato é que há, no Brasil, o casamento perverso entre um modelo policial, perempto, irracional, disfuncional que nós ainda não atualizamos, o que é absolutamente urgente, e uma lei de drogas que produz a criminalização da pobreza e que gera essa distorção que me parece inteiramente absurda, indefensável e insustentável.

No nosso horizonte, estão, portanto, tarefas titânicas, mudanças institucionais que levariam e levarão décadas para amadurecer.

Sem a participação ativa do Ministério Público na discussão, na reflexão, na elaboração, na formulação das alternativas, nós não temos muita chance de avançar. Não depende do Ministério Público, depende das Casas Legislativas, depende de mudanças constitucionais, mas o protagonismo do Ministério Público, como uma entidade respeitabilíssima, ator fundamental no sistema de justiça criminal, a participação e o protagonismo são absolutamente decisivos.

Então, essa primeira intervenção solicita aos senhores e às senhoras, a todos que se mobilizam em torno da questão do controle externo da atividade policial, da redução da criminalidade, da violência e dos homicídios, que, além dos seus esforços, aqueles que são circunscritos pelos marcos legais e que constituem seu dever constitucional, que, como cidadãos e atores institucionais, se envolvam nessa reflexão.

O Senador Lindbergh apresentou a PEC nº 51, de 2013, propondo a mudança do art. 144. Nós estamos empenhados nesse debate em todo o País, buscando construir um consenso mínimo que viabilize esse salto. A lei de drogas é outro objeto de debate absolutamente crucial e urgente.

E, finalmente, voltando-me agora para concluir para as questões atinentes à responsabilidade constitucional do Ministério Público. O Ignacio descreveu as limitações e os problemas. Nós sabemos que não há suficientemente investigação, punição nos crimes perpetrados por agentes públicos policiais, nos crimes letais, em particular. Sendo assim, parece-me que, além das medidas específicas, como essas sugeridas diretamente ou suscitadas pela intervenção do Ignacio, caberia uma reflexão mais radical.

Nós temos também uma pedra no caminho a ser enfrentada e superada ao longo do processo de amadurecimento e aprofundamento da democracia no Brasil e amadurecimento do sistema de justiça criminal, que é o inquérito policial.

Se cabe ao Ministério Público o controle externo da atividade policial e se há uma falência, eu não digo problemas – desvios, problemas, obstáculos, esses podem ser objeto de intervenções tópicas circunscritas a Estados, a regiões, a momentos etc.; eu me refiro a uma falência nacional constatável por esses dados: 92% de impunidade em relação a homicídios dolosos. Não estou falando mais aqui especificamente dos casos relativos a brutalidade policial letal.

Eu me pergunto se não cabe ao Ministério Público provocar a justiça, a propósito da possibilidade da assunção de maior protagonismo diretamente, passando a demandar, a exigir mais do que simplesmente reque-rendo novas providências na instrução do inquérito, mas, além disso, demonstrando à população, à sociedade que reiteradamente o modelo não funciona, demonstrando a possibilidade alternativa de uma intervenção mais direta. E nós, talvez, possamos vislumbrar o Ministério Público protagonizando um papel mais efetivo, mais direto na condução das investigações. A PEC nº 37, se não estou enganado, era aquela que discutia a possibilidade de o Ministério Público investigar ou limitava.

Aquela é página virada, felizmente, mas me parece que nós devemos avançar no sentido de verificar que o Ministério Público tem sido capaz de promover a investigação de forma efetiva e poderia, portanto, contribuir para a formulação de um redesenho do próprio processo judicial, eliminando essa fase redundante que nos conduz a fracassos sucessivos, que é do inquérito policial, assumindo o protagonismo mais direto independentemente de resistências corporativas, que nós sabemos que são muito fortes.

Fica aqui a ponderação, a reflexão porque, diante de uma tragédia nacional, às vezes, iniciativas em diálogo com a justiça possam ser adotadas com base constitucional, repito, em função da tragédia e da reiterada falência institucional de nossas agências de investigação. A despeito de nós dispormos de milhares de policiais civis honrados, honestos e muito competentes, o modelo os paralisa.

E, finalmente, há um ponto que deve ser objeto da nossa preocupação: a perícia policial. Há dificuldades nas perícias que, muitas vezes, são esquecidas. No Rio de Janeiro – eu não tenho esses dados –, eu tive acesso aos dados em 2006. Naquela ocasião, havia 144 mil solicitações de laudos periciais não atendidos e, segundo os peritos, aqueles de minhas relações pessoais, aqueles não eram casos tão excepcionais. Por mais que os peritos se esforcem, enquanto houver desprezo da opinião pública, até por desinformação, e não houver investimento suficiente e apoio institucional para que a perícia, com independência, aja, contando ainda com a negligência, muitas vezes, de agentes públicos e, às vezes, da cumplicidade e da obstrução direta daqueles envolvidos no crime, haverá muitas dificuldades, porque o Promotor terá dificuldades em considerar um inquérito suficientemente instruído para prestar sua denúncia, em função da precariedade daquelas informações que provêm do exame direto pericial. Então, a exigência aos Estados, aos Governos e às Secretarias de Segurança, para que a perícia seja objeto dos investimentos e das atenções institucionais e esteja presente como fator decisivo desse processo, particularmente nesses casos, é muito importante.

Finalmente –, já me estendi muito e por isso me desculpo –, não quero deixar de mencionar a experiência da África do Sul e a experiência irlandesa, que agora tem sido discutida nos Estados Unidos. Na África do Sul, diante da brutalidade policial letal, o Governo, no período de transição, constituiu uma unidade nacional de investigação de crimes policiais, para afastar dos envolvimentos corporativistas e políticos os problemas atinentes a essa questão, porque era uma questão nacional de grande relevância. Essa unidade permanece sendo uma referência extremamente importante. Mudou o panorama depois da sua instalação. A experiência irlandesa é análoga, mas não como uma unidade policial nacional de investigação, mas, sim, como uma ouvidoria dotada de poderes legais para intervir, e promoveu uma revolução, não só na credibilidade da polícia irlandesa, mas na sua efetividade.

No Brasil, não precisamos de uma ouvidoria desse tipo porque nós já temos o Ministério Público. Seria magnífico que essa experiência inspirasse o próprio Ministério Público. Nós já dispomos dos mecanismos fundamentais. Nos Estados Unidos, em função da brutalidade policial contra jovens negros em várias cidades e

da ineficiência das investigações, discute-se agora seriamente a constituição de uma unidade nacional de investigação dos crimes policiais que envolvam letalidade. Então, são questões para reflexão.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Prof. Luiz Eduardo Soares.

Eu comunico a todos os Srs. Conselheiros que podem intervir a qualquer momento, na fala, fazendo perguntas.

Eu passo a palavra ao Conselheiro Esdras Dantas.

O SR. ESDRAS DANTAS DE SOUZA – Senador Lindbergh Farias, eu queria, em primeiro lugar, agradecer – já foi feito isso anteriormente – a extrema gentileza de a CPI ter se instalado aqui para esta audiência pública, para tratar de assuntos tão relevantes.

Quero cumprimentar os Conselheiros do CNMP, o Dr. Antônio Duarte, que é o nosso decano, que também preside a Comissão do Sistema Prisional; o Dr. Fábio George, que é um Conselheiro que também tem a responsabilidade de presidir uma importante Comissão, a de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público; o Conselheiro Gustavo Rocha, que aqui também desempenha um trabalho na mesma Comissão do Sistema Prisional. Coube-me, até por confiança dos meus pares, estar aqui coordenando a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Ouço com muita preocupação, e tenho me inteirado bastante, continuando um trabalho iniciado aqui, pelo menos na nossa gestão, pelo Dr. Antônio Duarte, que era da Enasp, depois o Dr. Fábio George também. Eu estou, na verdade, complementando um trabalho iniciado por eles.

Nós temos aqui, Senador, um “inqueritômetro” que é a busca de metas, o Ministério Público brasileiro buscando melhorar, fiscalizar melhor, transformar os inquéritos que estão abandonados, sem ações penais. Nós temos aqui um trabalho muito intenso nesse sentido. Iniciamos com um índice muito baixo de apresentação de denúncias, de investigações. Se não me falha a memória, em 2007, apenas 20% dos inquéritos eram transformados em ações penais. Conseguimos melhorar esse índice para 57%.

Iniciamos agora novas metas, no dia 4, que estão sendo colocadas para o Ministério Público brasileiro, para o combate ao feminicídio. Lançamos aqui, no dia 4 passado, fizemos uma grande reunião neste plenário, com representantes do Ministério Público de todo o país, de todos os Estados e da União, aqui estabelecendo metas de combate a esses crimes contra a mulher por ser mulher.

Aqui estou me inspirando, vou colocar aos meus pares, submeter ao Conselho, para que também tracemos metas para que possamos melhorar esse desempenho nas investigações de combate ao crime contra os jovens. Eu tenho certeza de que essa reunião nos inspirou. Podem ter certeza de que vou colocar isso na Enasp, Senador, porque acho que é de extrema importância que o Ministério Público, como já foi dito aqui, envolva-se mais com esse projeto, com a investigação que está sendo feita pelo Senado Federal, inspirada nesse trabalho muito bem-feito que está sendo realizado não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também no País, pelo Senador Lindbergh Farias.

De modo que eu quero, sendo brevíssimo – não pretendo me alongar –, só dizer que a Enasp, que é essa nossa Estratégia, junto com o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça, na próxima reunião eu vou levar esse tema para o debate e eu tenho certeza absoluta que será mais um tema que será incorporado em nosso trabalho, que a gente possa, efetivamente, traçar metas para melhorar essas investigações.

Eu recebi na última reunião uma denúncia gravíssima de um promotor de justiça da Bahia, que disse que lá em Porto Seguro comete-se crimes e não há nenhuma investigação, porque não tem delegado, não tem polícia, não tem nada. E isso até me inspirou. Na semana passada, eu estive em Salvador e procurei o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Márcio Fahel, e já estamos aí montando uma estratégia de cobrar do governo baiano que instale uma estrutura de segurança mais apropriada, não só em Porto Seguro, mas em toda aquela região, que lá impera a impunidade, realmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESDRAS DANTAS DE SOUZA – Tem que mudar, né?

(Intervenção fora do microfone.)

É um porto inseguro, realmente.

De modo que, com essa breve manifestação, mais uma vez, parablenho todos os senhores, que levam esse importante tema ao debate nacional; o Senador Lindbergh Farias, e dizer que a Enasp está à disposição.

Tenho certeza de que os Conselheiros que aqui estão, principalmente esses que me antecederam, podem contribuir muito. Na verdade, estou fazendo um estágio ainda, porque esses dois aqui são craques, são pessoas

altamente qualificadas, membros do Ministério Público, pessoas que são os operadores, realmente, do tema, e eu, como advogado, estou apenas aprendendo, mas muito entusiasmado com essa missão que me foi dada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Duarte) – Muito obrigado, Dr. Esdras Dantas.

E eu passo agora, imediatamente, para o Dr. Gustavo Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Vou ser muito breve, Sr. Presidente, Sr. Senador. Primeiro eu queria dizer para o Prof. Luiz Eduardo que, na verdade, o senhor está aqui na qualidade de professor. As informações que o senhor tem e o professor Inácio, com certeza a Dr^a Olaya, e a que é da Anistia Internacional, que peço perdão, não...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Duarte) – ... Renata.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – ... Renata, são fundamentais, porque são dados que, muitas vezes, nós não temos. Se o Dr. Esdras é estagiário eu ainda sou o assessor do estagiário, certo? Então, nós temos dois craques, o estagiário e eu, que sou aqui o assessor do estagiário.

Considero que a iniciativa do Senador, não só com relação a vir ao CNMP, mas principalmente pela CPI em si, o objeto da CPI, que é um tema é extremamente relevante e a sociedade não dá a devida atenção. Eu entendo que a CPI, pela atuação do Senador, pela atuação de todos que estão participando, tem o condão de chamar a atenção da sociedade para um tema que, pelos dados que são passados aqui – foram passados pelo professor Inácio, pelo Prof. Luiz Eduardo –, são assustadores.

O Conselheiro Antônio Duarte é o Presidente da Comissão e eu atuo mais na área do sistema prisional. Então, pedi justamente ao Senador Lindbergh que falasse antes da Dr^a Renata e da Dr^a Olaya, justamente para que, pedindo licença aos membros da Mesa, que não se limitassem aos dez minutos, porque são informações, são dados, e, quanto mais detalhado for, no meu caso, é extremamente importante. O legislador foi feliz na composição do Conselho. Hoje nós temos aqui um membro do Ministério Público Militar, um membro do Ministério Público Federal, dois advogados, e cada um com uma visão distinta dos mais diversos temas.

Então, eu entendo que o CNMP tem condições de atuar, de auxiliar nessa jornada que se iniciou com o Senador Lindbergh. Eu gostaria que esses números, esses dados nos fossem disponibilizados, para que nós possamos, a partir deles, traçar metas e buscar alternativas e soluções. Eram números que, no meu caso, eu desconhecia. Então, é extremamente importante a vinda de vocês e o detalhamento dessas informações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Dr. Gustavo.

Eu passo agora para Olaya Hanashiro, coordenadora de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A SR^a OLAYA HANASHIRO – Obrigada. Boa tarde a todos e a todas. Eu queria também agradecer, em nome do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a oportunidade de participar deste debate, parabenizá-los pela iniciativa e chamar a atenção pela relevância deste debate.

Eu acho que é fundamental começarmos a debater a segurança pública, a resgatar a segurança pública como uma política pública que deve prestar contas legalmente, financeiramente e politicamente, bem como começarmos a debater para pensar qual modelo de segurança pública nós temos, pois esse, com todos os dados que estamos vendo, sabemos que está falido. E precisamos trabalhar, começar a discutir, para poder elaborar e construir um modelo de segurança pública que seja realmente um eixo para o modelo de desenvolvimento do País, porque, com o que estamos vendo aqui, será impossível falarmos em Estado democrático de direito e convivermos com esses números que vemos.

Só trago um pouquinho mais os números à relevância. Trazemos esses dados, trabalhamos com evidência empírica para tirar qualquer tensão, às vezes, de questões emocionais e conflitos ideológicos. Quer dizer não dá para questionar quando temos uma evidência empírica que mostra a dramaticidade do que vivemos.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publica todos os anos uma compilação de dados criminais e de segurança pública, chamado Anuário Brasileiro de Segurança Pública. E este ano criamos uma nova categoria que é: As Mortes Violentas Intencionais, em que todas as mortes violentas intencionais devem estar contabilizadas.

Nós totalizamos as mortes registradas em 58.497. Dessas – estrou trazendo esses dados só para mostrar –, o homicídio doloso corresponde a 89%. A letalidade policial corresponde a 5,2%. Ela supera em 46,6% o latrocínio. Quer dizer, normalmente a população tem muito medo do roubo seguido de morte. Inclusive, quando pedem penas mais duras, o primeiro medo normalmente que as pessoas têm é esse.

Sabemos que as pessoas têm razão em ter medo quando olhamos esses dados. Estamos naturalizando o homicídio. Banalizando essa violência, a consequência é o medo, uma percepção de medo generalizada. Só que quando vamos ver a distribuição da violência, ela é muito desigual. E a preocupação é que a letalidade policial supera o latrocínio. É assustador quando pensamos que estamos nos expondo em uma democracia. A

questão de como a polícia trata a população, o serviço de segurança pública que está sendo prestado é uma maneira de medir a qualidade da democracia que temos.

Nesse sentido, eu queria também chamar a atenção para o papel do Ministério Público. Mecanismos nós temos. O problema é que os Ministérios Públicos Estaduais não estão cumprindo o seu papel. Como já mencionaram o Inácio, o prof. Luiz Eduardo, não é somente a questão da abertura e do acompanhamento dos inquéritos, mas não se manifestarem frente a esses dados.

Há um outro componente que eu queria trazer. Quando falamos em assassinato de jovens, não há como não falarmos em racismo. Existe um componente racial muito forte. Existe uma pesquisa que o Fórum elaborou, em parceria com o Ministério da Justiça, que traz um dado também assustador. No Brasil, um jovem negro tem duas vezes e meia mais riscos de ser assassinado do que um jovem branco nas mesmas condições. Em alguns Estados, isso chega a ser treze vezes mais.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª OLAYA HANASHIRO – Treze. Na Paraíba, é 13 vezes maior o risco de um jovem negro ser assassinado nas mesmas condições, ou seja, controladas as variáveis da população de jovens pardos e pretos, nas mesmas condições socioeconômicas, nas mesmas condições de vulnerabilidade ou de violência, pelo fato de ser negro ou pardo, ele tem 13 vezes mais chances de morrer assassinado na mesma situação de risco. Esse é um dado do Estado da Paraíba. Mas, no Brasil, em geral, é 2,5 vezes maior a chance de um jovem negro sofrer uma violência, ser assassinado, se comparada à de um jovem branco. Mesmo nos Estados onde esse risco é mais baixo, há uma sobreposição dos negros.

Então, essa também é uma outra questão para se falar. Embora a gente fale em garantia de direitos – outra atribuição do Ministério Público –, a gente está falando aqui de um racismo muito grande, que é um racismo institucional. Quer dizer, a abordagem policial, em pesquisas feitas, mesmo no edital da Senas, pensando em segurança.... Há duas pesquisas – uma organizada pela socióloga Jacqueline Sinhoretto, da UFSCar, e outra da UnB, realizada por outro sociólogo –, que mostram que há um filtro racial na abordagem policial. A gente não pode atribuir isso a um grupo de policiais, a um policial. A Jacqueline refere-se a um racismo institucional. A maneira como se dá o treinamento dos policiais, a maneira como é feito o trabalho deles de aproximação com a comunidade tem componentes raciais. Então, essa é outra questão muito importante, quando a gente fala de assassinato de jovens.

Quando a gente fala de jovens, há outro componente que é a questão da estigmatização desses jovens, pela vestimenta, pela sua expressão cultural. Há uma série de outros componentes que acabam, de certa maneira, aumentando a situação de exclusão, de risco e de vulnerabilidade desses jovens.

Para ser breve – vários dados já foram tratados aqui –, eu só queria falar sobre o dado que o Prof. Luiz Eduardo trouxe sobre a questão do sistema prisional existente. Estamos falando do problema de segurança pública, mas, na verdade, estamos falando de todo o sistema de justiça criminal que demanda uma reforma estrutural séria.

Houve também um aumento, entre 1996 e 2013, de 443% de medidas socioeducativas, de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas privativas de liberdade – um aumento de 443%. Quando falam que a gente não pune, existe falta de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E o Senado, infelizmente, alterou o ECA, aumentando de três para dez anos o tempo de reclusão. Isso é uma loucura!

A SRª OLAYA HANASHIRO – Esse é outro problema. Esses três anos seguiam vários estudos internacionais, porque a gente sabe que, quanto mais tempo de internação, mais difícil é a reinserção na sociedade de qualquer pessoa, principalmente nessa faixa etária. Quer dizer, isso não responde a essa demanda, não dá uma resposta inteligente à situação de violência da sociedade. Pelo contrário. Acaba punindo, cada vez mais, as pessoas que estão mais vulneráveis à violência. Esse dado é uma outra questão. A gente também tem um viés seletivo no tratamento, na punição.

Eu queria só colocar mais essas duas questões e cobrar realmente do Ministério Público uma ação – esse é o nosso papel.

A gente dispõe de mecanismos e sabe que precisa de mecanismos cruzados de controle. Além disso, é necessário fortalecer os mecanismos internos. Isso é complicado, e a gente sabe da limitação dos mecanismos internos, mas eles também são importantes para começar a haver realmente uma transparência maior nessas instituições. E os mecanismos de controle externo também são essenciais para a garantia dos direitos fundamentais. Por isso, chamo a atenção para a questão do dado racial.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem.

Muito obrigado, Olaya.

Passo a palavra, agora, ao Conselheiro Fábio George.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar, inicialmente, o Senador Lindbergh e dizer que é uma honra receber a CPI do Senado nesta Casa, que virou, nos últimos anos, a Casa da cidadania. Os movimentos sociais nos visitam, participam de reuniões, de audiências públicas, praticamente todos os dias. Só na Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, temos entre quatro a cinco eventos ou reuniões semanais com os movimentos sociais. E uma instituição como o Ministério Público não pode deixar de dialogar com todas essas instâncias importantíssimas.

Eu queria fazer aqui algumas reflexões. Terei que me ausentar rapidamente para participar de uma reunião – temos colegas do MP de Minas e do Espírito Santo reunidos para articular uma atuação integrada em relação àquela tragédia que aconteceu em Minas Gerais –, mas eu retorno em seguida para acompanhar essas reflexões. Agradecendo a honra, sem dúvida, que o Senado dá ao Conselho Nacional e saudando todos os diletos amigos e aqueles que se encontram para esta discussão de alta qualidade nesta data, eu queria fazer algumas reflexões iniciais.

É verdade que a vergonha nacional não se tem apenas no recorte da letalidade na intervenção da PM. São 58 mil homicídios ao ano, recorde mundial, com índice de identificação de autoria que varia de 5% a 8% – esse é o dado que o CNMP calcula e divulga –, enquanto países da Escandinávia, da Europa conseguem ter um índice de identificação de autoria que se aproxima dos 90% a 95%.

Então, o quadro geral é muito grave, embora seja necessário, realmente, fazer um recorte, porque o Brasil também é recordista, nesse recorte, na intervenção policial. Os números mais recentes dão conta de que, só no ano de 2015, nós tivemos em média oito pessoas mortas por dia em nosso País, diante da intervenção da Polícia Militar. Isso, ao ano, ultrapassa os três mil casos.

Há vários fatores, sem dúvida nenhuma. O Senador Lindbergh vinha dizendo que se está tentando aumentar pena. E é uma pena, realmente, que para problemas tão complexos nós venhamos a tentar a mesma solução, que é recrudesce as sanções e os crimes. Recentemente, participando de uma audiência no Senado, nós dissemos um número: foi feito aqui um cálculo, e tivemos, nos últimos 15 anos, 252 normas que aumentaram o rigor na repressão penal em nosso País, e nem por isso, em nenhum momento, durante esse período, a violência decresceu. Os dados são muito claros.

Para ser bem sincero nesse ponto, só durante as campanhas do desarmamento, que ocorreram de 2003 a 2007 ou 2008, o único momento em que o Brasil, nos últimos anos, teve uma redução realmente nesses excessos. E, mais uma vez, vejo como uma lástima toda essa campanha que vem sendo realizada para armar a população, para modificar a legislação nesse tocante, porque é a única experiência de sucesso que o Brasil tem para mostrar, nos últimos anos, exatamente em razão da campanha do desarmamento.

Voltando ao ponto, o Conselho – e eu queria fazer este registro para tentar explicar aos que são observadores externos – tem dois papéis muito relevantes. O Conselho Nacional foi criado como um órgão de controle externo para punir as ilicitudes, a má conduta dos seus membros. Mas ele tem também outra função, que é fundamental e que acho que estamos exercendo aqui, que é tentar normatizar a atuação do Ministério Público brasileiro para que ele possa, com mais capacidade e de maneira integrada – porque são 30 MPs em nosso País –, desenvolver as suas funções. Então, essas duas vertentes de atuação do Conselho me parecem relevantes no tema. Se há colegas que têm se omitido em atuar nesses casos, a princípio não haveria nenhum óbice para que pudesse haver uma punição disciplinar. Mas, ao mesmo tempo, é preciso que o CNMP tenha um diagnóstico para normatizar melhor essa atuação e capacitar os membros do Ministério Público para desenvolverem com mais eficiência essa função.

E aí eu vou deixar, no tópico específico da questão dos autos de resistência, para o conselheiro Antônio Duarte falar um pouquinho, porque me parece que o Conselho Nacional avançou, e muito, neste último ano, não só criando essa cartilha que orienta o Ministério Público brasileiro sobre como atuar nesses casos, mas também trazendo uma norma, uma resolução – não sei se os senhores sabem disso.

O Supremo entende que as resoluções do Conselho têm um caráter de norma penal primária, como se leis fossem; portanto, obrigam a atuação dos membros em relação a essas matérias que são aqui normatizadas. A resolução é muito clara – eu tenho certeza de que o colega Antônio Duarte vai fixar um pouco mais de detalhe nesse olhar – em exigir uma série de medidas de todos os Ministérios Públicos quando ocorrer uma morte decorrente da intervenção policial. O art. 1, incisos I a X, da nossa Resolução traça uma série de iniciativas e de ações que precisam ser adotadas em cada caso. E eu trago aqui a notícia que, com base nessa resolução do CNMP, os MPs dos Estados estão recomendando às polícias judiciárias que atuem dessa forma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Essa resolução é de data?

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Essa resolução é de setembro de 2015. O Conselheiro Antônio Duarte já mapeou o País inteiro e está visitando todos os Estados do País para falar com os membros do Ministério Público e com as autoridades, que, de uma forma ou de outra, têm uma ação em relação a essa matéria. Visitou recentemente o Estado de São Paulo, tem uma visita marcada agora para o Rio de Janeiro, justamente visando a conscientizar dessa nova postura, desse novo papel que o CNMP cobra nessa matéria, mas também tentando articular uma atuação integrada em relação a esse tema.

É claro, Senador Lindbergh – esse é um dos pontos mais importantes, o Dr. Esdras deu esse dado ainda há pouco –, conhecendo a falta de estrutura da Polícia Judiciária em todo o País, seria uma falsa expectativa dizer que o Ministério Público tem condições de assumir essas investigações quando a autoridade policial judiciária não puder desempenhar. No modelo e no papel constitucional que nos cabe hoje em dia, preferencialmente, nós temos a atividade e a ação de judicializar essas matérias, e, portanto, de responsabilizar aqueles que agiram de maneira ilegal. É claro que, excepcionalmente, a Constituição nos garante, e o Supremo reconheceu agora recentemente, que, quando constatarmos uma omissão da autoridade policial numa investigação que diga respeito a um homicídio ou qualquer outra coisa, o Ministério Público pode suprir essa omissão. Mas seria uma falsa expectativa dizer que, se falta estrutura para investigar esses crimes em todo o País – portanto, nosso índice de identificação de autoria é de 5% a 8% –, o Ministério Público vai assumir sozinho essa missão. Seria humanamente impossível.

Mas, é claro, temos um papel muito maior em relação a esse assunto e eu destaco que esse papel cresceu significativamente na medida em que o Supremo Tribunal Federal também disse recentemente: “o Ministério Público tem legitimidade para induzir o poder público em adotar políticas públicas envolvendo as mais diversas áreas”. O destaque ali, obviamente, foi dado para o sistema prisional. Não sei se os senhores sabem, mas já havia, antes dessa decisão do Supremo, centenas de ações ajuizadas pelo MP em todo o País cobrando. A título de exemplo, se não existir delegado em certo local, se não existir a estrutura para investigar esses crimes, que o Poder Público viesse judicialmente a ser obrigado a fazê-lo, mas, enquanto não havia o reconhecimento dessa legitimidade pelo Supremo, normalmente essas ações eram rechaçadas na segunda instância. Venho da região Nordeste e conheço pelo menos 10 ou 15 casos em que isso aconteceu.

Então, na hora em que o Supremo nos dá, excepcionalmente, o poder de fazer a investigação nos casos em que a polícia não puder conduzi-la a contento, e na hora em que nos dá a legitimidade para, quando o poder público for omissor, buscar através da via judicial, inclusive, construir melhores condições para que a política de segurança seja efetivada, eu não tenho dúvida nenhuma de que traz um novo empoderamento para a atuação da instituição. E tenham certeza os senhores que esse empoderamento vai ser objeto de uma atenção, de uma orientação, de uma ação coordenada do Conselho Nacional, para que a gente possa desempenhar mais a fundo essa função.

Eu queria fazer um destaque especial para a questão das drogas. Parece-me esse um tema muito pouco debatido. Não há nenhuma dúvida, de que o componente do alastramento das drogas é um dos responsáveis pela enorme violência que se observa em nosso País, é claro que existem outros fatores, mas esse é um fator importantíssimo. Criamos, há alguns anos, uma nova lei das drogas, e a ideia era tratar as pessoas que não tivessem periculosidade de uma outra forma daqueles que seriam chefes da quadrilha.

Pois bem, o dado mais recente, que foi agora divulgado, é que a população carcerária, em relação às drogas, cresceu, de 2006 para cá, em 77%; saiu de 13% da composição total daqueles que estão presos para 27%. Esse índice em relação às mulheres já alcança 60%. Então, me parece uma atuação absolutamente equivocada. Nós estamos encarcerando em excesso, não só no tráfico, repito, que já alcança quase um terço – eu conheço muitos casos, compreendo e sei que, na verdade, temos chefes do tráfico, mas temos muitas mulas, pessoas descartáveis que estão sendo utilizadas para levar droga em determinados momentos e que estão sendo tratados com uma rigorosidade excessiva.

Então, é um sistema carcerário que pune muito, é um sistema judicial que pune muito, mas que pune muito mal – 50% dos que compõem o sistema praticaram crimes patrimoniais. E aí eu destaco, patrimoniais privados, porque se formos levar para crimes patrimoniais em defesa do Erário, a composição dos presos não alcança 0,1%. Então, são problemas da mais alta complexidade que, certamente, não vão ser resolvidos em breve. É preciso um esforço coletivo, é preciso que as instituições se unam.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Ministério Público não pode se furtar e não vai se furtar a desenvolver o seu papel fundamental nesse debate. Deixo outras reflexões mais para o final, para que todos possam falar – vou ter que participar da reunião, mas volto –, mas queria dar só um exemplo de como o Conselho Nacional está mudando a postura da atuação do Ministério Público brasileiro nessa área.

Chegou, recentemente, um processo para ser analisado. Uma parte que havia representado para que se iniciasse um inquérito por um crime no interior do Piauí disse: “Olha, faz um ano, ano e meio que esse inquéri-

to foi iniciado e ele não anda, ele não avança”. E o colega do Ministério Público foi instado a dizer que tipo de conduta vinha tendo em relação àquele caso e disse: “Olha, eu não posso fazer nada porque não há delegado, não há estrutura para apurar esses crimes. Ponto.” E o que é que este conselho disse? Na medida em que o Supremo nos dá atribuições e legitimidade, nos dá responsabilidade.

O Ministério Público não pode simplesmente, dizer que não pode fazer nada, que o inquérito não está avançando e que não tem nada a intervir nesta realidade. O conselho, de maneira expressa, cobrou que ele, das duas uma: ou assumisse, caso tivesse condições, a investigação, já que era claro que havia um óbice para que a investigação fosse adiante, ou, no mínimo, instaurasse o inquérito civil público para cobrar das autoridades de segurança pública, a partir de um diálogo – tudo inicia por um diálogo, ninguém quer ajuizar essas ações de uma hora para outra –, de que maneira a estruturação mais adequada dessa comarca poderia se dar.

Então esse é um simples exemplo que mostra uma mudança de postura concreta do Conselho Nacional para enfrentarmos essa que, eu repito, apesar de todos os esforços realizados pela comissão, e são muitos. Eu queria destacar o trabalho fantástico feito pelo Conselheiro Antônio Duarte, mas eu digo onde vou. Esta é uma das funções mais mal exercidas por parte do Ministério Público brasileiro, que é o controle externo da atividade policial.

Com esse esforço do Conselho, que pode normatizar, e já o fez, e pode cobrar e está fazendo, eu não tenho dúvida nenhuma de que o Ministério Público terá condições de avançar, mas, repito, sem que sejam criadas falsas expectativas porque há uma série de problemas complexos que estão ali alicerçando esses dados vergonhosamente para o País, em termos os líderes mundiais em homicídios e em termos, como muito bem registrado aqui, cara, cor e condição socioeconômica para uma grande maioria dessas vítimas.

São reflexões iniciais. Eu quero voltar a participar da construção deste debate e peço licença só para me ausentar e participar de uma reunião rápida, mas volto aqui para acompanhar o final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Agradeço, Conselheiro Fábio George, e queria passar para Renata Neder, que representa aqui a Anistia Internacional.

Depois, vamos escutar o Antônio Duarte e, depois, quando voltar o Conselheiro Fábio Jorge, poderemos fazer os encaminhamentos.

A SRª RENATA NEDER – Boa tarde. Primeiro eu queria agradecer ao convite feito para a Anistia Internacional estar aqui presente. Eu queria me desculpar pelo atraso, mas, a companhia aérea no Rio de Janeiro me remanejou para outro voo horas mais tarde.

Eu queria destacar a relevância de a CPI estar realizando esta audiência aqui, no Conselho Nacional do Ministério Público, considerando o papel fundamental que o Ministério Público tem nos casos de homicídio decorrentes de intervenção policial, tanto na ação penal em si, nos casos individuais, quanto no seu papel de controle externo da atividade policial.

Não pude ouvir o Ignácio e o Luiz Eduardo falando, mas acho que há alguns dados que, às vezes, se repetem e, às vezes, se complementam. Então, vou falar um pouco resumidamente o que o relatório da Anistia Internacional trouxe, a forma como eles têm trabalhado com esses casos.

Em agosto deste ano, a Anistia Internacional lançou o relatório *Você Matou Meu Filho*, sobre homicídios cometidos pela Polícia no Rio de Janeiro. Esse relatório, além de trazer dados sistematizados do próprio Instituto de Segurança Pública do Rio, traz também a análise de alguns casos específicos e até através de uma metodologia um pouco diferente do que a Anistia Internacional costumava trabalhar, anteriormente, com esse tipo de caso.

Uma das coisas que concluímos, no relatório, é justamente a omissão do Ministério Público nos casos de homicídio decorrentes de intervenção policial, omissão tanto na ação penal, nos casos individuais, quanto na sua atividade de controle externo.

No Estado do Rio de Janeiro, em 10 anos, entre 2005 e 2014, foram cerca de 8.500 pessoas vítimas de homicídio decorrentes de intervenção policial, cerca de 5 mil só na capital fluminense.

Queria dizer que esse número é subnotificado. Um dos resultados da pesquisa da Anistia é também mostrar que muitos casos de homicídios decorrentes de intervenção policial são registrados como homicídios comuns. Então, mesmo no Estado do Rio de Janeiro, em termos uma boa sistematização, um bom registro, boas estatísticas, ainda assim esse número é subnotificado. O que vemos é que existe uma separação. Os casos em que há uma disposição, por parte da Polícia Civil, de investigar, são registrados como homicídios comuns e os casos em que não há essa disposição de investigar ficam registrados como homicídios decorrentes de intervenção policial. Então, precisamos olhar para a questão dos dados estatísticos no Rio de Janeiro e também para uma padronização nacional desses dados, porque a verdade é que, hoje, a gente não sabe quanto a polícia mata, de fato, em operações policiais no Brasil.

Vimos uma tendência de queda nos registros de homicídios decorrentes de intervenção policial, no Rio, nos anos de 2007 a 2013, mas desde 2014 vimos um aumento preocupante desses casos. Só em 2014 esse número aumentou 40% em relação ao ano anterior. Em 2015, já houve um aumento de mais de 20%, e não sabemos o que espera o ano de 2016, com o aumento das operações policiais, por causa das Olimpíadas.

A Olaya já falou sobre o perfil da vítima. No caso do Rio de Janeiro, tivemos acesso aos microdados sobre as vítimas de homicídios decorrentes de intervenção policial e conseguimos quantificar esse perfil da vítima. E o que vimos, de novo, é que o jovem negro, do sexo masculino, é a principal vítima do homicídio decorrente de intervenção policial. Do total de vítimas na cidade do Rio, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% eram jovens. E a polícia em serviço é responsável por uma porcentagem muito significativa do total de homicídios. Nos últimos 4 anos, no Rio de Janeiro, as operações policiais foram responsáveis por cerca de 16% do total de homicídios na cidade. É absolutamente chocante imaginar que operações policiais de segurança pública matam 16% do total das vítimas de homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

Eu queria chamar a atenção para um caso específico – e acho até que por ocasião da visita do Conselheiro Antônio Duarte ao Rio de Janeiro, seria importante. Enfim, nos disponibilizamos a dialogar sobre os casos específicos em que trabalhamos e sobre a atuação do batalhão que mais mata no Rio de Janeiro, que é o 41º Batalhão da Polícia Militar. A Anistia denuncia isso nesse relatório de agosto. Denuncia que historicamente, nos últimos anos, esse tem sido o batalhão de maior letalidade. A delegacia que também registra o maior número de casos e que não conclui nenhum dos inquéritos, nenhum, é a 39ª Delegacia de Polícia, que está dentro da área de atuação desse Batalhão em particular.

Apesar de isso ter sido denunciado em agosto deste ano, nenhuma medida foi tomada e vimos um episódio absolutamente trágico, que foi a execução de cinco jovens por esse mesmo batalhão, agora no final de novembro deste ano.

Fizemos o nosso estudo de caso a respeito de uma área específica dentro da área de atuação desse batalhão, que apresentava o maior número de registros e o que vimos viu, primeiro, foi que os registros de ocorrência da Polícia Civil apresentavam uma descrição padrão, que parecia ter sido copiada e colada, dizendo que teria havido um confronto, a polícia teria reagido a uma injusta agressão e uma pessoa havia sido encontrada morta. Isso fica por isso mesmo. A Polícia Civil aceita essa descrição dos policiais, e o caso simplesmente não é investigado.

Quando a Anistia Internacional foi a campo entrevistar familiares, testemunhas e tentar obter evidências a respeito de cada um desses casos – um trabalho que a polícia deveria fazer na verdade –, o que encontramos foi uma realidade muito diferente do que foi descrito pela polícia. Na verdade, o que encontramos foram casos com fortes evidências de terem sido execuções.

O que a gente chama de execuções? Exatamente que dinâmica era essa que acontecia ali, que a polícia descrevia como um confronto e troca de tiros? Havia situações conhecidas como troia, em que a polícia faz uma emboscada, esconde-se em uma casa, fica ali por várias horas, esperando uma determinada pessoa passar para executar essa pessoa. São casos em que simplesmente, sem haver uma troca de tiros, os policiais entram na favela atirando, e com isso as pessoas são mortas.

Há casos em que a vítima já estava ferida, rendida, não estava armada, não oferecia qualquer tipo de risco à vida do policial ou de terceiros, e os policiais intencionalmente dispararam para matar aquela pessoa. Nenhum desses casos estava sendo investigado. Na verdade, os inquéritos estavam em aberto, mas os casos não estão sendo investigados.

Essa não investigação começa, claro, com a aceitação da versão do próprio policial. Mas há outros elementos que dificultam isso e que vimos se repetir em todos os casos, não só na área de atuação do 41º Batalhão, mas também em outros casos que a gente documentou na Cidade do Rio: a alteração da cena do crime; a remoção do corpo; a tentativa de incriminar a vítima, colocando armas na mão da vítima, inclusive efetuando disparos, fraudando, portanto, todo o processo; e ameaças às famílias e às testemunhas. Inclusive, a maior parte das pessoas que deram depoimentos para a Anistia Internacional pediram para permanecer anônimas, por medo de retaliação por parte da polícia.

Algo que também precisa ser discutido é se, em algum momento, vamos depender menos de testemunhas e usar mais as provas periciais nos processos, se vamos discutir um pouco a possibilidade de usar testemunhas sem rosto, porque o Programa de Proteção a Testemunhas no Brasil, enfim, não dá para ser usado. Não dá para pedir que alguém dê seu depoimento e entre no Programa de Proteção a Testemunhas, hoje, no Brasil.

Para falar um pouquinho sobre essa não investigação, tentamos traduzir isso em números. Escolhemos o ano de 2011, achando que, ao olhar os casos em 2015, ou seja, quatro anos depois, teria havido um tempo razoável para que os inquéritos tivessem sido concluídos. E o que encontramos foi novamente um quadro chocante de não investigação.

Dos 220 registros de homicídio decorrentes de intervenção policial, que totalizavam 283 vítimas na Cidade do Rio de Janeiro, em 2011, quatro anos depois, em apenas um caso o Ministério Público tinha oferecido denúncia contra o policial envolvido. Na maior parte dos casos, a investigação simplesmente permanecia em aberto.

Sobre a investigação permanecer em aberto, cabe questionar o seguinte: primeiro, o homicídio decorrente de intervenção policial é um homicídio de autoria conhecida, porque é o próprio policial que faz o registro. E a Polícia Civil tem metas de conclusão de inquérito. Por que, quatro anos depois, todos esses casos ainda estão simplesmente em aberto, ou seja, não estão sendo investigados?

Várias pessoas entrevistadas pela Anistia Internacional, inclusive, referem-se a um pingue-pongue entre a Polícia Civil e o Ministério Público, que faz com que esse inquérito permaneça em aberto. Ao permanecer em aberto, inclusive dificulta o nosso acesso aos dados, porque é uma investigação que está em aberto.

Enfim, o fato é que esses casos não estão sendo investigados, e o Ministério Público não está assumindo a sua tarefa nem de entrar com a ação penal nem de exercer o controle externo da atividade policial. Essa não investigação, além de alimentar o ciclo de violência, também gera outro problema: ao não investigar os casos de homicídio decorrentes de intervenção policial, significa que desconhecemos a real motivação desses crimes.

Quer dizer, eu falei aqui hoje um pouco sobre a dinâmica: foi uma troia, eles entram atirando, enfim, a vítima já estava rendida e o policial disparou. Agora, por que esses policiais, intencionalmente, fizeram uma tocaia para executar aquela pessoa? Por que esses policiais, intencionalmente, ao entrarem numa favela, decidiram não prender aquele jovem, mas executar aquele jovem? Precisamos discutir o motivo dessas execuções, porque isso tem a ver com toda uma dinâmica da polícia, com a guerra às drogas, com a lógica das operações policiais. Então, a não investigação não é só uma segunda forma de violência com a família e não só alimenta o ciclo de violência na própria polícia, porque significa uma carta branca para os policiais matarem, mas também impede que entendamos, realmente, a motivação de todos esses crimes.

Vou destacar de novo que a 39ª Delegacia de Polícia, quando olhamos para os dados de 2011, é uma delegacia de polícia que não concluiu nenhum dos inquéritos relativos a casos de homicídios decorrentes de intervenção policial. Então, acho que, na visita do Conselheiro ao Rio de Janeiro, seria muito interessante olhar para essa área específica da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Que área é essa?

A SRª RENATA NEDER – Fica na Zona Norte do Rio, mais ou menos ali na região de Acari, é a área de atuação do 41º Batalhão. Atuam ali três delegacias de polícia civil, sendo que a 39ª Delegacia é a que apresenta o maior número de registros.

Por último, eu queria dizer que essa resolução do Conselho Nacional do Ministério Público é muito bem-vinda, acho que no momento também muito oportuno, do ponto de vista até da anistia. Logo depois do lançamento do relatório, um representante da Anistia esteve aqui e teve oportunidade de estar aqui no Conselho, para discutir esse tema dos homicídios decorrentes de intervenção policial. Acho que é relevante, porque aborda todos esses temas levantados, da alteração da cena do crime, fraude processual e vários outros, e também chama à responsabilidade da laboração de políticas públicas de prevenção e isso é fundamental.

Acho que a discussão agora é sobre a implementação disso nos Estados, de que forma vamos garantir que tudo isso seja implementado nos Estados. No Rio de Janeiro, desde o lançamento do relatório em agosto, a Anistia Internacional se reuniu duas vezes com o Procurador-Geral Marfan Vieira, justamente para tentar tirar dois compromissos: um deles era a criação da Comissão de Controle Externo da Atividade Policial, a que ele havia se comprometido, através de um TAC assinado com a polícia, de que isso seria feito até dezembro deste ano. Mas Anistia tinha uma solicitação específica, que era a criação de uma força-tarefa dentro do Ministério Público, um grupo de trabalho dedicado aos casos de homicídio decorrentes de intervenção policial, que hoje são centenas, milhares de Investigações que permanecem em aberto ao longo dos anos. Então, não basta criar a comissão de controle externo, mas também, enfim, criar uma força-tarefa para investigação e responsabilização desses casos.

Colocamo-nos à disposição no Rio de Janeiro, para compartilhar os dados, enfim, para conversar mais sobre isso, inclusive sobre casos de outros Estados que a Anistia também acompanha, embora não tenha uma pesquisa publicada sobre isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Renata.

Vou passar agora para o Conselheiro Antônio Duarte.

O SR. ANTÔNIO DUARTE – Meu cordial boa tarde a todos. Queria, inicialmente, cumprimentar o destacado e jovem Senador Lindberg Farias, Relator da CPI do Assassinato dos Jovens, agradecer a S. Exª por nos conceder essa deferência de trazer a CPI para o âmbito do CMP, a fim de poder refletir sobre um tema que nos causa preocupação a todos.

Antes de passar propriamente à minha reflexão, ao trabalho que nós estamos desenvolvendo perante a Comissão, eu queria também cumprimentar os colegas conselheiros que se encontram no recinto, Dr. Esdras Dantas, a quem carinhosamente chamamos de professor, advogado que é há quase 40 anos, causando sempre orgulho a seus pares pelas suas posições firmes, serenas, equilibradas e agora nos dando a oportunidade de trazer toda essa vasta experiência a serviço da estratégia nacional de segurança pública, onde vem desenvolvendo um trabalho realmente significativo.

Queria cumprimentar também nosso jovem colega, que passou a integrar o Conselho recentemente, Dr. Valter Shuenquener, juiz federal, professor da Universidade da UERJ, com muitas luzes para nos trazer aqui, certamente. Cumprimentar os Professores Luiz Eduardo e Ignácio Cano, que são duas referências obrigatórias em matéria de segurança pública.

Eu, particularmente, me sinto muito à vontade com os textos de V. Ex^{as}, porque estou desenvolvendo o mestrado justamente na área do controle externo e tenho tido boas reflexões em torno dos trabalhos que os senhores assinaram e que nos levam, certamente, a refletir muito detidamente sobre esse tema, que nos é muito importante.

Queria também cumprimentar o colega Gustavo Rocha, representante do povo nesta Casa, indicado que é pela Câmara dos Deputados e que partilha comigo a cogestão da Comissão do Controle Externo, Sistema Prisional e Segurança Pública. Realmente é uma comissão trifonte, na verdade. São três áreas de grande complexidade que essa comissão abraçou, mas que dialogam entre si obviamente. E resolvemos partilhar a missão porque uma andorinha só não faz verão. Então, é preciso nós reunirmos as forças para poder desenvolver o melhor que nós temos para poder, de alguma forma, amenizar os drásticos problemas afetos a essas áreas.

Cumprimentar também a Dr^a Renata Neder, da Anistia Internacional, que também tem dialogado com esta Casa, tem participado das reuniões. Eu sempre digo até, Senador Lindbergh, que a comissão sempre promove reuniões e traz todos os que quiserem dela participar, porque nós precisamos ouvir todas as instâncias que vivenciam o dia a dia desses tormentosos problemas. Talvez até com a visão mais, digamos, cotidiana desses problemas, os senhores e as senhoras possam nos trazer realmente o que tem de mais eloquente que acontece aí no dia a dia dessas questões que nos afligem a todos.

Cumprimentar a Dr^a Olaya, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Dizer também que todos os trabalhos desenvolvidos pelo fórum têm servido de balizas nas nossas análises. Eu, particularmente falando, tenho me utilizado muito dos dados, das estatísticas porque eu acho que são não só confiáveis, mas trazem de fato um diagnóstico muito claro e objetivo do cenário, ao demonstrar que as instituições não podem se calar. As instituições têm, de fato, que iniciar ações que já são tardias. Nós já estamos, digamos assim, um tanto quanto atrasados no enfrentamento desses problemas, mas nós temos que enfrentá-los.

De maneira que eu diria inicialmente, cumprimentando todos da plateia, e fico feliz que o nosso Procurador-Geral da Justiça Militar também esteja no recinto nesse momento, Dr. Marcelo Weitzel, a quem também tributo meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Convidamos o Dr. Marcelo para sentar aqui à mesa. Muito obrigado pela presença.

O SR. ANTÔNIO DUARTE – Dizer, Prof. Luiz Eduardo, que tem duas coisas que só dão no Brasil, que é o princípio da independência funcional e jabuticaba. E eu acho que ambos são muito bem-vindos.

O princípio da independência funcional, encartado pelo constituinte originário na Carta de 1988 e que deu essa força ao Ministério Público, essa pujança, para que ele possa desenvolver. Porque ele foi criado não em proveito do membro, mas em proveito da sociedade.

Portanto, desenvolver as melhores ações em cumprimento das suas atribuições, da tutela coletiva, dos interesses difusos, da ordem jurídica, da democracia, enfim. O Ministério Público realmente foi alçado a uma condição privilegiada pela Carta de 1988 e tem que saber caminhar com passos firmes no cumprimento dessas atribuições, não tergiversando, não se omitindo, não negligenciando, enfim.

Bom, eu gostaria rapidamente de dizer aos presentes que, desde quando nós compartilhamos a gestão da comissão tripartite que eu já mencionei com o Dr. Alexandre Saliba, também juiz federal que esteve nesta Casa até bem recentemente, nós colocamos na nossa mente que tínhamos que passar a desenvolver esse tema do controle externo com muito mais ênfase. Para nós, ele continuava, por assim dizer, no limbo.

Estava na Carta Constitucional, nos trouxe, eu diria assim, até uma certa novidade, porque muitos de nós ainda estávamos a tatear no escuro, saber o que é isso, como fazer esse controle externo da atividade policial. Eu penso que isso perpassa obviamente por um aprendizado, porque o Constituinte colocou esse instrumental de trabalho para o Ministério Público, mas nós, no próprio âmbito das nossas normas de regência, dos nossos estatutos orgânicos, não interpretamos à altura, me parece.

Então, devido a todos esses aspectos nós resolvemos envidar todos os esforços necessários, até porque esta Casa, que conta agora com dez anos, não podia de maneira alguma ficar numa zona de conforto. Havia necessidade mesmo que o Conselho Nacional do Ministério Público, como órgão de controle administrativo, disciplinar e financeiro, teria que iniciar, empreender ações voltadas para de fato fazer com que o controle externo se tornasse uma realidade no Brasil inteiro.

E como fazê-lo? Nós tivemos esse primeiro *insight* de desenvolver uma cartilha a partir até do que consta do mapa estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público. Então, o nosso primeiro esforço foi no sentido de buscar trabalhar ações que pudessem fazer com que o Ministério Público realmente agisse com mais determinação, com mais força, no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial.

E o mapa estratégico, portanto, contempla duas ações, a Ação Nacional nº 15 e a Ação Nacional nº 16. Uma que direciona a atuação do Ministério Público para fortalecer o controle externo da atividade policial, e a outra, a ação nacional, que visa justamente fortalecer a prevenção e a repressão dos crimes graves tanto comuns como militares. Com base nisso, nós estamos tentando desenvolver aqui um cronograma com objetivos, ações, prazos, responsabilidades e tudo mais. Para tanto estamos saindo da placidez do planalto central e nos inquietando com as questões que afligem os Estados-membros da Federação.

Obviamente que nada acontece num passo de mágica. Os senhores mesmo, que são estudiosos, sabem que estão há tanto tempo pesquisando — não é Prof. Ignacio, Prof. Luiz Eduardo? —, há tanto tempo que o fórum brasileiro vem difundindo estudos, pesquisas e, no entanto, nós ainda não logramos o êxito necessário e o Brasil continua sendo colocado no mapa mundial da violência policial, infelizmente, um triste primeiro lugar, quando deveríamos estar ocupando destacadas posições do *ranking* em outras áreas, especialmente na inclusão social.

Mas nesse aspecto propriamente falando, eu gostaria de dizer que todo o trabalho desenvolvido pela comissão, na verdade, tem sido precedido de um cuidado que é o de não demonizar a atividade de segurança pública, que ela é fundamental, tem assento constitucional. Nós precisamos, portanto, aplaudir toda as ações que venham do Congresso Nacional ou que venham dos Executivos no sentido de fortalecer a atuação policial aparelhando, instrumentando, capacitando, inclusive em termos de formação humanística, para que o policial vá à rua dotado de todo o aparato necessário não só sob o aspecto material, mas também psicológico, para que ele possa como agente da segurança pública e, portanto, aliado da cidadania poder fazer o enfrentamento da criminalidade de maneira responsável, de maneira digna, de maneira correta.

Portanto, nós aplaudimos todas as iniciativas que venham a fortalecer essa atuação. Parece-me que o Congresso andou bem quando entendeu por bem de legislar sobre o tema, classificando como crime hediondo as práticas que venham a causar o homicídio de agentes da segurança pública ou dos seus familiares. Eu acho que isso é algo importante, mas parece-me que o Congresso também não pode deixar de mirar os seus olhos para este instrumento que continua existindo na Lei Processual Penal brasileira e que, na verdade, não se presta hoje a nenhum interesse de natureza processual propriamente falando, que é o chamado auto de resistência.

Esse chamado auto de resistência muito mais tem servido para acobertar práticas de execuções sumárias, à luz do dia, e que, portanto, são flagradas, felizmente, por esses instrumentos pequeninhos, mas que podem ficar em qualquer ponto de uma determinada cidade, de um prédio. Isso demonstra que, em muitos casos, a polícia, em vez de tomar as providências previstas em lei, de realizar as prisões em flagrante em relação àqueles que estejam praticando ilícitos, termina ali mesmo realizando um verdadeiro processo sem julgamento, um julgamento sumário, com a condenação certa, sem direito a defesa, sem direito ao devido processo penal. É isso que nós temos observado em vários pontos do Brasil. E contra isso nós não podemos, de maneira nenhuma, ficar calados.

É preciso que a voz das instituições... E digo que também a voz das instituições policiais, porque não agrada ou não deve agradar a nenhuma instituição de segurança pública assistir incólume, silenciosa, às práticas de agentes que, na verdade, não honram as fardas que vestem, porque, quando vestem as fardas, prestam um juramento de defender a segurança, e não de praticar homicídios, não de instituir, por conta própria, a pena de morte, que é proibida no ordenamento constitucional brasileiro, somente admissível em tempo de guerra. E nós não queremos jamais ter essa realidade. Mas são situações absolutamente inadmissíveis.

Portanto, o trabalho da Comissão tem sido o de conscientizar. Nós não estamos, de maneira nenhuma, digamos assim, parados no tempo. Desde que o Conselho foi criado, parece-me que as ações foram sendo arquitetadas. Talvez não com a velocidade que gostaríamos, mas foram realizados diversos encontros nacionais sobre o controle externo. E em todos esses encontros nacionais, vê-se claramente a discussão desse tema e a preocupação de reforçar a atuação do Ministério Público brasileiro, que, digo e repito, em qualquer fórum, não pode se distanciar das missões que foram conferidas pela Carta Constitucional. Não pode se acovardar. Não pode se atemorizar.

Eu digo o mesmo para quem pretenda ser membro do Ministério Público – e ressalto isto, Senador –, que cada vez mais a atividade do Ministério Público se torna uma atividade de risco. É uma atividade de risco, porque, hoje, um membro do Ministério Público se defronta, está tête-à-tête com os riscos inerentes à sua atuação. Porque quando o membro do Ministério Público atua no sentido de resguardar os princípios e valores republicanos, no sentido de resguardar a segurança pública, os interesses coletivos, os interesses difusos, ele desafia interesses inconfessáveis. E a partir daí passa a ser também alvo, como tem ocorrido com alguns colegas nossos.

Então, nesse cenário, não é desconhecido da comissão que o enfrentamento da morte decorrente de intervenção policial é também o enfrentamento de policiais que estão vestindo a farda, mas que não a honram, ou seja, policiais que estão infiltrados nas organizações, nas instituições policiais, para verdadeiramente praticar, como V. Ex^a tem assistido em diversos outros depoimentos, assassinatos, homicídios, que não podem deixar de ter a resposta do Estado.

Nesse sentido, nós estamos conversando com as autoridades de segurança pública do Brasil inteiro, estamos marcando, agendando, conversando com os procuradores-gerais, com os promotores responsáveis pelo controle externo, dizendo que o CNMP vai apoiar, não vai só cobrar, porque é muito fácil só cobrar. Mas vai continuar apoiando toda a atuação do membro do Ministério Público, que visa apurar fato por fato, prática por prática que venha a contrariar a lei penal brasileira.

Eu já estou caminhando para o final da minha intervenção inicial. Mas eu queria dizer que, com esse desiderato, com esse propósito, o CNMP, em muito boa hora, já foi distribuído aos senhores e às senhoras, aprovou, por unanimidade, a Resolução nº 129, de 22 de setembro de 2015, portanto, está bem recente. Dentro de todos esses desdobramentos que foram iniciados nos encontros nacionais, estamos repercutindo aquilo que foi discutido lá atrás. Na verdade, estamos saindo da retórica para a prática.

Estamos deixando de ficar apenas do papel, para realizar as ações que são inestimáveis para pôr cobro a essas práticas que, de fato, não causam orgulho a nenhuma instituição, muito menos às instituições de segurança pública.

Então, Ex^{mo} Sr. Senador, demais convidados a estar CPI, parece-me claro que, doravante, a posição do CNMP e, quero crer, do Ministério Público brasileiro, será a de atuar com toda a firmeza, atuar com todo o denodo, continuar fazendo o esforço necessário para vencer esse monstro que é a violência, esse monstro que nos assola a todos, preocupa-nos a todos, vitimiza-nos a todos. Nesse sentido é que esse trabalho está sendo desencadeado, com o apoio da Presidência do CNMP, com o apoio dos demais conselheiros desta Casa, que também participam das ações e das discussões que são travadas no âmbito da nossa Comissão.

Gostaria de dizer que nós esperamos que, com esse trabalho, com o avanço, nós possamos abrir outros espaços, para não ficar apenas nesse controle meramente burocrático, mas passar a ter o Ministério Público em uma dimensão que me parece ser muito mais favorável, como acontece no ordenamento lusitano, onde o Ministério Público participa da formulação das políticas de prevenção criminal, o que no Brasil não tem ocorrido, Prof. Luiz Eduardo, e a Prof^a Olaya falou muito bem nesse sentido. Nós precisamos estar presentes porque é nesse nascedouro, é nessa gênese que vão ser gerados os resultados mais interessantes em termos de prevenção. Nós temos que combater lá, na base, para poder, formulando políticas conscientes e adequadas, trazer os resultados de que toda a sociedade necessita.

Então, Senador, eu me coloco à disposição. Eu tenho participado lá no Congresso, na CPI dos Direitos Humanos também, e, daqui por diante, V. Ex^a pode ter certeza de que seremos, com toda a clareza, parceiros de todos os esforços necessários que visem coibir essas práticas, reduzindo, e eliminá-las se for possível. Esse é o sonho que acalentamos, e nutrimos esperança muito em função do trabalho que todos aqui realizam no seu dia a dia.

Quero cumprimentá-lo pelo esforço que está tendo na Comissão, cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e dizer que o CNMP está hoje realizando um momento histórico para esta Casa. Agradeço mais uma vez, reitero os nossos agradecimentos por confiar a este espaço e aos interlocutores desta Casa a oportunidade de dialogar e fazer até o *mea culpa*, no sentido de dizer que o Ministério Público precisa aprender a lição constitucional mais amiudadamente, para poder exercê-la com mais grandeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu que agradeço, Conselheiro Antônio Duarte.

Vamos entrar agora na parte de encaminhamentos. Mas o que queremos aqui é, na verdade, fazer uma grande parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, e, com o senhor, uma relação muito direta, principalmente das entidades, das pessoas que trabalham nesse assunto no dia a dia. Eu acho que essa abertura de dialogar pode ser muito importante.

Eu devo dizer que essa CPI, para mim, Prof. Luiz Eduardo Soares, que é um amigo, fez-me entender de forma diferente a situação que estamos enfrentando. Primeiro, eu acho que o Luiz Eduardo colocou bem, é uma tragédia. Este País que avançou em tantas áreas nesse último período: controle da inflação no governo Fernando Henrique Cardoso; inclusão social, combate à fome, desnutrição infantil, várias coisas, e nisso nós ficamos completamente paralisados.

Eu estou querendo fazer um relatório muito duro da CPI, e não é dirigido a um governo, mas nós estamos querendo responsabilizar o Estado brasileiro por genocídio, o genocídio da juventude, especialmente da juventude negra, da juventude pobre, moradora das periferias. E eu fico pensando, por que será que até agora não surgiu um clamor nacional contra isso?

Primeiro, vem a questão da invisibilidade. Você veja, no Rio e Janeiro, e isso atinge a todos. A discussão sobre invisibilidade, a quantidade de jovens que morrem nas periferias do Rio de Janeiro, isso não é notícia de jornal. Às vezes, um próprio membro do Ministério Público está lá, no Rio de Janeiro.... Quer dizer, há uma certa banalização dessa coisa da vida, que temos que enfrentar.

Mas creio que não é só invisibilidade, Prof. Luiz Eduardo, existe uma outra coisa que é o seguinte: uma política de execução por parte do Estado, apoiada por um setor grande da sociedade, que acha que, assim, melhora a situação da segurança pública. Isso acontece.

E os senhores permitam-me também uma breve digressão aqui, de dois minutos, três minutos, porque eu não entendia dessa forma o papel da discussão das drogas. Eu acho que a questão central hoje – eu sei que esse tema não é simples – é desarmarmos a guerra. Qual é a guerra? Primeiro, vamos olhar para o Rio, mas vamos olhar para o Brasil. A situação é em todo o Brasil. Política de guerra às drogas: a secretaria de segurança coloca como centro da sua atuação o combate ao tráfico de drogas. Só que isso se dá – e vale dizer – fruto disto: nós temos a polícia que mais mata, mas a que mais morre também. Foram 490, Prof. Ignácio Cano, no ano passado?

O SR. IGNÁCIO CANO (*Fora do microfone.*) – São 150 por ano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – São 150 por ano. Então, nós temos a polícia que mais mata e a que mais morre.

Vejam que a guerra às drogas se dá de forma diferenciada no território. Existe tráfico de drogas em Copacabana, em Ipanema, no Leblon, e ninguém vê uma intervenção policial com o Caveirão, que existe no Rio de Janeiro e é, praticamente, um tanque blindado onde só há espaço para um fuzil do lado de fora. Aquilo tem uma letalidade gigantesca, violentíssima. Então, veja-se que em determinadas regiões da cidade a forma da polícia entrar e combater as drogas é uma, e em outra parte é outra.

Há um instrumento extremamente perigoso no Rio de Janeiro, que são os mandados coletivos de busca e apreensão. Então, veja-se o Complexo da Maré: é, como dizem no popular, o famoso “pé na porta”. A polícia chega com o pé na porta. Isso seria inadmissível em outras regiões, volto a dizer, como Copacabana ou Ipanema, no Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O policial, no outro dia, está fora da instituição, está afastado se fizer isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro! Como também quando um crime é feito numa região nobre cidade, aquele crime chama a atenção da imprensa e chama a atenção de todos, do Ministério, de todos.

E, aqui, eu entro num ponto que eu não tinha essa convicção antes de começar este debate e rodar o País, Prof. Luiz Eduardo. Eu acho que, essa discussão sobre políticas de drogas, nós temos que enfrentar. Não é um debate fácil de ser feito. Quando se vai ver a situação do Uruguai, sabe quantas pessoas morreram no ano passado no Uruguai em relação a crimes ligados a drogas? Nenhuma. Nós vamos ter aqui no Brasil o quê? Das 56 mil mortes por ano, uma quantidade enorme em cima disso.

Aí, a outra ponta da guerra que nós temos que desarmar, que é a PEC nº 51 que eu apresentei – mas todos no Brasil sabem que foi o Prof. Luiz Eduardo Soares que construiu as bases da PEC, que fala em desmilitarização. Porque nós temos uma polícia hoje treinada e tem uma função constitucional para o enfrentamento, para a guerra, e não tem nada de policiamento comunitário, policiamento de proximidade nisso aqui. E o que o Prof. Luiz Eduardo falou muito bem – essa também que é outra jabuticaba – que é a divisão da polícia: de se ter uma polícia militar e uma polícia civil; de a polícia civil fazer o trabalho de investigação e a polícia militar, o trabalho de policiamento ostensivo e preventivo – ela só pode fazer, como bem disse o Prof. Luiz Eduardo, prisão em flagrante.

E aqui entra um outro ponto, que foi abordado por Olaya também, que é a questão do racismo que está institucionalizado aqui, porque se mata muito mais jovens negros. E existe muita gente que, nesse debate, pensa: “Ah, não! Racismo no Brasil?” O racismo é muito forte no Brasil. Eu vou citar aos senhores o que aconteceu no Rio de Janeiro e que me chocou muito, há um mês e meio atrás, depois dos arrastões no Rio de Janeiro.

Quando aconteceram os arrastões, um grupo que estava numa academia de ginástica decidiu, ali, fazer justiça com as próprias mãos e parou um ônibus que ia para a zona norte do Rio de Janeiro. As pessoas que estavam numa área de Copacabana pararam esse ônibus, e as pessoas entraram no ônibus. E viram um jovem negro de 17 anos, e disseram: “Está ali!” Só que esse garoto nem tinha ido à praia, esse garoto nem tinha passado pela praia. Mas era o quê? Um jovem negro de 17 anos era o criminoso para eles. E o garoto teve que pular a janela e foi agredido na rua. Isso exemplifica muito o que a gente tem no dia a dia hoje. Infelizmente é isso.

Eu tenho conversado com muitas mães nesse processo desta CPI. Fábio George, as mães de jovens negros ficam apavoradas quando eles saem à noite, nos fins de semana.

Ficam apavoradas pela Polícia, ficam apavoradas por tudo! É uma coisa que temos de enfrentar. Temos de denunciar isso aí.

Tenho visto o racismo nisto aqui. Temos de desarmar essa guerra, temos de melhorar a Polícia. Temos de fazer essa política de guerra às drogas. Agora, a questão do racismo é muito forte em todo este debate que está havendo no País.

O que acho que poderíamos fazer aqui? Acho que essa resolução é um passo importantíssimo, mas é uma tarefa de convencimento também dos Ministérios Públicos estaduais. Quando começamos este trabalho da CPI, todo mundo falava desse papel do Ministério Público. Queríamos muito fazer uma parceria com os senhores aqui, nos Estados. Quando o Conselheiro Antônio Duarte fizer a reunião com os Ministérios Públicos estaduais, será importante também, em determinado momento, chamar as entidades que tratam do tema para conversar.

Acho que o mais importante aqui, Prof. Luiz Eduardo – o Ignacio Cano queria falar, e vou passar a palavra para ele –, nesta fase de encaminhamento, é tentarmos construir a estratégia desse trabalho em conjunto. Esse é o esforço. Na verdade, esta CPI tem outro objetivo também, que é o de fazer avançar o Plano Nacional de Redução de Homicídios. Essa é uma luta! Temos de forçar o Governo também a entrar nisso. Não é fácil! As coisas estão caminhando de forma muito lenta nessa área.

Então, na verdade, acho que o fundamental aqui, Prof. Ignacio – passo a palavra ao senhor, para que dê sua sugestão –, é discutirmos agora como podemos fazer esse trabalho de forma mais integrada, para tentar convencer, nos Estados, a se fazer a mudança da postura dos Ministérios Públicos estaduais. Tenho a certeza de que, quando começar a haver mais punição de policiais, criar-se-á um inibidor forte a essa política de execução que existe hoje na ponta.

Com a palavra, o Prof. Ignacio Cano.

O SR. IGNACIO CANO – Obrigado.

Faço rapidamente alguns possíveis encaminhamentos. Um deles é relativo a esse banco de dados sobre letalidade que está sendo construído. A sugestão seria a de que esse banco fosse disponibilizado na internet e a de que nele se incluíssem não apenas os casos de mortes, mas também os oferecimentos de denúncias e as sentenças. Conseguimos acompanhar as mortes via registros criminais, mas é muito mais difícil para o observador externo conseguir acompanhar as denúncias e as sentenças, porque elas não são divulgadas regularmente. Então, se o CNMP pudesse divulgar o banco e nele incluísse registros de mortes, de denúncias e de sentenças, isso ajudaria muito na transparência do processo.

Outro ponto importante é relativo ao que o Conselheiro Fábio George estava comentando anteriormente: a possibilidade de que o Ministério Público induza políticas públicas, a possibilidade de instar os governos estaduais, os governos de alguns Estados, a criarem metas de redução da letalidade policial. A Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria já tentou fazer isso no passado, e, inclusive, a resposta do Ministério Público do Rio foi triste. A resposta foi, primeiro, que “a criação de metas pertence à esfera administrativa e, portanto, não nos cabe” e, segundo, que “mesmo que isso nos coubesse, a Polícia do Rio luta contra criminosos perigosíssimos e tem de se defender”. Então, houve toda uma alegação naquela resposta oficial do Ministério Público do Rio, justificando a política que deveria ser transformada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O senhor acha que o Ministério Público pode construir TACs com isso?

O SR. IGNACIO CANO – Exatamente! Seriam TACs para a redução da letalidade policial.

É importante também sublinhar o seguinte: não se trata só dos casos que são penalmente puníveis. Essa é uma parte, mas há muitos outros casos que não são tecnicamente execuções sumárias, mas que poderiam ter sido resolvidos de outra forma, com um desfecho menos letal. Então, a criação de metas, de TACs, pode ajudar a salvar vidas, não apenas nos casos de execução sumária, mas também em muitos outros casos em que o desfecho poderia ter sido diferente.

Acho que uma comprovação da falência do sistema da Justiça Criminal nesses casos se dá na esfera internacional. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana apresentam vários casos de condenação contra o Brasil por execuções sumárias. E cada caso desses tem por trás um delegado que

não investigou, um promotor que não ofereceu denúncia, um juiz. Então, acho muito importante também recuperar esses casos da esfera internacional, para que eles sirvam como exemplo de todo o percurso que não aconteceu como deveria ter acontecido dentro do sistema da Justiça Criminal.

Por último, trato da questão que já foi assinalada pela Renata, a do sub-registro dos casos. Nos casos que a Polícia acha que foram ilegítimos, em que, portanto, ela não registra (...)

Por último, trato da questão que já foi assinalada pela Renata, a do sub-registro dos casos. Nos casos que a Polícia acha que foram ilegítimos, em que, portanto, ela não registra como homicídio decorrente de intervenção policial, o problema é duplo. Por um lado, nós não conseguimos acompanhar o número real de casos, mas, por outro lado, esse tipo de registro está confirmando que, quando a polícia registra um homicídio decorrente de intervenção policial, ela acredita que foi legítimo. Portanto, por que ela investigaria, se ela já começa partindo do suposto que aquilo foi legítimo?

Então, acabamos, em parte, com o conceito de autorresistência, mas não acabou com a lógica que está por trás, que é o de que esses casos são legítimos; então, não precisa investigar.

Embora a taxa de esclarecimento seja muito baixa no Brasil, inferior a 8% – 5%, 8% –, em geral esses casos têm a ver com problema de autoria. Agora, os casos de intervenção policial, em geral, não têm problema de autoria. Portanto, a taxa de esclarecimento deveria ser muito superior. Não podemos comparar esses casos com os casos gerais de homicídio, porque basta fazer uma reconstituição, pegar a prova técnica para se poder resolver muitos casos, coisa que, como a Renata já disse, na prática não acontece. Os inquéritos ficam apodrecendo e não são resolvidos.

O SR. LUIZ EDUARDO SOARES – Sr. Presidente, eu quero só reiterar que esses pontos do Ignácio são muito importantes. De modo que, de fato, nós deveríamos, se possível, observá-los e retomar o que disse a Renata, porque, em agosto, apresentou-se a proposta da força-tarefa. Isso acabou não se realizando, mas a ideia me parece indispensável. Se tomarmos um caso estadual como exemplo, paradigma, fonte de inspiração, pode ser que os outros Estados, de alguma forma, respondam positivamente e tomem iniciativas. Muitas vezes as decisões, tendo de ser nacionais, acabam criando para si próprias obstáculos que as paralisam, porque é preciso tanto esforço coordenado, tanta confluência de energias e de ações! E às vezes as resistências ou dificuldades se distribuem heterogeneamente pelo País, e nós poderíamos avançar onde fosse possível e utilizar esse avanço como uma alavanca propulsora positiva que nos anime a seguir.

É inadmissível que haja o que há no Brasil. Muito bem, mas esta é uma declaração retórica. O que Renata nos trouxe é o caminho prático para avanço real, porque eles fizeram a investigação que não havia sido feita. Não fizeram com suporte legal, mas isso é possível, uma vez tendo sido recolhidas tantas informações pertinentes outrora negligenciadas. Nós já estamos em outro estágio.

Então, parece-me que, havendo esses indícios, esses elementos, a palavra “inadmissível”, o advérbio ganha agora concretude, consistência, aplicabilidade. Podemos, de alguma maneira, tomar os casos levantados pela anistia, que foram contemplados pela pesquisa, como referência, e ir ao Rio de Janeiro.

Estive com colegas do MP na semana passada, no Rio de Janeiro, com o Dr. Biscaia, enfim, com todo um grupo que está justamente fazendo esforço de aproximar-se desse movimento nacional do Ministério Público. Tenho certeza de que, nesse momento, talvez se torne possível levar adiante a ideia da força-tarefa.

Nenhuma morte provocada por intervenção policial no Rio de Janeiro permanecerá sem investigação, sem resposta adequada judicial. Não pode ser um compromisso razoável? Começando por aqueles que já estão acessíveis pelas informações levantadas. Acho que seria uma marca que produziria uma transformação muito profunda no Rio de Janeiro e na percepção da sociedade. Poderia servir de farol, de fonte de inspiração para os outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Aproveitando o Prof. Luiz Eduardo, Conselheiro Antônio Duarte, Fábio George, Valter, Dr. Gustavo, estivemos conversando com o Procurador-Geral do Rio, Marfan – inclusive, a Anistia Internacional esteve –, sobre o caso do menino Eduardo de Jesus, agora há pouco tempo. Seria importante – o senhor vai estar no Rio de Janeiro, em conversa com o Procurador-Geral – conversar com ele para, em algum momento, receber também os senhores uma comissão, para a qual poderíamos colocar novamente essa ideia que a Renata apresentou da força-tarefa, porque o Rio de Janeiro, de fato, é um Estado muito importante.

Em relação a esta discussão aqui, sobre extermínio, nós estamos à frente, infelizmente. Então, essa podia ser uma proposta muito concreta, porque eu tenho certeza de que o Procurador-Geral Marfan vai se animar com uma discussão desse tipo. Então, eu acho que podia ser um encaminhamento bem direto.

O SR. ANTÔNIO DUARTE – Eu queria até registrar, a propósito – e está aqui o nosso Procurador-Geral, que não nos deixa faltar com a verdade –, que hoje de manhã, na derradeira reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, com a presença inclusive do Dr. Marfan, nós tocamos no assunto. Fizemos um balan-

ço do trabalho desenvolvido na Comissão e ressaltamos a importância de dar continuidade a ele e de contar imensamente com a contribuição dos Procuradores-Gerais no sentido de desenvolver as ações estratégicas de cada Ministério Público dos Estados-membros da Federação, no sentido de reforçar, de intensificar esse trabalho, criar os grupos.

Nós estivemos em São Paulo agora, recentemente, onde conversamos também com as autoridades públicas de segurança, com o Procurador-Geral, e cobramos também diversas medidas. Lá em São Paulo, inclusive me parece que avançaram, na medida em que o Secretário de Segurança, Alexandre de Moraes, egresso que é do Ministério Público e sensível à matéria, fez baixar uma resolução que é uma resolução que ataca tanto o problema da morte decorrente de intervenção policial quanto da vitimização policial, mas onde ele determina, de forma expressa, a realização de todas as medidas que são indispensáveis de preservação da cena de uma prática que tenha intervenção policial ou de que o policial seja vítima, da chamada dos órgãos de perícia, que é sumamente importante para que eles colham o material.

E aqui nós temos de compartilhar também algumas dificuldades. Nós evidenciamos os problemas. Eu sei que as pesquisas mostram uma certa, talvez, falta de esforço maior por parte do Ministério Público. Isso está declarado no Fórum de Segurança Pública, textualmente, pelas pesquisadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Eu conheço os textos, e tudo mais. Mas nós temos que dizer que uma coisa é, digamos assim, iniciar a investigação. A outra é deduzir a pretensão acusatória e sustentá-la com dignidade suficiente para se chegar ao descortinamento dos acontecimentos. Porque não é fácil, no âmbito de uma cena processual, o Ministério Público muitas das vezes atado a diversas circunstâncias, chegar a bom termo no seu esforço acusatório e convencer o magistrado de que a prática foi de uma forma ou de outra, sobretudo porque no âmbito do processo penal não vale juízo de presunção, mas tem que ter juízo de certeza.

Então, nós temos também que analisar todos esses aspectos. Isso não passa ao largo da nossa compreensão, mas nós queremos aqui firmar – viu, Senador Lindbergh? – um compromisso, como Presidente da Comissão. Tenho certeza de que o colega Fábio George, que está realizando um trabalho extraordinário, eu acho até que esse rapaz tem o dom da ubiquidade, porque ele se desdobra. Eu não consigo imaginar como ele consegue estar em várias partes ao mesmo tempo, e a esposa, ao final do dia, ainda o recebe sorrindo. Eu não sei como é possível isso, mas, enfim, quero dizer que penso que esse esforço, esse compromisso do CNMP é um compromisso que o Presidente Janot firmou desde o princípio que assumiu a gestão do órgão, e todos os conselheiros estão absolutamente conscientes. Só na nossa Comissão, dada a importância que ela tem nesse contexto, são oito conselheiros, incluindo o Fábio George, que participam das deliberações, das discussões.

Então, está definido isso. Nós vamos manter, como de fato estamos mantendo. Esse banco de dados, ele ainda não tem, vamos dizer assim, essa densidade que nós queremos – viu, Professor? –, mas terá, com certeza, porque nós estamos cobrando, nós estamos inclusive cobrando das autoridades o porquê de muitas das mortes não terem as notificações. Então, há mortes que são subnotificadas e, muitas das vezes, passam ao largo das estatísticas em termos de letalidade, ao largo das estatísticas em termos de letalidade policial, o que nos causa realmente preocupação, porque, quando se oculta, quando não se é transparente, algo de errado está acontecendo, porque quem tem a tranquilidade, a serenidade de dizer que a segurança pública está sendo trabalhada pelas instituições de maneira constitucional, de maneira legal, legítima não vai esconder os fatos, não vai escamoteá-los, não deve fazê-lo.

Então, nós temos a obrigação, como Ministério Público, de cobrar. E eu diria mais: nós temos de caminhar também para responsabilizar aqueles que não realizam as apurações, ainda que se tenha de chegar às esferas de comando, se necessário for, porque é preciso que todas as autoridades tenham consciência de que nós vivemos num Estado de direito, num Estado democrático de direito, e o Estado de direito pressupõe o exercício da lei, ou seja, que a lei se faça cumprir em todas as esferas.

E a gente tem que imaginar que aquele indivíduo que pratica uma conduta delituosa, usando uma arma ou algo assim, dele não há surpresa em relação a um tiro que ele venha a desferir contra um policial, contra um cidadão. Mas, do policial, é uma surpresa, porque ele é preparado nas academias, ele tem toda uma formação voltada para manejar adequadamente os instrumentais de trabalho, especialmente a arma de fogo.

Por isso mesmo foi que o Congresso, sensível a todos esses aspectos, procurou desenvolver, especialmente naquelas manifestações que ocorreram em relação a excessos que possam vir a ocorrer para não utilização de armas letais, porque, muitas das vezes, as armas letais terminam gerando resultados terríveis a que nós assistimos, como no Carandiru, em Eldorado de Carajás e em outros exemplos funestos da nossa história recente.

Então, parece-me claro que a Comissão tem um compromisso, Senador Lindbergh Farias, de enviar todos os esforços que estiverem ao alcance para, de fato, dialogar com os procuradores-gerais e dizer que é um caminho sem volta esse controle. Nós não podemos retroceder nas nossas perspectivas. Não é à toa que existe normativo. Não havia orientação nesse sentido. Por isso é que nós temos, realmente, que aplaudir o Ple-

nário desta Casa por ter tido a coragem, o destemor de aprovar uma resolução que mostra, é um roteiro, é um protocolo para que os membros do Ministério Público não se intimidem, não se deixem distanciar, de maneira alguma, do cumprimento de suas missões.

É um compromisso que nós firmamos, e estarei no Rio e levarei tudo aquilo que for resultado desta reunião histórica, repito, no CNMP. Inclusive antecipo que, de minha parte, lá no roteiro da nossa visita, incluirei tão destacadas pessoas; e, eu diria, pessoas que não se dobram, pessoas que não se intimidam e enfrentam os problemas, pesquisando, publicando obras e discutindo, de forma aberta, como num contexto deste, as suas impressões.

Nós estamos trabalhando por um Brasil melhor, um Brasil de cara limpa, um Brasil transparente, um Brasil cuja violência deve, cada vez mais, ser reduzida, até um dia zerá-la, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Conselheiro.

Então, Conselheiro Valter Araújo – eu não me atrevi... (*Risos.*)

Não me atrevi.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Primeiramente, eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, Senador do meu Estado, sou carioca.

Quero agradecer pela presença e, de certa forma, além de parabenizá-lo, quero reiterar o que os colegas disseram no sentido de que é muito importante para o Conselho Nacional do Ministério Público, tem um efeito simbólico muito expressivo receber uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre um tema que nos toca muito profundamente.

Eu me lembro de que, antes de descer para esta sala, eu estava despachando um processo, e o processo era sobre uma acusação contra um promotor de Justiça que não teria investigado um policial que estava cobrando propina.

Então, nós estamos vivenciando isso nesse momento, e eu acho importante que o CNMP dê, em conjunto naturalmente com o Senado, esse passo no sentido de divulgar o que está acontecendo e tentar participar em conjunto da solução do problema.

Eu queria cumprimentar os Conselheiros também. Ouvi todas as falas com muita atenção. Quero cumprimentar o Dr. Marcelo. Estivemos ontem juntos. Cumprimentar os professores colegas lá da UERJ e também de outras faculdades, mas eu sou da Faculdade de Direito. Cumprimentar os colegas lá da nossa estimada UERJ. Cumprimentar a Profª Renata, a Profª Olaya também.

Na verdade, a minha intenção aqui era só ouvir, pois não faço parte da Comissão, mas não me segurei porque achei muito importante que houvesse encaminhamentos e principalmente esse encaminhamento específico da força-tarefa. Eu acho que isso gera um efeito, um impacto muito importante na mídia e cria um movimento nacional no sentido de se adotar essa medida em caráter nacional mesmo.

Então, diante do que eu ouvi – e fica a título de sugestão naturalmente, porque nem estava aqui desde o início –, mas acho que seria muito importante que, nessa reunião com o Dr. Marfan, que já considero hoje até um amigo, pois tem colaborado muito com o CNMP, a minha participação e imagino que já com a presença das organizações envolvidas. Eu acho que poderia ser feita a sugestão de uma força-tarefa voltada especificamente para o enfrentamento do 41º Batalhão de Polícia da 39ª Delegacia de Polícia. Não sei seria o caso nem razão de ser o líder em número de homicídios esses batalhões. Eu acho que o impacto da notícia já gera um efeito interessante. Quer dizer, a gente está aqui se preocupando ... O Ministério Público não vai substituir a atividade de investigação da polícia, porque não tem, como o Conselheiro Flávio Jorge demonstrou, condições de fazer isso. Mas está atento e atento para resolver o problema onde ele está aparecendo. É claro que em conjunto com as outras medidas de divulgação, de transparência dos dados, porque isso é importantíssimo. Sem isso não se chega a lugar algum.

Então, fica aí a sugestão de um foco mais direcionado. É lógico que isso vai ser sugerido ao Procurador-Geral, mas que essa força-tarefa fosse encaminhada nesse sentido.

Mais uma vez quero parabenizar a todos pelo evento, pelas proposições.

O Prof. Luís Eduardo a gente já o acompanha lá no Rio de Janeiro há muitos anos. E dizer também que jabuticaba é coisa brasileira, mas eu sou professor de Direito Administrativo e, em sala de aula, quando o tema é “responsabilidade civil do Estado” e eu preciso citar casos de jurisprudência, eu só consigo achar decisão judicial sobre bala perdida, blitz falsa e morte por policial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Quer dizer, não é à toa isso, porque, quando se trata de jurisprudência, você tem que ter uma série de decisões sobre aquele mesmo tema. E a gente só consegue localizar bala perdida, blitz falsa e morte por policial, que ensejam responsabilidades do Estado, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Então, eu me senti obrigado a falar alguma coisa por ser da cidade do Rio de Janeiro, que é a cidade que, a meu ver, no Brasil inteiro, mais sofre com esse problema da violência, do confronto, eu não diria nem confronto, mas na guerra que a gente está vivendo aqui no Rio de Janeiro.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem!

Está reforçando aquele encaminhamento nosso

Obrigado.

O Dr. Marcelo, nosso Procurador-Geral de Justiça Militar, muito obrigado pela presença.

O SR. MARCELO WEITZEL – Agradeço e peço, primeiro, desculpas pela indelicadeza de ter chegado na hora em que cheguei, pois fiquei envolvido numa reunião lá com os procuradores-gerais. E quando a gente vai conciliar às vezes algumas medidas envolvendo MPs dos Estados e da União é complicado.

Faço parte da Comissão, mas eu gostaria só de aproveitar a presença desta seleta Mesa e dos colegas aqui na sala, já que não faço parte da Comissão nem nada, mas não gostaria de perder uma oportunidade como esta só para rapidamente levantar alguns pontos, não para decisão, mas para reflexão em cima até do que o Senador falou, principalmente do que o Ignácio Cano comentou sobre a questão de Polícia Militar.

Primeiramente elogiar o trabalho e a iniciativa não só do CNMP, mas também do Senado. A gente tem acompanhado. Até V. Exª falou agora da PEC de autoria... que a gente tem apreciado e tratado. E eu vou só comentar muito rapidamente aqui, sob o prisma que a gente tem acompanhado, da atuação das Forças Armadas.

Não vou aqui entrar na decisão política, eu sempre friso isso, se deveria ou não. É fato de que há, é fato, uma vulgarização, eu diria que há uma tendência, desde os anos 30 para cá, não só no Brasil. Isso é uma tendência mundial, cada vez mais, a participação das Forças Armadas em áreas de segurança pública.

Vimos agora na França, com negócio de terrorismo, a gente viu isso em Kosovo. Na Europa se vê isso e tal. O que acontece no Brasil, eu diria, é uma vulgarização disso. Por exemplo, o índio brigou com o fazendeiro, Forças Armadas; o Papa vai visitar o Brasil, são as Forças Armadas e tal; Copa do Mundo; Olimpíadas; Copa das Confederações; e assim vai, o que demonstra que algumas outras instituições que poderiam estar fazendo essa tarefa não estão.

As Forças Armadas acabam, muitas vezes, sendo chamadas até pelo caráter de justamente estarem organizadas, de estarem preparadas. Eu digo que, quando estava se discutindo Copa das Confederações, eles já estavam preparando o planejamento para as Olimpíadas sendo que oficialmente ninguém havia falado nada disso; isso era coisa do COE e tal. Mas onde eu quero chegar é num ponto, não é em defesa das Forças Armadas, mas um ponto para refletir em comparação com segurança pública.

Em relação às Forças Armadas, no caso específico do Rio de Janeiro, nós tivemos um exemplo maior do Complexo da Maré e do Complexo do Alemão. Complexo do Alemão, naquele primeiro momento, até com exemplo mais eficaz. Na Copa do Mundo vai ter e talvez Chapadão, que é uma área violentíssima um pouco antes. Mas eu digo que, em ambas as situações – principalmente no Complexo da Maré, que, inclusive, tinha uma situação geográfica pior, porque, no Complexo do Alemão, “nego” ocupou o topo de lá, e lá nós tivemos uma queda de índice de violência absurda –, nós chegamos a ter, enquanto as Forças Armadas estavam no Complexo da Maré, o índice de violência em patamares de primeiro mundo, em termos de homicídio tal. Não estou dizendo que não houve. Houve. Inclusive, há militares respondendo por homicídio. Certo? Mas você nota um respeito até pela instituição em termos de direitos humanos.

Eu coloco isso até no sentido *Latu* e aí eu vou citar algumas situações como exemplo, porque eu estava conversando sobre isso com um militar. Ele disse: “Olha, eram duas e pouco da manhã, certo, nós estávamos num acampamento no Complexo da Maré, ligou uma senhora reclamando do som, do som numa casa. Quem atendeu foi o sargento, só que quem estava atrás do sargento era um general, ele virou e falou: ‘Vai lá agora e conversa com o cara sobre o som.’”

Eu falo isso porque eu sou o Estado presente, agora isso é um custo altíssimo. E aí eu vou chegar no ponto, porque você aí vê uma grande diferença, e é nesse ponto que eu gostaria de tocar, tanto é que os militares, quando a gente conversa com eles, não chamam de “força de pacificação”, eles falam chamam de “estabilização”. Eles acham que é equivocado o termo. Paz é um processo, e isso tem que estar constante. Aqui nós estamos momentaneamente, aqui nós estamos para estabilizar uma situação para que o Estado possa pacificar.

Mas hoje eu quero chegar para refletir o seguinte: Maré, por exemplo, eram três mil homens o tempo todo lá. Eles ficam no “aquartelado”, entre aspas, porque havia um quartel lá no acampamento, mas eles ficam o tempo todo lá na comunidade. E aí entra uma situação que eu gostaria que fosse refletida em termos de distinção. A gente fala muito de PM, mas será que a PM realmente está preparada ou está estruturada para esse tipo de situação, porque eu digo isso?

Há uma coisa que quem já foi em solenidade militar, qualquer uma, passagem de comando, homenagem a alguém, sabe: termina com uma formatura, não é? É mal de militar marchando. Eu, particularmente sou civil e sempre achei aquilo um saco. Eu falei: poxa, agora, que acabaram os discursos, acabou tudo, agora que a gente poderia ir para o coquetel, tem que ir para a formatura. Mas, aquilo tem uma razão de ser e está explicado: o militar acorda no quartel, vai para uma formatura; acorda e vai desfilar. Mas que coisa mais idiota, não é? Não, eles falam que é porque, bem na hora em que ele acorda, ele começa a respirar e eu sou militar, eu estou na disciplina militar. Eles vivem dentro do quartel. E quando eles estão numa situação como no Complexo do Alemão, na Favela do Complexo da Maré, isso também é feito. Acordou? Vai baixar, volta. E aonde eu quero chegar? Isso é disciplina. Uma vez eu vi um militar falar, isso é disciplina. É o cara o tempo todo pensando: “eu sou militar.”

E aqui é a primeira distinção, militar, quando ocupa uma favela dessas, quando atua em Kosovo, quando atua no Líbano, quando atua em Paris, ele não atua como policial; ele atua como militar. Ele é formado como militar, ele é treinado como militar, o treinamento que vai para ele, para o Complexo da Maré, é o mesmo para o Haiti. É o mesmo que a tropa está tendo para enfrentar o Líbano. Mas ele atua, ele respira, ele não faz Cosme e Damião, ele não faz. Ele atua como militar.

E aí chega a um ponto que é o seguinte: ele tem lá 24 horas como militar. Ele passa o dia como militar, no outro dia ele está lá de novo no quartel, fazendo a formatura como militar, no outro dia trabalhando. A Polícia Militar está lá hoje, e 72 horas de folga. Será que a polícia militar é disciplinada? Entendeu?

Ela é hierarquizada. Ela é muito forte em termos de hierarquia; mas eu fico questionando: como é que você.... Porque está lá: a Polícia Militar é baseada também em hierarquia e disciplina. Será que é realmente? Eu paro para refletir isso. Em termos de estrutura de PM, será que esse modelo dá certo? Será que ele respira como um policial, ele pensa como um policial?

Então ele está lá, ele vai hoje aqui à comunidade, 72 horas, vai fazer um bico, às vezes até na comunidade, ou não. Então hoje ele é um PM, amanhã ele está fazendo um bico numa boate. Cadê o vínculo? Cadê.... Sabe?

Eu não estou dizendo que o militar é bonito ou não; essa é a vida militar, isso é assim, aqui, na China, nos Estados Unidos. Militar é feito para cumprir. Se o militar for indisciplinado, ele sabe onde acaba. Às vezes em que houve indisciplina militar aqui, o pouco espaço de história democrática nossa mostra em que isso resultou. Mas eu falo que ele respira a vida como militar, ele está lá como militar; o PM não está lá, ele não está imbuído. Essa estrutura que a gente tem de instituições de segurança pública, é nisso que eu me bato.

Por isso que quando você chega lá e bota 3 mil homens, isso é uma fortuna. Agora, é um custo, porque você tem que dar alimentação, você tem que dar transporte, porque ele fica o tempo todo lá, ele fica 24 horas lá.

Agora, não vai dar certo. Eu vi, eu estava na última semana no Complexo da Maré, eu estava lá. A população perguntando: “Doutor, eles vão sair daqui agora; e a gente?”. Certo? “E nós? Vai voltar aquele policial? Qual é o batalhão?”. “Ah, é tal batalhão.”. É ligado à corrupção, tal batalhão.

A força – isso é outro equívoco –, o militar está lá, o Exército foi, Marinha, Aeronáutica, para estabilizar uma situação, para dar tempo de o Estado poder entrar. O Estado não entra, e quando ele entra, no caso da força policial, ele entra com os mesmos problemas anteriores. Então eles estão vendo lá uma tropa 24 horas ali dentro, e depois você vai ter quem lá? Ele viu um PM hoje, dois dias depois não está, ou à noite, quando ele precisa, não está.

Então é um ponto, porque eu acho que a gente fala muito de, ... (*Ininteligível*.) ... mas a gente tem uma estrutura, eu acho que um pouco deturpada, bastante deturpada em termos de estrutura também de polícia. Sem contar, obviamente, aquilo que está mencionado na PEC. São instituições que não conversam, não é? A PM vai lá, faz o flagrante, fica lá o tempo todo fazendo flagrante. “Não, porque poderia estar na rua.” O outro volta. Mas é só um ponto aqui que eu chamo para reflexão, que não é só questão de educação; eu acho que é a estruturação que está se dando, a formação de atuação, a forma também de atuação da PM.

Eu questiono um pouco isso, se ela é realmente disciplinada, porque como é que você tem disciplina, se você trabalha hoje e tem dois, três dias de folga? Como é que você respira Ministério Público, por exemplo? Ou seja, é como se você fosse lá uma ou duas vezes por semana. Seria realmente um juiz? Até seria, no caso seria; mas estaria imbuído daquela responsabilidade? Quando ele está lá todo dia atendendo, vendo processos, advogados, “caramba, eu tenho que resolver isto aqui.” Mas se você vai lá hoje, dois dias depois, você está num outro...

Era só isso. Desculpe, acabei falando muito. Tenho que ir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nada. Agradeço. Agradeço, Marcelo.

Agora a Olaya e a Renata. Eu pediria que falem em cima do encaminhamento, entendeu, Olaya? Para a gente... E depois o Fábio George encerra.

A SRª OLAYA HANASHIRO – Posso só fazer um comentário aqui, desculpe, só um pontinho aqui?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pode, mas eu sabia. Quando o Marcelo falou, eu sabia, “agora vai abrir o debate.”

A SRª OLAYA HANASHIRO – Não, não, não, não. É só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por isso que eu pedi encaminhamento. (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Não Identificada) – Não, desculpe, era só porque.... Eu só queria que a gente.... Eu ia falar de resgatar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O meu medo é alongar duas horas.

A SRª OLAYA HANASHIRO – Não, desculpe, é só porque eu acho que é importante. A gente resgatar o policial – eu acho que isso é importante no Ministério Público – como servidor público. Esse é o ponto.

E só falar da questão da disciplina policial. Eu acho que os próprios policiais, de certa maneira, sofrem com a disciplina que têm, até porque é difícil contradizer uma ordem que vem de cima. A gente teve uma pesquisa, e isso é o que eu queria enganchar com uma questão do Ministério Público. A gente fez uma pesquisa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Um momento. O caso do Amarildo, para mim, tem a ver com isso. Como é que dezesseis pessoas, naquela estrutura, foram todas num processo daqui?

A SRª OLAYA HANASHIRO – A gente encomendou para o Datafolha, em julho, uma pesquisa de vitimização policial. Uma das questões que aparecia era o medo que os policiais têm de não saber como proceder ou de serem testemunhas de algum colega agindo de maneira equivocada ou ilegal, essa insegurança de não saber quem, dentro da instituição policial, eles denunciavam, a situação desses policiais. Então, na verdade, tem uma questão interna, que passa pela reforma da polícia, que tem de ser pensada. Isso reflete no número de vitimização policial, que é muito mais alto que em outros países. Foram 398 policiais mortos em 2014, mas houve uma redução em relação a 2013, de 2,5% menos policiais mortos. Em compensação, a letalidade policial subiu mais de 37% no mesmo período.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Foram quantos policiais mortos?

A SRª OLAYA HANASHIRO – Trezentos e noventa e oito registrados, incluindo todos os policiais mortos, inclusive os que estavam fora de serviço. Um dado que a gente não consegue trabalhar é a questão do suicídio de policiais, para que a gente possa entender como estão esses policiais nessa questão dentro da instituição. Essa lógica aumenta a violência que a gente vê, do mata-mata. Os policiais têm medo de se identificar como tais na sua rota de casa para o serviço, etc..... Isso tem a ver com essa letalidade policial tão alta.

Queria reforçar dois pontos: a questão da força-tarefa, que é tão fundamental para dar um basta à ação policial, para segurar, realmente, esses policiais, e mesmo para a população, porque há uma boa parcela, como foi lembrado, que apoia a ideia de que bandido bom é bandido morto, mas há uns 50% da população que discordam. A gente tem de tentar aproveitar essa disputa que existe em relação a esse tema para tentar mostrar que isso não é aceitável. Acho que o papel do Ministério Público é de ter essa voz também. É muito importante que o Ministério Público tenha essa voz em relação à sociedade também, para mostrar que não é possível conviver com isso. Inclusive, a falta de sensibilidade em relação a essas mortes...

Eu lembro-me de um rapaz do movimento negro trazendo uma manchete de jornal onde estava estampado: Menor mata adolescente. Esse adolescente, quando aparece, é o jovem branco, da classe média, das zonas centrais da cidade, quando morre, tem uma comoção muito grande. Os jovens negros da periferia têm outra categoria, que não comove. Então, a importância de ter mais vozes, e a do Ministério Público é tão importante, para fazer com que a sociedade se manifeste. A sociedade, de certa maneira, vê com uma apatia, até com cumplicidade, essa situação que a gente vive.

Outra questão importante que queria reiterar é que o Ministério Público pode ajudar a induzir a questão das categorias, dos registros de homicídios. Acho que é importante essa padronização, como a Renata e o Ignácio já mencionaram, essa padronização. A gente sabe que tem problemas no fluxo de registro de homicídios. Então, a gente tem subnotificações e um problema com essas categorias.

Uma curiosidade é que, em São Paulo, todos os Secretários de Segurança Pública que vieram no período democrático vieram do Ministério Público. Então, eles conhecem bem a situação. A gente precisa que o Ministério Público realmente comece a atuar mais. Agora, houve um debate em São Paulo, com a descoberta de uma categoria de registro de letalidade policial que ficava um pouco escondida.

Antes de qualquer investigação, não é tratado como homicídio, e, depois, com a contextualização, com a qualificação, presume-se a ilicitude desse homicídio. Há uma categoria de homicídios por policial fora de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É a do asterisco, não é?

A SRª OLAYA HANASHIRO – É a do asterisco. É uma coisa que ninguém descobriu. Isso estava lá desde 2006. Eram três categorias para tratar de letalidade policial, quer dizer, de mortes por policiais: em serviço, fora de serviço e fora de serviço com asterisco.

Então, qual o papel do Ministério Público? Acho que ele também pode ajudar na indução da padronização dessas categorias, inclusive para podermos conversar mais sobre esses dados e evidenciá-los mais.

Acho que esse esforço de criar pontes de diálogo é muito importante quando tentamos levar adiante uma pactuação para a redução de homicídios, com a dificuldade que nós temos. Como sabemos, essa é a chave também para se trabalhar na prevenção. Para se trabalhar na prevenção, também é preciso haver maior confiança da população nas instituições. E, hoje, o que vemos é que a população tem uma grande desconfiança não só da Polícia, mas também de todas as instituições que fazem parte do sistema de Justiça Criminal, por causa desse sistema perverso que temos.

Então, eu queria só abordar esses dois pontos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Olaya.

Com a palavra, a Renata.

A SRª RENATA NEDER – Obrigada.

Primeiro, eu queria dizer que fico muito feliz de ver a disposição do Relator da CPI de que haja um relatório forte, focado em recomendações. Isso é fundamental. Inclusive, isso dá elementos para a sociedade civil, depois, colocar pressão nos Estados e no Governo, para que essas recomendações sejam implementadas. Então, é muito importante, realmente, que haja recomendações bem concretas e que haja recomendações específicas voltadas para o Ministério Público.

Já destacamos aqui a padronização dos dados. É fundamental a padronização dos registros. Acho que violações de direitos humanos costumam começar com falta de transparência e de acesso à informação. Então, é fundamental a padronização e a transparência a respeito dos dados de homicídios decorrentes de intervenção policial.

Acho fundamental que retomemos essa proposta que fizemos no Rio de Janeiro, especificamente, da força-tarefa. Eu queria destacar que esse trabalho de atuar na ação penal dos casos concretos e a Comissão de Controle Externo são coisas que têm de caminhar juntas. Uma coisa não substitui a outra. Precisamos dessa força-tarefa para a investigação e para a responsabilização dos casos que estão em aberto, mas precisamos também da criação da Comissão de Controle Externo nos Estados. Esse trabalho precisa caminhar junto.

Sobre a metodologia de trabalho da força-tarefa, há diversas formas de olhar. A gente pode começar pelos batalhões que mais matam. A gente pode começar pelas delegacias que menos concluem os inquéritos de homicídios decorrentes de intervenção policial, por exemplo. Além do 41º Batalhão, a área de Niterói e de São Gonçalo foi a que apresentou maior aumento – acho que o aumento foi de mais 100% em Niterói – dos casos de registro de homicídios decorrentes de intervenção policial. Então, é importante olhar para essas áreas.

Há outros pontos para os quais a gente pode olhar. Muitas vezes, os policiais que estão envolvidos em um homicídio já estavam envolvidos em outros homicídios antes. Então, existe uma recorrência desse policial envolvido em mais de um homicídio. Como o homicídio decorrente de intervenção policial, na maioria das vezes, é um homicídio de autoria conhecida, o Ministério Público poderia olhar, por exemplo, a lista de policiais que têm um envolvimento alto em homicídios nas suas operações. Aí é importante olhar para isso em toda a sua amplitude. Nem todo homicídio decorrente de intervenção policial é uma execução. Existem casos de imperícia. Enfim, realmente, precisamos olhar para isso em toda a sua amplitude.

O SR. ANTÔNIO DUARTE – Permita-me só um aparte rapidamente, muito em função disso.

Agora, nessa minha visita a São Paulo, foi colocado pelos colegas com atuação no Tribunal do Júri justamente esta situação de que o júri, normalmente, tende a apoiar o policial, bem dentro daquilo que a Olaya falou: bandido bom é bandido morto. Ainda há essa cultura nociva, prejudicial, que estimula, que incita a violência.

Mas, por outro lado, há um fator positivo da criação desse banco de dados e desse controle que está sendo efetivado pelo Ministério Público Brasil afora, que é o diálogo entre os promotores.

Então, por exemplo, em São Paulo, o colega Antônio, que coordena o grupo, disse: “Eu já dialoguei; a partir das determinações do Conselho, eu já dialoguei com o colega do Tribunal do Júri, que apresentou números expressivos durante o julgamento de um policial, acusado de homicídio, demonstrando que o batalhão onde ele atua é o batalhão com maior incidência de mortes decorrentes de intervenção policial.”

Esse diálogo também com os números se torna importante. É uma coisa se somando a outra para, depois, chegarmos a um cenário muito mais promissor.

A SRª RENATA NEDER – Como falei antes, uma pergunta fundamental que precisamos começar a responder não é mais como a polícia mata. Nós já conhecemos essas dinâmicas. Isso está sendo estudado há muito tempo. Eu acho que é por que a polícia mata. E, às vezes, nós vamos encontrar casos de despreparo, de falta de treinamento, de imperícia, de muito estresse, mas vamos encontrar muitos outros casos que têm a ver, às vezes, com a corrupção policial, com a guerra de drogas, com o desacerto no chamado arrego, que é a propina

paga com a vontade do policial de apreender uma determinada arma. Ele executa uma pessoa que está com o fuzil porque ele quer apreender aquele fuzil, porque ele vai revender aquele fuzil em um outro lugar.

Essa é a pergunta que precisa ser respondida, não só para que haja justiça nos casos individualmente, mas porque qualquer política de prevenção só vai ser eficaz se soubermos qual é a origem do problema. Então, precisamos responder o porquê de a polícia estar matando.

Há uma recomendação que eu faria que não tem a ver com o Ministério Público, mas já que estamos aqui, diante da CPI novamente, acho que vale a pena falar; tem a ver com a desconstrução dos estereótipos. Nós estamos falando de racismo, de estereótipos negativos associados à juventude negra ou ao chamado criminoso, “a ideia do bandido bom é bandido morto”. Como nós desconstruímos isso? Como mudamos a mentalidade da sociedade que apoia esse policial que aperta o gatilho?

Fazemos isso através de campanha. Precisamos de campanhas de combate ao racismo e precisamos de campanhas que desconstruam essa lógica do “bandido bom é bandido morto”. Precisamos ter a coragem de, publicamente, dizer que se alguém é suspeito de ter cometido um crime, ou estava cometendo um crime em flagrante, essa pessoa vai ser detida, vai ser devidamente investigada e, se for o caso, ela vai ser responsabilizada, mas não podemos abrir mão do devido processo legal.

Também acho que essa é uma área de recomendação importante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Renata.

Vou passar a palavra para o Fábio George, que vai encerrar a reunião, mas, antes, quero dizer, Prof. Luiz Eduardo, que, domingo, houve uma passeata na orla do Rio de Janeiro. Um grupo de 100 jovens negros, esqueitistas, que se reúnem todo ano para passear de esquete, vinham em sentido contrário da passeata. Isso foi uma grande confusão. Foram vistos como inimigos, “o que é isso”? As imagens que estão na internet são impressionantes! E os policiais que estavam se viram contra todos os jovens. “Nós estamos só passeando de esquete”.

É uma cena que demonstra isso.

Eu queria só agradecer muito ao Conselho Nacional do Ministério Público. Acho, sinceramente, que daqui vamos fazer uma grande parceria. Já tomamos liberdade com o Conselheiro Antônio Duarte de pegar o telefone dele, das entidades, porque essas entidades são muito importantes, a Anistia, o Fórum Brasileiro.

Saio daqui muito confiante de que essa parceria vai ter frutos. Acho que esse encaminhamento do Rio de Janeiro de uma primeira reunião, com certeza o Procurador-Geral, Marfan, vai gostar. Daí podemos criar algo que acho que pode ser replicado também em outros Estados brasileiros.

Muito obrigado a todos os Srs. Conselheiros.

Passo a palavra, imediatamente, para Fábio George, que vai encerrar a reunião.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Bom, também quero realçar a alegria de tê-los todos aqui conosco.

Não tenho dúvida nenhuma de que é uma parceria que veio para ficar. Em todas as áreas de nossa atuação – e quando digo isso não é da boca para fora, realmente –, as entidades de controle dos movimentos sociais estão aqui.

Recentemente, discutindo política nacional de enfrentamento à malversação de recursos públicos, corrupção, tivemos parceria com as 30 maiores entidades de controle social do País, que estão nos ajudando a desenvolver, para 2016, 10 grandes projetos, para além do aspecto repressivo, que é importante que o Ministério Público cumpra o seu papel, mas também campanhas de conscientização, projetos educacionais, estímulo, orientação e capacitação para que o controle social possa realizar, pelo País afora, essa missão fundamental de nos ajudar a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

E eu começo a minha provocação, no final, por aí: 80% ou 90% da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público decorre de provocação interna de membros do Ministério Público brasileiro. Falta a ajuda do controle social para casos como esse, em que a omissão ocorreu e, na verdade, as entidades não nos representam.

Então, fica o desafio aqui. Desde já eu me coloco à disposição – tenho certeza de que o Conselheiro Antônio Duarte e o Valter, no mesmo sentido – para tentarmos verificar como podemos conscientizar, estimular e capacitar os movimentos sociais também nesta área, para sempre que houver uma omissão em concreto, fazer a representação que provoque uma atuação efetiva do Conselho Nacional nesse tocante.

E eu cito mais uma vez o exemplo, o caso do Piauí, de que eu falei ainda há pouco. Vou ler só a ementa que reproduz o que foi feito:

Alegação de inércia, por parte do [representante do] Ministério Público do Estado (...), na fiscalização do regular andamento de inquérito policial instaurado para apurar (...) crimes de abuso de autoridade cometidos por policiais militares (...).

Constata-se dos autos que o inquérito teve o andamento paralisado diante da determinação do Delegado Regional da polícia civil [de que não havia ninguém para apurar e, portanto, o inquérito ficasse sobrestado] (...).

O que disse este Conselho? Falha no controle externo da atividade policial pelo órgão ministerial, eis que, diante da inércia da autoridade policial em dar andamento ao inquérito, nada fez o membro do Ministério Público. E poderia agir de diversas formas, seja assumindo a investigação, seja abrindo o diálogo com as autoridades da segurança para que aquela falha na estruturação viesse a ser suprida, seja agora reconhecida pelo Supremo, ajuizando a ação civil pública, porque nos foi dada a legitimidade para sermos indutores nessa área.

Então, fica esse desafio, essa provocação para que também possamos conscientizar. E falo do CNMP, mas poderia falar do CNJ. A atividade de controle social em relação ao trabalho do Ministério Público brasileiro e da Justiça brasileira, ao contrário de outras áreas da Administração Pública, ela é mínima, ela é irrisória, e os Conselhos foram criados para receber representações concretas e para ter esse olhar expressivo e relevante da sociedade civil organizada para nos provocar do ponto de vista concreto.

Mas eu tenho certeza de que, além deste papel fundamental, o Conselho pode participar dessa articulação e pode contribuir de maneira ampla.

E aí quero citar, Senador Lindbergh, essa ideia do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Nós gostaríamos de participar mais. O Ministério Público, até este momento, não foi convidado para participar, seja da discussão, seja da construção desse modelo. E eu, que acompanhei o Pacto pela Vida, em Recife, vi, durante seis anos, concretamente, que é possível enfrentar a criminalidade reduzindo esses números. Infelizmente, o Pacto pela Vida no Estado está sendo deixado de lado, e Pernambuco começa, mais uma vez, a recrudescer nos números da violência. Mas a redução que foi feita e o trabalho que foi realizado nesse modelo, que é mais ou menos o mesmo modelo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O senhor participou lá, na época?

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Sim, participei de várias reuniões, acompanhei, obviamente não de todo. O envolvimento maior era do Ministério Público do Estado nas ações do dia a dia, mas participamos de várias reuniões e pudemos ver um caso de sucesso. Durante seis anos, conseguiu-se reduzir de maneira significativa a violência. E eu tenho certeza de que é esse o mesmo modelo que orienta e ilumina a construção do Pacto pela Redução dos Homicídios, com as câmeras de monitoramento e o diálogo que foi construído.

E nesse sentido quero ressaltar uma iniciativa pioneira do Ministério Público brasileiro.

Na Paraíba, o Ministério Público do Estado e o da União lançaram conjuntamente, num esforço comum, fórum pela prevenção e monitoramento da violência. É um espaço a partir do qual se juntam as instituições de pesquisa, as agências governamentais e a sociedade civil para, junto com o Ministério Público, identificarem os vetores da violência, as causas da violência, e poderem construir soluções conjuntas. Eu acho que esse é um exemplo para além dos casos concretos importantíssimos e que poderiam ser replicados em vários Estados. Não há nenhum sentido de estarmos movimentos sociais, órgãos governamentais, aí incluído o MP também, dissociados em relação ao tema. Podemos ou poderíamos já estar em todos os Estados do Brasil participando de fóruns como esse para que essa discussão viesse a ser feita de maneira mais transparente possível.

Então, a alegria é enorme. Não sabem os senhores como nos deixaram contentes e alegres por mais uma vez e num tema importantíssimo realçar o papel do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com essas palavras, eu devolvo a palavra ao Senador Lindbergh, que é o condutor da audiência, para que ele possa fazer as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Fábio. Eu já vou encerrar.

Eu acho que temos de envolver o Ministério Público nessa discussão do Plano Nacional de Redução de Homicídios. Já saem ali com tarefas de convocá-los para participar dos debates.

Agradeço muito a todos os Conselheiros e também aos nossos convidados. Acho que foi uma reunião produtiva.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião, realizada em 22 de março de 2016, às 14 horas e 57 minutos, no Plenário nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores **Romero Jucá, Omar Aziz, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues e Wellington Fagundes**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Gladson Cameli, Zeze Perrela, Ciro Nogueira, Donizeti Nogueira, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre e Fernando Collor**. Na ocasião, discutiu-se sobre o acervo de documentos sigilos da Comissão, bem como a Presidência encaminhou, a cada membro presente, uma síntese da documentação de acesso restrito em poder da CPI, em especial a relacionada à Operação Dürkheim. Conforme esclarecido durante a 24ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2016, na qual se aprovou esta ata, não serão publicados os trechos que eventualmente façam referência à documentação sigilosa recebida por esta Comissão, que serão autuados em apartado, como documentação de acesso restrito.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apresentação de uma síntese de toda a documentação de caráter sigiloso em poder desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Comissão já conta com mais de 100 arquivos, incluindo informações de sigilo fiscal e o Relatório de Inteligência Financeira, do Coaf, além do sigilo bancário e telefônico relativo a pelo menos 15 pessoas físicas e jurídicas.

Até o presente momento, dos 16 membros da Comissão, apenas seis se candidataram para obter acesso ao banco de dados. São eles o Senador Donizeti Nogueira, o Senador Paulo Bauer, o Senador Humberto Costa, o Senador Hélio José, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador e Relator Romero Jucá, que se cadastrou hoje.

Por fim, registro que o Senador Hélio José enviou ofício a esta Presidência, justificando a sua ausência na presente reunião, decorrente de missão oficial.

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador, eu acredito que assim que os Senadores estiverem de posse... A partir de agora estarão com todos os documentos que foram levantados no que se refere a sigilo bancário, enfim, todo o trabalho que foi feito da equipe que compõe esta CPI, a gente vai ter a oportunidade de rever essa decisão, e quem sabe, por meio de novos requerimentos, a gente possa dar seguimento ao trabalho que tem sido feito, de grande qualidade, principalmente no que se refere às pessoas que estão trabalhando conosco.

Senador Romero, tem alguma palavra?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu estou recebendo o material e acho que nessa discussão interna que nós vamos fazer aqui é importante ouvir todos os Srs. Senadores, e a partir daí traçar uma programação de trabalho com os dados que estão sendo levantados e os requerimentos que forem apresentados, com fundamentação, para que possam ser apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senador Omar, quer falar alguma coisa?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador Romário, eu também recebi esse documento, e na semana que vem nós já teremos lido esse documento, eu acho, e a gente poderia fazer uma reunião secreta para tomar as decisões. Seria hoje essa reunião? Eu estava informado de que nós teríamos uma reunião secreta...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, hoje, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, na verdade hoje ficou só para...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É uma reunião interna.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ...entregar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ah, está bom. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... a documentação, para que V. Ex^{as} tenham...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E a gente ainda pode convocar alguns membros, se quisermos, ainda, não é, Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Acredito que sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Porque conforme os dados aqui, a gente chamar para dar explicações para a gente, correto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esse é o objetivo. Senador, tem alguma palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu acho que nós todos estamos recebendo a síntese desse material no dia de hoje. As informações, os primeiros documentos que começam a ser folheados aqui mostram que há elementos gravíssimos para o aprofundamento de investigações. Eu queria sugerir a V. Ex^a, quero logo antecipar aqui, pelo que aqui já vejo, eu acho urgente e necessário, por exemplo, convocar o Sr. Gustavo Dantas Feijó, que hoje é Prefeito do Município de Boca da Mata, em Alagoas, para prestar explicações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pela documentação que aqui está, que, no meu entender, leva a entre outros, termos requerimentos para ouvir esse senhor e ainda termos a quebra de sigilo bancário da campanha desse senhor.

Então, já antecipo que vou apresentar requerimento nesse sentido para a semana que vem. E sugiro, isso aqui é um requerimento que já sugiro, diante das informações que aqui há. Acho que daqui decorrerão vários outros sigilos a serem quebrados. Encontro aqui contradições entre o que o Sr. Del Nero falou nesta CPI e o que de fato está aqui nesta documentação, como, por exemplo, a movimentação financeira da CBF e da FIFA.

Então, eu queria sugerir a V. Ex^a, Sr. Relator, que, na próxima quarta, ou melhor, na próxima terça, realizássemos aqui uma reunião deliberativa desta CPI com requerimentos a serem apreciados.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Uma questão de ordem, aqui, Senador Randolfe, sem querer ser estraga prazer, mas só me atendo, por exemplo, a esse tema que V. Ex^a levantou. Acho que, antes de convocar esse senhor que não sei quem é, se se elegeu Prefeito, primeira coisa que determino a minha assessoria: entre no sistema do TSE e verifique se ele foi candidato, se recebeu doação, como é que foi a prestação de conta. Então, acho que temos algumas informações e algumas averiguações que podem ser feitas sem necessariamente partir de pronto para uma convocação de algo que a gente não sabe efetivamente, porque isso aqui é um *e-mail*, tem que verificar como ocorreu tudo isso.

Então, acho que é mais prudente analisarmos a documentação, na quarta-feira – até porque não há membros aqui, nem para decidir –, fazer uma reunião interna, para definirmos que diligência vamos fazer, quem vamos convidar. Se convidarmos e não vier, quem vamos convocar, ou seja, fazemos, efetivamente, um plano de atuação checando dados e pegando informações. Acho a posição do Senador Omar mais operacional e prudente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E não querendo protelar, mas, com essa decisão, daríamos mais agilidade às coisas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Claro, exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, outro dado aqui que me chama atenção e que acho que nos leva a chamar novamente o Sr. Del Nero. Veja, está cristalino na memória de todos, quando o Sr. Del Nero esteve aqui, interroguei-o sobre a existência de contas no exterior, *ipsis litteris*, fiz o seguinte questionamento:

– O senhor tem contas no exterior?

O Sr. Del Nero respondeu:

– Não, senhor.

Perguntei novamente:

– Com certeza, o senhor não tem?

Ele novamente respondeu:

– Com certeza que não.

Eu insisti:

– Esta CPI não chegará na sua quebra de sigilo, esta CPI não chegará na sua quebra de sigilo a nenhuma conta no exterior, com certeza?

Ele respondeu, inclusive já em tom irônico:

– Nem trustee.

Reiterei a pergunta:

– Nenhuma conta?

Ele respondeu:

– Nada, nada, nada.

E, ao que me parece, há indícios aqui pela quebra de sigilo, da existência de contas dele.

Depois da veemência, Senador Paulo, com que ele disse que não tinha contas no exterior, a quebra do sigilo dele nos traz a existência de contas no exterior. Parece-me que isso é elemento suficiente para, novamente, convocar o Sr. Del Nero aqui, porque ele incorreu em uma insistente falsidade testemunhal aqui na CPI. Esse documento que chega aqui me parece que é cabal nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu acredito que cabe a V. Ex^a, com certeza, fazer o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Assim o farei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E nós faremos nosso papel aqui de colocar para votar. A partir do momento em que haja um entendimento por parte desta Comissão, em que a maioria seja a favor, eu acredito que seria de vital importância, neste momento, só por esses dados aí que foram citados por V. Ex^a, a presença mais uma vez aqui do Sr. Marco Polo Del Nero e do Sr. Feijó também.

E só para antecipar, estão chegando – talvez já estejam aqui – todos os dados dos Srs. Ricardo Teixeira, do COL, Wagner Abrahão e Carolina Galan. Eu espero e acredito que até a próxima semana, quando será feita nossa reunião, esses dados estejam aqui em nossas mãos para que possamos discutir e decidir o que faremos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu concordo com tudo o que o Senador Randolfe está colocando. Eu acho que não podemos ir contra os fatos e o que aparece. Já existe uma investigação por parte do Juiz Federal Márcio Ferro Catapani, que repassou as informações para V. Ex^a. O senhor está repassando as informações que a Justiça e a Receita Federal, Senador Randolfe, já têm. Elas poderiam nos dar essa informação mais concreta, inclusive, tendo mais dados, mais informações, até porque, quando chamarmos qualquer pessoa aqui, nós teremos alguma coisa a mais. Elas já estão com uma investigação bem mais avançada que nós, tanto é que nós temos informações aqui de algumas ações que foram feitas baseadas naquela operação anterior. O juiz tomou, conforme o ofício encaminhado do Senador Romário para nós aqui Senadores. Então, para nós também nos informarmos mais em relação a isso.

E parece que o Juiz Márcio é do Rio de Janeiro, não é isso, Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso, exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E ele foi muito gentil, encaminhou para nós as informações que tínhamos pedido, mas, em qualquer informação a mais que nós possamos ter, eu acho que, neste momento, tanto a Receita como o Juiz já têm essas informações, que podem ser passadas para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Omar, as informações estão aí.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim, sim.

Eu estou vendo as informações que aqui comprovam contas, que comprovam *e-mails*. Se foram ou não concretizados os pedidos, é uma outra questão. Há aqui um *e-mail* do Wagner, que, no final, Senador Randolfe, trata de contrato com uma empresa para transporte de clubes no Brasil.

Muitas vezes – só para lhe dar um exemplo, Senador Romário –, um contrato nos obriga a usar uma única empresa. Senador Randolfe, muitas vezes um voo que duraria duas horas, como a empresa não tem aquele trecho, demora 12 horas, 14 horas para você chegar ao destino, na Região Norte, por exemplo. Para sair do Amazonas para ir para o Amapá, você tem de vir para Brasília e voltar para o Amapá, passar horas e horas. Quer dizer, são coisas que nós temos que melhorar. Não pode você ficar dependendo só de uma empresa para fazer a quantidade de voos que são feitos aí em campeonatos brasileiros, para que os times participem. Mas que é preocupante, é. E nós temos de dar uma satisfação no nosso relatório final.

Mas está muito mastigado já isso. O Senador Romero Jucá não terá muito problema para ver isso, até porque já está sendo entregue para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O que está pelo menos de comum acordo aqui é que, nessa reunião que faremos na próxima semana, a gente colocará tudo isso aí. Até lá eu tenho certeza de que os Senadores terão acesso, inclusive, ao resto do material. E aí eu tenho certeza de que a melhor decisão para o bom andamento desta CPI será tomada a partir da semana que vem.

Senador Paulo Bauer, alguma coisa?

Antes de encerrar, eu coloco em votação a Ata da 22ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura. *(Pausa.)*
A ata está aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, desculpe-me. Antes de V. Exª concluir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós teremos uma reunião deliberativa semana que vem? É isso? Para apreciar os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu acredito que ideal seria nós fazermos uma reunião secreta, vamos chamar assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Eu só queria solicitar de V. Exª, do Relator, o Senador Jucá, sem nenhum óbice e concordando com o encaminhamento melhor que V. Exª achar no tratamento dessas informações e encaminhamento, que, não sendo possível semana que vem, na semana seguinte nós fizéssemos uma reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Claro. Isso será feito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acho que se tornará iminente isso diante desses dados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Senador.

Mais uma vez, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)

SENADOR ROMÁRIO

Presidente

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.**ATA DA 17ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião, realizada em 15 de março de 2016, às 10 horas e 33 minutos, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Sr. Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Antonio Ivaldo Machado de Andrade, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tércio Ivan de Barros, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Geraldo Ribeiro Vieira, Enio Paes de Oliveira, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo, Carlos Ebner e Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira.** Deixaram de comparecer os membros: **Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato e Cláudio Jorge Pinto Alves.** Na oportunidade, foi aberto prazo para apresentação de emendas à minuta do anteprojeto até o dia 27 de março de 2016 e foram realizadas discussões sobre o anteprojeto. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, bom dia. Há gente presa na biblioteca. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Hoje é dia 15 de março de 2016. Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Especialistas Destinados a Apresentar Anteprojeto de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Informo que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211. Até digo também que já temos aqui algumas contribuições do e-Cidadania que chegaram.

Conforme a convocação, esta reunião destina-se à apresentação e deliberação da Minuta do Anteprojeto de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Senhores, de antemão, eu gostaria de passar a seguinte informação que chegou agora da Secretaria do Senado. Nós trabalhamos aqui no sentido de atender os membros da Comissão dentro das necessidades daquilo que é importante para desenvolver bem um trabalho. Assim, durante toda a semana passada e até ontem, nós estávamos trabalhando por uma prorrogação dos prazos, para atender a um anseio dos senhores para que, de certa forma, os trabalhos se desenvolvessem até de uma forma mais democrática. Nesse sentido, senhores, conseguimos uma prorrogação. Acabo de ser informado de que nós temos uma prorrogação. Nós não temos ainda o prazo que foi determinado, talvez 15 ou 30 dias. Com certeza são 15 dias, não sabemos se vamos além disso.

Assim, a nossa motivação foi especialmente regimental: dentro do trabalho, como se deve desenvolver em uma comissão que está tratado de um assunto tão amplo. Nesse sentido, eu queria então passar a palavra ao Eduardo, se ele puder tomar assento conosco, para explicar como nós poderemos proceder doravante, até mesmo tendo em vista que nós tivemos um número expressivo de contribuições, com os comentários que foram feitos e que foram de fato incorporados ao texto.

Mas, como se diz, vamos realmente ver o que podemos fazer de melhor pelo País.

Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO BRUNO DO LAGO DE SÁ – Bom dia, senhores. Eu vou passar algumas instruções de como vai ocorrer a discussão e a votação do anteprojeto.

Primeiro, a gente vai conceder a palavra à Relatora para ela falar do anteprojeto, falar inclusive sobre as emendas que os senhores vão poder apresentar. Vou falar daqui a pouco sobre isso. Mas, de qualquer forma, todo mundo já tem conhecimento do relatório, já foi distribuído por *e-mail* e está publicado também na internet.

Lido o relatório, passa-se, então, à discussão dele. E cada membro vai poder usar da palavra por dez minutos, para discuti-lo. Sem prejuízo disso, os senhores vão poder apresentar emendas para modificar o texto proposto pela Relatora, seja adicionando dispositivos, suprimindo dispositivos ou modificando dispositivos.

Essas emendas devem ser entregues para a secretaria, por *e-mail* mesmo, no prazo que o Presidente vai conceder aos senhores. E aí nós vamos recebê-las, numerá-las e publicá-las na internet. A Relatora vai pegar essas emendas e proferir parecer sobre elas, recomendando o acolhimento ou a rejeição de algumas. E aí, no dia marcado para votação, essas emendas vão ser, juntamente com texto principal, votadas.

Quanto à sistemática da votação mesmo, primeiro vamos votar o texto que a Relatora vai trazer. Depois, vamos votar as emendas em globo de parecer favorável e as emendas de parecer contrário, também em globo.

Caso haja alguma emenda de parecer desfavorável, os senhores vão poder apresentar um requerimento de destaque para que essa emenda seja tirada do grupo de parecer desfavorável para ser votada separadamente. Mas isso aí no dia da votação. E por *e-mail* também vão os modelos das emendas para os senhores poderem apresentá-las.

No dia da votação, se alguém for apresentar requerimento de destaque para votar essas emendas, as emendas de parecer desfavorável, vai precisar do apoio de mais cinco membros. Será a pessoa mais cinco membros para poder apresentar o requerimento de destaque. É votada antes do texto a sua admissibilidade, para saber se essa emenda vai ou não poder ser votada separadamente, ao final da votação.

Quanto às emendas, elas têm de ser individuais para cada mudança, salvo se você tiver mais de um dispositivo a ser alterado e esses dispositivos forem relacionados. Por exemplo, uma mudança no art. 2º que se relaciona com uma mudança lá no art. 100. Aí eles podem constar da mesma emenda. Agora, se forem alterações sem relação, é uma emenda para cada dispositivo.

Eu acho que é isso. Alguém tem dúvidas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRUNO DO LAGO DE SÁ – Sim. Sim. Nós vamos encaminhar direitinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRUNO DO LAGO DE SÁ – Sim. Vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Esclarece para mim qual é o prazo regimental para apresentação.

O SR. EDUARDO BRUNO DO LAGO DE SÁ – A Comissão de Juristas não tem um prazo específico regimental para apresentação de emendas. Há no Senado um prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas. Então, o Presidente está usando esse prazo de cinco dias e vai conceder até segunda-feira que vem para que os senhores apresentem essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Segunda-feira à noite, por favor.

O SR. EDUARDO BRUNO DO LAGO DE SÁ – Sim. 23h59.

Mais alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, nós não passamos por um momento fácil no País. Todos nós sabemos disso. Estamos passando por mudanças estruturais. A coisa, economicamente, está muito complicada. E para que nós realmente conseguíssemos esse espaço para respirar, para trabalhar na Comissão, foi contando muito com a compreensão dos Senadores que estão envolvidos com esse projeto, porque eles têm o desejo muito grande de que o trabalho saia. Eles estão fechados com isso. E o que é mais importante: o texto que nós apresentamos, que nós temos estudado, tem apresentado grandes qualidades.

Obviamente, senhores, estamos fazendo o máximo para atender, porque somos 25 membros. Eu conto para quórum. As contribuições que chegaram foram várias e temos provado que todos que têm mandado... As contribuições estão sendo inseridas no texto, assim foi até o momento.

Para explicar melhor o que está acontecendo, vou passar, então, a palavra para a relatora para que ela possa passar um pouco o *feedback* do trabalho que a Comissão está desenvolvendo para que os senhores tenham a ideia da magnitude desse trabalho.

Professora.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – Acho que está muito curto. O senhor há de convir o seguinte: setores, por exemplo, como o nosso da estrutura portuária, são amplos e teremos que dar conhecimento de todo esse trabalho, por enquanto provisório, a todos os membros que compõem o setor. Então, acho que... Só gostaria de entender por que não poderíamos ter um prazo maior.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Qual é o nome do senhor? Desculpe.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – Jorge Jardim, da ANEAA.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sr. Jorge, obrigado pela participação do senhor.

Não concedemos a palavra para pessoas que não sejam membros para falar em plenário.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – O senhor me desculpe, mas imagine o senhor o seguinte: pedimos inclusive para participar como membro, mas nem resposta tivemos. Colocamos um companheiro para acompanhar os trabalhos. Infelizmente, ele não está conosco. Entendo que o que se busca é o melhor trabalho possível, em aqodamento naturalmente, mas permitindo que os setores importantes desse processo possam dar suas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sr. Jorge?

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Entendo a importância da ANEAA, obviamente do senhor. O que podemos colocar é que, durante toda Comissão, que, em número, talvez seja uma das maiores do Senado e a primeira que admite pessoas que não são apenas juristas, estivemos sempre abertos a recebimento de contribuições. Desde o primeiro dia até praticamente o final de outubro, dia 19 de outubro, estivemos abertos a toda comunidade, principalmente não membros. Temos inclusive todas essas contribuições catalogadas. Todas essas contribuições foram, de certa forma, inseridas naquilo que foi possível, até mesmo pela compatibilidade jurídica da situação ou da proposta. Não estamos refutando a participação da ANEAA ou de qualquer membro da sociedade.

Mas o que acontece? Essa Comissão começou a funcionar em junho. Começando a trabalhar em junho, fomos desenvolvendo, encontrando o melhor termo e chegamos, então, que as contribuições deveriam ser entregues até outubro. Assim o foram. A professora pode até explicar melhor como foi feito o trabalho da relatoria. Chegamos, então, ao dia 20 de fevereiro. Passamos para os demais membros o texto, concedemos um prazo, me parece, até o dia 3 de março, mas, depois, a pedido dos membros, concedemos até o dia 10 de março para que fossem feitos os comentários já sobre o texto consolidado. Por fim, depois de muito insistir, e foi um trabalho realmente feito junto aos Senadores porque não tem mais orçamento, não temos mais condições, conseguimos o seguinte: garantimos 15 dias agora, algo que, até ontem, eu achava impensável, porque eu também entendo necessário.

Quero deixar até claro, aqui, para os membros que também sou favorável, sempre fui favorável à prorrogação, só que tenho que segurar as necessidades que me são passadas pelo Senado. Então, às vezes, tenho a pecha de antipático: você não abre o prazo? Você não... Só que não foi assim. Então, conseguimos esse prazo de 15 dias, que é o garantido até o momento. A maioria dos membros já mandou os comentários em cima do texto que foi aprovado. A metade dos membros já mandou os comentários, que foram consolidados. Agora, estamos concedendo mais esse prazo, regimental, que está dentro do Senado, passando.

Agora, Sr. Jorge, é importante referendar o seguinte: estamos trabalhando em um anteprojeto. Essa não é uma matéria terminativa. Essa matéria vai servir de base, e, obviamente, vai ser passada para o Senado, para virar um projeto de lei.

A ANEAA é uma associação muito ativa e o senhor terá a oportunidade de conversar com o Parlamentar e de fazer essa proposta também, aquilo que, de repente, não esteja atendendo, no entendimento do senhor, dentro do texto àquilo que sejam as necessidades do setor.

O importante é que os trabalhos da Comissão não se encerram aqui, vão se prolongar e, obviamente, o tempo do Senado é o tempo do Senado, é o tempo que os Senadores poderão propor alterações, emendas; vamos entregar um anteprojeto. Obviamente que a base tem que ser importante, mas o senhor fique tranquilo que se o senhor sentir que algo não está de acordo com as suas convicções, o senhor terá o momento político para tratar disso.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – Só agradecer as suas considerações e dizer que o nosso propósito não é de crítica, longe disso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Com certeza.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – Pelo contrário, até admiramos o trabalho que está sendo levado a efeito.

Nosso propósito é simplesmente o seguinte: como é matéria muito específica, se conseguirmos levar para o Senado uma proposta que traduza o que o setor almeja, o que seja mais aderente aos interesses do setor, melhor. Por isso que sugiro um tempo maior, para que, em cima desse trabalho que está aí, bem feito, sem dúvida, um trabalho árduo, difícil, que reuniu tanta gente com interesses distintos, mas, de qualquer forma, fica só a minha colocação no sentido de que o prazo, se possível, poderia ser mais estendido. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Muito obrigado.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – E parabéns pelo trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado, Sr. Jorge.

A nossa intenção, obviamente, é trabalhar com maior cientificismo possível. O senhor terá oportunidade de fazer as intervenções junto aos Parlamentares, de propor, de trabalhar as matérias; essa aqui é uma Casa que tem atendido o setor. Da minha experiência, é o que tenho visto.

Assim, senhores, educadamente concedemos a palavra ao Sr. Jorge, que realmente está ansioso, assim como muitos aqui presentes, mas gostaria que aquelas pessoas que não fossem membros procurassem não fazer intervenções, porque estamos desenvolvendo um trabalho que é pesado, e, como se fala, estamos aten-

dendo aos anseios da Comissão em relação à extensão desse prazo, ou seja, todos aqui estão trabalhando muito, a maioria está devidamente compromissada.

Quero passar a palavra à professora, para que ela faça as considerações quanto ao relatório; depois, retomo a palavra.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Bom dia a todos. Realmente é um prazer estar em contato com vocês novamente e quero agradecer todas as contribuições que nos foram entregues dentro de todos os prazos que foram dados. Desde junho, quando começamos o trabalho aqui, estamos recebendo várias colaborações. Quero, inclusive, agradecer realmente os seis membros que nos mandaram colaborações e críticas específicas que foram revistas e integradas ao novo texto que foi distribuído a vocês.

Em segundo lugar, é importante dizer que nesse prazo prorrogado, a relatoria só poderá aceitar propostas objetivas em relação a determinados artigos com redações específicas, críticas genéricas – “olha o código não atende aos interesses” – não poderemos levar em consideração, somente material objetivo, como nos foi enviado, vocês estão acompanhando, sendo que, inclusive, já temos um *feedback* de alguns setores que realmente agradeceram o nosso contato, informando que haviam verificado arquivo errado e que sua proposta não constava, porque havia verificado um arquivo não atualizado.

O nosso trabalho foi com base em 1500 propostas, do ponto de vista jurídico é realmente um trabalho estóico, porque tivemos que verificar a compatibilidade com a Constituição e com a legislação esparsa sobre a questão.

Não foi só um trabalho de aceitar ou não a proposta de um setor ou de um membro, mas foi um trabalho de inserção daquele nível de dispositivo jurídico no ordenamento jurídico brasileiro a evitar-se antinomias jurídicas. Segundo, podemos verificar realmente, como vários solicitaram, quebras e paradigmas não só em termos operacionais, mas também como jurídicos.

Inclusive, em alguns casos, fui até resistente, mas no fim tive que renegociar com alguns de apoio jurídico a questão de autonomia da vontade, de lei aplicável a contratos na área de direito internacional, porque aqueles que não são da área jurídica talvez não saibam que a Lei de Introdução ao Código Civil manda aplicar a lei do lugar da constituição do ato jurídico. Esse é um problema sério para o comércio internacional, porque se você quer aplicar a lei escolhida pelas partes no contrato internacional, tem que firmar, por exemplo, os Estados Unidos, enfim.

Nós tivemos que fazer um trabalho muito grande para inserir inclusive alguns elementos de conexão em nível de direito internacional privado e inserir alguns institutos que ainda não estavam sendo aceitos em nível de direito interno, mas fazendo assim uma roupagem jurídica à luz da Constituição. Então, quanto a esse trabalho, eventualmente, quem tiver interesse, nós temos todas as planilhas passo a passo, discussão por discussão, como foram todos inseridos e depois como foram, aos poucos, sendo retirados ou alterados, em face de problemas de antinomias jurídicas. Não era nem questão de ser favorável ou contrário àquela posição do membro ou da entidade que nos encaminhou a proposta. Na verdade, agora, o nosso trabalho vai continuar nesse sentido.

Eu quero agradecer muito o apoio do Dr. Geraldo e do Dr. Ricardo, que realmente fizeram um trabalho maravilhoso do ponto de vista dessa compatibilização e, daqui para frente, o trabalho será esse igual, quer dizer, vamos receber as emendas, vamos verificar se isso vai ser pertinente à luz da sistemática jurídica. Não adianta, pois alguns vão falar: “não, mas passa por cima da Constituição”, quem não tem formação jurídica.

Nós não podemos mandar um projeto para votação com normas antinômicas – isso daí é impossível. Então, eu queria reiterar que, nesse prazo que vai ser prorrogado, aqueles que tiverem suas propostas que nos mandem as emendas. Se possível, verifiquem se já tem legislação esparsa sobre a temática ou não, e vamos fazer a mesma sistemática: verificar a possibilidade de inserção e, se não for possível, terá uma justificativa, sempre à luz de fundamentos jurídicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vou passar a consideração para o Castanho.

Senhores, a situação em que estamos é a seguinte: conseguimos, com muito esforço, com muita compreensão, essa prorrogação. Talvez um mês, talvez uma semana fossem ou não fossem suficientes, mas eu tenho percebido uma reação positiva dos membros, principalmente dos que têm mandado comentários, que mandaram as contribuições dentro do prazo e depois mandaram os comentários. Esses membros realmente estão de parabéns, porque é como se fala. Nós não temos, assim, olha: “missão dada, vamos cumprir, vamos fazer o melhor”. E, se o prazo é curto ou não, é um prazo que nós temos e que é importante para trabalhar, novamente, para aperfeiçoar.

Vou passar, uma vez que chegue segunda-feira, que sejam entregues os trabalhos para a professora, para a secretaria, porque a secretaria terá que organizar isso, *vis a vis*, o número de emendas, a ordem de chegada. É um trabalho que não é simplesmente... isso tem que constar no relatório, inclusive.

Vai ser passado para a professora, não vou estabelecer agora um prazo para a próxima reunião, até mesmo porque nós não sabemos se vamos ter o prazo de 15 ou o prazo de 30 dias, vou tentar fazer de tudo para informá-los, com uma semana de antecedência, sobre a próxima reunião. Afinal de contas, entendo que a dilatação seria melhor, mas também a professora, a relatoria e o grupo, todos têm que trabalhar dentro – todos sabem – de um prazo que seja razoável.

E, realmente, volto aqui e parabeno os esforços dos membros. Temos visto aqui a colaboração do Geraldo, do Bernard – que ter sido exemplar –, o Engenheiro Celso também tem contribuído, tem esclarecido muitas dúvidas. Coronel Camargo, muito obrigado. Ou seja, com aquelas pessoas que mandaram essas contribuições, nós tivemos até oportunidade de sentar, discutir. Também estivemos na ANAC, estivemos com o Doriêdo. Então, estamos tentando dar o máximo de transparência possível aos trabalhos.

Senhores, vamos, após as considerações do Castanho e após as considerações que chegaram aqui pelo e-Cidadania, algumas perguntas – e vou até mesmo pedir a ajuda eventual dos membros para respondê-las –, já poderemos dar por encerrados os nossos trabalhos. E poderemos, então – como se diz –, partir para essa segunda fase, de ordem eminentemente técnica.

Então, Castanho, por favor, o senhor tem dez minutos.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – O.k.

Primeiro, Presidente, creio que todos aqui têm a curiosidade de saber, de entender o que aconteceu do início do recesso do ano passado para cá. Estamos falando como se estivesse tudo o.k., como se todas as contribuições tivessem sido consideradas e como se agora estivessemos só trabalhando no ajuste fino, mas não é esse o meu entendimento e creio que não seja o de grande parte aqui, porque estamos recomeçando um trabalho.

O texto que foi apresentado está nu e cru, tal qual estava o texto antigo, que foi apresentado como o posicionamento de alguém ou de um grupo, mas que não reflete a contribuição que a maioria aqui fez. É o que foi verificado no texto apresentado do anteprojeto para nós.

Então, acho que é uma questão que temos de esclarecer para o grupo. Agora chegar e dar 15 dias para um trabalho que, na verdade, foi feito durante seis meses? E agora vamos ter de refazer? Os posicionamentos foram feitos em cima do texto atual, do CBA, com a intenção de que agora fôssemos fazer só o ajuste fino.

Nós recebemos um texto – e não sei se foi só minha a impressão – que não confere com aquilo que discutimos, inclusive a metodologia utilizada, e agora vamos ter 15 dias, ou melhor, uma semana para entregar todas as emendas, sendo que, em cima desse texto que nos foi apresentado, já fizemos algumas observações – todas, observações que foram feitas durante os seis meses do ano passado.

Então, só gostaria de um esclarecimento para a Comissão toda de como foi feito isso, por que foi seguido dessa forma, qual foi a inspiração para essa metodologia, à revelia do que havia sido definido nas reuniões – salvo eu esteja enganado, salvo somente eu esteja com essa impressão.

Então, chegar agora e dar uma semana para que se apresentem as emendas e para que se coloque em votação é impossível, independentemente de quantas emendas ou de quantos artigos tenham sido incorporados ou não, e de quem tenham vindo esses artigos.

O texto é desconhecido de todos ou da maioria. Então, acho que estamos começando aqui como se tudo estivesse bem e como se estivessemos continuando o trabalho. Nós estamos recomeçando o trabalho, por isso peço que nos deem uma luz com relação a... Nós vamos ter de criar uma metodologia daqui para frente.

Uma semana para apresentar emendas de todo um projeto, em que se aumentaram 70 artigos, sendo que a ideia inicial era reduzi-lo, enxugá-lo? É impossível.

Então, teríamos de começar de novo, com um mês para começarmos a avaliar esse texto novamente e podermos nos posicionar.

Toda aquela avaliação que foi feita do texto antigo, do texto original do CBA, hoje foi por água abaixo. Então, uma luz é começar aqui esclarecendo o que aconteceu.

Nós ficamos três meses sem ter posicionamento nenhum e agora vamos votar? É impossível. É impossível isso. Não funciona assim. Eu não vejo como prosseguirmos com o trabalho nessa linha.

Claro, vamos recomeçar e restabelecer metodologia? Vamos utilizar essa metodologia que foi citada ali? O.k. Mas precisamos de mais prazo. É o mínimo que acho justo com esta Comissão, para que recomeçemos o trabalho, avaliando um texto que é desconhecido de todos.

O SR. RICARDO BAZINOTTO CATANANT – Obrigado.

Bom dia a todos.

Concordo com as ponderações do Castanho.

Gostaria de externar minha preocupação com relação a um ponto da sua fala, Presidente, na medida em que todas as contribuições encaminhadas estão sendo incorporadas na medida do possível, porque não me parece que esse seja o principal aspecto que esta Comissão deveria observar.

Antes de incorporar eventualmente todas as contribuições, mais importante do que isso é discuti-las com profundidade, é motivá-las. Não vejo motivação nas propostas que foram apresentadas. Não se pode saber qual a racionalidade por trás delas.

Eu aproveito o ensejo, então, e gostaria de justificar por que a agência, no curto prazo que foi dado, não apresentou quaisquer justificativas e motivações e críticas ao texto apresentado: porque são várias. Foi feito um levantamento de uma série de pontos, e gostaria de externar aqui e de poder justificar por que não fizemos isso neste curto prazo que foi concedido.

Com toda vênia e com todo o respeito que eu tenho pelos técnicos aqui, pelas pessoas que estão qualificadas, não me entenda mal, Dr^a Maria Helena, tenho um grande respeito pela senhora e seu currículo fala por si só e uma série de outros técnicos aqui, pessoas que vêm trabalhando ao longo de décadas pelo desenvolvimento da aviação civil, que nós temos hoje um setor pujante e que alcançou níveis de desenvolvimento marcantes na indústria aeronáutica, que é representada também por meio da Embraer.

Mas o contexto que levou à edição do código, de uma lei de 1986 é outro completamente distinto do que nós temos hoje. Muito diferente. Um contexto em que havia baixas taxas de penetração, pouca utilização das aeronaves, controle de rotas e de preços, focado em segurança nacional notadamente, com controle de capital estrangeiro; e hoje nós temos empresas transnacionais, a privatização da Embraer, abertura de mercado, SMS com foco em performance, sob os aspectos de segurança, e nova dinâmica de mercado com uso intensivo de aeronaves, novas tecnologias.

A internet revolucionou o setor, os contratos de transporte hoje são celebrados pela internet, enfim, uma série de questões que hoje são postas e fatores que nos trazem o grande desafio sobre como a legislação vai encarar esse mercado.

E eu me preocupo em como esta Comissão se debruçou sobre essas tarefas, esses desafios. Nós procuramos fortalecer as instituições ou resolver pontualmente alguns pontos encaminhados por uma série de setores aqui representados, nos seus específicos pontos de interesse?

Então, eu falo em fortalecimento das instituições, não só sob o aspecto jurídico, mas econômico fundamentalmente, que são as regras do jogo, implícitas ou explícitas, que definem custos de transação em uma economia; os direitos de propriedade asseguram estabilidade jurídica; boas instituições geram os incentivos adequados para o investimento e o desenvolvimento de um País. Quanto maior a necessidade de investimentos, mais necessárias as instituições e, por consequência, estabilidade jurídica.

O setor aéreo, em especial, que tem vultosos investimentos, exige altos aportes, ele exige isso, essa estabilidade jurídica, nesses termos. E esta Comissão buscou eliminar dúvidas, sombreamento dessas competências das instituições? Estabeleceu de forma clara as diretrizes e princípios que esta Comissão deveria ter seguido desde o seu início? O que nós queremos? É fixar alguns pontos que hoje são de conflito, que a agência – reconheçamos –, por vezes, não consegue solucionar por falta de quadro, por falta de transparência; vamos enfrentar os problemas. E nós vamos tentar resolver esses pontos específicos na legislação, cravando na legislação, resolvendo o problema até aqui... E os próximos 30 anos? Essa proposta que nós estamos trazendo vai resolver os desafios que o setor tem para os próximos 30 anos? Eu tenho minhas dúvidas e eu gostaria de ver esses pontos debatidos aqui.

Nós não podemos contribuir com o inchaço legislativo, que é um fenômeno nacional de se escreverem leis e leis e que depois não pegam; então, me parece que nós deveríamos... Nós estamos transformando 300 artigos, que muitos deles já não têm aplicação, em 400. Eu fico bastante preocupado.

Então, eu gostaria, inclusive, de colocar – só para a reflexão dos senhores, para ilustrar a minha fala – alguns pontos que nós levantamos. O §1º do art. 98 da proposta diz que uma aeronave experimental não pode ser transferida, vendida, cedida. Então, se o proprietário dessa aeronave experimental morre, os herdeiros não poderão aceder a esse bem? Isso não está posto. O §3º do art. 100 diz que a Anac tem que emitir certificado de certificação de aeronaves, produtos sem exigências ou comprovações adicionais, documentais. É isso que a indústria aeronáutica quer? Os outros países, a ICAO vai ver na nossa legislação que a Anac, que é autoridade aeronáutica certificadora, não tem competência para exigir, fazer exigências adicionais com relação ao produto ou certificação? Eu coloco para ponderação, inclusive, da própria indústria.

Os direitos dos passageiros. Hoje, nós comemoramos o Dia Mundial do Consumidor. Alguns pontos que estão sendo trazidos na proposta engessam alguns desses dispositivos e, por vezes, até contrariam o que está posto no Código de Defesa do Consumidor. A inversão da responsabilidade objetiva que passa a ser subjetiva

e o consumidor passa a ter o ônus da prova de demonstrar o dolo do transportador, para ser indenizado além dos limites de indenização. Nós vamos retroceder 25 anos nessa discussão?

O setor bancário enfrentou isso na edição do Código Defesa do Consumidor e hoje eles reconhecem, de público, que era manifestamente equivocada a política do setor em dizer que o Código de Defesa do Consumidor não se aplicava sobre o setor bancário. Nós vamos querer trazer a mesma discussão, 25 anos depois, para o transporte aéreo?

Não me parece que seja adequado. O que me parece adequado é que nós tenhamos que prestigiar o critério da especialidade das leis pelo qual a agência reguladora, os prestadores de serviços tenham a prerrogativa de falar pelo caráter da especialidade das leis, observando as diretrizes, os princípios esculpidos no Código de Defesa do Consumidor, através do diálogo das fontes. A doutrina já está se encaminhando para essa interpretação. E eu manifesto a minha preocupação com alguns dispositivos que foram postos ali, que parecem desconsiderar, por absoluto, o Código de Defesa do Consumidor. Isso é muito perigoso.

Inclusive, a Anac acaba de lançar em audiência pública as condições gerais de transporte – de novo, sobre esse tema que eu reputo extremamente importante e sensível. Nós propusemos regulamentar as condições gerais de transporte. São direitos dos passageiros. Depois de anos, três anos de estudos, analisando as principais reclamações do setor, os principais itens de judicialização, quais são as principais agruras do consumidor, o que ele sofre na cadeia de prestação de serviços de transporte aéreo, enviamos, com essa proposta de audiência pública, que vai se estender em uma discussão ao longo de quatro a seis meses.

E a Anac faz isso calcada e com o pressuposto de que essas regras possam atender a essa sensibilidade, que varia conforme a maturidade do consumidor, o entendimento da cadeia de transporte aéreo, a assimetria de informação e uma série de outras assimetrias...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – ...que a agência tem condições de observar. Então, essas questões me parece que devam ficar para o aspecto regulatório.

Por fim, não posso deixar de mencionar: nós vamos incorporar uma lei de 1973, que diz sobre o regime de tarifas aeroportuárias, no que haveria de ser um moderno Código de Aeronáutica? A Lei nº 6.009 é de 1973! Uma lei que engessa e retira e traz uma série de ineficiências, como chegou a ser exposto nesta Comissão – mas, infelizmente, não houve um debate aprofundado sobre o tema –, no Código de Aeronáutica? Parece-me que esse não é o melhor caminho.

Regulação de quantidade. A proposta diz:

Art. 43.

IV – asseverar quais são, em determinado momento, a quantidade e qualidade ótimas de bens e serviços de infraestrutura aeroportuária a serem ofertados;

O objetivo da Comissão é voltar a uma regulação interventiva, que se mostrou ultrapassada após o início da liberação do mercado brasileiro em 2001, com princípios que foram consagrados pela Lei da Anac em 2005? Senhores, não há mais que se falar em regulação de quantidade, muito menos em quantidade ótima.

Regulação por custos. Isso é extremamente sensível para os aeroportos – a associação aqui está tentando fazer uso da palavra também.

Art. 43.

VIII – evitar que o ambiente de monopólio natural na prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária crie ineficiências estáticas e dinâmicas, de modo a assegurar que não sejam cobrados preços acima dos custos marginais de longo prazo;

O objetivo da Comissão é prescrever uma regulação por custos pesada e interventiva, enrijecendo a atuação da Anac e impedindo soluções regulatórias flexíveis, que são observadas em mercados de aviação desenvolvidos? Não há sentido em prever em lei a forma de regulação por custos, ainda mais em um setor complexo como o de aeroportos. E não há que se falar em monopólios naturais puros, dado que ainda há competição, mesmo que segmentada e limitada.

Dito isso, eu queria só manifestar a minha preocupação de que, ainda que seja dada a extensão do prazo, Sr. Presidente, nós não temos tempo, efetivamente, de fazer uma reflexão mais profunda, de analisar as motivações das propostas que estão sendo trazidas. Porque, quero enfatizar, não me parece que seja o melhor caminho nós simplesmente compilarmos e colocarmos em um texto de lei todas as propostas que estão sendo trazidas. Isso vai levar a um inchaço legislativo e, em um horizonte de curto, médio prazo, à inaplicabilidade de muitos dispositivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tudo bem.

Sr. Respício.

Aliás, primeiro foi o Respício, depois o Glanzmann, acho, que fez a inscrição.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (*Fora do microfone.*) – Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sem problema. A próxima palavra é do senhor, depois, será o Tércio.

Sr. Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Bom dia a todos.

Gostaria de ombrear, em cada palavra, com o Comandante Castanho e com o Catanant, principalmente porque, voltando no tempo, naquele junho do ano passado, nós começamos aqui, nas primeiras reuniões, a tentar definir aonde nós queríamos chegar com relação a modernidade, novos conceitos, enxugamento, adequação a futuro.

Por várias vezes falamos aqui que apesar dos grupos separados e grupos neutros e tudo o mais, tínhamos aqui uma missão em nome da sociedade brasileira. Falamos inclusive que nós não poderíamos, de forma nenhuma, engessar o que já estava engessado e que, sobretudo, nós tínhamos que olhar para o futuro, nós não poderíamos começar a pensar em um novo leque de princípios, de conceitos, de definições, olhando para o presente apenas, e, sim, olhando daqui a 20, 30 anos.

Então, como é que nós podemos olhar o compromisso? Como é que nós podemos ter o compromisso de olhar daqui a 20 ou 30 anos, se nós estamos pegando legislações de 30, 40 anos atrás, engessando e colocando nisso? Que modernidade é essa? Eu não estou conseguindo ver aqui. O Catanant citou alguns artigos aqui. Eu também nem mandei as minhas contribuições, Catanant, porque são tantas que dá vontade de falar assim: “Olha, deixa o código antigo mesmo e deixa o Legislativo e o Executivo mexendo do jeito que está, e vamos acabar aqui a Comissão mesmo. Não precisa de mais 15 dias, não.” Então, deixa do jeito que está. Se é para ficar ruim, deixa do jeito que está. Pelo menos, é um ruim que todo o mundo conhece e que está sendo mexido um pouco aqui, pelo Executivo, um pouco acolá, pelo próprio Congresso. A Anac tentando fazer uma modernização nas infralegais...

Quer dizer, aquele nosso compromisso inicial de rever conceitos, de modernizar pensamentos, de olhar mais à frente... Nós conversamos, inclusive aqui, tentando adequar um termo ou outro para empresas aéreas que nem cobrassem mais passagem. Os senhores se lembram disto aqui? Foi até falado aqui: “Poxa, quem sabe, uma ‘Google Air’, que nem cobre mais passagem.”

O subcapítulo, seção – sei lá, a designação que seja – a respeito de aeronaves não tripuladas... E as remotamente tripuladas, onde é que estão? Eu só consegui ver Vant. Hoje em dia, os *drones* não são só Vants; são outras coisas também, são outras denominações, são outras características.

Então, a modernidade parece que foi esquecida, ou, então, por desconhecimento de “a”, “b” ou “c” foram jogadas para baixo; por interesses de “c”, “d” e “e” foram sei lá colocadas onde, mas, com certeza, este texto que está aqui não é um texto moderno, não é um texto olhando daqui a 20 ou 30 anos, não é um texto simplificado com relação ao existente, não é um texto em que se teve a preocupação de pensar qual é o impacto social, econômico e financeiro de algumas coisas que estão sendo colocadas aqui. Um texto atrasado, quando se puxa a legislação lá de 1970 e alguma coisa e atrasado quando se fala de monopólio natural. Jesus Cristo, a academia já acabou com esse negócio de monopólio natural! Acabou! Pô, daqui a pouco, nós vamos estar fazendo... Vamos regular de novo o preço das passagens, a quantidade ofertada. Isso não existe!

Então, os senhores me desculpem, quem trabalhou no texto e tudo o mais, mas, se for para continuar, se for para colocar um texto que não é moderno, na minha opinião, que engessa, que está muito mais difícil, que não está comprometido com a sociedade, não está comprometido com o futuro da aviação civil no Brasil, eu prefiro deixar o texto do jeito que está de 1986, e que seja alterado pelo Legislativo e pelo Executivo, como os nossos Parlamentares e demais autoridades quiserem.

Muito obrigado.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Sr^a Relatora, demais membros da Comissão.

Eu queria aproveitar uns poucos minutos também para manifestar minha preocupação, minha séria preocupação com relação ao texto apresentado e até com relação à prorrogação desta Comissão, seja ela por mais 15 dias, 30 dias, o tempo que for.

A primeira ponderação é que nós temos aqui um processo muito caro. Todo mundo aqui é uma coisa muito cara, diárias, passagens, toda essa logística de todos aqui, servidores públicos, gastando horas e mais horas de trabalho, porque nós vimos fazendo isso desde o mês de junho.

Então, eu acho que 15 dias a mais são 15 dias de gastos caros para o cidadão brasileiro.

Ao contrário do que todo mundo vem falando, “ah, nós não tivemos tempo”, no caso da SAC, eu represento aqui a Secretaria de Aviação Civil, nós tivemos tempo, sim, para analisar cada um dos 397 artigos, eram 393 e viraram 397. Paramos uma equipe cara, de 15 a 20 profissionais, e analisamos detidamente cada um dos 397 artigos. Sinceramente, senhoras e senhores, o texto que nós temos hoje sequer tem condição de ser emendado. Emendas eu acho que funcionam, sim, quando nós temos um texto quase bom e nós vamos colocar uma emenda para ajustar uma vírgula, uma palavra que está mal colocada, um itenzinho.

O texto que nós temos está muito, mas muito longe de sequer ser apreciado pela Comissão e eu vou explicar por que nós chegamos a essa conclusão depois de ler cada um daqueles artigos. O que nós identificamos é que nós temos ali artigos quase que com nome próprio. O artigo tal foi colocado para resolver um problema de mais de 20 anos de determinada empresa, ou de determinado segmento, ou de determinado grupo que nunca conseguiu resolver aquele assunto. Em que pese já ter sido tentado e discutido dezenas de vezes, não se conseguiu resolver aquilo pelas vias normais através da Anac, da SAC, do comando da Aeronáutica, das instituições normais, e optou-se por colocar, de maneira oportunista – desculpem-me a palavra, que é dura, mas é o que nós sentimos ao ler o texto – determinados dispositivos, determinados itens pontuais no texto.

Não está se discutindo o mérito, a maneira como foi feita a construção, está se usando a oportunidade para endereçar questões pontuais, e isso não acontece uma vez no texto, acontece dezenas de vezes. Vou citar apenas um único item, o Catanant citou alguns, eu queria citar só mais um, o Catanant já falou que hoje é o Dia Internacional do Consumidor e no meu entendimento o texto é um atentado aos direitos do consumidor no setor aéreo, um verdadeiro atentado.

Exemplo disso, só para ilustrar o que eu estou falando, é tarifa de conexão. Eu participei das discussões da criação das tarifas de conexão em 2011, a Secretaria chamou todos os atores de mercado, conversou com cada um deles e a dúvida era: a quem vamos alocar a responsabilidade por pagar a tarifa de conexão? Depois de muitas discussões, optou-se por alocar a tarifa de conexão às empresas aéreas sob o entendimento de que o passageiro não escolhe onde ele quer fazer a conexão, ele quer voar direto.

Por exemplo, eu sou de Juiz de Fora, Minas Gerais, eu gostaria muito de um voo direto Brasília – Juiz de Fora. Não existe esse voo por questões de mercado e eu sou obrigado a fazer uma conexão, ou faço conexão em Congonhas ou faço conexão em Campinas. Não tenho nenhum apego a nenhum dos dois aeroportos, por mim eu nem gostaria de passar por lá, mas a companhia aérea, por uma questão de mercado, obriga-me a ir para lá.

No entendimento à época decidido, como é uma opção de mercado da companhia, é o *hub* da companhia, uma estratégia comercial da companhia, vamos colocar essa tarifa sob responsabilidade dela. Ótimo, o assunto sequer foi comentado nesta Comissão, ninguém levantou esse ponto e agora no texto vem simplesmente uma intervenção cirúrgica, onde está escrito responsabilidade da companhia aérea pagar a tarifa, corta-se companhia aérea e coloca-se passageiro.

Senhores, isso é uma discussão de semanas, de meses. Quer dizer, há muita discussão por trás disso, não é simplesmente tirar companhia aérea e colocar passageiro, isso é um assunto muito complexo que afeta milhares de pessoas, companhias. Eu entendo o pleito, e se eu fosse de uma companhia aérea certamente eu estaria defendendo essa posição, mas nós temos os demais segmentos da sociedade, temos principalmente o segmento do passageiro, do consumidor, que não se manifestou, que não teve a oportunidade de falar com relação a esse tema.

Eu estou dando esse exemplo somente para explicar o seguinte: a composição da Comissão, as pessoas que estão aqui, cada um está colocando o artigo do seu interesse para resolver o seu problema, ninguém está pensando em construir um código para a sociedade.

(Soa a campanha.)

Isso me preocupa seriamente e aí eu coloco em xeque a credibilidade desse código que foi apresentado. Quer dizer, será que esse código tem condições de ser votado, será que esse código tem condições de ser emendado? Eu já vou adiantar que a SAC vai fazer 200 emendas ou mais, sendo que a maioria delas é para retirar artigos, porque na proposta, na cabeça dos técnicos da SAC, nós não temos um código de 400 artigos, temos um código de cem artigos, 150 no máximo.

Então, eu sinceramente gostaria de colocar a proposta na Mesa. A minha manifestação é para que esta Comissão não prorrogue os trabalhos. Isso é uma coisa cara de se fazer, e sinceramente, daqui a quinze dias, daqui a trinta dias, estaremos com os mesmos problemas, com os mesmos pontos aqui na Comissão. Por quê? Porque é uma questão de interesse. Ninguém vai dar um passo para trás. A companhia aérea não vai defender aqui que a tarifa de conexão realmente tenha que ser paga pela companhia aérea e não pelo passageiro. É claro que ela vai defender que tem que ser paga pelo passageiro; é óbvio. Cada um está defendendo aqui o seu interesse. Então quinze dias de Comissão, trinta dias de Comissão, eu acho que nós vamos estar na mesmíssima

ma situação. Com uma única diferença: vamos ter gastado mais alguns milhões aí do Legislativo brasileiro, o que eu acho desnecessário.

Sinceramente, o texto pode parar por aqui, votamos hoje, aprovamos ou rejeitamos, e levamos à Presidência do Senado o texto que foi aprovado ou que foi rejeitado. Essa é minha opinião. Desculpem pela franqueza, desculpem pela dureza com que falo, mas realmente fiquei preocupado, estou chateado com a maneira como vêm sendo conduzidos os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sr. Geraldo, nós damos a palavra ao Sr. Tercio.

Sr. Tercio, por favor.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Bom dia, Sr. Presidente, Sr^a Relatora, prezados companheiros desta Comissão, todos aqueles que estão atentos ao assunto sobre esta Comissão.

Eu gostaria de ratificar a posição do que foi dito já pelos meus antecessores, porque a infraestrutura aeroportuária não teve o devido respeito, com o que poderia ter acontecido, de um órgão que está passando por transformações desde alguns anos, com a modificação de sua estrutura e com a saída de importantes polos aeroportuários, como os cinco que já aconteceram e com mais quatro que estão para acontecer.

Nós somos muito parecidos com a empresa internacional Aena, porque nós também temos parte da navegação aérea que opera dentro da Infraero. Junto com a navegação aérea, nós temos uma infraestrutura de peso, uma infraestrutura que tem sido solicitada pelo Governo brasileiro, por meio dos aeroportos regionais, por meio dos aeroportos do PIL, e nós temos que ter um acesso bem forte, dentro de um código, mas não tivemos nenhum acesso.

Eu queria fazer uma modificação do que foi dito pelo Respício, que nós não perdemos a modernidade; nós perdemos a oportunidade. Nós perdemos a oportunidade de fazer realmente um código atualizado, moderno, que atendesse a todas as necessidades, seja de infraestrutura, seja das empresas aéreas, seja do consumidor, seja de todos aqueles que estão envolvidos com a elaboração de um código, mas que nós perdemos a oportunidade de fazer com que isso ficasse registrado.

Nós também trabalhamos em cima das nossas solicitações. O que eu gostaria de considerar é que depois de encerrada a última reunião em dezembro, nós só viemos a ter acesso a alguma informação no dia 22 de fevereiro, quando nós recebemos a outra minuta, a primeira minuta do projeto, do anteprojeto do novo código. E depois, de 22 de fevereiro para cá é que nós estamos sendo atropelados, em função de tempo, para poder dar uma solução aqui, dentro do que é possível de ser feito ou daquilo que será possível ser proporcionado.

Eu não vou dizer que nós tenhamos talvez 100, 150 sugestões para fazer, mas nós vamos estar por perto de fazer alguma coisa que esteja voltada para a infraestrutura dos nossos aeroportos, para a infraestrutura da navegação aérea, para a infraestrutura de planos diretores, zoneamento de ruído, segurança operacional, porque tudo isso me parece que foi esquecido, foi deixado de lado dentro dessa proposta que foi feita. Assim eu ratifico a nossa posição, com base naquilo que já foi dito pelos meus antecessores, e espero que realmente alguma coisa seja feita.

Não vejo como solução essa prorrogação de prazo em curtos dias. Nós já estamos hoje, não é mais na terça-feira, nós estamos na quarta-feira. E o prazo que foi dado é até segunda-feira. E este, realmente, como disse o Dr. Ronei, é um projeto caro para todos aqueles que participam aqui. Então, nós deveríamos ter uma consciência de que o que poderá ser feito deve ser feito. Ou se mantém o código atual, ou que nós tenhamos realmente um prazo adequado para se discutir todo o código e fazer o enxugamento, dentro daquilo que precisa ser feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Kerlington; depois o Geraldo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não, não, o Kerlington se inscreveu antes.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Bom dia, senhoras e senhores. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, a Relatora, o Vice-Presidente, doutores e colegas aqui presentes e demais ouvintes. Na verdade, tudo já foi dito. Eu vou concordar com os colegas que outrora se pronunciaram.

Na verdade, venho fazer duas solicitações à Mesa, parafraseando o Presidente, no afã de termos transparência. Este é o meu único medo: a transparência. Uma já foi muito requerida nos *e-mails*, que pediam à Relatora ou ao Presidente que nos posicionem a respeito dessa metodologia aplicada de fato – se foi uma metodologia dogmática. Entendo que existem grupos de juristas que fizeram, mas existem juristas também aqui na Comissão. A minha preocupação é que, com o prazo exíguo, nós atrolemos alguns conceitos constitucionais, alguns conceitos de modernização, por exemplo, do Código Penal – há uma comissão e um novo projeto de

Código Penal –, no afã de se tirarem todas as normas esparsas no mundo penal e se colocarem no Código Penal. E nós estamos andando contra essa modernização de penalizarmos ou deixarmos muitas normas penais no Código Brasileiro de Aeronáutica. Então, a primeira solicitação à Mesa é que posicione esta Comissão, que é cara, não só por diárias de servidores, mas temos profissionais liberais também que deixam seus ofícios caros para estarem aqui. Então, não são só servidores, mas também profissionais liberais.

O segundo pedido é que se possa dar transparência aos nomes deste grupo de trabalho, porque até hoje – não sei se a Comissão já sabe – eu não sei quem são: nomes, grupo de trabalho, Dr. João, Dr. José, Dr. Mateus, porque aí sim, Sr. Presidente, nós vamos ter transparência e vamos ter certeza de que as pessoas que – aspas – “redigiram essa minuta” estão também comprometidas com o Brasil, como nós estamos.

Só a título de exemplo – isso vai ficar registrado em ata, e as pessoas podem nos ver –, a minha tese em doutorado é sobre responsabilidade civil no transporte aéreo. E só com a responsabilidade civil no âmbito do princípio que nós estamos erigindo como princípio da análise quantitativa, que ainda não existe no Brasil, o meu prazo é de três a cinco anos, só para falar de um princípio. Então, não estou dizendo que devemos levar esse tempo, mas é muito delicado mexer em questões principiológicas quando, no Brasil, temos ainda muito forte a questão da defesa do consumidor. Não estou sendo contra nem a favor. Eu estou sendo pontual naquilo que a jurisprudência nos traz hoje.

Então, não vou chover no molhado. Na verdade, todos os colegas já se posicionaram, mas só gostaria de solicitar à Mesa, no momento oportuno, seja por *e-mail*, seja como o Presidente achar melhor, que diga qual foi a metodologia usada jurídica – os senhores podem dizer, porque existem juristas na Comissão, que vão entender a fala de vocês – e a composição desse grupo de trabalho, que até hoje, salvo engano, ninguém da Comissão sabe, a não ser alguns que a senhora citou, como o Dr. Ricardo e o Dr. Geraldo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Passo a palavra ao Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Obrigado.

Em primeiro lugar, nós temos que aqui fazer uma autocrítica e entender que a Comissão tem seus aspectos fortes e seus aspectos frágeis. Eu vou me focar nesses dois aspectos.

Do mês de junho até o mês de dezembro, fizemos aqui inúmeras reuniões em que discutimos abstratamente temas. Nesse período, me recordo bem, a Presidência, a pedido da Relatoria e de acordo com a dinâmica do trabalho da Comissão, solicitou que os membros apresentassem emendas e abriu a oportunidade para que a sociedade apresentasse emendas. Isso foi feito intensivamente, mas não por todos os membros.

Sabemos que nossa missão principal, aqui, é produzir um projeto. Existe uma Comissão para produzir um projeto, existe uma Mesa diretora formada pelo Presidente e pela Relatora e existe, por outro lado, os membros da Comissão a proporem, a fazerem propostas.

No mês de dezembro, não tínhamos alinhavado uma única linha do que minimamente pudesse ser um projeto. Houve uma decisão na Mesa diretora, então, que, naquele momento, iria examinar e consolidar todas as mais de 1.500 sugestões feitas para que o projeto pudesse ser elaborado. Ante essa enormidade de propostas que foram feitas, encarregou-se a Relatoria, a Prof^a Dr^a Maria Helena, que tem um currículo conhecido e absolutamente ilibado e respeitado no Brasil e internacionalmente – e por isso foi escolhida para fazer o relatório do anteprojeto –, solicitou a minha contribuição, pessoal, e a contribuição do Dr. Ricardo, para que juntos, os três, pudéssemos olhar essa plethora de emendas, de propostas que foram apresentadas pela sociedade, pelas entidades da sociedade instadas a tanto. Nos reunimos, a partir disso, em São Paulo, onde tivemos várias reuniões de trabalho no mês de dezembro, final do ano. Muitos dos senhores poderiam estar gozando das férias de Natal no final do ano, mas a equipe, motivada, ficou trabalhando com o único objetivo de consolidar o que foi proposto. O que a Comissão fez, o que a Relatoria fez foi consolidar, trazer para dentro de um texto minimamente organizado todas as contribuições que foram apresentadas, com a dificuldade de comparar cada uma delas e valorá-las de acordo com o sistema normativo brasileiro e com a Constituição da República. Não fizemos nada além disso! Não há iniciativa individual de nenhum membro ou da Relatoria pretendendo aceitar *lobby* de quem quer que seja.

Quero me dedicar um pouco a esse comentário em razão dos comentários deslegantes do representante da SAC. Não foi feito nada disso! Simplesmente consolidamos as propostas encaminhadas pela sociedade e as poucas propostas encaminhadas pelos membros desta Comissão. É preciso que fique claro aqui e registrado nos *Anais do Senado* que o colega que está aqui ao meu lado fala em modernidade, fala nisso, mas não apresentou uma única sugestão ao longo dos trabalhos da Comissão, e muitos assim procederam. Fizemos unicamente consolidar o que foi apresentado, que era a missão da Relatoria, fazendo um juízo prévio de constitucionalidade, porque inconstitucionalidades foram propostas aos montes, ilegalidades e antinomias com o sistema normativo brasileiro foram propostas aos montes. Ficamos, a Relatoria com o meu auxílio e do Dr. Ri-

cardo, a ter que descascar esse abacaxi em cima de trabalho de membros que vieram aqui fazer proselitismo. Não apresentaram propostas. Fizeram críticas genéricas, sem apontar os aspectos que deveriam ser mudados.

Fico muito preocupado porque vejo aqui o que chamo do protesto de gente do Governo, que, desde o mês de junho, teve oportunidade de apresentar seus textos, as suas propostas, as suas emendas e não fez nada disso! A Comissão não recebeu propostas! Os agentes governamentais aqui envolvidos estão defendendo as respectivas corporações. É isso que está acontecendo.

Nitidamente, são funcionários públicos aqui, sob o pretexto de estarem representando órgãos que estão inseridos num contexto, esses sim, não estão querendo discutir o projeto. Sabem por quê? Porque não confiam nele. Essa é a questão. Não precisam dele porque querem manter as intervenções do Estado na economia nos níveis em que se pratica, cujo resultado está aí: o sucateamento da infraestrutura pública do País. Isso eles não querem discutir. Agora vêm aqui com proselitismo a dizer que estão sendo violados os direitos dos consumidores, como se os agentes privados não tivessem direitos também pela ordem jurídica, agentes privados que sofrem intervenção do Estado a todo momento, a todo instante, que são ameaçados pelo Estado quando reagem a isso, com seus aparatos de poder e de coerção. Então, tudo isso é uma questão complexa.

A Comissão aqui não foi escolhida por nenhum de nós. Foi opção do Senado da República. E daqui terá que sair um projeto que vai ser submetido à discussão democrática pelo Parlamento do Brasil. As intervenções que foram feitas aqui pelos agentes dos órgãos públicos envolvidos estão a defender corporações públicas, intervenções preocupadas em não perder poder! Essa é a questão que está sendo aqui debatida.

Nós não fizemos absolutamente nada além de consolidar o que foi proposto pelos membros da Comissão. Nada disso! A Comissão é heterogênea, os especialistas são heterogêneos. Cada um dos especialistas representa um setor da economia, cada um representa um núcleo da economia, cada um deles se insere dentro dessa cadeia produtiva de uma forma? Sim. Mas a escolha foi política, do Senado Federal; o Senado que escolheu e nomeou os membros. Se há heterogeneidade, isso não pode ser imputado, essa heterogeneidade não pode ser imputada à responsabilidade da Relatoria.

É heterogêneo sim! Por isso saiu um texto com 400 artigos! Porque a Relatoria teve a única preocupação de manter e de incluir os textos que foram encaminhados por essa representação heterogênea. Por isso ele é grande, porque é heterogêneo. E é essa heterogeneidade, que, a princípio, pode parecer uma fragilidade, que representa um reclamo da sociedade, de quem produz a riqueza e paga os tributos aqui no País, que não são vocês, os funcionários públicos, que estão aqui a defender princípios de aumento do poder estatal, de intervenção do poder estatal.

O que querem agora, na realidade, é construir um discurso para inviabilizar os trabalhos da Comissão, porque não querem e nunca quiseram, desde o começo, debater as questões cruciais, as questões importantes, essas que estão atravancando o desenvolvimento do País, sucateando a infraestrutura do País. Nessas questões, eles não querem mexer. Estão preocupados... Aí falaram na tarifa de conexão, um assunto pontual. Esquecem que, atrás da tarifa de conexão, estão os operadores aeroportuários: as empresas aéreas pagam tributos que incidem sobre essa tarifa, num serviço que é prestado ao passageiro. E aí vêm aqui, a pretexto de defender o passageiro, dizer que a tarifa não incide sobre ele?! Incide sim, porque o passageiro paga a fatura cheia! Ele paga todas as tarifas. Vêm aqui defender liberdade tarifária, liberdade tarifária para não dar resposta à sociedade ou assegurar transparência na formação das tarifas! Não querem isso. A Anac não quer isso. Tarifas, eles querem fixar livremente, no momento, no valor que eles necessitem para cobrir as deficiências dos operadores públicos.

Essas questões, eles não querem discutir. Audiência pública com novo formato, não querem, porque está obrigando o agente regulador, num Estado de direito democrático, a seguir uma formatação de tarifa que assegure a transparência e o controle pela sociedade. Isso eles não querem! Eles não querem instituições, organizações privadas, a serem certificadas para fazer o trabalho que eles não fazem. Não se consegue certificar nada neste País. Não se consegue certificar nada! E o pouco que se consegue é a um custo brutal, custo que é posto na lei, que não corresponde aos custos! Não querem adotar um regime de credenciamento para que instituições e pessoas credenciadas possam fazer parte do papel que o setor público não faz e não entrega à Nação. O setor público não entrega resultado.

Então, há um conjunto de temas que têm que ser seriamente debatidos. Mas, agora, os chapas brancas não querem debater. Eles querem extinguir a Comissão. Eles querem prorrogar prazos. Eles querem inviabilizar o trabalho da Comissão. Por quê? Porque eles querem se calar, não querem ouvir a heterogeneidade. Eles não querem ouvir cada membro da Comissão, representando seu setor. Esses setores não estão pilhando o País. Esses setores a que você se referiu, senhor servidor da SAC, trabalham para o crescimento e para o enriquecimento do País.

A crítica que o senhor fez é injusta. Quem paga a conta somos nós, a sociedade. Eles não querem prestar contas à sociedade.

A Comissão é heterogênea sim. O projeto tem 400 artigos sim, porque representou uma consolidação das propostas e de todos que tiveram o cuidado de encaminhar sua proposta. O senhor não tem legitimidade, nem o membro da SAC, nem o membro da Infraero, de vir aqui fazer críticas, sendo que não apresentaram uma única sugestão e sequer participaram das discussões, porque não frequentavam a Comissão durante esse tempo.

Então, eu quero deixar aqui o meu protesto e dizer que a Relatora, a Relatoria se comportou da maneira mais lisa possível, sem esconder nada. Cada um teve suas dificuldades, mas nós nos dedicamos, no final do ano, para produzir um texto. Parece-me que o Senado da República espera – para isso a Comissão foi criada – um texto, e o texto é esse que está consolidado. Os senhores que analisem o texto, façam suas emendas – façam suas emendas – e venham aqui debater conosco as questões que estão embutidas na ação governamental que sucateou o País – todos sabem disso. Vamos discutir abertamente os temas. Vamos botar o dedo na ferida. Não descredenciem o texto! Esse texto foi preparado pela Relatoria única e exclusivamente para ser considerado por vocês! Nós estamos submetendo isso à Comissão. Os membros que façam suas emendas. Vamos discutir cada uma delas aqui, de maneira aberta. Que esta Comissão se disponha a produzir um texto que sirva ao País, e não aos interesses corporativos, ou de órgãos do aparelho do Estado, ou do setor privado.

Deixo aqui meu protesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vou passar a palavra ao Rinaldo.

Quero evitar a questão de muita... Nós estamos fazendo uma apresentação, uma proposta. Vamos conceder o prazo, e serão feitas as emendas. Também vamos pedir mais objetividade nas argumentações.

Dr. Rinaldo, por favor.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Vou procurar ser bastante breve nas minhas considerações.

Acho que o Geraldo já colocou muitas observações que são verdadeiras. O texto é grande, sim, mas o texto é grande porque foram várias as contribuições. Nós nos deparamos com determinados artigos em que existiam mais de dez contribuições diferentes e tentamos harmonizar todas as contribuições recebidas, compatibilizando-as e colocando num texto comprido.

A verdade é que isso foi preparado para uma apresentação aos senhores. Isso não foi preparado, como ouvi de alguns, ser enfiado goela abaixo. Nunca! O nosso papel, o papel da Relatora, com a nossa assistência, foi simplesmente produzir um texto para análise, para receber emendas e ser votado, a fim de que nós pudéssemos ter um projeto juridicamente correto para envio ao Senado. Foi pura e simplesmente isso.

Agora, eu também tenho que fazer uma observação – desculpa – sobre a sua fala, que foi bastante sincera, como colocou, mas errônea. Nós não defendemos interesse nenhum aqui. Eu ajo de maneira absolutamente independente. Não sou vinculado a nenhuma empresa. Nem a diária eu recebo para vir para cá, porque abri mão da diária. O meu objetivo aqui é cumprir um papel patriótico. Estou doando o meu tempo. Doei horas e horas, muito menos do que o Geraldo, mas doei horas e horas em que eu me privei do convívio da minha família, no final do ano. Passei noites em claro tentando ajudar, tentando colaborar para que possamos ter um trabalho e fazer um Brasil melhor.

Em relação à questão do consumidor, apresentei, conforme a planificação e a metodologia que nós tínhamos, uma série de artigos incorporando as melhores normas no plano internacional no nosso Código. Não recebi nenhuma emenda! O texto que está aqui não é todo... Até discuti com o Geraldo que algumas coisas que coloquei não estão aqui e quero que se coloque, quero que seja debatido, mas não há violação do Código de Defesa do Consumidor.

Em nenhum momento, aqui, é errado dizer que a situação que estamos colocando aqui é idêntica à situação dos bancos. Não! Não negamos a aplicação do Código do Consumidor às relações decorrentes do transporte aéreo. O Código de Defesa do Consumidor se aplica, sim. É claro que se aplica! O que estamos fazendo aqui é criar regras específicas com o objetivo de harmonizar a legislação brasileira à legislação de outros países. Agora, achar que o Brasil está correto na forma que hoje se encontra, isso é um verdadeiro absurdo. Para cada ação que existe em um país, vamos chamar, mais desenvolvido, existem centenas aqui, no Brasil. Se os senhores forem ao Juizado de Pequenas Causas, vão encontrar um amontoado de ações, milhares e milhares de ações contra as companhias aéreas por questões que poderiam ser evitadas se a legislação fosse eficiente, se criássemos regras claras, limitação de responsabilidades. É isso que estamos fazendo aqui para evitar abusos. O próprio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que era absolutamente a favor da indenização punitiva na forma de danos morais, mudou o posicionamento no ano passado, porque essa indústria que se criou dos danos morais acaba asoberbando a justiça de processos. Ações propostas por pessoas que, na realidade, querem vantagens indevidas, enriquecimento sem causa. Essa é a verdade. Não vamos tapar o sol com a peneira! E o Judiciário paga por isso. Os nossos impostos pagam por isso no final das contas. A regra é justa. A regra é inspirada nos tratados internacionais firmados pelo Brasil.

O que queremos aqui é evitar o absurdo que existe hoje em dia da responsabilização pelo risco integral, que é o que acontece. As hipóteses de exclusão de responsabilidade são hipóteses de quebra denexo causal. Qualquer um que estuda responsabilidade civil sabe que, ausente o nexo, não há responsabilidade. Agora, no Brasil, se responsabiliza mesmo sem nexos! Então, o que queremos fazer aqui é consertar uma situação doente do nosso País acerca da responsabilidade civil da companhia aérea.

Agora, só para terminar – eu disse que iria ser breve –, acho que não devemos jogar a oportunidade fora. Temos trabalhado muito. O resultado do trabalho está aqui. Se não estiver, por favor, tragam para cá. Acho que dizer “não jogo mais o jogo” é uma covardia, um desperdício de esforço e de tempo de todos nós aqui. Então, peço que não encampemos esse discurso de vamos deixar como está, de que não tem jeito, de que está tudo errado, sem ao menos dar uma oportunidade ao texto de ter uma melhoria. Investimos muito aqui. O Estado investiu. Todos nós investimos, seja do setor público, seja do setor privado. Investimos tempo, que é o maior bem que nós temos.

Precisamos ter as emendas. Se são 200 emendas, tragam as 200 emendas. Eu já gastei tanto tempo! O Geraldo já gastou tempo! A Professora gastou tempo! Vamos analisar as emendas. Tragam as emendas com justificativas. Vamos analisar, e, claro, a Relatora vai analisar, vai aceitar, se for, obviamente, passível de aceitação, se for jurídico, se for constitucional, ou justificar se não aceitar. Se não aceitar, aquele que propôs pode colocar um destaque e ir para votação. Agora, o que não podemos é abandonar o esforço. Não podemos jogar tudo isso que fizemos fora. Temos que ter união. Somos todos brasileiros. Falamos a mesma língua. Estamos no mesmo setor. Temos uma afinidade muito grande. Não há motivo para animosidade. O que peço é tranquilidade. Vamos buscar o grande objetivo que todos nós, tenho certeza, temos aqui: trazer uma legislação melhor para o País que beneficie todos os operadores do setor, que beneficie o consumidor e que possibilite maior geração de riquezas, maior geração de empregos e, no final das contas, maior pagamento de impostos, um ciclo de geração de riqueza de que precisamos. O País está vivendo o caos. Por que não começar a resolver esse caos aqui, nesse microcosmo? É uma oportunidade que temos.

Então, peço a todos encarecidamente: vamos trabalhar juntos, vamos trabalhar com harmonia e vamos fazer um bom projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, quero só fazer uma observação antes de passar a palavra à Professora, que quer fazer uma intervenção.

Temos já a inscrição dos Srs. Respício, Tercio e Antônio Ivaldo. O Sr. Marcus também pediu a palavra agora.

Passo a palavra para a Relatora para suas considerações, e também ao Sr. Ebner. Já faço a observação de que o Sr. Kerlington já mandou as emendas.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Objetivamente, a minha preocupação foi sempre neutralidade. O grupo de apoio observou que, o tempo todo, a minha preocupação era que não estava recebendo colaborações substanciais dos órgãos governamentais. Tive até a possibilidade de dar um pulo na Anac para conversar e pedir pessoalmente. Falei que não estava recebendo. Foi uma grande preocupação. Não é uma justificativa à questão de estar centrada em duas pessoas, mas, realmente, o que percebi foi que, em um grupo jurídico, se tivéssemos dez, doze ou quinze advogados, teríamos uma outra Comissão.

Terceiro ponto. E assim como os senhores ficaram desapontados com o texto, fiquei extremamente desapontada com pessoas que propuseram reformas de paradigmas, princípios. Eu mandei *e-mails* – e *e-mails* de boa-fé –: “Por gentileza, quais são esses princípios, esses paradigmas que o senhor quer...?” Era um professor da área de aeronáutica. “Quais são esses princípios e paradigmas que o senhor tanto quer que eu quebre, que eu analise?” Porque eu não sou técnica. Sou advogada. A resposta foi meio lacônica, meio irônica. “Não, são princípios e paradigmas... A senhora já percebeu quais são os princípios e paradigmas...” Não recebi, até agora, a resposta objetiva. Para pessoas que fizeram críticas genéricas – “isso está uma porcária” –, eu telefonava, mandava *e-mails*, mandava WhatsApp: “Por gentileza, especificamente, me mande por escrito o que vocês querem quebrar.” Não me mandaram. Entendeu?

Então, retórica para mim, ou seja, estou ficando extremamente com o pé no chão em termos de perspectiva, de percepção desta Comissão, porque talvez aqui tenha entrado extremamente *naïf*, porque nunca foi esse nível de experiência que eu tive, principalmente no Brasil. A expectativa que eu tive de pessoas que fizeram essas críticas grandes – “não, isso não é bom, quebra de paradigmas, vamos ter que reformar, um código do futuro” – era que escrevessem, mandassem artigos específicos. Por favor, mandem, mandem, mandem! Por exemplo, o Kerlington mandou 500 vezes sobre a parte do Sipaer. Ele mandou como brigadeiro. Ele mandava, me telefonava. O WhatsApp meu não funcionava com o dele. Não entrava *e-mail*. E eu falava que não estava vendo, e ele falava que não estava vendo a proposta dele. Eu falava: “Meu Deus, o Kerlington não me manda

a proposta.” Mas veio e foi. Realmente, daquelas pessoas que mandaram, com as quais conversei... Conversei muito com a Infraero, tocamos o assunto. Conversei com o doutor...

Então, realmente, do ponto de vista de relação, aqui, na Comissão, vou estar sempre aberta. Agora, pessoas que chegam, mandam *e-mails* ou telefonam apenas falando que isso não serve e não mandam propostas por escrito, concretas, do que sejam essas quebras de paradigmas, eu não aceito, e a Comissão... Eu, a Relatoria não vai aceitar esse nível de crítica genérica. Crítica específica, como mandou aqui o Coronel Fernando, que nos enviou críticas objetivas e foi procurado... Fizemos uma revisão. Foi inserido. As pessoas que mandaram propostas foram escutadas. Agora, vir aqui, na Comissão, para fazer, realmente, um nível de discurso de desestabilização de uma Relatoria que foi extremamente neutra... Isso é impossível, e quero que isso fique constando também. Então, que provem essa falta de neutralidade e que realmente não se dirijam mais a essa Relatoria dizendo que querem um Código novo, a menos que façam a proposta do que seria esse Código novo que o senhor quer, qual o artigo que o senhor quer, qual a quebra de paradigma que o senhor quer.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Passo a palavra, então, na sequência, para a última intervenção, a última réplica. Não vamos ficar nos delongando em réplicas e tréplicas, por favor. Peço, agora, que respeitem, realmente, o prazo de dois minutos, que é até regimental.

Passo a palavra para a réplica – eu acredito que seja réplica pelos comentários feitos – para o Sr. Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Não vai ser réplica porque perder tempo com pessoas que não entendem determinados conceitos...

Eu não vou voltar atrás para, por exemplo, como Catanant colocou a respeito do monopólio, que eu reforcei, não vou colocar uma lista de artigos internacionais, nem teses de doutorado, nem palestras por grandes especialistas no mundo fundamentando a não existência mais de monopólio.

Eu e acredito que outros também não estamos aqui para perder tempo fundamentando conceitos e pensamentos já cristalizados na academia. As pessoas que não têm intimidade com isso que, por favor, estudem e não peçam o negócio mastigado.

Com relação à fala do Bernardi, eu gostaria de dizer, Bernardi, que, na minha visão, você falou, em outras palavras – e eu concordo um milhão por cento com tudo que você falou –, a mesma coisa que o Castanho, que o Catanant e que eu falei, só que num caminho paralelo. Por que digo isso? Se por acaso o Presidente tivesse acabado de chegar aqui e falasse assim: “Conversei com os Senadores, etc., etc., e nós teremos até o final do ano para debatermos esse texto aqui”, estaria ótimo. Só que falaram assim: “Com esse texto aqui, são cinco dias.”

Então, uma variável está ligada à outra. Concordo plenamente com você, com tudo que você falou.

E só amenizando aqui, até fazendo um carinho no Geraldo, no bom sentido é claro, fazendo um carinho no Geraldo: não é porque nós não apresentamos artigos formais que nós não contribuímos. E quando falo nós, falo de mim e de outras pessoas também. Quer dizer, quando o Ronei esteve aqui apresentando n artigos, eu falei: “Concordo.” Quer dizer que eu preciso apresentar os mesmos que ele apresentou? Quer dizer que, quando o Castanho vem aqui e fala um determinado negócio que eu concordo, tenho que apresentar a mesma coisa que ele? Assim com o Bernardi? Assim com qualquer um aqui? Eu tenho que apresentar a mesma coisa? Quem é que trouxe o primeiro e talvez uma das mais polêmicas alterações aqui do CBA? Que puxou a responsabilidade para mim para começarmos os debates acalorados de capital estrangeiro? Fui eu.

Então, aquela grande alteração conceitual de pensamento, de artigo, quem propôs foi o grupo 3, exatamente em cima da quebra do capital. Então, eu sou o tipo de pessoa, e acredito que outros colegas aqui também são, que contribuiu diretamente, não às vezes com a redação de um determinado artigo, mas através do apoio, através de conceitos, através de n formas diferentes.

Se eu não sou advogado, e me desculpem aqueles que pensam que eu deveria ser, mas eu não sou, eu tenho a visão de engenharia da coisa, eu tenho a visão econômico-financeira da coisa. Desculpem-me se não consigo redigir um artigo, desculpem-me se não consigo redigir uma ideia de artigo. Desculpem-me.

Se é uma falha de formação, então, nenhum engenheiro tinha que ter sido convidado para cá, nenhum economista, nenhum administrador, nenhum técnico da Força Aérea, ninguém, só juristas. Então, começou errado lá do início. Se era para cada um entrar aqui e ter proposta ou n emendas, ou n ideias que sejam diretamente inscritas em artigos, então, a Comissão começou errada desde o início.

Cada um de nós pode contribuir direta, efetivamente, sem escrever a ideia de um único artigo, através de conceitos, de toques, de coordenação de trabalhos, de n formas diferentes.

Bernardi, se os Senadores falarem assim: “Vocês estão liberados do prazo. Não vão ser cinco dias, não vão ser quinze. Será até o dia 31 de dezembro.” Vamos discutir esse texto. Concordo plenamente com você. Não vamos perder a oportunidade.

Agora, este texto em cinco dias, eu prefiro não fazer nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tercio, Ivaldo, Marcus, Ebner, Geraldo. E aí podemos encerrar, até porque temos questões do e-Cidadania para tratar e vou precisar da ajuda dos senhores.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (*Fora do microfone.*) – É só uma questão de ordem. É só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É bom registrar a palavra.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Ronei Glanzmann, da Secretaria de Aviação Civil. Com relação à participação, foi aventado em algum momento que a SAC não teria participado. E eu estive aqui em todas as reuniões. Acho que só em uma reunião eu não pude estar presente, por questão de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Podemos conceder a palavra para o senhor.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Tá. Obrigado. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.? Então, encerramos com o Glanzmann.

Agora vamos para o Tercio. Depois, Ivaldo, Marcus, Ebner, Geraldo, Glanzmann, e encerramos. Depois vamos para as considerações da Mesa.

Tercio, por favor. Dois minutos.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma menção realmente bastante rápida e dirigida ao Dr. Geraldo para que ele, em suas alegações, fizesse uma retificação com relação à participação da Infraero.

Nós aqui estivemos presentes praticamente em todas as reuniões, sem falta. E eu gostaria que fossem aproveitadas as palavras ditas pela eminente Relatora, quando ela mencionou a participação direta da Infraero, em que nós encaminhamos a nossa participação, que se situou em torno de 60 a 80 artigos de sugestão para modificação. Está certo, Professora?

Muito obrigado. Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado. Agora, o Sr. Ivaldo.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Bom, eu só queria falar sobre o que o Respício falou. Também não sou advogado. Sou engenheiro. Trabalho há 15 anos na aviação. Vejo como natural essa discussão, talvez um pouco acalorada. Mas eu não esperava que houvesse uma solução de consenso, que todo mundo concordasse com todos os itens.

Eu queria deixar registrado que vejo, sim, vários avanços neste texto. Há vários problemas que nós enfrentamos no dia a dia da aviação e que esse texto vai ajudar a resolver. Eu já esperava uma reação das autoridades constituídas, porque o texto realmente traz um grande avanço para mim, que é a questão de definir prazos para algumas coisas; traz avanços com relação também a um problema que nós enfrentamos com relação a táxi aéreo pirata, por exemplo.

Então, dizer que o texto é um atraso, eu discordo completamente. Eu acho que o texto realmente melhora bastante em relação ao texto que nós temos hoje em dia. Aos que defendem, por exemplo, que tenhamos um texto enxuto, a prática do dia a dia da aviação, na realidade, nos mostra o contrário.

Para a aviação ter continuidade neste nosso Brasil que muda muitas coisas ao sabor da política, é importante que nós tenhamos uma previsibilidade de como é que nós vamos ter a nossa operação este ano, daqui a cinco anos, daqui a dez anos.

Realmente, várias coisas que hoje estão escritas na proposta, acho que realmente é interessante estar na proposta do texto do Código Brasileiro de Aeronáutica. Acho que é uma ideia um pouco ingênua achar “não, não escreve no Código, deixe que as autoridades vão definir com o passar do tempo”. No dia a dia, nós vemos que é importante termos escrito no Código, pois é isso que garante a continuidade nas nossas operações aéreas. Quando compramos uma aeronave, ficamos com ela durante 20 anos e precisamos ter uma continuidade nisso.

Eu também queria deixar registrado que nós demos contribuições para a Relatora. Fizemos comentários sobre o último texto que foi enviado também. Nem todos foram aceitos, o que é natural, pois ninguém é o dono da verdade. Alguns foram aceitos; outros não. Mas eu queria deixar registrado que, das contribuições, eu tenho certeza de que todas foram observadas pela Relatora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Marcus, por favor.

O SR. MARCUS VINÍCIUS RAMALHO DE OLIVEIRA – Marcus, da AIAB. Na verdade, eu ratifico o que o Ivaldo colocou. Concordo que o texto traga várias mudanças e modernizações. Há necessidade de debate de alguns pontos, eu concordo. Mas isso seria natural em qualquer texto que saísse como primeiro anteprojeto desta Comissão, tão diversa.

Aproveito para responder o ponto levantado pelo Catanant em relação ao item específico do art. 100. Esse item foi debatido no começo desta Comissão várias vezes. Houve várias redações, mas sempre contendo essa mesma ideia e esse mesmo conceito. Então, na verdade, não é algo novo, que não tenha sido debatido. Foi, inclusive, apresentado aqui abertamente, na Comissão, anteriormente.

E, respondendo à pergunta, acredito, sim, que a ICAO, a FAA, Easa ou outras autoridades estrangeiras entenderão, até mesmo porque elas aplicam esse conceito. Isso é só a observação do que já é feito no exterior.

A abordagem sistêmica, que é a abordagem que as autoridades hoje estão utilizando, até mesmo para aumentar a eficiência dos usos de recursos, não só da indústria, mas da própria autoridade, para conseguir lidar com os novos desafios das novas tecnologias, é a abordagem sistêmica. Esse é o caminho. E o que nós estamos tentando colocar é exatamente a abordagem sistêmica dentro do art. 100.

Quanto à modernização, embora nós representemos aqui a AIAB, nós damos nossos pontos de vista em relação ao que nós achamos necessário. Obviamente, eu tenho um ponto de vista relativo à indústria. Mas, em relação ao debate colocado sobre esse anteprojeto, eu vou colocar um ponto de vista, mas esse ponto de vista está aberto a debate, como várias vezes debatemos aqui, como várias vezes, em vários artigos que nós propusemos, estava aberto para debate.

Inclusive, coloco-me à disposição para conversar sobre o ponto do art. 100. Ele é um ponto que observamos como uma modernização necessária ao Código, até para podermos agir similarmente ao que é feito no exterior, e não degradar a competitividade da indústria nacional. Mas, de qualquer forma, isso é debatível, estamos abertos a debate, como sempre estivemos, como foi apresentado.

Isso também não é um... Os textos que aqui foram colocados, as propostas que foram colocadas de forma alguma foram oportunistas. Elas, na verdade, são fruto de um debate antigo, anterior até mesmo à Comissão, mas, na verdade, elas foram debatidas na Comissão desde o seu início.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

O Sr. Ebner. Depois, o Geraldo.

O SR. CARLOS EBNER – Bom dia, Sr. Presidente. Carlos Ebner. Eu estou escutando aqui. Eu gostaria de fazer até uma declaração sobre o que eu via quando me ofereci para participar da Comissão quando ela foi criada. Eu tenho uma experiência de empresa aérea, fui executivo de empresa aérea, e hoje eu tenho uma situação que me deixa assim, vamos dizer assim, com uma visão bem maior do que é a indústria de aviação aérea mundial.

Trabalho na IATA, então tenho acesso a vários estudos, acesso ao que está ocorrendo no mundo. E, dentro da Comissão, eu imaginava: “Vamos trazer modernidade, vamos sair daquele embrulho que nós temos de tantos regulamentos.” O Brasil é todo amarrado. Eu buscava isso aí. E eu acho que demos um passo em alguns pontos, em outros nós vemos que tem que ser mais de mercado, até fizemos contribuições nesse sentido. Ouvi aí de alguns colegas...

Mas eu queria ainda dizer o seguinte. Hoje, olhando o Brasil do jeito que nós estamos na indústria da aviação, principalmente na aviação regular, nós somos um dos países mais caros do mundo para poder operar uma empresa aérea. O mundo nunca esteve tão bem no seu retorno, ele atinge, hoje, níveis acima do custo médio de capital. E o Brasil, nós estamos aí com quatro empresas em frangalhos, totalmente em frangalhos.

Não é só a culpa do Código Brasileiro de Aeronáutica, não é a culpa dos regulamentos. Nós temos um combustível extremamente caro. Então, nós não temos um ambiente favorável à indústria. Eu esperava desse Código que a gente viesse com propostas, e eu acho que há propostas na mesa nesse sentido.

A parte do consumidor, que todo mundo levanta. Não se esqueçam de que do outro lado existe um investidor, alguém que colocou muito dinheiro em uma empresa aérea. Até temos aquela famosa piada: “Quer ser milionário? Fique bilionário e entre de sócio para uma empresa aérea, que você ficará milionário, de tanto perder dinheiro.”

Porque a empresa está sujeita a vários aspectos externos. Então, quando falamos “vamos seguir a tendência mundial, a Convenção de Montreal de 1999”, a limitação da empresa aérea, “nós temos responsabilidade objetiva, no caso de atrasos, de cancelamentos, a empresa aérea é responsável, independentemente de qual for a causa”, estamos nos esquecendo de que há um tráfego aéreo ineficiente. Temos aeroportos congestionados, temos meteorologia que não tem o menor controle, e o mundo já chegou à conclusão de que as empresas não podem ser responsáveis por isso. E o Código aborda isso. Esse Código que nós vimos, que eu vi agora, esse anteprojeto está alinhado a uma tendência mundial.

Portanto, vejo com muito bons olhos. Nós, olhando o mundo, saindo dessa parte em que estamos de ser, ouvimos de várias empresas: “O Brasil é o país mais caro que existe.” As ações! O Ricardo mesmo falou, para cada ação no exterior, nós temos cem aqui. Isso virou uma indústria. É uma indústria de ganhar dinheiro!

Aconteceu alguma coisa? “Chama o advogado.” “O que eu vou ganhar?” “Dez paus da companhia aérea, vou ganhar cinco!” É isso aí que nós temos hoje!

Essa indústria não é saudável, quando eu a vejo comparada com outras.

Em relação a outro ponto que foi levantado aqui, vou ter um prazer enorme de discutir com você, Respício. E discordo de que os estudos internacionais não indicam. Indicam, sim. Existem duas grandes cadeias. O aeroporto é um monopólio natural. Nós podemos discutir isso longamente. Eu te trago vários estudos que demonstram isso. Então, afirmar que o aeroporto não é um monopólio natural não é correto. Dizer que estudos internacionais... Vamos trazer os estudos para cá, vamos debatê-los, mas é um monopólio natural.

Trouxemos também o que está correndo hoje no mundo, do passageiro indisciplinado. As novas regras para proteger os outros passageiros a bordo, no âmbito da segurança do avião. Está sendo hoje um negócio que cada vez aumenta mais, de o passageiro estar drogado, estar bêbado. Trouxemos essas novas regras. Vamos adotá-las.

Em suma, a expectativa era de que olhássemos para frente. Vejo algumas coisas. Acho que tem que ser feito. Não vou entrar no detalhe do prazo, porque isso já foi discutido aí enormemente. Nós sempre vamos querer melhorar o nosso anteprojeto, melhorar o boneco. Ele tem que ter um fim, senão vamos passar a vida inteira procurando melhorá-lo.

Quero colocar mais uma vez que eu fico satisfeito. Acho que nós temos que reconhecer, gostemos ou não gostemos, o trabalho que foi feito pela Comissão. Ela juntou uma série de propostas, e, como o Ricardo colocou muito bem, nós trouxemos um boneco! Nós não trouxemos a verdade. Nós trouxemos a consolidação do que foram as propostas. Não trouxemos a verdade. Não foi dizer assim: “Isso aqui agora é goela abaixo.” Não. Está aqui. Vamos discutir.

Eu, não como representante, mas, cada vez que eu leio – até já mandei minhas sugestões – o Código, e já o li umas três vezes, vejo que tem uma coisinha ou outra a mais. Então, nós sempre vamos querer aprimorar, mas vamos ter que chegar a um ponto, mas no todo, e procurar colocar o Brasil num contexto internacional, onde as convenções que são ratificadas pelo Brasil valham; ou então, façamos o seguinte: como temos órgãos de Governo, vamos rasgar a Convenção. Vamos dizer: “O Brasil não segue a Convenção de Montreal.” Pronto. Acabou. Não vamos ficar “é ou não é”. Não. Nós não seguimos. Acabou. Se for ratificado para o Congresso, não vale mais nada. Vamos rasgá-la. Não é assim. Se nós fizemos, ratificamos, se o Senado ou o Governo fez, ela está valendo. De alguma forma, ela está valendo.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Senhores, passo a palavra ao Geraldo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, como fui citado aqui várias vezes, até peço desculpas aos membros da Comissão pela minha veemência.

Como cidadão, eu me senti ofendido, porque nós fizemos um trabalho absolutamente neutro, doamos nosso tempo, e tivemos uma preocupação enorme de incluir neste texto, que é vasto, todas as contribuições, para que nenhum dos membros da Comissão deixasse de ser atendido, ou para que a sociedade que encaminhou suas emendas deixasse de ser atendida.

Eu peço minha desculpas a vocês pela veemência, mais uma vez, mas eu quero dizer também que não é correto os funcionários públicos que aqui estão representados na Comissão, os funcionários que aqui estão representados, ou servidores públicos virem com um discurso de inviabilização da Comissão, de crítica ao projeto, à consolidação que reflete o esforço de todos os membros da Comissão e de todas as discussões que foram aqui realizadas, com um discurso vazio, meramente retórico, uma cortina de fumaça por não quererem discutir as questões relevantes. E nós estamos aqui absolutamente abertos a fazer essa discussão.

Então, não é correto desqualificar o trabalho da Relatoria – não é correto –, fazendo uma crítica generalizada, sem apontar onde estão os defeitos, como se nós, membros da Comissão, ou que não estamos vinculados à Administração Pública Federal, estivéssemos atacando, ferindo os órgãos reguladores! Nada disso foi feito! Com relação aos órgãos, simplesmente nós estamos propondo um formato especial de audiência pública, porque o órgão regulador, quando age criando direitos e obrigações, age por delegação do Congresso Nacional. Ele emite uma lei!

No caso da Anac, é muito estranho! A Anac emite a lei, ela aplica a lei e ela julga a lei nos processos administrativos. Vejam que poder nós transferimos para eles, que não é exercido na forma da Constituição, porque atribuir direito e dever é matéria de lei e é reservado ao Parlamento. Mas não! Eles querem ampliar o poder normativo, ou, no mínimo, manter nos níveis em que estão, e não querem fazer esta discussão! E, como não interessa a eles discutir, eles vêm aqui desqualificar um trabalho honesto, correto, que foi feito pelos membros. E eu também aqui não recebo nenhuma remuneração, nem passagens, nem diárias, absolutamente nada, até

porque moro em Brasília. Mas desqualificar por desqualificar!? Com questões que têm de ser objeto e é dever da Comissão debater? Simplesmente desqualificar pela desqualificação, para proteger interesses de vocês ou conveniências, isso, sim, e acusar-nos de que estamos aqui, neste projeto, atendendo a interesses privados? E, ainda que estivéssemos, não foi para isso que a Comissão foi constituída heterogeneamente?

Não é correto as empresas aéreas quererem discutir a questão da tarifa da conexão? Não é correto a associação representada pelo Marcus querer discutir a questão da certificação? Não é correto a IATA, aqui representada pelo Ebner, discutir as questões do transporte aéreo internacional e fazer sua proposta, resolvendo as graves questões que estão aí envolvidas?

Não é correto aqui o Coronel Fernando discutir as questões do Sipaer? Ou o Coronel Gustavo discutir as questões do Decea? Não é correto eles apresentarem emendas sobre isso?

Onde está a incorreção dos membros da Comissão? Como é que você imputa à nossa honra publicamente que nós estamos aqui beneficiando interesses de A ou B? Foi isso que você fez, e foi o discurso de fumaça que foi feito aqui pelos representantes do setor público.

O meu amigo do Sindicato Nacional dos Aeronautas mandou suas emendas, e todas foram contempladas!

Eu não estou aqui discutindo se o nosso Comandante Castanho, por quem tenho grande admiração, está aqui defendendo interesse particular dos aeronautas. Está sim! Essa é a missão dele na Comissão! Para isso ele está aqui, e é para isso que os interesses que ele defende da categoria dele estão aqui postos no projeto de lei, incluídos no projeto de lei, para que a Comissão possa debater.

Então, eu encerro a minha participação, dizendo o seguinte: o projeto foi feito para ser debatido! É isso que tem de ser feito! Ele tem de ser debatido. E os preguiçosos que não encaminharam suas emendas, ou que não se dedicaram a estudar o projeto que o façam agora!

E eu concordo que o prazo de cinco dias é muito curto. É óbvio que é curto, mas essa regra está sendo repassada para o Presidente da Comissão. Ela não foi criada pela Presidência da Comissão nem pela Relatoria. É uma regra do Senado Federal. Então o Presidente que vá conversar com o Presidente da Casa e peça mais prazo. Nós não queremos fugir do debate, queremos fazer um debate sério. Agora afirmar generalidades?! Que não existe monopólio natural?! O que é isso?! Existe sim! E nos aeroportos hoje concessionados, quem fixa os preços específicos é o concessionário, sob a forma de monopólio, não de negociação.

Então, nós não consideramos isso correto. Nós nos esforçamos por anos para criar a agência. A agência foi uma proposta do setor privado. A Anac foi uma proposta do setor privado. A concessão de aeroportos foi uma proposta que nós trouxemos para o debate nacional por iniciativa das nossas empresas. Nós não podíamos continuar com os aeroportos sucateados.

Está aqui o Dr. Jardim, e eu tenho tremenda admiração pelo trabalho dele e o conheço há anos, com toda a legitimidade dizendo que eles acabaram de fazer investimentos vultosos no País. E o Estado, este sim, desorganizado, o Governo tira a *canon*, cria CIDEs, cobra outorgas, tornando mais caro o serviço para o passageiro. É esse modelo que não foi discutido democraticamente aqui no Parlamento brasileiro que os representantes dos órgãos públicos não querem. Eles não querem aeroportos privados, não querem investimentos privados, não querem acabar com o sucateamento da infraestrutura. E vêm aqui com um discurso meramente retórico desautorizar o trabalho da Comissão.

Então, fica aqui o meu protesto final. Espero.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Glanzmann. Quero passar a palavra para o Glanzmann, por favor.

Você tinha feito inscrição, Celso?

Celso, Glanzmann, depois encerramos, por favor.

Nós temos que passar para as considerações da Mesa. A hora está avançada.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu preciso fazer uma breve consideração também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Glanzmann, por favor.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – É só uma menção pontual com relação à participação aqui na Comissão.

O Governo esteve presente aqui, os funcionários do Governo estiveram presentes aqui, discutiram todos os temas, sugerimos muitas propostas, debatemos longamente e com profundidade as propostas; agora, muita coisa que nós sugerimos não foi acatada. E muita coisa que não apareceu sob a forma de texto foi porque a sugestão era de que o Código não tratasse desse assunto.

A minha proposta para a regulação tarifária e para o texto é zero, é não haver. Eu não tenho uma redação a propor. A minha redação é o texto não mencionar isso. E nós defendemos isso aqui na Comissão.

Agora, qual é o meu texto para a regulação tarifária? É não haver texto. E isso acontece em diversos outros pontos da regulamentação.

Conversamos diversas vezes aqui, estivemos presentes em praticamente todas as sessões. Se não me engano, eu faltei a uma única sessão. Os demais representantes do Governo também estiveram aqui. Agora, quando se lê...

O discurso é muito bonito realmente, é muito bacana, muito interessante, tem que ser colocado. Agora, quando se lê o texto – e eu convido o cidadão a ler o texto proposto –, aí se identifica realmente que os artigos têm endereço, que os artigos têm nome, que os artigos têm interesse.

É isso infelizmente. É a realidade, mas foi a maneira como foi construída.

Não estou criticando as pessoas, não estou criticando o currículo da Relatora, a quem admiro muito, da Presidência, da Vice-Presidência nem dos demais componentes da Mesa, é óbvio.

Na hora de construir o texto, quando se escreve – e vamos ver o que está por trás aquilo –, quem está, como eu, há dez anos no setor, conhece o que está por trás de cada um daqueles artigos, senhores. Realmente é dura a fala, mas é a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só uma questão de ordem que surgiu.

O Senado, Celso, pediu que eu passasse a palavra para o Catanant. Depois eu passo para você e encerro.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Eu queria fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Um encaminhamento? Está bem.

Pois não.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu não vou comentar as distorções que o Sr. Geraldo fez do que foi dito aqui, mas eu receio concordar com ele. Vamos discutir. E ele disse isso na sua última fala de uma forma enfática.

Vamos discutir. E nós estamos dispostos justamente a discutir. Nós fomos chamados aqui, hoje não para discutir, mas para votar uma proposta final. Esse era o objetivo desta reunião de hoje. Do contrário, se fosse só para o adiamento, isso poderia ter sido feito por *e-mail* eventualmente. E nós não teríamos nos deslocado até aqui.

Então, o que nós apregoamos e julgamos que seja absolutamente necessário é o aprofundamento de alguns pontos que estão postos. E eu concordo com a observação do Ronei, inclusive, de que alguns pontos nós julgamos que não devam constar do Código. Não há proposta porque de fato não tem que ser legislado. É uma revogação total da legislação de 73. Isso foi discutido e proposto aqui inclusive.

Creio que estamos tergiversando energicamente, no meu julgamento humilde, em torno de um único problema, que é se hoje ou em 15 dias nós teremos condições de votar um anteprojeto que pare de pé. Todos estamos imbuídos desse mesmo espírito. A agência reguladora hoje se vê tolhida em uma série de questões que a indústria reivindica por uma série de amarras que a legislação nos traz.

Na nossa visão, a preocupação que trago aqui não é de dar um empoderamento amplo, geral e irrestrito. Não. Ao contrário, é identificar, explicitar as falhas, colocar amarras no poder, nas competências da agência reguladora, e, fundamentalmente, dar mais flexibilidade para a adoção de uma regulação mais moderna, de que a agência reguladora hoje, pelo texto da lei, se vê tolhida.

Portanto, eu proponho, e imagino que esse seja o encaminhamento que o Castanho vai sugerir, que as pessoas aqui possam se manifestar se julgam que 15 dias é o tempo necessário para o aprofundamento de alguns pontos. Alguns são dignos de nota, e são elogiosos os que estão na proposta inclusive, pois entendo que resolvem problemas de décadas, mas, honestamente, eu acho que deveríamos ter mais tempo do que os 15 dias para fazer um debate mais amplo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Apenas um encaminhamento, Castanho? Por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu acho que a discussão começou por um motivo e acabou seguindo esse caminho por falta de comunicação. Isso aconteceu durante todo o recesso. Mas, superado isso, penso que agora temos que olhar para frente. Nós estamos perdendo tempo na Comissão discutindo um assunto que não vai nos levar a lugar nenhum. O que nós precisamos é de um prazo maior para discutir o assunto. O encaminhamento desta Comissão poderia ser o de que o Presidente brigasse por esse tempo e que não ficasse definido para segunda-feira, e sim talvez mais uns 15 dias, ou que ao final de hoje nós tivéssemos esse prazo já definido como extensão, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho, rapidamente, pode fazer o encaminhamento que eu o levarei à Mesa Diretora. Mas nós estamos num momento complicado, e eu tenho literalmente exposto o meu pescoço para resolver a questão. Agradeço a sua postura sempre honesta, fazendo o bom debate e o bom combate, e vou considerar a sugestão. Como eu disse, nós fizemos um pedido de 15 a 30. Não sabemos ainda o que foi concedido, até mesmo porque a Comissão já exauriu o prazo e eu estou preocupado em relação ao que vai acontecer a partir de agora. Por segurança, é importante nós trabalharmos com esse prazo de até segunda-feira à noite, por enquanto, pensando que desta vez talvez não haja possibilidade de novo adiamento. E peço os esforços dos senhores. O senhor tem sido muito honesto, tem apresentado proposituras, tem feito críticas, tem cumprido com os prazos, principalmente. Peço que mantenha essa postura e que, de certa forma, dê seu apoio. O.k.?

Vamos agora passar a palavra para o engenheiro Celso, que a pediu já há algum tempo.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Senhores membros da Comissão, quero apenas externar aqui o meu posicionamento.

Eu entendi quando o Respício afirmou que não sabia escrever. Eu também não. Eu deixei bem claro, desde o começo, que sou um técnico. Porém, eu dei a minha contribuição e, no fim das contas, o Castanho observou que não havia entrado a parte de Vant, de experimental. E eu fui atrás do pessoal da relatoria e perguntei por quê. O Geraldo respondeu que não conseguiu entender o que eu queria. Eu entendo que às vezes essa é uma limitação minha. Eu não falo juridiquês, e digo isso para todo mundo.

Eu tenho uma certeza. Eu apresentei as minhas propostas e agora me foi dada a chance de emendá-las. Tenham certeza de que vou emendá-las, e vocês terão que arrumar um jeito de entender o que eu estou falando. Eu não sei como. Mais uma vez, eu digo que não falo a linguagem de vocês, mas entendo que as propostas que eu apresentei são essenciais para a aviação.

Faço coro ao que o Marcus disse: no art. 100, quando deixamos tudo especificado, muitos dizem que estamos travando o progresso. Não, não estamos travando o progresso. Nós temos é medo do que pode acontecer se não amarrarmos daquele jeito. Está certo? Várias coisas não foram amarradas e hoje nós que estamos na linha de frente da aviação sofremos na carne. Eu prefiro uma lei que me amarre, mas com que eu possa fazer previsões; eu prefiro uma lei que me amarre, mas que eu saiba o que esperar, a deixar uma coisa aberta, a passar um cheque em branco, para, amanhã, eu ser excluído. Está certo?

Não sei fazer outra coisa. Sou engenheiro. Se me tirarem disso, cara, vou ter de vender pipoca! Entendeu? Não dou conta de fazer outra coisa!

Então, prefiro que isso fique amarrado e que, lá na frente, nós tenhamos de voltar aqui outra vez para discutir. Mas prefiro ter a certeza de que passo, de que atravesso uma ponte de pedra com minha bengala batendo. Quero segurança!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, só para encerrar, vou conceder a palavra ao Cysneiros.

Cysneiros, peço que fale por um minuto, por favor.

Aí, realmente, vamos encerrar, vamos fazer as considerações da Mesa e passar para as perguntas do e-Cidadania, para tocarmos o nosso trabalho.

Então, o senhor tem a palavra, por favor.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Primeiro, acho que a gente não tem de se agregar a este grupo aqui quanto ao mérito, entre aqueles que tiveram a iniciativa de propor redação e aqueles que não a tiveram por preguiça. Essa é a primeira mensagem que eu queria deixar bem clara.

A segunda mensagem é que esta Comissão, sem querer diminuir a importância dela, está aqui para propor um anteprojeto daquilo que vai ser um projeto de lei que vai ser submetido a comissões desta Casa, passando pela outra Casa. Mas não sabemos sequer se, um dia, daí sairá um código. Então, acho que a nossa grande meta aqui é deflagrar um processo, é impulsionar esse processo.

Por fim, já fazendo uma sugestão bem concreta – confio muito na sensibilidade da Secretaria-Geral da Mesa desta Casa –, penso que poderíamos, desde já, imediatamente, fazer um requerimento sobre os 30 dias e chegar concretamente com esse pedido, de modo a conseguir uma resposta rápida deles, porque já passaríamos a trabalhar com outro calendário. Eu não tenho bola de cristal, mas tenho muita segurança na sensibilidade da Secretaria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Cysneiros, obrigado.

Já fiz o pedido de 30 dias ontem para o Bandeira. É aquilo que falo: já foi acenada a possibilidade de prorrogação dentro dos 15 dias. Se o Bandeira conseguir, junto ao Presidente Renan, um prazo a mais – que

sejam os 30 dias, porque pedimos os 30 dias –, isso vai ser importantíssimo para nós, obviamente. É claro que também vou passar isso para os membros. O.k.?

Senhores, o Respício queria fazer um encaminhamento.

Pode falar, por favor, para fazer o encaminhamento, porque temos de fazer as considerações finais.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Seria o encaminhamento que acabei de falar com o Presidente. Dando complementaridade ao que disse o Castanho e ao que o Hugo acabou de levantar, há uma ideia apenas de que não seriam 30 dias, mas, sim, 90 dias. Mas nós abriríamos mão das diárias, das passagens, de tudo mais, e continuaríamos trabalhando. Ou seja, cada um viria aqui pelos próprios meios, sem importar se mora no Amapá, em Madagascar ou aqui mesmo, em Brasília. Esse seria o meu encaminhamento, a ser somado ao do Castanho e ao do Hugo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Obrigada.

Senhores, eu gostaria, então, de fazer as considerações finais antes de passar para as perguntas do e-Cidadania. Hoje, temos duas páginas cheias. Vamos ver aquilo que conseguimos responder hoje ou que podemos responder por *e-mail*.

Eu gostaria só de lembrar aos senhores engenheiros e aos demais aqui presentes a parte pública governamental. É bom nós nos lembrarmos de uma coisa: esta Comissão não surgiu por causa de um conto, por causa de uma varinha mágica. Ela não surgiu do dia para a noite, a partir da vontade de um Senador: “Ah, quero uma Comissão para fazer a reforma do CBA.” Não! Quero lembrar aos senhores que esta Comissão surgiu após a existência da Subcomissão de Aviação Civil do Senado, na qual houve 18 meses de trabalho. Muitos que estou vendo aqui participaram dos trabalhos dessa Subcomissão. Inclusive, foram chamados mais de uma vez para dela participarem e para darem contribuições. Foram mais de 20 audiências públicas. Isso gerou, Kerlington, um relatório final de mais de 1,5 mil páginas. O.k.? Nesse relatório final, a primeira conclusão, que, inclusive, foi a conclusão a que chegaram alguns que estão aqui, seria a necessidade de lançarmos um novo marco regulatório. A existência desta Comissão vincula-se a uma vontade do Senado Federal, a uma vontade do Parlamento, que nasceu na Comissão de Infraestrutura e foi amplamente debatida pela sociedade por mais de um ano e meio.

Então, senhores, não estamos aqui para tergiversar; estamos aqui com uma missão, uma missão que pensei que eu tivesse deixado muito clara desde o início. Isso aqui, senhores, será um anteprojeto, como o Cysneiros falou. Isso vai passar por Casas Parlamentares, será uma base sólida, mas, obviamente, será trabalhada posteriormente. Os senhores aqui presentes que não se sentiram contemplados, que não participaram da Comissão, poderão, inclusive, nessa nova fase, continuar trabalhando, fazendo um trabalho a que se preza todo e qualquer Senador, que é ouvir os legislados, que é propor as suas ideias.

Então, senhores, após seis, oito meses de trabalho, que eu considero democrático, aberto, em que nós empenhamos nosso tempo e principalmente nosso nome, falar em extinção de Comissão? Eu senti minha hombridade ferida seriamente, porque talvez tivessem a honestidade de ter dito desde o começo que a Comissão não era querida, que era desnecessária, que não daria em nada – desde o começo – e mantivessem a posição ou talvez até mesmo abrissem espaço para outros que quisessem contribuir, como muitos quiseram contribuir e não puderam.

Não sei se os senhores aqui sabem o que é imbuir-se de uma missão. Depois de tanto tempo, simplesmente: “Fica como está, está tudo bem, é melhor o antigo”, isso eu não aceito. É uma postura pessoal minha, porque sou homem. Nós temos um compromisso com o povo brasileiro e com o Senado, e esta Comissão surgiu da vontade do Senado, não foi do Georges, não foi da Maria Helena, não foi do Carlos, não foi do José.

Então, senhores, temos prazos, temos que respeitar prazos, somos 25 em uma Comissão que deveriam ser 8, deveria ser uma comissão técnica, uma comissão para ouvir e encaminhar as propostas do setor. Vivemos uma democracia. No ato de inauguração, foram 17 membros; hoje somos 25, e todos entraram aqui porque quiseram. É o que penso.

Quando se fala: “Ah, mas entregar um texto ruim”; se o texto é ruim, a culpa é nossa, de todo mundo aqui dentro, não é só de um ou de outro. O texto saiu bom, o mérito é nosso. Não saiu nada, a culpa é toda nossa. É aquilo que eu falo: isso aqui é uma janela que vai fechar e não teremos outro espaço.

Estou empenhando o meu nome, estou empenhando o meu tempo, o meu futuro. Quando venho para cá, o escritório está lá, o pessoal fica me ligando direto, pane matando, porque atendo clientes em vários Estados. Quando saio dessa minha rotina de viagens para estar aqui, é prazeroso, mas também é um sacrifício. Então, realmente, quero ver o empenho dos senhores, o nosso empenho, principalmente, nessa reta final. Se fosse um mês, dois meses, três meses, se fosse hoje que tivéssemos que resolver? Graças a Deus, não precisou ser. Por isso, elogiei a postura do Castanho, que é combativa, mas um cara honesto, um cara que cumpre prazo, um cara que chega, fala. Se não é para pôr, que não ponha, mas fale que não é para pôr. Se é para colocar,

que coloque. Se não colocou, por que não colocou? Acho que assim é que todos nós temos que ser, sem subjetivismos, mas com objetividade, porque é isso que o povo brasileiro espera.

Aqui, meus senhores, estamos sendo acompanhados por todos os setores da aviação, aqui são 25 profissionais. Todo mundo vai levar uma mensagem daqui de dentro hoje, seja para os seus órgãos, seja para as suas empresas, seja para os seus escritórios. Eu só peço uma coisa: comprometimento. Mais do que já tivemos até agora. E precisamos ter mais ainda neste momento final. Se nós temos cinco dias, vamos trabalhar esses cinco dias, vamos fazer as emendas. O Kerlington já mandou mais coisas... Brincadeira. Quer dizer, já está preocupado, já está começando a trabalhar. Tudo isso será sistematizado, vão ser colocados números, o que é uma emenda, o que não é. A justificativa de por que pôr sim, porque pôr não. Vamos chegar, então, daqui a duas semanas, vamos debater. Ou, então, talvez, se tivermos mais prazo, ótimo. Mas de que adianta mais prazo? Nós tínhamos um prazo que era até dia 3 de março, encontrando membros nos corredores das ANACs, das SACs da vida, e esticamos para mais dez dias. Depois nós tivemos novamente outro momento, ou seja, estamos ouvindo. A função aqui é ouvir os senhores e trabalhar a Comissão.

Assim como nós fizemos, estivemos na Anac, conversamos com o Doriello, que não ficou satisfeito com tudo, mas é uma coisa que vamos debater aqui, estivemos no Sipaer, que também se pronunciou sobre uma série de coisas. Durante todo esse tempo em que a Comissão funcionou, com o grupo da relatora, em que a relatora esteve trabalhando em São Paulo, eu pergunto: quantos dos senhores ligaram para a relatora para perguntar como estava o trabalho e se precisava de alguma coisa? Eu.

Eu estive, em São Paulo, cinco vezes, para participar das reuniões dos grupos. *Custos legis*: a minha conta. Por quê? Eu precisava? Não. Porque eu tenho interesse. O Kerlington esteve, o engenheiro Celso foi e não faz parte do grupo, não faz parte de grupo nenhum. Agora, chega, de repente, aqui e fala: "Não. Ninguém participou, ninguém foi, não tivemos notícia."

Vamos pensar melhor num trabalho em conjunto. Nós vamos almoçar, vamos considerar muitas coisas. Organizem-se, verifiquem a questão dessas emendas e como vamos trabalhar. Se for para nós extinguirmos a Comissão, podemos fazer isso agora. Eu quero saber dos senhores: vamos fazer isso? Os senhores querem a extinção da Comissão? Podemos colocar isso. E aí nós já interrompemos. Como se fala: vamos parar de gastar dinheiro dos outros e o nosso também. Concordam? *(Pausa.)*

Percebo que não.

Senhores, realmente eu quero agradecer reiteradamente. Não é um trabalho fácil. Ninguém falou que isso aqui iria ser fácil – ninguém. Como se diz, esperamos que possamos concluir, esperamos que possamos fazer não o melhor, mas o melhor possível. E, no melhor possível, nós temos um bom texto. Vamos aprimorá-lo.

No mais, nós temos aqui, senhores, questões do e-Cidadania que precisamos colocar a lume, porque a participação popular realmente é o que destaca o movimento e justifica a existência de uma comissão do Senado Federal.

Senhores, temos aqui uma pergunta que foi realizada pela Srª Elisabete Marchiori Singh: "Aviação experimental. Quais as propostas para a proibir a venda enquanto experimental?"

Bem, eu acredito que exista uma proposta para que seja limitada a comercialização de aeronaves montadas amadoristicamente. A pessoa se propõe a construir uma aeronave do nada e a colocar na sua casa para voar por conta e risco, existe uma vedação da comercialização dessa aeronave. Questões voltadas, por exemplo, à questão de transmissão ou de herança, eu acredito que um bem, sim, pode ser passado por herança. A proposta que estamos verificando, salvo engano, vocês podem me corrigir, é a questão apenas da proibição da comercialização desse tipo de produto.

Essas perguntas também ficarão para os membros, serão transmitidas a todos. Aqueles que puderem responder, por favor.

Srª Suanny Renata Zilio: "Acompanhei uma denúncia da Abrapavaa referente às ilegalidades constatadas na aviação experimental, a proposta para o novo Código Brasileiro Aeronáutico ainda permitirá a fabricação em série de aeronaves da categoria experimental?"

Senhores, em relação à fabricação, em série, de experimentais, há uma proposta, no texto, de que se exija uma certificação não apenas para fabricação dessas aeronaves ou montagem desses kits, mas também a profissionalização desse tipo de atividade. Alguém quer fazer algum comentário sobre isso? Alguém quer ajudar a complementar a resposta?

Dr. Geraldo, pois não.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, como a Comissão tomou conhecimento, ao longo do trabalho, vários acidentes com esses tipos de aeronaves levaram à morte de pessoas. Em alguns casos, eram pessoas incautas que compraram a aeronave acreditando que ela cumpria os requisitos exigidos pela legislação.

A proposta que está na Comissão é de abirmos para a aviação experimental em seis categorias diferentes. Cada categoria dessa receberá naturalmente, e prevemos que a Anac vai essa matéria. A única restrição que nos pareceu importante incluir no Código era a proibição de comercialização dessas aeronaves simplesmente, sem nenhum controle. Se um indivíduo pretende comercializar uma aeronave construída armadora-mente, ele pode, sim.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO VIEIRA – Mas ele terá que cumprir determinados requisitos para isso.

Então, a Comissão está preocupada, e a nossa proposta dá uma equação, conforme previsto, a esse projeto que está sendo debatido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Castanho, sim, pois não.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – É sobre esse assunto.

Nós fizemos também uma proposta dentro daquela linha que nós havíamos discutido no ano passado, que era de passar para a agência a responsabilidade, definindo quais os critérios que ela iria considerar na avaliação desse documento. Então, sugerimos que a fabricação, operação, emissão do certificado, marco experimental e certificado de autorização de voo experimental, de aeronaves experimentais, sejam regulados em documentação específica, emitida pela autoridade de aviação civil, e aí estabelecer os critérios que ela deve tratar, que são das categorias e suas exigências e restrições, sendo que as categorias serão definidas pelo grau de complexidade da aeronave e o número de aeronaves que se pretenda fabricar. Assim você cobre essa questão.

Nós estabeleceríamos, primeiro, qual o grau de complexidade da aeronave, porque há aeronaves muito simples, fabricadas em fundo de quintal, e há aeronaves realmente fabricadas em série, que hoje estão trafegando por aí com velocidades, inclusive, superiores a aeronaves de matrícula.

Métodos de comprovação de confiabilidade, a que se refere também o antigo Código, que eximia esses fabricantes de comprovarem que há uma maneira de comprovar a equivalência para materiais ainda não homologados.

Que estabeleça também experiência mínima dos pilotos, considerando a aeronave experimental no restante dos quesitos, conforme está no Código atual.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu interrompo a consulta ao e-Cidadania, inclusive estão chegando aqui, ineditamente; hoje, estamos com seis páginas de contribuição. Acho que nós vamos conceder pelo menos só mais meia hora para tentar responder às demais, porque nós não demos conta.

Peço para quem está nos assistindo, através do *site* do Senado ou da TV Senado, que, por favor, encaminhe seus *e-mails* para que possamos também mandar essas perguntas aos membros da Comissão para que sejam respondidas, porque estamos com horário um pouco curto e não podemos, infelizmente, ficar tanto tempo disponíveis, sendo que já temos agora outros compromissos.

Eu queria passar a palavra ao Sr. Bandeira. Ele é o Secretário-Geral da Mesa do Senado. Ele pediu a intervenção para nos passar alguns informes da Presidência do Senado.

Dr. Bandeira, por favor, bom dia!

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Georges, muito bom dia! Sr^a Relatora e demais membros da Comissão, bom dia a todos!

Não sei se todos me conhecem do trabalho aqui do Senado, mas, na condição de Secretário-Geral da Mesa, sou responsável pela tramitação do funcionamento de toda a área legislativa do Senado, que inclui, evidentemente, a tramitação dos projetos nas comissões e daquele que for originário desta Comissão.

Acompanhei o trabalho da Comissão a distância, sempre ansioso pelo resultado, desde o início, quando o Senador Vicentinho Alves ainda trouxe a primeira proposta de criação da Comissão.

Estive acompanhando esta presente reunião pelos nossos sistemas internos de vídeo e também por intermédio da nossa Secretária, Adriana Zaban. Estive ontem com o Georges em reunião. O Georges me pediu a gentileza, assim como o Senador Vicentinho Alves, de procurar o Presidente do Senado no sentido de buscar uma prorrogação do prazo da Comissão, a fim de poder resolver alguns impasses que pontualmente possam ter ocorrido.

Quero lhes dizer que estive com o Presidente, há pouco, e que ele anuiu em termos daqueles 30 dias de prorrogação, a fim de que pudéssemos tentar costurar o que falta.

Mas, nesse sentido, Georges, se me permitir, eu queria colocar para os membros que esta não é primeira Comissão que eu vejo chegar perto do encerramento dos trabalhos. Pelo contrário, eu participei de uma, acompanhei depois outras, a do CPC, a do Código de Processo Penal, a da reforma do Código Comercial, a da Lei de Execuções Penais, a de mediação e arbitragem – esta, inclusive, já virou lei; o CPC também já virou lei.

É normal, quando uma comissão de juristas chega ao final, que surja certo acirramento das posições ideológicas de cada um.

Enquanto estamos aqui fazendo audiências públicas, enquanto estamos discutindo, em tese, os assuntos, é natural deixar que outros se manifestem. É claro que nós temos diferentes setores representados aqui, inclusive econômicos, e é natural e é bom que assim seja. Mas é natural que, quando estamos próximos da deliberação sobre o que a Comissão, no seu conjunto, no seu todo vai propor a esta Casa Legislativa, esses posicionamentos se acentuem, essas divergências se acentuem, e isso vai ser resolvido, em algum momento, por uma deliberação coletiva.

Quanto ao prazo, a Adriana comentou comigo que os senhores pretenderiam prorrogar, parece-me, por mais uma semana o prazo de discussão desse anteprojeto que lhes apresentou a Relatora, o que lhes dará tempo de analisar, de verificar eventuais incongruências internas, de buscar eventualmente emendar, ou pensar em destacar algumas oposições. Nós estamos à disposição para esclarecer como se faz isso, inclusive temos consultores que estão na quarta bancada e estão à disposição para ajudar a redigir essas proposições. E a ideia é que a Comissão, presidida pelo Dr. Georges, receba essas emendas, a Relatora dê parecer sobre elas, e volte para deliberar. Esse é o melhor caminho. É o caminho mais natural, mais democrático.

E, claro, se eventualmente um grupo não se satisfizer com o resultado que sair da Comissão, haverá todo um processo legislativo pela frente.

Observem, eu vou dar um exemplo concretíssimo do CPC. No CPC, houve algumas decisões que saíram da comissão técnica, presidida pelo Ministro Fux, à época no STJ. Essa comissão entregou o anteprojeto, que tramitou no Senado, teve suas normas aprovadas. Posteriormente, um grupo que fazia parte da comissão procurou Deputados, que ofereceram emendas ao projeto do CPC. Alguns Deputados acataram aquelas emendas, que foram apresentadas e foram aprovadas pela Câmara dos Deputados. O anteprojeto voltou para o Senado, isso foi discutido, uma parte foi aprovada, outra parte não foi. E vejam que agora, antes de entrar em vigor o CPC, ainda houve novas modificações em cima do que tinha sido discutido na comissão ainda!

Então, é natural que o que uma comissão de juristas oferece, ou o que uma comissão de especialistas, como é o caso desta aqui, oferece pode vir a ser emendado no processo legislativo. Não pensem que o que vai sair daqui, necessariamente, vai ser o documento final. É importante que ele tenha uma coerência interna como documento, que uma proposta de código faça sentido do começo ao fim. Mas, seguramente, pedaços dele serão modificados, inclusive pelos Senadores que são pilotos de avião. Temos pelo menos três ou quatro que são pilotos de avião, ou que têm interesse no setor, que conhecem o setor e que vão buscar opinar na matéria.

Então, por que eu vim aqui fazer esta intervenção? Foi porque eu percebi que alguns colegas estavam talvez tensos com a proximidade da deliberação. E quero dizer-lhes: isso sempre aconteceu. Em toda comissão de juristas, às vezes até a comissão corre meio morna, com menos quórum, mas, quando chega ao final, na hora de deliberar, é natural: todos querem participar, querem colocar suas contribuições, querem colocar suas ideias. Para isso, temos de ser democráticos, temos de abrir o prazo e deliberar, na medida do possível.

Enfim, meu trabalho é apenas assegurar que o fruto do trabalho de vocês tramite bem pelo Senado, saia bem instruído no Senado Federal. Para isso, temos os servidores da Secretaria-Geral da Mesa, que estão aqui acompanhando, assessorando a Presidência, a Relatora.

E saibam que nós, da Secretaria-Geral da Mesa, estamos à disposição para o que for necessário, Georges, com o intuito de fazer com que isso chegue redondo ao Plenário do Senado Federal para deliberação final.

Não sei se falei demais. A ideia era só passar esse recado de como funcionam geralmente outras comissões deste tipo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bandeira, obrigado.

Eu não tenho nada a dizer, a não ser elogios à sua equipe. Desde que estivemos aqui, o Marcelo, o Bruno, o Eduardo e os demais ficaram presentes, inclusive a própria Consultoria do Senado também; o Cícero sempre esteve acompanhando, sempre nos atendeu. Temos ali o Paulo Azevedo também, que está sempre conosco, está sempre fazendo várias pontes. Então, em relação à equipe do Senado, eu posso dizer que é irrepreensível. Realmente, eles têm ajudado a dar contemporaneidade, a dar equilíbrio à Comissão também, pela postura e pelo conhecimento.

Assim, obrigado. Eu acho que até as pessoas ficam mais aliviadas, porque eu tinha dito, agora há pouco, da possibilidade; eu não tinha confirmado nada, porque, afinal de contas, quem tem a notícia é o senhor, realmente, de como é que a coisa funciona e corre aqui dentro. *(Risos.)*

Então, o senhor fique à vontade.

Obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO *(Fora do microfone.)* – Um abraço. Boa sorte. Até logo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Kerlington, vamos só terminar esse e-Cidadania por favor. Uma última pergunta.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A última pergunta fala da experimental, não é isso? A próxima, também?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor quer responder à próxima: “Como ficará a questão do voo por conta e risco, experimental?”

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Na verdade, a nossa minuta de anteprojeto, no 97, diz que somente poderão ser usadas aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos que cumpram os requisitos mínimos de padrões de segurança, ressalvada a operação de aeronave experimental. Eu, particularmente, vou oferecer uma emenda em relação a isso, porque, *a contrario sensu*, então, a aeronave experimental não precisa ter requisitos de segurança de acordo com a norma. Então é só para dizer para a cidadã que perguntou que eu, particularmente, vou oferecer uma emenda dizendo que o padrão de segurança também tem que ser exigido na aviação experimental, porque eles cruzam o ar conosco. Eles voam na mesma altitude, mormente na aviação geral, que tem aeronaves muito rápidas que não precisam desses padrões de segurança. É só para dizer que, quanto ao 97, eu vou oferecer uma emenda a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Temos aqui uma pergunta: “Prezados, consta do anteprojeto, art. 100, que as fábricas e montadoras poderão continuar vendendo aeronaves com componentes não homologados/experimentais, colocando em risco a segurança do usuário, das pessoas em terra...” É bom que às vezes a pergunta já vem com a resposta, não é? “Como será resolvido?”

Bem, senhores, acho que essa pergunta cabe até mesmo em relação à própria Anac. Gostaria de encaminhar essa pergunta à Anac.

Se o senhor quiser responder agora, fique à vontade.

O SR. RICARDO BAZINOTTO CATANANT – Eu, infelizmente, não tenho os elementos para responder, mas podemos encaminhar e trazer a resposta na próxima reunião ou por e-mail.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – As duas perguntas anteriores, que praticamente se responderam, foram feitas pelo Nelson da Silva Junior, para constar.

Comentário de Fábio Santiago: “Bom dia. A questão do risco baloeiro deveria ser aprofundada”.

Castanho, baloeiro. Creio que você vai considerar interessante essa questão.

“Bom dia. A questão do risco baloeiro deveria ser aprofundada. Eventos autorizados pelo SRPV com balões com tempo de voo predeterminado, por exemplo, ajudariam na prevenção. Proibição pura e simples leva à clandestinidade, que, por sua vez, potencializaria o risco.”

Agora a pergunta: “Sobre o risco baloeiro, indago se a proibição, apenas, é efetiva? Acredito que a proibição dos balões com fins recreativos, os juninos, deve ter exceções para eventos controlados e previamente autorizados pelo serviço de proteção ao voo. A clandestinidade potencializa o riscos.”

Esse cidadão é da Sociedade Amigos do Balão. Eles inclusive dizem que têm balões que são feitos de papel, que são movidos a energia solar, sem chama, e que isso, obviamente, não ofereceria risco se fosse feito de forma controlada.

Por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Inicialmente, a intenção não é proibir. É um ato cultural, mas o balão sem controle é um risco iminente de acidente aéreo. Nós vivemos isso muito na pele, durante os meses de março a setembro, nas grandes capitais do Nordeste, como Recife e Salvador, em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas principais cidades onde há essa prática muito acirrada, uma prática muito constante. Enquanto não houver como controlar a altitude e azimute de balões juninos, entendemos que não há como haver essa liberação. Agora, que se trabalhe em cima de um projeto...

O que a lei está prevendo, o que nós propusemos é o seguinte: é proibido soltar ou transportar balões que não tenham esse controle. No momento em que esse balão evoluir para um controle de azimute e altitude, a ele o comportará. As pessoas que praticam esse ato cultural, digamos assim, podem se dedicar agora a trabalhar para construir um balão que tenha esse controle. Não adianta não pegar fogo. Se o balão tiver qualquer estrutura metálica ou mesmo que não tenha, ele pode apagar um motor, pode colidir com a aeronave. E partes sensíveis da aeronave podem ser afetadas. Isso pode ser catastrófico. E digo mais, por sorte nós não tivemos um acidente aéreo no nosso País causado por um balão.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – ... por muita sorte.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Temos aqui várias indagações.

Comentário de Marcos Real: “A proposta apresentada para inclusão de risco baloeiro”...

Aqui também tem a do Marcio Aluizio, que praticamente é uma continuação da pergunta do Marcos Real. Eu vou antecipar, até para nós não ficarmos aqui tão presos ao tempo: “A proposta apresentada para inclusão do risco baloeiro apresenta falhas jurídicas e constitucionais, encerrar o debate sem as partes interessadas opinarem é um desrespeito ao Estado democrático de direito. Estamos tratando de tirar a liberdade das pessoas!”

Bem, o que eu posso dizer é que nós estivemos aqui – essa resposta eu trago para mim –, que esta Comissão sempre esteve aberta à formulação de propostas, estivemos até o dia 20 de outubro abertos à participação popular, inclusive com a contribuição de propostas. Dizer que passou tanto tempo despercebido que estavam sendo feitos os trabalhos desta Comissão eu acho uma pena, realmente. Talvez a pessoa pudesse até ter sido atentada antes. Agora, podemos dizer o seguinte: que isso aqui, senhores, vamos lembrar mais uma vez, é um anteprojeto de lei. Se há alguma incongruência, se, de repente, o grupo de trabalho jurídico detectou que não havia nenhuma incongruência em colocar isso aqui da forma como está, talvez não tenha de fato. Mas obviamente que isso, na fase parlamentar, poderá ser debatido e as pessoas interessadas em fazer alguma alteração ou melhorar essa proposta poderão, junto ao seu Senador, ao seu Parlamentar, talvez de forma melhor, propor essa mudança.

Pergunta de Elisabete Marchiori: “Quais as regras propostas para a defesa dos consumidores junto à aviação comercial?”

Essa é uma pergunta muito ampla. Realmente, os consumidores não estão desassistidos pelo código. Nós temos, inclusive, uma situação que é a seguinte: as convenções internacionais já previam a exclusão de responsabilidade civil do transportador aéreo em relação ao dolo ou culpa grave. Dolo é quando praticamente a pessoa, por exemplo, produzia um risco intencionalmente ou então a pessoa agiu de maneira tão faltosa que também se produzia um dano. As regras e convenções internacionais entendem a exclusão da responsabilidade do transportador nesse caso.

Talvez os advogados aqui possam responder a essa pergunta mais pormenorizadamente, porque o que nós temos no Brasil hoje é um passivo jurídico tão grande que, mesmo em situação como essa, por exemplo, se um piloto chega até mesmo embriagado, pega uma aeronave sem autorização de um táxi aéreo, empresa aérea e vem a provocar um acidente, a Justiça trabalhista hoje simplesmente entende que é uma responsabilidade objetiva, é uma relação de trabalho. Ou seja, hoje nós temos situação em que a pessoa pode ficar embriagada, causar o dano em uma aeronave e ainda ter que ser indenizada por isso. Por quê? Responsabilidade objetiva do transportador.

Então, senhores, nós estamos aperfeiçoando as regras em relação aos consumidores aqui. Nós não estamos usurpando o direito de quem que seja.

Respício, você quer fazer algum comentário?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Na ocasião da frente, que foi capitaneada pelo Bernardes e eu dei todo o apoio com relação a isso, não que o passageiro ou potencial passageiro perca direitos, mas, sim, que o mercado como um todo tenha várias janelas de oportunidade para novos modelos de negócios e novas formas de tratar o cliente ou potencial cliente. Quer dizer, quando existe um viés, e, inclusive, até a própria Anac, como o Catanant falou antes, já lançou uma audiência pública com relação à gratuidade de bagagens, etc., é exatamente para buscar esse leque de oportunidades para novos modelos de negócio. Se o preço da passagem vai cair, vai aumentar, se vai ter cobrança de bagagem, se não vai ter cobrança de bagagem faz parte do leque de oportunidades. Isso já é matéria no exterior, há vários países que trabalham assim, União Europeia, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, etc., etc., com relação especificamente à...

(Soa a campanha.)

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – ...cobrança de bagagem.

O passageiro brasileiro, o potencial passageiro brasileiro pode ter na cabeça dele que é um direito dele não ter a bagagem cobrada. Esse é, vamos dizer, é um equívoco. Essa amarra faz com que os modelos de negócio se tornem mais caros para ele.

Quando há liberdade para não se cobrar a bagagem despachada, como nos Estados Unidos e em outros países, algumas empresas escolhem não cobrar. Elas têm a liberdade de cobrar, mas o modelo de negócios dela opta por não cobrar. É exatamente isso.

Aqui, especificamente falando de cobrança de bagagem, é um item que apareceu na mídia incessantemente, nos últimos dias, exatamente pela audiência pública da Anac, que está levando várias pessoas a falarem: “Estão tirando o meu direito.” Não é tirar o direito, mas dar mais oportunidades para que modelos de negócios favoreçam o passageiro.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Muito bem, senhores. Dando continuidade, para conclusão.

Marcos Real: “As associações do eixo Rio, São Paulo e Paraná entendem que o risco baloeiro somente caminhará para uma solução com a criação de áreas específicas para a prática cultural com a coordenação conjunta do Serviço Regional de Proteção ao Voo”.

Quem poderia fazer esse comentário aqui seria o Brigadeiro Gustavo.

Egbert Schlogel: “Ilustríssimos Senhores(as), a pauta risco baloeiro carece de regulamentação e não de proibição. Temos mais de 80 anos de proibições e a prática persiste com muita resistência. A falta de regulamentação é o motivo da clandestinidade, com solturas fortuitas. Queremos ajudar”.

Pois não.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Acho que, como tudo na aviação tem de evoluir, nós estamos falando aqui de uma evolução. O equipamento, a aeronave evoluiu muito nos últimos anos. A tecnologia trouxe a segurança. O que nós buscamos, o que se busca nessa questão do balão não é a proibição. Nem o atual texto – e creio que tenha sido incluída essa proposta – fala de proibição. O que ele fala é de num balão que tenha controle. Hoje um balão que é... A gente cansa de ver balões a 37 mil pés, balões a ermo, soltos pelo País, que voam a até 400km de onde foram soltos e voam a 37 mil pés. Isso não é possível mais se admitir no País. Agora, o que a lei está prevendo, o que é possível prever é que, em havendo controle desse balão em altitude ou azimuth, sim, ele pode ser praticado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bem, senhores, temos aqui vários comentários do Sr. Marcos Real, novamente.

“Bom dia! Quanto ao risco baloeiro entendemos que as entidades representativas da sociedade deveriam ser ouvidas”...

Sim, teremos um momento político para tanto.

Pergunta de Egbert Schlogel: “Alguém da Comissão pode informar se está acontecendo?”

Está acontecendo.

Nelson da Silva Junior: “Conforme comentários[...], os direitos dos consumidores estão sendo cerceados”.

Não. Entendemos que não estão sendo cerceados, mas que esses direitos estão sendo aperfeiçoados. Precisamos deixar, inclusive, facultado aos membros da Comissão esmerar essa resposta, até mesmo porque é interessante. Sou passageiro, eu perco.... Às vezes, acontecem atrasos de voos, por caso fortuito ou força maior, há o impedimento de embarque, uma série de situações. Mas hoje nós temos de... Inclusive, até as empresas de táxi aéreo estão tendo, pela primeira vez, de calcular o passivo jurídico. Se elas pegarem, nós últimos 5 anos, o número de ações que sofreram, o número de resultados, quanto isso custou para a empresa, seja em consultoria jurídica seja por prejuízos pagos por indenização ou por recursos ou custas judiciais, vamos verificar que realmente isso daí está ficando muito grande. Obviamente... Quer dizer, então, que se eu sofro um evento na Espanha, se uma mala minha for desviada pela Iberia não vou poder processá-la no Brasil? Entendo que sim, que poderá. O Código está tratando dessa matéria.

Claudio Neb: “O Decea solta cerca de 32.500 mil balões por ano, feitos de materiais resistentes e não degradáveis, e ainda soltam do meio de aeroportos movimentados (TMA São Paulo etc.). E vem o Cenipa dizer que balão de papel, todo frágil, solto da praia, com 30 minutos de voo, é que é perigoso.”

Bem, senhores, existem os balões meteorológicos. Acontece que os balões meteorológicos, quando são lançados, há informação de que são lançados em áreas específicas. E mais um detalhe: os balões meteorológicos possuem um material reflexivo que, se entende, podem ser acompanhados pelo radar de terra e será passada sua posição para as demais aeronaves. Sem falar que é um balão que tem uma subida um pouco diferenciada, um pouco mais rápida. Então não vamos dizer...

Detalhe: esses 32 mil balões lançados por ano com certeza são para recolher características atmosféricas, características de informações climatológicas, e tudo isso daí é feito com informação. E, obviamente, eu acho que um...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – ... como se diz, um balão de papel ser tragado por uma turbina ou entrar num tubo de Pitot pode causar um certo prejuízo, sim. Ou – se eu estiver enganado, Marcus, me fale; eu não sei, Marcus. Entendeu? A não ser que você faça um tão quente – o tubo de Pitot – que queime o papel quando bater lá, está certo?

Senhores, nós temos aqui – eu vou apenas citar os nomes das pessoas que estão propondo as contribuições, porque, afinal de contas, nós vamos ficar aqui um bom tempo e não teremos tempo oportuno. Então, o Sr. Claudio Neb volta a fazer várias intervenções; Claudia Ortuno, que inclusive está perguntando se a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, vinculada, cogitada a se posicionar, por acaso, foi convidada, se chegou a

ser encaminhado algum convite, por que é que isso não foi ouvido. Vou pedir para que a Secretaria verifique essa situação, o.k.? Se há ofício que foi encaminhado à Senacon, como a ele foi dado tratamento, para depois nós respondermos, tá?

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – É só para reforçar: isso foi discutido lá na SAC também. É muito importante, dado que tem uma parte do Código que trata da defesa do consumidor: nós temos que chamar, que ouvir de alguma maneira a Senacon. É inadmissível a gente tratar de uma matéria tão importante como essa no Código sem ouvir a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, que é do Ministério da Justiça e está aí exatamente para discutir esse tipo de assunto. Então, eu acho que talvez tenha sido uma falha, porque, eu sei, são muitos envolvidos no setor, mas eu queria corroborar com a contribuição: é fundamental ouvir a Senacon.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Tem o requerimento a respeito, né? Dia 19 de...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Eu que fiz o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Tem um requerimento a respeito, que foi votado, inclusive, e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós vamos verificar a questão do requerimento, o encaminhamento que foi dado dentro da secretaria e a questão de prazo. E obviamente que a secretaria da Comissão vai se posicionar, vai dizer o encaminhamento que foi dado e vamos passar a resposta aos senhores. Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor poderia...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu acho fundamental a participação da Secretaria de Defesa do Consumidor, até porque nós precisamos desse debate, nós precisamos desse contraditório em relação a posições, se é que há algum contraditório, porque eu defendo o tempo todo, e esta é uma verdade: as regras que constam do projeto não violam o Código de Defesa do Consumidor. Não há antinomia, juristas especializados em responsabilidade civil já se debruçaram sobre o tema, a Relatora sabe disso, e chegaram à mesma conclusão, mas é importante que nós tenhamos a oportunidade de explicar a lógica da organização da parte do Código que trata da defesa do consumidor. O consumidor não está desassistido.

Reforço novamente: não se trata de afastar o Código de Defesa do Consumidor. Repito: o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao transporte aéreo. Essa é uma questão de adaptação à realidade do setor, só isso, com base nos tratados internacionais e com base na legislação que se aplica em todo o mundo. Só isso.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Bem, senhores, o Sr. Marcio Aluizio volta a falar dos balões, o Sr. Claudio Neb, o Sr. Fabio Santiago... Fabio Santiago e Claudio Neb praticamente estão rebatendo a questão dos balões, dizendo: "A polícia apreende menos de 1% dos balões. Por quê? Porque os baloeiros são muito unidos. Apenas os baloeiros legalizados poderiam denunciar os baloeiros ilegais, mas com a omissão da lei atual e agravada pela CERCBA, continuarão todos unidos à margem da lei."

Eu não vou discutir o que é que significa estar unido à margem da lei.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu não vou dizer qual é o teor dessa declaração, declaração até grave. Eu acho que nós não precisamos estar contra a lei. Eu acho que nós temos momentos para debater. Inclusive, no Senado, você pode, a qualquer momento, procurar um Senador e propor um projeto de lei. Ou então vocês podem também, ali na SAC, podem ir na Anac e propor, também na Anac, que seja feita uma alteração na resolução. É uma associação que tem plena – como é que vou dizer? – legitimidade para tanto. Então, peço, por favor, que não fiquem à margem da lei, que venham para a lei e ajudem a alterar a lei.

Vou fazer só mais uma...

Pois não. *(Pausa.)*

Bom, lata. Srª Claudia Ortuno. Só vou fazer esta pergunta aqui porque está voltada à lata, porque eu estou apenas lendo os nomes das pessoas: "Observo que a lata [...] encontra-se devidamente representada na composição de membros da Comissão. A Ifalpa [...] foi convidada a participar?"

Bem, senhores, eu entendo que nós temos aqui o Sindicato dos Aeronautas, que representa, obviamente, o setor.

Há alguma interlocução entre os senhores e a Ifalpa em relação aos trabalhos que estão sendo feitos aqui, Castanho?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Tem, tem interlocução entre o Sindicato dos Aeronautas e a Ifalpa. Nós temos representantes lá. Porém, foi solicitado o ingresso da Ifalpa na Comissão. Não foi deliberado ou não foi aprovado a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A questão, senhor, só para deixar mais uma vez claro: aqui nós temos o Claudio Neb, o Fabio Santiago, novamente com a questão dos balões. Para nós anteciparmos, quando fechamos a Comissão com 17 membros, com parecer nas associações e entidades de classe, foi feito um acordo, junto com o Senado, de que as associações, as entidades deveriam comparecer. Então, o acordo que foi feito, que foi conversado com o Senador, cuja notícia chegou a mim, é de que tudo voltado aos trabalhadores, à classe trabalhadora, seria dirigido para o Sindicato dos Aeronautas, assim como toda essa relação patronal seria dirigida à representante que estivesse aqui, da Abear, assim como toda aviação geral, construtores, amadores e tudo o mais viria através do representante da Abag, o Nogueira, e todo o setor de táxi aéreo viria através da ABTAer, representada aqui pelo Enio, e também, obviamente, depois foi corroborado pela presença do Antônio Ivaldo, que também está aqui, representando o...

Então, aquilo que eu falo: se nós fôssemos atender todas as requisições – nós, não; se o Senado fosse atender todas as requisições –, hoje teríamos aqui mais de cem membros, criaríamos praticamente um parlamento à parte. Então, temos que... Obviamente, o Senado optou por fechar esse número da Comissão.

Temos aqui mais várias perguntas e comentários do Sr. Claudio Neb e do Sr. Marcos Real, do Sr. Fabio Santiago, que realmente insta em questão em relação à soltura de balões, e temos aqui do Mateus Ghisleni: “Acredito que a regulamentação da soltura de balões seja uma boa iniciativa, copie-se o previsto no FAR Americano, e exija-se o cumprimento. Caso não seja cumprido, que seja considerado crime e punido conforme as leis.”

Obviamente, isso é uma iniciativa que depende da Agência Nacional de Aviação Civil.

Senhores, Kerlington, pessoal, vamos aqui trocar uma ideia? O assunto está bom, mas, por favor... O seguinte, senhores: professora, quando é o seu compromisso no exterior? Porque a senhora falou que tinha um prazo limite para estar presente.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Até 15 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A professora vai estar no Brasil até o dia 15 de abril. O prazo de 30 dias nos dado encerra-se no dia 14. O.k.? Nós deliberamos aqui... Deliberamos assim, vimos o prazo de cinco dias para a questão da propositura, que seria até para segunda-feira. Tem como dobrar esse prazo, pelo menos? *(Pausa.)*

Senhores, foi informado pela Secretaria que nós temos a possibilidade de ultrapassar esse prazo. Então, seria o seguinte: se nós formos dividir o prazo que a relatoria teria para ler, para estudar, para analisar esse material e o prazo para as contribuições, sendo que às vezes nós precisaremos até de dois dias para fazer as apreciações, nós podemos deixar que os senhores façam as contribuições até o dia 27, para que sejam encaminhadas ao Senado. Eu acho que é um prazo justo, porque aí a Relatora teria pelo menos um prazo igual para tratar essas emendas. Se por acaso a Relatora se sentir à vontade, poderemos até antecipar a reunião do dia 11. Se ela conseguir entregar isso até o dia 31 – com certeza entregará –, poderemos até antecipar a reunião e comunicar isso aos membros da Comissão. Então, por segurança, podemos deixar até o dia 27 para as contribuições. Aí a Relatora teria mais 12 dias – seria um domingo à noite –, teria um prazo igual para analisar essas emendas. O.k., senhores?

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Por maioria, então, aprovado.

Senhores, peço apenas que participem, que cooperem, que enviem suas emendas ou então escrevam, dizendo que não querem participar, que é preciso extinguir a Comissão. Fiquem à vontade! Sem problemas!

Senhores, coloco em votação as atas da 9ª, da 11ª, da 12ª, da 13ª, da 14ª, da 15ª e da 16ª Reuniões.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando para a próxima, que será informada aos senhores, uma vez que tenha havido a conclusão dos trabalhos das emendas e que a Relatora tenha um texto para apresentar.

Alguma dúvida, senhores? Alguma colocação?

Agradeço a presença de todos.

Bom trabalho.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

Georges de Moura Ferreira
Presidente

Fale com o Senado
0800 61 2211

